



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
Programa de Pós-Graduação em Geografia

THIAGO SEBASTIANO DE MELO

***SOLVITUR AMBULANDO: UMA VIAGEM RUMO À
AUTODETERMINAÇÃO POPULAR. ANÁLISES DA TURISTIFICAÇÃO
DA EXISTÊNCIA E MODERNIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS COMO
COMPONENTES DA METANARRATIVA CAPITALISTA***

GOIÂNIA

2018

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:


Nome completo do autor: Thiago Sebastião de Melo

Título do trabalho: SOLVITUR AMBULANDO: UMA VIAGEM RUMO À AUTODETERMINAÇÃO POPULAR. ANÁLISES DA TURISTIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA E MODERNIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS COMO COMPONENTES DA METANARRATIVA CAPITALISTA

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, toma-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:



Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 17 / 02 / 2019

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

THIAGO SEBASTIANO DE MELO

***SOLVITUR AMBULANDO: UMA VIAGEM RUMO À
AUTODETERMINAÇÃO POPULAR. ANÁLISES DA TURISTIFICAÇÃO
DA EXISTÊNCIA E MODERNIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS COMO
COMPONENTES DA METANARRATIVA CAPITALISTA***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração: **Natureza e Produção do Espaço**, e Linha de Pesquisa: **Dinâmica Socioespacial**, do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás como requisito para conclusão do Curso de (Doutorado) em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro.

GOIÂNIA

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Sebastiano de Melo, Thiago
SOLVITUR AMBULANDO: UMA VIAGEM RUMO À
AUTODETERMINAÇÃO POPULAR. [manuscrito] : ANÁLISES DA
TURISTIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA E MODERNIZAÇÃO DOS
TERRITÓRIOS COMO COMPONENTES DA METANARRATIVA
CAPITALISTA / Thiago Sebastiano de Melo. - 2018.
CDII, 402 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de
Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em
Geografia, Goiânia, 2018.
Bibliografia. Anexos.
Inclui mapas, fotografias, gráfico, tabelas.

1. Turismo. 2. Território. 3. Modernização. 4. Sociedade de Serviços.
5. Determinações Territoriais. I. Felício Chaveiro, Eguimar, orient. II.
Título.

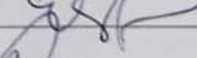
CDU 911

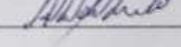


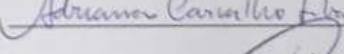
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: NATUREZA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

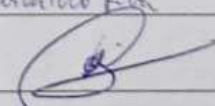
**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO DE
THIAGO SEBASTIANO DE MELO**

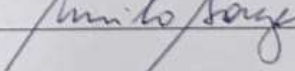
Aos 21 dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito (2018), a partir das 9h, no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, teve lugar a sessão de julgamento da Tese de Doutorado de **THIAGO SEBASTIANO DE MELO** intitulada: *"SOLVITUR AMBULANDO: UMA VIAGEM RUMO À AUTODETERMINAÇÃO POPULAR. ANÁLISES DA TURISTIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA E MODERNIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS COMO COMPONENTES DA METANARRATIVA CAPITALISTA"*. A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria n. ° 119/2018 da Diretoria do IESA, pelos seguintes Professores Doutores: **Eguimar Felício Chaveiro** (Orientador), **Adriano Rodrigues de Oliveira** (Membro Titular Interno), **Adriana Carvalho Silva** (Membro Titular Externo), **Francisco Fransualdo de Azevedo** (Membro Titular Externo) e **Murilo Mendonça Oliveira de Souza** (Membro Titular Externo). Os examinadores arguíram na ordem citada, tendo o candidato respondido satisfatoriamente. Às 13:10 horas a Banca Examinadora passou a julgamento, em sessão secreta, tendo o candidato obtido os seguintes resultados:

Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro (Presidente) - Ass. 
Aprovado Reprovado ()

Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira - Ass. 
Aprovado Reprovado ()

Profa. Dra. Adriana Carvalho Silva - Ass. 
Aprovado Reprovado ()

Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo - Ass. 
Aprovado Reprovado ()

Prof. Dr. Murilo Mendonça Oliveira de Souza - Ass. 
Aprovado Reprovado ()

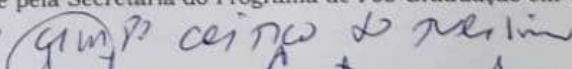
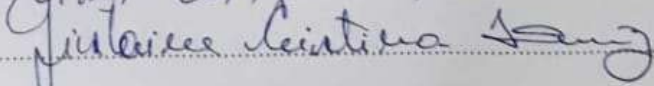
Resultado final: Aprovado Reprovado ()

Houve alteração no Título? Sim () Não

Em caso afirmativo, especifique o novo título: _____

Outras observações: DESTAQUE A RELEVÂNCIA DA PESQUISA

Reaberta a Sessão Pública, a Presidente da Banca Examinadora proclamou o resultado e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Pres. o 
Secretaria..... 

Aos sujeitos que pagam com suas existências o preço desse desenvolvimento modernizante elitista e desumano.

Aos movimentos sociais que constroem as transformações sociais heroica e organizadamente.

A quem, mesmo com medos e incertezas, não deixa de entoar a canção da emancipação social!

Agradecimentos

O exercício de por à prova a memória num resgate de todas as pessoas que contribuíram com um trabalho de mais de quatro anos é certamente inglorioso e fadado ao desastre. Por isso, de antemão digo que não tenho como retribuir com essa singela homenagem nominal a todas e todos que participaram dessa caminhada. A quem não comparece aqui, minhas sinceras desculpas e eterna gratidão!

Posto isso, não poderia encerrar essa etapa sem agradecer imensamente

À minha mãe Sonia, meu pai Edmilson, Luciana, minha irmã Ana e irmãos Danilo, Lucas, Otto e Levi, por serem uma fonte inesgotável de energia, admiração e inspiração;

Ao Fabio, Luana, Acanaue, tia Penha e Tio Homero, pelas acolhidas nas madrugadas, pelas idas e vindas aos aeroportos e rodoviárias, pelos almoços, festas e conversas;

À Rosangela e ao Thomaz, pelo incentivo e apoio nos primeiros passos para que o doutorado fosse uma realidade e pelas trocas durante esse período;

Aos Rafeais (Araraquara, Tina e Itu), pela amizade e apoio desde há muito;

À Daisy, que no caminho virou De e mais do que me recebeu em sua casa logo na chegada à Goiânia me recebeu na sua vida e passou a dividir comigo esse curso existencial cheio de desafios e delícias. Sem ela certamente não teria chegado até o final. Este trabalho é tão meu quanto dela. Por isso e por muito mais eu amo e admiro profundamente;

À Kenia, que se prontificou a me acolher na chegada à Goiânia e depois disso sempre esteve presente com uma amizade que me fortalece;

À dona Neide, seu Reinaldo, Fernanda, Fádila, Mayara e Myreille, e toda a prole, que me acolheram e me deram uma família em Goiânia nos piores e nos melhores momentos;

À Carol (Marques), amiga desde a primeira hora e companheira de descobertas, aprendizados, incentivos e aventuras;

Ao Eguimar, que muito antes de virar orientador da pesquisa, foi parceiro de empreitadas psicanalíticas e étlicas Brasil afora, um doutor ao qual cabe o título consagrado pela filosofia de Mestre. Seria inútil tentar agradecer por toda a (r)evolução pessoal que me ajudou a trilhar;

À Carol, ao Luiz, ao Gael e ao Yuri por terem me dado meu primeiro território goiano, aberto a casa e a vida, e proporcionado alguns dos melhores momentos dessa jornada;

Ao Bonde (Adriano, Leonardo e Rodrigo), parceria fina e responsável por grandes saltos qualitativos nessa etapa;

Ao André, pela amizade e conselhos decisivos nessa fase final;

À Márcia, por conversas que definiram rumos;

À Lara, pelas longas conversas, apoio e risadas;

À Gabi, esse pedaço do Equador com cheiro de pequi que suportou alegrias e tristezas amavelmente e dividiu muito mais que um teto;

À Isa, pelo apoio e cumplicidade;

Ao Pedro, pela amizade e apoio;

À Jamile, por ter, muito provavelmente sem saber, me dado um dos maiores incentivos destes últimos anos;

Ao Magno, Luciano e Gabriel por conversas que deram novos significados ao habitar Goiânia;

Ao Leandro, por ter aparecido num momento de (re)definições e ter sido sempre um parceiro de boas conversas e muito aprendizado;

Ao Orlando e Roberto por terem ajudado a construir um lugar em Moçambique;

Ao Crispim, que me inseriu nas comunidades Kalunga;

Ao Marcelo Mendonça, por ter propiciado o início desse trabalho;

Ao Trappu, em especial Natalia, Renatha e Max por terem sido mais que colegas de grupo e demonstrarem no cotidiano que é possível fazer diferente;

Ao (grupo) Dona Alzira por cada reunião, evento, viagem, almoço que desenharam um divisor de águas nessa experiência. Em especial, Angelita, Alex, Julião, Ricardo, Ana Paula, Tati, Emerson, Rosa, Renata, Damiana, Josy, Wilson, Bira, Ernesto e Lucas;

À Telma, por ser uma amiga indispensável;

À todas as pessoas que colaboraram na organização da Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária, momentos de singular importância nesse trajeto e na constituição da pesquisa;

A todas as lideranças e pessoas do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga que construíram a pesquisa comigo, em especial ao Juneildo, Rose, Damião, Vilmar, dona Procópio, seu Sirilo e Lourença;

Ao Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais, com sua estrutura e integrantes;

Ao MST de Goiás, por todas as experiências compartilhadas nestes anos. Em especial ao Luiz, Valdir, Francisca, Leniany, Gilvan, Nelson, Beth e Frango;

Ao Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino. Em especial, Ângela, Claudia, Eduardo, Pedro, Marisa e Cleuton;

À equipe da Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane, especialmente ao Helsio e ao Tomo;

À Universidade Pedagógica, em especial ao Vanito;

À União Nacional dos Camponeses de Moçambique, em especial ao camarada Said;

Ao pessoal do Fórum Intersindical de Saúde, Trabalho e Direito do RJ, especialmente ao Fadel, à Luciene e ao Renato;

Ao coletivo da REESCRITA, especialmente Xose, Jeffer, Eguimar, Ernesto e Lucas;

Ao coletivo da ENTREMEIO, especialmente Adriana e Júlio;

Ao Sesc e ao Centro de Pesquisas e Formação, pelo convite para representar a Reescrita no Seminário Internacional sobre Turismo, que ajudou a lapidar algumas ideias;

Ao corpo técnico-administrativo, discente e docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia;

À CAPES, sem a qual não seria possível a dedicação integral.

Com efeito, agir como um turista é uma das características do ser “moderno” e liga-se grandes transformações do trabalho remunerado. (John Urry)

A viagem não acaba nunca. Só os viajantes se acabam. E mesmo estes podem prolongar-se em memória, em lembrança, em narrativa. Quando o visitante sentou na areia da praia e disse: “não há mais o que ver”, saiba que não era assim. O fim de uma viagem é apenas o começo de outra. É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já, ver na primavera o que se vira no verão, ver de dia o que se viu de noite, com o sol onde primeiramente a chuva caía, ver a seara verde, o fruto maduro, a pedra que mudou de lugar, a sombra que aqui não estava. É preciso voltar aos passos que foram dados, para repetir e para traçar caminhos novos ao lado deles. É preciso recomeçar a viagem. Sempre. (José Saramago)

A grande diferença entre mim e eu mesmo é que para mim o objetivo é importante, a chegada conta demais, mas eu mesmo não acho isso o mais respeitável, o caminho vale bem mais, ou melhor, o caminhar. Nessa confusão, para mim, fica difícil conciliar a vontade de chegar, de concluir, com o inexorável desejo de permitir que o caminho se desenhe durante o caminhar, como eu mesmo penso que deve ser. Do que decorre, obviamente, que para mim não há problema intransponível, o problema sou eu mesmo. (Thiago S. Melo).

RESUMO

MELO, Thiago Sebastião de. *Solvitur Ambulando: uma viagem rumo à autodeterminação popular. Análises da turistificação da existência e da modernização de territórios como componentes da metanarrativa capitalista*. 2018. 399 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Orientador: Prof Dr Eguimar Felício Chaveiro – Instituto de Estudos Sócio Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

A crescente influência da narrativa turística passa a determinar as dinâmicas de modernização de territórios em cada vez mais lugares por todo o planeta, corroborando, deste modo, com os principais impactos desse modelo de modernização: a degradação ambiental, a precarização do trabalho e a negação da diversidade existencial. Essa influência se revela em diferentes dimensões cotidianas que, portanto, se turistificam: comunicação, educação, infraestruturas, questão ambiental, território, diversidade existencial e religiosidade. O turismo, à medida que se erige e é compreendido essencialmente (quando não exclusivamente) como atividade econômica e por seu lugar na economia globalizada, se apresenta como instrumento desse projeto de desenvolvimento modernizante. Comprometido com os princípios da sociedade capitalista, não tem como compor estratégias que assegurem a autodeterminação territorial dos sujeitos. A análise do turismo como fenômeno social multiescalar e multidimensional, aqui exposta, nega esse entendimento economicista hegemônico do turismo que o apreende e aprisiona nos limites das coordenadas capitalistas. Se, por um lado, o turismo não cria sozinho seus próprios problemas e tampouco pode resolvê-los sozinho, por outro, é, cada vez mais, “lugar” privilegiado para enxergar, assimilar e agir sobre as contradições sociais desse projeto de sociedade moderna. Por isso, apresento a tese de que a turistificação e a exclusão estão articuladas e funcionam como dispositivo de atualização e legitimação desse projeto de sociedade, que é possível capturar a partir de sua metanarrativa e suas práticas, e que tem como principal agente o Estado. Para entender como a turistificação e a modernização de territórios gera exclusão e nega a diversidade existencial, sistematizei trabalhos de campo realizados no Brasil, em Cuba e em Moçambique. Estas experiências permitiram verificar que as dimensões que se turistificam e geram exclusão têm aspectos passíveis de serem generalizados, embora a tessitura social influa nas dinâmicas de expansão turística. Os trabalhos de campo no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga contribuíram para perceber como os territórios de populações tradicionais, mesmo quando inseridos no circuito turístico, são tratados por um Estado sobre o qual avança o aparelhamento da bancada evangélica, e com ela a negação da diversidade existencial. Diante disso, concluo que resistências e alternativas não podem ficar isoladas. Traçar uma ampla estratégia da inserção do turismo nas táticas de organização popular e construção da emancipação social é o desafio posto e passa por constituir uma práxis turística emancipatória, na qual turismo não seja o reforço tácito/automático da metanarrativa capitalista.

Palavras-chave: Turismo; Território; Modernização; Sociedade de serviços; Determinações territoriais.

RESUMEN

MELO, Thiago Sebastião de. *Solvitur Ambulando: un viaje hacia la autodeterminación popular. Análisis de la turistificación de la existencia y de la modernización de territorios como componentes de la metanarrativa capitalista*. 2018. 399 f. Tesis (Doctorado en Geografía) – Orientador: Prof Dr Eguimar Felício Chaveiro – Instituto de Estudos Sócio Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

La creciente influencia de la narrativa turística, pasa a determinar las dinámicas de modernización de territorios, cada vez en más lugares por todo el planeta, colaboran de este modo, con los principales impactos de este modelo de modernización: la degradación ambiental, la precarización del trabajo y la negación de la diversidad existencial. Esa influencia se revela en diferentes dimensiones cotidianas, por tanto, se turistifica: comunicación, educación, infraestructuras, cuestiones ambientales, territorio, diversidad existencia y religiosidad. El turismo, a la medida que se instituye y es esencialmente comprendido (cuando no exclusivamente) como actividad económica y por su lugar en la economía globalizada, se presenta como instrumento de este proyecto de desarrollo modernizador. Comprometido con los principios de la sociedad capitalista, no tiene como componer estrategias que aseguren la autodeterminación territorial de los sujetos. El análisis de turismo como fenómeno social multiescalar y multidimensional, aquí presentado, niega ese entendimiento economicista hegemónico del turismo que lo retiene y lo aprisiona en los límites de las coordenadas capitalistas. Si bien, por un lado, el turismo no se crea solo sus problemas y tampoco puede resolverlos solo, por otro lado, es cada vez más, el “lugar” privilegiado para percibir, asimilar y actuar sobre las contradicciones sociales de este proyecto de sociedad moderna. Es por esto, que presento la tesis de que la turistificación y la exclusión están articuladas y funcionan como dispositivos de actualización y legitimación de ese proyecto de sociedad, que es posible capturar a partir de su meta narrativa y sus prácticas, teniendo como principal agente el Estado. Para entender como la turistificación y la modernización de territorios generan exclusión y niegan la diversidad existencial, se sistematizo trabajos de campos realizados en Brasil, Cuba y Mozambique. Estas experiencias permitieron verificar que las dimensiones que se turistifican y generan exclusión tienen aspectos pasibles de ser generalizados, aunque el tejido social influya en las dinámicas de expansión turística. Los trabajos de campo en el Sitio Histórica y Patrimonio Cultural Kalunga contribuyeron para percibir como los territorios de poblaciones tradicionales, incluso cuando dentro del circuito turístico, son tratados por un Estado sobre el cual avanza la instrumentalización de la bancada evangélica, y con la negación de la diversidad existencial. Ante esto, se concluye que resistencias y alternativas no pueden quedar a parte. Perfilar una amplia estrategia de inserción del turismo en la táctica de organización popular y construcción de la emancipación social es el desafío puesto para construir una praxis turística emancipadora, en la cual turismo no sea el refuerzo táctico/automático de la metanarrativa capitalista.

Palabras claves: Turismo; Territorio; Modernización; Sociedad de servicios; Determinaciones territoriales.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
PARTE I - OS FIOS DA AMARRAÇÃO: DEFINIÇÕES, CONTRAPOSIÇÕES E PROPOSIÇÕES	26
1 ESTADO, DESENVOLVIMENTO E MODERNIDADE.....	28
2 SUJEITOS E EXISTÊNCIAS NA NARRATIVA DE MODERNIZAÇÃO/ DESENVOLVIMENTO CONTEMPORÂNEO	49
2.1 <i>CIÊNCIA, PODER E SUBJETIVIDADE: UMA VISÃO SOCIAL DE MUNDO.....</i>	<i>49</i>
2.2 <i>LAICIDADE DO ESTADO E O SUJEITO REFERENCIAL.....</i>	<i>61</i>
2.2.1 <i>A bancada evangélica.....</i>	<i>89</i>
2.3 <i>MODERNIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO: A FORMA-CONTEÚDO DO DESENVOLVIMENTO MODERNO.....</i>	<i>93</i>
2.3.1 <i>Urbano-rural: as definições em voga no país</i>	<i>93</i>
2.3.2 <i>Modernização, o esvaziamento do campo.....</i>	<i>95</i>
2.3.3 <i>Agronegócio, a urbanização do campo</i>	<i>98</i>
2.3.4 <i>Contradições do projeto de modernização no Brasil.....</i>	<i>99</i>
2.4 <i>QUESTÕES PARA PROMOVER O APROFUNDAMENTO DA REFLEXÃO.....</i>	<i>110</i>
3 GEOGRAFIA E TERRITÓRIO.....	112
3.1 <i>SOBRE AS ESCOLHAS NA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA</i>	<i>113</i>
3.2 <i>GEOGRAFIA E TERRITÓRIO.....</i>	<i>114</i>
PARTE II – TURISMO E EXCLUSÃO: REORGANIZAÇÃO PRODUTIVA, TURISTIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA E AS CONTRADIÇÕES ENTRE DISCURSO E PRÁTICA	121
4 DO CICLO INDUSTRIAL AO CICLO DE SERVIÇOS: O TURISMO VISTO COMO UM FENÔMENO SOCIAL	121
4.1 <i>DIREITOS HUMANOS E TURISMO: UMA APROXIMAÇÃO CLASSISTA.....</i>	<i>170</i>
4.1.1 <i>A sanha do lucro máximo.....</i>	<i>174</i>
4.1.2 <i>Direitos humanos e turismo.....</i>	<i>176</i>
5 AS DIMENSÕES DA TURISTIFICAÇÃO E DA EXCLUSÃO DAS EXISTÊNCIAS. 181	
5.1 <i>COMUNICAÇÃO – UM DISCURSO MULTICULTURALISTA LIBERAL DESNUDADO POR PRÁTICAS RACISTAS.....</i>	<i>189</i>
5.2 <i>INFRAESTRUTURA – NÃO É SÓ PONTE QUE VIRA PONTO TURÍSTICO.....</i>	<i>197</i>
5.3 <i>EDUCAÇÃO – O QUE SE ENSINA PELO E PARA O TURISMO?</i>	<i>202</i>
5.4 <i>QUESTÃO AMBIENTAL – QUAL A NATUREZA DA SUSTENTABILIDADE TURÍSTICA?</i>	<i>206</i>

5.5 ALIMENTAÇÃO – COMER É UM ATO POLÍTICO!	210
5.6 TERRITÓRIO – A EFETIVAÇÃO DA EXISTÊNCIA CAPTURADA.....	214
5.7 IDENTIDADES EXISTENCIAIS – NÃO SEJA UM TURISTA. SEJA UM TURISTA ÚNICO	219
5.8 RELIGIÃO.....	229
5.9 SÍNTESE DA ARTICULAÇÃO ENTRE TURISTIFICAÇÃO E EXCLUSÃO DAS EXISTÊNCIAS.....	230
PARTE III – DETERMINAÇÕES TERRITORIAIS – COMO FICAM OS TERRITÓRIOS TURISTIFICADOS?.....	238
6 TURISMO E DETERMINAÇÕES TERRITORIAIS NO SHPCK.....	240
6.1 MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO X SHPCK – NEGAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE EXISTÊNCIA.....	246
6.2 TURISMO NO SHPCK.	253
6.2.1 Perfil da juventude que respondeu os questionários.....	256
6.2.2 Turistificação e exclusão no SHPCK.....	290
7 COOPERAÇÃO SUL-SUL ENTRE BRASIL E MOÇAMBIQUE: DA (IN)SEGURANÇA TERRITORIAL À ALTERIDADE CONSTRUÍDA PELA SOBERANIA POPULAR	322
7.1 FAZER É DIFÍCIL. DESENVOLVIMENTO E A (IN)SEGURANÇA TERRITORIAL DOS SUJEITOS NO BRASIL.....	326
7.2 FALAR É FÁCIL. UM PROJETO COM CORES NEOCOLONIAIS PARA MOÇAMBIQUE.....	332
PARTE IV – TURISMO, AUTODETERMINAÇÃO TERRITORIAL E EMANCIPAÇÃO SOCIAL.....	344
8 TURISMO, SOBERANIA POPULAR E AUTODETERMINAÇÃO TERRITORIAL: POR UMA PRÁXIS TURÍSTICA EMANCIPATÓRIA	345
9 AGIR É NECESSÁRIO! CONSTRUINDO UMA AGENDA DE PESQUISA PARA O TURISMO COMPROMETIDA COM A EMANCIPAÇÃO SOCIAL.....	362
9.1 TURISMO COMO FENÔMENO SOCIAL: IMPLICAÇÕES PARA A AUTODETERMINAÇÃO TERRITORIAL.....	364
9.2 O TURISMO E O MULTICULTURALISMO LIBERAL.....	366
9.3 A EDUCAÇÃO POPULAR PARA/PELO TURISMO	366
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	368
REFERÊNCIAS	373
ANEXO 1: LINKS DAS MATÉRIAS SOBRE TURISTIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA..	396

INTRODUÇÃO

Resolver caminhando! Eis uma das traduções possíveis para a expressão latina *Solvitur Ambulando*. Tive contato com ela num conto do Rubem Fonseca com o sugestivo título de *A arte de andar nas ruas do Rio de Janeiro*. Nele, o protagonista, cujo pseudônimo é Augusto, está decidido a escrever uma obra que desvende a referida arte. Não é um guia turístico, enfatiza. Tampouco um simples mapa. No exercício de sua arte, nos idos de 1992, Augusto expõe a transformação na paisagem pela qual começava passar a Cidade Maravilhosa. Equipamentos ligados à cadeia produtiva do turismo refuncionalizados, crescente número de moradores em situação de rua, a emergência de igrejas (neo)pentecostais. Em seu itinerário investigativo, interessa-lhe mais os sujeitos que vivem fora dos holofotes do que os donos dos empreendimentos. Augusto não consegue terminar sua obra, mas, além do instigante passeio pelas ruas e avenidas da cidade, com paisagens e sujeitos repletos de contradições e sentimentos, apresenta um princípio metodológico: resolver caminhando e caminhar ouvindo quem faz dos lugares territórios de vida!

Conheci Augusto no primeiro ano do doutorado. Passei quatro anos fermentando seus sábios conselhos, temperados com antigas inquietações. Resolvi que esse era o caminho. E assim começa a viagem à autodeterminação popular – apertem os cintos!

Numa comunidade de difícil acesso dentro do território de uma população tradicional brasileira com grande fluxo turístico, uma jovem quer visitar amigas e encontra dificuldades logísticas. Num território rural moçambicano, uma mãe amamenta o filho recém-nascido embaixo de uma árvore e é acometida pela cortina de poeira e fumaça dos carros que passam em direção a uma das praias locais, cujo número de visitantes cresce gradualmente. Em Cuba, o economista decidiu manejar os cálculos gerenciando um restaurante no centro de Havana, como forma de ter melhores rendimentos e satisfação pessoal.

O que estas cenas têm em comum? Todas são reais e compõem o mosaico social que ganha forma à medida que o turismo se torna pilar central das políticas de crescimento econômico desses e de tantos outros países. Tais cenas enunciam uma complexa aproximação entre diferentes questões impostas por essas políticas. Políticas essas que, muitas vezes, não são políticas públicas, são, antes, determinações territoriais impostas pelo e para o turismo ou, ainda, por “projetos de desenvolvimento”.

Não obstante, a Cadeia Produtiva do Turismo (CPTur), que será considerada aqui por seus componentes a partir de sua participação na efetivação da experiência turística¹, não surge no debate público apenas nos países que assim escolhem. Antes, se impõe com o vigor de quem, pouco a pouco, passa a ser primordial para a reestruturação produtiva do capitalismo contemporâneo. Isso tanto como meio para reprodução ampliada do capital, quanto como meio para atualização e legitimação de sua metanarrativa.

Tal é a força que esse fenômeno social exerce sobre as sociedades modernas que autores como De Masi (2000) e Urry (2001) compreendem que “ser turista” é a condição do sujeito moderno, e autores como Melo Neto (2013) não se intimidam em dizer que viver será um grande evento – que eu traduzo como uma existência turistificada, por ser mais coerente teoricamente.

O tema que analiso é, pois, o papel do turismo nas transformações sociais contemporâneas, mais precisamente, de sua reestruturação produtiva em diante. O problema deriva de uma constatação: o Estado é o principal agente de criação das condições para que o turismo (re)organize e (re)articule territórios. Sendo assim, pretendo expor o que julgo serem as principais dimensões afetadas por essa ação/omissão do Estado nesse particular.

Por concordar com a teoria de Marcio Pochmann² de que o desenvolvimento capitalista sai do ciclo industrial e entra no ciclo de serviços, é válido pressupor um aumento da importância do turismo, cuja cadeia produtiva é um conglomerado de serviços (PAULA, 2015), na reprodução ampliada do capital. Se hoje o turismo gera um a cada dez empregos (BRASIL, 2018), o que já faz dessa cadeia produtiva um pilar da atual sociedade, essa geração será ainda maior nas próximas décadas, conferindo aumento de sua relevância econômica e, consequentemente, política.

Slavoj Zizek (2012a), psicanalista e filósofo esloveno que reflete sobre as atualizações da sociedade capitalista e suas implicações objetivas e subjetivas, concorda com a preponderância do setor de serviços e do trabalho imaterial na contemporaneidade, nisso que se pode chamar de capitalismo cognitivo. Apesar das transformações decorrentes, por exemplo, com uma “burguesia

¹ Me parece mais preciso, teoricamente, falar de “experiência turística” do que de “atividade turística”, isso em função desta se conectar a uma leitura economicista e daquela inserir o sujeito e suas experiências em uma complexidade que extrapola os sentidos visivelmente mercadológicos, convidando para um adensamento da percepção de como esse sujeito é (in)formado pela narrativa turística em sua existência cotidiana e não somente no “ato turístico”.

² Palestra proferida durante o XV Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), em setembro de 2017 no Rio de Janeiro.

assalariada” que vive do “mais salário” como principal fator de diferenciação social para o grosso da população, ou mesmo do desemprego estrutural que transforma a simples possibilidade de estar empregado numa oportunidade a ser agarrada em detrimento de realizações pessoais, o capitalismo contemporâneo não mexeu nos princípios basilares da sociedade moderna.

O sujeito referencial do projeto de modernização continua sendo o homem branco, heterossexual, cristão e bem-sucedido economicamente. A ciência cada vez mais é a fiel avalista dos projetos sociais de diferentes escalas, dos megaprojetos de mineração à transgenia alimentar, passando por tecnologias de uso cotidiano e chegando aos planos de governos em áreas como mobilidade, manejo dos bens comuns (água, ar, solo, subsolo, fauna e flora). Não raro o Estado capitalista, que gosta de se dizer democrático, essa entidade liberal e (supostamente) laica, cuja missão é equalizar os interesses nacionais considerando e fazendo valer os direitos das diferentes classes que o compõe, encontra no próprio discurso científico barreiras aos seus projetos. Mas nessas ocasiões, um vago senso de “bem comum”/“interesse nacional” é acionado, sem comprometer o papel de avalista dos projetos de desenvolvimento modernizante que a ciência carrega. A liberdade (sempre anunciada como individual, mas que, via de regra, se realiza como de mercado) e a propriedade privada completam as bases dessa metanarrativa capitalista modernizadora que teve, até pouco tempo na industrialização, o suporte do seu desenvolvimento³.

O desenvolvimento é o conteúdo dessa forma-narrativa. E, se desenvolver é modernizar, isso se desdobra no reforço de pares antagônicos: desenvolvimento-atraso, moderno-tradicional, inclusão-exclusão etc. O turismo, à medida que se erige e é compreendido essencialmente (quando não exclusivamente) como atividade econômica e por seu lugar na economia globalizada, se apresenta como instrumento desse projeto de desenvolvimento modernizante e, portanto, reforça as dualidades derivadas. O turismo, comprometido com os princípios da sociedade capitalista, não tem como compor estratégias que assegurem a autodeterminação territorial dos sujeitos. Apresenta-se a antítese da tese.

A análise do turismo como fenômeno social multiescalar e multidimensional nega esse entendimento economicista hegemônico do turismo que o apreende e aprisiona nos limites das coordenadas capitalistas. Se, por um lado, o turismo não cria sozinho seus próprios problemas e

³ Essa forma sumária de apresentação tem por objetivo a síntese didática e não o esvaziamento ou silenciamento de problemas fundamentais para a própria pesquisa, como a questão da diversidade existencial, notadamente o racismo e o machismo, a democracia liberal-capitalista, ou a laicidade do Estado, que serão tratados em momentos oportunos.

tampouco pode resolve-los sozinho, por outro, é, cada vez mais, “lugar” privilegiado para enxergar, compreender e agir sobre as contradições sociais desse projeto de sociedade moderna.

A tese é que a turistificação e a exclusão estão articuladas e funcionam como dispositivo de atualização e legitimação desse projeto de sociedade capitalista, que podemos apreender a partir de sua metanarrativa e suas práticas, e que tem como principal agente o Estado. O que exatamente se turistifica? Do que são excluídos os sujeitos que não correspondem ao sujeito referencial da sociedade moderna e/ou que são afligidos pelas práticas excludentes desse modo de produção e organização social?

A resposta mais certa é: da dignidade, da essencialidade propriamente humana. E a dignidade foi fracionada em um grande número de direitos fundamentais, cuja maior representação internacional é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Tais direitos é que estou chamando de dimensões.

Tratar todas essas dimensões resultaria em uma profusão que me parece desnecessária, porque se concretizam numa totalidade. Ou seja, à medida que se negam determinados direitos fundamentais, o alcance aos demais é impedido. Mesmo que alguns deles sejam garantidos, sem a garantia da equidade e da segurança para a autodeterminação territorial dos sujeitos, processa-se um alijamento igualmente visível de direitos.

Elegi, por isso, oito dimensões que, no desenvolvimento da pesquisa, se mostraram empiricamente correspondentes aos direitos fundamentais e alguns dos direitos, sem os quais, o turismo não se efetiva e, com os quais, está comprometido por meio do seu Código Mundial de Ética do Turismo e documentos nacionais. São elas: Comunicação, Infraestrutura, Educação, Questão ambiental, Alimentação, Território, Identidades Existenciais e Religião.

Essas dimensões, por um lado, se turistificam, ao serem inseridas nas estratégias de expansão do turismo contemporâneo, por outro, são excluídas/negadas aos sujeitos, ora com participação direta da CPTur, ora com participação indireta. Essas exclusões se fazem marcantes, sobretudo, a partir da existência. E toda existência pressupõe um território. Assim, o problema a ser encarado é: em que medida o turismo pode ser elemento da autodeterminação territorial dos sujeitos na sociedade moderna?

Uma vez que não há território sem territorialidade e não há territorialidade sem subjetividade, outra indagação se apresenta: como o turismo participa no que Konder (2009)

chamava de batalha das ideias? Em outras palavras, qual é a força da narrativa turística na estruturação de concepções de mundo?

Com base nesses questionamentos, encaro a evidência de que determinados segmentos da sociedade são mais fortemente atingidos pelas estruturas desse modo de produção do que outros. No que diz respeito a esta pesquisa, significa afirmar que a turistificação e a exclusão têm marcadores sociais: gênero, idade, sexualidade, etnia, classe. Assim, o desemprego é estrutural, mas ele atinge mais uma classe do que outra, e, dentro dessa classe, mais um gênero do que outro, e, nesse gênero, mais determinada etnia do que outra. Se ocorre a feminização dos empregos com a expansão do setor de serviços, as diferenças de classe e etnia se fazem presentes novamente. E assim segue.

Considerando a pesquisa realizada no mestrado (MELO, 2012), tomei os territórios das populações tradicionais como potenciais espaços de resistência a esse modelo de desenvolvimento modernizante. Já que os assentamentos de reforma agrária se estabelecem pelo conjunto de políticas públicas das quais, em tese, são beneficiários, seus territórios são potenciais espaços de resistência, porque a Constituição Federal de 1988 assegura seu direito à autodeterminação territorial, cuja legitimidade é reforçada por tratados internacionais que o país subscreve, como a Convenção 169 da Organização Mundial do Trabalho (OIT), e que termina por lhes garantir (na letra fria da lei) caminhos alternativos à voracidade da modernização capitalista de territórios.

Tendo em vista a forte segregação social que essas populações sofrem, inicialmente, a proposta era trabalhar exclusivamente com as comunidades do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCCK), por conta de uma conjunção de fatores, quais sejam: a) o turismo nesse quilombo, o maior em extensão do país, é forte e crescente, embora bastante localizado; b) trata-se de uma população negra; c) a presença do Estado é restrita e imprime limitações, ou mesmo negações, de direitos humanos fundamentais; d) existe, no Brasil, uma pedagogia quilombola que visa ofertar educação condizente com a história dessa população tradicional; e) há grande saída da juventude do território para estudar nas cidades, notadamente no ensino médio e ensino superior, bem como para se inserir no mercado de trabalho.

Trabalhar com uma população negra, com uma juventude que é (in)formada pela vigorosa influência do turismo, suas narrativas sociais e suas práticas, num território em que o

Estado falha quanto à garantia de direitos dos moradores, ao mesmo tempo que é um importante agente da inserção do turismo, são fatores que propiciaram consolidar a tese ora apresentada.

Uma tese sempre precisa ser lida à luz de seu tempo histórico. O pano de fundo contra o qual construí a pesquisa é o já anunciado: um entendimento hegemônico do turismo, do ponto de vista economicista, cuja reverberação mais imediata é a desconexão desse fenômeno social com a totalidade. Via de regra, opta-se por análises de particularidades da experiência turística que não buscam, e, às vezes, chegam a negar o papel do turismo na reorganização social contemporânea. As análises que se reivindicam críticas no Brasil, como já expôs Ouriques (2005), hegemonicamente se limitam a propor pequenos ajustes no âmbito de um vago desenvolvimento sustentável. Não conectam o turismo à reprodução das relações de produção capitalista, nos termos de Lefebvre (1973), e às exclusões estruturais desse modelo de organização social.

Há um desafio para as pesquisas críticas nesse campo: construir uma epistemologia assentada na categoria trabalho que permita compreensões não reducionistas ou parciais do fenômeno social em tela. Não me ponho a tarefa de responder a esse chamado com esta pesquisa. Entendo que essa é uma missão coletiva. Minha intenção, é contribuir para tal construção. Daí a opção por uma perspectiva mais generalista, que tenta compreender o papel do turismo na reestruturação da sociedade contemporânea, aproximando diferentes problemáticas nas quais o turismo nem sempre aparece de modo evidente.

O objetivo geral da pesquisa é compreender os aspectos abrangentes, os traços que são passíveis de serem generalizados, nas determinações territoriais advindas dessa articulação entre turistificação e exclusão como dispositivo de atualização e legitimação da metanarrativa capitalista. Especificamente, objetivei estabelecer a relação entre turistificação e exclusão para cada uma das dimensões analisadas; identificar o que mais agrada e o que mais desagrade a juventude dentro do quilombo; aproximar as constatações dos (des)agrados da juventude com direitos Constitucionais; verificar se e como o turismo está posto na educação formal oferecida aos jovens das comunidades no SHPCK; identificar a existência de diferentes religiões no território e suas relações com o turismo; mensurar a tendência de saída da população jovem do território Kalunga; levantar e espacializar os empreendimentos que compõem a cadeia produtiva do turismo no SHPCK; aferir como membros das comunidades percebem os impactos do turismo nas relações interpessoais no SHPCK.

Os objetivos, geral e específicos, foram sendo adaptados à medida que os trabalhos de campo e as atividades acadêmicas ocorriam. Foram sete atividades ao todo, compreendidas entre os anos de 2014 e 2017, em diferentes épocas do ano. Estive em comunidades nos três municípios que abrigam administrativamente o SHPCK (Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás). Estive nas principais comunidades do território, assim identificadas pelas lideranças locais. Três dos trabalhos de campo me permitiram ficar ao menos 4 dias, sendo que numa das oportunidades estive por 6 dias no território. Participei de eventos escolares e universitários, de ações do poder público, festas comunitárias e particulares dos moradores (que sempre me receberam muito bem). Tais vivências foram propiciando a construção da pesquisa ao mesmo tempo que impunham novos desafios e a reorganização de sua estrutura, seja por meio da revisão dos objetivos, seja com novos elementos das dinâmicas sociais que obrigavam rever os procedimentos metodológicos. E as atividades acadêmicas iam, obviamente, constituindo-se como relevantes pontos de balizamento destes procedimentos.

Uma apreensão da influência dos discursos/práticas da CPTur nas determinações territoriais, notadamente de alguns sujeitos sociais, em diferentes escalas e dimensões, exigiu que as realidades analisadas constituíssem diferentes escalas e dimensões do turismo. A opção inicial de se ater essencialmente aos territórios das comunidades do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga foi acrescida pela alternativa de sobrepor, comparar e refletir sobre como o turismo impacta as determinações territoriais, tendo como principal agente o Estado, em Cuba, Moçambique e outras localidades do Brasil, particularmente o Rio de Janeiro.

Em setembro de 2014 a participação no VIII Congresso Internacional de Geografia da América Latina, realizado em Madri, ensejou a permanência na Espanha por 15 dias, sendo 12 dias em Madri e 3 dias passando por cidades num raio de 230 quilômetros. A qualidade do transporte público, a limpeza das ruas e áreas coletivas, os preços razoáveis, as pessoas nas ruas até tarde, contrastavam com a já presente, e que nos últimos anos ganhou vulto, turismofobia. Contudo, as experiências não foram só positivas. Os conflitos relativos à diversidade existencial também não estão superados. Alguns dias no bairro de Lavapies, com grande concentração de população negra, denunciaram, nos muitos avisos de “cuidado, o bairro é muito perigoso” por parte da população não negra, que a presença negra incomoda. A segunda volta de taxi numa madrugada para Lavapies, quando o taxista não quis ligar o taxímetro e cobrou mais do que paguei na primeira corrida, acendeu um alerta: se mesmo num país “desenvolvido”, com

diferenças salariais muito inferiores às do Brasil, por exemplo, há esse tipo de prática, elas revelam uma concepção de mundo (não uma necessidade de sobrevivência imediata, como em alguns casos). Voltei para o Brasil questionando: qual o peso da narrativa turística nas construções de concepções de mundo? A narrativa turística está preocupada com a emancipação social e a garantia da dignidade humana?

O ano de 2015 começou com uma notícia triste e de severas reverberações para a educação nacional. Um corte drástico no orçamento do Ministério da Educação. Com isso a bolsa pretendida para o estágio sanduíche em Moçambique foi temporariamente cancelada. A bolsa seria concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, no âmbito do projeto intitulado “Sementes crioulas, quintais agroecológicos e cooperação popular: troca de saberes e experiências de economia criativa do cerrado brasileiro as savanas em Inhambane/Moçambique”, e coordenado pelos professores Eguimar Felício Chaveiro, da Universidade Federal de Goiás (UFG), e Hélsio Amiro Montany de Albuquerque Azevedo, da Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Apesar da frustração, nas ruas pouco se notava qualquer mudança na realidade social do país, o que rapidamente se transformaria depois da ruptura democrática que viria e exigiria novos esforços para compreender como o turismo se relaciona com essas transformações.

A ida para Cuba em 2015, para a participação no Encontro de Geógrafos da América Latina, possibilitou a permanência por 15 dias num país que tem o turismo como uma de suas principais fontes de receita e que conta com grande quantidade de políticas públicas para o setor. Essa primeira ida para a ilha caribenha revelou que, de fato, há traços gerais na estruturação do turismo. Era preciso permanecer mais tempo em outro país para verificar como se articulam tais traços e como incidem nas determinações territoriais.

O papel do Estado na segurança territorial dos sujeitos mostrou sua força em 2016. Após uma ampla aliança entre setores da burguesia nacional, a presidenta Dilma Rousseff teve seu mandato, conquistado nas urnas, tomado por um processo jurídico-parlamentar questionado por importantes juristas nacionais e internacionais (PRAGMATISMO POLÍTICO, 2016). A destituição da ex-presidenta Dilma Rousseff representou uma ruptura na frágil democracia brasileira. Com menos de 30 anos de promulgação, a jovem Constituição Federal tem sido gravemente afrontada no país. Setores do Estado comprometidos com a agenda neoliberal e

retrógrada do atual governo têm se esforçado para legitimá-lo e apoiá-lo. Para tanto, contam com a importante função dos grandes meios de comunicação. Esse conluio tem permitido o retrocesso de conquistas sociais. As mais marcantes certamente são o que o atual governo chamou de modernização das leis trabalhistas, o congelamento dos investimentos sociais, a asfixia das políticas sociais vigentes e a investida contra as populações tradicionais e camponesas. Era o começo de uma transformação social que mudaria a paisagem das principais cidades do país.

Em 2016, apareceu a oportunidade de ministrar uma disciplina sobre turismo rural na UEM, na Escola Superior de Hotelaria e Turismo (ESHTI), durante o estágio sanduíche em Moçambique, que finalmente foi possível, depois de mais de um ano de orçamento congelado. Morei quatro meses no país, de setembro de 2016 a janeiro de 2017. Por lá, além das aulas, participei das atividades do projeto; estive em reuniões com o campesinato organizado na União Nacional de Camponeses (UNAM) para pensar acerca da organização das associações de produção agrícola e a vontade de alguns membros de trabalhar com turismo rural; em eventos da ESHTI, inclusive com a participação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), quando pude conversar com representante da entidade sobre como cultura e turismo entram nos diálogos da geopolítica internacional; viajei pelas regiões sul e norte do país, para fazer um reconhecimento das paisagens, festividades, tradições etc.; reuni-me com a direção da Universidade Pedagógica (UP) delegação de Nampula para organização do evento I Encontro Internacional de Pesquisas Críticas, que ocorreu entre 03 e 07 de outubro de 2017; participei de trabalhos de campo com pesquisadores da UEM e da UP, quando conversei com famílias removidas e reassentadas – em condições precárias, como mostrarei e como Frei (2017) já comprovou, pelos projetos da mineradora brasileira Vale –; participei do XVIII Encontro da Rede de Estudos Ambientais dos Países de Língua Portuguesa, que ocorreu no município de Maputo, de 14 a 17 de novembro de 2016. A visita guiada pela favela de Mafalala, a maior favela da capital do país, com os projetos derivados desse roteiro turístico, foi igualmente uma oportunidade de problematizar o turismo à luz da emancipação social. Em outubro de 2016, uma missão científica com pesquisadores brasileiros notou a forte presença do comércio informal nas ruas, do uso de lenha para cozinhar, inclusive em restaurantes, da venda de poucos itens de hortifrutigranjeiros como táticas para acessar algum dinheiro. Essas viagens, acrescidas de outros momentos de investigação e lazer, me permitiram conhecer com alguma consistência a CPTur do país e parte de seus principais agentes. Destaco, desde já, notadamente no litoral de Inhambane, o

peso do capital sul-africano na cadeia hoteleira e uma forte segregação da população moçambicana – que, aos menos informados, pode parecer mais “natural” quando exercida por europeus e mais estranha quando realizada por demais africanos, mesmo brancos (um primeiro sinal, contudo, de que os marcadores sociais são mais importantes nessa relação do que o local de origem).

No início de 2017, depois da troca de orientação, passei a ir para o Rio de Janeiro com frequência quase mensal. A cidade estava, como o resto do país, em ebulição, sentindo os efeitos da austeridade e do corte de verbas em políticas sociais. Comecei a acompanhar as atividades do Fórum Intersindical de Saúde do Trabalhador (FIST) na cidade, bem como a compor a equipe que coordena o FIST em Goiás. Lendo os boletins mensais do FIST/RJ percebi que a CPTur aparecia em diversas abordagens, de entrevistas com trabalhadores, até artigos de profissionais ou pesquisadores, passando por questões sindicais latentes. Nesse momento, o grupo de pesquisa Dona Alzira – Espaço, Sujeito e Existência já constituía o Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino. Passei a representar o grupo nas atividades do Comitê. No decorrer do ano, passei a compor a coordenação executiva do Comitê e a representá-lo no FIST/GO. Em função da existência de diversas violações aos direitos humanos no ou com sujeitos do SHPCK e por já ter uma ligação com algumas lideranças, ajudei a articular uma roda de escuta sobre tais violações em Goiânia. Durante a roda, várias delas apareceram articuladas ao turismo na fala dos sujeitos presentes. Essas experiências foram determinantes para definir as dimensões a partir das quais exporia a tese. As idas à cidade do Rio de Janeiro permitiram, ainda, acompanhar o crescimento absurdo e verdadeiramente desumano da população em situação de rua, que já havia quase triplicado de 2013 a 2016 (G1, 2017). Eu a vi crescer mês após mês – e se a culpa cristã e/ou algum nível de solidariedade/sensibilização impulsionam as caridades/esmolas, é nos lugares onde o dinheiro circula que grande parte desses sujeitos se alojará, contra as investidas de um Estado que lhes submete a tal condição enquanto impõe uma narrativa turística. O trabalho informal acompanha o crescimento do desemprego e, com isso, as bancas, tapetes e carrinhos que expõem produtos desse tipo de comércio, compõem, de modo marcante, a paisagem dessa cidade turística. O Estado que insiste em dizer que o turismo é uma prioridade nacional e que pretende se reposicionar no *ranking* de países que mais atraem turistas internacionais é o mesmo que subtrai de quem mais precisa. É possível harmonizar pobreza, muitas vezes extrema, com a atividade turística? Com tais questões, me perguntei: como o turismo lida com a exclusão de

sujeitos e territórios? Lembrei-me do Ivan, organizador do roteiro na favela de Mafalala, em Moçambique, ter dito que se inspirou nos roteiros da Rocinha. Fui conferir. Foi a espetacularização da pobreza, a redução de diferentes sentidos de vida à lógica da mercadoria, uma marcante dinâmica de concentração de renda. A primeira subida, em 2017, fiz por intermédio de uma agência de turismo. Suas falas reforçam estereótipos, e reduzem a vivência a espaços destinados à presença de turistas. Em 2018, subi novamente. Dessa vez com um morador. Garçom em Copacabana, João foi muito solícito ao me acompanhar por uma tarde inteira entre as ruas e becos da comunidade e fez questão de esclarecer que se trata de várias comunidades, isso é, várias territorialidades. João me disse que são frequentes os pedidos dos clientes em Copacabana e de conhecidos para conhecer a Rocinha. Em busca de uma experiência não turística? Durante esse mês, julho de 2018, acompanhado de parte do grupo de pesquisa Dona Alzira – Espaço, Sujeito e Existência, fiz um roteiro guiado pela professora Adriana Carvalho Silva, em que foram centrais as obras de turistificação de antigas áreas, em função dos megaeventos esportivos, e equipamentos turísticos, em memória da escravização da população africana.

O I Encontro Internacional de Pesquisas Críticas sobre Turismo, supracitado, foi palco da oficialização e lançamento da Rede Internacional de Estudos Críticos sobre Turismo, Território e Autodeterminação (Reescrita), cuja articulação contou com pesquisadores do Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Espanha, México e Moçambique. A participação no evento levou uma missão científica com pesquisadores de Brasil, Espanha e México à Moçambique. Estivemos em Nampula, sede do evento, localizada no norte do país, e em Maputo e Inhambane, no sul. A criação da Reescrita e o diálogo com os pesquisadores que a constituem, sobretudo do Brasil, da Espanha, do México, de Cuba e de Moçambique, apontaram um problema crônico nas abordagens críticas do turismo. Elas são, em si, minoritárias e têm, por isso, seu crédito. Todavia, é preciso ter rigor na construção e exposição teórico-conceitual, visto que desdobrarão em políticas públicas e privadas. A maioria derrapa em reformismo, cujo sentido se encerra em si. Um novo estímulo para avançar na aproximação de problemas, aparentemente, distintos com a estruturação da CPTur.

Ainda em outubro de 2017, outro evento e outra rede marcariam o caminho final da pesquisa. No Rio de Janeiro, realizamos o I Encontro da Rede de Pesquisa de Geografia, Turismo

e Literatura (ENTREMEIO). A textualidade e as sensibilidades imagético-metafóricas ganhavam novo fôlego e novos rumos.

Com novas lentes, em março de 2018 voltei a Cuba para mais uma série de atividades, dessa vez vinculadas ao I Colóquio Internacional Cuba-Brasil: território, desenvolvimento, sujeito e linguagem. Foram mais 16 dias na ilha. Fui de leste a oeste, de ônibus. Na província de Pinar del Rio, conheci roteiros turísticos vinculados à produção tabagista, que já conhecia das análises (que se mostraram bastante sóbrias) de Fabrini (2011), e equipamentos de restauro e lazer. Em Bayamo, conheci o mesmo tipo de equipamentos, bem como de hospedagens. As palestras e apresentações de trabalhos de pesquisadoras e pesquisadores locais foram fundamentais para compreender como o turismo tem sido pensado e está colocado nas políticas públicas, bem como seu papel na atualização econômica e social do país. Em Havana, pude comparar o que se apresentou com o que tinha encontrado em 2015. A dinamização econômica impulsionada pela CPTur se fez mais visível ainda nas ruas, por meio de obras públicas e crescimento do comércio. Embora o país siga sendo seguro para visitantes, as disparidades típicas de cidades com grande fluxo de turistas de fora da própria cidade são, também, definidoras da paisagem e das dinâmicas.

O conjunto destas vivências foi consolidando e dando forma à pesquisa, contribuindo para definir a estrutura exposta. Contudo, na reestruturação da tese, optei por manter os objetivos específicos, visto que na elaboração do trabalho apresentado na IV Jornadas Internacionais de Problemas Latino-Americanos (MOURA, MELO, MISNEROVICZ, 2015), me dei conta de que a questão geracional é um gargalo no campo goiano como um todo. A juventude sai para se inserir no mercado de trabalho “moderno”, muitas vezes, se inserindo na cadeia produtiva do agronegócio, e, via de regra, ou não retorna, ou regressa debilitada e sem condições de garantir a reprodução social da família. Para poder relacionar as questões macroestruturais e as ações da CPTur com as dinâmicas de permanência/saída dessa parcela da população do quilombo, era preciso saber como enxergam e vivem suas realidades. Assim, os objetivos específicos exigiram um conjunto de procedimentos metodológicos que permitissem conhecer em primeira mão, não com base em dados secundários, as opiniões das principais representações/lideranças do território e da juventude. Manter a reflexão sobre a influência da igreja nas determinações territoriais e, particularmente, na CPTur se mostrou pertinente ao longo da pesquisa por três motivos: 1) pelo papel que Pochmann confere às religiões (neo)pentecostais na reorganização da sociedade

brasileira; 2) pelo crescimento de convertidos e as rupturas/conflitos advindos disso nas comunidades; 3) porque essa ruptura/conflito desde uma orientação teológica em assuntos afeitos à CPTur e nas determinações territoriais dos sujeitos foi igualmente verificada em Moçambique e no Rio de Janeiro, o que permite ser problematizada em diferentes escalas, tendo como suporte as informações empíricas do SHPCK.

Para uma expressão mais ampla sobre o quilombo, optei por entrevistar as duas lideranças do território, que foram indicadas pelos próprios moderadores das comunidades, a saber, seu Sirilo e dona Procópio. O primeiro também teve papel fundamental na construção da Associação Quilombo Kalunga (AQK), a principal associação do quilombo, conhecida como associação-mãe, e foi pioneiro no processo de sistematização da atividade turística, notadamente a partir da comunidade de Engenho II, onde fica a cachoeira Santa Barbara, principal atrativo turístico do território; a segunda foi uma das principais vozes autóctones no processo de demarcação e titulação do SHPCK. Ambos seguem tendo importante papel nos diálogos com o poder público e *pesquisadorxs*. Já para questões pontuais, sejam relacionadas ao turismo, sejam do cotidiano no quilombo e nas relações com os municípios, entrevistei a responsável pelo Posto de Informação Turística (que no curso da pesquisa foi reformado e ampliado); um membro do quilombo que foi vereador; um funcionário da secretaria estadual de educação, que é um dos responsáveis pelo suporte da educação formal no SHPCK; o presidente da AQK; o presidente da Associação Kalunga da Comunidade de Engenho II (AKCE), comunidade na qual se encontra o principal atrativo turístico do SHPCK. Apliquei questionários sobre o turismo e a vida no quilombo em duas comunidades, uma com grande fluxo de turistas e outra distante da primeira e sem fluxo e, na época, de difícil acesso, com o propósito de compreender como esses jovens estavam sendo (in)formados pela narrativa turística e se isso exerce alguma influência nas decisões sobre permanecer ou não no quilombo. O tempo já relatado nas comunidades propiciou observar e analisar a CPTur e as implicações dela nas determinações territoriais por meio das dimensões definidas, relacionando as vivências com as entrevistas e questionários.

Tendo explicado os caminhos percorridos, passo à estrutura de exposição. Discordo de colegas que montaram suas pesquisas cientes de que o método determina a exposição (disso decorre, necessariamente, que uma pesquisa dialética histórico-materialista precisa começar pelo empírico, passar às mediações e, finalmente, partir para o macroestrutural). O método orienta a

análise e os procedimentos condizentes. A exposição é um convite, uma condução. Esta se divide em quatro partes.

Veja um teatro. Um palco italiano. Você assiste da plateia. Atrás do palco, a coxia e o camarim. Começo por aqui. É o espaço no qual o elenco e a equipe cenotécnica se movem, põem e retiram cenários, trocam de figurino, entram de um lado e saem por outro, a mesma atriz aparece encarnando muitos papéis/discursos, confundindo quem assiste/participa. Apresento nessa primeira parte, então, o suporte para uma leitura geográfica, por meio do território, do turismo; a noção de território classista; o papel do Estado. Elenco o que me parece fundamental na estruturação da metanarrativa capitalista, que se concretiza com a modernização dos territórios, contextualizando como ela se relaciona com os direitos humanos e se fortalece em detrimento das metanarrativas emancipatórias, buscando as implicações para as determinações territoriais e as identidades existenciais. Isso não aparece visivelmente nas leituras correntes do espetáculo turístico.

Agora, no palco, considero e exponho as personagens e o cenário. Como cada item do cenário se relaciona com as personagens? Quem interpreta cada personagem? Quem é cada personagem na trama? Que linguagem é essa? É o momento de expor, na segunda parte, como e porque compreendo, desde o que temos formulado em conjunto na Reescrita, o turismo como um fenômeno social multiescalar e multidimensional. Por quais caminhos o turismo participa da atualização e legitimação da metanarrativa capitalista? Observando as oito dimensões apresentadas, exponho como turistificação e exclusão se fundem no cimento que concretiza os (des)caminhos do desenvolvimento turístico e suas implicações para as determinações territoriais. Personagens comumente vistas separadamente são chamadas ao palco para se apresentarem juntas, expondo as relações que culminam nas determinações territoriais expostas.

Conhecendo personagens, cenários e o *canovaccio* – cuja virada emancipatória é o que ensejo –, é possível acompanhar o desenrolar do espetáculo. Na terceira, parte olho para as determinações territoriais com vistas a compreender como as oito dimensões expostas anteriormente contracenam e dialogam com o Estado em casos específicos. Moçambique e o SHPCK comparecem. Destaque para este último, ator principal. Um sujeito social entra em foco: a juventude. Os (des)contentamentos com a vida no quilombo e a vontade de permanecer/sair são apresentados em diálogo com as dimensões enunciadas. A educação e o turismo voltam a

contracenar num texto que permite refletir sobre uma educação para/pelo turismo de caráter emancipatório. A religião ganha destaque nas cenas desse terceiro ato. Ela sobe no palco e obriga o Estado a responder sobre sua laicidade e seu (des)comprometimento com o turismo, que vê na desarticulação e fragmentação social derivada do crescente número de convertidos uma ameaça a alguns dos principais elementos culturais, comunitários e “atrativos turísticos” dessas comunidades – seus festejos ligados à produção alimentar.

No ato que prenuncia o final do espetáculo, é hora de romper com essa cortina invisível que permite assistir incólume a tudo que ocorre no palco. Imbuído do espírito de Boal (1975) e Freire (2005), o teatro do oprimido apresentado na quarta parte convida o espectador/leitor a olhar ao redor, a participar dessa construção possível de outro turismo, de outra sociedade. No lugar de óculos 3D, lentes teleológicas. Contra as sensações alienadas, trago uma série de ponderações sobre práticas turísticas conectadas à construção/efetivação de outro projeto de sociedade, de uma metanarrativa emancipatória, que compromete/vincula quem faz e quem participa em um mesmo espetáculo, em uma encenação real, para usar um oxímoro possível.

No último ato, sabendo das limitações, particulares e conjunturais (provavelmente mais aquelas do que estas) que permeiam esse trabalho, discorro sobre os pontos que demandam aprofundamento que não foi possível nesse momento e apresento uma agenda de pesquisa que se desdobra da tese posta à baila.

Espero, com isso, somar para colocar o turismo na batalha das ideias contemporâneas – do lado emancipatório da trincheira e de mãos dadas com o povo na elaboração teórico-discursiva e prática, uma práxis emancipatória!

PARTE I - OS FIOS DA AMARRAÇÃO: DEFINIÇÕES, CONTRAPOSIÇÕES E PROPOSIÇÕES

Portanto, devemos desmistificar completamente o espantinho da ditadura do proletariado: em seus termos mais básicos, ela representa o momento trêmulo em que a teia complexa de representações é suspensa em razão da intrusão direta da universalidade no campo político, (ZIZEK, 2011a, p. 410).

A metanarrativa capitalista se impõe como sobredeterminação a diferentes narrativas. Ela não cria todos os problemas sociais, como, por exemplo, racismo⁴, disparidade econômica, intervenção religiosa nas decisões dos países e na educação formal, cerceamento das expressões identitárias e seus rebatimentos na subjetividade dos sujeitos. Entretanto, no capitalismo, isso tudo ganha novo sentido e novos alcances.

O turismo, mais precisamente sua cadeia produtiva – inclusive os turistas –, é (in)formado por essa metanarrativa. Tão mais longos sejam seus lastros, seus rastros e sua influência, mais legitimador será dessa metanarrativa – se não estiver vinculado à construção de outra metanarrativa.

Pesquisar turismo é extremamente instigante. Um fenômeno social com importância crescente no mundo todo. Foco de cada dia mais pesquisas acadêmicas. Destinatário de políticas públicas com destacado orçamento. Agregador de múltiplos serviços e produtos em sua cadeia produtiva. Importante gerador de emprego e renda. Interage com igrejas, Estado, populações tradicionais, condomínios de luxo, indústrias, favelas, escolas, assentamentos de reforma agrária, ocupações urbanas, grandes empreendimentos de entretenimento, pequenos parques de diversões itinerantes, produções artesanais urbanas e rurais, áreas de conflito, áreas de catástrofes, luxuosos restaurantes, pequenos bares, empreendedores internacionais, trabalhadoras e trabalhadores informais.

Aproximar todos esses elementos é um desafio, obviamente. Mas o caminho mais fácil, o de separá-los, é um equívoco com graves desdobramentos do ponto de vista metodológico e social. Claro que é difícil, se não impossível, analisar em absoluto esse fenômeno tendo como referência uma única entrada, um único ponto de partida. Por isso, pesquisas de diferentes

⁴ Entendido como todo ataque à dignidade humana, como será tratado na parte 2.2. do próximo capítulo.

disciplinas têm se esforçado para dar luz aos efeitos objetivos e subjetivos do turismo na sociedade atual.

O desafio, portanto, está colocado para o campo do saber turístico. Ler essas diferentes dimensões, escalas e particularidades da experiência turística reveladas pela amplitude dos olhares multidisciplinares, com a lente do turismo como fenômeno social, que se mostra um caminho privilegiado para enxergar e compreender as contradições da sociedade atual, permite costurá-las, com esses fios, em um todo que faça sentido e esteja conectado com as engrenagens macroestruturais, interagindo com elas a partir de uma teleologia emancipatória.

Expor os principais elementos da metanarrativa capitalista, vinculando-os à geografia e ao turismo, como campos de saber, é o objetivo deste capítulo. Uma potente narrativa ligou o desenvolvimento ao processo de modernização. O Estado aparece como operador neutro, que equaciona as diferentes demandas e conflitos derivados desse desenvolvimento modernizante. Num contexto de fluxo de pessoas, porque também de empregos e do processo produtivo, o Estado é responsável também por garantir a livre expressão religiosa, sexual e cultural dos sujeitos. A ciência aparece como fiel da balança desse desenvolvimento modernizante, que não é apresentado como um projeto de classe, se não um dado objetivo/científico: é preciso modernizar para desenvolver. O Estado e os agentes envolvidos nesse projeto têm como referência um sujeito modelo, a partir do qual formulam políticas públicas, empregam, educam, criam oportunidades. A subjetividade desses diferentes sujeitos, expropriados ou resistindo em suas terras e envolvidos nessa narrativa desenvolvimentista-modernizante, é diretamente impactada por esse projeto, por sua metanarrativa. O território, dizem, precisa se modernizar! O turismo, dizem, precisa ser moderno – mesmo quando usa e ocupa áreas rurais, suas culturas, seus símbolos, seus sentidos.

Tecer teorias emancipatórias exige olhar os traços gerais de como tal projeto se constitui e é constituinte dessa metanarrativa, para que seja possível refletir sobre como fazer uma leitura geográfica do turismo diante desse quadro, diante da premência da ditadura do proletariado, da universalização/radicalização democrática.

1 ESTADO, DESENVOLVIMENTO E MODERNIDADE

A importância do turismo para o Estado brasileiro é atestada pela própria criação do Ministério do Turismo (MTur), em 2003. Apesar de ser um Direito Constitucional e um componente do ordenamento econômico e social, o turismo ainda não tinha o papel que passa a ter após a criação do MTur. Essa relevância é observada pelo Estado, governos e agentes públicos e privados, essencialmente a partir de sua conotação economicista.

Disso decorre que o caráter economicista do crescimento do turismo é marcante das políticas públicas e de parte das pesquisas acadêmicas, que veem nessa atividade um vetor de desenvolvimento local e regional, fruto da sua capacidade de geração de emprego e renda a partir de um relativo baixo investimento, como confirma o Plano Nacional de Turismo – PNT 2018-2022 (BRASIL, 2018, p. 16).

O PNT foi elaborado de forma coletiva, com o apoio das áreas técnicas do Ministério do Turismo, Embratur e agentes públicos e privados, por meio da Câmara Temática do Plano Nacional de Turismo, constituída dentro do Conselho Nacional de Turismo. Esse documento espelha os anseios do setor e do cidadão que consome turismo. Neste contexto, o conjunto de medidas propostas neste documento contribui para consolidar o turismo como um eixo estratégico efetivo de *desenvolvimento econômico do país*.

O turismo será cada vez mais importante no contexto da economia nacional, à medida em que conseguir avançar nos objetivos da Política Nacional de Turismo: contribuir para a redução das desigualdades sociais e econômicas regionais, promover a inclusão social pelo crescimento da oferta de trabalho e melhorar a distribuição de renda. Assim, *o PNT propõe modernizar e desburocratizar o setor*; ampliar investimentos e o acesso ao crédito; estimular a competitividade e inovação; investir na promoção do destino Brasil interna e internacionalmente e na qualificação profissional e dos serviços; e fortalecer a gestão descentralizada e a regionalização do turismo.

As medidas previstas neste plano estão em consonância com os indicadores que apontam para a recuperação gradual da economia brasileira. Assim, se prevê alcançar, até 2022, resultados como o aumento da chegada de estrangeiros de 6,6 milhões para 12 milhões e a ampliação da receita cambial do turismo dos atuais US\$ 6,6 bilhões para US\$ 19 bilhões. O plano vislumbra também a inserção de 39,7 milhões de brasileiros no mercado consumidor de viagens e a geração de 2 milhões de novos empregos no turismo (grifo nosso).

Com o real crescimento econômico da atividade na composição do Produto Interno Bruto do país e de muitas Unidades da Federação, a cadeia produtiva que lhe sustenta passa a concorrer para as prioridades no âmbito de políticas públicas e ações das esferas pública e

privada. Isso não é uma peculiaridade nacional. Países como Cuba e Moçambique, para falarmos de países “em desenvolvimento”, também apostam em uma priorização do turismo na busca de tal “desenvolvimento”.

É nesse contexto (de desemprego) que o turismo se revela um importante aliado para impulsionar o desenvolvimento econômico, pois, nas últimas décadas, o setor apresentou crescimento contínuo e se destacou como um dos mais significativos da economia global, por sua capacidade de geração de emprego, renda e atração de investimentos. Segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT), atualmente o volume de negócios do setor é igual ou superior ao das exportações de petróleo, de produtos alimentícios ou de automóveis, tornando o segmento um dos principais agentes do comércio internacional (BRASIL, 2018, p. 22).

Temos, então, um cenário no qual a ação do Estado e de Governos das três esferas, no Brasil, amplia o espectro de efeitos da CPTur na vida dos sujeitos. As diversas políticas interministeriais são demonstrações desse alargamento. O turismo vai se consubstanciando como elemento de alto impacto na vida das pessoas, ainda que elas não se deem conta. O fundo de investimento interministerial, a partir do qual o MTur passa a estabelecer políticas públicas e ações com grande parte dos Ministérios do Governo Federal, garante que, desde sua criação, as inversões advindas do MTur, e as consequentes disputas para suas execuções, influenciem uma gama muito ampla dos aspectos da vida brasileira, que vão desde asfaltamento e iluminação públicos, passando por shows e manifestações artísticas, chegando até ao ordenamento espacial.

O turismo tem sido apresentado como alternativa de desenvolvimento social em territórios que vão de acampamentos e assentamentos de movimentos de luta pela terra, passando por territórios de populações tradicionais, até favelas. Com isso, passa a cumprir um papel nas determinações territoriais nessas localidades, com implicações nos processos de apropriação do espaço, inclusive nas dinâmicas de expropriação de camponeses e outros sujeitos. O turismo tem ainda premissas que dialogam com os propósitos liberais dos atuais objetivos de desenvolvimento e modernização, postuladas em documentos como o Código Mundial de Ética do Turismo e os Planos Nacionais de Turismo. Tais premissas tentam amalgamar tanto os caminhos e finalidades liberais, quanto os aspectos que dão alguma humanidade a eles, como valorização das culturas, conservação ambiental, geração de emprego e renda.

O MTur insere o conceito de território nos documentos que direcionam suas ações e políticas públicas com base no que Fabrini (2011) chamou de território liberal. O termo é

pertinente não somente por conta das análises territoriais e espaciais formuladas pelo geógrafo, mas também da síntese que opera: um território que busca consagrar as metas e as premissas de uma sociedade capitalista (neo)liberal. São esses propósitos que são chamados de desenvolvimento, como já indicaram Peet (2007), Pires (2007) e Gómez (2007). A atualidade do conteúdo dessa forma-desenvolvimento está intimamente ligada à ideia de modernidade. Assim, é moderno apostar no desenvolvimento pelo/para o turismo. Contudo, apesar de comportar variáveis e variações distintas, inclusive por conta de processos mais ou menos densos de resistências, o processo de modernização do território⁵ tem um traço de desconsideração pelas formas tradicionais de vida que encontra, como já demonstraram Castilho (2011; 2016), Chaveiro e Calaça (2012), Mendonça (2004; 2015), entre outros.

À luz dos recentes episódios na disputa pelo Governo Federal, que se apresenta como uma revolta contra a corrupção, mas que diversos juristas respeitados têm denominado de golpe de Estado, percebe-se que a leitura de Agamben (2004) sobre o Estado de Exceção está correta. A diferença é que alguns sujeitos, aos quais não é dada a condição de cidadania liberal burguesa, ou seja, não estão contemplados no projeto de desenvolvimento brasileiro, sofrem com esse Estado de Exceção diariamente, ao passo que a explicitação de práticas Inconstitucionais contra dois ex-presidentes da República, termina por chocar e ganhar repercussão⁶.

O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos (AGAMBEN, 2004, p.13, grifo nosso).

⁵ Estado e governo cooperam com a implantação dessa modernização. Assim, é preciso ponderação. Estado e Governos são estruturas distintas, a primeira permanente e composta por poderes autônomos e com servidores concursados, a segunda, transitória, com poderes subjugados àquela e exercidos por candidatos eleitos em votações populares com auxílio de determinado número de cargos comissionados. Todavia, como fartamente documentado em muitos países, inclusive no Brasil, há uma influência muito grande das estruturas de governo nas de Estado e vice-versa. Essa influência se mostrou da pior forma para os sujeitos menos favorecidos após a ruptura democrática que destituiu a presidenta Dilma Rousseff. Com o compromisso de implantar “uma ponte para o futuro” (disponível em < <https://www.fundacaoulisses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>> acesso em 09/Jun/2018), um documento com uma série de metas para a modernização e desenvolvimento do país, o presidente em exercício, Michel Temer, apoiado pelas duas maiores bancadas do Congresso Nacional, a ruralista e a evangélica, tem realizado cortes de verbas e políticas sociais, penalizando sujeitos socioeconomicamente desfavorecidos do campo e da cidade.

⁶ Não obstante, ambos os governos carregam a responsabilidade de não ter enfrentado o aparato jurídico-parlamentar que propicia, e exige, o etnocídio das Populações Tradicionais nacionais, notadamente as indígenas.

O fato é que existem sujeitos que somente vivenciam, ou se apercebem, nesse estado de sítio, numa democracia frágil como a nossa, em momentos de acirramento da luta de classes. No entanto, há outros sujeitos cuja dita “cidadania” lhes é negada, peremptoriamente, por sua condição de “não outro”. Essa impossibilidade de compor o âmbito do outro que eu devo “amar como a mim mesmo”, como cidadão-cristão, termina por retirar desses sujeitos garantias que a própria Constituição Federal lhes assegura, sem que isso cause grande comoção entre os “sujeitos-cidadãos”. Ou seja, essa peculiaridade não pode ser superada apenas no plano das leis. É preciso uma desconstrução da própria forma de compor-entender o outro que nos ordena, inclusive coletivamente. Fora disso, a certeza, assumindo as formulações de pensadores como Eric Fromm (1947) e Slavoj Žižek (2011a; 2012a), Christian Dunker (2015), é de sofrimento.

A razoabilidade de enfatizar os limites de um projeto de país, cuja noção de desenvolvimento está amalgamada com a de modernização, é dada por István Mészáros (2011a), cujos escritos e publicações acerca do papel do Estado na emancipação social são mundialmente reconhecidos, tanto no âmbito acadêmico quanto da militância social.

O momento da verdade chega, porém, quando as “desventuras” da explosão social ocorrem ainda mais misteriosamente do que nas “áreas de desenvolvimento recente”, no verdadeiro país da “suprema modernização” e de nível mais alto que o do “alto consumo de massa”: nomeadamente os Estados Unidos. *Assim, não é apenas o modelo de crescimento e modernização sem transtorno que se despedaça, mas, ironicamente, é também o slogan do “crescimento sustentado sobre uma base política e social que preserva as possibilidades de um progressivo desenvolvimento democrático” que dá, ideologicamente, um tiro pela culatra, numa época em que se multiplicam os protestos contra a violação das liberdades básicas e a privação dos direitos políticos das massas. Não é preciso dizer que não estamos nos referindo a um futuro remoto, hipotético, mas aos dias atuais. Importa, no entanto, enfatizar que o dramático colapso dessas racionalizações pseudocientíficas da força bruta demarca o fim de uma era: não a era do “fim da ideologia”, mas a do fim do quase completo monopólio da cultura e da política pela ideologia antimarxista, que se autoproclamava com sucesso, até recentemente, como a supressão final de toda a ideologia* (MÉSZÁROS, 2011a, p.986, grifo nosso).

Mészáros, no excerto acima, além de contestar as premissas e os meios do desenvolvimento e da modernidade capitalista, oferece posição sobre a ideologia, questão que surgirá no decorrer desse capítulo. Ao trazer o marxismo para a batalha das ideias, o autor, discípulo direto de Gyorgy Lukács, deixa subentendido que existem ideologias, conforme o pensamento de seu mentor, e não uma única ideologia. Contudo, atendo-me, nesse momento, ao

que afirma intelectual sobre a necessidade de transformações sociais, tendo como pano de fundo os limites desse modelo de desenvolvimento modernizante.

Sem essa transformação no sentido mais profundo e mais duradouro do termo – que significa nada menos do que a necessidade de os indivíduos sociais adquirirem um *controle consciente* sobre suas condições de existência –, é inevitável que a velha ordem da dominação hierárquica volte a se impor, mesmo contra as melhores intenções de uma mudança radical. É isso que coloca a questão do socialismo na ordem do dia com uma urgência inegável no século XXI. Uma forma de socialismo em que – e por meio do qual – o povo possa não só *vir a ser*, mas também se *manter* como sujeito soberano do poder em todos os domínios. Só dessa forma é possível enfrentar com sucesso os enormes desafios e os perigos cada vez maiores do nosso tempo. Claramente, não pode haver outra forma.

Nesse aspecto, o fermento social e intelectual na América Latina promete mais para o futuro do que o que podemos encontrar por ora nos países de capitalismo avançado. E é compreensível que assim seja, pois a necessidade de uma mudança deveras radical é muito mais premente na América Latina do que na Europa e nos Estados Unidos. Pois as soluções infundavelmente prometidas de “modernização” e “desenvolvimento” se mostraram promessas vazias e um completo fracasso em relação ao povo no extremo limite das políticas efetivamente adotadas. Assim, embora seja verdade que o socialismo como ordem reprodutiva social alternativa deva ser classificado como uma abordagem viável universal, abrangendo também as áreas capitalistas mais desenvolvidas do mundo, incluindo os Estados Unidos, não podemos pensar nesse problema em termos de uma sequência temporal, de acordo com a qual uma futura revolução social nos países de capitalismo avançado tenha de tomar a precedência sobre a possibilidade de mudança radical geral (MÉSZÁROS, 2011b, p.102, grifo do autor).

Aqui, o autor levanta múltiplas questões que são fundamentais para minha argumentação. O primeiro elemento a destacar é que a falência desse modelo de desenvolvimento e modernização evoca, sim, a necessidade de uma mudança radical. Todavia, é preciso aprofundar o que seja tal mudança. Por exemplo, Mézáros considera o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva um líder radical. Discordo do autor, tendo em vista o comprometimento dos governos petistas, nesses 14 anos de gestão federal, com interesses macroeconômicos nitidamente neoliberais. Sem que, com essa ponderação, desconsidere a importância e profundidade das transformações na base da pirâmide social. Entretanto, essa é a veracidade dos fatos, como lembrada pelo próprio Lula, quando afirma que os bancos nunca lucraram tanto quanto em seus governos. Isso demonstra o caráter de conciliação de classes das gestões petistas, em que direitos fundamentais foram expandidos às custas, vale destacar, de muitos prejuízos para a classe que vive do trabalho, além de terem “incluído” milhões de brasileiros numa complicada estratégia de

financeirização de suas dívidas, e, igualmente, de suas vidas. Outro ponto delicado é que o autor aposta no socialismo como modelo de “ordem reprodutiva social alternativa”, ao passo que para Slavoj Žižek (2011a; 2011b, 2012), filósofo e psicanalista esloveno, atualmente um dos intelectuais marxistas mais influentes no mundo, os propósitos do socialismo foram abarcados pelo reordenamento capitalista contemporâneo, sendo necessária a aposta na construção do comunismo, desde já, no que toca tanto as ações contestatórias da ordem vigente, quanto as organizações de ações que provoquem uma transformação social emancipatória, com o que tenho pleno acordo⁷. Por fim, a citação revela a necessidade dos sujeitos terem “controle consciente sobre suas condições de existência”, o que leio como a premência de compreenderem as múltiplas determinações do real, incluindo aí os traços subjetivos, para o que a psicanálise é elemento essencial, inclusive ao tratar do papel do Estado como Super-ego coletivo, que ordena tanto a consciência individual quanto a coletiva.

Nesse ponto, Mészáros (2011b) demonstra uma leitura eurocêntrica⁸ do subcontinente americano. Nascimento (2003) fez uma profunda análise de como a “latinização” dos povos da chamada América Latina corresponde a um “embranquecimento virtual” dessa população, negando, portanto, sua condição de sujeitos negros e índios. Essa negação, segundo a autora, está diretamente relacionada com o *modus operandi* da Europa e de seus seguidores, de colonização de espaços e culturas, com o argumento central de desenvolvê-los e modernizá-los. Nesse sentido, a ciência cumpriu, e em muitos casos segue cumprindo, um desfavor à emancipação social pautada na soberania popular e no reconhecimento dos diversos territórios ao redor do mundo, e, vale dizer, no Brasil.

A conquista do saber ocidental representou, em grande parte, a busca do poder de domínio sobre a natureza e sobre os demais seres humanos, estes vistos como parte da natureza a ser submetida ao controle do saber. A ciência ocidental constitui-se no contexto histórico em que se “descobrem” povos antes desconhecidos dos europeus e é colocada a serviço da dominação desses povos. *A conquista e a ocupação de novas terras, por direito “natural” dos que se*

⁷ A questão, de modo algum, é semântica: socialismo ou comunismo? Antes é imperativo de um modo de compreensão das dinâmicas de explicitação das contradições e limites do capitalismo, bem como da organização para sua superação.

⁸ Eurocêntrica no exato sentido de uma perspectiva colonizadora, cujo problema é ser colonizadora, e não eurocêntrica, uma vez que falamos, necessariamente, de nosso lugar, e, portanto, europeus, a partir da Europa, como fica claro na citação de Žižek adiante. A adesão ao termo “América Latina”, aqui, é propositalmente problematizada: não se trata de supor o apoio de Mészáros a essa ideia, mas, sim, chamar atenção para a importância de superarmos, no âmbito das formulações teóricas, por seu peso semântico e sócio-simbólico, expressões que reforcem constructos sociais racistas e colonizadores.

consideram “superiores”, implicam o genocídio, a subjugação e a escravização dos “outros” para construir o mundo moderno. Nesse processo, confeccionam-se teorias científicas que justificam tais práticas e que desembocariam depois na racionalização de mais um genocídio, agora contra um povo ocidental minoritário e discriminado. Aí o Ocidente percebe a barbárie que representa essa justificação e a ciência dá meia-volta para negá-la. Entretanto, os efeitos e os contornos desses séculos de dominação não se apagam com um passe da retórica científica. Faz-se necessário que os povos, antes objeto de uma ciência voltada para o domínio natural, passem a desvelar a realidade por eles vivida e deles mantida oculta, intervindo assim na constituição do saber (NASCIMENTO, 2003, p.18, grifo nosso).

Aqui, duas questões merecem atenção. Nascimento, que tem amplo conhecimento de psicanálise, não põe *outros* entre aspas à toa. A autora reconhece que esse “outro”, ou esses “outros”, não são nem vistos e nem tratados como o outro psicanalítico a partir do qual estruturamos nosso próprio ordenamento psíquico e também o ordenamento do Estado como Super-ego coletivo. Ao apostar em um projeto de desenvolvimento e modernização liberal, o Estado necessariamente nega a condição de outro-cidadão a todos que não fazem parte desse desenvolvimento e dessa modernização, ainda que, em tese Constitucional, todos tenham assegurada a condição de cidadão. Desse modo, em nome do desenvolvimento e da modernização, é possível operar um verdadeiro estado de exceção anulando direitos e princípios garantidos pela Constituição Federal, o que tem sido efetivado pelo Estado nacional. Outro ponto primordial na argumentação é que, se quisermos mudar a atual condição do quadro social brasileiro, é imprescindível dar voz aos que não estão assistidos nessa categoria de outro-cidadão, que doravante tratarei como sujeito referencial. Nisso, se revela o sentido mais amplo das políticas sociais dos governos petistas que fizeram crescer substancialmente o número de representantes da população negra, feminina, indígena e quilombola, por exemplo, como docentes e discentes nas instituições de ensino do país, no mundo do trabalho, e até como representantes político-partidários (sendo esse último aspecto uma realidade, ainda que bastante tênue, que diz respeito substancialmente às mulheres e à população negra). Sustento o pensamento de Nascimento (2003): é preciso dar voz para esses sujeitos! E dar voz é tê-los como professores, membros do Estado, dos governos, jornalistas, pesquisadores, cientistas etc. Obviamente, eles têm voz. Mas eles são, sistematicamente, silenciados pelo Estado brasileiro. E o pacto corporativo-midiático que naturaliza esse silenciamento cumpre função essencial.

A necessidade de buscar emancipação também no campo intelectual-representativo é de tal ordem, que muitos intelectuais estão aderindo a uma perspectiva chamada decolonial, que

objetiva uma elaboração teórico-metodológica descolonizada desses preceitos europeus apontados por Nascimento (2003). No entanto, discordo disso. Penso que essa elaboração teórico-metodológica e prática ganha sua unidade na formulação emancipatória comunista. As práticas europeias no fazer ciência e demais práticas colonialistas, em suas distintas dimensões, não são conservadoras por serem europeias, como bem evidencia Zizek em muitos textos. Apostar nisso, seria desconsiderar as principais contribuições que o importante psicanalista Jacques Lacan forneceu, bem como as elaborações de Karl Marx, que tem singular peso para uma teoria e prática, portanto, uma práxis (KONDER, 2018) emancipatórias. Assim, Zizek reforça essa perspectiva emancipatória que pode unificar os sujeitos⁹.

Eu ouço muitas vezes a censura de que eu falo como europeu, parte da elite europeia com quem estou em solidariedade, e como tal estou tratando refugiados como uma ameaça externa a ser contida. Ao que eu só posso dizer: Claro que eu falo a partir de uma posição europeia. Negar isso seria uma mentira absurda, um sinal inequívoco da falsa solidariedade paternalista.

Mas *de qual* posição europeia? Da mesma forma que não existe um Islã, que o Islã também pode abrigar potenciais emancipatórios (e eu escrevi sobre isso extensivamente), a tradição europeia também é marcada por uma série de antagonismos profundos. A única maneira de combater com eficácia o “eurocentrismo” é a partir de dentro, mobilizando a tradição radical-emancipatório da Europa. Em suma, a nossa solidariedade para com os não-europeus deve ser uma solidariedade de lutas, e não um “diálogo de culturas”, mas uma unificação de lutas dentro de cada cultura (ZIZEK, 2016, grifo do autor).

Deste modo, além de razoáveis dúvidas sobre o potencial revolucionário do projeto de país em curso no Brasil, apontado por Mészáros, justamente por aprofundar e atualizar as dinâmicas de reprodução ampliada do capital, com poucos, ainda que importantes e substanciais, ganhos sociais, entendo que reforçar a cultura de latinização dos sujeitos, cujo rebatimento concreto Nascimento (2003) já abordou profundamente, é aderir a uma das mais notáveis formas de atualização do discurso liberal burguês de desenvolvimento e modernização, qual seja, a do multiculturalismo liberal (ZIZEK, 1998), que, em si, termina por inviabilizar o efetivo respeito às diferentes culturas e aos diferentes territórios.

⁹ Os erros ortográficos contidos na citação estão na tradução disponível em: <<http://lavrapalavra.com/2016/02/03/a-necessidade-de-atravesar-a-fantasia/>> e acessada em 15/Mar/2016. As formulações de Lacan para a argumentação são essenciais. Contudo, seria um afastamento deveras grande dos propósitos desta pesquisa lidar com seus conceitos, e, para tanto, recomendo a leitura de sua obra de introdução ao pensamento lacaniano, disponível, inclusive, em português. Importa frisar que os apontamentos do texto citado são importantes para compreender a leitura que Zizek (2015) faz sobre o potencial revolucionário do cristianismo.

Torna-se imperioso refletir sobre duas esferas que estão imbricadas e precisam ser evidenciadas: os limites do Estado-nação burguês para reconhecer/lidar com os diferentes territórios, visto que tem como propósito consolidar um território nacional desenvolvido e moderno; e seus limites para reconhecer/lidar com os diferentes sujeitos que não o sujeito referencial, inclusive, os que pertençam, ou queiram pertencer, ao suposto território desenvolvido e moderno. Penso que somente com a aproximação dessas duas dimensões distintas, porém indissociáveis, é possível elaborar uma abordagem territorial classista, como a proposta.

A desconsideração, e mesmo a escamoteação, sistemática da imbricação dessas dimensões por parte do Estado brasileiro tem efetivado um inegável tolhimento dos direitos Constitucionais de autodeterminação territorial para as Populações Tradicionais brasileiras.

Nós não temos os mesmos direitos dos cidadãos neoeuropeus. Não temos em nenhum campo do poder, por exemplo no Amazonas, indígenas participando. Os índios não estão acolhidos na conformização do Estado. Examine as PECs no Congresso Nacional, todas elas são para negar direitos dos indígenas principalmente aqueles ligados aos territórios. Ora, sabemos que os povos indígenas sem território não existem (LUCIANO, 2016).

As palavras do professor e pesquisador indígena Gersem José dos Santos Luciano são um relato fiel da condição das Populações Tradicionais no Brasil. Destarte, essas ponderações já trazem a obrigação de ter a problemática da raça/etnia como um fio condutor das reflexões ora apresentadas. Não é por acaso que Luciano chama os cidadãos brasileiros de “neoeuropeus”. Um esforço muito grande foi empreendido, inclusive no âmbito da academia, para que tais cidadãos se sentissem assim.

Isto posto, há que se perceber: a luta de Populações Tradicionais por terra e território; o debate mundial sobre os direitos; os diferentes fóruns temáticos que visam gerar articulações de força em torno de problemas como habitação, preservação de língua, violência social e simbólica, exploração de trabalho infantil – e tantos outros –, colocam em debate o dever de se construir uma consciência global das condições totais da realização da vida nessa fase histórica do capitalismo contemporâneo.

Retomando Mézáros (2011b, p. 102) anteriormente citado, “[...]as soluções infundavelmente prometidas de ‘modernização’ e ‘desenvolvimento’ se mostraram promessas vazias e um completo fracasso”, reconhecendo que não se pode pensar no estabelecimento de uma ordem social alternativa universal “em termos de uma sequência temporal, de acordo com a

qual uma futura revolução social nos países de capitalismo avançado tenha de tomar a precedência sobre a possibilidade de mudança radical geral”, propõe-se a reflexão acerca do fato de que, se um projeto se estrutura norteado por tal desenvolvimento e modernização, incapaz de garantir justiça social minimamente equitativa, pode, e parece necessário, ser superado sem que se espere por um desenvolvimento; cuja falência os próprios países ditos desenvolvidos demonstram. Assim, uma reflexão programática comunista faz todo o sentido num país que não consegue assegurar o cumprimento de sua própria Constituição e os sujeitos ficam reféns de uma (des)ordem jurídica que lhes confere um não-lugar e um não-valor social, como num conto de Kafka.

Assim como em um conto Kafkiano (Colônia Penal¹⁰), há, no Brasil, mudanças nos cargos de “oficiais”, “explorador”, “comandante” e “condenado”. No entanto, é preciso interrogar se tais mudanças, primeiro, extrapolam essa estrutura de classe e, segundo, mudam o funcionamento do sistema e do “aparelho”. O início do governo PT, com Luís Inácio Lula da Silva, indica amadurecimento político nacional, na medida em que um ex-operário e sindicalista pôde governar o país, do mesmo modo que o professor universitário que o precedeu. Contudo, essa é justamente a tensão! Queremos um governo tal qual o que tivemos nos anos 1990? Ele já não mostrou seus limites aqui, na “Nuestra América”¹¹, e no mundo? Com isso, a intenção é elucidar que o que aproxima o Brasil pós-abertura até 2002 do Brasil pós-2003 é justamente um projeto de país “costurado” por cima, a partir de interesses de capitais transnacionais que ditam o ritmo e a dinâmica de investimentos, privatizações, políticas públicas etc.¹²

O tensionamento de gestão implementado pelo Estado, como é o caso do Estado brasileiro, muitas vezes replicado como questão de competência, esconde o substrato central: a tensão de, dentro do sistema, olhar para o território abrindo-se para o domínio do capital

¹⁰ KAFKA, F. **O veredicto / na colônia penal**. 4ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

¹¹ Em uma mesa com intelectuais de diferentes países, durante a IV Jornadas Internacionais de Problemas Latinoamericanos, que ocorreu em Foz do Iguaçu em 2014, apontou-se a pertinência de usarmos o termo Nuestra América ao invés de América Latina, com o que tenho pleno acordo. Alves Filho (2008) lembra que o cubano José Martí foi precursor dessa proposição. Vale dizer que Darcy Ribeiro confiava que a língua oficial de Nuestra América, com a aproximação entre os países que a compõe, será o “portunhol”.

¹² Como já dissemos anteriormente, isso não quer dizer que deixamos de reconhecer importantes e significativas políticas públicas e ações dos governos Petistas. Todavia, acreditar que a revolução acontece mediante uma revolução nas relações (ZIZEK, 2011c) não é o mesmo que deixar de entender a inegociável necessidade de transformação da super-estrutura. E essa clareza permite apontar os retrocessos do país pós-ruptura democrática, diferenciando os governos petistas, com todas suas limitações e equívocos, do atual governo federal em exercício, justamente por seu caráter mais centralista e democrático.

financeiro mundializado e pactuando com as grandes corporações que hegemonomizam a economia mundial.

Assim, o mesmo Estado que coloca em pauta temas estruturais e congêntos, como a erradicação da fome, diminuição da desigualdade social, repartição de renda, é capaz de fazer regredir direitos de povos indígenas, reduzir terras de quilombolas, financiar o agronegócio, subsidiar empresas do ramo automobilístico. Esse tensionamento redundando em problemas, dentre os quais se pode citar a própria instabilidade de governança, ou a sua incapacidade de resolver problemas de ordens essenciais, como a violência.

Leonardo Sakamoto¹³, diretor da Organização Não Governamental (ONG) Repórter Brasil e conselheiro do Fundo das Nações Unidas para Formas Contemporâneas de Escravidão, diz que o cenário nesse particular melhorou a partir de 2003, voltando a piorar depois do impedimento da presidenta Dilma. E só os mais extremistas partidários de uma direita ultraconservadora iriam negar a melhora no quadro social nacional, com destaque para a diminuição da fome e para o acesso da população negra à educação formal, sobretudo, ao ensino superior. Entretanto, não causa espanto que, mesmo com parte das forças políticas contrárias a tais transformações sociais atuando para revertê-las, o governo do PT responda pelo pior desempenho da reforma agrária desde a consolidação da Constituição Federal de 1988. Sobre isso, afirma a Comissão Pastoral da Terra (CPT) (2016):

O ano de 2015 foi marcado pelo desmonte de órgãos do Governo e por cortes de recursos públicos para a Reforma Agrária e demarcação de territórios quilombolas e indígenas. A aliança do Estado brasileiro com o agronegócio se intensificou, atingindo diretamente o conjunto dos povos do campo. A violência contra as comunidades camponesas e povos indígenas foi praticada não só pela lógica do capitalismo, como também pelo Estado brasileiro.

O número de assassinatos no campo cresceu. A destruição das florestas aumentou. O uso de veneno, que chega a nossas mesas, foi ampliado. Os recursos para o Programa de Construção de Cisternas e outras tecnologias sociais sofreram cortes e no campo persistiu o trabalho escravo. A natureza foi, cada vez mais, o filão das empresas capitalistas. Com isso, seguiu intensamente a apropriação das águas, das terras, do sol e do ar. A natureza foi e está sendo privatizada. Neste cenário, fica mais clara a lógica do capitalismo e do Estado brasileiro.

¹³ Suas análises sobre este e outros temas podem ser conferidas em seu blog <<https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/?>>.

Não é coincidência que após alguns educandos Kalunga se formarem na Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília e se inserirem politicamente na vida do quilombo a AQK e outras associações das Comunidades Kalunga passaram a ter um posicionamento mais combativo. A perspectiva da emancipação social chama para a luta. Expandindo para o conjunto da sociedade as problematizações que Harvey lança sobre as mobilizações e as lutas pelo direito à cidade, encontra-se uma reafirmação nesse sentido.

Como, em resumo, poderia o direito à cidade ser exercitado pela mudança da vida urbana? A resposta de Lefebvre é simples em essência: por meio da mobilização social e da luta política/social. Mas qual visão eu ou os movimentos sociais construímos para nos guiar em nossa luta? De maneira a assegurar resultados positivos em vez de cair numa violência sem fim? Uma coisa é clara: não podemos deixar que o medo desta última nos acovarde e nos faça estagnar em uma passividade sem sentido. Evitar o conflito não é a resposta: retornar a tal estado é se descolar do sentido do processo de urbanização e, assim, perder todo o prospecto de exercitar qualquer direito à cidade (HARVEY, 2013, p. 31)

Se a via do enfrentamento é o caminho de conquistas num Estado de conciliação de classes cujas determinações são expressão da classe hegemônica, como já está claro para os movimentos de luta pela terra, que sabem que os assentamentos só acontecem mediante a ocupação de terras, por que grande parte da sociedade não se rebela por seus direitos? Dizer que a resposta do Estado por meio da criminalização das reivindicações sociais e da brutalidade da Polícia Militar (PM) afasta e amedronta é verdade, mas é insuficiente. Aqui aparece novamente o Super-eu coletivo, ou cultural como diz Freud. Para Harvey (2013, p. 28) “[...] a questão do tipo de cidade que desejamos é inseparável da questão do tipo de pessoa que desejamos nos tornar. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e as nossas cidades dessa maneira é, sustento, um dos mais preciosos de todos os direitos humanos”. Se assim o for, é imprescindível pensar publicamente, inclusive dando voz aos sujeitos, e não só falando em seu nome, sobre as determinações na constituição do sujeito, individual e coletivo, e suas práticas.

Muitas destas determinações do concreto/real, como já ensinou Marx (1975), têm no Estado ainda agente essencial. E aqui sou essencialmente leninista. É preciso disputar/tomar o Estado a partir de uma concepção comunista, como indicou Lenin (2007). Assumo, para refletir sobre tal propósito, a hipótese comunista (BADIOU, 2012; ZIZEK, 2011a, 2014).

O que é decisivo, em primeiro lugar, é manter a hipótese histórica de um mundo livre da lei do lucro e do interesse privado. Enquanto estivermos sujeitos, na ordem das representações intelectuais, à convicção de que não podemos acabar com isso, que essa é a lei do mundo, nenhuma política de emancipação social será possível. É isso que propus chamar de hipótese comunista. Na realidade, ela

é amplamente negativa, porque é mais seguro e mais importante dizer que o mundo tal como ele é não é *necessário* do que dizer “no vazio” que outro mundo é possível. É uma questão de lógica modal: naquela que se impõe politicamente, vamos da não necessidade à possibilidade. Simplesmente porque, se admitimos a necessidade da economia capitalista desenfreada e da política parlamentar que a sustenta, simplesmente não podemos ver, nessa situação, outras possibilidades (BADIOU, p.39-40, 2012, grifo do autor).

Badiou entende que a crítica/ação precisa ser negativa. Nesse sentido ele dialoga com Harvey (2011), para quem é preciso que demonstramos os enigmas do capital e a necessidade de sua superação. No entanto, concordando que “o impossível acontece”, podemos pensar numa práxis já comunista. Essa perspectiva teleológica desfaz uma suposta encruzilhada. Estamos sim “dando um passo ao desconhecido”, como diz Zizek (2011a), mas não de olhos vendados. Se a atualidade do desenvolvimento capitalista exclui (do processo de acesso à riqueza) 99% da população, é apropriado que o Estado-nação assuma uma “posição proletária”, “a posição de universalidade personificada nos excluídos” (ZIZEK, 2011b, p.91). E não estou, com isso, aderindo a nenhuma análise pós-moderna de aniquilamento das classes. Claro que há uma enorme diversidade de realidades dentro desses 99%. Não é a mesma coisa ser um cidadão de classe média na Europa e na Nuestra América. Assim como não é a mesma coisa o sê-lo na Alemanha ou em Portugal, bem como o sê-lo no Brasil ou na Bolívia, por exemplo. E isso quer dizer, precisamente, que além das transformações na super-estrutura, precisamos revolucionar também a própria coordenada do controle consciente sobre nossas condições de existência. Desse modo, uma teorização programática e uma práxis comunista não podem ignorar o sentido mais amplo de atravessamento da fantasia (ZIZEK, 2016), sob pena de termos históricos ao invés de revolucionários, como sustenta Zizek (2012b, p. 24), ao refletir a respeito do significado mais amplo das manifestações massivas (particularmente o *Occupy Wall Strett*):

[...] quantos dos 99% [os manifestantes do movimento *Occupy Wall Strett* diziam que representavam os 99% da população mundial excluída, contra o 1% que detém grande parte da riqueza mundial] estão prontos para aceitar os manifestantes como sua voz e até que ponto? Quantos realmente? Deve-se evitar a tentação do narcisismo da Causa Perdida, da admiração da beleza sublime dos levantes fadados ao fracasso. Na esquerda atual, o problema da “negação determinada” retorna como uma vingança: que nova ordem positiva deveria substituir a antiga, no dia seguinte, quando o entusiasmo dos levantes tiver acabado? Se olharmos detidamente o conhecido manifesto dos Indignados espanhóis (os furiosos), teremos algumas surpresas. Embora toda a classe política, a direita e a esquerda, seja rejeitada como corrupta e dominada pelo desejo de poder, o manifesto ainda assim consiste numa série de demandas dirigidas – a quem? Não às próprias pessoas: os indignados (ainda) não afirmam que ninguém mais agirá além deles, que (parafraseando Gandhi) eles próprios

têm de ser a mudança que desejam ver. Parece que o comentário tão fácil e desdenhoso de Lacan sobre as manifestações de 1968 encontrou seu alvo nos indignados: “Como revolucionários, vocês são histéricos que demandam um novo mestre. Vocês o terão” (grifo nosso).

Não é o que se assistiu, por exemplo, no processo de ruptura democrática brasileira que culminou com o impedimento da Dilma, com exceção das manifestações organizadas por determinados movimentos sociais? Desse modo, um caminho possível é que a organização popular reivindique um Estado-nação multiterritorial, como na Bolívia. E que esses territórios tenham assegurados efetivamente sua capacidade de autodeterminação. E para tanto, só concebo como caminho um Estado-nação que se estruture a partir dos princípios da Ditadura do Proletariado, como reivindicou Lenin (2007, p.108).

[...] o progresso, isso é, a evolução para o comunismo, se opera pela ditadura do proletariado, e não pode ser de outro modo, pois não há outro meio a não ser a ditadura, nem outro agente a não ser o proletariado para quebrar a resistência dos capitalistas exploradores.

Mas a ditadura do proletariado, isto é, a organização da vanguarda dos oprimidos em classe dominante para o esmagamento dos opressores, não pode limitar-se, pura e simplesmente, a um alargamento da democracia. Ao mesmo tempo em que produz uma considerável ampliação da democracia, que se torna pela primeira vez a democracia dos pobres, a do povo e não mais apenas a da gente rica, a ditadura do proletariado traz uma série de restrições à liberdade dos opressores, dos exploradores, dos capitalistas. Devemos reprimir-lhes a atividade para liberar a humanidade da escravidão assalariada, devemos quebrar a sua resistência pela força; ora, é claro que onde há esmagamento, onde há violência, não há liberdade, não há democracia.

A atualidade do pensamento de Lenin deveria chocar até os mais liberais. Ele escreveu esse livro em 1917, ou seja, há 99 anos! No Brasil essa realidade é tamanha que os relatos anteriores, da negação de direitos Constitucionais, só para exemplificar, deixam claro que a democracia não tem um caráter popular no país. E a escravização é de fato escravização, não é apenas assalariamento que cria condições de alienação escravizadora. E mesmo essa frágil democracia liberal está em risco permanente, como demonstra o quadro político atual.

No entanto, ceder à “ilusão democrática” pacificamente tem se mostrado um caminho sem grandes perspectivas para a emancipação social. É preciso reconhecer que a “vanguarda dos oprimidos” está igualmente serializada e conta com um sindicalismo que já não lembra o sindicalismo dos tempos de Lenin há pelo menos duas décadas. E quem seria esse “proletariado” nos dias de hoje então? Todos os excluídos. Zizek (2011a, 2011b; 2012b) tratou dessa exclusão

profunda e detalhadamente. E uma das dimensões da qual os seres humanos estão sendo excluídos, é a natureza.

O professor Oliveira (2013) recorda que os camponeses sempre estiveram à frente das revoluções ao redor do mundo. Isso porque seus territórios foram, assim como continuam sendo, frequentemente, colocados em risco. E não é o caso de grande parte, por exemplo, do campesinato? Incluindo os quilombolas, cuja história é a história do campesinato negro brasileiro, segundo Gomes (2015). Assim, as Populações Tradicionais, os Sem Teto, os Sem Terra, os favelados pauperizados, a população negra que está sendo assassinada cotidianamente nas favelas, com triste destaque para a juventude negra, os seguidores de religiões que se veem impedidos de celebrar sua fé, os trabalhadores que veem crescer a terceirização no setor público e a precarização e exploração acentuadas nas indústrias, os milhões de trabalhadores de telemarketing reduzidos ao tempo do consumo, estas são algumas das feições desses excluídos. É preciso uma ampliação e uma atualização dos termos e dos meios de diálogos com todos os sujeitos cuja condição de existência, ou seja, cujo trabalho, no sentido ontológico, está direta e abruptamente sendo impactado pelo capital.

Não dialogar e construir com os sujeitos as condições de resistências e transformações, apostando na ilusão democrática pacificamente, não é só um equívoco porque limita as possibilidades de (re)ação e superação do capitalismo, mas porque deixa o caminho aberto para que se atualizem as formas de reprodução das relações de produção, como já ensinou Lefebvre (1973).

Assim, o primeiro passo talvez seja, atentos ao alerta de Badiou (2012 p. 39) sobre a necessidade de superarmos “na ordem das representações intelectuais, à convicção de que não podemos acabar com isso, que essa é a lei do mundo”, rompermos com o ideário democrático liberal. A democracia liberal, ou a ilusão democrática, pois é disso que se trata em termos concretos nos dias que correm, é um dos dispositivos simbólicos que precisam ser superados. Zizek, pensando no começo do movimento *Occupy Wall Street*, fez uma interessante análise a esse respeito.

Precisamente nesse sentido, Badiou está certo ao afirmar que hoje o nome do pior inimigo não é capitalismo, império, exploração ou algo similar, mas democracia: é a “ilusão democrática”, a aceitação dos mecanismos democráticos como a moldura fundamental de toda mudança, que evita a transformação radical das relações capitalistas.

Os protestos de *Wall Street* estão apenas começando, e é assim que o início deve ser, com um gesto formal de rejeição, mais importante que um conteúdo positivo – somente um gesto assim abre espaço para um conteúdo novo. Portanto, não devemos ficar aterrorizados pela eterna questão: “Mas o que eles querem?”. Recorde que esta é a questão arquetípica dirigida por um mestre masculino a uma mulher histérica: “Todos esses seus lamentos e reclamações – você ao menos sabe o que realmente quer?”. No sentido psicanalítico, os protestos são efetivamente um ato histérico, provocando o mestre, minando sua autoridade, e a questão “O que você quer” procura impedir a resposta verdadeira. Seu ponto é: “Fale nos meus termos ou se cale!” (ZIZEK, 2012c, p. 23, grifo nosso).

Superar a democracia liberal! Sim, mas em quais termos? Nos termos proletários! Nos termos dos excluídos. E os excluídos têm uma só terminologia? Não. E aí está a questão de um Estado que não pretenda ter um territorial nacional. Pois isso, de saída, anula o caminho de reconhecer os diversos territórios e territorialidades, as diversas formas de existir, os diversos outros, escamoteados pela cidadania burguesa e negando as diferentes representações, as diferentes artes de viver.

O professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, em sua Conferência de encerramento do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária, levantou uma questão fundamental a esse respeito. É possível pensar, sob o termo camponês, as diversas realidades do campo brasileiro? Ele acredita que não. Eu concordo. Não tenho dúvidas de que do ponto de vista da luta política, sobretudo por políticas públicas e organização dessa multiplicidade de modos de ser e estar no campo brasileiro, o campesinato é a melhor opção. Todavia, no próprio curso da luta e formação política, é preciso reconhecer os diversos territórios e territorialidades e, desse modo, as diferentes demandas.

Esse reconhecimento só pode ser feito, na escala da sociedade, com um Estado que aja nos termos proletários, que assuma essa posição proletária. E isso quer dizer que o Estado precisa abrir mão desse ideário democrático liberal a partir do qual sustenta seu projeto de país, forjado num vago conceito de desenvolvimento (que em última instância só diz respeito à reprodução das relações de produção (LEFEBVRE, 1973), ou, em outros termos, ao desenvolvimento do capital). É preciso que esse 99% perceba que uma ditadura do proletariado pode tirá-los dessa condição de existência subsumida à lógica do mercado. Harvey, refletindo sobre o movimento *Occupy Wall Street*, reforça a premência de que a luta por transformações sociais emancipatórias dialogue com os 99%:

Para ter êxito, o movimento precisa alcançar os 99%. Isso ele pode e está fazendo passo a passo. Primeiro, há todas as pessoas jogadas na miséria pelo desemprego e aquelas cujas casas e bens foram ou estão sendo retirados pela falange de *Wall Street*. Devem se formar grandes coalisões entre estudantes, imigrantes, subempregados e todos os que estão sob ameaça das políticas de austeridade, totalmente desnecessárias e draconianas, impostas à nação e ao mundo para atender ao Partido de *Wall Street*. Deve-se focar nos níveis estarrecedores de exploração nos locais de trabalho – desde os empregados domésticos imigrantes, explorados tão cruelmente na casa dos ricos, até os funcionários de restaurantes escravizados por quase nada na cozinha dos estabelecimentos nos quais os ricos comem tão fartamente – e deve unir os trabalhadores criativos e artistas cujos talentos são tantas vezes transformados em produtos comerciais pelo grande poder do dinheiro (HARVEY, 2012, p. 61, grifo nosso).

A proposta de Harvey é interessante e necessária. Mas não podemos perder de vista a estrutura da argumentação: sob a exclusão de 99% da sociedade está uma imensa diversidade de realidades. Essas diferentes realidades não se aproximarão apenas porque estamos mostrando, e elas vivenciando, que estão sendo excluídas da acumulação de riquezas, e, em muitos casos, inclusive de direitos e necessidades essenciais. Há uma série de estruturas, determinações, discursos e dispositivos que os serializam. Por exemplo, na citação de Harvey se vê a representação da CPTur como agente do trabalho de escravização de imigrantes, e, no entanto, diante da retórica do poder público e privado que enaltece a capacidade de geração de emprego e renda, bem como de valorização da cultura local, os trabalhadores, e mesmo os pesquisadores, do turismo não se apercebem que sem uma posição clara de classe não é possível enxergar, entender e evitar essa vinculação.

Os diferentes sujeitos sociais precisam ser convidados a agir para garantir seus territórios, suas territorialidades, suas existências. Agir como? Apesar de ser preciso superar a democracia parlamentar-liberal, não dá para simplesmente abrir mão das eleições. Articular a esquerda social e a esquerda política, essa é leitura de Harnecker (2018), pesquisadora e militante que atua com movimentos sociais de Nuestra América. Como já disse um importante pensador brasileiro, quem tem fome tem pressa. Sobre isso, Wallerstein (2012, p. 75) enfatiza:

Isso não significa que participar de eleições seja uma perda de tempo. É preciso considerar que uma grande parte dos 99% está sofrendo no curto prazo. E esse sofrimento é sua preocupação principal. Tentam sobreviver e ajudar suas famílias e amigos a sobreviver. Se pensarmos nos governos não como potenciais agentes de transformação social, mas como estruturas que podem diminuir o sofrimento a curto prazo por meio de decisões políticas imediatas, então a esquerda mundial estará obrigada a fazer o que puder para conquistar medidas capazes de minimizar essa dor (p.75, 2012).

A tarefa é, portanto, saber distinguir a contradição principal das contradições secundárias e suas sobredeterminações, sem que se caia num pragmatismo político-partidário imobilizador. Os diversos sujeitos da transformação social emancipatória não podem ter receio de assumir a ditadura do proletariado como horizonte e caminho de tais transformações. Essa ideia-força, e programa político, tem em si muitos componentes que precisam ser refletidos. Todavia, a ponderação do pesquisador comunista brasileiro José Paulo Netto me parece suficiente para reforçar o crivo do que está sendo dito.

É impossível sumariar, nestas páginas [posfácio do livro Estado e Revolução de Lenin], a problemática contida na ideia de ditadura do proletariado – que, sem o concurso de Lenin e sob as proféticas advertências de Rosa Luxemburgo, na prática histórica frequentemente degenerou em ditadura burocrática sobre o proletariado. O que importa assinalar é que Lenin a concebe como extensão/universalização restrição/supressão das liberdades políticas, com seus rebatimentos econômico-sociais – respectivamente para as massas trabalhadoras e para os beneficiários do antigo regime –; vale dizer: concebe-a como uma democracia de exponencial participação ampliada, com incumbências econômico-sociais induzidas e com evidente caráter de classe. Dentre a sua polifuncionalidade, dois eixos são óbvios: é com ela que se deslocam as instituições estatais precedentes e seu exercício pelas massas trabalhadoras secreta a possibilidade objetiva de, no seu desenvolvimento, tornar supérfluo o novo Estado. *Se este é o instrumento da vontade política proletária, a articulação e expressão desta pelos espaços ampliadamente democráticos da ditadura do proletariado são a condição da descartabilidade daquele instrumento. É nesse sentido, aliás, que se resolve o aparente paradoxo formulado por Lenin: a realização da democracia equivale à sua abolição* (NETTO, p. 172, 2007, grifo nosso).

A atualidade da sociedade de classes impõe que os sujeitos que estão construindo uma transformação emancipatória dialoguem com o conjunto da sociedade sobre e exijam a utilização de instrumentos de representação direta como mecanismos de interiorização da soberania popular, que fortaleçam os princípios e propósitos da constituição da ditadura do proletariado. Florestan Fernandes, na apresentação desse mesmo livro de Lenin posfaciado por Netto, abre nítido diálogo com Roxa Luxemburgo sobre essa constituição.

Muitos poderão pensar que um livro como este só será necessário e útil quando existirem condições maduras para a tomada do poder revolucionário pelas classes trabalhadoras. Até lá, seria melhor manter o livro à distância das massas, dos quadros e das vanguardas do movimento socialista. No entanto, o que cria o quê? São as classes trabalhadoras que criam as condições de uma revolução social ou, vice-versa, estas que criam as classes trabalhadoras? Pensar dentro de tal esquema seria o mesmo que subjugar o movimento operário a uma ótica estreita, estanque e determinista, cega para a história produzida pelos homens. *A revolução proletária não é como uma fruta madura e não basta erguer a mão*

para apanhá-la. Esse raciocínio é de aplicação universal e tem valor axiomático na periferia do mundo capitalista, na qual o capitalismo não oferece nem alternativas nem compensações (FERNANDES, 2007, p.15, grifo nosso).

Florestan segue a mesma linha teórico-argumentativa defendida por Rosa Luxemburgo. Esta, em uma polêmica com o socialista Eduard Bernstein, advoga a sempre “prematuridade” da conquista do Estado pelos proletários.

La transformación socialista supone una lucha larga y obstinada, en el curso de la cual, esto es bastante probable, el proletariado será rechazado más de una vez, así que, por primera vez, desde el punto de vista del resultado final de la lucha, necesariamente habrá llegado al poder demasiado pronto [...], será imposible evitar la conquista “prematura” del poder del Estado por parte del proletariado precisamente porque esos ataques “prematuros” del proletariado constituyen un factor, y de hecho un factor muy importante, al crear las condiciones políticas de la victoria final. En el transcurso de la crisis política que acompaña la toma del poder, en el transcurso de las luchas largas y obstinadas, el proletariado adquirirá el grado de madurez política que le permita obtener a tiempo una victoria definitiva de la revolución [...]. Puesto que el proletariado está absolutamente obligado a tomar el poder una o varias veces “demasiado pronto” antes de poder mantenerse en el poder para siempre, la objeción a la conquista “prematura” del poder en el fondo no es más que una *oposición general a la aspiración del proletariado a tomar posesión del poder del Estado* (LUXEMBURGO apud ZIZEK, 2014, p.102)

Se Florestan Fernandes estava certo ao dizer que na periferia do capitalismo este não oferece nem alternativas nem compensações, e pensava isso em 1978, o que dizer do atual cenário de barbárie que vivenciamos – com o agravante de que as condições para a superação de algumas manifestações desta barbárie, mesmo ainda sob a égide capitalista, já estão postas? É por isso que reconhecer que há luta de classes, a própria burguesia reconhece. E ainda que às vezes mude os termos, como em proposições do tipo multiculturalistas, pode lidar com elas, e tem a polícia e o exército sempre prontos, para quando a retórica e os dispositivos de harmonização social falharem. Por isso é que Lenin era direto acerca deste ponto.

A luta de classes é essencial na doutrina de Marx. É, pelo menos, o que se escreve e o que se diz frequentemente. Mas, é inexato. Deformações oportunistas do marxismo, falsificações do marxismo tendentes a adaptá-lo às necessidades da burguesia, são frequentes como resultado dessa inexactidão. *A doutrina da luta de classes foi concebida não por Marx, mas pela burguesia antes de Marx e, de maneira geral, é aceitável para a burguesia. Quem só reconhece a luta de classes não é ainda marxista e pode muito bem não sair dos quadros do pensamento burguês e da política burguesa. Limitar o marxismo à luta de classes é truncá-lo, reduzi-lo ao que é aceitável à burguesia. Só é marxista aquele que estende o reconhecimento da luta de classes ao reconhecimento da ditadura do proletariado* (LENIN, 2007, p. 54 , grifo nosso).

Não se trata, de modo algum, aqui, de querer classificar os níveis de marxistas ou marxismos. Primeiro porque academicamente tem se operado uma diferenciação entre marxianos e marxistas, sendo aqueles os que seguem estritamente o pensamento de Marx e estes os que se apoiam em seu edifício teórico, mas em muitos pontos discordam e/ou acrescentam elementos que não foram postos ao debate por Marx e Engels. Lefebvre (2009) em seu livro sobre marxismo já dizia que um dia deixaremos de falar de marxismo, para falar de materialismo histórico dialético. Segundo porque do ponto de vista da opção comunista radical, da qual a ditadura do proletariado é uma ação tática, não há gradações. Como o próprio Lenin expõe na continuação da citação acima, os que se dizem marxistas (e aqui estou tomando como comunistas), mas se escondem sob essa denominação para a prática do mais cômodo reformismo, abrindo mão inclusive do diálogo direto com os sujeitos sobre objetivações de classe, na hora de tensionamentos decisivos se revelam, quando muito, democratas pequeno-burgueses. E seria um erro imperdoável deixar de mencionar o nível de aceitação da luta de classes para a burguesia exemplificado em um dos episódios jurídicos mais controversos da história pós-abertura no Brasil. É justamente a referência à Marx e Engels, este trocado de forma tragicômica por Hegel, que o Ministério Público de São Paulo usou para tentar envergonhar publicamente o ex-presidente Lula com seu pedido de prisão preventiva (EL PAÍS, 2016). A perspectiva burguesa é nítida. E a apropriação da luta de classes, rebaixada aos termos neoliberais, idem.

Qual é o léxico da emancipação social? Talvez Negri e Cocco (2005) acertem quando dizem que é preciso, em alguma medida, atualiza-lo. Talvez na crescente conexão propiciada pela globalização e efetivada pela internet os dispositivos tecnológicos que lhe dão vida contribuam para uma unificação desse vocabulário. Talvez. Mas uma coisa é certa, seja em antigos termos, seja em termos completamente novos, seja na atualização, na fusão de ambos, é preciso internacionalizar a luta, as perspectivas e a práxis. Fabrini, em uma palestra proferida em 02 de dezembro de 2015, no Instituto de Estudos Socio-Ambientais (IESA), da Universidade Federal de Goiás (UFG), fez importantes ponderações sobre os limites da forma Estado-nação para responder às demandas diversas dos sujeitos e suas territorialidades. O Estado tem sido um tanque de guerra com o qual o capital internacional opera em diferentes países, cumprindo a função que lhe cabe na democracia liberal, como explica Santos (2006).

Claro que em muitos países, como no Brasil e Moçambique, há um déficit tão grande de justiça social que parte ainda pode ser conquistada mesmo no capitalismo. Ocorre que, por um

lado, o Estado está aparelhado por interesses pouco democráticos e legitimados por governos sem compromisso com severas dificuldades de resistir às investidas do capital internacional, por outro, os organismos internacionais criados para fiscalizar e exigir que se cumpram acordos internacionais relativos aos direitos humanos, por exemplo, têm sua atuação limitada pela geopolítica internacional. Basta dizer que o Brasil já foi condenado na Corte Interamericana de Direitos Humanos por mais de uma vez, inclusive por trabalho escravo (FERREIRA, PIOVESAN, ROSTON, 2017), e o Estado segue perpetrando ataques e não garantindo o direito à vida de milhões de sujeitos.

2 SUJEITOS E EXISTÊNCIAS NA NARRATIVA DE MODERNIZAÇÃO/DESENVOLVIMENTO CONTEMPORÂNEO

E a história humana não se desenrola apenas nos campos de batalhas e nos gabinetes presidenciais.

Ela se desenrola também nos quintais, entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas

de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas,

nos namoros de esquinas.

Disso que eu quis fazer a minha poesia.

Dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta consigo as pessoas e as coisas que não tem voz.

(GULLAR, 1983, s/p)

2.1 CIÊNCIA, PODER E SUBJETIVIDADE: UMA VISÃO SOCIAL DE MUNDO

O Estado não é um mediador neutro do conflito de classes como quer fazer parecer o discurso científico hegemônico. O Estado está genealogicamente comprometido com a reprodução do capital (SANTOS, 2006). De acordo com Gruppi (1996 apud SANTOS, 2006, p. 39):

Na verdade, só poderá começar a existir uma visão científica do que é o Estado quando tomarmos consciência do conteúdo de classe do Estado. E a burguesia não pode fazer isso, pois significaria denunciar que o Estado burguês – mesmo em sua forma mais democrática – é na verdade a dominação de uma minoria contra a maioria; seria admitir que essa liberdade não é a liberdade para todos; que essa igualdade é puramente formal, não é real, para a maioria dos cidadãos.

Duas questões se apresentam: de um lado o chamado à elaboração científica crítica, de outro uma problematização sobre liberdade formal e real. O que o autor chama de formal, porque posto em lei, não é desprezível, tampouco formal. É dizer, tem grande valia assegurar que direitos, inclusive de representatividade, por exemplo, estejam em lei. Cria-se a condição para a cobrança, para o diálogo com os sujeitos, para a exposição das contradições de classe dessa forma-Estado. Mas isso não é uma garantia formal, é uma garantia legal. Imagine, por exemplo, um grupo de sujeitos negros ou transexual, ou ainda, mais improvável, negros e transexuais no nível hierárquico gerencial de uma grande multinacional, historicamente hegemônico por

homens brancos. Esse grupo, ocupando cargos semelhantes, tem discrepâncias salariais entre ele, se é negro, se é trans, se é negro e trans. E a discrepância com os que ocupam cargos correspondentes e não fazem parte do grupo são ainda mais notáveis. Aí temos uma liberdade/condição formal, mas não real. E a história tem mostrado que essa experiência à medida que se transforma em organização reivindicatória leva a equalizações, maiores ou menores a depender da força da organização/resistência; cria-se a liberdade real.

Formular teoricamente tendo em vista os antagonismos de classe é premissa para uma práxis emancipatória. Sem isso fica complicado distinguir, por exemplo, a função do Estado na desarticulação das ciências humanas no Brasil. Não só o menor aporte de verbas em pesquisas e extensão para a área no âmbito universitário, como também a proposta de reforma do ensino médio, são provas inequívocas do escanteamento que esse grande campo do saber sofre atualmente, o que ainda fica marcado pelos cursos que têm sido ofertados na modalidade Ensino à Distância.

A retirada de disciplinas como história, geografia e filosofia da grade curricular do ensino médio, acompanhada da aposta na expansão de cursos tecnológicos e técnicos, escancara que a “ponte para o futuro” é um projeto desenvolvimentista calcado no aniquilamento da capacidade de formulação crítica da classe trabalhadora. Assim, a ciência, como conteúdo e modo de compreensão da realidade, é afastada de determinados segmentos sociais, que, por sua vez, perdem as condições de leituras interdisciplinares e totalizantes da realidade.

Segundo Mills (1982, p. 135 apud OLIVEIRA, 1998, p. 18) “as ciências humanas tendem a apresentar resultados mais completos e satisfatórios quando trabalham interdisciplinarmente, de modo a abranger os múltiplos aspectos simultâneos e sucessivos dos fenômenos estudados”.

Casanova (2006, p.11) refletindo sobre a relação entre interdisciplinaridade e totalidade, traz um apontamento de grande valia para a argumentação ora posta, quando assevera que:

No momento atual, a interdisciplina gera novos vínculos entre as ciências e as humanidades. Os vínculos anteriores – alguns muito antigos – também se renovam. Ambos representam contribuições de enorme importância para os trabalhadores simbólicos, intelectuais e manuais, para os cidadãos e para todos aqueles que, como professores, pesquisadores, estudantes e egressos do sistema escolar, defrontam o problema da cultura geral e da especialização. Todos – ainda que muitos não saibam disso – têm a necessidade de refazer as relações entre ciências e humanidades, duas áreas cujos encontros e desencontros

favorecem ou impedem a capacidade intelectual e moral de compreender e mudar o mundo.

A mudança discutida por Casanova, que só pode ser efetivada, coerente e conscientemente, tendo em vista a totalidade, responde ao próprio desenvolvimento da ciência, como mostra Oliveira (1998, p.22), ao tratar da constituição e politização do método:

Quem iria operacionalizar o método? A resposta a esta questão põe em evidência a figura do sujeito do conhecimento. Trata-se de alguém com existência corpórea, versado nas habilidades há pouco enunciadas, desejoso de fazer valer sua formação científica para elaborar um saber que não só fosse capaz de dar explicações convincentes sobre determinadas questões sociais, mas que, sobretudo, pudesse ser aplicado para interferir no rumo das coisas.

A ciência, hoje, ocupa papel fundamental na sociedade moderna. Bourdieu (2004) e Milner (1996) foram alguns dos principais postuladores da importância do discurso científico para e na subjetividade contemporânea. Esse discurso científico é de tal forma impactante e significativo, que ganha efetivamente status de poder, como já dissera Oliveira (1998, p. 22-23):

Quando o desenvolvimento metodológico se torna recurso imprescindível para insinuar, estabelecer ou mesmo justificar intervenções modificadoras da sociedade, as relações entre ciências e sociedade se alteram: a produção do saber se consagra como forma de poder. Sem perder de vista que esta união entre conhecimento e política se faz, ainda, em meio ao embate travado com as origens teológicas do saber (p. 22-23).

Assim, é preciso ler com atenção a arguição de Milner (1996, p. 46), para quem “Quanto à ciência, por mais ornamentada de modernidade que esteja, o mais insistente pedido que lhe é feito não é para que esclareça as consciências?”.

Somente a psicanálise pode revelar o contorno completo do impacto fragmentador da modernidade (em seus dois aspectos: a hegemonia do discurso científico e o capitalismo) na maneira como nossa identidade é fundamentada performaticamente em identificações simbólicas, na maneira como contamos com a ordem simbólica para abastecer o horizonte que nos permite localizar cada experiência numa totalidade significativa. (ZIZEK, 2011a, p.52)

A sociedade passa por um processo acelerado de mudanças. A ciência, conseqüentemente, também. Conceituar não pode estar desligado dessas transformações. Mais, o próprio fazer científico não o deve fazer, sob pena de ensimesmar-se e deixar de captar o real significado das transformações sociais (CASANOVA, 2006). É um movimento complicado, que exige atenção e disciplina. Por um lado, não é possível querer fazer caber a realidade dentro de um esquema teórico-analítico idealista, por outro não é possível desvendar as engrenagens do autômato social sem instrumentalização teórico-conceitual que permita ir além das aparências.

Para que seja possível a ciência caminhar nesse sentido, é imprescindível que busque a universalidade, expressa nas múltiplas determinações que compõem o concreto/real (MARX, 1974). Quando Konder diz que “do ângulo do proletariado é possível enxergar mais longe do que do ângulo da burguesia” (1987), é preciso dizer que esse ângulo é além de mais abrangente, a única forma de chegar à universalidade (ZIZEK, 2011a).

Portanto, contra qualquer perspectiva positivista, é preciso que se aproximem visões sociais de mundo que façam ciência a partir desse princípio, para que se evitem efetivamente as “falsas necessidades” como aponta Unger (2005). Pois, se por um lado Bourdieu (2004, p. 22) aponta que “[...]a “politização” de uma disciplina não é indício de uma grande autonomia [...]”, por outro, o mesmo pensador assevera que “Qualquer que seja o campo, ele é objeto de luta tanto em sua representação quanto em sua realidade” (2004, p.29).

Desse modo, quando Bourdieu problematiza sobre o capital científico, é preciso relaciona-lo com a supracitada importância do próprio papel da ciência. Conseqüentemente, a disputa colocada no âmbito do campo científico efetiva a leitura de poder proposta por Stoppino (2004). Para Zizek (2011a, p. 51) “a hegemonia do discurso científico suspende potencialmente toda a rede de tradição simbólica que sustenta as identificações do sujeito. Em termos políticos, a mudança é do Poder fundamentado na autoridade simbólica tradicional para a biopolítica”.

Tomado a partir dessa noção relacional, o poder em ato da ciência moderna, ou o poder atual, como diz Stoppino, concretiza na sociedade contemporânea uma perversão na construção subjetiva do sujeito, ao subverter a ideia de interesse próprio.

[...] O resultado é que o homem moderno *vive* de acordo com o princípio do desprendimento e *pensa* em função do interesse próprio. Ele julga estar agindo em prol de *seu* interesse quando na realidade sua preocupação predominante é dinheiro e sucesso; ele se ilude deixando que suas mais importantes potencialidades humanas permaneçam atrofiadas e perdendo a si próprio enquanto busca o que é imaginado ser melhor para si. (FROMM, 1947, p.124-125, grifo do autor).

A potencialidade humana está assentada em outra esfera, a que realmente permite ao homem desenvolver todas suas faculdades. “Não há outro significado para a vida senão o que o homem dá à própria vida pela expansão de suas forças, vivendo produtivamente” (FROMM, 1947, p. 52). E mais, “Em conformidade com esse modo de ver, o interesse do homem é conservar sua existência, que é o mesmo que concretizar as potencialidades inerentes à sua pessoa” (FROMM, 1947, p. 123).

Diante disso, o discurso cientificista que vai tomando conta da sociedade, e impactando a subjetividade, individual e coletivamente pensada, se apresenta como uma conjugação de interesses espúrios que tem múltiplas determinações, mas com certeza não a da realização da potencialidade humana. Como mostra Zizek a própria felicidade se torna disciplina científica¹⁴, o que desdobra em receitas científicas para alcançá-la; entre outros exemplos possíveis de como o discurso da ciência permeia cada vez mais dimensões da vida cotidiana e legitima a narrativa moderno-desenvolvimentista.

O Estado aparece como agente mediador e executor dessa cientifização. Colocado como entidade representativa da “consciência autoritária”, colabora, no atual contexto, para que a ciência siga em outra direção, que não aquela aventada por Milner de esclarecer as consciências.

A ciência tem, historicamente, um forte conteúdo de classe. E, portanto, também de concepção de mundo de determinado sujeito social, esse que estou chamando de sujeito referencial. Dunker (2015, p. 43) lembra, por exemplo, que “Para a antropologia positivista de fins do século XIX, o Brasil só se tornaria viável se conseguisse estabelecer uma política de branqueamento de sua população”. Antropologia, biologia e outros campos do saber estavam engajados em legitimar cientificamente uma narrativa de supremacia branca, para a qual os não-brancos eram em todos os sentidos inferiores. Konder (2009) lembra que mesmo marxistas se deixaram entorpecer por esse tipo de teoria.

A política do “embranquecimento” ou “branqueamento” da população, conduzida ativamente pelo Estado, estabeleceu uma nova modalidade do racismo à brasileira. No processo de transformação de sociedade rural em sociedade industrial, na república, tivemos o início de um processo irreversível até hoje, que permitiria a ascensão social desses “novos brasileiros”, desde que assimilassem as condutas e atitudes da população branca, não só do ponto de vista estético, mas também cultural (Vanucchi, 2017, p. 65).

Kabengele Munanga, pesquisador referência nessa questão, recorda que:

¹⁴ “Essa elevação da própria transgressão a uma injunção moral tem um nome preciso: felicidade como dever supremo. Não admira que, na última década, o estudo da felicidade tenha surgido como disciplina científica autônoma: hoje há “professores de felicidade” nas universidades, institutos de “qualidade de vida” vinculados a elas e numerosos artigos de pesquisa sobre o assunto; e há até um *Journal of Happiness* (Revista dos estudos da Felicidade). Ruut Veenhoven, seu editor-chefe, escreveu: “Agora podemos mostrar quais comportamentos são arriscados no que diz respeito à felicidade, da mesma maneira que a pesquisa médica nos mostrou o que faz mal à saúde. Finalmente seremos capazes de mostrar que tipo de estilo de vida combina com que tipo de pessoa”” (ZIZEK, 2011, p. 63). Vale a pena conferir como o autor aprofunda o debate sobre essa cientifização da felicidade e seu impacto na subjetividade.

Com o descobrimento da América e da África, os povos autóctonos¹⁵ recém descobertos receberam as identidades coletivas de “índios” e “negros”. A questão colocada tanto pelos teólogos ocidentais dos séculos XVI e XVII, quanto pelos filósofos iluministas do século XVIII, era saber se esses índios e negros eram bestas ou seres humanos como os europeus. Questão cuja resposta desembocou numa classificação absurda da diversidade humana em raças superiores e inferiores. Daí a origem do racismo científico ou racialismo que, infelizmente, interfere até hoje nas relações entre seres e sociedades humanos (MUNANGA, 2003, p.05)

Nascimento (2003, p. 18) complementa:

A ciência ocidental constitui-se no contexto histórico em que se “descobrem” povos antes desconhecidos dos europeus e é colocada a serviço da dominação desses povos. A conquista e a ocupação de novas terras, por direito “natural” dos que se consideram “superiores”, implicam o genocídio, a subjugação e a escravização dos “outros” para construir o mundo moderno. Nesse processo, confeccionam-se teorias científicas que justificam tais práticas e que desembocariam depois na racionalização de mais um genocídio, agora contra um povo ocidental minoritário e discriminado. Aí o Ocidente percebe a barbárie que representa essa justificação e a ciência dá meia-volta para negá-la. Entretanto, os efeitos e os contornos desses séculos de dominação não se apagam com um passe da retórica científica. *Faz-se necessário que os povos, antes objeto de uma ciência voltada para o domínio sobre o natural, passem a desvelar a realidade por eles vivida e deles mantida oculta, intervindo assim na constituição do saber* (grifo nosso).

Munanga (2017, p. 33), refletindo sobre as origens do racismo, retoma a questão da inexistência de diferentes raças:

Em sua evolução, a ciência biológica demonstrou, já na segunda metade do século XX, que a raça não existe e, conseqüentemente, que são absurdas as crenças baseadas na superioridade e inferioridade raciais dos grupos humanos.

Porém, as crenças racistas não recuam, apesar de as pessoas terem mais acesso à ciência através da educação, o que mostra que a racionalidade em si não é suficiente para que todas as pessoas possam abrir mão de suas crenças racistas.

O autor parece dar como dado concreto o alcance de uma ampla camada da sociedade às descobertas científicas. Todavia, não me parece ser esse o caso. E mais que isso, me parece que a radicalidade da comprovação científica não é uma mediação na formulação, inclusive, das narrativas contestatórias. Veja-se, como ilustração significativa, o que Munanga (2003, p.13) escreve na apresentação do livro de Nascimento: “O presente livro de Elisa Larkin Nascimento é um profundo mergulho nas questões passadas, presentes e futuras que atormentaram, atormentam e ainda atormentarão, não sabemos por quanto tempo, *a vida dos brasileiros de ascendência africana*” (grifo nosso). Como já mencionado, o pesquisador da Universidade de São Paulo

¹⁵ Os erros gramaticais estão contidos na versão disponibilizada no site referenciado.

(USP) é uma das maiores referências nesse debate. E assim mesmo ele retira a radicalidade da inexistência de raças, sua potencialidade emancipatória. Não tenho dúvidas que o estigma da cor, como dizia Hélio Santos, uma das principais vozes da intelectualidade negra brasileira, diferencia as condições de existência, do que sou prova viva. Como todos os marcadores sociais, o que tento mostrar ao longo do trabalho. Todavia, assim mesmo, no que importa ao debate, ainda que seja para ressaltar esse marcador social (o fenótipo), me parece melhor colocado “brasileiros de ascendência africana direta”. Isso porque todos somos africanos. E essa é a realidade com a qual o discurso pseudocientífico e religioso, que sustentam práticas Estatais e o sujeito referencial, não podem lidar.

Parece tão difícil romper com esse aprendizado (de que existem sujeitos que saíram da África e sujeitos que não saíram) que Munanga é seguido por outro relevante pesquisador das questões raciais. Martiniano José da Silva, autor, entre outros, de “Racismo à Brasileira: raízes históricas – um novo nível de reflexão sobre a história racial do Brasil”, falando sobre o racismo dentro da igreja católica diz que “pareceria natural a ridícula participação de padres, freiras e *outras categorias de origem africana* em seus quadros” (SILVA, 2009, p. 323, grifo nosso).

Nucci (2016) sobre a prerrogativa jurídica acerca disso, assevera que:

Não fui eu o criador da tese de que racismo não é simplesmente uma discriminação de raças, até porque, atualmente, não mais se fala em raças, mas somente na raça humana. No mencionado caso Ellwanger, o STF considerou imprescritível o delito do artigo 20 da Lei 7.716/89, quando o réu ofendia e/ou segregava, por artigos e palavras, os judeus. O ministro Moreira Alves proclamou em seu voto que o caso estava prescrito, pois não se encaixava no referido artigo 20, afinal, ser judeu é adotar o judaísmo (religião, para quem não saiba) e não se trata de uma raça: a raça judaica, que não existe. O racista pode odiar negros, judeus, muçulmanos (outra religião e não raça), homossexuais, mulheres (eis aí a criação do feminicídio), dentre várias outras pessoas humanas. O racista afronta a dignidade humana, princípio fundamental do Estado Democrático de Direito e pode fazê-lo de variados modos; o mais utilizado é por meio da injúria racial, típica prática do racismo. [...] Estudos internacionais têm demonstrado – agora por análise de DNA, que não havia no passado – inexistir diferença alguma entre as antigas raças, apontadas pela velha doutrina: caucasiana, negra e amarela. Pura bobagem. Somos todos absolutamente iguais no DNA, para caracterizar a raça humana. Variam coisas supérfluas, como cor da pele, cor dos olhos, cor dos cabelos etc. Nada significativo para separar seres humanos em grupos diversos. (NUCCI, 2016)

Uma janela para a construção programática se abre. Se, por um lado, a discriminação e exploração por fenótipo, sexualidade, religião, gênero e limitações físicas e mentais têm histórica

e conjunturalmente trajetórias e manifestações distintas, cada qual com sua complexidade, por outro, na sociedade moderna elas se fundem na estruturação desse modelo de organização social capitalista – que não cessa de se atualizar. De modo que se a questão da classe não explica em tudo e não resolve o racismo, (doravante entendido como todo ataque à dignidade humana), como explicou Florestan Fernandes (2017), ela é a narrativa principal por meio da qual outras narrativas são acopladas formando uma metanarrativa capitalista que termina por informar a nomeação do sofrimento de diferentes sujeitos, sociais e coletivos, como mostrou Dunker (2015).

Não resta eliminada a necessidade e contribuição de organizações particulares. Antes, é um chamado para que estas se aproximem, superando, como demonstra Borges (2016), por exemplo, falando do feminismo negro. Oliveira (2016, p. 37), resume:

Com isso, a luta contra o racismo sinaliza para uma ação *contra o capital* que remete tanto a uma reconstrução da esfera pública, esvaziada pela ação direta do capital, como por sua apropriação no sentido de uma profunda reforma do Estado nas perspectivas contrárias a sua formação histórica: desconcentração de renda e patrimônio, universalização plena da cidadania e desmonte dos aparatos de violência sistêmica. O racismo deve ser enfrentado não apenas na dimensão comportamental e relacional, mas fundamentalmente como mecanismo estruturante do autoritarismo social que sustenta várias lógicas do capital (grifo do autor).

A ciência é uma dessas lógicas/narrativas que sustentam o capital. Construir uma metanarrativa emancipatória passa por reposicionar a ciência, colocá-la na batalha das ideias¹⁶. Alguns mitos já não hegemonomizam mais a narrativa científica. Democracia racial; Estado laico; Supremacia racial, entre outros. Ainda carecem de ser contrapostos e explicados em todas as esferas da vida, para o conjunto da população, não só no reduto acadêmico/escolar. A dívida que a ciência criou ao contribuir para a legitimação e perpetuação da metanarrativa capitalista só será paga ao deixar penetrar em suas veias, nos seus objetivos e metodologias, a diversidade existencial e suas narrativas. Educar para a desconstrução desse sujeito referencial.

¹⁶ Aqui o termo batalha ganha a acepção bélica efetivamente, não só metafórica. No bicentenário de nascimento de Karl Marx, a editora Boitempo lançou a edição de sua obra mais famosa, e essencial para compreender o funcionamento do capitalismo, para o público infanto-juvenil. A reação de setores reacionários e confortáveis com o *status quo* não podia ser mais clara: ameaças pessoais à diretora da editora. Longe de ser um caso isolado, isso se soma a onda conservadora que tenta frear e combater as resistências que surgem no mar de opressões derivadas da metanarrativa capitalista. Em Goiânia, em 2014, durante ação de perseguição aos jovens que participaram das manifestações contra o aumento do preço do transporte coletivo, iniciadas em 2013, a Polícia Militar registrou no Boletim de Ocorrência o porte de livros marxistas. É uma guerra ideológica!

De maneira sub-reptícia uma mensagem é constituída: a impossibilidade de que, dentro do capitalismo, todos pertençamos ao 1% que controla a riqueza mundial (HONÓRIO, 2016). Esse 1%, quer fazer parecer, é formado por pessoas selecionadas por seus méritos naturais e sociais. A ciência, agora, também toma como um dado e passa a buscar a fórmula da felicidade¹⁷. Não obstante, o que importa contradizer com veemência é esse apagamento de que, do ponto de vista da origem, somos todos negros (descendentes de africanos, se assim preferirem), caminho apontado por Nascimento (2007) para a desconstrução desse sujeito referencial.

Não se trata apenas da negação imagético-simbólica. Passa, inegociavelmente, pela exibição dos enigmas do capital (HARVEY, 2011), por expor suas contradições, antagonismos com as pretensões populares, seus limites como modelo de organização social e modo de produção. Um desses limites é o cercamento da ciência aos interesses da reprodução capitalista, como se tem assistido historicamente.

Na medida em que a burguesia passa a dispor dos instrumentos imprescindíveis para estruturar o modo de produção capitalista, o saber que serve à produção material passa a merecer um apreço que vai deixando de ser dado aos saberes mais ou menos “improdutivos”, ligados a atividades economicamente pouco justificáveis (KONDER, p. 108, grifo do autor).

Ao turismo é conferido espaço nas universidades justamente no momento em que se consolida um projeto neoliberal no país. Apesar do primeiro curso superior ser da década de 1970, na década de 1990 é que o campo se consolida, notadamente a partir da expansão das instituições de ensino superior (privadas) (SACONI, 2014). Atualmente, as instituições públicas têm se notabilizado pelo encanamento desse campo de conhecimento. Segue, entretanto, imperando a mesma lógica mercadológica legitimada a partir do discurso de geração de emprego e renda. A despeito da influência crescente e notável do turismo nas determinações territoriais, na priorização de políticas públicas, como narrativa que influencia os processos de identificações dos sujeitos, esse campo do saber pouco tem avançado na elaboração de teorias emancipatórias.

Sem se ocupar dessa tarefa, o turismo, como campo do saber, estabelece uma dupla relação alienante: por um lado se apropria acriticamente das elaborações do Estado sobre esse projeto de desenvolvimento modernizante calcado no economicismo e teoriza a respeito, legitimando-o, por outro, ao confeccionar tais teorias que “comprovam” as potencialidades econômicas do turismo, sem mediações críticas radicais (no sentido empregado por Marx, de ir à

¹⁷ Inclusive as pesquisas turísticas, como tratarei no capítulo seguinte.

raiz do problema), fornece as teorias “científicas” que respaldam os documentos que norteiam as ações do Estado e da iniciativa privada. Esta, por seu caráter, não será problematizada. É como diz o sociólogo Clóvis Moura (2009, p. 21) no prefácio da primeira edição do livro já citado de Martiniano José da Silva:

Martiniano J. da Silva segue esta tradição que foi abandonada pelos nossos cientistas sociais neopositivistas, incapazes de integrar-se e de participar da problemática estudada para, através dessa participação, penetrarem na essência do fenômeno analisado. Uma ciência social que se conforme com a análise da forma dos fenômenos não é ciência, mas relatório empresarial, trabalho cansativo de dados para serem usados posteriormente pelos detentores do poder, como material subsidiário aos seus planos de controle social.

Não é isso que tem acontecido no Brasil? Veja-se, por exemplo, os autores criticados por Ouriques (2005), por sua falta de crítica radical, e compare-se com a bibliografia dos documentos oficiais do MTur. Essa relação perniciosa se espalha para o campo do debate público. Heloisa Menezes (BRASIL, 2015, p. 13), na época diretora técnica do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, anota no documento “Índice de Competitividade do Turismo Nacional – Relatório 2015”, publicado pelo MTur:

Viajar pelo Brasil é o principal sonho do brasileiro, seguindo-se o desejo de comprar a casa própria e o de abrir seu próprio negócio, mostram pesquisas recentes feitas no país. No cenário nacional, o turismo participa diretamente com 3,5% do PIB, o que equivale à geração de R\$ 182 bilhões (WTTC, 2014) e 3,14 milhões de empregos diretos (MTE, 2014). É o quinto item da balança comercial, contribuindo com U\$ 6,9 bilhões, o que representa 17% das exportações de serviços (BACEN, 2014). Esses números impulsionaram o Brasil para o 9º lugar no *ranking* das maiores economias de turismo no mundo (WTTC, 2014) (grifo nosso).

Essa fala evidencia não só a perspectiva economicista com a qual a CPTur tem lidado com o turismo, como também a restrição social quase sempre implícita. Quem é esse brasileiro cujo principal sonho é viajar? São os indígenas? São os quilombolas? São os Sem Terra e Sem Teto? São os favelados? É a população negra e LGBT, que precisam lutar diariamente para se manterem vivas? Como essas populações são afetadas pela práxis turística? Não deve ser com isso que pesquisas financiadas pelo Estado devam se preocupar hegemonicamente para incluir o turismo, como campo de saber, no rol das ciências sociais aplicadas que cooperam para justiça social?

Não há acaso! Antes, o ponto de vista expresso por Menezes é hegemônico, inclusive entre pesquisadores e pesquisadoras das universidades públicas. É digno de nota que Luiza Neide

Coriolano¹⁸, cuja obra faz eco dentro e fora do Brasil, ao coordenar um grupo de apresentação de trabalho durante o Encontro de Geógrafos da América Latina sediado em Cuba em 2015, tenha dito que o turismo (como campo de saber) não precisa mais se preocupar com o antagonismo fundamental entre capital e trabalho, posto que agora os seres humanos estão preocupados com a sua diversão, entretenimento e lazer, que as questões referentes a tal antagonismo estão resolvidas. A busca por legitimidade leva, Coriolano e outras pesquisadoras e pesquisadores, para darem alguma coloração de criticidade a suas elaborações, a colocarem Marx e marxistas influentes em seus referenciais teóricos. O que é lamentável. Fazem parecer que o marxismo está comprometido com reformismos que visem perpetuar esse modelo de organização social. Vázques (apud KONDER, 2018, p. 132) adverte: “Depois que Marx colocou – em *Teses sobre Feuerbach* – a categoria da práxis como eixo de sua filosofia, já não é possível voltar, em seu nome, a posições filosóficas que ficam superadas justamente com essa categoria”. Ignora-se, assim, o aumento histórico e contínuo da concentração de renda e terra no âmbito mundial; a participação direta da CPTur em determinações territoriais desfavoráveis aos sujeitos; o papel que uma práxis turística emancipatória tem na construção da justiça social, na garantia da soberania popular.

Diante dessa postura hegemônica é que temos buscado construir uma epistemologia para o turismo assentada na categoria trabalho a partir da Reescrita. Munanga (2017, p. 39) sustenta que “‘Em casa de enfocado não se fala de corda’ – eis um dos princípios da educação brasileira”. É exatamente contra essa posição do silenciamento que uma práxis emancipatória se insurge. É preciso que o sujeito se transforme concomitantemente com a transformação social. Pensar o turismo comprometido com as potencialidades, com a criatividade, com a integralidade e integridade dos sujeitos passa por compreender o trabalho como categoria ontológica e a práxis revolucionária como seu operativo.

A práxis é a atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando-se a si mesmos. É a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa da reflexão, do autoquestionamento, da teoria; e é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática (KONDER, 2018, p. 123).

¹⁸ Postura semelhante já havia sido apresentada em 2011, quando, ao coordenar um GT no Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, disse que o capitalismo é a forma social final de organização social.

Konder (2018, p. 125, grifo nosso) relembra que para Marx “A coincidência da modificação das circunstâncias com a mudança da própria atividade humana, ou a autotransformação, só pode ser compreendida e racionalmente entendida como *práxis revolucionária*”.

Reconhecendo que no capitalismo o trabalho se apresenta alienado, lanço mão da extensa, mas muito esclarecedora, ponderação de Konder (2018, p. 123-124) sobre os desdobramentos do trabalho alienado:

Os males decorrentes dessa degradação passaram a se estender às mais diversas esferas e aos mais diversos níveis da atividade humana, *causando graves prejuízos à criatividade dos homens em geral*. Os modos de produção baseados na propriedade privada e na exploração classista estimulavam a competição entre pessoas e grupos particulares, tornando-a cada vez mais exacerbada e truculenta, e *acarretando graves danos à dimensão comunitária da vida*.

O modo de produção capitalista, correspondente aos interesses da burguesia vitoriosa, levou a competição ao extremo: com a generalização da produção para o mercado e com a expansão vertiginosa da circulação do dinheiro, *a dimensão comunitária da vida passou a sofrer uma destruição sistemática, implacável, sem precedentes*. Os valores tradicionais, em que as pessoas se apoiavam para dispor de algum equilíbrio interno e para programar suas vidas, foram sendo corroídos pelo dinheiro, que mercantiliza tudo, que tende a reduzir todas as coisas a cifras. No lugar dos valores corroídos, o dinheiro não permitia que surgissem novos valores, já que, mal eles se afirmavam, eram postos no mercado, recebiam um preço e sofriam uma relativização. *A “alienação”, então, passou a contaminar a sociedade inteira, promovendo a proliferação de pessoas angustiadas, solitárias, inseguras*. Usando a terminologia de Marx, poderíamos dizer que o “valor de troca” (que é sempre quantitativamente mensurável) *vai dominando a existência dos homens a tal ponto que eles já não conseguem confiar em seus “valores de uso”* (que são sempre qualitativos e subjetivos) (grifo nosso).

O trabalho como categoria ontológica não pode ser reduzido aos sentidos do capital. É dizer, quando a força de trabalho é reduzida a condição de mercadoria ordinária no capitalismo (que primeiro a toma emprestada e somente depois, tendo-lhe extraído o mais-valor, lhe paga) cria-se a condição para a perda de sentido social. Por isso aniquila a criatividade. Por isso impinge rupturas aos valores comunitários. Por isso vai transmutando bens comuns (água, ar, solo, subsolo, fauna e flora) em mercadoria.

Uma teorização turística só pode concorrer para subsidiar uma práxis turística emancipatória se considerar a diversidade existencial, que passa por desconstruir esse sujeito referencial, o modo de organização social e a metanarrativa que lhe sustenta. E a categoria

trabalho permite operar justamente nesse particular, observando os diferentes sentidos de vida, de existência, de territorialização, de cosmogonias.

Safatle (2007) recorda que não é coincidência que ao mesmo tempo em que eram negadas as metas/grandes narrativas, em favorecimento da exclusividade da metanarrativa capitalista que se firmava, se operasse outra torção fundamental na estruturação social contemporânea: a negação da psicanálise em favorecimento da medicalização da vida e da saúde mental. Ao mesmo tempo em que cresce a turistificação dos territórios indígenas, por exemplo, cresceu em 30% o aumento do suicídio da população jovem brasileira em geral, e o dado é ainda maior para estas populações especificamente. Frei Betto (2018) em recente texto sobre os motivos desse crescimento, enfatiza que:

São muitos os fatores que, somados, se resumem à frustração. Frente a tamanho desencanto, não vale a pena viver. De cima de um prédio (modo frequente) o jovem se atira ruma à morte. O gesto encerra, sem dúvida, uma forma de protesto. É como se exclamasse: Parem o mundo que quero descer.

Frustração frente a que? Às ambições desmedidas. Ninguém se desespera por perder algo a que não dá valor. Onde está teu coração, aí está o teu tesouro, disse Jesus. Nessa sociedade consumista, na qual estamos permanentemente cercados pela parafernália publicitária, é difícil escapar do (falso) paradigma de que o nosso valor enraíza-se naquilo que possuímos; no que temos, e não no que somos.

Uma cena aterrorizante se apresenta: a realidade da modernização dos territórios! Seja nas comunidades de populações tradicionais e rurais atingidas pela expansão do agronegócio, seja nas comunidades atingidas pelo processo inflacionário imobiliário nas cidades, as áreas comuns, as comunidades, os sujeitos vão pagando com a existência o processo dessa modernização. Uma teoria que se negue a falar das cordas e dos enforcamentos, para voltar à metáfora de Munanga, que se preste a validar posições do Estado que perpetuam esse cenário e que, portanto, deixe de contribuir para a construção de sua superação, não pode cooperar, como ciência social aplicada, com a soberania popular (um preceito Constitucional) e com os diferentes sujeitos, existências e territorialidades.

2.2 LAICIDADE DO ESTADO E O SUJEITO REFERENCIAL

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi firmada em 1948. Era uma resposta no plano discursivo-narrativo à guerra ideológica com o bloco socialista. Não era preciso ser socialista/comunista para advogar as liberdades individuais. Estas são pressupostos do liberalismo econômico. Apesar da concretude, se afirmou que tais direitos, que correspondem à garantia da dignidade da vida, podem e devem ser assegurados no capitalismo. Constituiu-se as condições para um discurso multiculturalista liberal.

Sumariamente, significa que os direitos dos diferentes sujeitos em sua integralidade podem ser garantidos no capitalismo. Contra essa premissa, Zizek (1998) expõe os limites desse discurso. Não obstante, Munanga sustenta que:

Qualquer que seja sua forma, o multiculturalismo está relacionado com a política das diferenças e com o surgimento das lutas sociais contra as sociedades racistas, sexistas e classistas. Por isso, a discussão sobre o multiculturalismo deve levar em conta os temas da identidade racial e da diversidade cultural para a formação da cidadania como pedagogia anti-racista. [...] No entanto, cada país deve formular os conteúdos do seu multiculturalismo de acordo com as peculiaridades de seus problemas sociais, étnicos, de gêneros, de raça, etc (MUNANGA, 2003, p.06).

Exemplos: ensinar aos alunos as contribuições dos diferentes grupos culturais na construção da identidade nacional; - mudar o currículo e a instrução básica, refletindo as perspectivas e experiências dos diversos grupos culturais, étnicos, raciais e sociais; - realçar a convivência harmoniosa dos diferentes grupos; o respeito e a aceitação dos grupos específicos na sociedade; - enfoque sobre a redução dos preconceitos e a busca de igualdade de oportunidades educacionais e de justiça social para todos; enfoque social, que estimula o pensamento analítico e crítico centrado na redistribuição do poder, da riqueza e dos outros recursos da sociedade entre os diversos grupos, etc (MUNANGA, 2003, p.07).

Zizek, filósofo, psicanalista e marxista, parece estar mais atento e dar maior valor às estratégias narrativas e seus correspondentes comportamentais, que o antropólogo Munanga. O multiculturalismo liberal constrói as teias de identificações dos sujeitos contemporâneos, que desconectam suas limitações existenciais do modo de produção e organização social.

A psicanálise contemporânea rejeita a noção de estabilidade e conclui que o sujeito se constrói a partir de marcas diferenciais provindas dos outros. A unidade de si mesmo é sempre incompleta, portanto não há identidade contínua, mas um fluxo de *identificações*, uma dinâmica em que o indivíduo interioriza atitudes, comportamentos e costumes apreendidos no meio social.

A noção de *identificações* remete-nos à identidade como processo dinâmico de constituição, na vivência das inter-relações com a sociedade e com os outros, do conjunto de referenciais de que dispõe o indivíduo para mediar suas ações e orientar suas atitudes perante si mesmo, os outros e a sociedade (NASCIMENTO, 2003, p. 32, grifo da autora).

O *multiculturalismo liberal* é, portanto, a nomeação dessa disjunção entre processos constitutivos de concepções de mundo e a estrutura social. Por essa alienação constitutiva não

cria as condições de transformação social e deve ser negado. Não basta a exposição fria dos fatos, é preciso (re)construir a rede de significações. O próprio Munanga, em citação anterior, reconhece que o racismo não opera a partir da lógica científica.

Sem trazer para o centro do debate a questão de classe, que fica diluída nas possibilidades de consumo e posses (e, portanto, de ser e estar no mundo), e cada vez de forma mais notável, dada a privatização de direitos básicos, como educação, saúde, moradia, alimentação, cultura, a metanarrativa capitalista segue erigindo um sujeito referencial desse coletivo ao qual as pessoas devem querer pertencer, qual seja, ser homem, branco e bem sucedido financeiramente.

Significa que do ponto de vista lógico e científico, não há motivos para insistir em raças. Todos somos negros na origem. A história do *Homo sapiens sapiens* tem origem na África (NASCIMENTO, 2007). Investir nisso, desmistificando um criacionismo que pouco tem a ver com a racionalidade moderna, é desnudar o principal ponto de apoio de posicionamentos que desmerecem o direito à vida dos diversos sujeitos. Nesse sentido o comunismo se vê renovado.

Justamente por isso, porque o preconceito e essa construção sócio-simbólica, ou como diz Nascimento (2003) esse subtexto de raça e gênero, está grafado nas diversas representações do Estado, é que precisamos ir à raiz dessa questão:

O subtexto de gênero está contido naquele consenso intersubjetivo implícito ou explícito sobre normas, valores e fins, afirmados na interpretação e no discurso linguísticos. Com base em suposições sobre as categorias “masculino” e “feminino” sustentadas pelo patriarcalismo, esse consenso cria e consolida a subcorrente silenciosa de gênero. Do mesmo modo, esse consenso constitui um subtexto de raça baseado nas representações de grupos humanos consolidadas pelo eurocentrismo, que o informa implicitamente. As categorias sociais também são identidades dotadas de raça. Quando não se explicita a identidade racial, subentende-se a branca; o efeito desse procedimento é escamotear desigualdades e diferenças de tratamento. A crítica elaborada desde o lugar dos grupos raciais excluídos desvela o discurso silenciado da brancura dominante (NASCIMENTO, 2003, p.84, grifo do autor).

Para que seja possível pensar numa desracialização, sem que isso signifique automaticamente o reforço da “brancura dominante”, me parece que uma elaboração teórica e programática de viés comunista necessita enfrentar a questão do outro. Sem querer simplificar o debate, que exige um olhar multidisciplinar (totalizante) para as diversas dimensões e escalas do problema, julgo condizente com a sociedade contemporânea que depositemos na religião, mais

precisamente nas religiões cristãs, o mito primitivo causador de grande confusão. O Estado nunca foi e, em sua forma burguesa, dificilmente será laico. As representações no âmbito intelectual e relacional estão intimamente ligadas à moral e à ética de determinado momento histórico. Assim, o ordenamento que se espera do Estado não estará livre desses componentes enquanto a igreja for uma instituição que imponha mandamentos que regulem essa moral e essa ética¹⁹.

Ao negar a evolução das espécies e insistir num criacionismo, cuja representação social de um Jesus branco já foi amplamente questionada, o cristianismo opera uma negação do fato de que a espécie humana se desenvolve a partir da África. Daí o porquê de Nascimento (2007) advogar peremptoriamente, e com razão, que este fato esteja nos materiais didáticos de nossas escolas (públicas). Acredito que esse apontamento é suficiente para deixar claro que se essa construção sócio-simbólica do Outro não for mediada por explicações transcendentais/imanentes, como o discurso religioso, necessariamente ela decanta na problemática da cultura, como já apontou Freud (2011).

Freud apostava que numa sociedade civilizada a justiça seria a expressão do Direito, o que é o princípio do Estado Democrático de Direito sobre o qual a Constituição do Brasil se alicerça.

A vida humana em comum se torna possível apenas quando há uma maioria que é mais forte que qualquer indivíduo e se conserva diante de qualquer indivíduo. Então o poder dessa comunidade se estabelece como “Direito”, em oposição ao poder do indivíduo, condenado como “força bruta”. Tal substituição do poder do indivíduo pelo da comunidade é o passo cultural decisivo. Sua essência está em que os membros da comunidade se limitam quanto às possibilidades de gratificação, ao passo que o indivíduo não conhecia tal limite. Portanto, a exigência cultural seguinte é a da justiça, isto é, a garantia de que a ordem legal que uma vez colocou não será violada em prol de um indivíduo (FREUD, p. 40, 2011, grifo nosso).

O pensador ponderava ainda que:

Boa parte da peleja da humanidade se concentra em torno da tarefa de achar um equilíbrio adequado, isto é, que traga felicidade, entre tais exigências individuais e aquelas do grupo, culturais; é um dos problemas que concernem ao seu próprio

¹⁹ Inegavelmente a sociedade se transforma em diferentes ritmos. Determinados países conseguem que seus Estados tenham menos influência na chamada liberdade individual que outros. Mas um simples levantamento de quantos países já liberaram o casamento homossexual evidenciará que a maior parte do mundo ainda vive sob princípios religiosos rígidos. Particularmente no Brasil, a crescente influência da bancada parlamentar formada por representantes de igrejas evangélicas, que ficou conhecida como *bancada da bíblia*, tem demonstrado o poder de articulação do discurso religioso e dos interesses capitalistas, como tratarei na sequência.

destino, a questão de se este equilíbrio é alcançável mediante uma determinada configuração cultural ou se o conflito é insolúvel (FREUD, 2011, p. 41).

Em nenhuma forma de organização social, sujeitos com poderes distintos foram tratados do mesmo modo – uma das falácias do multiculturalismo liberal. A falta de civilidade da sociedade brasileira, ou melhor dito, o grau de barbárie que comporta esse modelo de sociedade capitalista, é tão ridiculamente alto, que uma mesma pessoa pode ser condenada por submeter trabalhadores ao trabalho escravo e voltar a ser condenada pelo mesmo crime, uma vez que respondia à condenação anterior em liberdade condicional. Mas como isso é possível num país onde a polícia mata sistematicamente, encarcera de forma assustadora e conta com a prerrogativa social de que “bandido bom é bandido morto”? Como pode? E aqui mais uma vez a questão racial: as cadeias estão cheias sim, mas cheias de negros, ou, como já disse Caetano Veloso em sua célebre música, “quase brancos quase pretos de tão pobres”. Nossa justiça é seletiva!

Olhe-se para a ocupação das favelas do Rio de Janeiro. O que dizem Alves e Evanson (2013, p. XX-XXI)²⁰ sobre esse estado de exceção (voltado aos favelados, obviamente)?

Queremos aqui alertar para o fato de que essa situação de ocupação militar de determinadas áreas do Rio de Janeiro está se transformando em um verdadeiro estado de exceção. *Nessas regiões os cidadãos não desfrutam de direitos constitucionais, tais como: o direito de ir e vir com liberdade; o direito de proteção de sua integridade física e de sua moradia; o direito de organização e associação; o direito de não ter seus domicílios invadidos por grupos militares sem mandato judicial; e, principalmente, o direito à vida, uma vez que pessoas são mortas e apresentadas ao público como “bandidos e traficantes” sem provas* (grifo nosso).

Não só a presunção de inocência é afrontada aqui. A própria possibilidade de acreditar nesse discurso multiculturalista liberal, cujas políticas públicas incorporam e “objetivam” materializar é anulada. E, antes ainda, a condição de cidadão brasileiro é negada. Nesse particular, discordo dos autores ao dizerem que “[...] quando essa situação persiste e se institucionaliza, a Constituição da nação é, na prática, fracionada e todos os cidadãos passam a ser vulneráveis, independentes de classe, status social ou raça” (ALVES, EVANSON, 2013, p. XXI). Os autores tentam demonstrar a veracidade dessa formulação apontando alguns casos onde pessoas não pertencentes à base da pirâmide social brasileira sofreram com este estado de exceção. No entanto, me parece, antes, que a letalidade da polícia e a parcialidade da justiça têm nítido teor de classe e “raça”. O caso do Thor Batista é só um emblema. Posso citar ainda o

²⁰ Trata-se de elementos pré-textuais enumerados com algarismos romanos.

etnocídio contra os indígenas do Centro Oeste, a segregação sócio-racial nos mortos pela polícia, bem como os encarcerados, muitos dos quais nem julgados foram ainda, e, portanto, podem ser inocentados (BRASILDEFATO, 2016). Isso para não dizer que a injúria racial está aí no Código Penal para deixarem soltos e à vontade os racistas. De modo que não há dúvidas que esse verdadeiro estado de exceção instalado no Brasil termina por afligir a todos, mas só uma parte sofre com ele sistematicamente.

O princípio indubitável da culpa é tão real no Brasil, que a ONU criticou a aprovação da Lei Antiterrorismo brasileira já prevendo seu mau uso contra a população. E o cenário é tão absurdo que comporta dissonâncias pontuais sem que a estrutura seja abalada. Temos visto o Ministério Público agindo com maior rigor. O que tem levado para cadeia pessoas/cargos antes intocados, como mandatários do executivo e do legislativo. E mesmo algum aceno de justiça popular, como no emblemático caso Amarildo²¹, no qual foram condenados os policiais envolvidos. Todavia, essas exceções não têm capacidade nem prática nem simbólica para reverter a condição de barbárie que impera no Brasil. Como conceber que um magistrado possa supor que um Sem Terra vá se valer da morte para auferir lucros, como teme a 9ª Câmara de Justiça do Rio Grande do Sul (ALFONSIN, 2016)? Alfonsin aponta relações que delineiam bem o como as Populações Tradicionais, os camponeses e toda sorte de comunidades socioeconomicamente vulneráveis não contam com um Estado que lhes assista como ao 1% dominante.

Também ali não se lê nada sobre o fato notório de a vida desse pobre jovem agricultor ter sido interrompida pelo criminoso atraso dos Poderes Públicos em efetivar a reforma agrária, a que têm direito milhões de pobres sem-terra do Brasil, desde que o latifúndio aqui se implantou matando índias/os, quilombolas, grilando terras, desrespeitando posses centenárias, comprando registros, manipulando leis, corrompendo [sic] funcionários, montando CPIS em favor de seus privilégios, manipulando a mídia, enganando o povo, cercando e humilhando gente pobre sem defesa e apoio (ALFONSIN, 2016, s/p).

Observem: a violência no país tem sim classe, cor e sexualidade definidas! E mais do que isso, ela não é apenas uma violência na disputa por espaço concreto, como nas ocupações das favelas, ocupações de terras, invasões de territórios das populações tradicionais, expropriação e expulsão do campesinato do campo etc., ela também se manifesta como uma violência por espaço simbólico, onde atua mais fortemente o racismo e essa falta de capacidade para lidar com o outro.

²¹ Trata-se de um morador da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, que foi levado para a sede da Unidade da Polícia Pacificadora da localidade para interrogatório em julho de 2013. De lá foi dado como desaparecido. Descobriu-se posteriormente que os policiais o haviam matado. O caso tornou-se um símbolo da luta contra os abusos policiais, sobretudo, nas favelas e periferias. Em fevereiro de 2016 13 policiais foram condenados por sua morte.

Isso porque as normas não são só normas jurídicas de defesa da propriedade privada (de grupos econômicos importantes, claro, porque se o sujeito expropriado for um camponês, por exemplo, então a defesa da propriedade privada não é tão intransigente assim). Há uma heteronormatividade que regula simbolicamente, mas também de forma muito objetiva, nossa sociedade. Por isso o Brasil é o país que mais mata transgêneros no mundo. E nesse terreno se constroem, se reforçam e se atualizam os dispositivos do que Nascimento (2003) classificou como subtexto de raça e gênero. E isso deve nos preocupar duplamente, uma vez que impacta diretamente a coletividade e o indivíduo.

Retomando as reflexões de Freud (2011), não podemos deixar de aproximar essa heteronormatividade das castrações sexuais às quais o ordenamento sexual está submetido. Isso quer dizer que a crescente transfobia, supracitada, o recorrente preconceito contra os homossexuais, a coerção sexual a que submetemos as mulheres desde a infância etc., aparecem naturalizados em nosso cotidiano, ainda que causem transtornos de ordem individual e coletiva.

O trabalho psicanalítico nos ensinou que são justamente essas frustrações da vida sexual que os indivíduos chamados neuróticos não suportam. Eles criam, com seus sintomas, gratificações substitutivas, que no entanto causam sofrimento ou tornam-se fonte de sofrimento, ao lhes criar dificuldades com o ambiente e a sociedade (FREUD, 2011, p. 51-52).

Também Freud ajuda a compreender o porquê podemos aproximar as neuroses individuais das neuroses coletivas.

A analogia entre o processo cultural e o desenvolvimento do indivíduo pode ser ampliada num aspecto importante. Pois é lícito afirmar que também a comunidade forma um Super-eu, sob cuja influência procede a evolução cultural. [...] O Super-eu de uma época cultural tem origem semelhante ao de um indivíduo, baseia-se na impressão que grandes personalidades-líderes deixaram, homens de avassaladora energia espiritual, ou nos quais uma das tendências humanas achou a expressão mais forte e mais pura, e por isso também, com frequência, a mais unilateral. [...] Nesse ponto os dois processos, o da evolução cultural da massa e o do indivíduo, estão colados um ao outro, por assim dizer. Daí que não poucas manifestações e características do Super-eu podem ser mais facilmente notadas em seu comportamento na comunidade cultural do que no indivíduo (FREUD, 2011, p. 89-90).

Implica no processo de desenvolvimento ou na dinâmica social dessa investida histórica do capitalismo a tentativa de capturar o desejo, formar o consumidor, criar uma ideia de homem, uma ideia de mulher, uma ideia de sujeito. O que está posto, por outro lado, é também a assimilação economicista da diferença, a *exotização* do sujeito. O consumo de modo de vida, sem

que isso signifique reconhecer a validade real desses modos de vida. Mas há resistências. E em muitos casos a busca por uma estabilidade que escamoteia diferenças na estabilidade do consumo. Capitalismo e subjetividade em diálogo. A dimensão do indivíduo precisa reconhecer e lidar com a macroestrutura para escapar dos ardis da reprodução das relações de produção (LEFEBVRE, 1973).

A relevância da aproximação entre as referências psicanalíticas e as marxistas para uma análise crítica radical mais uma vez se coloca. Por isso que pesquisadores e intelectuais como Mauro Iasi (2013) e Leandro Konder (2009) buscaram-na, e mais notadamente com Freud e Lacan, para entender e explicar as mediações que circunscrevem e submetem grande parte da sociedade aos ditames do capital, essencialmente em suas expressões na sociedade capitalista. Resta caminhar no sentido de melhor amarrar esta violência do Estado e do poder econômico-financeiro ao entendimento da impossibilidade que temos de lidar com o outro e explicitar como isso nos fornece elementos teóricos e práticos para transformações sociais.

Como num país de mais de 200 milhões de habitantes, cerca de 12 milhões ainda vivem com fome sem que uma sociedade pautada em princípios liberais e cristãos *bata panela*²² todos os dias por esse motivo? E mais, como pode todos esses indivíduos submetidos às piores formas de segregação social e privação de direitos constitucionais não se rebelarem? Quem já esteve em uma estação de metrô na cidade de São Paulo no *horário de pico*, com merecido destaque para as estações de baldeação, sabe que não são apenas os moradores do campo que sofrem com a inoperância do Estado. Ou ainda o que dizer de um sistema educacional que avança na privatização das escolas públicas e tem audácia de oferecer uma refeição enlatada rica em sódio e gordura (e ainda por cima desviar verbas dessa merenda malfadada)? É preciso que algum dispositivo opere uma harmonização social. Iasi (2013, p. 42-43) responde da seguinte forma:

Submetidos à sociabilidade do capital, interiorizamos as relações na forma de uma representação que as toma como naturais e imutáveis. Nossa consciência imediata assume uma forma particular da realidade como se fosse a realidade, que sempre foi e sempre será assim. Navegamos nas diferentes esferas que compõem a vida de forma fragmentária e superficial, e não uma totalidade articulada.

O real aqui se apresenta como uma impossibilidade, nos termos freudianos “princípio de realidade”, que deve condicionar a realização do desejo. Para o pai

²² Bater panelas em sacadas dos apartamentos e nos quintais das casas é uma ação-símbolo que tem marcado o descontentamento de pessoas com o atual Governo Federal no período recente de acirramento das disputas representativas populares.

da psicanálise, não há civilização sem repressão. Será Reich quem irá nos lembrar que: “a definição do princípio da realidade como exigência da sociedade permanece formal se não se acrescentar concretamente que o princípio da realidade, sob a forma que reveste para nós atualmente, é o princípio da sociedade capitalista.

A forma histórica da sociabilidade burguesa se apresenta como realidade à qual temos de nos submeter, reprimindo nossos impulsos. Submetidos à serialidade e à consciência reificada, acordamos de manhã, tomamos o ônibus e pagamos pelos bens e serviços utilizando o equivalente geral na forma monetária, do mesmo modo que o adquirimos vendendo nossa força de trabalho. O imediato não se apresenta à consciência como uma forma particular – a forma capitalista de produção e reprodução da vida –, mas como “a vida” em si. Quando nos chocamos com as contradições da vida e o desejo explode em nós, a ordem nos responde: “caiam na real”; Ao tomar o ônibus e perceber que a passagem aumentou, o indivíduo serializado pode reagir de duas formas: aceitar, porque “a vida é assim, fazer o quê?”, ou reclamar, pois “a vida não deveria ser assim” – e pagar (grifo do autor).

Iasi está pensando a partir do fato de que “o cotidiano é o campo dos mecanismos de adaptação, e a luta não é a regra” (2013, p. 43). E não é mesmo. Assim, apesar de concordar com a estruturação da interpretação de Iasi, discordo do entendimento de ideologia que ele busca em Marx. Parece claro e acertado quando ele aponta que a mediação da luta é a única capaz de responder a serialização apresentada. No entanto, também a luta de classe, ou mais precisamente suas representações, é ideologia. Aqui, concordo com Lucács, em *Ontologia do Ser Social* (1979). Isso porque é muito mais coerente com o que tenho visto e vivido a partir da realidade como pesquisador e militante social: que há sobredeterminações.

Duas armadilhas existem aí, a serem evitadas: o falso radicalismo (“o que realmente importa é a abolição do capitalismo liberal-parlamentar, todas as outras lutas são secundárias”) e o falso gradualismo (“no momento, temos de lutar por uma democracia básica; todos os sonhos socialistas devem ser postos de lado por enquanto”). A situação é, portanto, devidamente sobredeterminada, e devemos inquestionavelmente mobilizar aqui as velhas distinções maoístas entre contradição principal e as contradições secundárias – isto é, os antagonismos –, entre os que mais interessam no fim e os que dominam hoje. Por exemplo, há situações concretas em que insistir sobre o antagonismo principal significa perder a oportunidade e, portanto, desferir um golpe à própria luta.

Somente a política que leva plenamente em conta a complexidade da sobredeterminação merece o nome de *estratégia* política (ZIZEK, 2013, p. 106, grifo do autor).

Zizek concorda com Iasi na leitura de ideologia. Eu discordo. Essa reificação é produto de um idealismo e não de uma ideologia. Há sim uma ideologia capitalista. Como há uma ideologia não capitalista, no sentido Lukacsiano de ideologia, ou seja, como formas de

representação dos sujeitos assentadas na objetividade destes sujeitos, que é derivada da mediação com o desconhecido por elementos concretos. E na dinâmica de sobredeterminações, se isso não estiver em tela, os equívocos são enormes, tanto do ponto de vista tático, quanto estratégico. E não estou colocando em pauta a equidade de ambas as ideologias, se não que reafirmando a existência também de uma ideologia não capitalista, e que, portanto, não se pode simplesmente desprezar a ideologia.

Há outro aspecto importante possível de ser olhado a partir da psicanálise. Freud acreditava que o ser humano tem um traço constitutivo inerente e possivelmente insuperável: a agressividade. Para ele, dentre outras formas, o Super-eu coletivo tentava controlar essa agressividade se valendo de uma injunção religiosa inalcançável, que, por isso mesmo, gera um sentimento de culpa e obrigação/devoção ao redentor, no caso prático, o Deus-Estado.

O mandamento “Ama teu próximo como a ti mesmo” é a mais forte defesa contra a agressividade humana e um belo exemplo do procedimento antipsicológico do Super-eu cultural. O mandamento é inexecutável! Uma tão formidável inflação do amor só pode lhe diminuir o valor, não eliminar a necessidade. A civilização negligencia tudo isso; recorda apenas que quanto mais difícil o cumprimento do preceito, mais meritório das bênçãos vem a ser quem o alcança. Mas quem segue tal preceito, na civilização atual, põe-se em desvantagem diante daquele que o ignora. Quão poderoso obstáculo à cultura deve ser a agressividade, se a defesa contra esta pode tornar tão infeliz quanto aquela? A chamada ética natural nada tem a oferecer aqui, salvo a satisfação narcísica de o indivíduo poder se considerar melhor do que os outros. A ética que se apoia na religião introduz aqui suas promessas de um além-túmulo melhor. Enquanto a virtude não compensar já nessa vida, a ética pregará em vão. Parece-me também fora de dúvida que uma real mudança nas relações das pessoas com a propriedade será de maior valia, neste ponto, que qualquer mandamento ético; mas entre os socialistas esta compreensão é turvada por um novo desconhecimento idealista da natureza humana, e assim tornada sem valor para aplicação (FREUD, 2011, p. 91).

Aqui, Freud não só dá elementos de onde partir para um entendimento do Super-eu cultural, como igualmente estabelece uma aproximação com a problematização de outra forma de organização social, nesse caso, o socialismo. Freud tinha convicção que superar a propriedade privada seria em si uma grande transformação social, bem como ensejaria outras. Mas não estava convicto de que a leitura dos socialistas pudesse colaborar para a resolução de problemas do ordenamento do Estado como Super-eu cultural (mesmo numa transição, como de fato não foi capaz na União Soviética) e na constituição do próprio sujeito. Isso porque as teses marxistas lhe

foram apresentadas de modo a não permitir que ele visse aproximação possível entre marxismo e psicanálise, o que no fim da vida terminou por aceitar (KONDER, 2009).

Na citação em tela, apreende-se ainda que na medida em que a civilização ignora a impraticabilidade desse preceito, incorporando-o ao discurso e prática do Estado (mesmo este sendo supostamente laico), legitima-se a meritocracia em cujo edifício liberal está erigido. Assim, diante de uma sociedade meritocrática, parece natural, inclusive para parte dos explorados, aderir a uma suposta livre concorrência por educação, saúde, lazer, parceiro sexual, trabalho etc., sem reconhecer a desigualdade estrutural que subjaz a tal lógica. Não é à toa que mesmo cidadãos de diversas origens ligados ao discurso religioso e liberal sejam contra a reforma agrária, as cotas raciais e de gênero etc. Esse preceito cristão fundido aos preceitos liberais ganha uma forma muito particular na sociedade capitalista, pois é perpassado por outras mediações, como a mídia, a educação formal, os valores familiares e os valores socialmente aceitos.

Enquanto não superarmos as condições em que a religião dita o ordenamento do Super-eu cultural, fundida com o discurso liberal que se revela, na prática, conversador e nada liberal (o que dizer sobre o preceito liberal da livre concorrência num mundo onde algumas poucas empresas controlam a alimentação e grande parte dos produtos consumidos mundialmente; ou do fato de 10 empresas controlarem 75% do mercado mundial de sementes (MST, 2016), será difícil debater amplamente sobre questões cotidianas como racismo, precarização do trabalho, intolerância sexual e religiosa, como problemas culturais.

Essa busca por uma compensação além-túmulo não é só uma grande culpabilização da existência, é também o caminho para a serialização a qual se refere Iasi; além de um reforço da meritocracia, nesse caso particular. Foi por isso que Marx apontou a religião como o *ópio do povo*. Em que pese considerar as formulações de Konder (2009) sobre uma possível coexistência entre uma concepção de mundo comunista e uma dimensão religiosa, não nego que atualmente não prevalece a religião, muito menos a religiosidade, como dispositivo inerente e condizente com as premissas liberais e multiculturais da sociedade contemporânea. E o porquê disso é simples: porque o Estado brasileiro não é laico e porque as diversas religiões não são tratadas dentro desse arcabouço multiculturalista advogado pela sociedade capitalista.

Konder considerava que Marx não combatia os cristãos por serem religiosos, mas por serem conservadores. Para ele

Antes de ter criado na prática um mundo novo que venha a tornar a religião desnecessária, é absurdo pretender suprimir o reflexo religioso na consciência dos homens: a coerção antirreligiosa reforçaria as bases da ideologia que estaria pretendendo anular.

Marx compreendia isso. Mas não podia deixar de entrar em choque com os cristãos da sua época. Não se tratava de uma controvérsia filosófica e sim de uma briga política: Marx não os combateu por serem cristãos, mas por serem reacionários (KONDER, 2009, p. 44).

Esse importante pensador brasileiro estava convencido de que “[...] não somente é possível, como é absolutamente necessário que o socialismo seja feito também – e decisivamente – por gente que tem fé em Deus” (KONDER, 2009, p.46). Aqui novamente marxismo e psicanálise, ou mais propriamente, Freud e Marx voltam a se encontrar. Konder assistiu ao trabalho decisivo das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e das ações da Teologia da Libertação em Nustra América na fermentação e organização da luta pela terra, no campo, e da organização sindical e popular, nas cidades. Assim, é preciso dizer que para Freud a religião exprime um alto grau de civilidade de uma sociedade.

Se admitirmos, de maneira bem geral, que o móvel de toda atividade humana é o empenho visando as duas metas confluentes, utilidade e obtenção de prazer, temos que aceitar isso como válido também para as manifestações culturais aqui mencionadas, embora seja facilmente visível apenas na atividade científica e artística. Não se pode duvidar, contudo, que também as outras correspondem a fortes necessidades dos homens, talvez aquelas desenvolvidas apenas numa minoria. Tampouco é lícito nos deixarmos enganar por julgamentos de valor sobre qualquer desses sistemas religiosos e filosóficos ou desses ideais; quer sejam vistos como a realização maior do espírito humano, quer sejam deplorados como equívocos, é mister reconhecer que sua existência, em especial seu predomínio, indica um alto grau de civilização (FREUD, 2011, p. 39).

Se Marx combateu os cristãos por serem conservadores, e não por serem religiosos, como diz Konder, e Freud, apesar de entender que o preceito central do cristianismo (“amai o próximo como a ti mesmo”) só faz criar um autopolicimento e, com a reconhecida impossibilidade de seu cumprimento, uma busca imanente por um além-túmulo melhor, diz que o predomínio de expressões religiosas e filosóficas indica um alto grau de civilização, por que então ser contrário ao peso que a religião, notadamente o cristianismo, tem na configuração desse Super-eu cultural multiculturalista liberal? Justamente, porque segue sendo, hegemonicamente, conservador e escamoteando conflitos sociais latentes, explicando que tais mediações têm uma explicação imanente e não no imediato da vida “terrena”.

Uma nova força político-partidária se constituiu no Brasil no final do século passado e início deste, com notável destaque, do ponto de vista eleitoral, para os últimos cinco anos (2010-2015). A *bancada da bíblia* reúne, sobretudo, pastores ligados às igrejas neopentecostais. Esses pastores-políticos sabem que ampliar a base de seus seguidores é ampliar seus votos e sua capacidade de intervenção na política nacional. E sua pauta, ainda que comporte divergências internas, é reconhecidamente conservadora. Tratar homossexuais como doentes, criminalizar o aborto, criminalizar os movimentos sociais, reduzir a maioria penal, querer fundir (ainda mais) o Estado com os preceitos cristãos, perseguir as religiões afro-brasileiras, são apenas alguns dos pontos que tem colocado a *bancada da bíblia* em conflito com diversos segmentos organizados da sociedade, como movimentos sociais de luta pela terra, movimento feminista, movimento estudantil, entre outros.

Desse modo, ao passo que a religião não é assistida no Brasil em sua diversidade a partir dessas injunções multiculturalistas liberais, termina por, aliada e apoiada, pelos grandes grupos midiáticos²³, ser um elemento de opressão e de serialização dos sujeitos. E aqui a questão racial fala alto. Ainda que haja uma disputa hoje no país, se não no mundo, entre igreja católica e igrejas evangélicas pela influência e intervenção no Estado (de longo alcance, implicando inclusive em mudanças na dinâmica de luta pela terra no campo, por exemplo), são as religiões de matriz africana as principais vítimas desse conservadorismo e desse outro que se constrói a partir dessa fusão entre cristianismo e multiculturalismo liberal. O próprio Estado age no sentido de não reconhecer os cultos afro-brasileiros como religiões (OTONI, 2016). Há demonstração maior de que o Estado, além de não ser laico, se constitui de princípios e valores cristãos²⁴?

²³ Importa ressaltar aqui que uma das principais táticas (dizer arma não ficaria fora de contexto) usada pelos pastores-políticos foi justamente a compra de canais de televisão ou seu uso para publicização de suas promessas e posições. Quem conhece a realidade da televisão brasileira sabe que num país onde este ainda é o principal meio de informação e entretenimento dentro dos lares, ter canais comandados explicitamente por religiosos, conservadores, tem um impacto enorme na formação destes sujeitos. E prova disso é a escalada vertiginosa que tais pregadores têm alcançado nos certames eleitorais.

²⁴ Um cristianismo comprometido com o sujeito referencial, como disse. 2016 começou com o assassinato brutal de uma criança indígena de dois anos de idade em Santa Catarina. A criança, que faleceu no colo da mãe enquanto era amamentada, teve sua garganta cortada e morreu na hora. No entanto, apesar dessa verdadeira barbárie, não se assistiu uma comoção nacional como em outros casos recentes incluindo crianças, como o caso em que um menino foi arrastado preso ao cinto de segurança após roubarem o carro de sua mãe, ou da menina que foi jogada pela janela pelos pais. Não se trata de querer classificar a barbárie, mas de ter o outro como um único outro, e não essa construção de um neo-europeu, que Nascimento (2003) nos ensina que na América Latina tem sua consolidação com a latinidade, com o se tornar latino, que equivale, para esta pesquisadora com a qual concordamos, a um embranquecimento virtual.

Ao contrário do que divulgam os advogados da tradicional noção acrítica do sincretismo na sua acepção de “mistura cultural”, a tendência predominante na história brasileira foi ver a africanidade sendo cuidadosamente extirpada da identidade nacional, inclusive por meio da repressão policial aos centros de culto religioso, que até 1974 eram obrigados a registrar-se na polícia. Tal repressão os atingia com frequência, e os Museus da Polícia do Rio de Janeiro e da Bahia guardam como testemunhos da anormalidade da cultura negra objetos de culto afro-brasileiro confiscados durante as batidas policiais. Em algumas instâncias muito específicas, como a música, a culinária, o folclore e os esportes, a tradição africana ou afro-brasileira é reconhecida, porém definida por aqueles que não a criaram e exibida como prova da harmonia racial e da “tolerância” à diversidade. Vagamente considerados em toda a região “latina” uma ameaça à unidade nacional, os referenciais da africanidade são evitados como uma questão de lealdade cívica, e assistimos aos constantes protestos de que alguém não é negro nem afrodescendente, mas brasileiro, cubano, mexicano ou dominicano. *O simulacro da brancura permanece como referência básica da identidade “latina”, acometida pela aguda afrofobia* (NASCIMENTO, 2003, p. 136-137, grifo nosso).

Por acaso, o não reconhecimento das religiões de matrizes africanas, a necessidade atual de delegacias especialmente comprometidas em combater casos de racismo e perseguição religiosa (notadamente as de matrizes africanas), passando pela expulsão de Mães-de-Santo de favelas por traficantes evangélicos (EXTRA, 2016), não é prova de que esse relato de Nascimento é ainda atual? Não obstante, a sociedade está pronta para consumir o outro em sua diversidade.

Harvey pondera, em trecho supracitado, que a questão do tipo de cidade que desejamos, e aqui expando para o tipo de sociedade, é inseparável do tipo de pessoa que desejamos ser. Talvez não só arquitetos, iniciativa privada e parte do poder público estejam pensando em “cidades que odeiam seres humanos” (PRAGMATISMO POLÍTICO, 2016), como também o conjunto da sociedade esteja forjado sobre essa prerrogativa. Konder (2009, p. 56) levanta a seguinte problematização

Como superar o estreitamento dos nossos horizontes, provocado pelo mercado hipercompetitivo, que nos joga constantemente uns contra os outros? Os mecanismos do mercado forçam as pessoas a buscar lucros cada vez maiores, a disputar um lugar de trabalho melhor remunerado, ameaçam-nas com o desemprego e a miséria, intimidam-nas com a falência; além disso, *disseminam a insegurança e produzem a cristalização não só dos interesses materiais como dos modos de sentir e de pensar* (grifo nosso).

Essa cristalização dos modos de sentir e de pensar se dão a partir do biopoder. Bauman (2008) traduz como os seres humanos passam de consumidores a consumistas, modo de ser e estar no mundo próprio da sociabilidade capitalista. Segundo Bauman, também a percepção do

tempo é alterada nessas novas formas de ser estar no mundo, o que acarreta um imediatismo que muito pouco, ou nada, tem a ver com a mediação da luta, da qual fala Iasi. E assim, serializados e envoltos por uma temporalidade regida pelo consumismo, deixamos de pensar de verdade.

Para Safatle (2012, p. 51), “[...] pensar de verdade significa pensar em sua radicalidade, utilizar a força crítica e radical do pensamento”. Assim, devíamos pensar radicalmente sobre o outro. Quem é esse outro, que papel ele cumpre na nossa vida e na nossa formação? Para Freud o sujeito é um sujeito desejante. E esse desejo é falta, nunca pode ser alcançado em sua totalidade. Peres (2011, p. 121) esclarece que “é da condição desejante o impedimento de sua plena satisfação”. E o que diz Marx sobre a mercadoria no primeiro livro d’O Capital? Marx (1975, p. 41) diz que “a mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual fôr a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia”. Na segunda nota, de altíssima relevância, diga-se de passagem, o autor elucida o fato da origem da mercadoria citando Barbon, para quem “[...] desejo envolve necessidade; é o apetite do espírito e tão natural como a fome para o corpo... A maioria (das coisas) tem valor porque satisfaz as necessidades do espírito” (MARX, 1975, p. 41). E o que faz o capitalismo contemporâneo se não cooptar e criar desejos? Qual a explicação racional para que uma pessoa pague muito caro num *iPhone* 4 sabendo que meses depois virá o 5 e que ela entrará na fila para comprar, mais uma vez por um preço elevado, este, e deixar aquele para traz, mesmo em perfeitas condições de uso? Por que já não se espera nem pela obsolescência programada das mercadorias? Simplesmente porque elas prometem ocupar esse vazio do desejo, esse lugar que não pode ser ocupado, retirar da condição de sujeitos desejantes. Isso desde as margarinas, até os carros, passando pelo supermercado no qual se faz compra.

O passo decisivo, no que tange ao nosso interesse particular, o turismo, foi dado quando os próprios modos de vida passaram a ser mercantilizados. O que dizer de um “turismo de experiência” que visa um olhar de dentro de carros de safaris por ruas previamente acordadas com os traficantes para visualizar (dizem experienciar) a vida nas favelas brasileiras, por exemplo? Ou de um suposto turismo de base comunitária em territórios de populações tradicionais, como os Kalunga, sem que esse fazer turístico seja elemento de reflexão sobre modos de ser e estar no mundo, inclusive como componente curricular da educação formal?

É ótimo ir numa feira de artesanato e comprar um colar indígena, ou um saco de farinha de algum quilombo, ou ainda tirar foto com camponeses e seu modo de vida rústico em assentamentos de reforma agrária que poderiam estar muito melhor estruturados se as políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), bem como a liberação de créditos (de preferência a fundo perdido, como defende o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira) funcionassem efetivamente.

No entanto, nem a CPTur, nem os próprios turistas, estão empenhados para que estes sujeitos sejam tratados como cidadãos. Se conformam que eles possam ser apenas um atrativo turístico. Claro que há diferenças em levar vários ônibus lotados da de uma grande operadora para um destino, por exemplo, e esse mesmo destino ser visitado em observância da famigerada capacidade de carga; ainda por cima se os turistas forem de origem economicamente privilegiada e puderem pagar mais por isso, gerando os tão alardeados empregos e rendas locais. A grande questão, todavia, é como esse consumo de modos de vida, que inclusive começam a ser falsamente reproduzidos, mudam a relação que o turista estabelece com o outro. E aqui está o problema, não muda! E talvez não tenha que mudar. Já defendi anteriormente que o turismo pode ser um momento de estranhamento com o outro que propicie um verdadeiro olhar, que esteja posto numa perspectiva teleológica de reconhecimento do outro (MELO, SOUZA, 2011). No entanto, isso depende de um esforço coletivo, e não apenas restrito a alçada do indivíduo.

O caminho é retirar o outro dessa condição exótica! Não olhar para indígenas, quilombolas, praticantes de Candomblé e Umbanda, imigrantes (sobretudo latinos e africanos) etc., *como um exótico que até merece ser visitado, que até merece ter alguma renda, que até merece algum apoio do Estado*, mas que de forma alguma é como eu, que definitivamente não faz parte dessa condição de cidadão. Zizek chama a atenção para a permanência de modos de vida distintos e os limites do multiculturalismo. Esse pensador nos diz sobre como a psicanálise pode nos ajudar a enfrentar essa problemática²⁵.

Não se deve subestimar a complexidade e persistência dos diferentes “modos de vida”, e aqui a psicanálise pode ser de alguma ajuda. Qual é o fator que torna diferentes culturas (ou, antes, as formas de vida na rica textura de suas práticas diárias) incompatíveis? Qual é o obstáculo que impede a sua fusão ou, pelo menos, a sua coexistência harmoniosa indiferente?

²⁵ Os erros gramaticais estão na própria tradução disponibilizada no site referenciado. *Jouissance*, termo francês, pode ser traduzido como gozo.

A resposta psicanalítica é: *jouissance*. Não é somente que os diferentes modos de *jouissance* são incongruentes entre si, sem uma medida comum; a *jouissance* do Outro é insuportável para nós porque (e na medida em que) não podemos encontrar uma forma adequada de se relacionar com a nossa própria *jouissance*.

A incompatibilidade final não é entre a minha *jouissance* e a do outro, mas entre eu mesmo e minha própria *jouissance*, que permanece para sempre um intruso ex-timo. É para resolver este impasse que o sujeito projeta o núcleo da sua *jouissance* em um Outro, atribuindo a este Outro pleno acesso a uma *jouissance* consistente. Tal constelação não pode senão dar lugar à inveja: Na inveja, o sujeito cria/imagina um paraíso (a utopia da *jouissance* completa) da qual ele é excluído (ZIZEK, 2016).

Zizek reconhece em Lacan uma dimensão política dessa *jouissance* que dá margem para retomar aquele traço agressivo constitutivo que Freud acreditava existir no ser humano e que o Super-eu cultural busca controlar, entre outros meios, pelo preceito cristão “amai o próximo como a ti mesmo”, como já disse acima. Para Lacan apud Zizek (2016):

Com a nossa *jouissance* saindo fora da pista, somente o Outro é capaz de marcar a sua posição, mas apenas na medida em que estamos separados deste Outro. Onde certas fantasias – desconhecidas antes do caldeirão cultural. Deixando o Outro ao seu próprio modo de *jouissance*, isso só seria possível não impondo nossa própria sobre ele, ao não pensar nele como subdesenvolvido.

A potência da leitura lacaniana da obra de Marx é maior do que a de Freud não por questões conceituais que afastam o último do segundo, mas porque Lacan era um leitor de Marx desde a juventude, como ele mesmo reconhecia (OLIVEIRA, 2016) e pôde, ainda no curso de sua teorização, proceder um diálogo mais profundo com a obra de Marx do que Freud o fez. Para Konder (2009) Freud não se empolgou com o pensamento de Marx por causa de uma leitura grosseira que era feita do pensador alemão à época e que foi a que lhe chegou, atribuindo a ele um determinismo econômico às diversas determinações sociais. Konder (2009, p. 110) explica que:

Lucilla Ruperti, num artigo publicado na revista italiana *Crítica Marxista* (2/1976.), chamou a atenção para o fato de que Freud, em seu livro *O mal-estar na cultura* (de 1929), polemiza com Reich e pensa que está polemizando com Marx. Freud acusava o marxismo de ser ingênuo e simplista, de supor que a agressividade humana nascera com a propriedade privada e se extinguiria com ela. Acusava Marx de supor que, com o comunismo, se chegaria a uma sociedade absolutamente sem coerção. Para tais acusações, contribuíam certamente o pessimismo de Freud, seu ceticismo em relação à natureza humana. Mas as acusações decorriam também da confusão estabelecida por Reich entre suas próprias concepções e aquelas que ele atribuía a Marx. Na realidade, Marx dificilmente subscreveria algumas das teses de Reich que Freud estava criticando (grifo do autor).

Konder termina este texto no qual trata da aproximação de Freud e Marx com uma passagem frequentemente desconsiderada por marxistas e psicanalistas. Ele lança mão de uma resposta que Freud deu à crítica de R.L. Worrall dois anos antes de falecer.

Sei que os meus conhecimentos sobre o marxismo não revelam nenhuma familiaridade maior, não mostram uma compreensão adequada dos escritos de Marx e Engels. *Fiquei sabendo mais tarde, com certa satisfação, que nem um nem o outro negaram a influência dos fatores do ego e do superego. Isso desfaz o principal conflito que eu pensava existir entre o marxismo e a psicanálise* (FREUD apud KONDER, 2009, p. 111, grifo nosso).

Essa fala do próprio Freud desfaz um mal-entendido de que marxismo e psicanálise se distanciariam, cuja comprovação e aprofundamento Lacan estabeleceu de forma notória. Assim, a leitura d'O mal-estar na civilização precisa ter essa passagem em tela, para que não se prenda às dúvidas que Freud tinha, por exemplo, em relação ao socialismo.

Desse modo, se o capitalismo se apropria desse preceito cristão (amar o próximo como a ti mesmo) e aponta o multiculturalismo liberal como medida para constituição/organização social, impera, assim como Freud o fez com o preceito cristão, dizer/reconhecer a impossibilidade de enxergar o outro em seu lugar a partir dessa perspectiva capitalista/cristã. É preciso ser/agir como comunista. Žižek, dialogando com uma psicanalista também eslovena, ressalta essa aparente contradição e indica a importância de mudar as coordenadas da proposição/ação de uma práxis comunista.

Hoje, a ideologia dominante pretende nos fazer aceitar a “impossibilidade” da mudança radical, da abolição do capitalismo, da democracia não restrita ao jogo parlamentar, etc, para tornar invisível o impossível/real do antagonismo que transcende as sociedades capitalistas. Esse real é impossível no sentido de que é o impossível da ordem social existente, ou seja, seu antagonismo constitutivo – que, entretanto, de modo algum implica que não se possa tratar diretamente com esse real/impossível e transformá-lo radicalmente num ato “maluco”, que muda as coordenadas “transcendentais” básicas de um campo social. É por isso que, como explica Župancic, a fórmula de Lacan de superação de uma impossibilidade ideológica não é “tudo é possível”, e sim “o impossível acontece”. O real/impossível lacaniano não é uma limitação a priori que deveria ser levada em conta de modo realista, mas o domínio do ato, de intervenções que podem mudar suas coordenadas: o ato é mais que uma intervenção no domínio do possível; o ato muda as próprias coordenadas do que é possível e, portanto, cria retroativamente suas próprias condições de possibilidade. É por isso que o comunismo também diz respeito ao Real: agir como comunista significa intervir no real do antagonismo básico que subjaz ao capitalismo global de hoje (ŽIŽEK, 2011b, p. 13).

Badiou (2012) fala de uma necessária infantilização da vida para convencer as pessoas de que a maquinaria socioeconômica, e digo também ambiental, do capitalismo não é já totalmente desnecessária. E isso cria uma situação complexa. Quem é que efetivamente se infantiliza e pode viver esse conto de fadas do capitalismo contemporâneo? Poucos. Mas quem realmente é infantilizado? A grande maioria. Nesse sentido, não é problema algum que indígenas e quilombolas, por exemplo, tenham celulares, antenas parabólicas, etc. A questão que deve ser tratada com seriedade, e diretamente com eles e por eles, é: em que medida a adesão a uma “existência que consiste em trocar de brinquedos” (BADIOU, 2012, p. 57) tem a ver com sua condição de sujeito, tanto individual, quanto coletivo, que ainda precisa, literalmente, lutar para ser aceito como sujeito portador de dignidade?

Konder (2009) ponderava que as leituras de Lenin não podiam ter dimensão da complexidade social mundial, e sua conectividade, porque não teve oportunidade de ver o resultado da dinâmica social imposta pela televisão. Konder pensava a realidade do Brasil e do mundo no último quartel do século passado. Imaginem o que se pode dizer da atual realidade, onde um simples dispositivo móvel tem internet, televisão, rádio, máquina de filmar e fotografar e meios de comunicação imediata, como as redes sociais. Estas novas ferramentas, que são sim hegemonicamente também dispositivos de controle, criam novas demandas, novos desejos, novas mercadorias, novas formas de interação, novos tempos de organização e resposta.

Essa realidade impõe dar visibilidade para estes sujeitos que têm sua condição, efetiva, de cidadão negada. Não falando por eles, mas dando voz a eles. E mais, exige desmistificar esse Estado-nação que sustenta um discurso multiculturalista liberal, mas insiste em forjar um território nacional que aniquile os antagonismos de classe e as diversas formas de ser e existir, e, portanto, os diversos territórios e territorialidades. Assim, a tarefa é pensar o que é imperioso por às claras para avançarmos no campo da soberania popular e da luta por transformações emancipatórias, sobretudo, a partir da inserção do turismo nos territórios.

Apresenta-se, desse modo, um terreno desconhecido. É preciso errar melhor (ZIZEK, 2012a). Isso no sentido da luta expresso por Luxemburgo, sem qualquer idealização. Estamos lidando com uma constituição subjetiva, tanto individual quanto coletiva, que se complexifica em função de novos ordenamentos materiais e imateriais contemporâneos. O reconhecimento do outro é condição inegociável para lidar com essa situação. Esse lugar pantanoso já fora expresso

pelo famoso militante negro Malcon X. O que significava o X de seu nome se não a inexatidão desse confronto respeitoso com o outro?

No hablamos aquí de temas teóricos abstractos, sino de una experiencia histórica muy concreta. Según determinados teóricos culturales indios, el hecho de que se vean obligados a utilizar el inglés es una forma de colonización cultural que censura su verdadera identidad: “tenemos que hablar en una lengua extranjera impuesta para expresar nuestra identidad más íntima, y acaso no nos pone esto en una situación de alienación radical, puesto que incluso tenemos que formular nuestra resistencia a la colonización en la lengua del colonizador?”. La respuesta a esta pregunta es: sí, pero esta imposición del inglés (una lengua extranjera) creó precisamente lo que está “oprimido” por ella; es decir, lo que está oprimido no es la India precolonial real, que se ha perdido para siempre, sino el auténtico sueño de una nueva India democrática y universalista. (*Malcon X seguía el mismo principio cuando adoptó X como su apellido: no estaba luchando en nombre de la recuperación de determinadas raíces africanas primordiales, sino precisamente en nombre de una x, de una nueva identidad desconocida que había surgido por el mismo proceso de esclavitud que hizo que las raíces africanas se perdieran para siempre*). Este caso muestra cómo el tema no es que no hubiera nada antes de la pérdida: por supuesto que había algo antes de la pérdida – en caso de India, una tradición vasta y compleja –, pero esta tradición perdida era un caos heterogéneo que no tiene nada que ver con eso a lo que quiere regresar la recuperación nacional posterior. Esto puede aplicarse a toda “vuelta a los orígenes”: cuando, a partir del siglo XIX, empezaron a parecer nuevas naciones-Estado en Europa central y del este, la vuelta a “antiguas raíces étnicas” generó esas mismas raíces, produciendo lo que el historiador marxista Eric Hobsbawm denomina “tradiciones inventadas” (ZIZEK, 2014, p.52-53, grifo nosso).

De forma alguma isso quer dizer que não seja devido e preciso reconhecer e garantir as diversas expressões culturais, suas singularidades, suas cosmogonias, suas hibridizações etc. Mesmo porque, por exemplo, práticas colonialistas “naturais” foram o que causou o aniquilamento das 1.500 línguas indígenas que havia no país, reduzindo-as para atuais 181, sendo que muitas com grande risco de desaparecerem (UOL, 2016). No entanto, é preciso reforçar, por exemplo, que índios podem ser advogados, que têm autonomia para escolher se querem ou não viver em aldeias ou se querem transformá-la, em seu ordenamento e práticas espaciais, sem que isso lhes tire sua condição de índios. É preciso lidar com a *tetsualü* (que em Kuikuro, uma das línguas indígenas ainda conservadas, quer dizer mistura). Não reconhecer a diversidade cultural e, portanto, territorial existente no país leva à segregação. Ou, dito de outro modo, asseverar, inclusive, ensinar nas escolas, nas igrejas, e outras instituições consagradas pela sociedade contemporânea, que existe uma cidadania indissociavelmente ligada ao desenvolvimento, é dizer que o que não se liga a esse desenvolvimento, não é cidadão. Assim, ser cidadão brasileiro é fazer

parte desse projeto de país em curso. E a diversidade cultural/territorial não é componente estrutural dele, ainda que eventualmente apareça, a depender do governo ou de ações episódicas de determinados organismos do Estado, como desvio padrão, que de modo algum muda o curso das condições às quais estão submetidos estes sujeitos que não são “neoeuropeus”, que não são cidadãos, que não são o sujeito referencial do desenvolvimento modernizante.

Essa é uma questão essencialmente política! Mas então porque as pessoas se apegam a ela pela fé? A repórter e documentarista Eliane Brun (2016) oferece uma excelente resposta em seu texto “Na política, mesmo os crentes têm que ser ateus”. Ao dizer que diante de uma sensação de vazio representativo, sobretudo, no tocante às respostas prontas para essa mudança cultural, e, portanto, sócio-simbólica, que muitos autores já apontaram, e que estou chamando aqui de novas formas de ser e existir, os indivíduos se filiam a discursos/práticas muito mais pela fé do que pela razão, Brun desvela a essencialidade do crescimento ao apego a discursos inflamados; inclusive, de matizes diferentes. E nesse contexto, o Estado fundido com o cristianismo, que agora recebe outros tons, e não mais, por exemplo, o tom progressista que o atual Papa tem emprestado ao seu papado, tem capitaneado um coro crescente desses indivíduos, verdadeiras multidões, para o que há de mais retrogrado na prática política. Por isso, Brun insiste na necessidade fazer política pela razão, não pela fé:

Talvez o mais importante, neste momento tão delicado, seja resistir. Resistir a aderir pela fé ao que pertence ao mundo da política. Fincar-se na razão, no pensamento, no conhecimento que se revela pelo exercício persistente da dúvida. É mais difícil, é mais lento, é menos certo e sem garantias. Mas é o que pode permitir a construção de um projeto para o Brasil que não seja o da destruição. Quem sofre primeiro e sofre mais com a dissolução em curso são os mais pobres e os mais frágeis. É preciso resistir também como um imperativo ético (BRUN, 2016, s/p.).

É por esse imperativo ético que a autora acredita que “Diante da necessidade de se construir um novo projeto para o país, me parece necessário resistir à vontade de crença. Prefiro ser ateísta também na política” (BRUN, 2016, s/p.). E ser ateísta, pelo menos desde o ponto de vista aqui expresso, é ser comunista, ou anticapitalista, como alguns que não reconhecem a hipótese comunista dizem. Isso porque a imanência na mediação com o outro e com o projeto de país/sociedade não está colocada apenas no discurso/prática direto da igreja (cristã – que comporta, inclusive, de forma não hegemônica, uma diversidade de posições), está também nos dispositivos Estatais, como a educação formal, as leis etc., que reforçam uma visão de mundo

transcendental, que reafirmam um outro inexistente, e terminam por excluir muitos desse lugar de outro, mesmo imperfeito. Não é exatamente isso que se vê, por exemplo, na ação do Estado em relação aos territórios das populações tradicionais? O cacique Ramon Tupinambá, em reunião com a relatora especial da ONU sobre direitos dos povos indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, diz que “O governo federal se nega a demarcar nosso território. Pra gente essa é uma das principais razões de tudo o que estamos sofrendo” (CIMI, 2016, s/p.). Está claro: a demarcação dos territórios das populações tradicionais, apesar de ser um preceito constitucional, só muito pontualmente pode compor o atual projeto de país. E, desse modo, não é possível que esses sujeitos sejam cidadãos.

“Nas cidades que ficam ao redor do nosso território ninguém pode dizer que é índio não. Se disser, leva tapa na cara. A Funai está largada aos ratos, escorpiões e baratas. Escola e posto de saúde o governo diz que não pode construir aqui porque a terra não está demarcada. Sem demarcar, ficamos expostos a tudo o que é de ruim”, disse Jovanilda Tupinambá. A fala nervosa e emocionada desencadeou na indígena um derrame cerebral. Os primeiros socorros foram dados com a ajuda de Victoria Tauli-Corpuz, enfermeira de formação (CIMI, 2016, s/p. grifo nosso).

Mais impactante do que a posição burguesa do Estado, travestida de interesse público por meio de sua faceta multiculturalista liberal, é a hipocrisia. Quem vai dizer que a ONU é uma entidade comunista? Posso dizer que qualquer análise que corra por aí é muito mais um ato de fé do que um ato de comprometimento com a análise crítica. E, portanto, não é preciso ser comunista para admitir o racismo no Brasil, ou em qualquer outro Estado-nação. É uma questão ética. Mas como a ética é também uma construção social, como já apontou Freud e outros importantes pensadores, enquanto o ser humano não for o único parâmetro para pensar os termos de um projeto de país, como já assinalou Eric Fromm (1974), não será possível essa admissão, pois temos categorias distintas de seres humanos. Por isso que mesmo sem nenhum comprometimento com a superação do capitalismo, a ONU fica a vontade para apontar o racismo em determinados países, ainda que na prática de sua ação se depare e se submeta a força política no cenário internacional dos distintos Estados-nação. Assim, apesar de ser verdadeira e fundamental a exposição da relatora da ONU para os direitos dos povos indígenas, ela em si muda muito pouco.

“A situação de discriminação e racismo no Brasil é muito decepcionante. O Brasil é percebido de forma muito boa internacionalmente, um país que fala sobre as várias leis avançadas, mas a realidade que vejo aqui me diz que existe outra história”, declarou Victoria aos indígenas [...] Para ela os Estados-nações

“foram construídos para promover os interesses dos poderosos, das elites. Desenvolveram programas antiéticos e com projetos contrários aos povos indígenas ou ao jeito que eles pretendem usar as terras que são suas por direito” (CIMI, 2016, s/p.).

Quando uma representante da ONU se vê tranquila para questionar os propósitos do Estado-nação burguês, é hora de refletir. Para além de reconhecer o completo antagonismo entre essa forma de Estado e os territórios das populações tradicionais, ela expõe ainda, de forma inequívoca, os próprios limites dos direitos humanos pautados no que Badiou (2012) chamou de “ilusão democrática”, ilusão que reafirma estes ideais vagos e impossíveis de serem estruturalmente exercidos, como quer o multiculturalismo liberal. Assim, é premente dar voz a estes sujeitos, para que eles se coloquem como são, e não que falem em termos “democrático-liberais” ou em busca de uma “cidadania”. Segundo a própria relatora, sobre a função de sua coletiva de imprensa, “É preciso que a imprensa passe a falar sobre a verdade do que vem acontecendo no Brasil com os povos indígenas. Por isso a coletiva” (CIMI, 2016, s/p.).

Para que estes sujeitos sejam ouvidos de fato, e não imediatamente rechaçados, pelo conjunto da sociedade, é preciso que o Estado haja no sentido de garantir que seus aparelhos e dispositivos pautem a inexistência desse outro “cidadão”. O outro é o outro e ponto. E é assim que precisa ser entendido. O pacto midiático-classista brasileiro é um elemento essencial para entender essas dificuldades. Mesmo com a ONU e diversas entidades, nacionais e internacionais, noticiando e acompanhando o etnocídio indígena e a exploração e expropriação de quilombolas, e outras populações tradicionais, que têm seus direitos constitucionais negados, a grande mídia nacional, mesmo quando foi abertamente oposição ao governo federal (nos governos petistas), não noticia tais inconstitucionalidades. E não noticia porque seus interesses e os interesses dos que são representados por ela estão em jogo. E isso cria um abismo no campo da representação sócio-simbólica destes sujeitos. É preciso mais razão e menos fé (inclusive nos ideais do Estado burguês e suas manifestações).

Desta feita, se é possível de fato entender que, apesar de contradições no campo político-partidário e na própria constituição do Estado, e da existência de relevantes oximoros no campo teórico, o Estado brasileiro está em xeque, compreendo que grande parte dessa situação se deve ao projeto de país em curso. Não obstante, mesmo que se pense numa fase transitória (para os que assim entendem), e não numa revolução proletária, cuja capilaridade mais ampla se configure a partir de uma *posição proletária* que reconheça os direitos dos diferentes sujeitos aos seus

territórios – e não um suposto outro semelhante que precisa compor o mesmo território que eu –, a atual incapacidade de reconhecer e lidar com os diferentes sujeitos e os diferentes territórios impõe que o Estado pautue suas ações a partir da inexistência desse “outro cidadão”. E a história ensina que o Estado burguês, como ente mediador de conflitos, mas cujas determinações são representações da classe hegemônica, não se posicionará dessa forma espontaneamente, que os sujeitos em luta precisarão reivindicar para que assim seja.

A organização coletiva que leve a uma ditadura do proletariado, que não permita que a velha ordem da dominação hierárquica volte a se impor, me parece mais profícua e realista sendo realizada pela junção de sujeitos coletivos distintos, com suas peculiaridades asseguradas. Isso quer dizer que, parafraseando Harvey, esclarecer os enigmas do outro é um ato revolucionário, pois questiona o próprio alicerce simbólico e prático da materialidade das determinações capitalistas. Desse modo ficará evidente para o conjunto dos sujeitos que falar em “território nacional”, por exemplo, não tem o menor sentido, além de reforçar e legitimar a exploração e expropriação de um grande número de sujeitos, cujos direitos constitucionais, em tese, seriam os mesmos.

Por isso, quando digo que as novas formas de ser e estar no mundo abrem espaços e ensejam reinvenções ao sabor de novas artes de vida, o que é ainda mais verdade para as Populações Tradicionais, estou querendo apontar os limites dessa relação que o Estado, como Super-ego coletivo, estabelece com a figura do outro.

As religiões cristãs, ao seguirem reafirmando o criacionismo, e inclusive, via representantes no Congresso Nacional, inserindo perspectivas religiosas no ordenamento legal do país, operam dois movimentos igualmente perniciosos para o conjunto dos sujeitos que ficam de fora dessa figura do sujeito referencial. Por um lado, negam a condição de sujeito de direito, pelo caminho da ética e da moral, dos que não são cristãos (de formas bastante retrogradadas até mesmo no campo religioso, como no racismo e na homofobia da *bancada da bíblia* em seus discursos e práticas no Congresso Nacional. Aqui, os limites desse cristianismo-ético-moralista são tão densos que mesmo os sujeitos das populações negra e LGBT que se entendem cristãos têm acesso negado a essa condição). Por outro lado, se fundem numa síntese possível com as premissas e propósitos do Estado-nação burguês, subsidiando essa configuração atual do sujeito referencial, na medida em que o Estado, que tem o papel de assegurar a cidadania, incorpora o preceito

fundante e os valores cristãos. Pelo valor de revelação e confirmação que possui, observemos em detalhes um episódio recente que resume nosso posicionamento.

Maria das Graças, 47 anos, moradora da comunidade quilombola Toca Santa Cruz, teve a guarda das duas filhas suspensa, ambas menores de 6 anos de idade, por conta de ação do Ministério Público de Santa Catarina. De acordo com o poder judiciário, *a mãe não tem condições de cuidar das crianças*.

Segundo o Movimento Negro Unificado de Santa Catarina, MNU-SC, entre as inúmeras alegações para o envio das duas meninas ao abrigo Casa Lar Chico Xavier, no município de Biguaçu, está a de que Maria das Graças *“é descendente de escravos, sendo que a sua cultura não primava pela qualidade de vida, era inerte em relação aos cuidados básicos de saúde, higiene e alimentação”*.

Maria das Lurdes, professora aposentada e coordenadora do MNU-SC, considera essa colocação a prova do racismo existente no judiciário brasileiro. *“O que podemos esperar de uma sociedade que tem um sistema jurídico que divide cidadãos de direitos pela cor de sua pele. O que esperar de um Judiciário que faz tal afirmação?”*.

Em meio à argumentação sobre o caso, a promotora questionou a não demarcação oficial do território da Toca Santa Cruz, como forma de deslegitimar a identidade quilombola do grupo. Depois da apresentação do documento da Fundação Cultural Palmares e do parecer do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, que comprova a regular condição das terras, a promotora rebateu com a afirmação de que Maria das Graças não era quilombola, “porque não se comportava como tal”.

Frente a determinada colocação, Maria das Lurdes explica qual foi a reação do MNU. *“Quando o Tribunal estadual nega esta competência, mesmo com o parecer do INCRA reafirmando a identidade Quilombola da mãe, isto nos deixa muito receosos”*.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, quando uma criança quilombola sai da guarda dos pais, ela deve ficar com outra família que pertença à mesma comunidade, para que mantenha os seus costumes. A promotoria alega que nenhuma família na Toca Santa Cruz tem condições de ficar com as crianças e que os habitantes da cidade têm medo dos quilombolas.

A coordenadora do MNU afirma que a comunidade sofre de uma exclusão total do governo no que diz respeito às políticas públicas e crítica a postura do judiciário de deslegitimar a possibilidade das famílias quilombolas cuidarem das crianças. “Vivem numa relação de trabalho escravo. As mulheres trabalham como diaristas por R\$ 50,00, os homens trabalham 14h ou 12h por salários sempre abaixo do mínimo. Para o Ministério Público a única possibilidade de vida digna para as filhas de Maria das Graças era serem adotadas pelas famílias brancas. Pelo prefeito e uma vereadora. Os únicos que foram consultados. Dizem no processo que o pai não foi consultado porque é alcoólatra. No entanto não existe nenhum laudo que ateste o alcoolismo do pai”.

A defesa nega também a incapacidade da mãe de cuidar das suas filhas. Elas estavam matriculadas em uma creche e no ensino básico, onde tinham bom desempenho escolar, segundo a professora. Elas também frequentavam aulas de

balé, compareciam ao posto de saúde com regularidade e estão com as vacinas em dia. *No abrigo, a frequência escolar das jovens é menor do que antes, quando estavam sob os cuidados da mãe.*

Para fundamentar a sua ação, o Ministério Público promoveu laudos de médicos psiquiatras e de assistentes sociais para tentar comprovar a incapacidade da mãe de manter a guarda das crianças. O MNU afirma que, de acordo com funcionários da Prefeitura, foi pedido a um médico da rede um laudo pronto que atestasse a não possibilidade de Maria das Graças cuidar das suas filhas.

Sem o convite para os advogados de defesa da mãe, um médico psiquiatra do município de Tubarão-SC, atestou que a Maria das Graças tinha retardo mental leve e déficit intelectual leve e por isso não poderia gerir a família. A equipe de advogados encaminhou a avaliação para um especialista do INSS, que classificou a mãe com apenas déficit intelectual leve. Maria das Graças é analfabeta. *Maria das Lurdes pensa que “esta afirmação esta diretamente relacionada ao racismo, pois julgam deficiência mental o fato de ela ser analfabeta. Em todo processo o racismo está presente quando acusam e culpam Maria das Graças pela ausência e abandono do poder publico na comunidade trazendo consequências de geração em geração”.*

Os demais estudos sociais produzidos responsabilizaram o poder público. O primeiro apontou que seria dever do Estado amparar a família. A segunda observação indica que erraram na análise e que à Maria das Graças não foi dada a possibilidade de defesa.

Em 2014, dois policiais foram à casa de Maria das Graças para levar as crianças. *Os policiais armados alegaram à mãe que levariam as duas filhas ao médico. A mentira foi contada para que não houvesse resistência. Desde então, as jovens encontram dificuldades para ter contato com os pais ou qualquer membro da comunidade.*

O processo agora está em fase de recurso e a juíza tem até o dia 19 de setembro para definir o futuro da família. *A advogada Dr. Patrícia Soares Martins de Oliveira e a secretaria geral da Comissão da Igualdade Racial da OAB entraram com recurso para a anulação da medida judicial. Entre as inúmeras alegações, destaque para a ausência de antropólogo no caso, ausência de intimação para a realização das perícias psiquiatras, transferência de menores para local e família não pertencentes à mesma comunidade, além da negativa da existência da Toca Santa Cruz e da identidade de Maria das Graças enquanto quilombola (BORGES, 2016, grifo nosso).*

O caso permite retomar questões e reflexões postas ao longo deste capítulo. É primaz reconhecer que não se trata de um Estado fantasioso que supostamente pode se aproximar de princípios e valores cristãos e negar, a partir da fusão desses princípios e valores com premissas e propósitos liberais, a condição de sujeito de direitos e a diversidade de territórios que não se enquadrem nessa proposta. Não! Trata-se de um Estado real, de uma realidade cotidiana que afeta milhões de brasileiros. E, para tanto, estou aproximando teorizações numa perspectiva geográfica de análise do território.

Disse da pertinência da ponderação do professor e pesquisador indígena Luciano (2016) em relação ao atendimento que o Estado dá às Populações Tradicionais, a como ele tem negado voz a estes sujeitos (que não têm, por exemplo, representantes em diversas esferas do Estado e de decisões político-administrativas; para não falar nas demais dimensões), e como tem agido com descaso em relação à demarcação de seus territórios, sem os quais, ainda segundo Luciano, tais Populações Tradicionais não existem. Uma das revelações do caso da mãe quilombola é o reconhecimento de como o Estado opera a partir da presunção da ineficácia do próprio Estado. Ou seja, a Justiça alegava que o território não é demarcado; isso porque, é comum que não se demarquem os territórios, independente do reconhecimento público e técnico de que ele exista. Como dessa vez o território é demarcado, a Justiça então procura outros argumentos, e, com eles, explicita o mais aviltante racismo em sua prática: as crianças deveriam (uma vez que aceitemos que a mãe tem alguma deficiência ou incapacidade intelectual) ser criada por famílias brancas! Não pelas famílias da própria Comunidade, como determina o ECA. E para tanto, a Justiça condena toda a Comunidade como incapaz de cuidar de suas crianças. Uma Comunidade que se reproduz há gerações com o mínimo apoio do Estado, como relata a reportagem. Todavia, mesmo operando uma flagrante injustiça contra essa mãe e essa Comunidade, para não ponderar sobre o sofrimento das crianças, o Estado mostra sua ineficácia e despreparo para lidar com esses sujeitos: as crianças, no abrigo para o qual foram encaminhadas, frequentam menos a escola do que quando estavam com a mãe que supostamente é incapacitada para cuidar delas.

A demarcação e a certificação dos territórios das Populações Tradicionais são sem dúvida imprescindíveis para garantir alguma segurança jurídica dentro desse ordenamento territorial burguês que sustenta o atual projeto de país brasileiro. No entanto, como o caso demonstra, é insuficiente. E com isso vejo reforçado meu argumento de que há dimensões dos conflitos sociais que não se resolvem por força de lei. Reconhecendo o estado de exceção posto para milhares de sujeitos no Brasil, uma análise *diagnóstica*, como propõe Dunker, pode contribuir para a reflexão sobre os territórios das Populações Tradicionais e sobre a própria diversidade de sujeitos que compõem esta multiplicidade de territórios.

Quantos sofrimentos esse caso da mãe que teve as filhas arrancadas pelo Estado sem a menor justificativa plausível revela? Quanto este Estado está constituído pelo *subtexto de raça e gênero* que lhe permite enxergar como natural uma ação dessa gravidade? Essas determinações territoriais desdobradas da constituição do Estado a partir do amalgama entre cristianismo e

liberalismo, permitem compreender e elaborar em conjunto com os sujeitos afetados estratégias de nomeação desse sofrimento. As geografias imaginárias às quais se refere Dunker (2014), e que são tão caras a uma reflexão crítica radical do turismo, não podem ser entendidas longe disso.

Segundo Dunker (2015), há uma diagnóstica que amplia os horizontes para pensar o terreno dos sofrimentos aos quais são submetidos os sujeitos, ao mesmo tempo que pauta as políticas públicas e reconhece as diferenças vividas por estes sujeitos. Ao se referir às particularidades de seu livro, Dunker (2015, p.23-24) escreve:

A primeira delas é tomar o diagnóstico não apenas como o ato de nomeação clínica de uma condição de adoecimento, mas como uma *diagnóstica*, ou seja, como a reconstrução de uma forma de vida envolve tanto a diagnóstica do sujeito como a transversalidade diagnóstica entre disciplinas clínicas (médica, psicanalítica, psiquiátrica, psicológica); tanto a flutuação discursiva dos efeitos diagnósticos (jurídico, econômico, moral) como sua incidência no real das diferenças sociais (gênero, classe, sexualidade). *Reconstruir uma forma de vida, no escopo ético de uma racionalidade diagnóstica pensada dessa maneira ampliada, é, no fundo, refazer os laços entre trabalho, linguagem e desejo, pensando a patologia – que se exprime no sintoma, no mal-estar e no sofrimento – como uma patologia social* (grifo nosso).

Outra observação importante que o psicanalista faz é quanto à necessidade de atenção para a peculiaridade em relação à nomeação do sofrimento, o que se torna relevante, no meu ponto de vista, uma vez que, assim como Dunker, leio a reconstituição de determinada forma de vida pensando a patologia como uma patologia social, que, portanto, não se resolve no âmbito do indivíduo, ou, mais precisamente, no âmbito da ação individual. Para o autor (2015, p. 37):

Ao contrário do adoecimento orgânico, que segue seu curso inexorável e indiferente às nomeações, *o sofrimento se altera conforme é nomeado. Seu tratamento, sua nomeação, torna-se uma determinação política, não apenas ética. É preciso escolher, portanto, de qual sofrimento tratar, tendo em vista que nem todos são igualmente visíveis*. Essa escolha determina políticas públicas, mas também políticas privadas de formação de sintomas, nos sentidos psicanalítico e psiquiátrico do termo (grifo nosso).

Penso que isso evidencia a premência de aproximar estas múltiplas imposições de sofrimentos do projeto de desenvolvimento em curso. É dizer: como o atual Estado-nação brasileiro, com seu desenvolvimento e modernização, ao não reconhecer territórios e modos de vida que não cabem nessas metas, impõe sofrimentos múltiplos, e, muitas vezes, cumulativos, a uma série de sujeitos coletivos, como Populações Tradicionais, população negra, mulheres, LGBT, analfabetos funcionais, doentes crônicos. desempregados etc.?

2.2.1 A bancada evangélica

A Frente Parlamentar Evangélica só foi oficialmente instaurada no Congresso em 2003. Todavia, seu crescimento remonta ao período da abertura democrática, quando já contava 32 deputados federais (TREVISAN, 1999). Com uma pequena oscilação negativa de lá para cá, ocorrida nos anos de 1990, a bancada se firmou como uma das principais forças político-partidárias do país.

Quando Pochmamm discorre sobre a reorganização da super-estrutura na sociedade de serviços, enfatiza o papel das igrejas (neo)pentecostais na base da pirâmide. Embora seja um fenômeno que alcance as elites, é na base da pirâmide que ganha sua sustentação massiva. Essa força tem se revertido em crescimento de sua representação no Congresso. A tal ponto que conseguiram eleger um de seus principais representantes, o ex-deputado federal e agora presidente eleito, Jair Messias Bolsonaro.

Atualmente, com 198 deputados e 4 senadores (CÂMARA, 2015), a bancada evangélica, como é conhecida esta Frente, ganha mais poder e legitimidade com a eleição de Bolsonaro. Com uma plataforma que sempre reivindicou as principais ideias dos líderes da bancada, Bolsonaro chega ao comando do país prometendo uma cruzada contra os Direitos Humanos.

Não obstante as declarações racistas de seus principais líderes (BONIS, 2013), há, por certo, divergências dentro da bancada. Porém, tais divergências não têm impedido a escalada intolerante dessa bancada à subtração de direitos de determinados sujeitos sociais coletivos. Em que pese somarem seus projetos de valorização da família, da moral, dos bons costumes à narrativa da modernidade, do desenvolvimento, cria-se, evidentemente, um ataque aos Direitos Humanos. O afastamento entre Estado e religião, uma das marcas da sociedade moderna, é colocado em xeque. O que era uma relação tácita e muitas vezes negada, sob a promessa de laicidade, agora é reivindicada e posta como condição da moralização da sociedade e do combate à corrupção.

Os projetos apresentados e/ou apoiados pela bancada evangélica não deixam dúvidas sobre a criminalização e intolerância contra o que não representa a referência de cidadão (de bem). O Quadro 1 traz os principais projetos que visam retirar direitos de grupos específicos.

Incluí também o Manifesto à Nação, documento entregue pela bancada com as principais propostas para o país.

QUADRO 1: PROJETOS APRESENTADOS OU APOIADOS PELA BANCADA EVANGÉLICA.

PL/PEC/PDC				
LGBT	PL 6583/2013 Estatuto da família (em trâmite)	PDC 234/2011 Propõe a “cura gay” (arquivado)	PL 4931/2016 Propõe a “cura gay” (em trâmite)	PDC 395/2016 - Propõe revogar o decreto presidencial que permite o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de travestis e transexuais em toda a administração pública federal (em trâmite)
Mulheres	PL 478/2007: Estatuto do Nascituro - Propõe vetar abortos em quaisquer casos. (em trâmite)		PL 1763/07 - Propõe assistência financeira às mulheres que tenham filhos advindos de estupro (em trâmite)	
População Negra	PEC 181/2015 - Chamada PEC da Vida, propõe que o direito à vida se inicia com a concepção, o que veta qualquer tipo de aborto (em trâmite)		Manifesto à Nação, p. 54 “Educação é sistema insustentável ou sustentável. A sustentabilidade se forma quando todo o sistema, da Educação Básica ao Doutorado, se baseia na meritocracia”. - Anuncia que a FPE durante a 56ª legislatura se posicionará contra as cotas raciais, a exemplo da Lei 12711/2012	
Populações tradicionais	PEC 215/2000 - Propõe que demarcação e ratificação de terras indígenas seja feita pelo Congresso Nacional. (em trâmite)			

Fonte: Site da Câmara dos Deputados Federais e do Senado.

No Quadro 2, há um conjunto de medidas que retiram direitos coletivos apoiado pela bancada. E como se confere na reportagem de Arruda (2017) as ações da bancada pouco têm a ver com o combate à corrupção, a moralidade ou o desenvolvimento do país, visto que se colocaram como um dos pilares de sustentação do mandato mais impopular da história democrática do país sob a alegação de que estavam cumprindo ordens divinas.

QUADRO 2: PROJETOS QUE RETIRAM DIREITOS SOCIAIS COLETIVOS

PL 8099/2014 – Propõe incluir conteúdos sobre Criacionismo para as escolas (em trâmite)

PL 4486/2016 - Alteração da Base Nacional Comum Curricular – BNCC

Em dezembro de 2017 o Conselho Nacional de Educação aprovou a BNCC com a inserção do

ensino religioso até o 9º ano do Ensino Fundamental e a retirada do termo “gênero”. (aprovada)

PL 7180/2014 – Propõe a “escola sem partido” (em trâmite)

Lei 13467/2017 – Reforma Trabalhista (aprovada)

Lei 13415/2017 - Reforma do Ensino Médio (aprovada)

Emenda Constitucional 95/2016 – “Teto de Gastos” por 20 anos (aprovada)

PEC 287/2016 - Propõe a Reforma da Previdência (em trâmite)

Manifesto à Nação, p. 5 “Redução imediata dos atuais 28 para 15 entes ministeriais”.

Manifesto à Nação, p.7 – Propõe a seguinte composição para o Ministério da Justiça “a) Ministério dos Direitos Humanos; b) Secretaria Nacional da Juventude; c) Secretaria de Inspeção do Trabalho, com um Departamento de Registro Sindical; d) Coordenação-Geral de Imigração”.

Manifesto à Nação, p.7 – Propõe a seguinte composição para o suposto Ministério do Agronegócio “a) Ministério da Agricultura; b) Ministério do Meio Ambiente; c) Secretaria Especial da Pesca; d) Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário”.

Manifesto à Nação, p. 7 – Propõe a composição dos entes ministeriais, sendo que não figura na listagem o Ministério do Trabalho.

Manifesto à Nação, p. 10 – Propõe que “a utilização de mão de obra terceirizada no âmbito do serviço público deve ser potencializada, devendo ser amplamente utilizada em todas as atividades que não sejam tipicamente estatais e que não requeiram o uso do poder de polícia administrativa”.

Manifesto à Nação, p. 15 – Propõe “Teletrabalho intensivo para os servidores que não atendam diretamente o público”.

Manifesto à Nação, p. Propõe a “Transferência da manutenção das UPAs e UBSs para a sociedade civil”.

Manifesto à Nação, p. 27 – Propõe “Reduzir as incertezas quanto às exigências para obtenção das licenças socioambientais e reduzir o tempo de concessão das licenças socioambientais”

Fonte: Site da Câmara dos Deputados Federais e Senado, 2018.

Com fina ironia, Arruda (2017, s/p.) argumenta que mesmo num momento extremamente crítico para o atual governo, a bancada evangélica, compreendendo que poderia ver projetos de seu interesse serem apoiados pelo executivo, não deixou Temer sozinho, amparou-o e o fez advogando o nome de e com a benção de Deus.

O curioso é que, desta vez, a bancada dos deputados evangélicos não só manteve seu apoio incondicional ao golpista mais detestado do Brasil, como também declarou que a orientação para que Temer não fosse processado veio de Deus.

É um fato que durante toda a história da humanidade, Deus teve muitos nomes. Mas esta é a primeira vez que vemos R\$ 15 bilhões gastos em emendas e medidas como a venda de aeroportos, a flexibilização do trabalho escravo no país e as liberações de dinheiro público (que chegaram a somar R\$ 4 bilhões) algumas horas antes do início das votações receberem o nome de "Deus".

Talvez seja difícil para o leitor ou a leitora tentar entender quais seriam as posições de Deus a respeito de Temer, mas para os deputados Marco Feliciano (PSC), Silas Câmara (PRB), Victório Galli (PSC), Marcelo Aguiar (DEM), Paulo Freire (PR), Ezequiel Teixeira (Podemos), Rosângela Gomes (PRB), Pastor Luciano Braga (PRB) e outros, a resposta veio durante uma oração, e seria de que "salvar Temer seria salvar o Brasil.

Como mostra Abreu (2017, s/p.), a bancada está de olho na transposição de suas pautas do púlpito para o arcabouço legal nacional:

De acordo com o Estadão, a maior parte da bancada votaria a favor de Temer em troca de apoios em alguns projetos, como o Estatuto do Nascituro, que prevê sanções mais duras à prática de aborto no Brasil.

Além disso, os deputados querem apoio na proibição do uso de livros que tratem de temas relacionados a gênero e sexualidade, bem como assuntos relativos aos grupos LGBT.

Dois movimentos merecem maior atenção. Por um lado, o sucesso dessa cruzada contra os princípios do Estado democrático e laico no país. Por outro, a internacionalização galopante destas igrejas, notadamente na África. E lá merece ainda mais atenção porque esta bancada está convicta, pelo menos seus principais representantes, de que a população africana (e seus descendentes) é amaldiçoada (BONIS, 2013). Estas duas coisas se combinam. À medida que ganha força dentro do país, seus aparelhos (como os canais de comunicação do grupo Record) criam músculos e se potencializam fora do país. É digno de nota a audiência do canal comandado por este grupo em Moçambique, por exemplo.

A interferência no Estado não é só no âmbito da apresentação e apoio de projetos de lei. Com um presidente ligado à bancada, se expande a influência. E discussões como a propostas anteriormente, sobre os sentidos do fazer científico, são negadas. A bancada se advoga o direito de intervir na escolha do ministro da educação, por exemplo (SARDINHA, 2018). E para não desagradar seu grupo de apoio, o presidente eleito nomeou um antimarxista para a pasta (JIMENEZ, BETIN, 2018). É dizer, não é só o Estado laico que é posto em xeque, a ciência e a educação também ficam sob o julgo das bênçãos divinas destes sujeitos. Contraditoriamente ao que se prega em alto e bom som, seja no Congresso, seja nos milhares de templos espalhados pelo país afora, essa articulação política pode estar comprometida com tudo, menos com os valores cristãos e/ou com a modernidade.

As reflexões de Freud sobre o futuro dessa ilusão têm aqui um peso fundamental. E mesmo diante das ponderações de Konder (2009), sobre a religiosidade (poder) se coadunar com ideais revolucionários, ou de Zizek (2015, p. 27), de que “o legado cristão autêntico é precioso demais para ser deixado aos fanáticos fundamentalistas”, o fato de que o cristianismo tem se colocado como uma das mais

potentes ferramentas de legitimação do capitalismo não pode ser desprezado. Esse espírito do capitalismo, a cultura moderna do capitalismo, ou seja, o capitalismo como condução metódica da vida cotidiana (WEBER, 2004), sobredetermina a vida de milhões de sujeitos, e não só a dos convertidos ao cristianismo/capitalista/fundamentalista.

2.3 MODERNIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO: A FORMA-CONTEÚDO DO DESENVOLVIMENTO MODERNO

2.3.1 Urbano-rural: as definições em voga no país

O Brasil tem uma história rural. Há muito tempo que a reorganização do campo e da cidade tem sido sobredeterminada por um projeto de modernização (CHAVEIRO, CALAÇA, 2012; CASTILHO, CHAVEIRO, 2010; BRANDÃO, 2007; CARNEIRO, 1998). A população brasileira até meados da década de 60 era majoritariamente rural. Esta estreita ligação entre a população e o rural permite e exige muitas análises, tanto sobre a sua influência contemporânea como sobre a causa e a consequência da sua ruptura/ reversão.

Um dos elementos centrais dessa questão, no tocante às políticas públicas, certamente é a caracterização da área urbana e da área rural que, conseqüentemente, define a população residente nestas duas áreas. Ao não tornar claro os parâmetros do que é urbano e do que é rural, adotando uma definição administrativa definida pelo poder legislativo municipal, o Estado nacional complica a formulação de políticas públicas que criem e mantenham condições dignas para viver bem no campo²⁶.

A pertinência desta leitura é evidenciada, por exemplo, com a adoção a partir do de 2017 de novos critérios para definição de urbano e rural (IBGE, 2017). Sem entrar no mérito dos parâmetros utilizados²⁷, bem como das categorias derivadas, o fato de se proceder a uma análise mais criteriosa (para além de aceitar a definição de ordem municipal, subjugada ao jogo político local) baixou a taxa da população urbana de 84,4% para 76%.

Ao mesmo tempo em que a população que vive no campo é preterida pelas políticas públicas, essa mesma dinâmica de exclusão reforça, de modo impositivo e mobilizando todos os

²⁶ Para fins didáticos, assumo Campo e Rural(idade) como o par forma-conteúdo oposto à Cidade-Urbano(idade).

²⁷ Ressalto que nessa análise tais parâmetros são insuficientes para dar a real dimensão da vida rural no Brasil.

aparelhos ideológicos do Estado, a ideia de que a urbanização é a consolidação do processo de crescimento econômico e desenvolvimento social. Assim, afirmando essa dinâmica sem problematizar as suas contradições e o direito de populações rurais terem garantidas as condições para a sua reprodução social, a urbanização, como expressão da modernização e conteúdo do desenvolvimento, acabar por negar os diversos territórios e os diversos sujeitos que vivem no campo²⁸ (LIMA, 2005; CARNEIRO, 1998).

A tese que se depreende, portanto, já é conhecida: a modernização como horizonte da urbanização naturaliza e legitima a exclusão do campo, como explicitam os estudos, por exemplo, de Carneiro (1998) e Lima (2005). Daí a razão pela qual a ONU na sua Conferência sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável, com o intuito de definir ações para o desenvolvimento mundial, estabelece uma Nova Agenda Urbana (com base na qual o IBGE reviu sua caracterização de urbano e rural).

Neste caso, é a visão de quem vive a primeira relação espaço geográfico/tempo histórico – dos estágios mais avançados de tecnologia, de urbanidade – que determinam discursos e “projetos” de vida de si e dos outros. É esse discurso que tem validade sobre a vida das coletividades denominadas tradicionais. Estas tendem a acreditar no que é dito sobre elas, e fazem disso seu próprio discurso. [...] Da mesma maneira, os que vivem na tradição (movimento transformação conduzido pela permanência) não nomeiam e nem criam significados de sua realidade. (CAMPOS, 2014, p. 52)

Deste modo, pretendo demonstrar como a narrativa e a “prática” do desenvolvimento/modernização, no Brasil, segregam segmentos inteiros da população, urbana e rural, bem como a intersecção social destes segmentos em ambos os contextos geográficos.

Concordando com Santos (2008) e Castilho (2016) de que existem modernizações e não uma única modernização, nota-se a influência de sujeitos coletivos que concorrem para a implantação dessa modernização contemporânea no país.

A chamada revolução verde, também conhecida como modernização do campo, foi a consolidação de um projeto de país cujas duas principais faces foram a urbanização/agroindustrialização do campo e a expropriação camponesa (BRANDÃO, 2007; MENDONÇA, THOMAZ JUNIOR, 2004), ou, de forma mais ampla, dos sujeitos que residem nestes territórios. É próprio do capitalismo, como evidenciou Harvey (2011), expropriar

²⁸ Se não fosse fugir do âmbito da proposta, caberia arrolar notas críticas ao alinhamento da postura do IBGE, mesmo na sua nova proposta de caracterização do urbano e do rural, às sobredeterminações “modernizadoras” que implicam a exclusão do rural.

camponeses em todo o mundo em sua expansão. Acontece, todavia, que no Brasil isso não só foi naturalizado, como ganhou contornos muito peculiares.

Fundindo os interesses de uma elite nem um pouco patriótica, amálgama de capitalistas nacionais e internacionais com latifundiários nacionais, com a narrativa de que desenvolver socialmente é urbanizar/industrializar, o Estado brasileiro cria e legitima as bases para que esse projeto de país prossiga.

A síntese desse projeto para o campo é o agronegócio. No Brasil, essa forma particular de intervenção do capital transnacional conduz à já velha e conhecida confusão (intencional) entre desenvolvimento social e crescimento económico (LEFEBVRE, 1979).

Os representantes parlamentares do agronegócio no Brasil estão agrupados na Frente Parlamentar Agropecuária, popularmente conhecida como bancada ruralista. É a maior bancada do Congresso Nacional. Com aval e apoio das corporações mediáticas hegemônicas, de empresários ligados ao setor e do poder judiciário e executivo, impuseram ao país a ideia de que o campo não é mais um local de moradia digna, e sim de produção de *commodities*, bem como de que o problema da fome e do crescimento económico nacional serão resolvidos com a maquinização e a inserção de fatores de produção agroquímicos no processo produtivo rural. Com isso, negam a necessidade de uma reforma agrária e expropriam e expulsam as populações que “impedem” o pleno desenvolvimento desse projeto (ARAÚJO, 2017).

Pretendo demonstrar que a definição de cidade-urbano e campo-rural no Brasil não está ligada aos interesses populares. Está, antes, subordinada a um projeto de desenvolvimento modernizante. Em decorrência da execução e manutenção desse projeto, segmentos sociais definidos que não correspondem ao sujeito referencial têm tido os seus direitos Constitucionais (garantidos pela Constituição Federal de 1988 e, de forma mais ampla, por tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário) negados sistematicamente (CARVALHO, RIBAS, BENITEZ, 2017), e de modo ainda mais perverso quem vive no campo.

2.3.2 *Modernização, o esvaziamento do campo*

As políticas públicas são mecanismos de ajustamento de desequilíbrios sociais e não são de exclusividade do poder público. Embora tenham grande dependência deste, na realidade, as políticas públicas também podem ser operacionalizadas pela iniciativa privada e pela sociedade civil (SECCHI, 2010). Elas constituem as bases para que se consolide um projeto de país.

Para entender, portanto, como e por que razão as atuais políticas públicas brasileiras continuam a apostar numa modernização que precariza e exclui a população pobre do campo e da cidade (OXFAM, 2017; CERQUEIRA *et al.*, 2017), olhemos para a história de uso e ocupação do território nacional.

O Brasil foi colonizado no século XVI e desde então tem desempenhado uma função de exportador de matéria-prima, designadamente voltada para alimentação e extração de minérios. Esse papel imposto pela colonização portuguesa e reforçado pelo capitalismo após a independência do país permitiu que se naturalizasse um discurso de uma vocação brasileira como celeiro e exportador de minerais para o mundo. Essa dupla função, pintada com cores nobres, uma vez que garantir alimentação para o mundo para combater um alarmante quadro de fome, bem como os minerais para que o capitalismo continue avançando, tem sido insistentemente reforçada pelo Estado (PESSOA, 1988).

A pauta exportadora do Brasil no que toca ao campo é eminentemente voltada para *commodities* e tem muito pouco a ver com alimentação diversificada e com um compromisso que assegure o desenvolvimento social igualitário, interno e dos demais países, sobretudo, “em desenvolvimento”.

Para assegurar o prosseguimento desse roteiro é preciso ter acesso às jazidas minerais e amplas áreas, uma vez que a produção de *commodities* agrícolas se dá por meio de monoculturas que exigem maquinaria e fatores e produção agroquímicos que são mais rentáveis quando utilizados em grandes extensões de uma única cultura.

Os espaços nos quais é possível realizar plantações contadas aos milhares de hectares e com acesso às jazidas minerais não estão vazios, no entanto. São, antes, regra geral, território de populações muito diversas. Algumas, como as Populações Tradicionais, residem há séculos nestes territórios. Por que, então, se a permanência em seus territórios é um direito Constitucional, não há um esforço do Estado para garantir que tais populações permaneçam nestes locais? Porque é preciso modernizar!

A modernidade, consagrada com a revolução industrial, construiu uma narrativa para a sociedade. Tem um sujeito próprio, uma racionalidade que a valida e um propósito nobre. O sujeito da modernidade é o referencial tratado anteriormente. A racionalidade que avaliza a modernidade é científica e tecnológica. E o seu propósito é que, a partir do conhecimento

científico e desenvolvimento tecnológico, se alcance o crescimento econômico que se converterá em desenvolvimento social.

Os rebatimentos da modernidade para o território são conhecidos (CASTILHO, 2016, 2011; MENDONÇA, 2004). O que é preciso ressaltar neste momento é que tanto no Brasil como nos demais países, inclusive os chamados desenvolvidos, a subjugação dos outros sujeitos, que não esse referencial, foi assombrosa até ao século XX. Com o movimento feminista, avanços em acordos internacionais de garantia dos Direitos Humanos, e mesmo o acúmulo das experiências históricas de contestação a esse projeto social, alguns países construíram políticas de inclusão destes sujeitos, garantindo direitos essenciais. Entretanto, a violência continua a ser um elemento central da imposição desse projeto, que continua em expansão no Brasil (CERQUEIRA *et al.*, 2017).

Na segunda metade do século passado, a revolução verde chegou ao Brasil com a promessa de levar tecnologia e conhecimento científico para o campo, o que garantiria crescimento econômico e desenvolvimento social. No mesmo momento histórico, o país estava consolidando a sua industrialização nas grandes áreas urbanas e precisava de mão de obra barata.

A soma do discurso de que a modernidade reside na cidade-urbano e de que é preciso transformar o campo num grande produtor de *commodities* avaliza um processo de expropriação e expulsão das populações rurais, que passam a migrar para a cidade, enchendo-as e iniciando um processo de crescimento das grandes periferias e favelas, cujas grandes características são a não-presença do Estado, o que se reflete na falta de acesso a direitos básicos, como educação, saúde, habitação digna e saneamento básico.

Esse momento do país crava um símbolo na imagem coletiva: o Brasil deixa de ser um país agrário/rural e passa a ser um país moderno, com grandes cidades, altamente urbanizado e com crescente industrialização. Ou seja, o projeto está dando certo! Mas ainda é preciso continuar a expandir o território do agronegócio. E para tal, é preciso retirar os sujeitos que resistem às táticas de convencimento e/ou expulsão, inclusive recorrendo a violência física resultante em mortes (MITIDIERO JUNIOR, 2017). É o ônus do progresso rumo à modernidade!

Com a população rural diminuindo abruptamente e grande parte da população nacional residindo agora em áreas urbanas, segundo os dados oficiais, cabe ao Estado o quê? Garantir políticas públicas que permitam o prosseguimento desse projeto de país.

2.3.3. Agronegócio, a urbanização do campo

À medida que o agronegócio reivindica grandes parcelas das áreas produtivas do país para produzir *commodities*, aprofunda-se o desequilíbrio entre os interesses do capital e a soberania alimentar e popular. Seja porque expropria quem produz comida, seja porque compele as pessoas a se aglomerarem em periferias e favelas nos grandes centros urbanos, que carecem de atenção do Estado e por isso veem diminuídas as suas condições de empregabilidade e acesso ao emprego e rendimento, o agronegócio diminui a diversidade e quantidade de produtos que compõem a alimentação no país (MITIDIERO JUNIOR, BARBOSA, 2016) por um lado e, por outro, dificulta o acesso ao que é produzido.

A captura da subjetividade da chamada classe média (extrato social com rendimentos médios que lhe permite alguma segurança social e impulsiona o seu crescimento vinculado ao modo de vida do topo da pirâmide social) é essencial para o que Eric Fromm (1947) chamou de harmonização social. Assim, mesmo com a agricultura urbana emergindo como tática de reprodução social dos sujeitos que se encontram desassistidos pelo Estado nas cidades e com a agroecologia a impor-se como outro modelo de produção e de relação homem-natureza (MENDONÇA, 2012), o agronegócio é bem visto por grande parte da sociedade e continua a expandir-se.

A questão é saber: se existe há necessidade da população pobre passar a produzir na cidade e se o agronegócio, além de não ter por objetivo garantir a soberania alimentar, ainda contamina solos, água, ar e até o leite materno, como indica o dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (CARNEIRO, 2015), por que motivo continua o agronegócio a expandir-se? E a resposta é: porque é moderno!

[...] Mesmo considerando que as particularidades locais e regionais provenientes dos tempos em que a agricultura predominava não desapareceram, que as diferenças daí emanadas acentuam-se aqui e ali, não é menos certo que a produção agrícola se converte num setor da produção industrial, subordinada aos seus imperativos, submetida às suas exigências. Crescimento econômico, industrialização, tornados ao mesmo tempo causas e razões supremas, estendem suas consequências ao conjunto dos territórios, regiões, nações, continentes. Resultado: o agrupamento tradicional próprio à vida camponesa, a saber, a aldeia, transforma-se; unidades mais vastas o absorvem ou o recobrem; ele se integra à indústria e ao consumo de produtos dessa indústria. A concentração da população acompanha a dos meios de

produção. O *tecido urbano*²⁹ prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. *Estas palavras, “tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano.* (LEFEBVRE, 2006, p 14-15, grifo nosso).

A leitura Lefebvriana³⁰ do urbano elucidada o projeto de desenvolvimento modernizador em curso. Partindo desse entendimento, de fato o agronegócio é moderno. Cabe perguntar se esse projeto contempla os anseios do conjunto da sociedade brasileira, designadamente das populações socioeconomicamente menos favorecidas.

2.3.4 *Contradições do projeto de modernização no Brasil*

As dificuldades de refletir sobre o campo, no caso brasileiro, começam em definir o que se assume como campo. Os dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE consideram a definição dos municípios com base nas suas áreas urbanas e rurais. No entanto, mesmo os órgãos oficiais de investigação admitem que há restrições nessa definição.

Alguns desafios encontrados no caso dos cálculos para a situação de domicílio se mostraram intransponíveis. Primeiramente, é preciso atentar-se para a complexa relação de interdependência e complementariedade entre os espaços urbanos e rurais no Brasil e os conceitos adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que segue os preceitos estabelecidos pelas leis municipais para a definição do urbano e, por resíduo, do rural. Essa orientação político-administrativa dos municípios não permite um recorte espacial perfeito entre os espaços e, em alguns casos, expressa de forma distorcida a realidade e a diversidade deles. (FJP, PNUD, IPEA, 2017)

Mesmo os novos critérios, supracitados, do IBGE para a definição de urbano e rural ainda deixam a desejar, pois carecem da adoção já há muito enunciada por Abramovay (2000) de critérios qualitativos. Há uma equiparação entre condições para a dignidade humana e urbanização.

Estabelece-se uma análise hegemônica. E hegemônica porque, entre outras coisas, é o que tem sido ensinado, por exemplo, nos currículos das escolas públicas do país.

²⁹ Os itálicos são do original

³⁰ Conquanto Lefebvre tenha sido um rigoroso e importante crítico do capitalismo, adotou algumas das principais premissas dessa narrativa urbano-capitalista como válidas para toda e qualquer sociedade, como se pode observar na citação. Todavia, o Brasil e outras nações comprovam que a ruralidade, entendida para além da localização espacial, compõe as estratégias de resistências dos sujeitos, inclusive na cidade, e fortalece-se muitas vezes em ações que constroem outros sentidos para a existência, sentidos para além do capital; tais práticas ficam evidentes em comunidades do México, da Bolívia, do Brasil, mas também em localidades da Europa, por exemplo.

Desde meados da década de [19]60, o espaço agrário brasileiro vem sendo “locus” para a realização crescente e contínua do capital urbano industrial. O desenvolvimento rural, previsto no Estatuto da Terra, com o apoio político e financeiro do Estado, seguiu a via da modernização agropecuária, alterando a base tecnológica da produção. Muito embora o processo não tenha se homogeneizado no tempo e no espaço, nos termos de Galvão (1995 p. 105) “...*constituiu certamente o evento de maior expressão espacial e provavelmente de maior impacto sócio-econômico e político nos cenários agrícola, industrial e urbano do país...*”. Tal modelo incorporou pacotes tecnológicos (insumos químicos e maquinários) no agro nacional, sem reformular a estrutura fundiária, que contraditoriamente se fortaleceu, deixando em seu rastro, [sic] gravosos custos sócio-econômicos e ambientais. (CORRÊA, CORRÊA, GERARDI, 2001, p. 45-46, grifo dos autores).

Esse entendimento de que o agronegócio causa problemas socioambientais e econômicos, sobretudo, ao não permitir uma reforma agrária, precisa ser confrontado com a leitura complementar, de que “A modernização das atividades agrícolas somada à atração natural exercida pelas grandes cidades, está na raiz do problema do êxodo rural no país” (CORRÊA, CORRÊA, GERARDI, 2001, p. 46). Alguns aspectos estão subentendidos nessa leitura e precisam ser explicados. 1) O agronegócio vai bem e só é preciso prestar atenção a um ou outro dano que causa. 2) A concentração de terras é uma das consequências contraditórias da expansão do agronegócio. 3) A cidade exerce uma atração natural sobre as populações do campo. 4) Houve um êxodo rural no país.

Outra leitura sobre estes pontos é:

1) O agronegócio é uma aglutinação complexa de setores da sociedade, cuja primazia está nas empresas agroquímicas como Bayer, Dupont, Monsanto, e que no Brasil se une a uma intrincada elite agrária que detém poder político-institucional, que remonta aos períodos coloniais, cuja força central está justamente no controle fundiário do país, como mostram Castilho (2012) e Leal (2012). Alguns dos seus piores efeitos, como a concentração fundiária, compõe a própria razão de ser do agronegócio no Brasil, uma vez que lhe confere mais poder e suporta a sua sustentação como modelo para o campo.

2) Sendo objetivo da expansão do agronegócio, e não um desvirtuamento, a concentração de terra e rendimentos é contraditória à reforma agrária e por isso a bancada ruralista trabalha no Congresso Nacional para a paralisar totalmente, nos seus mínimos avanços, bem como para que a expulsão e a expropriação dos sujeitos que resistem no campo seja permitida e realizada pelo Estado, ou pelo menos para que o Estado não intervenha quando os

próprios agentes do agronegócio precisam de ameaçar, expulsar e mesmo matar quem resiste (EPOCA, 2017)³¹.

3) Ao negar que a urbanização-industrialização-modernização se converteu no conteúdo da narrativa do desenvolvimento e que, para tanto, foram mobilizados todos os meios, desde publicidade, passando pelo cinema até às políticas públicas, essa análise da “atração natural” das cidades escamoteia a disputa sóciosimbólica existente e que influi na formação da concepção de mundo dos diversos sujeitos (LIMA, 2005; CARNEIRO, 1998). Por isso mesmo, porque os sujeitos que resistem ainda não estão convencidos de que esta é a melhor, e quiçá única, forma de chegar ao desenvolvimento social, precisam ser silenciados.

4) Nunca houve um êxodo rural no Brasil. Ou seja, mesmo diante de todo o aparato mobilizado para convencer a população nacional de que desenvolver é urbanizar-industrializar, pois isso representa modernização, não fosse a falta de políticas públicas que garantem as condições para os sujeitos permanecerem nos seus territórios tendo acesso àquilo que lhes é de direito, não haveria um fluxo tão grande de pessoas para os centros urbanos à procura de melhores condições de vida, como demonstram as populações que resistem no campo. E o sentido de êxodo suaviza o processo sistemático de expropriação e expulsão que continua contra quem vive no campo.

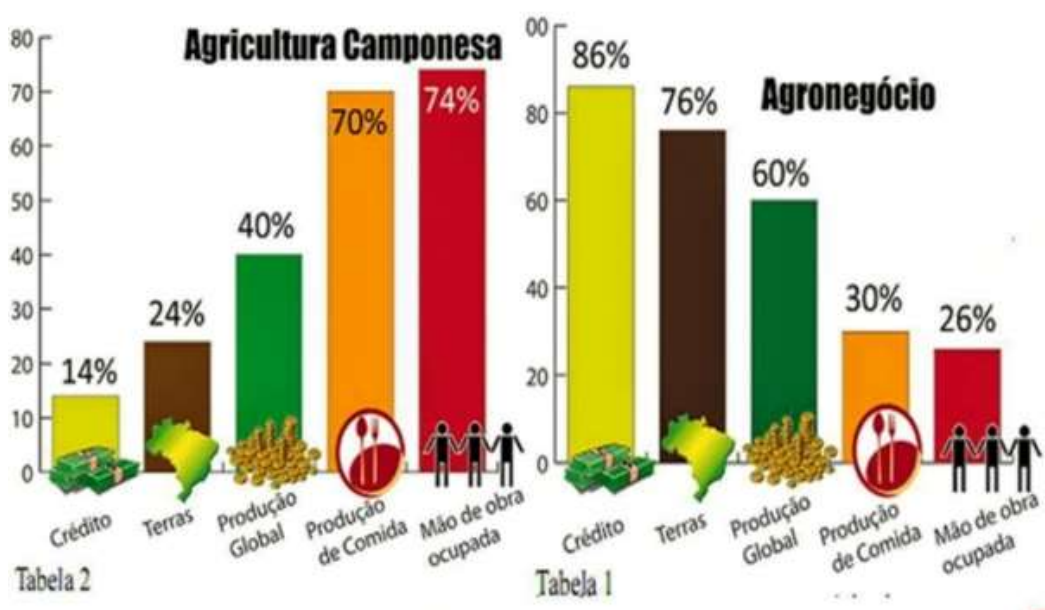
Os governantes nacionais, bem como o Estado brasileiro, ao partilharem a ideia de que o desenvolvimento só será alcançado com a plena modernização de todo o território administrativo nacional, colocam-se em xeque no xadrez da gestão do interesse público. Se por um lado a aproximação de setores que compõem a elite que comanda o Brasil, formal e informalmente, utiliza diversos instrumentos de convencimento de que esse é o melhor caminho para todos, por outro, têm que lidar com os desdobramentos reais desse modelo para a população, sendo que para negar esta realidade o Estado tem deixado de cumprir acordos nacionais e internacionais (CARVALHO, RIBAS, BENITEZ, 2017).

A Figura 1 demonstra como o agronegócio obtém mais de 80% dos recursos públicos para o seu processo produtivo enquanto a agricultura familiar fica com algo próximo a 15%. E, apesar disso, é a agricultura familiar que emprega 74% da mão-de-obra no campo e produz 70%

³¹ Para informações mais detalhadas da atuação da bancada ruralista no Congresso Nacional, bem como sua influência em diferentes dimensões da vida no país, consultar o blog De Olho nos Ruralistas, disponível em <https://deolhonosruralistas.com.br/>

da comida que chega à mesa do brasileiro. Se o trabalho análogo à escravidão for adicionado, fica ainda mais evidente o antagonismo do agronegócio com os direitos constitucionais ao território e à vida digna, uma vez que os resgates de seres humanos nessas condições são recorrentes em empresas ligadas ao agronegócio no país (WAGNER, 2016). O moderno revela-se bastante atrasado historicamente nas suas práticas!

FIGURA 1: PRODUÇÃO E FINANCIAMENTO PARA O CAMPO BRASILEIRO.



Fonte: MDA³², 2016.

A Figura 2 aponta a grande lacuna na medição dos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM³³) nos dados do censo 2010 entre os municípios que se situam no campo e os que se situam na cidade. Mostra a média de cada Unidade Federativa (UF) e desagrega para cada UF domicílios urbanos e rurais.

Percebe-se que a média só é muito alta para o Distrito Federal, onde está localizada a capital do país. É a única UF onde os domicílios rurais têm IDHM alto, o que somado ao fato de que apenas domicílios rurais têm IDHM muito baixo e baixo comprova a falta de investimento público em políticas públicas que garantam qualidade de vida para quem reside no campo. Este é

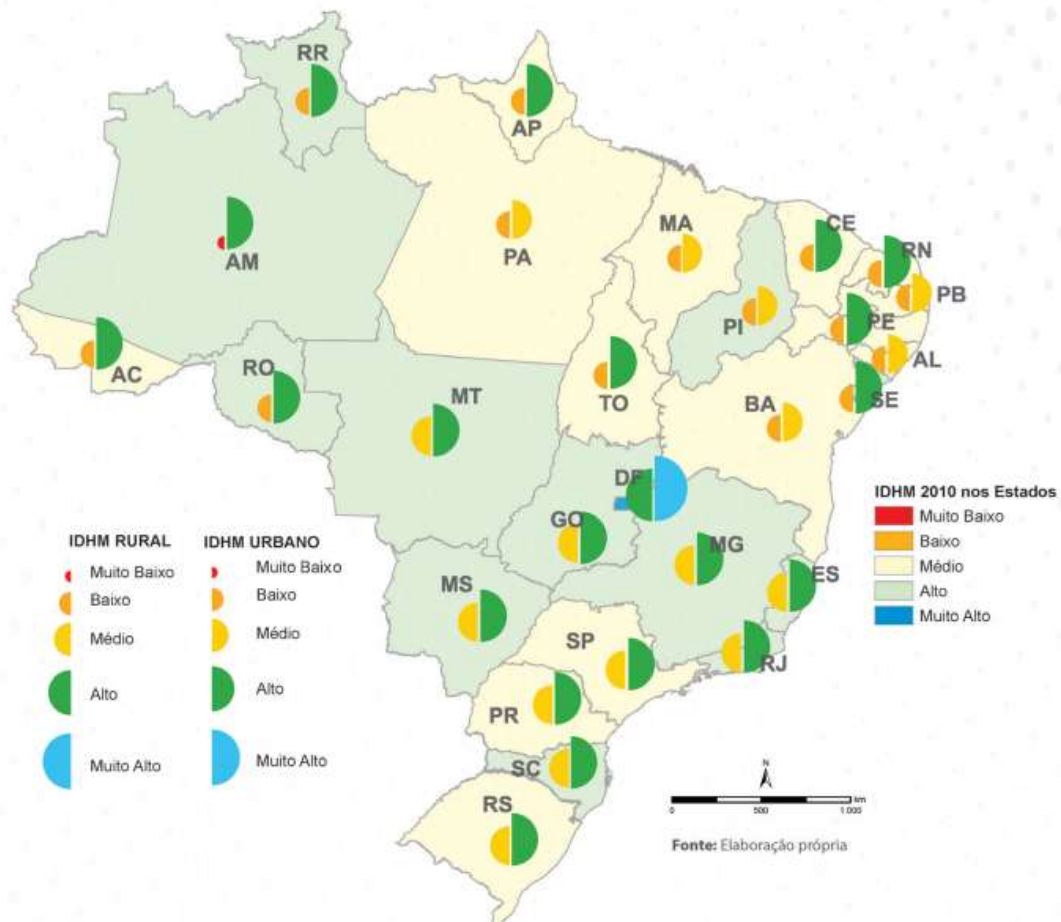
³² Ministério do Desenvolvimento Agrário, extinto pelo governo federal após o golpe parlamentar ocorrido em abril de 2016.

³³ O IDHM varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais perto de 1 melhor as condições de vida naquele município.

o melhor momento para reafirmar: se o Estado construísse critérios nacionais pautados nas diferenças reais entre campo e cidade, como as analisadas por Sorokin, Zimmerman e Galpin (1981), provavelmente o IDHM rural subiria, pois muitos municípios brasileiros confrontados com quesitos como densidade populacional, número absoluto da população, homogeneidade e heterogeneidade das populações, entre outras, seriam considerados rurais, em suas diversas acepções, como salienta Abramovay (2000).

FIGURA 2: IDHM POR UF E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO.

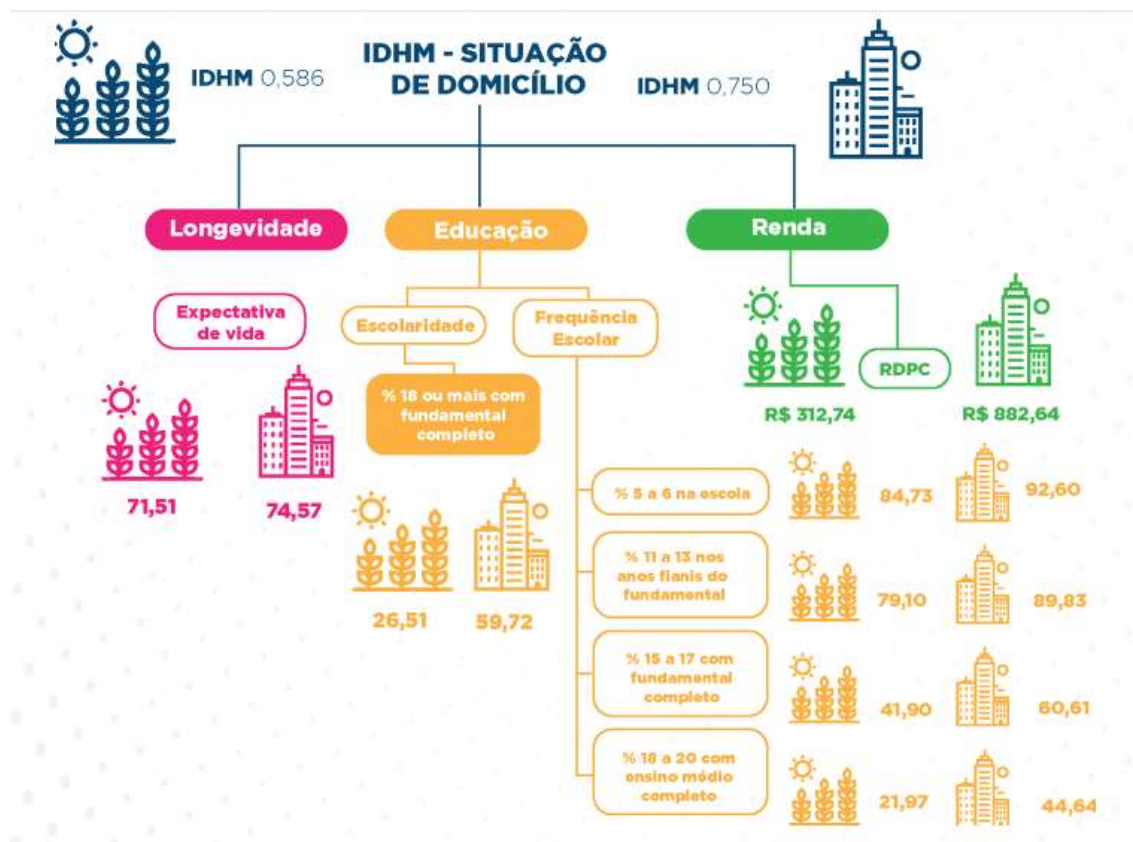
Mapa 3: IDHM desagregado por situação de domicílio, por UF, para 2010



Fonte: (FJP, PNUD, E IPEA, 2017).

Apesar da diferença entre a expectativa de vida na cidade e no campo não seja tão grande quanto a disparidade do IDHM, os dados relativos à educação e ao rendimento, apresentados na Figura 3, confirmam que essa busca por uma modernização urbanizadora e industrializante acaba por privar as populações que residem no campo dos seus direitos fundamentais, como a educação. E num país que prima pela industrialização da alimentação e que vê áreas destinadas ao cultivo de alimentos serem destinadas às plantações de *commodities*, o não acesso da população rural ao rendimento é consequentemente uma violação da sua capacidade de alimentação, visto que mesmo a produção para autoconsumo, como tem sido historicamente feito por essas populações, é dificultada com o avanço e o assédio do agronegócio.

FIGURA 3: DADOS SOBRE EXPECTATIVA DE VIDA, EDUCAÇÃO E RENDA POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO PARA O BRASIL EM 2010.



Fonte: (FJP, PNUD, E IPEA, 2017).

Não obstante o menosprezo do Estado brasileiro em relação às populações do campo, esse discurso de que a cidade exerce uma atração natural para os sujeitos é desmontado na resistência destas populações. Mesmo expostas a um quadro de insegurança de todas as ordens, nomeadamente econômica, social, ambiental e sanitária, quem constrói a sua vida no campo continua a lutar pelo direito de permanecer nos seus territórios. E ao fazê-lo choca com a expansão do agronegócio; os conflitos são as consequências. E a escalada da violência no campo remonta a tempos coloniais. É difícil imaginar que as informações da Figura 4 dizem respeito a um país que está entre as 10 economias mais importantes do mundo.

Se o crescimento econômico não se reverte em desenvolvimento social, tendo pelo contrário concentrado riqueza, terra e poder, é o próprio sentido do desenvolvimento que deve, então, ser questionado, como já observaram Peet (2007), Gómez (2007) e Pires (2007). Assim, seja pelo modernismo crítico, seja pelo não-desenvolvimento, seja pelo desenvolvimento territo-

rial, é consenso entre os críticos desse projeto de sociedade que os conflitos só podem ser dirimidos mudando-se estruturalmente a lógica das políticas públicas. Ao que acrescento: valorizar a vida no campo, no Brasil, é ser contra o projeto capitalista de sociedade representado pelo agronegócio, como demonstram os relatórios citados e os dados levantados e sistematizados pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos da Reforma Agrária (NERA)³⁴.

Um país que depende da produção camponesa para sustentar a sua população e segue criando dificuldades à continuação e ao crescimento dessa produção está colocando em xeque, como já disse, não só a soberania alimentar dessa população, mas, de forma mais ampla, a própria vida. Isso porque embora as contradições desse modelo atinjam mais rápida e fortemente as comunidades pobres, tanto no campo quanto na cidade, toda a sociedade paga pelo estado de exceção impetrado no país. Folgado (2016) utiliza a gestão dos agrotóxicos para demonstrar como o Brasil vive num estado de exceção, que gera um envenenamento sistemático e generalizado da população.

Respondendo a esse quadro de intoxicação, a sociedade, nomeadamente a partir dos movimentos sociais e de investigações e práticas vinculadas às universidades, tem apostado na agroecologia. Os movimentos sociais de luta pela terra, bem como os que trabalham com a população que já reside no campo, como o Movimento Camponês Popular (MCP), têm levado a agroecologia para dentro das propriedades rurais. A agroecologia impõe-se como pauta do debate social amplo. Todavia, ela tem sido silenciada. Ao não apresentar para a sociedade uma alternativa ao agronegócio, o Estado brasileiro dá o seu aval ao avanço deste modelo e suas consequências, das quais se destacam os conflitos.

Na Figura 4, percebe-se a escalada da violência no Brasil. Se por um lado os conflitos totais em 2016 são praticamente os mesmos de 2007, por outro lado o número de pessoas envolvidas e a violência, cujo ápice são os assassinatos, cresceram contundentemente. A Figura 5 sintetiza os dados para 2016, revelando que quase 2500 pessoas por dia se envolveram em conflitos no campo naquele ano.

³⁴ Disponível em <http://www2.fct.unesp.br/nera/>

FIGURA 4: DADOS DOS CONFLITOS NO CAMPO ENTRE 2007 E 2016.

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Conflitos por Terra										
Nº de Ocorrências ⁽¹⁾	615	459	528	638	805	816	763	793	771	1.079
Ocupações/Retomadas	364	252	290	180	200	238	230	205	200	194
Acampamentos	48	40	36	35	30	13	14	20	27	22
Total ⁽²⁾	1.027	751	854	853	1.035	1.067	1.007	1.018	998	1.295
Assassinatos	25	27	25	30	29	34	29	36	47	58
Pessoas Envolvidas	612.000	354.225	415.290	351.935	458.675	460.565	435.075	600.240	603.290	686.735
Hectares	8.420.083	6.568.755	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160	23.697.019
Conflitos Trabalhistas										
Trabalho Escravo	265	280	240	204	230	168	141	131	80	68
Assassinatos	1	1		1			1			
Pessoas Envolvidas	8.653	6.997	6.231	4.163	3.929	2.952	1.716	2.493	1.760	751
Superexploração	151	93	45	38	30	14	13	10	4	1
Assassinatos				1			2		1	1
Pessoas Envolvidas	7.293	5.388	4.813	1.643	466	73	142	294	102	2
Total	416	373	285	242	260	182	154	141	84	69
Conflitos pela Água										
Nº de Conflitos	87	46	45	87	68	79	93	127	135	172
Assassinatos	2		1	2		2	2		2	2
Pessoas Envolvidas	163.735	135.780	201.675	197.210	137.855	158.920	134.835	214.075	211.685	222.355
Outros ⁽³⁾										
Nº de Conflitos	8			4		36	12			
Assassinatos										
Pessoas Envolvidas	3.660			4.450		26.005	1.350			
Total dos Conflitos no Campo Brasil										
Nº de Conflitos	1.538	1.170	1.184	1.186	1.363	1.364	1.266	1.286	1.217	1.536
Assassinatos	28	28	26	34	29	36	34	36	50	61
Pessoas Envolvidas	795.341	502.390	628.009	559.401	600.925	648.515	573.118	817.102	816.837	909.843
Hectares	8.420.083	6.568.755	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160	23.697.019

(1) Os dados do nº de ocorrências referem-se aos despejos e expulsões, ameaças de despejos e expulsões, bens destruídos e pistolagem.

(2) Em 2016, foram registrados 1.295 ocorrências de conflito por terra. Numa mesma área, um conflito pode ter desdobramentos diversos. Cada um deles corresponde a uma ocorrência. Neste ano, as áreas ou localidades em conflito somam 939. Para saber as Áreas em Conflito, ver no site www.cptnacional.org.br.

(3) Outros: Conflitos em Tempos de Seca, Política Agrícola e Garimpo.

Fonte: Canuto, Luz, Andrade, 2016.

FIGURA 5: DADOS DOS CONFLITOS NO CAMPO PARA 2016.

Brasil		
	Conflitos	Pessoas
Terra	1295	686735
Trabalho	69	753
Água	172	222355
Total Brasil	1536	909843

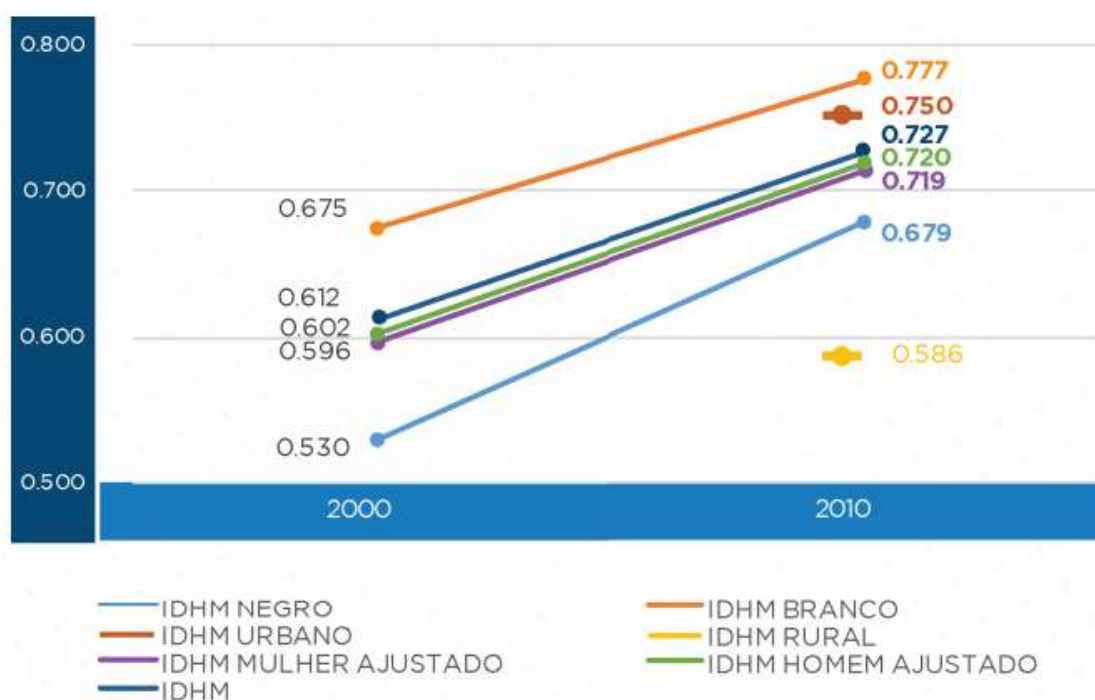
Fonte: Canuto, Luz, Andrade, 2016.

Pensar sobre a violência como desdobramento desse projeto de sociedade e de país exige considerar a violência não só contra os que resistem no campo, mas também contra os que foram levados para as cidades, sobretudo, para os grandes centros. Essa violência atinge todos os que

não são o sujeito do desenvolvimento moderno. Que esse sujeito referencial existe é um fato incontestável; os dados de violência contra a população negra, contra as mulheres, população lgbt e transexuais são provas cabais e facilmente acessíveis. Um passeio pelos grandes centros urbanos e um olhar atento para o mercado de trabalho revela que embora a população negra seja superior a 50% no país, está localizada essencialmente em periferias e favelas e que há uma feminização da pobreza (FJP, PNUD, IPEA, 2017). O fosso entre os dados do IDHM para a população negra e os dados ajustados para as mulheres vistos nas Figuras 6 e 7 confirmam esse colapso social.

FIGURA 6: COMPARAÇÃO DO IDHM PARA O BRASIL NOS ANOS DE 2000 E 2010.

Gráfico 1: Evolução do IDHM e desagregações para o Brasil, 2000 e 2010



Fonte: (FJP, PNUD, E IPEA, 2017).

Sendo o Brasil signatário de diversos tratados internacionais, para além de sua própria Constituição Federal, tais sujeitos têm direito e condições de reclamarem o cumprimento de tais tratados, como forma de garantir Direitos Humanos, e, portanto, dignidade (ALMEIDA, PEREIRA, 2013). Muitas dessas exigências são simplesmente invisibilizadas, e praticamente ignoradas, pelo Estado brasileiro no seu projeto de desenvolvimento modernizador. Para alguns

sujeitos, como as Populações Tradicionais, há algumas informações que não são divulgadas e debatidas, e conseqüentemente não se revertem em proteção social; para outros, nem isso, como é o caso da população transexual. Se o Brasil é o país mais transfóbico do mundo, como deve ser a vida de um sujeito transexual no campo, por exemplo? Por isso, o relatório publicado pela FJP, PNUD, IPEA, (2017) é muito preciso quando reforça a necessidade de dados que revelem essas realidades, bem como de que esses dados subsidiem políticas públicas que garantam os direitos constitucionais.

FIGURA 7: IDHM DESAGREGADO E COM SUBÍNDICES PARA 2000 E 2010.

Tabela 1: IDHM desagregado e seus subíndices, Brasil 2000 e 2010.

			IDHM	Esperança de Vida ao Nascer	% 18+ Funda. Completo	% 11-13 Anos finais Fund	Renda
COR	Negro	2000	0,530	66,6	30,22	47,70	R\$ 327,30
	Branco	2000	0,675	71,1	47,28	70,38	R\$ 806,36
	Negro	2010	0,679	73,2	47,78	85,39	R\$ 508,90
	Branco	2010	0,777	75,3	62,14	91,51	R\$ 1.097,00
Sexo Ajustado à Renda Trabalho	Mulher	2000	0,596	71,7	41,09	63,17	R\$ 939,10
	Homem	2000	0,602	64,7	39,33	55,17	R\$ 1.422,30
	Mulher	2010	0,720	77,3	56,67	90,25	R\$ 1.059,30
	Homem	2010	0,719	69,8	53,04	85,49	R\$ 1.470,73
Situação de Domicílio	Rural	2010	0,586	71,5	26,51	79,10	R\$ 312,74
	Urbano	2010	0,750	74,6	59,72	89,83	R\$ 882,64

Fonte: (FJP, PNUD, E IPEA, 2017).

Nas áreas rurais brasileiras, a população também apresentou significativa melhoria nos seus índices de desenvolvimento humano. Contudo, apresentam resultados bastante díspares dos patamares observados para as cidades, principalmente quando olhamos para as estatísticas de educação e rendimento.

Com isso, entende-se que, para continuar a reduzir as desigualdades, é fundamental que as métricas de desenvolvimento humano sejam complementadas e inter cruzadas com outras métricas de bem-estar,

desagregadas e atuais, a fim de alcançar uma compreensão melhor e mais exata da realidade das populações menos favorecidas. Essa compreensão é imprescindível para a elaboração e focalização de políticas públicas. (FJP, PNUD, E IPEA, 2017, p. 40-41).

A discrepância entre o IDHM urbano e rural não poderia ser mais representativa daquilo que se processa no Brasil. O crescimento das populações rurais semeia as bases do enfraquecimento do agronegócio. As jazidas minerais, bem como as áreas passíveis de serem incorporadas nesse modelo moderno de agricultura estão nos territórios destas comunidades que não podem ter uma vida digna, porque isso fragiliza os argumentos dessa expansão.

A naturalização do referencial urbano, que apaga os sentidos da vida rural para além do compromisso com a reprodução ampliada do capital, tem uma série de desdobramentos. A opção foi demonstrar a face mais perversa, que caminha para o extermínio de comunidades rurais inteiras, bem como atinge sujeitos que não são o padrão estético-social desse projeto.

2.4 QUESTÕES PARA PROMOVER O APROFUNDAMENTO DA REFLEXÃO

O Estado brasileiro emprega vultuosas quantias de dinheiro para sustentar o seu projeto de modernização para o campo. Foi por meio de subsídios do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS), por exemplo, que a J&F, grupo econômico que responde pela maior produção de proteína animal do mundo, conseguiu deixar de ser uma empresa nacional e se transformar no que é hoje. Se os investimentos fossem equalizados, o campo brasileiro seria ainda mais diverso, as muitas comunidades que lá vivem teriam seus direitos constitucionais assegurados, e o país teria uma produção agrícola ainda mais rica em importância econômica e variedade.

A existência de trabalho escravo na cadeia produtiva do agronegócio expõe a limitação e fragilidade desse projeto modernizador. A não-garantia por parte do Estado de direitos básicos da população rural não é devido à falta de capacidade econômica. É, antes, a consolidação, perversa, de um projeto muito bem definido e levado a cabo. Essa atuação reforça a leitura de Lenin (2007) sobre o papel do Estado.

Não faltam evidências de que realizar a Reforma Agrária, mexendo na estrutura fundiária, cria condições para a valorização da vida no campo e constrói concretamente

condições para pensar outro projeto de país, para o campo e para a cidade, nomeadamente a partir da produção da alimentação saudável, síntese das contradições do capitalismo brasileiro (MISNEROVICZ, 2016).

Vincular direitos fundamentais aos conceitos de cidadania, urbanização, civilização (o que é próprio da cidade) é concordar tacitamente com o projeto de sociedade urbano-capitalista que nega o campo-rural como local e conteúdo de vida digna, designadamente nos meandros das idiossincrasias do capitalismo brasileiro.

Reivindicar a democratização dos meios de comunicação, debater publicamente o sentido e os conteúdos de um projeto popular de desenvolvimento social, fortalecer os movimentos sociais e demais formas de organização social, para que sejam definidos outros parâmetros para medir a qualidade de vida e, portanto, como e onde se investirão os recursos públicos, são desafios essenciais. E para além da negação dessa leitura simplista de urbano-moderno x rural-atrasado, cujo desdobramento é a valorização das cidades em detrimento do campo, inclusive transformando virtualmente espaços com características rurais em cidades de forma arbitrária, é preciso ampliar os efeitos imediatos do agronegócio sobre os bens naturais comuns.

Se levado ao debate público, o envenenamento sistemático do ar, da água, do leite materno, da alimentação diária, entre outros, constantes no Dossiê ABRASCO, certamente levará a população brasileira a repensar as condições às quais já está submetida. E fazer a ligação entre esse quadro e o atual projeto de sociedade é o papel cumprido pelo fortalecimento da educação do campo e que, por isso, tem sido combatida pelo agronegócio, com o fechamento de milhares de escolas rurais nos últimos anos.

Por fim, deixar que o campo seja definitivamente esvaziado dos seus ocupantes históricos e dos novos sujeitos que requerem o direito de voltar à terra, é perverso porque deteriora as condições de existência desses sujeitos, por um lado, e é cínico porque cria as condições de uma fuga das consequências traumáticas da hiper-urbanização das megalópoles com uma busca reificada pelas condições características do rural, como são os condomínios-clubes. Basta mencionar que no Brasil o segmento de Turismo Rural cresce acima da média, mesmo em momentos de crise. Como apontou De Masi (2000) o turismo/lazer converte-se em condição para suportar uma vivência privada de sentido produtivo para além do capital.

3 GEOGRAFIA E TERRITÓRIO

O território é considerado por alguns geógrafos como a preocupação central da geografia; como é o caso de Ariovaldo Umbelino Oliveira, João Edmilson Fabrini, José Gilberto de Souza. Esse entendimento desdobra na necessidade de refletir e debater sobre as implicações teórico-metodológicas dessa opção, inclusive para que seja possível (uma vez que é premente) elaborar teorizações que aprofundem e fortaleçam sua capacidade analítica e explicativa, e não o contrário, como alertam Chaveiro e Calaça (2012, p. 192):

Mas um problema se coloca: à medida que o território é transformado numa categoria de grande projeção, o seu uso exagerado pode lhe fazer perder o que é mais proeminente, a sua capacidade de clarear as forças, as intencionalidades, o arco de poder, as estratégias e as ideologias que fazem um uso economicista do território. Ou seja: o uso desenfreado de um conceito pode arrefecer a sua capacidade interpretativa e, então, esmaecer a sua vitalidade. Ao se transformar num lugar comum, além de se vale como uma panaceia que a tudo explica pode se tornar uma metáfora e, logo, deixar de ser um conceito.

Buscando tais realizações, Fabrini (2011) cunhou a noção de território classista. Como para o autor os antagonismos de classe estão no cerne da dinâmica social, o marxismo aparece como referência teórica essencial. Também no âmbito do método Fabrini se vale das formulações marxistas. E, desse modo, emerge uma problemática de fundo: os caminhos possíveis para o fazer geográfico. Por isso esta é uma reflexão que se aproxima, ainda que não tenha como centralidade, dos dilemas epistemológicos na geografia.

Diante disso, o objetivo é tecer algumas considerações teórico-metodológicas que auxiliem na explicitação de como e porque a noção de território classista é válida e importante para uma leitura geográfica do turismo. O que será feito mediante a exploração de subtemas: a geografia como ciência; a relevância e imprescindibilidade da teoria marxista para uma crítica radial; a totalidade como categoria do método dialético que permite pensar sobre a dialética³⁵ como concepção de mundo.

³⁵ Não ignoramos o fato de que Totalidade e Dialética não são formulações em si próprias do marxismo, ainda que tenham perspectivas próprias nessas teorias. E é possível falar em teorias porque embora o método histórico materialista dialético seja um só, as teorizações a parir dele ganham muitos caminhos, sendo todas assistidas sob o nome de marxismo, ainda que rigorosamente se possa falar sobre marxismos. Todavia, neste texto ao usarmos Totalidade e Dialética estamos nos referindo às concepções marxistas dos termos.

3.1 SOBRE AS ESCOLHAS NA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Quero, antes de seguir com o conteúdo específico, fazer algumas ponderações sobre como se construiu esta reflexão, para que seja possível identificar exatamente seu alcance e limitações, o que é, concomitantemente, um recurso didático-pedagógico e um desdobramento da forma como se entende o fazer ciência.

Há 17 anos, Milton Santos (1991) publicou um texto que se faz, por inúmeras razões, muito atual. Naquela ocasião, disse o geógrafo:

Nas épocas de grande mudança, um dos graves problemas que se impõem aos estudiosos é o encontro do novo. Sem isso, o seu trabalho científico e a possibilidade de uso desse trabalho ficam comprometidos. De todo modo, o presente que buscamos jamais conhecemos inteiramente. Seja isso uma desculpa para o caráter exploratório do texto que segue e que se apresenta mais como uma hipótese de trabalho e uma base de discussão, empreendidas sobretudo a partir de análise do empírico, ainda que sem desprezo pelos ensinamentos teóricos (SANTOS, 1991, p.7).

Do citado, vale destacar dois aspectos: por um lado, seguimos vivenciando um período de grandes transformações, em distintas dimensões, que configuram uma atualização tanto da forma hegemônica de organização social quanto de suas resistências; por outro, essa atualização reforça o valor e o significado das práticas sociais, e, portanto, dos dados empíricos. Essa soma acarreta que um dos meus argumentos para advogar que a teoria marxista é essencial e legítima ao fazer geográfico crítico é também um dos nossos pontos de partida, ou seja, o fato de importantes movimentos sociais, intelectuais, militantes e mesmo chefes de Estado reconhecerem no marxismo, inclusive a partir da e no que toca a geografia, o referencial teórico-metodológico mais pertinente para pensar e agir na conjuntura atual, significa em um só tempo (a necessidade de) um reposicionamento do fazer e do pensar a ciência.

Esse movimento de repensar e reposicionar o saber científico, também reconhecido por autores como Casanova (2006), Bourdieu (2004), Milner (1996), pressupõe reflexões interdisciplinares. Justamente por isso concordo uma vez mais com Milton Santos (1991).

Nesse exercício, o ponto de vista aqui adotado é, sobretudo, o de nosso campo de estudo, isto é, o do espaço territorial, espaço humano. Mas a interdependência, ao nível global, dos fatores atuais de construção do mundo deve assegurar às propostas aqui avançadas um certo interesse no que toca às demais ciências sociais. Com a globalização do mundo, as possibilidades de um enfoque interdisciplinar tornam-se maiores e mais eficazes, na medida em que à

análise fragmentadora das disciplinas particulares pode mais facilmente suceder um processo de reintegração ou reconstrução do todo.

Desta feita, isso remete ao fato de que parte das referências bibliográficas não partem dos mesmos pressupostos teórico-metodológicos e/ou não tratam dos mesmos temas nos textos aqui referenciados, o que significa simplesmente uma aproximação possível entre abordagens distintas na construção de um novo conhecimento. Como alerta Oliveira (1998, p.26), “um leitor diligente pode, por outro lado, descobrir que mesmo autores de tendências antagônicas alimentam, aqui e ali, pontos em comum”. Por isso, por exemplo, é que mesmo não concordando com a centralidade conferida por Milton Santos ao espaço, é possível, e indispensável, buscar referências nele para as reflexões sobre geografia e, mais especificamente, sobre território. Ou, ainda, dizer que há discordância com alguns posicionamentos do próprio Oliveira, no referido texto.

Por fim, a dialética é aqui não só método, como também uma concepção de mundo, como já apontara Lefebvre (2009). O que implica dizer que o compromisso com as transformações sociais, que Milton Santos, Ariovaldo Umbelino Oliveira, e tantos outros geógrafos já indicaram, é uma premissa. E de modo algum isto se conecta maquinal e inevitavelmente a um utilitarismo apriorístico da pesquisa. Antes é uma premissa que assegura que as análises tenham uma perspectiva de classe e utilizem a totalidade como categoria do método (CARVALHO, 2007). Como busquei expor anteriormente, uma práxis revolucionária não se constrói encarcerada nos muros e nos propósitos imediatos/burocráticos da universidade.

3.2 GEOGRAFIA E TERRITÓRIO

Como dito anteriormente, para alguns geógrafos o território é a preocupação central da geografia. Por exemplo, Oliveira (2007, p.02) assevera: “Penso que a Geografia é a ciência que deve ter no centro das suas preocupações o território. É essa visão de território que eu quero destacar”. Essa importância que ganha o território como categoria analítica na geografia se espalha para além da produção do conhecimento. Movimentos Sociais e Estado, entre outros agentes, se apropriam da teorização sobre território para pensar suas práticas, com merecido destaque para estes dois agentes pelo alcance e impacto de suas ações.

Tal apropriação se dá num cenário onde as próprias teorizações sobre o território comportam significativas diferenças e especificidades. Para Fabrini (2011), por exemplo, Estado e governos se aproximam muito mais de uma concepção liberal de território do que de uma concepção classista, o que acarreta em nítido rebatimento nas políticas públicas, com prejuízo para grande parte da população, como evidencia o autor e como espero ter comprovado anteriormente.

Assim sendo, tem-se o intuito de resgatar, para a geografia, a centralidade do território, que consiste em buscar um olhar geográfico que permita desvelar a multiplicidade de determinações sociais que conformam o concreto (MARX, 1974). Aqui, reside a primeira problemática teórica a ser explicitada: não há um objeto geográfico, há uma análise geográfica, cuja geograficidade reside no entendimento e explicação das tramas locais dos fenômenos a serem analisados (GOMES, 2009).

Todavia, diferentemente do que expõe Gomes (2009) no excerto acima, o marxismo não esgotou sua capacidade interpretativa e explicativa no tocante à geografia e às ciências sociais de forma geral. A teoria e o método marxista têm muito para contribuir com avanços significativos no campo da geografia. E justamente nesse sentido é que a noção de território classista é tão pertinente. Para Fabrini (2011, p. 99) “a formação do território está sujeita às forças sociais que são protagonistas no processo de sua formação”. E o autor busca a elaboração sobre território em Oliveira (2007) para avançar na reflexão sobre a preponderância dos antagonismos de classe para este conceito e para a reprodução da sociedade.

O território é assim, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra. Dessa forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza. [...] É esta lógica contraditória que constrói/destrói formações territoriais em diferentes partes do mundo ou faz com que frações de uma mesma formação territorial conheçam processos desiguais de valorização, produção e reprodução do capital, conformando as regiões (OLIVEIRA, 2007, p. 3).

Essa essencialidade dos antagonismos de classe na reprodução social e na conformação dos territórios recoloca a dialética como método privilegiado para operar tais análises, uma vez que não perde de vista a centralidade da categoria totalidade. Por isso, antes de seguir com

apontamentos sobre território, é mister esclarecer duas coisas: o marxismo como teoria e método não parte, não busca e não chega a explicações mono-causais e tampouco advoga exclusividade como método, seja para geografia, seja para as demais ciências sociais. E isso fica mais nítido a partir da aproximação entre método e os usos sociais das ciências.

Oliveira (1998, p. 17) busca em Lalande a definição de método para iniciar sua reflexão sobre a importância deste: “esforço para atingir um fim, investigação, estudo; caminho pelo qual se chega a um determinado resultado; programa que regula antecipadamente uma sequência de operações a executar, assinalando certos erros a evitar”. Assim, para o autor:

O método assinala, portanto, um percurso escolhido entre outros possíveis. [...] Quer dizer, o método não representa tão somente um caminho qualquer entre outros, mas um caminho seguro, uma via de acesso que permita interpretar com a maior coerência e correção possíveis as questões sociais propostas num dado estudo, dentro da perspectiva abraçada pelo pesquisador (OLIVEIRA, 1998, p. 17).

Como a “perspectiva abraçada pelo pesquisador” já foi exposta, resta dizer que a dialética é um método de análise que com sua categoria analítica central, a totalidade (CARVALHO, 2007), permite pôr a própria ciência no bojo dos antagonismos de classe que movem a sociedade. Assim, por exemplo, quando Oliveira recapitula o histórico de constituição e politização do método, é preciso prestar muita atenção ao apontamento sobre a intencionalidade em sua constituição para que “pudesse ser aplicado para interferir no rumo das coisas” (1998, p. 22). Pois é essa intencionalidade que irá, no curso da história, criar e evidenciar o poder que a ciência, e conseqüentemente “os homens da ciência”, ganha, consolida e expande.

Quando o desenvolvimento metodológico se torna recurso imprescindível para insinuar, estabelecer ou mesmo justificar intervenções modificadoras da sociedade, as relações entre ciência e sociedade se alteram: a produção do saber se consagra como fonte de poder. Sem perder de vista que esta união entre conhecimento e política se faz, ainda, em meio ao embate travado com as origens teológicas do saber (OLIVEIRA, 1998, p. 22-23).

À medida que a produção do conhecimento foi se afastando de sua origem teológica, ficou mais nítido que a própria formulação do conhecimento não se dá no vazio e por um sujeito neutro. Ela, a produção do conhecimento, é em si uma construção social, no exato sentido que consolida uma visão de mundo, como aponta Correa (2003, p.12) sobre a identificação e problematização do objeto de estudo. Por isso que conforme os locais de produção do

conhecimento reivindicam um caráter laico, evidencia-se, sobretudo após a revolução industrial, o forte vínculo desta produção com interesses e perspectivas das classes dominantes.

A dialética, ao negar a neutralidade do sujeito produtor do conhecimento, bem como do próprio saber gerado, apresenta-se como um método capaz de considerar em suas reflexões as subsequentes implicações deste fato. Assim, quando Bourdieu (2004, p. 29) diz que “qualquer que seja o campo, ele é objeto de luta, tanto em sua representação quanto em sua realidade”, é imprescindível pensar a geografia na realidade de um hiper-parcelamento do fazer científico, como aponta o professor Casanova (2006). Para o autor, “a excessiva compartimentação disciplinar produziu, como contrapartida, um movimento a favor do estudo da totalidade em ciências naturais e humanas” (CASANOVA, 2006, p. 19).

Aqui emerge novamente a questão do território. A noção de território classista é pertinente, ainda que exija aprofundamentos, justamente por exaltar esses antagonismos, pedindo análises pormenorizadas de suas manifestações. Se há na construção da subjetividade do sujeito, e em função disso de sua concepção de mundo, e na produção do conhecimento, uma indissociabilidade com a estrutura de classe, não é possível entender o território desvinculado de sua carga social. O território precisa de um valor para-si, não tem um valor em-si (SOUZA, 2009), o que significa dizer que a própria valoração/projeção da apropriação do espaço, a territorialidade, é construída nessa estrutura sócio-simbólica de classe.

Portanto, a totalidade é aprendida sempre a partir de um ponto de vista. Está claro para Zizek³⁶ (2011a), assim como estava para Paulo Freire (2012), para Lowy (1987), KONDER (2018), que o ponto de vista dos excluídos é o ponto de vista pelo qual se apreende a totalidade a partir da dialética. E desde essa percepção, fica dado que o território se constitui num quadro social em que a subjetividade moderna, cujo discurso científico é um dos elementos fundantes, tem uma relevância muito maior do que até o presente momento histórico. Motivo pelo qual geógrafos que procedem análises partindo do território, desde esse entendimento, têm clareza da importância da reflexão sobre a modernidade (CASTILHO, 2016 2010; CHAVEIRO, CALÇAÇA, 2012; MENDONÇA, 2004).

³⁶ A obra de Slavoj Zizek, que é psicanalista e filósofo, é de extrema relevância para a teórica social crítica contemporânea. Reconhecido em todo o mundo como um dos mais influentes marxistas, suas contribuições também precisam chegar até a geografia, caso a conexão aqui estabelecida entre marxismo e geografia faça sentido. Isso suscitaria, ainda, outros debates, como os conteúdos e processos da transformação social.

Nesse sentido, há uma carência de reflexões aprofundadas sobre a real negação das grandes narrativas, tal qual a procedida por Gomes (2009). Para Zizek (2011b, p. 52) “a “pós-modernidade” como o “fim das narrativas grandiosas” é um dos nomes dessa situação difícil em que a multiplicidade de ficções locais viceja contra o pano de fundo do discurso científico como única universalidade remanescente privada de sentido”.

Esse embate já estava claro para um dos mais influentes pensadores para a geografia, sobretudo no tocante ao espaço, Henri Lefebvre. Para Claval (2002, p.24)

Henri Lefebvre rompe simultaneamente com a ortodoxia marxista e com os pressupostos compartilhados pelas perspectivas naturalista e funcionalista, concedendo uma função essencial às instancias conceptuais: é pelo fato das camadas populares recusarem as condições que lhe são impostas, aspirarem a outras maneiras de viver e lutarem para consegui-las que a realidade acaba se transformando. É nessa ocasião que Lefebvre introduz a ideia de espaço produzido.

Essa transformação, que tem como principal motor o antagonismo de classe (OLIVEIRA, 2007), é que confere operacionalidade ao território como categoria analítica. Fabrini, refletindo sobre as disputas territoriais, e, portanto, o necessário entendimento da dimensão do poder de autodeterminação em um território específico, expõe que:

Mas o território é um espaço em disputa, pois os camponeses não exercem a dominação/controle/ poder total e completo sobre o espaço. Se os camponeses não possuem domínio total do território, o capital também não possui o monopólio completo, pois se se verificam relações de dominação e exploração, verificam-se também solidariedade, espírito comunitário, ajuda mútua, produção de subsistência. Nesse sentido, o território é um espaço em disputa em que uma classe apresenta-se hegemônica, mas não tem o domínio total. (FABRINI, 2011, p. 103)

Aqui o que irá permitir a definição dessa disputa e o esclarecimento de seus desdobramentos é a totalidade. Motivo pelo qual os movimentos sociais, dos quais cito, pela importância que têm no momento atual, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MTST), têm aderido ao marxismo como teoria e método; inclusive a partir de seus principais representantes, que no caso dos movimentos citados, são também acadêmicos.

A importância dos movimentos sociais já era reconhecida, por exemplo, por Lefebvre, como aponta Claval (2002), desdobramento do seu entendimento de que os atores sociais “procuram a todo custo transformar seus sonhos em realidade” (CALVAL, 2002, p.24). Também

Harvey (2011) reconhece importância aos movimentos sociais nessa dinâmica. Nesse esteio é que Fabrini (2011) confere igual importância aos movimentos sociais, valorando-os similarmente ao território³⁷.

Movimentos sociais e território são categorias que se identificam, pois ambas estão à contramão de decisões centralizadas de cúpulas estatais, partidárias ou empresariais. Tais categorias estão relacionadas a uma ordenação social construída de “baixo para cima”, em que a sociedade civil organizada assume poder sobre o espaço. Portanto, possuem uma dimensão política construída a partir da base – base esta que se constitui no centro de comando na tomada das decisões. (FABRINI, 2011, p. 103)

Ainda que por caminhos e olhares distintos, o próprio Milton Santos, principal teórico brasileiro sobre o espaço como objeto da geografia, reconhece a necessidade de compreender a constituição do território.

O que interessa discutir, então, é o território usado, sinônimo de espaço geográfico. E essa categoria, território usado, aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território. Como se trata de uma proposta totalmente empirizável, segue-se daí o enriquecimento da teoria. (SANTOS, SILVEIRA, 2006, p. 20)

Assim, parece que é indubitável a importância do território para a geografia, e subsequentemente para as teorizações geográficas. E se de fato for, o marxismo, sobretudo em suas sucessivas atualizações, ainda é um referencial teórico-metodológico relevante para a geografia, inclusive para pensar o território e a relação deste com os movimentos sociais como *locus* de compreensão e explicação das tramas locais que atribuem geograficidade às análises geográficas. E para tanto a noção de território classista se apresenta como um desdobramento de tal esforço.

O território classista consubstancia duas dimensões essenciais ao fazer ciência. Em primeiro lugar, expõe os antagonismos de classe como motor que move a história da humanidade, e, deste modo, como elemento sem o qual não é possível pensar a ciência na perspectiva da totalidade marxista. Em segundo, como desdobramento, coloca a validade e a atualidade da teoria e do método marxista como contribuintes às análises geográficas.

Como na modernidade o discurso científico ganha poder e influência crescentes, inclusive na formação da subjetividade, e, portanto, das concepções de mundo, me parece um

³⁷ No tocante à teorização sobre os movimentos sociais e sua relação com o território, Garcia (2004, p. 20) distingue movimentos sócio-territoriais de movimentos territoriais. Distinção que reforça o entendimento de território aqui adotado.

importante recurso didático-pedagógico uma nomenclatura que efetiva uma disputa no plano da semiótica cujos desdobramentos concretos são as práticas sociais e os discursos que as sustentam e as impulsionam. Desta feita, por exemplo, mesmo num momento onde um dos geógrafos mais importantes mundialmente reivindica o marxismo como método e teoria, a saber, David Harvey (2011), no Brasil se assiste ainda a tristes episódios de desqualificação do marxismo, tanto de sua contribuição para a teoria social crítica, quanto de seu método, cujo episódio recente mais significativo é o parecer de um projeto enviado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no qual se deslegitima o método dialético-materialista (CRESSRJ, 2014).

Uma concepção classista de território, por todas suas implicações, suscita repensar o valor das grandes narrativas (metanarrativas) para o conjunto das ciências sociais, e por isso também para a geografia. Julgamos que a hipótese comunista (BADIOU, 2012) pode ser a justa medida para enfrentar os problemas colocados para o conjunto da sociedade, inclusive no tocante ao fazer ciência, como substância constitutiva de uma metanarrativa emancipatória que se (in)forme, inclusive, pelo turismo. E para tanto, é preciso compreender em que medida este serve de instrumento da práxis capitalista e/ou emancipatória.

Olhar para o território é olhar para a existência! Tendo exposto o que me parece fundamental nas contradições dessa práxis da modernização dos territórios, passo, na sequência, para o que me parece fundamental na dinâmica de turistificação das existências.

PARTE II – TURISMO E EXCLUSÃO: Reorganização produtiva, turistificação da existência e as contradições entre discurso e prática

Nas atuais condições de luta política, o terreno do lazer é um campo de batalha que tende a alcançar uma significação cada vez maior. E nele se coloca, como questão central, a problemática do prazer. Os marxistas não podem se esquivar a abordá-la. Tal como Marx não se assustou com a ‘lama’ que era trazida de cambulhada pelas primeiras expressões, confusas, do movimento operário, os marxistas hoje não devem se assustar com a ‘lama’ que vem no meio desse tumultuado processo de transformações dos costumes e dessa caótica mudança que está ocorrendo na nossa maneira de viver (e pensar) nossos prazeres.

(KONDER, 2009, p. 144)

4 DO CICLO INDUSTRIAL AO CICLO DE SERVIÇOS: O TURISMO VISTO COMO UM FENÔMENO SOCIAL

Aos poucos vai se formando um consenso na literatura acadêmica sobre turismo: a sociedade sai do ciclo industrial e ingressa num ciclo de serviços. É chegada da sociedade pós-industrial, como dizem De Masi (2000) e Carmo (2007), entre outros. Ambos os autores se balizam em grande medida nas formulações de Daniel Bell, em sua obra “O advento da sociedade pós-industrial” de 1973. Mattelart (2001) expõe em detalhes os antagonismos dessa construção teórica, pelo menos de seus principais formuladores, com o materialismo histórico dialético. Entretanto, uma leitura contra o pano de fundo dos acontecimentos das últimas duas décadas em Nuestra América e na Europa basta para perceber que em grande medida estes autores erraram ao apostar no fim das ideologias, dos conflitos de classe e das “bandeiras vermelhas”. Como é possível verificar outros autores e autoras aqui referenciados têm divergência com o método histórico materialista e suas teorizações.

Não é necessário, muito menos prudente, todavia, jogar fora a água suja e o bebê. Zizek (2012a) tem derivado importantes reflexões sobre a sociedade contemporânea ingressada no ciclo de serviços. Muitas das quais são fundamentais para pensar o turismo, como a ideia de mais-salário, por exemplo. Não se trata de um hibridismo descomedido e sem rigor. Antes, é o caso de aproximar os avanços encontrados em diferentes correntes de pensamentos e organizá-los à luz

do método eleito, tanto quanto não sejam antagônicos em seus postulados sobre as especificidades analisadas.

O termo pós-industrial serve para descrever a rápida queda no número de operários fabris, a partir da década de 1970, e o avanço do setor de serviços. Como sabemos, a chamada sociedade industrial, cujo elemento estrutural é a fábrica, se estendeu durante dois séculos (1750-1950). Com a difusão da tecnologia e da comunicação entre os povos, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, surge a sociedade pós-industrial, caracterizada por um novo tipo de relações sociais e pela importância da *informação* e do *saber científico*, maiores, comparativamente, do que os setores tradicionais da produção industrial.

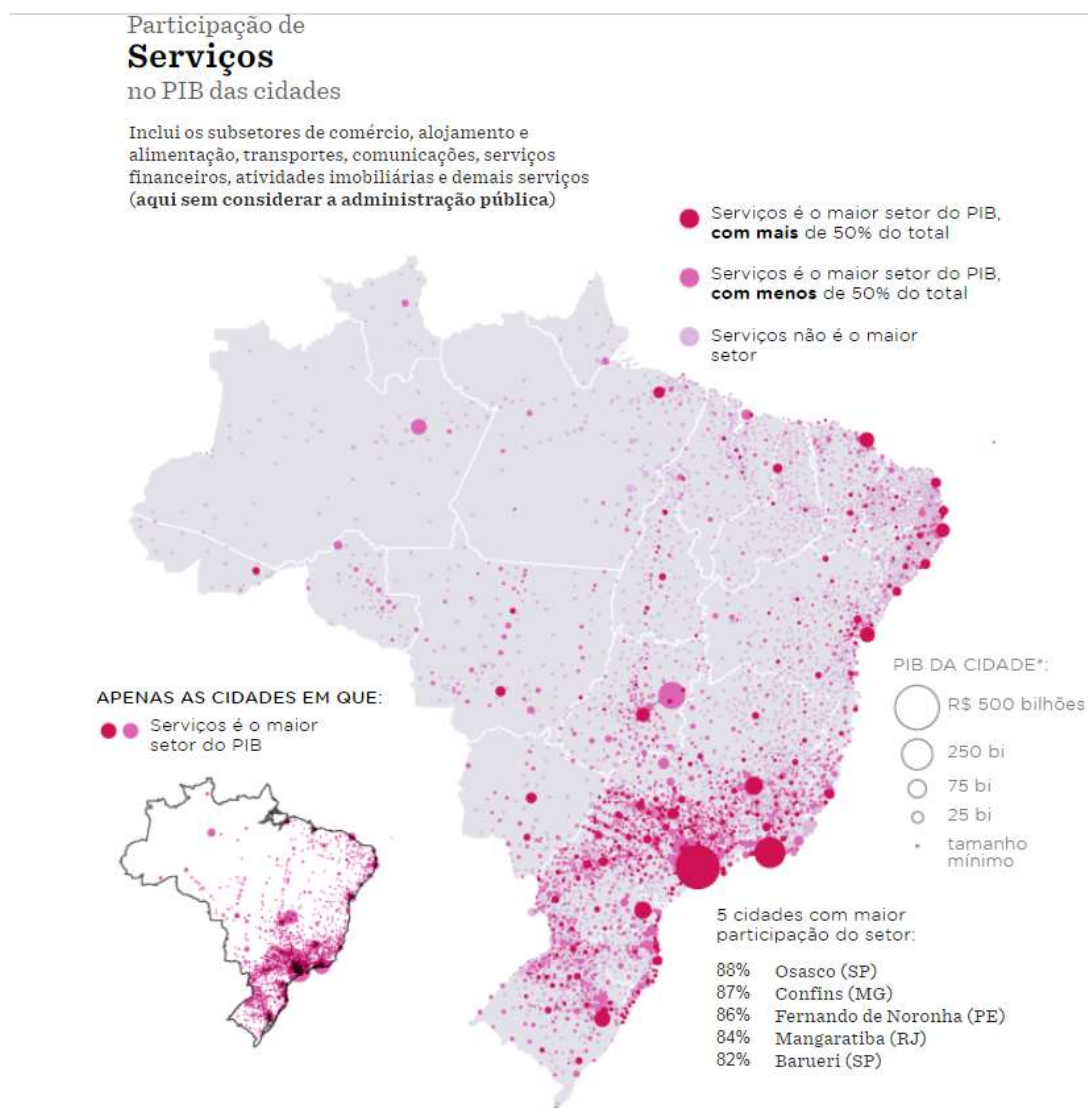
Tal setor [de serviços] compreende um conjunto de atividades: comércio, mercado financeiro, saúde, educação, telecomunicações, turismo, pesquisa científica e demais áreas, e vem absorvendo mais mão-de-obra do que a indústria e a agricultura juntas. Em consequência, há um aumento do número de trabalhadores do setor terciário, o que modifica e supera todos os termos da sociedade industrial (CARMO, 2007, p.153, grifo do autor).

Numa sociedade com crescente concentração de renda, que em sua maior crise das últimas décadas não cessa de produzir milionários e bilionários, dizer que “todos os termos da sociedade industrial” estão superados me parece hiperbólico e afetado por uma pulsão negativista subjacente pouco rigorosa com a concretude. Não obstante, os termos da organização social têm mudado efetivamente. Não a ponto de se afastar ou superar a sociedade de classes. Ao contrário, os novos termos são frutos da atualização das contradições de classe, para o que o turismo tem concorrido fortemente.

A nova ordem, evidentemente, continua capitalista. O marketing promove ao extremo o culto da marca, diluindo as fronteiras entre comércio, cultura e religião. A presença da marca através do patrocínio em inúmeros eventos e programações se revela não só no cenário urbano ou nas imagens eletrônicas, mas também na música, nos esportes, e em grande parte dos eventos comunitários, educacionais e até mesmo religiosos. Com extrema sofisticação, já se pratica a venda da fé e da salvação através do marketing religioso (CARMO, 2007, p. 156, grifo do autor).

Fronteiras diluídas e margens erigidas pelo marketing talvez seja o que levou Melo Neto (2007) a aventar que a vida se transformou em um grande evento. E evento, vocês sabem, é parte da CPTur. O idioma contemporâneo da mercadoria e seu léxico vão se fortalecendo com a narrativa turística. Mas falarei disso logo mais. Antes é preciso saber: será que de fato a sociedade entrou num ciclo de serviços? Olho para o Brasil. Para tanto utilizo na sequência os mapas e gráficos elaborados por Zanlorenssi e Almeida (2018).

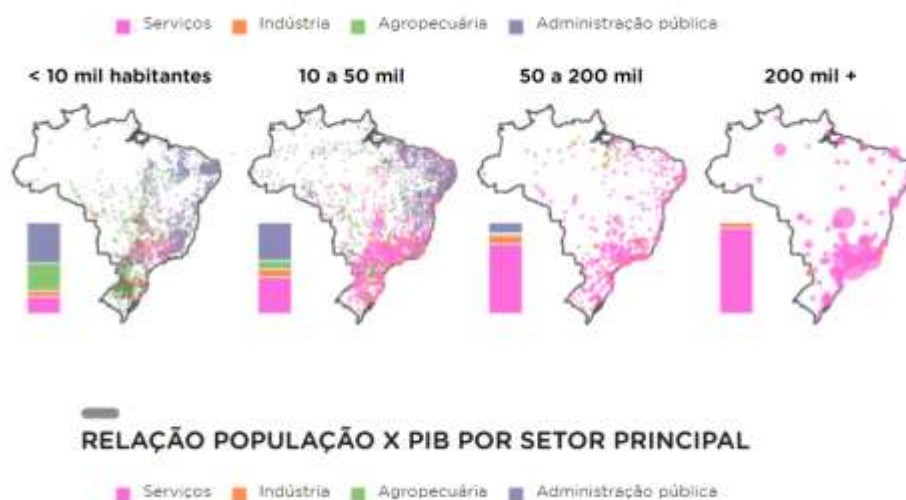
FIGURA 8: PARTICIPAÇÃO DE SERVIÇOS NA COMPOSIÇÃO DO PIB DAS CIDADES



Fonte: (ALMEIDA, ZANLORENSSI, 2018)

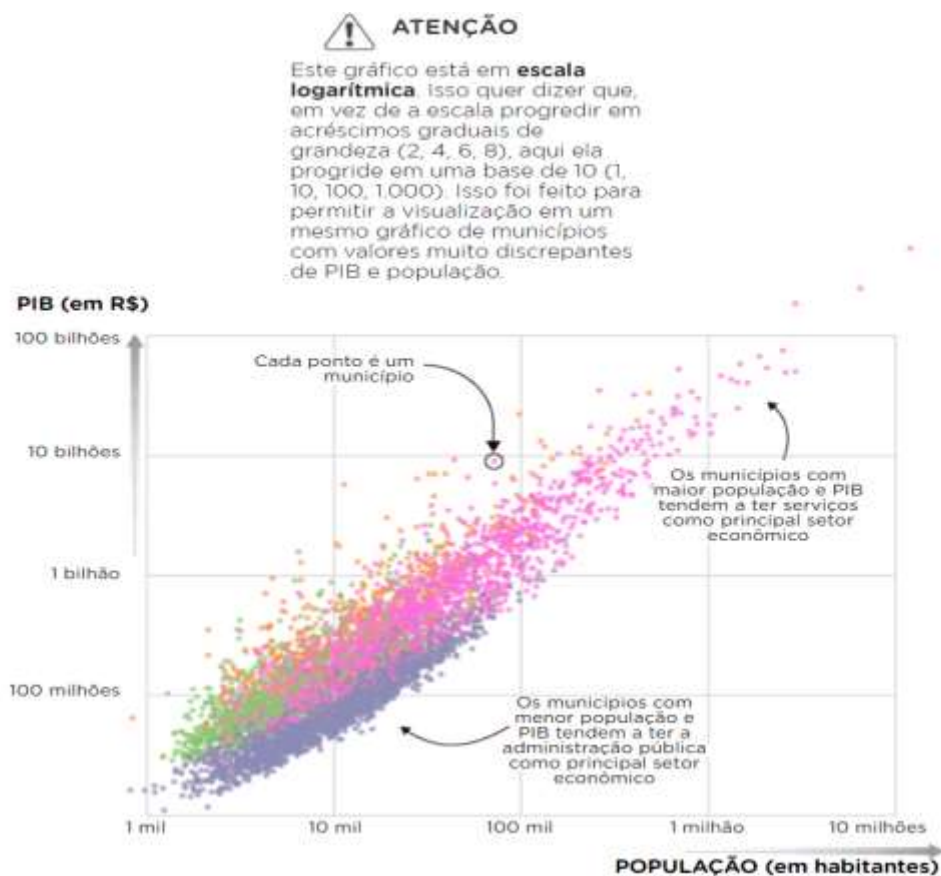
O que chama atenção na Figura 8 é o fato de que o serviço é a parte mais importante do PIB justamente nas regiões “mais desenvolvidas”. E para além do caráter regional, salta aos olhos, como se vê nas Figuras 9 e 10 que essa tendência acompanha e se evidencia de modo mais substancial com o crescimento populacional das cidades, o que fica difícil de enxergar na Figura 11, por exemplo.

FIGURA 9: RELAÇÃO POPULAÇÃO X PIB POR SETOR PRINCIPAL

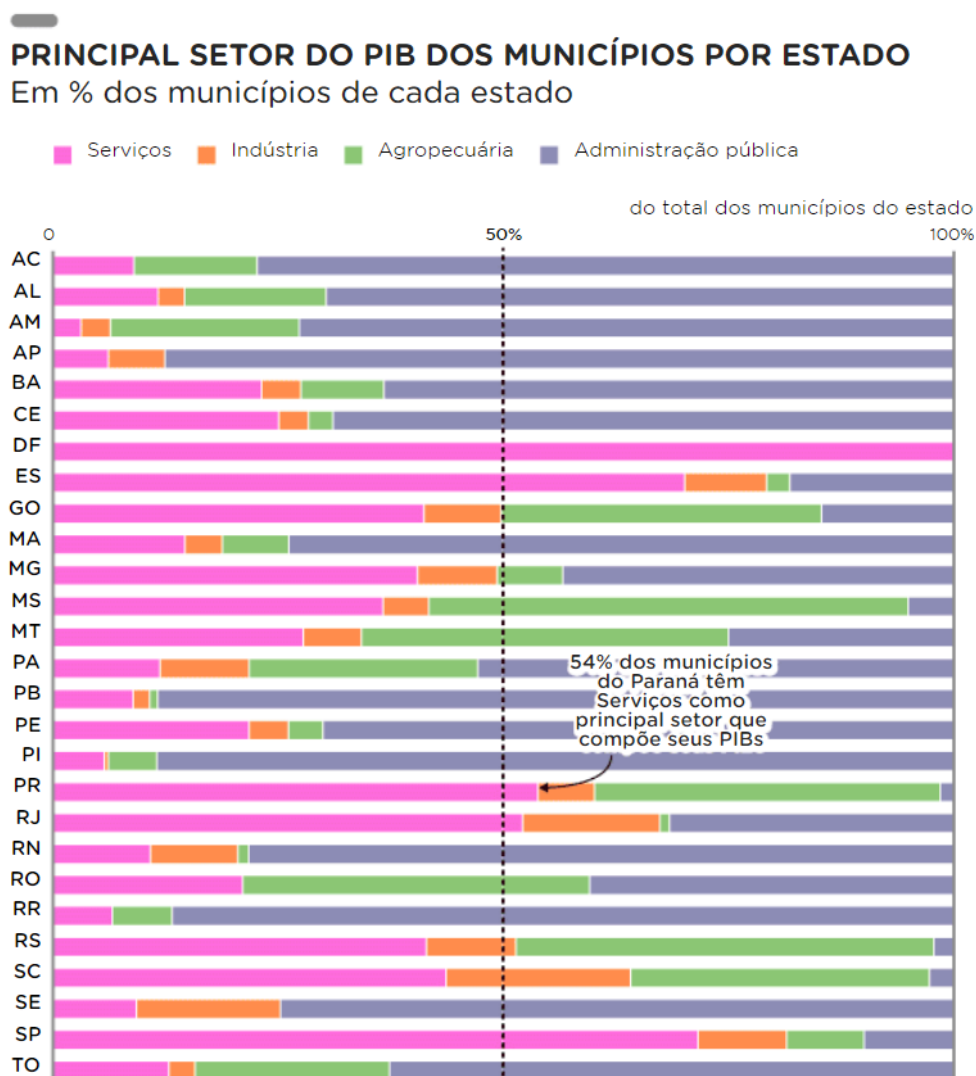


Fonte: (ALMEIDA, ZANLORENSSI, 2018)

FIGURA 10: PRINCIPAL COMPONENTE DO PIB POR SETOR E POPULAÇÃO.



Fonte: (ALMEIDA, ZANLORENSSI, 2018)

FIGURA 11: PRINCIPAL SETOR DO PIB DOS MUNICÍPIOS POR ESTADO.

Fonte: (ALMEIDA, ZANLORENSSI, 2018)

Todas as 17 cidades com mais de um milhão de habitantes têm nos serviços a principal fonte do PIB. Tomando as cidades que têm entre cem mil e um milhão de habitantes se nota que majoritariamente também o setor de serviços compõe o PIB, rivalizando com a indústria. Isso indica um modelo de sociedade que induz à concentração populacional nas cidades e nega a justiça social às áreas rurais (a lógica urbano-industrial), o que desdobra em problemas, alguns dos quais foram apontados no capítulo anterior e que têm rebatimento na atividade turística, como mostrarei adiante.

Na sociedade de serviços o turismo ganha papel central. Isso porque sua cadeia produtiva é constituída por uma multiplicidade de serviços. Do ponto de vista teórico, o caminho analítico para compreender a real influência do turismo atualmente é entendê-lo como um fenômeno social multidimensional e multi-escalar que opera a atualização e legitimação da metanarrativa capitalista. Isso difere radicalmente da proposta, por exemplo, de Antonio Henrique Borges Paula (2015), para quem a cadeia produtiva é vista como um modelo de análise.

Embora discorde de grande parte de suas ponderações, o trabalho de Paula expressa, sintomaticamente, a dinâmica de turistificação. O que Paula, mesmo imbuído de um espírito crítico/sustentável, perde de vista são as (sobre)determinações impostas ao e pelo turismo, por meio de sua cadeia produtiva. Por isso ele crê, por exemplo, que

[...] o turismo pode ocorrer aliado a grandes e modernos recursos de infraestrutura, mas também nascer de forma rudimentar, de baixo custo. O turismo pode exigir hospedagem cinco estrelas ou um simples acampamento sob as estrelas. Ele pode estar interessado em conhecer a alta gastronomia ou apenas valorizar a alimentação local. Dessa forma, todos os elos são igualmente importantes (PAULA, 2015, p. 17).

Um posicionamento como esse escamoteia as ligações estruturais e, por vezes, excludentes, hora de forma mais direta, hora mais indireta, entre essas faces do turismo. Analisar seu comportamento por meio da CPTur, compreendida como as Atividades Características do Turismo somada aos seus principais agentes (Estado e entidades representativas) e aos próprios turistas, permite o desvelamento das interações escalares e interdimensionais que se turistificam e evita equívocos como o do próprio autor, que não enxerga de que modo a CPTur se expressa e age.

Quem acha que a Copa do Mundo de 2014 foi um grande negócio apenas para o turismo está enganado. Os visitantes de todo o mundo que invadiram as cidades-sede dos jogos consumiram muito mais do que hospedagem e alimentação. Eles precisaram de transporte, gastaram em compras de produtos e serviços, impulsionando a economia local (PAULA, 2015, p. 19).

Dois sintomas se revelam: a naturalização/positivação de uma expressão com forte cunho ideológico (ao menos para quem está próximo dos movimentos sociais) pela lógica turística e a confusão do que seja o turismo. A confusão é tamanha que o próprio autor aponta no decorrer do trabalho, contrariando-se, portanto, os negócios, o comércio e serviços como nichos turísticos.

A complicação para definir o que é o turismo e quem é o turista quase sempre acaba na adoção de critérios econômicos para sustentar a validade das elaborações propostas. Por isso que Pakman (2014) erra o alvo ao dizer que os objetivos da OMT, por exemplo, e da academia são em essência diferentes e não se influenciam. A abordagem economicista e neoliberal da OMT impregna hegemonicamente as formulações teóricas sobre turismo, desde as que buscam alguma definição, até as que tratam sobre os desdobramentos desse fenômeno social. E mais ainda, afeta a própria leitura do papel que o Estado tem na efetivação da experiência turística.

O Estado ao planejar o turismo assume igualmente essa perspectiva economicista. Os dados internacionais são lançados para demonstrar o vigor do turismo na retomada do crescimento pós-crise.

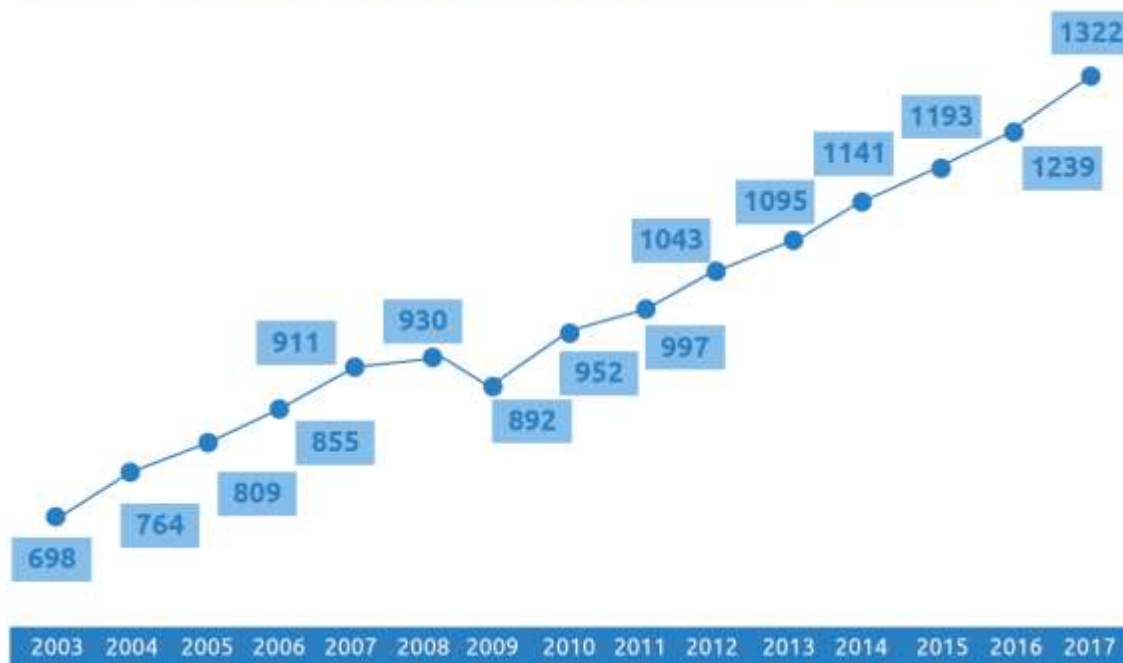
Em 2017, o turismo mundial superou as expectativas de crescimento, com 1.322 bilhão de viajantes internacionais, o que significa um aumento de 7% com relação a 2016, representando o melhor resultado em sete anos (OMT, 2018 apud BRASIL, 2018, p.22).

Esses dados confirmam a capacidade do setor, que, mesmo em meio a desafios econômicos e políticos, movimentou US\$ 7,6 trilhões em 2017, representando 10% de toda a riqueza gerada na economia mundial, conforme dados da World Travel & Tourism Council (WTTC). Além disso, o setor de turismo é responsável por 292 milhões de empregos, o equivalente a 1 em cada 10 na economia global (BRASIL, 2018, p. 23).

A Figura 12 mostra ascendência da chegada internacional de turistas no mundo. A viagem passa a ser gradualmente uma prioridade para os sujeitos com poder aquisitivo. Como a possibilidade de viagem internacional é reduzida a uma parte da sociedade, cria-se uma competição por esses turistas.

FIGURA 12: CHEGADA DE TURISTAS INTERNACIONAIS NO MUNDO.

Gráfico 4 - Chegadas de turistas internacionais no mundo (em milhões)



Fonte: BRASIL (2018)

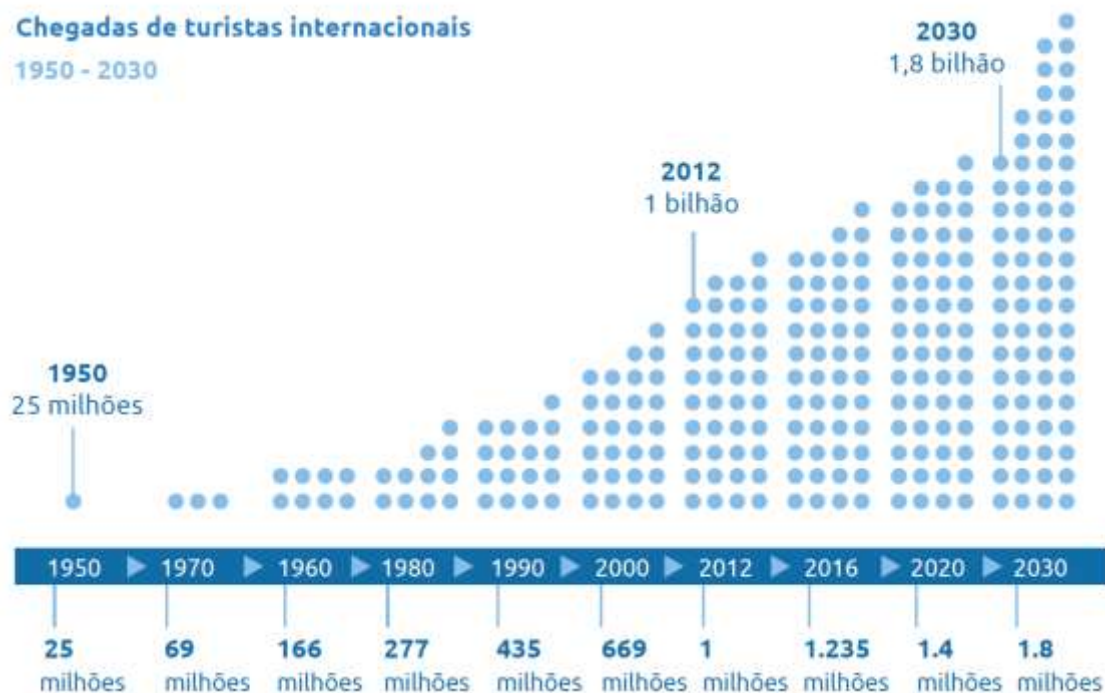
Na experiência turística convertida em mercadoria, não é a experiência que conta, e sim os gastos.

Outro dado importante aponta que, apesar de serem maioria, os turistas que vêm ao Brasil em viagens a lazer não são os que mais gastam no país. Segundo dados do gráfico a seguir, em 2016, esses visitantes gastaram, em média, US\$ 61,41 por dia, enquanto os estrangeiros que vieram a negócios deixaram no país cerca de US\$ 82,54 (BRASIL, 2018, p. 32).

É nesse contexto que é preciso intensificar as ações para retomar a participação do Brasil no mercado internacional de eventos. Segundo o ranking global da International Congress and Convention Association (ICCA), o Brasil recuou quatro posições, passando da 11ª posição em 2015 para a 15ª posição em 2016. No entanto, continua sendo o país da América do Sul que mais sediou eventos – 244 no continente, um número importante no cenário internacional, mas ainda aquém de suas potencialidades (BRASIL, 2018, p. 33).

A despeito da serie crescente de desordens territoriais derivadas da chegada em grande escala de pessoas em determinados locais (que por diversos motivos são categorizados e procurados “em massa”), há um esforço mundial para que o número de viagens internacionais chegue perto dos dois bilhões no ano de 2030, como mostra a Figura 13.

FIGURA 13: CHEGADAS DE TURISTAS INTERNACIONAIS NO MUNDO EM MILHÕES.



Fonte: Brasil (2018)

O fluxo precisa ser direcionado. Não há evidências de um espriamento. Antes, os líderes de atração de viajantes se alternam e, essencialmente, se mantem no ranking dos 10, como mostra a Figura 14.

FIGURA 14: RANKING DOS 10 PAÍSES QUE MAIS RECEBERAM TURISTAS DE 2007 A 2017.

	2007	2008	2009	2010	2011	2013	2015	2017
Suíça	1º	1º	1º	1º	1º	1º	6º	10º
Alemanha	3º	3º	3º	2º	2º	2º	3º	3º
França	12º	10º	4º	3º	3º	7º	2º	2º
Áustria	2º	2º	2º	4º	4º	3º	12º	12º
Suécia	17º	8º	7º	5º	5º	9º	23º	20º
Estados Unidos	5º	7º	8º	6º	6º	6º	4º	6º
Reino Unido	10º	6º	11º	7º	7º	5º	5º	5º
Espanha	15º	5º	6º	8º	8º	4º	1º	1º
Canadá	7º	9º	5º	9º	9º	8º	10º	9º
Singapura	8º	16º	10º	10º	10º	10º	11º	13º
Brasil	59º	49º	45º	52º	52º	51º	28º	27º

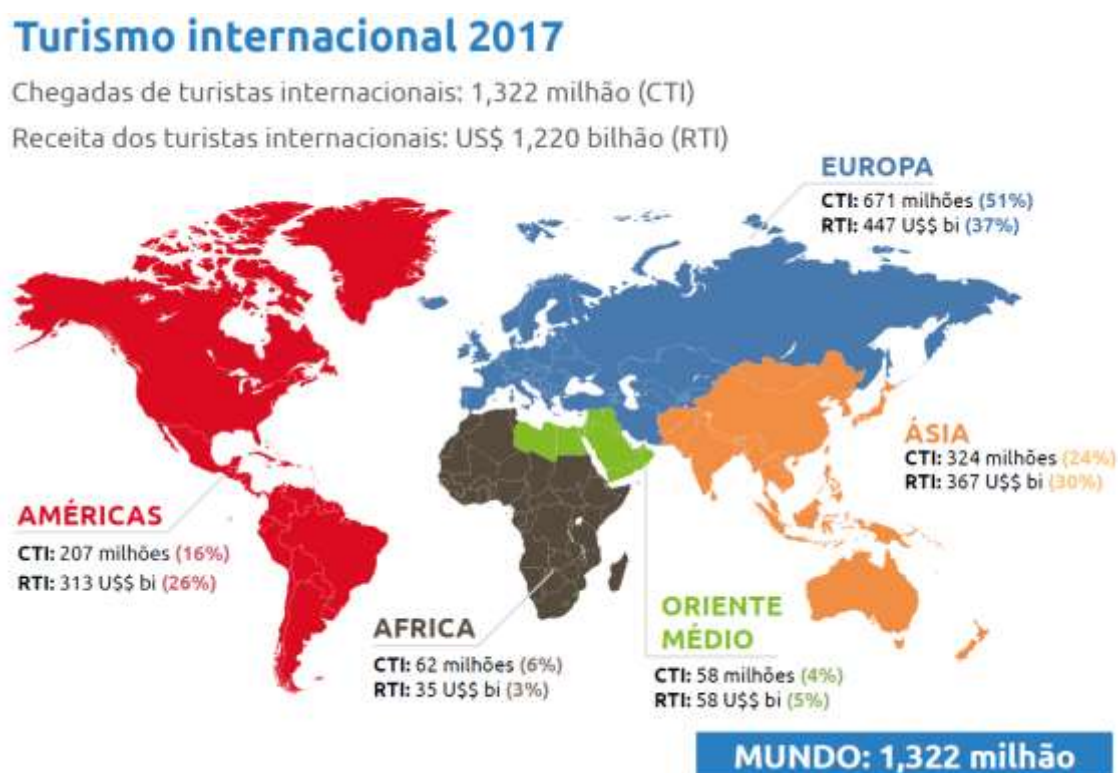
Fonte: Brasil (2018)

Muitas coisas precisam ser questionadas nessa classificação. Para além das questões filosóficas acerca do sentido da mediação mercantilizada das relações, da aposta acrítica num economicismo apriorístico, a própria metodologia não diz muita coisa sobre as reais dimensões do turismo como fenômeno social. Basta ver que mais da metade dos países que compõem os 10 maiores destinos turísticos (em números de chegadas) estão na Europa, cuja circulação é amplamente facilitada. Provavelmente se os custos das passagens aéreas fossem mais baixos entre os países de Nuestra América, a relação dos deslocamentos entre os visitantes seria outra. Essa é uma lógica industrial que pouco dialoga com a propalada sustentabilidade. É, antes, a guerra dos lugares, como disse Rolnik (2015). Desconsidera-se a distância percorrida. Compara-se o incomparável. Caso aderíssemos à perspectiva de um desenvolvimento sustentável reformista (como é hegemônico entre os que advogam tal discurso) se imporia o desafio de colocar na balança os impactos socioambientais dos grandes deslocamentos, e assim teríamos que tal custo precisaria ser posto na equação dos “melhores destinos”. Dependendo da UF que o sujeito está no Brasil, é mais fácil ir para um dos países vizinhos do que para outra região do

próprio país, por exemplo. E o que isso diz da qualidade da viagem ou mesmo dos gastos? Muito pouco. No primeiro caso, tem mais a ver com uma concepção de mundo, no segundo com a disponibilidade orçamentária e de realizar os gastos.

Na Figura 15, o mapa dos gastos e das chegadas internacionais no mundo. A guerra é inter e intra-regional.

FIGURA 15: CHEGADAS E RECEITAS DE TURISTAS INTERNACIONAIS.



Fonte: OMT (2018) apud Brasil (2018).

Não importa apenas a quantidade, é preciso também garantir que os sujeitos gastem, nessa lógica economicista. Um esforço se constitui para atrair e manter no país um determinado segmento de turistas, que invertem mais dinheiro na economia, notadamente o turista de compras, que se vê na Figura 16 que ainda é bem reduzido. A segmentação (Figura 16) destes turistas serve para que se desenvolvam produtos e serviços específicos e que o marketing seja direcionado.

FIGURA 16: MOTIVO DAS VIAGENS INTERNACIONAIS AO BRASIL.

Motivo da Viagem	Ano (%)				
	2012	2013	2014	2015	2016
Lazer	46,8	46,5	54,7	51,3	56,8
Negócios, eventos e convenções	25,3	25,3	21,9	20,2	18,7
Outros motivos	27,9	28,2	23,4	28,5	24,5
<i>Visitar amigos e parentes</i>	24,4	21,8	20,1	25,2	21,1
<i>Religião ou peregrinação</i>	0,4	3,5	0,4	0,4	0,5
<i>Estudo ou cursos</i>	1,8	1,8	1,9	1,7	1,6
<i>Motivos de saúde</i>	0,6	0,6	0,5	0,6	0,5
<i>Compras</i>	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
<i>Outros</i>	0,6	0,4	0,4	0,5	0,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: BRASIL (2018)

A receita cambial turística brasileira é deficitária há anos. Isso em função de como os brasileiros gastam no exterior em relação a como os estrangeiros gastam no país. Mas ao invés de apostar na circulação interna, o MTur aposta na atração de mais turistas internacionais. E antes que se contraponha o argumento de que se está buscando ambas as coisas, aumentar o fluxo interno e externo, digo o porquê tal argumentação não faz sentido.

O atual PNT (BRASIL, 2018) é o primeiro a colocar a segurança pública como um dos eixos para o turismo nacional. Justamente durante o governo que para investir em segurança pública retirou verbas do esporte e da cultura, duas das áreas prioritárias no combate às desigualdades sociais, na equalização do “capital social” e na criação de horizontes para crianças e jovens.

Para juntar dinheiro para a segurança pública, Temer resolveu secar a fonte da cultura e do esporte. Na última terça (12), foi publicada a Medida Provisória 841, que reorganiza o Fundo Nacional de Segurança Pública e redistribui os recursos das loterias destinados a essas áreas.

Cultura e esporte são parte central da estratégia de enfrentamento à violência em qualquer país. Por aqui, contudo, essas áreas só perdem recursos. Temer, com

isso, faz questão de mostrar que o Brasil gosta de andar perigosamente na contramão do mundo (SAKAMOTO, 2018, s/p).

Ao apostar no aprofundamento de um modelo neoliberal que concentra riqueza em níveis alarmantes, ao mesmo tempo em que congela os investimentos em políticas sociais e investe de forma setORIZADA no turismo, sem um espraiamento do seu entendimento como fenômeno social multiescalar e multidimensional, Estado e Governo Federal instrumentalizam da pior forma seu potencial de geração de emprego e renda, retendo as possibilidades de ascensão social, dentro da CPTur e dos que possam acessá-la. O crescimento é almejado, desse modo, dentro do pequeno conjunto de sujeitos brasileiros que já têm condições de viajar e praticar turismo e visa aderir e aprofundar a lógica de competição internacional, que para tanto aposta em pesados investimentos em determinadas localidades, inclusive inserindo o turismo como importante setor de reinvestimento na super-acumulação de capital, como apontou Harvey (2011). O país deixa com isso de seguir, inclusive, as recomendações de organizações internacionais sobre como fortalecer os mecanismos de mobilidade social.

Na recente pesquisa da OCDE sobre mobilidade social, há umas recomendações parecidas sobre o que fazer, como ampliar os investimentos em educação (sobretudo na de base) e em saúde – o que vai ser difícil com o congelamento de gastos sociais por 20 anos aprovado pelo governo Temer –, além de reformar o sistema tributário (BARROCAL, 2018, s/p).

Rolnik (2015, p. 33) em seu já mencionado “A guerra dos lugares” assevera sobre a orientação para o mercado das políticas neoliberais.

A imposição global do neoliberalismo tem sido altamente desigual, tanto social quanto geograficamente, e suas formas institucionais e consequências sociopolíticas variaram significativamente ao redor do mundo, dependendo de interações específicas em cada contexto entre paisagens regulatórias herdadas e projetos emergentes de reestruturação orientados ao mercado.

O governo Temer, sob os auspícios do Estado, tem trabalhado e avançado numa agenda regressiva para o conjunto da classe trabalhadora. Assim, a exaltação do potencial de geração de emprego e renda e do peso de exportação de serviços no âmbito internacional, vista na Figura 17. deve ser lida contra o pano de fundo da desregulamentação trabalhista e contra os cortes em investimentos sociais, no Brasil, e da concentração de renda, internacionalmente, sem o que não é possível mensurar as condições dos postos de trabalho e da renda criados.

FIGURA 17 – DESTAQUES ECONÔMICOS DO TURISMO NO MUNDO



Fonte: (OMT, 2018 apud BRASIL, 2018).

De Masi fez uma análise sobre as dinâmicas econômicas neoliberais no alvorecer do presente século que ajuda a pensar as engrenagens que movem o discurso turístico.

Os capitalistas aperfeiçoaram no mundo toda uma estratégia precisa, guiados por Reagan, no EUA, e Thatcher, na Grã-Bretanha. Com um grande uso da mídia, elaboraram uma campanha para atacar tudo que é público: burocracia, empresas estatais, transportes, previdência social e ensino. Obtiveram assim a privatização dos setores mais lucrativos da economia e compraram a baixo do preço as ações das sociedades privatizadas: companhias de transporte ferroviário, eletricidade, telecomunicações, tudo aquilo de maior valor nos patrimônios estatais.

Como se não bastasse, fizeram de forma a receber de volta o dinheiro que tinham pago ao Estado, na forma de incentivos fiscais ou empréstimos a baixo custo e com prazos a perder de vista. Depois disso, começaram a reduzir os custos dessas empresas privatizadas, realizando fusões e demitindo empregados. Dessa maneira, acumularam quantias imensas de dinheiro, usando inclusive a desculpa de que as grandes somas são indispensáveis para realizar investimentos produtivos e voltar assim a aumentar a oferta de empregos. Mas na verdade, tanto nos Estados Unidos como na Europa, os investimentos privados diminuíram, em vez de aumentar (DE MASI, 2000, p.92-93).

Não é exatamente isso o que se passa no Brasil e em grande parte dos países “em desenvolvimento” atualmente? A “ponte para o futuro” apresentada ao povo brasileiro é uma prova incontestável da escolha por esse caminho no Brasil. E o turismo é colocado como vetor desse desenvolvimento modernizante que privatiza o bem comum. De Masi (2000), contrapondo a ideia de que esse modelo de desenvolvimento usurpa as populações, apontava o crescimento do número de turistas chineses como prova de seu caminho ao desenvolvimento. Crente de que a

sociedade pós-industrial construiria dinâmicas totalmente novas, De Masi (2000, p. 87) via uma “melhora” na exploração.

A questão é que as exigências dos países ricos mudaram: antes precisavam de matéria-prima, agora necessitam de mão-de-obra e mercado para suas exportações. É exploração? Sem dúvida. Mas, apesar disso, é uma exploração inferior à exploração colonial, na qual grandes potências se apropriavam das matérias-primas e reduziavam as populações nativas à escravidão. Representa, portanto, uma melhora, nem que seja pelo simples motivo de que o trabalho é de alguma forma remunerado.

Novas dinâmicas têm sido construídas certamente. Formas antigas, no entanto, não foram completamente abolidas. Em alguns casos foram revitalizadas, inclusive. O Brasil tem quase 2 casos de trabalho escravo a cada 1000 habitantes (BRANT, 2018)³⁸, um número estarrecedor para uma nação “moderna”! E mais, a condição da escravização destes sujeitos também não é “melhor” que no período colonial. A China e o Brasil, dois países “em desenvolvimento”, são duas nações de destaque na extração de bens comuns no continente africano. A China inclusive é importante “investidora” no Brasil. O que impõe compreender os limites do Estado-nação e o papel do capital transnacional. Essas duas esferas costuradas pelas políticas neoliberais terminam por impor novos cerceamentos aos sujeitos. Um dos principais é combinação da expropriação territorial com a concentração de renda. O turismo, como mostrarei, atua nesse particular diretamente. Na reportagem de Barrocal (2018, s/p), vislumbra-se parcialmente isso.

Poder é ter o poder de determinar a própria renda”, diz [o economista Fernando Nogueira da Costa]. Em outras palavras, quanto mais perto dos polos de poder, mais perto da casta do 1%. Juízes e procuradores de Justiça são exemplos disso. Em março, fizeram protestos contra o julgamento do auxílio-moradia e tiveram sucesso em salvar a mordomia. Jornalistas e repórteres, 55 mil soldados do poder midiático que prestaram contas ao Fisco, tiveram renda média de 17 mil reais por mês.

Um patamar que garante a categoria entre os 10% mais ricos, formados por quem ganhou 9 mil ou mais por mês em 2017, conforme o IBGE. Quem não faz parte explicitamente do poder, comenta Costa, tem “como boa ocupação cuidar, inclusive da diversão, dos poderosos: médicos, pilotos, atores, jogadores de futebol...”.

A renda média dos médicos já se viu. A dos pilotos de avião e de comandantes de navio foi de 23 mil reais por mês em 2016. A dos atletas e desportistas, de 22 mil. A de atores e diretores de espetáculos, de 19 mil.

³⁸ Mesmo com o recuo do governo frente à portaria que modificava a definição de trabalho escravo moderno, o atual Governo Federal e o Estado têm cooperado para a não fiscalização e, portanto, para uma subnotificação dos casos, além da não divulgação da lista suja, com o nome das empresas flagradas escravizando *trabalhadorxs*.

Médias são sempre perigosas. Como ator amador que viveu alguns anos o cotidiano de apresentações, viagens, sobreposição de funções e divisão de modestos caches, sei que, por exemplo, não é a realidade dos artistas nacionais receber 22 mil reais mensais; muito longe disso, aliás! Bem como não necessita ser nenhum iniciado no dia a dia dos desportos para saber que essa média também não diz respeito à realidade da maioria. Os megassalários inflam a média, nesses casos. Mas exatamente eles ajudam a explicar a turistificação da existência. Se os vultosos salários de pilotos de avião e comandantes de navios são regra, acompanhados de salários menores, mas igualmente volumosos, para a realidade brasileira, da tripulação, os megassalários, apesar de excepcionais, sintetizam a transmutação de um simples artista ou esportista em uma celebridade, cujo valor não é definido apenas pelo talento.

Estes salários todos compõem de forma direta ou indireta a experiência turística contemporânea. E qual o papel desse mais salário e dessa hiper-visibilidade, além da possibilidade de pleitear cargos eletivos, novos empregos, investimentos econômicos de diferentes ordens? Para Žižek é o de garantir a condição de afastamento da autoimagem de classe trabalhadora. É como se numa escala, tão mais longe do salário mínimo e mais perto das esferas de poder de uma sociedade, maior a desvinculação com a autoidentificação como trabalhador. Pela riqueza, vale a pena conferir o raciocínio na íntegra.

A análise de Hardt e Negri [sobre a atualidade do capitalismo] possui três pontos fracos que, em sua combinação, explicam como o capitalismo pode sobreviver ao que deveria ser (em termos marxistas clássicos) uma nova organização da produção que o tornaria obsoleto. Ela subestima a extensão do sucesso do capitalismo contemporâneo (pelo menos em curto prazo) de privatizar o “conhecimento comum”, assim como a extensão com que, mais do que a burguesia, são os próprios trabalhadores que se tornam “supérfluos” (número cada vez maior deles torna-se não somente desempregado, mas estruturalmente inempregável). Além disso, mesmo que seja verdade, em princípio, que a burguesia está progressivamente se tornando desfuncional, deve-se qualificar esta afirmação – desfuncional para quem? Para o próprio capitalismo. Isto quer dizer que, se o velho capitalismo envolvia idealmente um empreendedor que investia dinheiro (seu ou emprestado) em produção organizada e dirigida por ele próprio, recolhendo o lucro, hoje está surgindo um novo tipo ideal: não mais o empreendedor que possui sua própria empresa, mas o gerente especialista (ou um conselho administrativo presidido por um CEO) de uma empresa de propriedade dos bancos (também dirigidos por gerentes que não possuem os bancos) ou investidores dispersos. Neste novo tipo ideal de capitalismo sem burguesia, a velha burguesia desfuncional é refuncionalizada como gerentes assalariados – a nova burguesia recebe cotas, e mesmo se ela possui uma parte na empresa, eles recebem as ações como parte da remuneração pelo trabalho (“bônus por sua gerência bem sucedida”).

Esta nova burguesia ainda se apropria da mais-valia, mas da forma mistificada daquilo que Milner chama de “mais-salário”: em geral, a eles é pago mais do que o salário mínimo do proletário (este ponto de referência imaginário – frequentemente mítico – cujo único verdadeiro exemplo na economia global de hoje é o salário de um trabalhador numa *sweat-shop* na China ou na Indonésia), e é esta diferença em relação aos proletários comuns, esta distinção, que determina seu status. A burguesia no sentido clássico, assim, tende a desaparecer. Os capitalistas reaparecem como um subconjunto dos trabalhadores assalariados – gerentes qualificados para ganhar mais por sua competência (razão pela qual a “avaliação” pseudo-científica que legitima os especialistas a ganharem mais é crucial hoje em dia). A categoria dos trabalhadores que recebem mais-salário não está, obviamente, limitada aos gerentes: ela se estende a todos os tipos de especialistas, administradores, funcionários públicos, médicos, advogados, jornalistas, intelectuais, artistas... O excesso que eles recebem tem duas formas: mais dinheiro (para gerentes etc.), mas também menos trabalho, isto é, mais tempo livre (para alguns intelectuais, mas também para setores da administração estatal) (ZIZEK, 2012d, s.p., grifo do autor).

É contra este pano de fundo que devemos ler os dados de geração de postos de trabalhos na CPTur e as declarações de modernização das leis trabalhistas.

Com a retomada da atividade econômica em 2017 e pelo fato de o turismo ser uma atividade econômica que necessita de menor investimento para a criação de postos de trabalho, prevê-se a melhora deste cenário nos próximos anos. Ademais, pela natureza dos serviços envolvidos em sua cadeia produtiva, o setor constantemente necessita de mão de obra, diferentemente de outras atividades, onde novas tecnologias estão substituindo muitos postos de trabalho. Estão incluídas, como geradoras de empregos diretos, as atividades relacionadas a hotelaria, agências de turismo, companhias aéreas, demais tipos de transportes de passageiros e turistas, além de restaurantes e empreendimentos de lazer (BRASIL, 2018, p. 28).

A prometida modernização nem bem foi implantada no Brasil e a pesquisadora Angela Teberga de Paula (2018a; 2018b) já relata o quadro de precarização dos postos de trabalho no turismo. A sociologia do trabalho em serviços igualmente tem demonstrado que anteriormente às mudanças trabalhistas e, portanto, em melhores condições, a precarização em parte da CPTur já era uma realidade (NUNES, 2011).

Antes de olhar para os desdobramentos dessa precarização, é relevante estabelecer uma conexão de como o crescimento do setor de serviços passa a estabelecer, na visão de Konder (2018, p. 142-143) novas tramas para a luta de classes. O que é essencial para seguir com a argumentação sobre as leituras da reorganização capitalista.

O que podemos enxergar na situação atual é um crescimento considerável do setor terciário na economia, um aumento impressionante no setor de serviços. O que podemos ver é o aparecimento de grupos instáveis e camadas de difícil definição, proliferando entre o proletariado e a burguesia, assumindo funções

novas e papéis múltiplos, que repercutem na sociedade e influenciam a vida política e cultural. Em tais condições, a luta de classes não desaparece, mas as formas pelas quais ela se realiza vão deixando de ser imediatas e diretas, vão se tornando indiretas, sinuosas, passando por mediações cada vez mais delicadas: passam por conflitos deslocados do campo das contraposições nítidas e explícitas para o campo das manobras hábeis e sutis.

Como diz Carmo (2007, p. 159), “o prazer e o lazer, que antes eram considerados inimigos da laboralidade capitalista, desempenham papel indispensável no mundo contemporâneo”. Trabalho e lazer se fundem na sociedade atual. Essa fusão põe novos nomes e valores e repõe, com outra potência, antigos. Nas palavras de De Masi (2000, p. 259)

A pedagogia da idade industrial ensinava a separar as duas coisas: trabalho era trabalho, diversão era diversão. Hoje, ao contrário, trabalho e lazer se misturam e se potencializam reciprocamente. De toda forma, o tempo livre, propício ao lazer, predomina.

A leitura descolada da realidade que o autor faz é o que vulgarmente se denomina “eurocentrismo”, que é em verdade uma peculiar falta de perspectiva emancipatória, como já referido na primeira parte da pesquisa. Entretanto, apesar do tempo livre e das condições de desfrutar de lazer e entretenimento, cada dia mais postos e cercados pela lógica mercantilista do valor de troca, não serem a realidade da maioria da população mundial, o apontamento é relevante para que se perceba como é entendida e legitimada essa narrativa que avança nas (sobre)determinações territoriais mundo afora.

Sendo o setor de serviços, e o turismo seu melhor representante, personagem principal dessa reorganização capitalista, como ficam dispostos os postos de trabalho? Aqui aparece com mais nitidez a luta de classes. Nitidez desde uma leitura acadêmica, obviamente. Porque o cotidiano me mostra que os sujeitos que ocupam tais postos em grande parte à medida que na escala supracitada se afastam da realidade do salário mínimo e avançam, ainda que tímida e precariamente, para o polo do mais-salário (medido em salário e/ou tempo livre) e de poder, se vestem com os valores capitalistas. E na experiência turística isso é notável. Desde a exploração de sujeitos postos na informalidade, até o desdém com determinadas ocupações, como garçons (do que eu mesmo posso dar meu relato pessoal), recepcionistas, camareiras etc.

Nunes empreendeu esforços para contextualizar o cenário no qual os postos de trabalho nessa sociedade pós-industrial, ou de serviços, crescem consistentemente.

Pagamos a outras pessoas para realizares as atividades que outrora realizávamos para nossa reprodução. O tempo de trabalho que ‘economizamos’ não é

empregado, no entanto, para produção industrial, como nos primórdios do capitalismo, pois a produção automatizada substituiu as atividades simples, mecânicas e repetitivas que eram distribuídas racionalmente numa linha de produção durante o fordismo, por exemplo. Empregamos o tempo que aplicávamos em atividades domésticas, comunitárias ou autônomas para desfrutar segmentos de experiências muitas vezes recriadas ou construídas por meio do pagamento de serviços: turismo programado, eventos culturais, relacionamentos fortuitos e descartáveis, serviços pessoais diversos (acompanhantes, *personal trainers*, instrutores, terapeutas etc.). Por outro lado delegamos a educação dos nossos filhos, o cuidado com doentes e idosos e outras atividades da rede familiar a trabalhadores de serviços em instituições especializadas ou a autônomos (NUNES, 2011, p. 21).

É oportuno voltar a Melo Neto nesse momento, para quem “tudo é evento”, o que equivale dizer “tudo é turismo”. É sintomático que falando sobre o papel do entretenimento na sociedade contemporânea, o autor utilize o exemplo de pontos de vendas. “O presidente da Point of Purchase Advertising Institute (Popai-Brasil), Gilberto Strunck, afirmou que “o entretenimento nos pontos de venda ganhará importância tal que, em um futuro próximo, as lojas cobrarão entrada do consumidor que for ao local se divertir”” (MELO NETO, 2013, p. 15). Mas como será que isso acontece na vida real, fora dos manuais de eventos? O caso da modernização das lojas da rede Carrefour levanta pontos importantes.

No começo da semana, Noël Prioux, presidente do Carrefour Brasil, anunciou que a rede de hipermercados começará a testar ainda este ano o novo sistema "Scan & Go". Com ele, os consumidores podem escanear suas compras e realizar o pagamento a partir de um aplicativo no smartphone.

Em um primeiro momento, o novo esquema será implantado apenas em "quatro ou cinco lojas" da rede e será válido apenas para compras em pequenas quantidades. De acordo com Prioux, a estratégia faz parte da iniciativa da companhia em avançar o seu processo de transformação digital.

O executivo também falou um pouco sobre os planos para que a empresa abra alguns restaurantes no futuro. A possibilidade é estudada a nível internacional e cogitada também no Brasil, tendo em vista a mudança de hábitos dos consumidores brasileiros, que agora estão consumindo alimentos fora do domicílio com mais frequência.

A ideia é que os restaurantes sejam estabelecidos tanto dentro dos supermercados como fora deles. Entretanto, essa abordagem ainda não é uma prioridade da companhia no país. Apesar disso, Prioux diz ver certo potencial para que a empresa avance suas estratégias com os seus restaurantes em solo nacional, disponibilizando inicialmente alimentos mais simples, como pizza, como parte de uma ampliação dos serviços já disponíveis de padarias (YAHOO, 2018, s/p).

Caso essa modernização avance para compras maiores, estes restaurantes aventados passem de modestas pizzas a pratos elaborados com direito a apresentações musicais, e as

devidas cobranças pela experiência turística divertida antes da compra, ela mesma tornada parte da experiência turística, como ficaram as pessoas que até então trabalham de operadores de caixa? Serão qualificadas pela empresa para serem *cozinheirxs*, garçons e garçonetes, artistas que se apresentarão? Ou engrossarão o caldo de desempregados das crescentes estatísticas? Nesse particular o sujeito referencial opera com o consentimento tácito destes sujeitos turistas, como voltarei adiante, delimitando o lugar de cada um nessa divisão social.

A qualificação destes postos de trabalho é, desse modo, primaz para compreender a cada vez mais negada luta de classes. Como mencionei anteriormente, não são *poucxs* que têm se aproximado da leitura de De Masi sobre a configuração da sociedade de serviços e, partindo daí, avançado para interpor ao campo de saber do turismo que a preocupação central deva se voltar para conceitos como “qualidade total”, “sustentabilidade”, “empreendedorismo”. O não dito desse entendimento é que os antagonismos centrais entre capital e trabalho estão resolvidos e o foco deve ser aperfeiçoar e maximizar a experiência turística (dos que podem exercê-la dentro desse entendimento economicista restrito e restritivo). Daí porque o título sagaz e irônico do livro organizado por Nunes, “A seu dispor: sociologia do trabalho em serviços”, é emblemático do que está em disputa.

[...] a maioria dos postos do setor acessíveis a trabalhadores com baixa qualificação compreende ocupações ‘serviçais’, que substituem o trabalho para si (empregados domésticos, engraxates, trabalhadores de limpeza e conservação, motoristas particulares etc.), mas não geram riqueza, apesar de apresentarem uma racionalidade econômica indireta. Tais serviços subalternos nunca são exercidos completamente na esfera pública, sempre há um elemento de pessoalidade e sujeição. [...] A maior parte da população está prestando esses serviços subalternos, de baixa qualificação, pessoais, muitos dos quais poderiam ser desempenhados pelos próprios clientes ou consumidores que os solicitam ou compram. Enquanto esses consumidores o fazem por uma opção, ou seja, deixam de exercer suas atividades de autoconservação para empregar seu tempo desfrutando outras atividades que lhe são pessoalmente dispensadas e que estão no mercado em estado de oferta abundante e diversificada, os trabalhadores serviçais deixam, por necessidade, de realizar suas atividades autônomas que os enriqueceriam pessoal e moralmente, ou de trabalhar em atividades menos penosas e mais gratificantes na esfera pública, pois são ‘filtrados’ pela rede de informações que controla a oferta de postos de trabalho e privilegia certos perfis de qualificação (NUNES, 2011, p. 21-22).

Nunes (2011, p. 27) ressalta, retomando o que disse acima sobre o sujeito referencial, que “é importante destacar que a variável raça ou cor está expressivamente relacionada aos serviços subalternos. [...] Nos serviços culturais, esportivos e recreativos, em que o nível de

escolaridade e os rendimentos são maiores, a situação se inverte, de forma similar ao que ocorre em relação à variável ‘sexo’: 55,2% são brancos”. Ou seja, nos serviços mais precarizados sujeitos negros e mulheres são maioria, nos serviços menos precarizados (note que não são serviços não precarizados) a maioria, que não chega a ser tão expressiva como nos serviços não precarizados, é composta por homens brancos.

De modo algum está é uma particularidade da sociedade brasileira. Labica fez um trabalho de fôlego sobre a constituição da barbárie nessa democracia liberal, a partir da realidade da França. Ao expor as fissuras da metanarrativa capitalista, ele considera que essas formas democrático-liberais são “ditaduras de classe”. Para o autor, “segurança e terrorismo demonstram a realidade mais fundamental do nosso tempo, a da violência” (LABICA, 2009, p. 31). Voltarei a abrangência dessa violência a seguir. Agora quero destacar uma face dela.

Uma nova violência se implanta, localizada principalmente nas relações de trabalho. Não se trata somente da categoria recente dos “trabalhadores pobres”, mas de um fenômeno de uma amplitude considerável, batizado de “assédio moral”. [...] Para impor a conformidade aos critérios de empregabilidade, flexibilidade, mobilidade e precariedade, o “novo gerenciamento” opera a “destruição sistemática das identidades”, tanto individuais quanto coletivas, liquidando assim o antigo assalariamento e suas normas (estabilidade dos cargos, garantias de promoção, hierarquias, sindicalização), para obter uma submissão completa aos interesses da empresa (LABICA, 2009, p.19-20).

No Brasil o mercado de trabalho em serviços apresenta similaridades. Estas corrosões das identidades fragilizam não só individualmente, como coletivamente também. Entre as ocupações citadas por Nunes (2011, p. 32) que sofrem com o estigma da servidão estão: trabalho doméstico; vendedores; garçons e garçonetes; secretárias e trabalhadores em serviços administrativos (*white-collar workers*). Suas subjetividades são diretamente atingidas.

[...] Em outras ocupações de serviços em que permanece um “papel servil”, como ascensoristas, motoristas de táxi etc., vigora uma incerteza, de ambos os lados, de como se dirigir ao outro ou do grau de intimidade na conversação, quando ocorre (GOFFMAN, 1959, p.151-152). Aos atributos de invisibilidade (DANIELS, 1987), intangibilidade (GORZ, 2007), além da variabilidade de expectativas e ações por parte do consumidor (KORCZYNSIY; MACDONALD, 2009), que hoje praticamente definem o trabalho em serviços, junta-se a análise da exploração do trabalho emocional (HOCHSCHILD, 1983), consolidando não apenas uma interpretação ligada à percepção popular ou a representações sociais sobre a subalternidade do trabalho em serviços, mas uma configuração do self sem reconhecimento social ou autoestima, ou uma identidade negativa do trabalhador ocupado nessa área (NUNES, 2011, p. 32)

Essa deterioração objetiva e subjetiva do trabalho e do sujeito não poderia resultar em outra coisa que não o adoecimento. Claro que as reverberações psicossociais desse modelo de organização social se estendem para muito além da dimensão do trabalho assalariado, causando, por exemplo, o aumento do número de suicídios no mundo todo, o que no Brasil é uma realidade ainda mais dramática para as Populações Tradicionais. Contudo, observar como essa degradação da existência atinge e se instala, com a convivência e operação do Estado, no trabalho assalariado auxilia a enfrentar esse discurso que paira num mundo de faz de contas do turismo, como assinalou Barbosa (2001), ou da sociedade pós-industrial, como acreditava De Masi (2000). Sobre este último é imperioso retomar o que foi mencionado acima sobre a falta de perspectiva crítico-emancipatória. Custa acreditar que o livro escrito por De Masi seja contemporâneo do livro escrito por Labica, originalmente publicado em 2002. Os autores olham pro mesmo mundo, do mesmo lugar (Europa), no mesmo momento histórico, e desdobram posicionamentos antagônicos. Embora convirjam em determinados diagnósticos da realidade, os autores fazem leituras completamente distintas. Por exemplo, apesar de concordarem com o crescimento do desemprego estrutural e das condicionantes étnica e de gênero nas ocupações mais precarizadas, divergem no sentido e tendência históricos. Para que fique claro e eu possa estabelecer a relação com a narrativa da geração de postos de trabalho no turismo, passo a duas citações dos autores que dão a dimensão da distinção analítica.

Eu estaria louco se negasse que existe ainda uma massa numerosa de operários e trabalhadores manuais. A questão é que eles não encarnam mais problemas universais, deixaram de ser uma “força revolucionária” e não são mais “centrais” na estratégia para que se consiga pôr fim à exploração. Esta estratégia passa agora, sobretudo, pela mão-de-obra do terceiro mundo e pela “mente-de-obra” do primeiro mundo.

[...]

Certamente uma parte do trabalho necessário às empresas é contratado fora: um exemplo é a limpeza. E garçons, garis, lavadores de pratos nem sempre são substituídos por máquinas, por que a mão-de-obra do terceiro mundo é muito barata. Porém, seja fora ou dentro da indústria, o trabalho manual é, no seu conjunto, cada vez mais delegado às máquinas. A tecnologia coloniza cada vez mais o trabalho de nível inferior e está começando a colonizar também o alto nível.

[...]

Também o número de pessoas ligadas ao trabalho doméstico e aos cuidados pessoais diminuiu: babás, governantas ou enfermeiras. Como o horário de trabalho se reduz, aumenta o tempo livre e, assim, as pessoas têm menos necessidade de contratar alguém para cuidar do filho ou dos pais idosos, ou ainda para fazer a faxina doméstica. A limpeza de casa passará a ser feita por

cada um de nós, com o auxílio de eletrodomésticos sempre mais eficientes, inteligentes e flexíveis.

[...] Cada produto que usamos hoje traz consigo muito menos fadiga humana: com quatorze horas de trabalho humano, a Fiat fabrica, atualmente, o mesmo produto que, há quinze anos, fabricava em cento e setenta horas. Para fabricar uma máquina de escrever mecânica, a Olivetti empregava oitenta horas de trabalho humano. Hoje, para que se construa um computador pessoal, bastam trinta e cinco minutos. Agora até um frango contém mais tecnologia do que carne (DE MASI, 2000, p. 102-103).

Embora o autor cite Marx inúmeras vezes ao longo do livro, ele não empunha a arma da crítica marxista para proceder as análises. Disso resta que, apesar de construir um potente diagnóstico dessa transformação social, seus prognósticos são idealistas. Crê o autor, por exemplo, que o avanço da tecnologia irá frear ou diminuir a hiper-exploração. Crê, ainda, que com aumento do tempo livre os sujeitos se voltarão para atividades que Nunes chama de autoconservação e familiares. Em ambos os casos o erro é crasso. Sobre o uso do tempo livre o livro organizado por Nunes (2011) revela o contrário. Sobre a atenuação do trabalho em função da tecnologia, basta dizer que o agronegócio brasileiro, que é o maior exportador de proteína animal do mundo atualmente, consorcia tecnologia de ponta em seu processo produtivo com a hiper-exploração dos trabalhadores, utilizando inclusive expedientes como o trabalho análogo ao da escravização. Essa idealização faz com que o autor aposte que a simples existência de tecnologia para determinado fim levará a cabo suas potencialidades. Contra o fato já visível naquela época de que era possível alimentar toda a população mundial e garantir outros direitos fundamentais com as tecnologias disponíveis, De Masi (2000, p. 115) pensa, a respeito da subjetividade, que “se há algumas décadas todas as mocinhas desfilavam com o blusão da *dolce vita*, porque era o que usava Brigitte Bardot, hoje em dia cada uma quer vestir-se como bem entende”. O autor imaginou que era possível construir uma vida como um *patchwork* (um faça você mesmo, com seu próprio estilo) em todas as dimensões e para todas as pessoas.

É de fato um fenômeno generalizado. Nós vivemos construindo para nós mesmos combinações e arranjos pessoais. Por um motivo objetivo: a tecnologia nos permite isso. E também por um motivo subjetivo: todos somos mais viajados, mais lidos, logo, temos melhores condições para nos orientarmos sozinhos (DE MASI, 2000, p. 117).

Essa subjetividade pós-industrial era, para De Masi, o fim da história da massificação. “A sociedade industrial fundou o seu sistema em grandes organizações coletivas: na fábrica, nos partidos, nos sindicatos e nas instituições. Já a pós-industrial reivindica, decisivamente, o papel fundamental do sujeito e leva ao fim dos modismos, a uma desmassificação” (DE MASI, 2000, p.283). Essa idealização subestimou a força da mercadoria como mediação das relações.

Acreditar que ter mais tempo livre acaba com a busca por diferenciação social e por negação de atividades socialmente menosprezadas nessa sociedade capitalista, leva a não considerar os esforços e êxitos dessa sociedade de consumo dirigido. A mesma que, ao passo que faz do “diferencial de mercado” um apelo do marketing contemporâneo, faz da padronização do uso de determinados serviços e produtos ofertados em série um elemento de distinção e reconhecimento social. Um passeio pelas ruas do Rio de Janeiro, de Madri, de Maputo ou de Havana não deixa dúvidas quanto a isso, mesmo em realidades tão diversas. As marcas se repetem. Os vestuários identificam grupos, chamados de “tribos” no linguajar descolado do marketing comercial atual que contrasta e esconde as ações de retiradas de territórios de comunidades tribais na África ou na Oceania. Um rotineiro engarrafamento na cidade de São Paulo basta para deixar claro que não basta ter à disposição tecnologia disponível para viver uma vida *patchwork*, não só as marcas dos carros se repetem, como suas cores hiper-reduzidas – no mercado de compra e venda e troca de peças não seguir as regras custa caro. E é obvio que a diferenciação se faz presente, mas de forma reduzida e com alto custo, como trarei adiante.

[...] A mercantilização generalizada reduz ao extremo o espaço de autonomia dos indivíduos, ao ponto de que os mais desprovidos chegam a vender seus próprios órgãos, após venderem mulheres e crianças. Trafico mundial de seres humanos, destinado ao comércio sexual e ao trabalho escravo, que lança a cada ano de 800 mil a 900 mil pessoas no mercado e que movimenta entre 7 e 8 bilhões de dólares, está em franco crescimento econômico e se exerce com “uma impunidade praticamente garantida”. Tudo está à venda. O triunfo do valor de troca não se deixa diminuir pelo livre arbítrio. É da natureza do capitalismo funcionar como um processo de homogeneização. Ele tem uma vocação para o achatamento, para o nivelamento. Indivíduos, povos, nações e culturas, formatados e indiferenciáveis, constituem seu ideal. Corta-se tudo o que ultrapassa, e o dinheiro, “equivalente universal”, é o podador de toda originalidade, de toda riqueza não monetária ou monetizável. A *macdonaldização* mundializada e a *coca-colonização* não são outra coisa (LABICA, 2009, p. 46, grifo do autor).

As ruas de pequenas cidades africanas, como Inhambane, e mesmo a capital Maputo, mostram a força da Coca-colonização, como mostra a Figura 18, onde se vê vários comércios pintados com o nome da empresa. Essa mercantilização desenfreada e generalizada suporta o que Samir Amín (2016) chamou de capitalismo de monopólio generalizado. E impacta diretamente nas dinâmicas de subjetivações dos sujeitos de diferentes maneiras.

FIGURA 18: COCA-COLONIZAÇÃO DA PAISAGEM EM INHAMBANE, MOÇAMBIQUE.



Fonte: Acervo pessoal (2016).

A generalização de Labica sobre a busca pela homogeneização no capitalismo, que pode parecer hiperbólica, mas não é, gera resistências. Nas quais ele, como revolucionário assumido que sempre foi, acreditou até o fim da vida. Resistências estas que crescem à medida que o Estado garante condições mínimas de dignidade e a sociedade se organiza politicamente ou à medida que cresce à barbárie, como quando *funcionárixs demitidxs* partem para o confronto direto com as empresas, sem tetos ocupam prédios, Sem Terras ocupam terras etc. O capitalismo se reorganiza, mas a lei da queda tendencial da taxa de lucro, elaborada por Marx, e o rebatimento na composição orgânica do capital, não. Decorre que o nível de precarização e exploração aumentam. O que não quer dizer que no horizonte de um desemprego estrutural, o simples fato de conseguir estar empregado não seja suficientemente forte para levar ao que Iasi chamou de serialização do sujeito e a um entendimento de privilégio (ANTUNES, 2018). Todavia, cada vez mais esses empregos subalternos não garantem as condições de dignidade³⁹.

³⁹ Não posso deixar de anotar uma passagem pessoal. Um dia me sento num restaurante do maior aeroporto do Brasil, em São Paulo. Peço primeiro um sanduíche. Depois uma coxinha. Apesar da vontade de tomar uma cerveja o valor me incomoda e não peço. Quando solicito a conta e o garçom, negro, como todos os outros 2 – a caixa era branca, me traz, noto que além do preço alto dos alimentos, que eram muito menores do que seus equivalentes fora do aeroporto e custavam mais, o estabelecimento cobrava 12,5% de taxa. Em função do desaforo anuncio que

Os comportamentos de autodestruição se multiplicam em consequência de uma tal ‘desumanização do trabalho’. observadores, além disso, não excluem a possibilidade do aparecimento na França, como nos Estados Unidos, de atos de agressão por parte de assalariados demitidos, retornando ao local de trabalho para se vingar⁴⁰. Acrescentemos ainda uma novidade: o trabalho deixou de ser uma tábua de salvação frente ao desemprego, uma vez que passa a assumir formas rebaixadas que os “trabalhadores pobres” já citados encarnam, como os “bicos”, empregos múltiplos, trabalho informal ou, mais amplamente na França, os contratos de duração limitada (C.D.I., Contrats à durée limitée). O hospital La Timone, em Marselha, viu-se obrigado a abrir um serviço de atendimento especializado em “sofrimento no trabalho”. Psiquiatras de Barcelona diagnosticaram, sob o nome de “Síndrome de Ulisses”, distúrbios psíquicos graves que afetam especificamente os trabalhadores migrantes.

Essa última categoria de trabalhadores não enfrenta somente manifestações racistas de todos os tipos [...], sofre, ainda, violências específicas no trabalho. Ora, se não fossem os ditos “trabalhadores ilegais” superexplorados, nossos consumidores urbanos veriam aumentar vertiginosamente os preços de frutas, legumes e roupas (LABICA, 2009, p. 20-21).

A reforma trabalhista aprovada no Brasil criou formas de contratações similares ao referido contrato de duração limitada francês. Mas antes de avançar sobre essa relação entre “modernização das leis trabalhistas” e o turismo, quero chamar atenção para o fato de que o mencionado capitalismo de monopólio generalizado relegou a um pequeno grupo de empresas o controle do comércio mundial de alimentos, como mostra a Figura 19. Tais empresas, além de marcarem a paisagem mundo afora com suas propagandas, dão o tom do que é comercializado e respondem, por conseguinte, por duas faces da mesma moeda: a desnutrição e a obesidade. Além de imporem aos países as dinâmicas de privatização dos bens comuns, notadamente da água. Este nível de domínio do mercado mundial assegura a estas empresas condições de baterem de frente com interesses das populações locais, muitas vezes com a anuência do Estado, enfraquecido e/ou parceiro diante do poder econômico e de (des)investimento que detêm. O que obriga os sujeitos a resistirem à perversidade da lógica mercantilista destas empresas, como se vê nas Figuras 20 a 25. As 4 primeiras são de uma manifestação contra a demissão de 1.250 *funcionárixs* da Coca-Cola em Madri, em 2014. As últimas são manifestações contra as ações da Nestlé em São Lourenço, no estado de Minas Gerais.

pagaria sem a taxa – que era opcional. O garçom não diz nada, mas expressa descontentamento. Para descontraí-lo digo: “com valores tão altos certamente a casa paga um salário descente, certo?” Ao que ele responde: “Não. Todos aqui ganham 1.080,00 reais na carteira. O resto é hora extra e os 10%”. São Paulo tem um dos custos de vida mais caro do Brasil. O estabelecimento, além de preços altos, cobrava 2,5% a mais “por nada”, já que apenas 10% vão para os funcionários super-explorados. É o império da ética delinquente!

⁴⁰ As citações entre aspas são de Marie Muller (2002) e El País (2003).

Na Figura 20, se vê o chamado para boicotar os produtos da Coca-Cola. Na 21, a reprodução de alguns dos slogans usados pela empresa para vender seus produtos seguidos, dos dizeres “hipócritas, mentirosos”. Na 22, uma faixa pedindo que a empresa não feche a fábrica e recontrate os demitidos. Na 23, a organização das mulheres trabalhadoras e em luta contra os desmandos da Coca. Na 24, um cartaz que foi colado por uma das moradoras, na porta de sua casa, que se organizam contra a privatização das águas medicinais de São Lourenço. Na 25, a ocupação do MST na sede da Nestlé, que, no começo de 2018, iniciou negociações com o governo brasileiro para privatização do aquífero Guarani, a maior reserva de água doce do planeta.

FIGURA 19: CONCENTRAÇÃO DAS EMPRESAS ALIMENTÍCIAS E TEXTIL.



Fonte: Internet (2018)

FIGURA 20: PANFLETO DE BOICOTE À COCA-COLA.



Fonte: Arquivo pessoal (2014)

FIGURA 21: SLOGANS DA COCA SEGUIDOS POR INSULTO.



Fonte: Arquivo pessoal (2014)

FIGURA 22: PROTESTO EM MADRI CONTRA O FECHAMENTO DA FÁBRICA DA COCA COLA.



Fonte: Arquivo pessoal (2014)

FIGURA 23: ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NO PROTESTO CONTRA O FECHAMENTO DA FÁBRICA DA COCA COLA.



Fonte: Arquivo pessoal (2014)

FIGURA 24: CARTAZ DE BOICOTE À NESTLÉ EM RESPOSTA ÀS AÇÕES DA EMPRESA EM SÃO LOURENÇO (MG).



Fonte Carta Capital (2018)

FIGURA 25: MILITANTES DO MST OCUPAM SEDE DA NESTLÉ EM SÃO LORENÇO (MG).



Fonte: Site do MST (2018)

As imagens permitem retomar o raciocínio adicionando outro elemento que compõe a narrativa turística de modernização: a sustentabilidade. Se na competição mundial para se estabelecer como destino o que conta é o diferencial, aí está o do Brasil: os bens comuns. E nessa onda de mercantilização generalizada tais bens são recolocados no debate público, tomando

emprestado o linguajar moderno da industrialização, como recursos naturais. Mas esta construção discursiva ignora a realidade dos fatos. Ou, dito de modo mais certo, os proponentes dessa narrativa não estão preocupados com as derivações da mercantilização dos bens comuns, tampouco com os rebatimentos, objetivos e subjetivos, da precarização trabalhista.

A reforma trabalhista foi apresentada no Brasil, assim como a flexibilização trabalhista em todo o mundo, como um avanço, como uma modernização, como o progresso. Labica (2009, p. 14) pensava que “Não é preciso recorrer às sutilezas da dialética para entender até que ponto são imbricados e interdependentes o progresso e a barbárie”. Penso justamente o contrário, sem uma exposição dialética do como se conforma o mercado de trabalho na sociedade de serviços não é possível contrapor essa narrativa que angaria mentes sedentas por encontrarem um sentido para a vida cada vez mais subsumida aos ditames do capital. É dizer, quando o autor diz em tom de obviedade que “Abrem-se restaurantes para cachorros e canais de televisão para gatos, enquanto populações inteiras estão desprovidas das condições mínimas de higiene (LABICA, 2009, p.15)”, querendo demonstrar o descalabro da apatia social de uma subjetividade cooptada por essa narrativa, conectar estas constatações com o curso no qual esta sociedade se encaminha se torna uma tarefa de primeira hora e grandeza.

O Presidente eleito prometeu acabar com o MTur (SANTIAGO, 2018). A CPTur recebeu a notícia calada, sem maiores manifestações. E por que o fez? Porque o próprio trade entende que tal Ministério é um empecilho para seus interesses. Segundo o documento entregue aos candidatos à presidente da República durante a campanha, o MTur ocasionou uma descontinuidade das políticas para o setor. Apesar de opiniões de especialistas e pesquisadores comprometidos com os aspectos sociais das políticas turísticas, o trade considera que as novas ações atrapalharam o setor, conquanto, em verdade, tenham sido responsáveis, no âmbito das articulações dos governos petistas, pela vinda de dois dos maiores megaeventos esportivos do mundo, a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos – com todos os equívocos no âmbito popular, como revela o livro organizado por Jennings (et al., 2014).

Desde a criação do Ministério do Turismo (MTur), em 2003, há uma séria descontinuidade das políticas públicas para o setor no Brasil, inclusive com o descumprimento da legislação que tornou o Plano Nacional de Turismo uma política de Estado. A deficiência de infraestrutura básica de serviços, em todas as áreas no País, inibe e atrasa também o ambiente de negócios e o desenvolvimento do turismo (PIRES, 2018, p. 12).

O nome do documento é muito simbólico: Turismo – mais desenvolvimento, mais emprego, mais sustentabilidade. A lógica é muito simples, ainda que extremamente equivocada: Com a flexibilização trabalhista, o fim do MTur – e uma esperada “desburocratização”, e o suposto aumento de investimentos no setor, o turismo passará a gerar mais empregos, que contribuirá para o desenvolvimento e modernização do país e a sustentabilidade dos ganhos econômicos. Sim, ganhos econômicos. É dessa sustentabilidade que se trata, como se depreende da leitura atenta do documento. E por isso há um silêncio da CPTur, notadamente do trade, a respeito do anúncio da extinção de outros dois Ministérios, o do Trabalho e o da Cultura. O que parece uma insanidade – planejar o turismo sem a regulamentação trabalhista e sem um forte investimento em cultura, é visto por esse grupo de empresários com muita tranquilidade e de modo positivo.

Logo após a reforma trabalhista a CPTur, começaram as demissões. Ramos (2018) registra com precisão as dimensões dessa nova fase para a classe trabalhadora, que vem consorciada com os ataques ao sindicalismo, à organização popular, e com o avanço da terceirização.

A Latam Airlines anunciou nesta segunda-feira (20) que irá demitir aproximadamente 1,3 mil trabalhadores e trabalhadoras e substituirá a força de trabalho direta por terceirizados. A medida atingirá o Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo, e o Aeroporto Internacional Tom Jobim, o Galeão, no Rio de Janeiro.

Para o presidente do Sindicato dos Aeroviários de Guarulhos (Sindigrú), Rodrigo Maciel, a previsão de demissão em massa anunciada pela empresa é resultado da reforma trabalhista, em vigor desde novembro de 2017, que retirou uma série de direitos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

“Estamos assistindo a aplicação de uma lei cruel para a classe trabalhadora implementada por este governo ilegítimo de Temer e seus apoiadores”, critica o dirigente. Segundo Maciel, a Latam, maior grupo de transporte aéreo da América Latina, caminha na contramão da garantia de segurança no setor e do respeito aos direitos dos trabalhadores (RAMOS, 2018, s/p).

Como é possível que essa face patronal da CPTur imponha com tamanha desfaçatez um discurso altamente prejudicial para os sujeitos como se fosse a salvação da lavoura? Para dizer o mínimo, desrespeita inclusive o documento liberal que norteia o turismo no mundo todo, o Código Mundial do Turismo (CMT). Essa ação que parece incoerente tem ainda um rebatimento mais profundo e que concretiza a coerência arquitetada dessa política econômica travestida de política social: a exclusão de determinados sujeitos, de determinados segmentos sociais, quais

sejam, os que não respondem ao referencial do sujeito do desenvolvimento. Se, como diz o próprio atual PNT, o aquecimento do mercado interno é dependente da melhora das condições de consumo da população, qual o sentido de apostar na troca dos atuais postos de trabalhos por outros ainda mais precarizados, inclusive com piores remunerações? E a resposta é verificada na insatisfação elitista e amplamente divulgada dos sujeitos que dividem essa concepção de mundo com a ascensão social de parte da classe trabalhadora.

No âmbito do mercado doméstico, de acordo com as análises da Organização Mundial do Turismo, calcula-se que o turismo interno é dez vezes maior que o volume do turismo internacional. O Gráfico 12 indica que cerca de 50% dos domicílios com telefones fixos no Brasil possuíam ao menos um morador que viajou pelo Brasil durante o ano de 2017. Verifica-se, também, que quanto maior a classe de renda, maior a proporção de domicílios que indicaram ter ao menos um morador que consumiu viagens de turismo em 2017 (BRASIL, 2018, p.36).

Considerando que um dos fatores que impulsionaram a retomada da atividade econômica brasileira, em 2017, foi o incremento do consumo das famílias, impulsionado pelo controle da inflação e pela redução da taxa de juros, é preciso intensificar as ações para consolidar o turismo como um item da cesta de consumo dos brasileiros (BRASIL, 2018, p. 37).

Esta parte da população alijada dos melhores postos de trabalho são procuradas como segmentos cooptados por grandes empresas. Assim como a Casas Bahia, o parcelamento e os roteiros fechados permitem a ida ao paraíso da classe trabalhadora. Ou quase isso. As táticas são difusas e emaranham as diversas frações da classe trabalhadora em narrativas que as aproximam, da forma possível para cada uma delas, da vontade/necessidade de viajar e desfrutar uma parte desse paraíso chamado mundo. É a possibilidade de ser mais um daqueles sujeitos “mais viajados” do qual falava De Masi. A maior delas, no Brasil, começa agora sua política de expansão internacional depois de comprar inúmeras empresas nacionais, e começa justamente pela Argentina, país que atravessa um governo igualmente neoliberal e descompromissado com a classe trabalhadora (G1, 2018). Essa precarização do trabalho não é contabilizada na sustentabilidade pretendida. Contudo, os turistas não querem pagar para se sentirem exploradores, por isso é que o que vende é a sustentabilidade, a modernização, o desenvolvimento. Quem não quer participar de uma atividade que gera empregos, conserva a natureza e ainda moderniza os territórios? A contradição fica entre discurso e realidade. A soma das promessas de extinção de Ministérios do presidente eleito coroa a lista com a cereja do bolo dessa incoerência: o fim do Ministério do Meio Ambiente e sua fusão com o Ministério da

Agricultura, responsável pela manutenção e intensificação das ações do agronegócio no campo, relatadas na primeira parte e completamente descompassadas com a conservação ambiental.

Segundo o relatório, o Brasil é considerado o número 1 do planeta no quesito diversidade de recursos naturais, além de se destacar como 8º classificado no item recursos culturais. No entanto, apesar desta vantagem comparativa, no quesito “priorização do setor”, fica na 106ª posição e no item “ambiente de negócios”, em 129º, devido à ineficiência do arcabouço legal, burocracia e impostos elevados (BRASIL, 2018, p. 43).

Para tornar os destinos, produtos e serviços turísticos cada vez mais competitivos e sustentáveis, em um mercado que se transforma à velocidade nunca vista, é imprescindível que se compreenda o processo de desenvolvimento territorial regionalizado e cooperado, assim como se observe e invista em inovações contínuas no setor, respeitando os princípios da sustentabilidade no turismo (BRASIL, 2018, p. 54).

A mecânica dessa engrenagem de exclusão se lubrifica com estas políticas de modernização/desenvolvimento. Ao invés de postos de trabalho mais dignos, a CPTur se soma aos fornecedores de empregos subalternos, precários, ou lixo, como diz o holandês Bregman (PELLICER, 2017). O aprofundamento do fosso social que divide classes e frações de classe contribui para que o outro seja visto como não pertencente à minha tribo, ao meu grupo. O aparato midiático, que conta com a poderosa indústria do marketing, é mobilizado para dar um rosto ao outro amigo, e um ao inimigo. Isso cria o aumento da sensação de insegurança, que por sua vez reforça o aumento da violência – derivada direta da guerra como política, como explica Labica (2009). A paz, pressuposto (teórico) do turismo, não tem lugar. *Todxs* são *vitimadx*s, algumas pessoas primeira e mais severamente, pagando com a própria vida por esse projeto político!

A insegurança, garantem, reina por toda a parte... justamente quando finalmente se reúnem as condições para uma civilização pacificada e pacífica. *Em princípio*. O *discurso da insegurança*, constantemente retomado nas metrópoles ocidentais, tem uma dupla função. Ele registra e amplifica o incontestável aumento da violência: delinquência e “incivilidades” nas cidades, na escola, nos transportes públicos, nas estradas; a origem social desse aumento, entretanto, é dissimulada. Transforma, assim, a violência na televisão numa “questão social decisiva”, que absorve regularmente as energias sociológicas, psicológicas, éticas, políticas e policiais, com o objetivo de proteger as queridas cabecinhas louras. Como se a imagem, de informação ou de ficção, não fosse o estrito reflexo das violências reais. Ele autoriza o poder, sob o pretexto do avanço da extrema direita, a reforçar os órgãos repressores (aumento do número de policiais, abertura de novos centros de detenção), a restringir as liberdades (vigilância eletrônica dos cidadãos, reforço dos procedimentos de controle), a impedir a entrada no território (caça aos migrantes, expulsões brutais) e a criminalizar os excluídos

(sem-documento, desempregados, indigentes) (LABICA, 2009, p. 17, grifo do autor).

A realidade social da França é diferente do Brasil. Apesar disso, os retoques que faço nas ponderações do autor são que por aqui o crescimento do discurso da insegurança, bem como das medidas de controle e repressão, têm na “extrema esquerda” seu alvo, e à lista dos criminalizados eu incluo a perseguição aberta à população LGBT e negra, a determinadas religiosidades (notadamente de matriz africana), aos movimentos sociais e aos sindicatos.

Diante desse aumento da violência, parece impossível pensar uma turistificação da vida cotidiana. Mas não é. Ao contrário, se em determinadas situações-limite a violência refreia o fluxo turístico, à medida que a sua promoção vai se constituindo considerando esse novo componente, segurança, ela passa a concorrer por experiências de uma vida plena. É dizer, eu quero ir ao paraíso, mas quero ir com segurança. Por isso o atual PNT a coloca como um dos seus eixos estruturantes. O que não se diz sobre isso é que a própria vida que se turistifica, se transforma num grande evento, como quer Melo Neto, é acometida pela violência difusa de um embate não mediado pela racionalidade, mas pelo estado de alerta e prontidão a rechaçar o outro, visto, a princípio, sempre como uma ameaça – o que cresce conforme se acumulam marcadores sociais (gênero, etnia, sexualidade). Por isso, à visão idealista temos que opor a realidade dos fatos. Ou seja, onde estão os conflitos?

[...] entre nações, entre povos, entre, civilizações, entre classes, na economia, na política, na ideologia, na alimentação, na cultura e na agricultura..., na rua, na escola, no estádio, na família, no casal, na oficina, na exploração agrícola, na empresa... A produção de malfeitorias de todos os tipos se desdobra na produção de meios para deter essas malfeitorias que, por sua vez, se multiplicam ainda mais... A “espiral da violência”, deplorada pelas boas consciências, está realmente inscrita num sistema, o sistema das relações capitalistas de produção no estágio da globalização, pudicamente chamado também de neoliberalismo (LABICA, 2009, p. 31).

Interessa notar como várias dimensões desse conflito generalizado dizem respeito à CPTur. Melo Neto (2013) acredita, por exemplo, tal qual De Masi e *outrxs*, que a subjetividade contemporânea na sociedade de serviços, à medida que se aproxime dos eventos, estaria orientada para a busca de prazer e que, assim, o turismo seria, independente das mediações práticas e discursivas, o meio pelo qual os sujeitos se aceitariam.

Por exemplo, uma peça de teatro, um jogo de futebol, uma exposição de sucesso transmitem emoções que desenvolvem sentimentos compartilhados. Os

megaeventos esportivos, os megashows, e as megaexposições são eventos promotores de verdadeiras catarses coletivas⁴¹.

Por meio de sua participação em eventos, o homem moderno reaprende a ter emoções, desenvolve o seu senso crítico, aprimora suas visões, preza a liberdade e adquire maior sensibilidade. E, com isso, aprimora a sua vida emotiva e social, transpondo as fronteiras estreitas das emoções do erotismo, da sensualidade e das aventuras amorosas, além dos transe religiosos. Por outro lado, o evento surge como um campo experimental, com novas oportunidades de criação e recriação de temas, aumentando espaços de criatividades para leigos e profissionais.

Os problemas e desafios da vida moderna são representados, analisados e debatidos por meio de eventos que utilizam diferentes estéticas e linguagens.

Participando de eventos, as pessoas educam seus sentidos, aprimoram seu olhar, adquirem uma nova visão de mundo, absorvem novos conhecimentos e vivem novas experiências. Enfim, ultrapassam os limites da vida particular.

O autor está seguro de que o evento é um acontecimento destituído de ideologia. Ele o trata como uma experiência supra-ideológica. Quais concepções de mundo são reforçadas na indústria do marketing atual? Quem é o público-alvo das empresas promotoras de evento, notadamente megashows, megaeventos? Uma observação para os estádios de futebol durante a Copa do Mundo do futebol ocorrida em 2014 não deixa dúvidas. Não recorrerei ao detalhamento da cadeia de mortes crescentes na preparação para este megaevento nas suas últimas edições. Basta registrar que para o mundial de 2022 o número registrado de mortes em 2014 era de mais de 1.200 pessoas (UOL, 2014).

Esse mar de violência gera duas ondas muito conhecidas e que deveriam ocupar lugar de destaque nas pesquisas sobre turismo. De um lado, um comércio particular, que em todas as partes do globo deixa sua marca nas paisagens e nas dinâmicas sociais. De outro, uma busca por lugares seguros que permitam viver a vida como se todos os dias fosse um domingo, como prometem as campanhas publicitárias. E, claro, em contato com a natureza, destruída em outras partes pelo agronegócio que grande parte destes empreendimentos apoia se relaciona. Sobre esse comércio da segurança, o que mais chama atenção, no Brasil, é que os sujeitos colocados nos piores postos de trabalho dessa sociedade de serviços, são os mesmos que caricaturalmente são eleitos como vilão dessa estória mal contada. Assim que é um comércio que envolve o

⁴¹ Os atuais protestos durante shows do cantor Chico Buarque, uma das vozes mais conhecidas de combate à ditadura militar brasileira que perdurou de 1964 a 1985, quando ele apoiou publicamente o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, bem como as vaias ao cantor Roger Waters, internacionalmente conhecido pelo seu engajamento político, quando este se mostrou contrário ao crescimento do discurso de ódio no país e ao seu principal porta voz, o então candidato a presidente, Jair Bolsonaro, revelam um ódio de classe que ultrapassa a capacidade da experiência turística aplaciar tais contradições.

assassinato sistemático e a humilhação da população negra. O que dizer dos casos envolvendo o constrangimento em serviço de uma advogada e de um advogado negro por policiais e seguranças? E do ponto de vista do interesse turístico mais imediato, por autoproteção dos “atrativos turísticos” a CPTur devia se posicionar contra o assassinato das populações tradicionais, por exemplo, e contra o encarceramento em massa da população negra. Mas silenciam para ambos as injustiças. Como se cada preso não fosse um sujeito a menos realizando a experiência turística e se preparando para ser o homem moderno viajado.

Sabe-se ainda o que significa atualmente o “assédio sexual” e o aumento considerável da taxa de suicídio entre os jovens, estreitamente ligado à “dificuldade de viver”. O comércio, ele, não tem do que se queixar. Uma publicação especializada lançou um dossiê dedicado ao “big bang do mercado da segurança” que revela que “o *business* do medo”, o “*pain market*”, representa 6 bilhões de dólares e 158 mil empregos, e que entre seus clientes estão particulares, empresas, municípios e até mesmo Estados. As prisões por si só contituem um significativo nicho de empregos (LABICA, 2009, p. 22-23).

Assassina-se e encarcera-se em massa determinados segmentos da população, à medida que, a revelia da opinião pública, avança a privatização dos presídios no Brasil. É um movimento articulado? Se nos EUA essa indústria prisional já é um dos maiores empregadores do país, por aqui o cenário avança sem qualquer discussão pública a respeito. Oferecem-se estes empregos terceirizados e precarizados para uma população que vê seus direitos à cultura, turismo, educação, serem suprimidos num plano político-ideológico chamado cinicamente de ponte para o futuro!

O não ingresso destes sujeitos no mercado consumidor turístico (que lhes é de direito, constitucionalmente, no Brasil) é só uma das ondas desse mar de barbaridades. A outra, como dito, é o encastelamento dos sujeitos em condomínios. O que Dunker (2015) chamou de psicopatologia da vida entre muros. E se a vida, para Melo Neto e quem corre na mesma raia, é uma eterna busca por divertimento, é exatamente que a vida entre muros promete. É como estar de férias permanentemente!

[...] Um projeto pacientemente construído desde os anos 1970, a partir de interpelações publicitárias muito características:

“Portal do Morumbi. Aqui todo dia é domingo” (1975)

“Granja Julieta. Vá lá e more feliz.” (1976)

“Vila das Mercês. O direito de não ser incomodado.” (1980)

“Verteville 4 – em Alphaville –, soluções reais para problemas atuais.” (1987)

“Desperte o homem livre que existe em você. Mude para Chácara Flora.” (1989)

As chamadas enalteciam a ideia de que em um condomínio dois problemas cruciais para a classe média seriam resolvidos conjuntamente: a segurança e o acesso a serviços. Contudo, de todos os elementos importados pela retórica dos novos condomínios brasileiros de seus equivalentes americanos, um se destacava pela ausência: a promessa de uma comunidade racialmente integrada. Esse tópico chega a ser escandalosamente suprimido nas propagandas que se valiam de testemunhos estrangeiros, com tradução legendada. Nossos condomínios, ao contrário, continuavam a primar pela distinção entre elevadores e entradas e saídas “sociais”, de um lado, e de “serviço”, do outro (DUNKER, 2015, p. 49).

A um só tempo Dunker põe abaixo dois “mal-entendidos” dessa história. O primeiro de que com mais tempo livre os sujeitos evitariam a contratação e passariam a cuidar da sua autoconservação. Indo na mesma direção da pesquisa de Nunes, Dunker mostra que mais tempo livre combinado com racismo e elitismo (para não falar ódio de classe) se fundem em práticas coloniais que, se assustam alguns, permanecem vivas nas relações sociais Brasil afora. Como é possível falar de um turismo que uma pessoas de diferentes classes sociais, países, religiões, gêneros e sexualidades se a marca indelével do racismo não descansa nem nas horas de descontração? O portal de notícias da Record (R7), um dos maiores grupos midiáticos do Brasil (ligado à igreja Universal do Reino de Deus), e o Diário do Centro do Mundo (DCM), blog de notícias independente e com cunho progressista, noticiam a mudança nas construções de apartamentos em Portugal para satisfazer esse fetiche colonialista da população brasileira. O direito de não ser incomodado desse sujeito livre (que na própria generalização do ser humano como “homem” evidencia seu racismo, nesse particular conhecido como misoginia) que pode viver a vida como se fosse um eterno domingo, precisa ser garantido pelos serviços, que, por seu turno, também não podem tirar o sossego dos patrões com sua presença incômoda em determinadas áreas sociais. Por isso parte da população lê tais notícias sem nenhuma perplexidade.

O jornal O Globo publicou, nessa última semana, coluna do jornalista Ancelmo Góis com a seguinte notícia: “Brasileiros compraram um terço dos imóveis vendidos em Lisboa no ano passado”.

Na matéria, que também apresenta o ranking de compradores estrangeiros, o jornalista explica que é tamanha a procura de brasileiros por imóveis em Lisboa que as empreiteiras locais estariam sendo obrigadas a se adaptar ao novo perfil de consumidor.

Mas vejam quais exemplos de adaptações teriam sido feitas para agradar o público brasileiro: “quarto dos fundos” (o quatinho de empregada), “área de serviço” e até “tanque”.

Isso, mesmo. Pelo levantamento do jornalista, a diferença no gosto de consumidores europeus e os daqui é que os brasileiros pedem dependências para empregadas domésticas. *Prédios construídos com entrada de serviço, elevador de serviço, quarto de empregada e tanque para lavar as roupas em casa.*

Fica nítida mais uma vez a peculiaridade na nossa cultura, na evolução da formação do povo brasileiro, da divisão entre casa grande e senzala, e como essa origem colonial e racista carrega consequências nas mais diferentes formas, inclusive nossa arquitetura e urbanismo (DCM, 2018, grifo nosso).

O maior tempo livre associado ao aparecimento de eletrodomésticos que facilitam a vida dos seres humanos não era o horizonte vislumbrado por De Masi e ainda hoje defendido por algumas pesquisas, inclusive no turismo? Por que pedir tanques de lavar roupas, essa tecnologia rudimentar para quem presta trabalhos domésticos? Por que a exigência de que a pessoa durma no trabalho? Por que o Brasil é o país que mais tem empregos domésticos (BETIM, 2018)? As respostas são complexas e fogem do escopo desta pesquisa, mas certamente uma coisa salta aos olhos: o complexo colonialista nunca debatido ampla e publicamente no Brasil e as poucas políticas públicas (sempre alvo de contrariedade das elites e de parte da classe média) têm papel decisivo. Assim, à medida que o Brasil ganhou destaque na economia mundial e, ainda que pontualmente, criou condições para ascensão social/econômica da classe trabalhadora, a elite começou um movimento de saída do país, que tem em figuras como Luana Piovani outros ícones midiáticos que saíram do país sua expressão maior de rechaço ao imbróglio social que ganha corpo em função do crescimento do foço social e do racismo.

O aumento do poder econômico dessa elite brasileira agora submete a cultura portuguesa, numa repetição da história. A mercantilização que tudo poda sob o julgo do império do valor volta a mostrar sua cara. A ética e os bons costumes do país de primeiro mundo, sempre visto numa relação reificada pela elite brasileira, cede lugar ao racismo mais escancarado e ignóbil possível. A contrapartida social dessas exigências esdruxulas, todavia, não tem vez. Ou seja, mesmo relegando tanques às suas empregadas (e digo no feminino porque essa é a realidade brasileira) e exigindo que durmam no serviço, esses sujeitos modernos, viajados, lidos, com muito tempo livre e muito dinheiro no banco não compensam decentemente pelos serviços prestados, como relata o trecho citado da reportagem de Goussinsky (2018, s/p.).

E do mesmo jeito que os portugueses trouxeram sua cultura, os hábitos da corte, a linguagem, o "xis" tão presente no sotaque carioca, *os brasileiros, desta vez, levam de volta alguns hábitos*, entre eles a novela, o samba, e *a arraigada necessidade de contar com uma empregada doméstica que durma na casa dos patrões.*

Neste sentido, *os empreendedores nem se dão ao luxo de discutir as questões éticas e culturais, em tempos em que esse estilo até certo ponto patriarcal tem sido debatido, impostas pelos novos compradores. Em Portugal, há o serviço doméstico formalizado, mas de uma maneira que difere da do brasileiro, com menos horas trabalhadas e melhores salários.* E, nos últimos anos, até recentemente, cômodos de serviços raramente faziam parte dos projetos.

A corretora Célia Aguiar, associada de um importante imobiliário de Lisboa, afirma ao R7 que a construção de imóveis residenciais que incluem quarto de empregada era comum no país até os anos 70. E, depois de um período de baixa, foi retomada agora, muito em função da demanda brasileira, já que este tipo de serviço, no qual a funcionária dorme no local de trabalho, não é comum em Portugal.

— Na verdade, a realidade do setor imobiliário português é um pouco distinta da realidade brasileira, no entanto o mercado de construção e reabilitação está atento para procurar oferecer imóveis que coincidam com as exigências dos novos investidores.

Célia observa que, *em Portugal, a profissão de empregada doméstica é comum, mas com muitas diferenças em relação ao Brasil. Em geral, as empregadas são contratadas por dia ou por hora. E ganham um salário médio entre 700 e 1.400 euros (cerca de R\$ 2.890,00 e R\$ 5.780,00) dependendo das horas trabalhadas.*

— É comum o trabalho de domésticas externas, não são internas como muitas no Brasil, não dormem, a não ser em casos em que há crianças pequenas, mas certamente se trata de uma minoria.

O especialista João Ricardo Costa, professor de Economia do Ibmecc, confirma essa nova tendência e acredita que ela é uma das consequências do aumento da procura de brasileiros por imóveis no país.

— Isto (a inclusão de quarto de empregadas na planta) tem acontecido sim, o próprio mercado está respondendo a essas demandas. Há uma diferença de cultura, embora exista uma relação muito boa de Portugal com o Brasil e um processo de conhecimento de nossa cultura. E as incorporadoras têm respondido a essa diferença, tenho visto isso, essas modificações já para aproveitar essa intensa alta de investimentos em Portugal.

Costa ressalta que as questões éticas e de direitos humanos, ligadas à inclusão de um item que em vários países está ficando cada vez mais superado, ficam de lado nesta situação, que prioriza acima de tudo a necessidade da conclusão do negócio.

— A incorporadora não vai discutir isso, vai seguir a demanda, se a demanda pede isso ela vai fazer e oferecer, se a discussão que fazemos como sociedade não refletir na demanda, a incorporadora vai continuar fazendo desta maneira.

O atual salário mínimo (referente ao ano de 2018) das empregadas domésticas no Brasil é de R\$ 954,00, em câmbio corrente (11/11/2018) 225 euros. Duas fotos retratam com precisão cirúrgica esse quadro nacional, em vias de exportação. Na Figura 26, se vê uma típica família elitista brasileira, com sua “arraigada necessidade de uma empregada doméstica (negra)” indo protestar a favor do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, que sintetizava uma proposta

política a favor do enxugamento do Estado, contra a PEC das empregadas domésticas, contra as políticas de inclusão social, contra as demarcações dos territórios das populações tradicionais, contra uma perspectiva minimamente progressista. Em que pese a aparente contradição, em tais protestos, que tinham como mote serem contra a corrupção, o projeto político que os sustentavam era exatamente o oposto, contra o combate a corrupção. Basta dizer que logo após o impeachment da presidenta, o presidente em exercício extinguiu a Controladoria Geral da União– CGU, órgão criado durante os governos petistas para combater a corrupção, e no seu lugar criou o Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, para o qual indicou um ministro que acabou renunciando por ter sido gravado orientando o então senador Renan Calheiros, que o havia indicado para o cargo após a extinção da CGU, a se desvencilhar das investigações da operação conhecida como Lava Jato (MOTA, 2017). O cachorrinho, que alimenta a crescente indústria pet (em detrimento dos seres humanos, como lembra Labica) e a camiseta da seleção brasileira são o arremate final nesse quadro pseudo-patriótico.

FIGURA 26: CASAL PASSEIA DURANTE PROTESTO A FAVOR DO IMPEACHEMENT DE DILMA ROUSSEFF COM SEU PET ENQUANTO A EMPREGADA NEGRA CARREGA OS FILHOS.



Fonte: Acervo de imagens do Google a respeito das manifestações pró-impeachment de Dilma Rousseff (2018).

Na Figura 27, uma senhora, diante de uma avenida movimentada, na qual dois sujeitos brancos passeiam de bicicleta em meio aos carros e outros transeuntes, vestindo a camiseta do presidente eleito, que, não me canso de repetir, era membro e um dos principais porta-vozes da bancada evangélica, com posturas racistas (que no sentido aqui empregado abarca ser também homofóbico, misógino, contra a diversidade religiosa etc.), do auto de sua sapiência e com toda a elegância que sua classe e sua concepção de mundo lhe permitem, berra com uma criança que, com todo o glamour e irreverência de sua origem social, temperados com a sagacidade da infância, responde com um gesto muito sugestivo, cuja potência as palavras não alcançam, mas a imagem não deixa dúvidas: um lado quer impedir o futuro digno de nossas crianças e garantir seus privilégios, o outro resiste como pode e busca seus sentidos de vida!

FIGURA 27: CRIANÇA MOSTRA SUA INDIGNAÇÃO CONTRA OS BERROS DA SENHORA QUE VESTE A CAMISETA DE BOLSONARO.



Fonte: Acervo de imagens do Google a respeito das eleições presidenciais no Brasil (2018).

Gritar contra a pobreza, e às vezes com a própria personificação dela, como na foto, é mais fácil, ainda que menos eficiente, de dentro dos condomínios. Cercados em um parque de

diversões por muros, câmeras, seguranças, guaritas e alarmes não há porque debater privilégios e direitos coletivos, estão entre iguais. E essa não é uma peculiaridade da elite brasileira.

Diante disso tudo, será que a turma do 1% topa abrir mão de seus privilégios para que a imensa maioria dos milhões de brasileiros tenha uma vida mais digna? Uma das pioneiras mundiais em estudos sobre desigualdades e atualmente vice-presidente do Conselho Internacional de Ciências Sociais, a socióloga mineira Elisa Pereira Reis, costuma dizer que, historicamente, as elites do Brasil, como também as da África do Sul, das Filipinas, de Bangladesh e do Haiti, enxergam que são afetadas por problemas causados pela pobreza e a desigualdade, mas preferem se proteger de forma individual, gastando com muros, alarmes e segurança, em vez de apoiar políticas públicas que contornem a situação (BARROCAL, 2018, s/p).

Fechados em lugares nos quais se imaginam seguros, apartados dos problemas sociais do povo – que nunca são contrapostos com os projetos políticos por eles apoiados, esses sujeitos modernos, viajados, lidos, que só querem descansar em paz, optam por não resolverem problemas estruturais, como o racismo, antes, caminham no sentido de reforçar os estereótipos sociais e delimitar seus lugares. Mas algo escapa nesse plano perfeito.

As diferenças de classe e raça não foram tocadas, mas “resolvidas” por meio de um sutil código de circulação e de convivência apartada entre os serviçais e os moradores. Seria preciso descobrir como foi possível inventar uma forma de vida comum sem uma verdadeira comunidade.

[...]

Daí que tenhamos uma forma de vida caracterizada pela proposta de articulação entre dialética do amor e da amizade, expressa em uma comunidade de cuidado que é extensão integrada da família, com a dialética do direito e da ética, expressa por uma administração particular profissionalizada. Uma vida governada segundo exigências de autorrealização, em que o conceito de “estilo de vida total” funciona como elemento de unificação teológico-metafísica dos diferentes sistemas simbólicos – serviços bancários, alimentação, escola, serviços domésticos, compras e até mesmo o trabalho, tudo isso é realizado nas imediações. Mas é precisamente nesse ponto que algo parece escapar ao esperado. A forma de vida em condomínios vem sendo retratada, de forma sistemática, como repleta de mau gosto, investida de artificialidade, superficialidade e esvaziamento. O crime ressurgiu dentro dos condomínios: primeiro, pequenas desobediências de trânsito, depois, consumo de drogas e, finalmente, desavenças entre vizinhos (DUNKER, 2015, p. 50-51).

Aqui começa uma parte importante, e quase nunca debatida, dessas transformações sociais na sociedade de serviços. Com sujeitos caçando seus lugares em meio a um atropelo de narrativas nem sempre convergentes, e com a necessidade de buscar empregos em meio a um desemprego estrutural crescente, uma diversidade de serviços é ofertada. Muitos desses se valem, em seu marketing, do aspecto da segurança. Forma-se uma economia do compartilhamento e do

gerenciamento remoto (o grande *Big Brother* do Orwell volta à cena). Se nem entre ‘iguais’, como num condomínio, cessam a violência e a insegurança, como posso confiar no entregador de pizza ou no taxista? Deixo, então, que uma *startup*, que se apresenta por um simpático e confiável aplicativo, monitore e garanta o padrão e a segurança do serviço prestado.

Outros componentes se juntam à segurança para consolidarem essa economia emergente: comodidade, baixo custo, um discurso ambientalmente mais responsável e a possibilidade de um encontro real com o outro. Há muito a ser dito sobre a comodidade, essa sustentabilidade ambiental os valores dos serviços prestados, sobre esse último inclusive no tocante à precarização trabalhista. Deixo a missão para outros e foco na possibilidade de um encontro ‘real com o outro’ mediado pela segurança dos serviços contratados.

O turismo ‘massificado’ à medida que se expande, e esta expansão talvez seja a única parte boa nessa história, deixa um rastro de descontentamentos. Tal qual a experiência em condomínios, cria-se uma aversão generalizada, ao menos em discurso, a esse tipo de prática. A experiência condominial turística tem sua maior expressão em pacotes *all inclusive*, cuja proposta é que ao se dirigir até tal estabelecimento o turista encontre tudo o que precisa ali, com refeições e bebidas à vontade, e assim não precise deixar o local. Criam-se pequenas bolhas que ignoram a realidade local. Esse que foi um modelo que já teve seu auge, ainda que sobreviva, é cada dia mais criticado. Em seu lugar as ‘experiências reais’ ganham lugar de destaque na literatura especializada.

Tom Slee (2017) faz uma profunda análise da economia do compartilhamento em seu livro *Uberização: a nova onda do trabalho precarizados*, com seus rebatimentos para a precarização do trabalho e a sedutora narrativa das experiências reais. Particularmente a esta última, ele descreve a tática de uma das principais startups mundiais de hospedagem.

Em 2016, uma campanha publicitária do Airbnb exorta a não sermos turistas: “Não vá a Paris, não passeie por Paris e, por favor, não seja turista em Paris”. Mas, então, arremata: “Viva em Paris... em que seja só por uma noite”. O executivo Jonathan Mildenhall, do Airbnb, contou ao Adweek que a campanha reflete a crescente “demanda por experiências que não são as experiências tipicamente turísticas, que de fato reflitam melhor como é viver em um local”.

Infelizmente, o Airbnb está contribuindo para a erosão das experiências que celebra (SLEE, 2017, p.80).

Em troca de ganhos que deveriam ser complementares para alguns, é justo sacrificar o local de moradia de outros tantos? Uma cidade corroída pela lógica mercantilista turística não

tem como oferecer mais que um simulacro do que foi outrora uma experiência comunitária ali. Sejam os cafés parisienses, sejam as bibliotecas madrilenas, sejam os botecos em Havana, tudo ganha outro sentido e novas dinâmicas quando as populações locais começam a ser enxotadas pela dinâmica turística. Essa violência ao direito fundamental, à moradia digna, e aqui os laços com o lugar, constituintes dos territórios, não podem ser postos de lado, leva à uma insegurança territorial que tem fomentado o que já se conhece mundialmente como turismofobia.

O poder destas empresas, que independentemente de discursos mais ou menos progressista e adaptados aos novos termos dessa sociedade se movem dentro da lógica do capitalismo de monopólio generalizado (AMÍN, 2016), é forte o suficiente para que elas desafiem os poderes estatais. A resultante dessa imposição de valores de mercados (essa mercantilização que decepa as cabeças acima do denominador comum chamado dinheiro) combinada com a dinâmica turística leva a uma gentrificação nos territórios, e, portanto, a um aniquilamento destes. Slee dá um resumo preciso dessa combinação.

Em Paris você pode alugar sua residência principal por curtos períodos para pessoas em férias, mas o governo da cidade acredita que dois terços das propriedades que estão sendo alugadas em contratos muito curtos não se enquadram nessa categoria. Como de costume, o Airbnb ofereceu banalidades, mas não dados, na hora de se contrapor a essa crítica. Em fevereiro de 2015, a empresa firmou um acordo com a prefeitura de Paris para cumprir a lei, mas em maio do mesmo ano as relações pareciam ter novamente piorado quando a administração municipal fiscalizou dois mil anúncios no Marais. O funcionário local François Plottin disse: “O centro de nossa cidade está ficando deserto. Mais e mais, são apenas turistas”.

[...]

O slogan da corporação – que diz permitir a seus usuários “viver como um local” – perde o sentido quando não há mais locais no pedaço; o mote de promover uma cidade compartilhada soa cada vez mais como uma fachada para uma empresa norte-americana que não está interessada em entender que outras cidades e outros países são diferentes, e têm o direito de fazer suas próprias regras por suas próprias razões (SLEE, 2017, p. 79, grifo nosso).

Autodeterminação territorial. É isso que se perde quando empresas começam impor seus próprios objetivos a toda uma comunidade independente da opinião dos autóctones. E os sujeitos vão sendo capturados por esse atordoamento discursivo que, sem uma mediação crítica, soa altamente sedutor e revigora nossos princípios desenvolvimentistas. E por isso são tantos os discursos e as narrativas. Na intenção de atingir grandes grupos. E quanto ‘menos viajado e menos lido’ o sujeito é, mais se deixa capturar. Certo? Não! Um passeio pelo boulevard no centro

histórico de Havana ou em Madri mostram que não. São ocupados por um sem número de turistas europeus, portanto, sujeitos do primeiro mundo, do mundo moderno e desenvolvido.

O sujeito contemporâneo é atravessado por narrativas contraditórias. Ainda que seja sobredeterminado pela metanarrativa capitalista, que agrupa e se constitui dessa multiplicidade de narrativas (muitas vezes contraditórias, insisto), estes sujeitos transbordam essas contradições em suas práticas e discursos, mas, sobretudo, em seus desejos. Sem uma aproximação atenta e rigorosa entre essas dinâmicas sociais, será impossível uma leitura crítica e profunda dos alcances da narrativa turística nos processos de subjetivação do sujeito contemporâneo. Bem como não será possível uma análise nestes termos do contributo da CPTur para oferta de emprego e renda que garantam dignidade e respondam às novas demandas destes sujeitos, de início, todos turistas. Se a CPTur ocupa lugar de destaque nessa reorganização do capitalismo, é dizer, nessa sociedade de serviços, então deve ela igualmente ocupar destaque nas formulações de respostas aos problemas sociais, novos e atuais. Isso passa por compreender com exatidão os alcances do turismo como fenômeno social. Uma medida inicial é aproximar o turismo do conceito de mercadoria, e a relação reificada que hegemonicamente se estabelece com ele do conceito de fetichismo da mercadoria. De outro modo, o turismo seguirá construindo discursos e práticas que em maior ou menor medida fortalecem e legitimam esse modo de produção e suas implicações, tanto no âmbito do trabalho, quanto no âmbito ambiental.

Tomemos a questão do “fetichismo da mercadoria”, por exemplo. Há uma clássica piada sobre um homem que acredita ser um grão de milho e é levado a uma instituição mental em que os médicos fazem de tudo para finalmente convencê-lo de que ele não é um grão de milho mas sim um ser humano. Quando ele recebe alta (convencido de não ser um grão de milho mas sim um homem) e permitem que ele saia do hospital, ele imediatamente volta tremendo. Há uma galinha na porta e ele teme que ela irá comê-lo. “Meu caro”, diz o médico, “você sabe muito bem que você não é um grão de semente e sim um homem.” “É claro que eu sei”, responde o paciente, “mas a galinha sabe disso?” O que isso tem a ver com o conceito de fetichismo da mercadoria? Leiamos o que dizem as palavras iniciais do subcapítulo sobre o fetiche da mercadoria n’*O capital*, de Marx: “Uma mercadoria aparenta ser, à primeira vista, uma coisa óbvia, trivial. Mas sua análise a revela como uma coisa muito intrincada, plena de sutilezas metafísicas e caprichos teológicos.” (p. 146) O fetichismo da mercadoria (nossa crença de que as mercadorias são objetos mágicos dotados de poder metafísico inerente) não está situado em nossa mente, na forma distorcida pela qual percebemos a realidade, mas em nossa própria realidade social. Podemos até saber a verdade, mas agimos como se não a soubéssemos – na nossa vida real, agimos como o sujeito da piada (ZIZEK, 2018, s/p).

Quem dirá que a narrativa turística não procura tratar diretamente com desejos, com formas de desejar, com objetos desejáveis, com locais para curtir os desejos – quando não transforma os próprios lugares em atrativo turístico? Podem objetar que isso é próprio da sociedade de consumo dirigido. E o é! A questão é que dado o cenário de estruturação da sociedade de serviços, o turismo passa a ter papel centrar na direção desse consumo. Por isso uma análise crítica desse fenômeno precisa considerar os termos do debate. Não os termos numa perspectiva semântica restrita, mas no exato sentido político. Caso os termos postos se esquivem dos problemas centrais, e essa é a característica da narrativa empreendedora que seduz grande parte das pesquisas turísticas, por exemplo, não há como vislumbrar um avanço na estruturação de um corpo teórico-conceitual, bem como de práticas, que solidamente se constituam em ferramentas para uma práxis emancipatória. O que pode ocorrer a despeito da construção de dentro do campo de saber turístico, claro. É dizer, uma teoria turística a respeito das novidades, bem como das continuidades, da sociedade de serviços, que contorne a questão da liberdade, como consolidação e participação no espaço público em condições de dignidade, e, portanto, do modelo de organização social que o permita, de pouco adiante é para além do rebuscamento dos já numerosos estudos que apontam no horizonte da manutenção e aprofundamento da barbárie (o que significa dizer que, de modo subjacente, o sofrimento impelido a determinados segmentos sociais é visto por tais estudos como o ônus do progresso, do desenvolvimento, da modernização).

Quais são os termos dessa nova sociedade? Aqui volto a aproximar os olhares de De Masi e de Labica. Respondendo sobre quais serão os valores dessa sociedade pós-industrial, De Masi elenca alguns, que são amplamente veiculados em determinados círculos.

[...] intelectualização, emotividade, estética, subjetividade, confiança, hospitalidade, feminilização, qualidade de vida, desestruturação do tempo e espaço e virtualidade. Uma menor atenção ao dinheiro, à posse de bens materiais e ao poder. Uma maior atenção ao saber, ao convívio social, ao jogo, ao amor, à amizade e à introspecção.

Porém, com a mudança de valores, devem mudar também os métodos pedagógicos adequados à sua transmissão. Se para educar um jovem a lutar por dinheiro e poder adotava-se uma pedagogia que premiava o egoísmo, a hierarquia e a agressividade, para educar os jovens para os valores emergentes, os métodos a serem usados deverão valorizar mais o diálogo, a escuta, a solidariedade e a criatividade (DE MASI, 2000, p. 284).

Volto a frisar que não se trata de questionar os diagnósticos que De Masi faz, muitos dos quais concordo e tem respaldo em outras tantas pesquisas e análises sobre essa transformação

social, mas de considerar que sem mobilizar um aporte crítico em suas análises, os prognósticos se despoticizam. Quem é que irá estudar nessas novas escolas, com estas novas metodologias, se mesmo o ensino arcaico em estruturas igualmente repreensíveis é negado a boa parte da população mundial? Como os Estados vão mudar suas pedagógicas se o Paulo Freire é rechaçado nesse projeto político que defende o presidente eleito? Ao evitar o diálogo sobre a democracia, organização social na qual o debate político é possível e constituinte, quando muito se aproximando dela de forma tangencial e reformista, as pesquisas de turismo seguem o padrão hegemônico de silenciamento sobre a necessária revolução e a construção das condições objetivas para tanto – ainda que esteja em aberto e seja motivo de necessários debates as táticas para tanto.

Uma única solução, a revolução!”, gritavam os manifestantes em 1968. Tinham razão. Mas vinham muito cedo. No mundo de hoje, essa é a solução que se impõe. Mas revolução para quê? Como acabar com o sistema? Considerando-se a lição da acuidade, a resposta não pode mais deixar dúvidas: a democracia representa a via, meio e a finalidade da revolução (LABICA, 2009, p.45).

Depois de constatar que “o neoliberalismo é o adversário da democracia” (LABICA, 2009, p. 46), o autor diz que sob o verniz dessa democracia liberal, que ele chama de “ditadura de classe”, os países “desenvolvidos” assistiram a uma regressão democrática que plantou novos termos para o (não) diálogo coletivo.

Dois fenômenos atestam a regressão democrática, ou, como certos politólogos ousam constatar, o “déficit democrático”. Temos primeiro a confissão da língua. Desde a queda do muro, que elevou às nuvens a democracia “*tout court*”, assistimos a uma multiplicação do uso do termo “cidadão”: debates e comportamentos sempre “cidadãos”, a empresa é agora “cidadã”, e mesmo os cachorros foram contentados com epíteto. Só se fala em “cidadania”, européia ou mundial, Porto Alegre lançou a última moda municipal, a democracia “local”, “participativa” ou “de proximidade”, cujo caráter encantador não é incompatível com o controle cerrado dos eleitos. O espírito “republicano” reina. A “paridade” e a “isonomia” florescem e mesmo a igualdade, velha suspeita, entre homem e mulher, idoso e jovem, imigrante e indígena, árabe ou judeu, homo e hétero... Trata-se sempre de “escutar”, “dialogar”, “debater”, “comunicar”, “trocar”, “partilhar” ... (LABICA, 2009, p. 48).

Em que pese outros intelectuais concordarem com a necessidade de renovar o léxico político na arena do debate público, tais termos não podem pairar no ar do idealismo. A concretude do chão da política é árida e impiedosa com os que não têm voz. Por isso mutações que ‘mudam tudo para deixar tudo igual’ não resolvem o problema. Por em um mesmo discurso as narrativas contraditórias que compõem a metanarrativa capitalista é o primeiro passo para que

o debate público ocorra de maneira transparente. É possível defender o neoliberalismo, claro. Mas não é possível defendê-lo dizendo que se faz em nome da geração de emprego e renda ou da inclusão social. As pesquisas sobre o crescimento da rede hoteleira para pets é um tema do turismo, mas não pode aparecer como de interesse coletivo, ou pelo menos sem problematizar qual coletivo é esse. O campo de saber do turismo precisa ocupar seu espaço. Se como fenômeno social multiescalar e multidimensional sua relevância e influência na arena política cresce notoriamente, o seu correspondente, ou seja, a teorização dessa penetração, precisa se esforçar para responder as questões que se colocam. E estas questões são afeitas ao campo político.

O *político*, esse é o problema. O neoliberalismo é seu Coveiro. A assimilação da democracia ao mercado, que deixa toda latitude à economia e à maximização do lucro, renega a política em prol da gestão. O “horror econômico” não suscita somente indignações morais legítimas, mas chega a fechar o horizonte, a tal ponto que os próprios movimentos antimundialização são obnubilados pelas tragédias que dele decorrem. O refinamento das técnicas de publicidade, que enobrece os antigos “reclames”, e do *marketing*, cuja polivalência “lança” um artista *pop*, um romancista, um gerente, um senador ou um primeiro-ministro como se fossem uma marca de sabonete ou de fraldas, reveste os desejos de consumo, criados em toda a extensão das prateleiras dos grandes mercados, de seduções muito eficazes. Ao indivíduo, despossuído e robotizado, oferecem-se até mesmo os produtos “personalizados” que poderão finalmente lhe dar uma alma. Venda, compra, espetáculo: os corpos, notadamente de mulheres, são os “portadores” favoritos, derrubando as últimas barreiras entre o público e o privado, entre exposto e íntimo. O *social* também não pode resistir. Perde seus bastiões mais sólidos: a estação de trem, a agência de correios, a escola, a maternidade, declarados não rentáveis, são jogados no lixo do *laissez-faire* liberal. As “conquistas sociais” vão junto, assimiladas a privilégios corporativos. Deter a infecção que ameaça de morte a democracia, reanimar o processo de *democratização*, significa romper com a idéia de que a gestão tomaria o lugar da política. Significa pois restabelecer a soberania popular. Iniciar a revolução (LABICA, 2009, p. 48-49, grifo do autor).

Os termos se inovam junto com as táticas de apropriação para geração de lucro. A refuncionalização, ou revitalização, de espaços e estruturas está aí. E com ela a turistificação destas infraestruturas. Antigas agências dos correios, bem como toda sorte de prédios antigos, notadamente os mais opulentos e frondosos e/ou que guardam características de determinadas expressões artísticas e momentos históricos, passam a servir como ‘preservação da memória’, sempre desde que gerem lucro, claro. E essa preservação não necessariamente sensibiliza os sujeitos que, diante de mais um lugar para um self, cedem à tentação de transformar todo e qualquer espaço/acontecimento em uma parte do seu espetáculo-vida. Pode ser o museu em memória dos crimes de guerra, pode ser o lugar de moradias de sujeitos desassistidos pelo

Estado. Não interessa, sempre cabe uma self; sempre cabe uma venda de produtos (e quanto mais personalizado, para ‘tornar única’ sua experiência, melhor).

As perguntas que estão postas são: Quem não deseja experiências únicas? Quem não deseja conhecer tudo o que for possível? E quem deseja participar da turistificação da existência? Da turistificação e da exclusão da dignidade humana? A que preço social governos ‘limpam’ espaços turísticos de ‘sujeitos incômodos’?

Construir e fortalecer uma teoria dentro do campo de saber turístico endereçada a enfrentar tais questões e formular novas indagações que permitam que as respostas sejam elaboradas em diálogo com o povo, eis o desafio para que o turismo seja recolocado no debate público sem a subserviência a uma lógica ‘empreendedorística’ que mercantiliza tudo e todos, que atualiza e legitima a metanarrativa capitalista. A emancipação social e a soberania popular como parâmetros de aferição da realidade concreta.

Falar de emancipação social é falar da garantia da dignidade. Uma dignidade diluída ao longo dos tempos em direitos específicos, que precisam ser postos em conjunto novamente, sob essa prerrogativa: a dignidade humana. Combater no campo político essa metanarrativa capitalista exige tratar diretamente com os direitos humanos. Ao que passo, sumariamente, na sequência.

4.1 DIREITOS HUMANOS E TURISMO: UMA APROXIMAÇÃO CLASSISTA

Inicialmente, cabe apontar que falar de Direitos Humanos é falar da garantia da dignidade. Numa sociedade de classes, na qual o Estado tem por objetivo a mediação dos antagonismos destas classes, o que, de saída, chama atenção é a falta de representatividade dos segmentos sociais que compõem tal sociedade, para além da questão de classe mais restritamente. Brasil afora os parlamentos contam com um número reduzido de mulheres. Homossexuais, bem como demais representantes da população LGBT, negros, pobres, deficientes, jovens têm representatividade ainda mais reduzida. A última eleição no Brasil reafirmou isso (ZANLORENSSI, ALMEIDA, 2018), não obstante a representatividade tenha aumentado, ainda está aquém da equidade. É dizer, o Estado também se constitui pelo subtexto de raça e gênero

(NASCIMENTO, 2003). Dito melhor, o Estado é a representação do sujeito referencial da modernidade.

Como refletir a garantia dos Direitos Humanos sem ponderar tal desequilíbrio constitutivo do Estado? Como conceber que a dignidade será um direito universal se há segmentos inteiros que são invisibilizados em sua representatividade mais imediata?

Tais indagações plantam novas dúvidas: as recentes transformações da sociedade capitalista permitem vislumbrar um futuro no qual a dignidade será marca indelével das diversas sociedades mundializadas? O turismo tem condições de compor as táticas de autodeterminação nessa reestruturação social? Ponderar sobre tais questionamentos exige voltar os olhos para essa reestruturação.

A reorganização produtiva do capitalismo contemporâneo confere destaque ao setor de serviços. Com isso o turismo ganha destaque tanto como narrativa social quanto como importante elemento das políticas públicas. Questões se apresentam: Como o turismo se relaciona com os direitos humanos? Como o turismo tem participado na reestruturação produtiva capitalista? O que significa uma existência turistificada?

Há muito mais questões a serem feitas e respondidas, obviamente. No entanto, destaco essas por estarem vinculadas ao objetivo desta parte do trabalho, qual seja, apresentar sumariamente a relação entre turismo e direitos humanos a partir de uma perspectiva de classe. Para tanto, observei a Declaração dos Direitos Humanos, por sua relevância internacional, e alguns documentos que versam sobre o turismo.

Sem pretender esgotar as respostas para as questões levantadas, antes, com o intuito de esboçar possíveis percursos reflexivos e expor para o debate coletivo, proponho pequenas incursões em pontos que me parecem nevrálgicos para mensurar os (des)caminhos narrativos/discursivos que norteiam a estruturação do turismo em âmbito internacional e das práticas hegemônicas ligadas ao setor de serviços, estando o turismo aí contemplado – e exaltado sempre que necessário.

Os Direitos Humanos (DH) têm sua origem no cerne de uma construção narrativa que é ao mesmo tempo herdeira e concorrente da (meta)narrativa emancipatória. Sem retomar o histórico dos DH, é importante frisar um aspecto crucial em seu entendimento, qual seja, sem o

engajamento para sua execução universalmente não é possível falar em emancipação humana, como apontou Marx (2009) já em 1843 tratando da questão judaica.

Importa salientar esse aspecto em função de que com a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) em 1948 o que se tinha como pano de fundo era o confronto direto com o bloco socialista, e seus intelectuais, que apontavam os limites do capitalismo para assegurar a dignidade humana (mesmo que vários países do bloco também tenham tido problemas nesse particular).

Não obstante, essa disputa não pairava no mar calmo dos palanques, era travada no cotidiano e com o apoio de um número crescente de dispositivos de controle e de cooptação subjetiva, notadamente a indústria de marketing e propaganda que crescia substancialmente, a televisão, o cinema, as rádios, jornais e magazines. E tinha como cenário político um quadro mais amplo que vinha se desenhando desde o século XVIII, a modernidade. Tendo o desenvolvimento como conteúdo dessa modernidade, expresso materialmente em equipamentos cada vez mais tecnológicos, e o sujeito referencial já descrito, foi possível ao longo dos anos construir um amplo leque de propagandas que alardeavam a liberdade e a autoidentificação, muitas vezes concebida por meio do consumo, como essência do capitalismo⁴².

A batalha das ideias, que Konder (2009) tanto salientou a importância décadas depois, ganhava um novo momento. E com nítida desvantagem para socialismo (prefiro, para a metanarrativa emancipatória). Ao ponto da obsolescência programada ser firmada como nova tendência ao mesmo tempo em que cresciam os discursos com a preocupação ambiental, por exemplo. O sujeito inserido nesse novo momento do consumo, que Bauman (2008) chamou de vida para o consumo, ou consumismo (que difere do consumo justamente por assumir o sentido da existência – existir para consumir), foi se alienando aos poucos do papel do Estado na promoção e salvaguarda dos direitos fundamentais.

Foi possível, para essa narrativa moderno-capitalista, com o passar do tempo, ganhar a batalha das ideias e escantear e criminalizar os que falavam em metanarrativa emancipatória, como já disseram Safatle (2007, Zizek (2011a), entre outros. Um processo amplamente

⁴² Para uma introdução ao tema, conferir o documentário O Século do Ego, do diretor Adam Curtis, de 2002, que traz a apropriação das teorias freudianas cooptadas pela nascente indústria do marketing, e instrumentalizada para a mercantilização da vida: a liberdade resumida ao consumo! Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=Nr6z9TDs86Y>> Acessado em 16/Fev/2018.

capitaneado pelos Estados Unidos da América. No entanto, depois de votarem em medidas neoliberais e apostarem no enxugamento do Estado, os Estados Unidos da América assiste, décadas depois, a vingança da história. Para além do questionável intervencionismo internacional, a própria política interna demonstra a fragilidade desse tipo de modo de produção e organização social assegurar direitos, inclusive os fundamentais.

Um dos direitos sagrados para o liberalismo é o direito de ir e vir. É razoável dizer que essa é uma condição fundamental para o turismo. O turismo não ocorre no ar (ainda que alguns falem de turismo virtual), ele prescinde de um espaço físico, quase sempre território de alguém. Não raro, tais territórios têm como atrativos os bens comuns (ar, água, fauna, flora, solo, subsolo), culturas, festividades e tradições populares.

O principal dispositivo internacional que define o comprometimento da CPTur com tais dimensões da existência é o Código Mundial de Ética do Turismo (CMET) (OMT, 1999). Recentemente a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e, partindo deles, a agenda 2030 (ONU, 2015) que visa consolidar uma série de medidas que garantam sustentabilidade e erradique a pobreza extrema até 2030. Nesse cenário, 2017 foi definido como o ano internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento. Todavia, esse CMET, bem como a ONU, à qual a Organização Mundial do Turismo (OMT) está submetida, estão vinculados com o desenvolvimento capitalista, porque são criados no seio da referida batalha de narrativas, com o liberalismo econômico, o livre comércio e a propriedade privada como premissas constituintes.

Posto isso, e tendo como pano de fundo estes três documentos (DUDH; CMET; ODS), aproximo alguns dos direitos fundamentais definidos na DHDH do cenário atual no turismo. Isso, balizado, como já dito, numa mirada classista. A perspectiva de classe, interessada em construir e garantir a autodeterminação territorial e a soberania popular, necessita ser informada pelas questões existenciais, dentre as quais, gênero, sexualidade, etnia, aptidões físico-cognitivas. Sem que com isso se desvie, ou mesmo se perca, dos grandes antagonismos de classe e impeça de construir um plano popular de ação de orientação internacionalista, para que o turismo se incorpore nas táticas e estratégias emancipatórias de territorialização dos sujeitos.

4.1.1 A sanha do lucro máximo

Será preciso optar entre o lucro máximo ou os DH? Antes de aprofundar nessa reflexão, vale a pena ter em tela algumas questões. A DUDH se pretende, como o próprio nome revela, universal. Assim, devem ser garantidos os direitos ali expostos a todos os seres humanos. Como, exatamente, está descrita essa universalidade?

Artigo 2.

1. *Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.*

2. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania (ONU, 1948, grifo nosso).

Aqui já são dados elementos suficientes para inquirir a coerência da garantia desses direitos com o enxugamento do Estado preconizado pelos (neo)liberais. Porém, quero avançar para estabelecer de modo mais claro de que maneira a reestruturação produtiva do capitalismo exige das pesquisas sobre turismo comprometidas com a salvaguarda dos DH novos aportes teóricos. Concordo com Chaveiro (2018, p. 158) quando diz que

[...] a leitura crítica do turismo exige pensá-lo na ordem totalizante das sociedades mundializadas. Essas sociedades consolidaram os seus tentáculos a partir do reordenamento do capital produtivo que, com o crescimento da informalização, do setor terciário e da desregulação, refazem o campo dos negócios e da estratégica de acumulação, gerando negócio do tempo livre pela via do mercolazer.

O vetor do mercolazer coloca em cena o comércio não apenas de coisas, mercadorias, veículos, casas, mas de modos de vida, de imagens de vida, de tipos de vivência, da emoção e de sentimentos. Instala-se a voracidade do capitalismo cognitivo. A operação mercantil dessa economia simbólica faz uso da ação das grandes máquinas semiotizadoras, como a mídia, o jornalismo, o futebol, o esporte em geral – e outras.

Para além de concorrer como importante elemento da narrativa hegemônica e suas simbolizações, como o turismo se aproxima diretamente dos DH nesse novo momento do capitalismo? Mais um olhar para a DUDH ajuda na compreensão.

Artigo 23.

1. *Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.*

2. Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a *igual remuneração por igual trabalho*.

3. Todo ser humano que trabalhe tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

4. Todo ser humano tem direito a organizar sindicatos e neles ingressar para proteção de seus interesses.

Artigo 25.

1. *Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.* (ONU, 1948, grifo nosso).

Pelo emprego e renda. Esse é o maior avizinhamo do turismo com os DH atualmente. Claro que há uma enormidade de outros acercamentos, inclusive com o próprio direito ao lazer, esporte, cultura, alimentação e outras dimensões que se turistificaram, como pretendi mostrar no próximo capítulo, e compõem a CPTur a partir das ACTs. Todavia, com a reestruturação produtiva do capitalismo e a preponderância do setor de serviços nela, o turismo, cuja cadeia produtiva se conforma a partir de um conglomerado de serviços, ganha em importância em geração de emprego e renda, como a narrativa hegemônica faz questão de enfatizar e espero ter evidenciado anteriormente.

Alves (2017) explicitou o valor da lei da queda tendencial da taxa de lucro, definida por Marx, para entender o cenário de barbárie que se impõe. Muito desse quadro se expressa por meio do (des)emprego e da renda. Segundo essa lei a taxa de lucro tende a cair progressivamente. Se considerarmos que o turismo responde por 10% do Produto Interno Bruto mundial e gera 1 de cada 10 novos empregos, veremos que essa é uma lei que precisa ser considerada nas pesquisas sobre o assunto, isso porque, segundo Marx (1974, p.242), ela não afeta apenas alguns ramos e sim “mais ou menos em todos, ou nos ramos decisivos, implicando portanto modificações na composição orgânica média da totalidade do capital de uma sociedade determinada”.

A própria dinâmica de reprodução do capital gera as contratendências da lei. Explica Alves (2017, s/p.)

Na verdade, a *tendência* implica, de modo contraditório, um complexo de *contratendências* que visam restabelecer o nível da lucratividade capaz de permitir um novo patamar de acumulação de capital. Marx em *O capital* referiu-se particularmente aos seguintes fatores contra-restantes: a elevação da taxa de

exploração do trabalho, a redução do salário abaixo do valor da força de trabalho, isto é, a níveis insuficientes para garantir a restauração da força de trabalho segundo os padrões de vida historicamente estabelecidos; a desvalorização da força de trabalho, o barateamento de elementos do capital constante, o excedente relativo da população e o comércio exterior (grifo do autor).

As principais economias turísticas do continente americano têm sofrido com tais efeitos, muito mais complexos do que especificamente os derivados diretamente dessa lei, por certo, mas que guardam íntima relação com ela. Os EUA sustentam índices de países “subdesenvolvidos” e cuja composição é ainda mais desigual a se considerar raça, gênero, escolaridade (BBC, 2017). O México amarga a realidade de que 4 em cada 10 mexicanos não ganha o suficiente para comer (Borbolla, 2018). Isso só para exemplificar a partir dos dois principais receptores de turistas do continente.

A CPTur se regozija pelos números econômicos, mas deixa de alardear que grande parte dos postos de trabalho gerados é mal remunerada e precária, como já referido. Assim que, insistir em um projeto de sociedade cujos alicerces sejam o livre comércio e o enxugamento do Estado como garantidor de direitos é um contrassenso (em se considerando os documentos aqui expostos). A concentração de terra e renda só pode gerar desigualdade. E ela, após a crise de 2008, momento a partir do qual os capitalistas colocaram em marcha medidas (contratendências) para retomar as taxas de lucro, se aprofundou notavelmente nos EUA (UOL, 2017), principal receptor de turistas do continente e símbolo desse tipo de política neoliberal – que busca o lucro máximo.

4.1.2 Direitos humanos e turismo

Sendo importante gerador de emprego e renda mundial, o que tendencialmente deve crescer, considerando as projeções de especialistas (PANROTAS, 2017), o turismo também se preocupa com os direitos humanos em seu exercício, não só com quem emprega, mas também com quem pratica, com quem afeta e com quem é afetado pela atividade. Observar o turismo tendo o território como categoria de análise se faz pertinente. E a existência é o conteúdo do território. Ou, dito de outro modo, o território é a concretude da existência, tanto em seus aspectos materiais quanto nos imateriais. Sem querer avançar na reflexão sobre o conceito de território, basta dizer que sem a garantia da diversidade existencial, não é possível falar em garantir a autodeterminação territorial dos sujeitos.

Como o turismo está comprometido com essa diversidade? O CMET antes mesmo de estabelecer seus artigos ressalta que:

Reafirmando os objetivos enunciados no art. 3º dos Estatutos da Organização Mundial do Turismo, e conscientes da função "central e decisiva" reconhecida à Organização pela Assembleia-Geral das Nações Unidas na promoção e no desenvolvimento do turismo com a finalidade de contribuir para o crescimento econômico, a compreensão internacional, a paz e a prosperidade dos países, assim como para o respeito universal e a *observação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais sem distinção de raça, sexo, língua ou religião* (OMT, 1999, p. 01 – grifo nosso).

Os ODS em seu preambulo da Agenda 2030 se comprometem com os DH de modo mais amplo e mais a frente compromete o turismo com a conservação ambiental.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas que estamos anunciando hoje demonstram a escala e a ambição desta nova Agenda universal. Eles se constroem sobre o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e concluirão o que estes não conseguiram alcançar. *Eles buscam concretizar os direitos humanos de todos* e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas. Eles são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. (ONU, 2015, p. 01 – grifo nosso).

33. Reconhecemos que o desenvolvimento econômico e social depende da gestão sustentável dos recursos naturais do nosso planeta. *Estamos, portanto, decididos a conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos e mares, recursos de água doce, bem como florestas, montanhas e terras áridas e proteger a biodiversidade, os ecossistemas e a vida selvagem. Nós também estamos determinados a promover o turismo sustentável, combater a escassez de água e a poluição da água, fortalecer a cooperação sobre a desertificação, as tempestades de poeira, a degradação dos solos e a seca e promover a resiliência e a redução do risco de desastres.* (ONU, 2015, p. 11, grifo nosso).

De saída, a contraposição do estabelecido com o diagnóstico realizado por Mészáros (2011b) e Harvey (2011)⁴³ permite interrogar: por quê a CPTur não está empenhada amplamente em uma campanha de denúncia e boicote, por exemplo, contra o agronegócio, mineradoras, grupos multinacionais que atuam em diferentes ramos e exploram trabalho escravo, contaminam os bens comuns, causam desertificação entre outros danos?

Por outro lado, é válido arguir: por que a CPTur deveria se engajar numa campanha contra empresas que nada têm a ver com turismo? A resposta é: porque essas ações prejudicam,

⁴³ Para os quais o desenvolvimento capitalista só pode seguir degradando os bens comuns, comprometendo territórios e intensificando a exploração dos sujeitos. Nesse particular, Zizek afirma que a exploração não se dá apenas diretamente pelo trabalho assalariado precarizado, senão excluindo comunidades e regiões inteiras da própria possibilidade de participar desse mercado de trabalho.

e, às vezes, até destroem os atrativos turísticos, vide o que se passou em São Lourenço, Minas Gerais, com a Nestlé (ALMEIDA, 2014). Urge dizer que tratar a água, mesmo que de uma instância turística como atrativo turístico só faz sentido como recurso argumentativo – água é um bem comum e assim deve ser encarada. Já a resposta para a questão anterior exige compreender o entrelaçamento das principais representantes com as próprias violações.

Retomando as citações, o objetivo 8 da Agenda 2030 e sua meta relacionada ao turismo afirmam o compromisso com a sustentabilidade e com a cultura e os produto(re)s locais.

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;

8.9 Até 2030, elaborar e implementar políticas para *promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais* (ONU, 2015, p. 27, grifo nosso).

O objetivo 12 e suas metas relacionadas ao turismo reforçam o comprometimento com a sustentabilidade.

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

12.b Desenvolver e implementar ferramentas para *monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais* (ONU, 2015, p. 32 – grifo nosso)

Como se percebe, o turismo, pelo menos em tese, tem um profundo comprometimento com os DH. Resta saber se a CPTur está disposta a cobrar dos Estados e a cortar na própria carne quando o assunto é a garantia desses direitos. O que fazer, por exemplo, quando uma multinacional do porte da Nestle seca poços d'água de uma cidade turística? E quando essas dinâmicas se valem de práticas inconstitucionais?

Para fabricar a PureLife, a Nestlé, sem estudos sérios de riscos à saúde, desmineraliza a água e acrescenta sais minerais de sua patente. A desmineralização de água é proibida pela Constituição.

Cientistas europeus afirmam que nesse processo a Nestlé desestabiliza a água e acrescenta sais minerais para fechar a reação. Em outras palavras, a PureLife é uma água química. A Nestlé está faturando em cima de um bem comum, a água, além de o estar esgotando, por não obedecer às normas de restrição de impacto ambiental, expondo a saúde da população a riscos desconhecidos. O ritmo de bombeamento da Nestlé está acima do permitido. (OARQUIVO, 2012).

Aqui se percebem muitas violações aos DH praticadas em uma cidade turística com o mais absoluto silêncio da grande mídia e da CPTur. O turismo está imerso em uma sociedade de

classes e para que seja possível refletir sobre o seu envolvimento com os DH é preciso voltar as questões iniciais.

Turismo é um fenômeno social multiescalar e multidimensional. Opera nas mais diversas escalas começando pelo próprio corpo, pois a narrativa turística opera como dispositivo de atualização e legitimação da metanarrativa capitalista. Assim que falar em turistificação é falar na turistificação de diferentes dimensões da vida, do lazer à alimentação. E como isso se relaciona com os direitos humanos? Relaciona-se a partir da interferência em diferentes dimensões que se concretizam a partir de diferentes escalas. O turismo sozinho não (in)forma e não determina as concepções de mundo dos sujeitos. Por isso, sozinho também não pode resolver as questões de ordem estrutural ou individual.

É dizer, a Nestle não afeta o turismo apenas quando opera agressivamente em uma localidade turística, como no caso de São Lourenço; ela joga contra o turismo quando privatiza a água, quando se utiliza de mão de obra escrava para conseguir cacau para seus chocolates, quando coopera para a diminuição da diversidade produtiva agrícola dos países, entre outros. Isso porque em todas essas dimensões o sujeito-turista é (in)formado por essas ações. Os sujeitos são ao mesmo tempo protagonistas e vítimas da atualização e legitimação da metanarrativa capitalista operada pela narrativa/prática turística. O mesmo sujeito que se incomoda com cidades superlotadas, lota outras cidades; o mesmo sujeito que quer que os produtores de seu país sejam protegidos e quer experimentar comidas típicas locais em suas viagens, consome das empresas que cercam/expropriam os camponeses e as produções artesanais etc.

Resta que o turista e o turismo têm uma essencialidade burguesa. Isso já foi dito anteriormente (MELO, SOUZA, 2011; OURIQUES, 2005). Isso se dá porque o sujeito contemporâneo é, hegemonicamente, atravessado e constituído por essa metanarrativa capitalista (e suas práticas) contraditória e estruturalmente exploradora.

Os documentos internacionais selecionados para análise apontam a universalidade dos DH bem como o comprometimento do turismo para com aqueles. No entanto, se o turismo pretende compor as garantias da diversidade existencial e a autodeterminação dos sujeitos, impera romper com essa metanarrativa capitalista (eu prefiro exploratória), e suas práticas, que só podem prosseguir e expandir negando estruturalmente os DH estabelecidos nesses mesmos documentos.

Analisar o turismo considerando o território permite estabelecer as potencialidades e os limites da estruturação da CPTur nas dinâmicas de autodeterminação territorial, e por isso existencial, dos sujeitos. À medida que ganha em importância social e (in)forma a construção de concepções de mundo do sujeito contemporâneo, o turismo passa a ser *locus* privilegiado e importante a partir do qual se pode, e se deve analisar e intervir nas contradições e antagonismos do capitalismo, sobretudo mirando a salvaguarda dos DH.

Detalhar melhor como se articulam as dinâmicas de turistificação e de exclusão das existências é o próximo passo desse caminho. É disso que trato no próximo capítulo, sem a pretensão de esgotar os olhares e as abordagens. É dizer, não proponho que as dimensões apresentadas sejam o parâmetro de análise, antes, que colaborem com o esforço de sistematizar um profundo processo de abarcamento de múltiplas escalas e dimensões da existência pela narrativa do turismo.

5 AS DIMENSÕES DA TURISTIFICAÇÃO E DA EXCLUSÃO DAS EXISTÊNCIAS

Projetada pra aproximar do centro São Sebastião, o lago e o Paranoá.
 Desafogar o tráfego na região, visitantes de chegada nova opção,
 Fique ligado, acompanhe passo-a-passo,
condomínios luxuosos por todos os lados
 O congresso e o planalto colados
aqueles barracos ali ó, vão ser retirados.
A ponte é luxo, nada em mono, só estéreo
 Mil e duzentos metros, louco visual aéreo.
Quem sobe só pra regular a antena, reforce as pontes de safena.
 A ponte começou depois, mas terminou, bem antes que as obras do metrô.
Quem mora fora do avião, bate palma, aplaude, apoia, pede diversão.
 A ponte é muito, muito iluminada, o pôr-do-sol numa visão privilegiada!
O povo que passar a ver nela algo místico,
A ponte virou ponto turístico!
Esse lugar é uma maravilha, no horizonte, no horizonte (2x)
 A ponte é um vai-e-vem de doutor, tem ambulante, tem camelô.
 Olha pra baixo vê Jet Ski e altos barcos, olha pra cima lá estão os três arcos
 A ponte saiu do papel virou realidade, *novo cartão postal da cidade.*
Um quer transformá-la em patrimônio mundial, outro num inquérito policial.
 (LENINE, GOG, 2006, grifo nosso).

Quando, em 2006, Lenine lançou seu CD intitulado *Lenine MTV acústico*, que trazia a faixa *A Ponte*, que agora cito como prólogo deste capítulo, eu estava na transição da faculdade particular para a faculdade pública; em ambas no curso de turismo. A música mobilizou em mim todos os sentidos. A letra é boa, o ritmo me agrada e trazia uma provocação que me acompanha até hoje: como as coisas se turisticam?

Nessa crônica cantada, há, infelizmente, um enredo conhecido por muitos, mas silenciado pela CPTur. O favorecimento de empreendimentos imobiliários luxuosos em detrimento de moradias populares; a ostentação que constrange e encanta; a valorização estética e mercantil em inobservância de direitos e cuidados trabalhistas; o encantamento de quem não é atingido diretamente pela perniciosidade de um modo hegemônico de estruturação dos “atrativos

turísticos”; o entendimento dos atingidos de que o turismo só é bom no horizonte das relações efêmeras com o território e das fotografias rápidas (no horizonte da mercantilização dos territórios); a glorificação coletiva por “ganhar” um atrativo turístico para a localidade; a venda destes atrativos e o silenciamento de suas relações reais com o entorno e seus habitantes; a patrimonialização que esconde os recorrentes problemas sociais, ambientais e econômicos destes atrativos.

Durante algum tempo acreditei que estes eram entraves de um país que só recentemente passava a se abrir de modo mais sistematizado e responsável para o turismo (o MTur é de 2003). No decorrer da graduação e com oportunidade de dialogar com *pesquisadorxs* internacionais, percebi que não.

A procura por referências que contribuíssem para compreensão dessa turistificação de territórios, infraestruturas, natureza, modos de vida e tudo o mais que possa ser mercantilizado, revelou um vácuo. Há um número restrito de estudos e reflexões nesse sentido, notadamente em português.

Inicialmente me desafiei a problematizar o turismo partindo de uma leitura classista, de modo restrito. Ou seja, a problemática estava no fato de que o turismo era planejado e executado por capitalistas. Tirando das mãos de empresários e colocando sob organização de não-empresários os dilemas seriam sanados. Foi quando passei a conviver mais diretamente com iniciativas ligadas aos movimentos sociais e pequenos produtores rurais não organizados politicamente.

Durante os cursos de formação em turismo oferecidos pelo Sebrae e pelo Senar, dos quais participei conjuntamente com *outrxs* estudantes, *assentadxs* da reforma agrária, pequenos produtores rurais e pequenos comerciantes, me dei conta que a metanarrativa capitalista chega com muito força por meio do discurso do empreendedorismo. Os sujeitos são levados a aceitar os termos e as regras do jogo: o cliente tem sempre razão; seja você mesmo seu próprio negócio; onde você enxerga banalidades cotidianas, o turista vê um atrativo – aprenda a olhar para o mundo com olhos empreendedores; não perca uma oportunidade, ela não bate duas vezes na mesma porta etc.

Os sujeitos têm sido colocados não só como elementos da extração da mais valia, e sim componentes da engrenagem de reprodução das relações de produção (LEFEBVRE, 1947). O

capitalismo cognitivo joga com as dinâmicas de subjetivação dos sujeitos. Outras mediações eram necessárias além da classe, ainda que esta seja o pano de fundo e ponto de chegada de toda análise dialética histórico-materialista enquanto os imperativos do capital estiverem em regência, para dar sentido a aproximação dos sujeitos de narrativas e práticas que, no fundo, inibem, quando não impedem, a realização de suas potencialidades como ser humano. O diálogo com o professor Xosé Manuel Santos Solla em 2008 e sua pesquisa sobre espaços dissidentes nos processos de constituição de territórios (SOLLA, 2003) foi decisivo nesse particular.

O atravessamento de diferentes narrativas que constitui o sujeito contemporâneo o insita a buscar filiações identitárias. Qual seu time?; qual sua profissão?; qual seu gênero?; qual sua sexualidade?; qual seu hobby?; qual seu partido político?; são perguntas que buscam agrupar os sujeitos nos maiores coletivos possíveis e ofertar produtos e serviços. Não é necessário insistir que os sujeitos são constituídos por narrativas contraditórias. Daí que determinada pessoa possa ter uma inclinação política à direita e torcer por uma equipe esportiva historicamente engajada à esquerda. Ou que alguém cuja sexualidade não é bem aceita por movimentos conservadores, se sinta atraído por tais movimentos. Ou que um negro seja contrário às ações afirmativas. Etc. Ou seja, há uma disputa de perspectivas políticas antagônicas em essência, que são mais ou menos visíveis a depender do momento histórico. E em suma a metanarrativa capitalista tenta reduzi-las a opções individuais e, dessa maneira, comprimir o sentido da existência aos valores de mercado, ao mercantilizável.

Caminhar rumo ao sentido da existência me pôs defronte com a categoria trabalho. O trabalho como categoria ontológica, como realização plena das potencialidades humanas. E a totalidade se apresentou como categoria do método sem a qual o esforço redundaria em uso inócuo de energia. O que desliga os sujeitos e fragmenta as narrativas que compõem a metanarrativa capitalista é justamente a falta da perspectiva da totalidade. Por isso que *inúmerxs pesquisadorxs* por mais bem *intencionadxs* que sejam, terminam por reivindicar, quando muito, reformas pontuais do capitalismo. As diversas faces da narrativa turística estão inseridas na dinâmica de fragmentação da realidade, de serialização do sujeito.

A recomposição do sujeito só é possível mediante sua realidade concreta. E sua realidade mais imediata se expressa em sua territorialização. Os territórios de vida, por mais contraditórias e esquizofrênicas que possam parecer ao olhar externo as composições das

narrativas que lhe sustentam, só podem existir em detrimento dos territórios de negócios. A crescente turismofobia está aí como expressão dessa lógica.

Ocorre que nem sempre são territórios inteiros que se turistificam. O que justifica que, num procedimento meramente analítico, decomponha-se a realidade em dimensões, retomando os DH. Ou seja, se a dignidade foi fracionada em direitos que em seu conjunto a garantem, tomo alguns destes direitos para expor mais detalhadamente a dinâmica de turistificação da existência que se articula com sua negação/exclusão, hora com a participação direta da CPTur, hora indireta. Sendo um procedimento da ordem da sistematização e exposição, a primeira coisa a ser dita é que não é uma fórmula acabada. Outras pesquisas podem trabalhar com diferentes dimensões e ter sucesso em demonstrar a articulação entre turistificação e exclusão das existências dentro da metanarrativa capitalista. A indissociabilidade entre as dimensões apresentadas é evidente e um pressuposto teórico. De tal sorte que o esforço aqui é simplesmente de tornar mais visível o espraiamento da narrativa turística por essas diferentes dimensões e em diferentes escalas, ao mesmo tempo em que se consorcia com outras narrativas e práticas antagônicas aos próprios pressupostos da atividade, sucintamente expostos no capítulo anterior.

Comunicação; Infraestrutura; Educação; Questão ambiental; Alimentação; Território; Identidades Existenciais; Religião; eis as oito dimensões propostas para a análise. As define em função das minhas experiências empíricas e da teoria existente.

Com exceção da Comunicação, todas as outras dimensões estabelecem uma ligação mais direta com o turismo. Das visitas ao canal do Panamá ou à uma grande hidrelétrica, passando pelos diversos segmentos turísticos que apelam para a sustentabilidade ambiental, o turismo pedagógico, as feiras gastronômicas, os produtos e serviços para diferentes identidades existenciais, até chegar no turismo religioso, nenhuma delas escapa da apropriação da narrativa turística.

O que pretendo neste capítulo é demonstrar que não é um fenômeno pontual. Ocorre em diferentes países e conserva traços gerais, essencialidades, nessa dinâmica. Obviamente que as tramas locais facilitam ou dificultam a expansão fluida dessa turistificação. Mas o que pude apreender das vivências que subsidiam o exposto é que o turismo impõe seu ritmo e suas prioridades, quase sempre com consentimento do Estado. Por isso, lanço mão da observação

sistematizada destas dimensões em três países: Brasil, Cuba e Moçambique, como mostra a Figura 28.

FIGURA 28: PAÍSES OBSERVADOS.

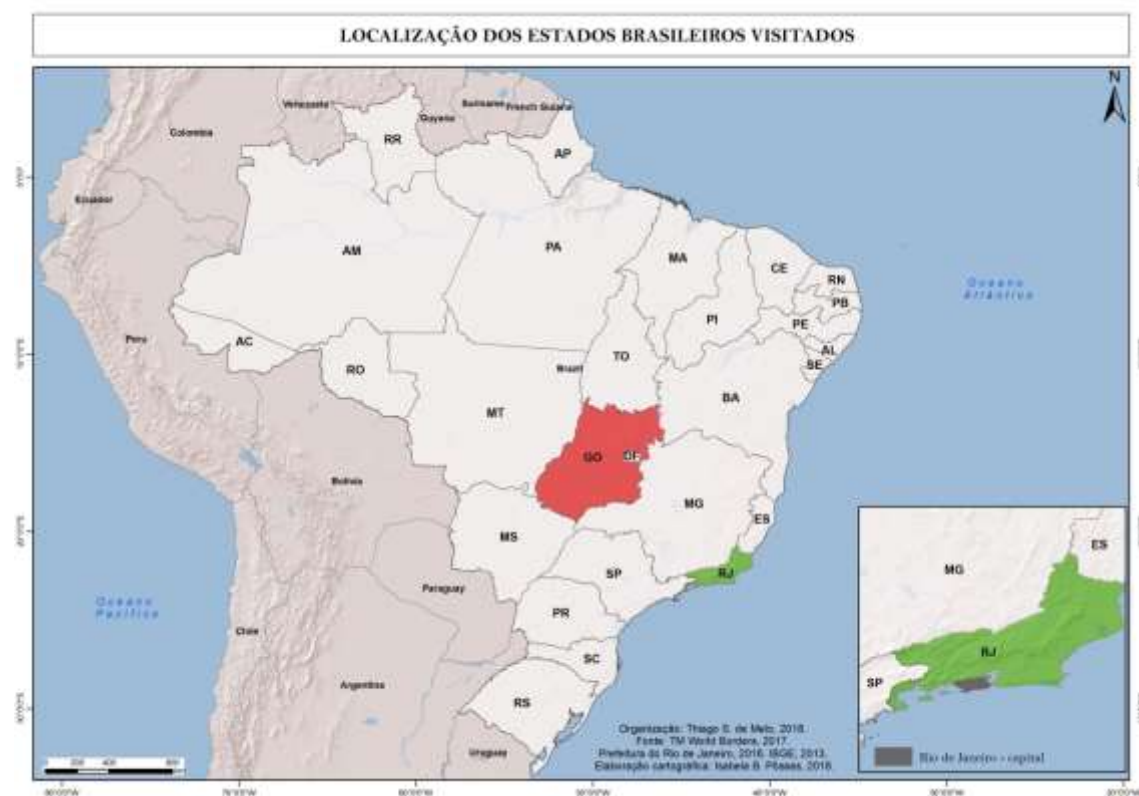


Fonte: TM WORLD BORDERS, 2017; Organização Melo, 2018; Elaboração cartográfica Pôssas, 2018.

No Brasil os estados que nos quais desenvolvi trabalhos de campo foram Goiás, na região centro-oeste, em vermelho, e Rio de Janeiro, na região sudeste, em verde na Figura 29. Em Goiás além do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, maior quilombo demarcado e titulado do país e que recebe um fluxo contínuo de turistas ao longo do ano, também estive diversas vezes na Festa do Divino, mais festividade religiosa do centro-oeste e uma das maiores do Brasil atraindo para o município de Trindade milhões de pessoas nos dias da festa; em Aruanã, município no qual reside um grupo de indígenas que está envolvido com a atividade turística e cujo rio atrai milhares de visitantes na época de julho; Pirenópolis, um dos principais municípios turísticos do estado; Goiás, primeira capital do estado e que atrai grande número de turistas também, notadamente nos grandes eventos que realiza, como as Cavalhadas e Festival de Cinema Ambiental; além da capital Goiânia, onde resido atualmente. No Rio de Janeiro os trabalhos se

concentraram na capital. Destaco as duas subidas nas comunidades da Rocinha, uma com uma agência de turismo e outra com um morador local; o circuito afroturístico realizado com a professora Adriana Carvalho Silva, quando pude sistematicamente percorrer locais dedicados à preservação da memória da história da população negra, notadamente no período da escravidão, bem como a “revitalização” de espaços para os megaeventos esportivos que o país sediou.

FIGURA 29: ESTADOS BRASILEIROS OBSERVADOS



Fonte: TM WORLD BORDERS, 2017; Organização Melo, 2018; Elaboração cartográfica Pôssas, 2018.

Fiz duas viagens a Cuba. A primeira em 2015. A segunda em 2018. As transformações nas paisagens de Havana, sobretudo, na cidade antiga e entorno, são espantosas. Toda a dinâmica socioeconômica é afetada pelo crescimento notório do turismo na ilha, ainda que se concentre em determinadas cidades. Em 2015 foram 16 dias somente em Havanas, conhecendo os equipamentos turísticos, conversando com pessoas do Ministério do Turismo e de sindicatos ligados à CPTur. Pude conhecer um pouco melhor a estruturação da complicada economia cubana que utiliza duas moedas correntes, uma para residentes e outra para estrangeiros. Em 2018 o tempo foi dividido entre viagens a três províncias, que, assim como em Moçambique,

equivalem a figura administrativa do nosso estado (unidade federativa) brasileiro. Havana, no Oeste, em vermelho, Pinar del Rio, também no Oeste, em amarelo, e Granma, no Leste, em verde, como se vê na Figura 30.

FIGURA 30: PROVÍNCIAS (ESTADOS) CUBANAS OBSERVADAS

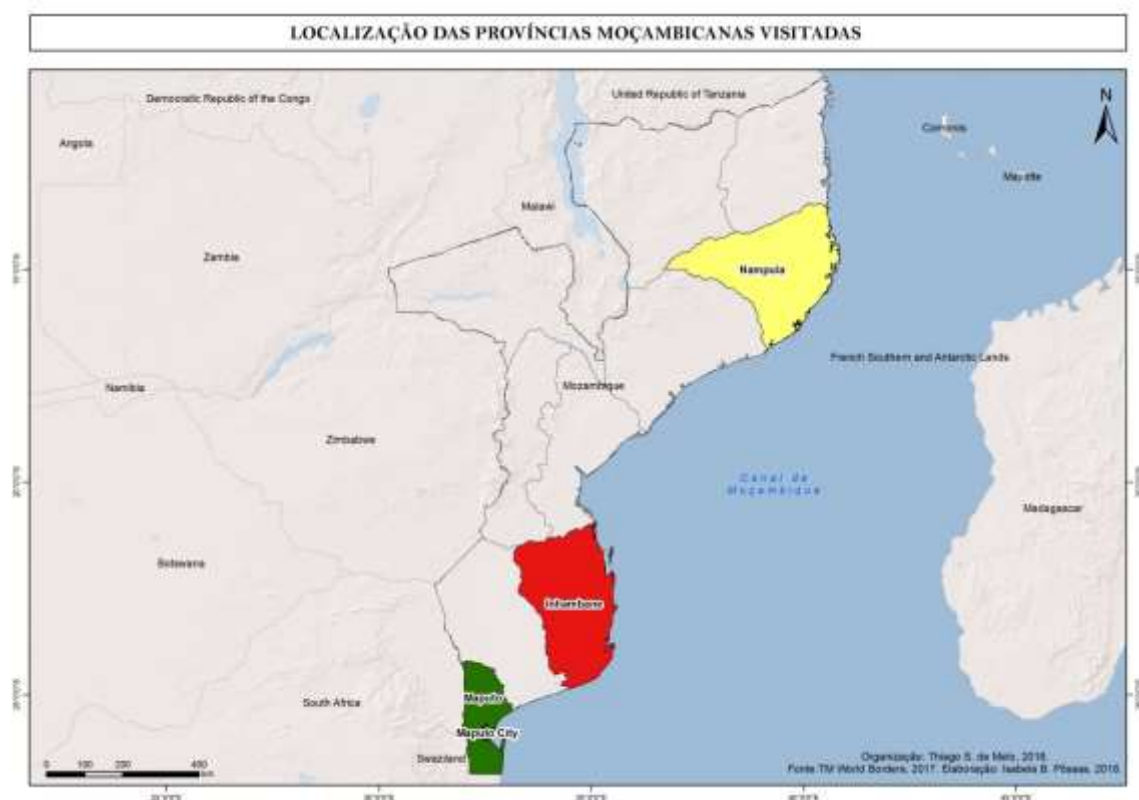


Fonte: TM WORLD BORDERS, 2017; Organização Melo, 2018; Elaboração cartográfica Pôssas, 2018.

Moçambique me acolheu em três oportunidades. A primeira entre setembro e janeiro de 2017, quando permaneci quatro meses para desenvolver parte da pesquisa de doutoramento; a segunda em setembro e outubro de 2017; e a terceira em outubro de 2018. Pude fazer observações sistemáticas em três províncias. Inhambane, na região sul, em vermelho, Maputo, igualmente na região sul, em verde, e Nampula, na região norte, em amarelo, como mostra a Figura 31. Como residi na província de Inhambane, e em sua capital homônima, foi lá que passei a maior parte do tempo, visitando equipamentos turísticos, participando de eventos acadêmicos, ministrando aulas, em diálogo com representantes do poder público, movimentos sociais e associações de produtores rurais *interessadxs* na aproximação das atividades agrícolas com a atividade turística. Em Maputo, capital do país, que dista 500 km do município de Inhambane, estive diversas vezes e puder conhecer hotéis de diferentes classificações, feiras populares,

shoppings, feiras de artesanatos, diferentes modais de transportes (aéreo, aquático e terrestre), museus, além do intenso comércio informal. Em Nampula, onde estive em três ocasiões, permanecendo em média sete dias a cada visita, além dos equipamentos turísticos na capital homônima, pude visitar a Ilha de Moçambique, primeira capital do país, visitar e conversar com famílias reassentadas pela empresa Vale, registrar as marcas na paisagem da pujança econômica do Corredor de Nacala, bem como perceber de que maneira o turismo está acoplado a tudo isso.

FIGURA 31: PROVÍNCIAS (ESTADOS) MOÇAMBICANAS OBSERVADAS



Fonte: TM WORLD BORDERS, 2017; Organização Melo, 2018; Elaboração cartográfica Pôssas, 2018.

Tratar de cidades colonizadas, se é que em verdade alguma não o é, logo remete à ideia de patrimônio histórico, de cultura, de patrimônio material. Assim como um debate sobre populações tradicionais dificilmente acaba sem chegar nos patrimônios imateriais. Compreendo que estas são mediações relevantes e mesmo fundamentais e como tal estão diluídas nas táticas de turistificação.

O Estado, que não é uma dimensão a ser analisada, mas o principal agente, em tese, da segurança territorial dos sujeitos, também é convocado nos momentos oportunos, para que não caia no esquecimento e fique deslocado dos processos apresentados, tampouco tenha um tópico

onde certamente incorreria em repetições desnecessárias. Sobre ele, para iniciar, basta dizer que é o principal operador nos três países do turismo como vetor de desenvolvimento, e do desenvolvimento como conteúdo da modernização. O que no Brasil está resultando diretamente em uma elitização. Desde os valores dos ingressos nos estádios de futebol, pós reformas para a Copa, até o preço das passagens, que depois de iniciada a cobrança para despacho das bagagens encareceram (CASAGRANDE, 2018), a atividade ganha contornos de exclusão da parcela socioeconomicamente mais vulnerável. Com o aval e ação do Estado.

Essa fragilidade tem rosto. Ou melhor, tem uma contraimagem. Apesar do discurso democrático de valores cristãos, avolumam-se os mecanismos de exclusão de diferentes sujeitos. A exclusão destas identidades, que em seu conjunto eu chamo de diversidade existencial, é a outra face da moeda da modernização que enaltece o sujeito referencial. Por isso, começo as observações por essa dimensão: a comunicação. Como é tratada a diversidade existencial para além da segmentação para o mercado?

Antes de passar às dimensões, uma ressalva final. Estou ciente da impossibilidade de lidar com profundidade com as dinâmicas de turistificação e exclusão em cada uma das dimensões. A complexidade exige um estudo particularizado para cada recorte. A ideia, no entanto, é outra, apenas evidenciar que existe uma articulação entre turistificação e exclusão em cada uma delas e frisar que recompô-las num todo é um passo determinante para uma análise crítica assentada na categoria trabalho e comprometida com a emancipação social. E pela apresentação sumária das dimensões, trago ao final do capítulo uma tabela com um apanhado de notícias que sintetizam o que foi tratado ao longo da exposição.

5.1 COMUNICAÇÃO – UM DISCURSO MULTICULTURALISTA LIBERAL DESNUDADO POR PRÁTICAS RACISTAS

O documento entregue pelo trade turístico aos presidenciáveis na campanha deste ano (2018) teve ampla divulgação nos meios de comunicação direcionados. Um deles, certamente parte de estrito grupo de alcance e credibilidade nacional, usa uma imagem que ilustra com maestria qual tipo de turista o Brasil, e a CPTur internacional, quer. A Figura 32 mostra uma família léguas distante de uma tradicional família brasileira, grosso modo. É pacífico que a

imagem pode dialogar de perto com um punhado de famílias do sudeste e notadamente do sul. Todavia, seria difícil uma imagem mais distante do perfil nacional. E ainda que se queira intuir que é um retrato do turista que vem, novamente a imagem é bastante distante da universalidade da imagem dos cidadãos mundiais, sendo muito peculiar a uma pequena parte da Europa.

FIGURA 32: FOTO DE DIVULGAÇÃO DA ATRATIVIDADE TURÍSTICA BRASILEIRA.



Fonte: Panrotas, 2018.

A relevância de acinte está no fato de que ao invocar abertamente essa referência ao sujeito referencial da modernidade, há tacitamente um comprometimento com o silenciamento de outras existências. Num país que, impropriamente, se gaba de ter consolidado uma democracia racial, cuja maior parcela da população é negra, soa no mínimo desrespeitoso esse tipo de marketing.

Isso que pode parecer ressentimento, complexo de inferioridade, mania de perseguição ou qualquer outra expressão que vise desqualificar e relativizar o racismo estrutural que desdobra do reforço desse subtexto, tem concretude. Se efetiva no cotidiano de hotéis, bares, restaurantes, shoppings, e toda sorte de serviços que compõem a CPTur. O posicionamento de Hélio Santos (2002; 2003), importante intelectual negro e ativista deste movimento, referente ao papel da grande mídia e à democracia racial ainda hoje ecoa forte, porque é parte de uma realidade sofrida vivida cotidianamente.

Devo contar em primeira pessoa. Em 2015 fui proibido de entrar em um dos hotéis de luxo de Havana. Em Cuba, país socialista, povo com uma das melhores educações do planeta,

povo miscigenado. Na altura, sem pontos públicos de acesso à internet, era nos hotéis que a população local precisava ir para se conectar, a um valor absurdamente alto. A desculpa? Eu estava de regata. Atravessei a rua, me juntei ao grupo de pesquisadores que estava comigo e expliquei a situação. Um dos pesquisadores, colombiano, branco, volta ao hotel e se dirige tranquilamente a sala de internet. Nesse momento chegamos todos. Questionamos o segurança porque não parou o professor se ele também estava de regata. O sujeito muito sem graça queria dispersar, pediu para entrarmos, para fazer de conta que não tinha acontecido. Não, eu queria falar com a gerência. E então, ele explicou: eram normas da casa.

Em 2017 uma das mais famosas casas de show do país, Villa Mix, foi condenada pela justiça brasileira justamente por essa prática, ela ordenava que as funcionárias restringissem a entrada de pessoas negras (SANTIAGO, 2017). Isso que parece um episódio do século XV acontece diariamente Brasil afora. E é por isso que ao nos depararmos com determinadas comunicações é preciso ficar alerta.

Por um lado, há um movimento de conversão da cidadania em turismo, por outro há uma refinada seleção de quem pode ocupar esse lugar. É dizer, ao mesmo tempo em que se turistifica a existência, o status dessa nova existência, agora convertida em ser turista (esse sujeito moderno, mais viajado e mais lido), é negado peremptoriamente a determinadas formas de ser e estar no mundo.

O descabro é tamanho que um ministro do turismo ousou diminuir a seriedade de assédios sexuais praticados por brasileiros durante a Copa do Mundo na Rússia (2018), dizendo tratar-se de uma bobagem, de algo sem importância estatística (ESPN, 2018). Se nem expostos em uma das maiores vitrines da sociedade contemporânea estes sujeitos deixam de cometer e de relativizar tais abusos, o que se deve presumir que acontece na vida que segue longe das câmeras de tevês, das manchetes de jornais e dos olhares dos observadores de DH mundiais?

No mesmo caminho vão as declarações do técnico que esteve à frente da seleção mexicana durante a Copa, quando ao perder para o Brasil e irritado com Neymar, afirmou que “futebol é um esporte duro, um esporte de homem” (SAKAMOTO, 2018, s/p.) Não tenho adendos à análise que Sakamoto fez da estúpida relação machista que o técnico estabeleceu. Mas é imperioso notar que poucas foram as iniciativas que fizeram coro ao texto de Sakamoto.

Esse silenciamento, esse consentimento tácito, tem ainda um complemento. Essas vitrines turísticas mundializadas são palco da legitimação dos fundamentos da modernidade. Do sujeito referencial, passando pela função do Estado e pelo investimento tecnológico que moderniza territórios, até a própria formada acabada de uma metanarrativa que diz poder acolher toda a diversidade existencial dentro de sua lógica de consumo, a comunicação turística ampla (não só das publicações especializadas, como guias de viagens, revistas e cadernos especializados etc.) se presta a reafirmar essa metanarrativa.

Veja o que fizeram com a imagem de Karl Marx sob aplausos de parte *dxs* marxistas, *encantadx*s com o agrado! A diminuição desse pensador e sua obra ao denominador comum dinheiro, reduz seu legado à sobrevivência submetida ao capitalismo contemporâneo. Se há um número de *admiradorxs* e *partidárixs* suficiente para gerar lucro com *suvenirs*, estátuas, cafés e museus dedicados a ele e seu legado, desde que não estejam organizados e coloquem em risco a metanarrativa capitalista, é possível o convívio mercantilizado (REUTERS, 2018).

Quando a força da mercantilização é suficiente para submeter a organização social local aos ditames desse imperativo, não é só a paisagem que começa a se transformar. O desenvolvimento, conteúdo da modernização, entendido como um processo sucessório (desenvolvido, emergente, subdesenvolvido) leva a uma identificação com os signos dessas etapas. É dizer, se o inglês é vendido como a língua universal do comércio e se impõe na comunicação sobre as línguas locais como se vê na Figura 33, outras línguas também se impõem quando são associadas ao desenvolvimento. Retorna a questão de associar inconsequentemente dignidade e urbanidade, de colocar a ruralidade, as tradições, no bojo do que precisa ser superado. Como em Moçambique, muitos países sofrem com o fato de que jovens já não querem mais falar as línguas locais. E o turismo não contribui para o contrário. Das 25 línguas locais, não me deparei com uma única placa bilíngue que não fosse inglês/português. Essa nova colonização é subproduto da *mcdonaldização* e da coca-colonização, segundo Labica (2009), e está espalhada por todos os recantos nos quais já descobriu como gerar lucros.

FIGURA 33: PLACA BILÍNGUE EM MOÇAMBIQUE (E A NÃO PRESENÇA DAS LÍNGUAS LOCAIS).



Fonte: Trabalho de Campo – Ilha de Moçambique, 2017.

Como você reagiria se eu organizasse um passeio com meus amigos para conhecer seu bairro? Mas não uma visita com hora marcada. E nem muito simpática. Chegaríamos num jipe, primeiro com jaulas, como se fossemos para um safari, depois, quando nos proibíssemos pelo exagero ofensivo, apenas o jipe, para recordar a ideia inicial. Que tal? Pois é assim que turistas do mundo inteiro têm a oportunidade de conhecer a favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, como mostra a Figura 34. O grande dilema não é se o turismo em favelas, bem como em outros territórios, pode ou não ocorrer. Sempre que houver consentimento, pode. O dilema é que numa comunidade tão grande, as relações se diluem e não há para quem pedir licença – a menos quando passam por áreas controladas pelo tráfico. Mas em qual curva da zona sul a caminho da Rocinha caiu o CMET que guias se permitem entrar na comunidade com um discurso ofensivo, descabido, apelativo e montados em um jipe?! Cadê o respeito aos autóctones? Cadê o respeito a cultura local?

Não me deterei contando outras passagens bizarras das minhas experiências nas localidades, nem neste tópico e nem nos demais, para não ficar mais prolixo. No entanto, não posso deixar de registrar que o fato da guia ser branca e guiando um grupo de brancos em meio a uma comunidade repleta de não-brancos (Figura 35) e tratar os moradores locais de uma forma

que beira a desumanidade (com frases como “eles são assim oh, fazem o que pintar pra sobreviver”), me faz pensar que o subtexto dessa metanarrativa ganha lugar de legitimidade nessa fala.

FIGURA 34: JEEP QUE LEVA TURISTAS ATÉ A ROCINHA.



Fonte: Trabalho de Campo – Rocinha, 2017.

Conseqüentemente, se quem move o moinho dos dólares é o vento do marketing, esse reforço não poderia terminar em outro lugar que não fosse estampado em materiais publicitários (Figura 36), em comunicações que buscam profissionais com boa apresentação (Figuras 37, 38) e estabelecimentos que se reservam o direito de “admissão” (Figuras 39). E eu sei bem quem eles não admitem!

FIGURA 35: GUIA E GUIADXS PELAS RUAS DA ROCINHA.



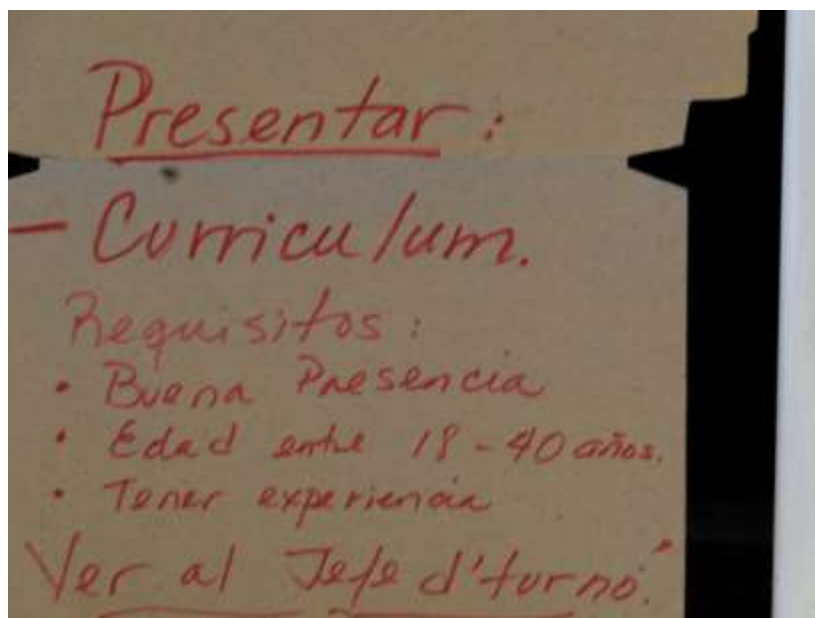
Fonte: Trabalho de campo – Rocinha, 2017.

FIGURA 36: DIVULGAÇÃO DA BARBEARIA GOURMET NA ROCINHA – A IMAGEM DO SUJEITO BRANCO É A REFERÊNCIA.



Fonte: Trabalho de campo – Rocinha, 2018.

FIGURA 37: OFERTA DE EMPREGO EM CUBA COM CRITÉRIO DE “BOA APARÊNCIA”



Fonte: Trabalho de Campo – Havana, 2015.

FIGURA 38: OFERTA DE EMPREGO EM CUBA COM CRITÉRIO DE “BOA APARÊNCIA”.



Fonte: Trabalho de Campo – Havana, 2018.

FIGURA 39: PLACA EM RESTAURANTE DE MAPUTO SE RESERVANDO O DIREITO DE ADMISSÃO DE CLIENTES.



Fonte: Trabalho de Campo – Maputo, 2018.

Por fim, a linguagem é outro aspecto importante no que se refere à relação entre turismo e educação. Claro que os processos de subjetivação, de construção de concepções de mundo estão muito além da linguagem empregada na comunicação. Mas ela é quase sempre sintomática de momentos históricos. Da negociação aberta de sujeitos escravizados como mercadorias em um passado não tão distante, à naturalização da guerra dos lugares pelos veículos especializados, passando pela conversão dos sujeitos em “turistas” inclusive quando cometem crimes, a linguagem é uma potente ferramenta para explicitar ou esconder questões sociais de um tempo histórico. O que chama atenção no caso do turismo atualmente é como a linguagem cotidiana sintomaticamente revela a transmutação da experiência turística em um *check list* a ser realizado. “Explorar lugares”, “fazer quatro países numa viagem de uma semana”, resumir a burocracia estatal para emissão de vistos de determinado país a um “não gostar de turistas”, entre outras frequentes formas de tratar a experiência turística é o indício de que a educação pelo e para o turismo tem contribuído para converter os sujeitos em não mais que turistas alienados.

5.2 INFRAESTRUTURA – NÃO É SÓ PONTE QUE VIRA PONTO TURÍSTICO

No campo da infraestrutura, o turismo se impõe à ordem socioterritorial pré-existente à medida que pauta a localização e densidade de equipamentos urbanos, estradas, a oferta de serviços básicos – água potável, saneamento, energia elétrica, equipamentos de lazer e entretenimento. As táticas variam desde a realização de megaprojetos, megaeventos, shoppings centers até a conciliação com as políticas de verticalização urbana, que invariavelmente resultam na remoção direta ou indireta (sabotagem das condições de reprodução da vida) da parcela da população pobre “indesejada”.

Ao avançar sobre terrenos não utilizados, o turismo realiza não só a reapropriação mercantilizada do ambiente não antropizado, mas da própria possibilidade de ter uma vista ampla dos locais, como a vista do prédio do Sesc da avenida Paulista, do mirante em Pinar del Rio (Cuba) ou de Engenho II (Cavalcante), por exemplo.

A concentração urbana, as edificações, os arranha-céus, a política de verticalização, entre outros graves problemas, conduzem à perda do horizonte da paisagem. Esta é em si se eleva à condição de atrativo turístico por sua escassez cotidiana.

A ditadura da paisagem é um dos mecanismos de turistificação da vida, cujo preço social equivale à expulsão de populações empobrecidas dos seus locais de vida e trabalho, conferindo plasticidade às paisagens segundo os ditames do mercado capitalista.

Como o turismo preza pela garantia do multiculturalismo liberal, as infraestruturas estabelecem uma via de mão dupla com a turistificação. Por um lado, elas mesmas atraem turistas, independente de suas funções originais, e por isso são cada dia mais pensadas para tanto já no projeto inicial. Cito o caso de hidroelétricas e estádios, que passam a ter museus acoplados em suas estruturas, serviços de guia, restaurantes para visitantes etc. Apesar dos impactos que causam às comunidades, cujo comprometimento o turismo decreta em seu CMET, tais infraestruturas são vendidas como atrativos em guias turísticos no mundo todo. Por outro lado, quando não são em si a atração, elas são as legitimadoras de megaeventos, por exemplo. Uma vez mais, apesar do impacto para as populações locais e cofres públicos.

Destacam-se a realização da Copa do Mundo de Futebol FIFA, em 2014, e os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, em 2016, que oportunizaram grandes investimentos, como a construção e ampliação de meios de hospedagem, ampliação e modernização de aeroportos, além de melhorias na mobilidade urbana e acessibilidade para pessoas com deficiência, promovendo um salto de qualidade na infraestrutura básica e turística do país (BRASIL, 2018 p. 40-41).

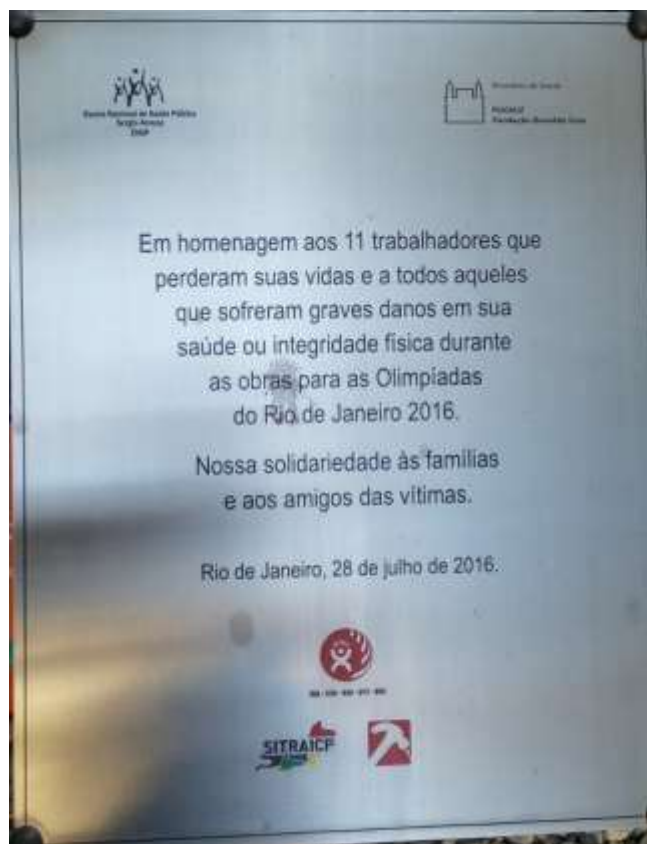
Quando digo da legitimação e do silenciamento, falo exatamente do enaltecimento aos aspectos positivos, que existem, para o turismo em função da execução de um megaevento ou um megaprojeto (nesse particular algumas matérias foram veiculadas a respeito do crescimento da cadeia hoteleira e da expansão do agronegócio na região conhecida como MATOPIBA, nova fronteira agrícola brasileira), e da não divulgação do amplo lastro de tragédias sociais no qual comumente se assentam. Os resultados sociais dos megaeventos esportivos no Brasil são espantosos (SHALDERS, MACHADO, FRANCO, 2018; JENNINGS, et al., 2014), mas não mais do que em outros países sede (LANCE, 2017; UOL, 2014).

A situação deve ser ainda pior na Copa-2022, no Qatar. Relatório da Confederação Sindical Internacional afirma que, desde o início das obras para a Copa no país asiático, mais de 1,2 mil imigrantes foram mortos.

A Anistia Internacional já exigiu que a Fifa pare de se eximir da responsabilidade sobre os direitos trabalhistas no Qatar. A ONG teme que a situação piore com a necessidade de mais mão-de-obra até 2022 (UOL, 2014, s/p).

O descompromisso social é gritante. Como ficam as vidas ceifadas nessa viagem à modernização dos territórios? Viram, quando muito, placas (Figura 40). Se as leis trabalhistas não são cumpridas por entidades internacionais na execução de eventos que chamam atenção do mundo todo, por que a celeridade rumo ao desenvolvimento nos países “subdesenvolvidos” trataria de outra forma a classe trabalhadora? Está aberto o sinal para as infrações trabalhistas (Figura 41). Quando o cenário estiver pronto, prédios novos e modernos, avenidas sinalizadas, com equipamentos modernos, estas vidas terão sido apenas o ônus do desenvolvimento. Não é possível fazer omelete sem quebrar alguns ovos, não é mesmo?

FIGURA 40: PLACA EM HOMENAGEM AOS TRABALHADORES QUE MORRERAM EM DECORRÊNCIA DAS OBRAS PARA AS OLIMPIADAS.



Fonte: Trabalho de Campo – Rio de Janeiro, 2017.

FIGURA 41: TRABALHADORES DESPROTEGIDOS E SUSCETÍVEIS À ACIDENTES.



Fonte: Trabalho de Campo – Nampula, 2018.

O desrespeito às leis e aos DH não ocorre apenas durante a construção de infraestruturas, diretamente ou potencialmente, turísticas. A própria lógica de acumulação que permite o investimento em tais infraestruturas deve ser alvo de maiores investigações. Veja-se, por exemplo, o caso do município de Brumadinho em Minas Gerais, que entrou para o circuito internacional das artes por sediar o maior museu a céu aberto de Nuestra América. Assim como as inversões do grupo Naoum na CPTur, a acumulação de Bernardo de Mello Paz está ligada ao agronegócio. Em seu caso particular, vem de sua relação com a grilagem de terras, exploração do trabalho infantil e escravizado e desmatamento ilegal (LARA, 2018). E a justiça brasileira é tão condescendente com a ligação espúria que legitima essas infraestruturas turísticas, que ao invés de fecha-las, faz da manutenção delas a própria penalidade para as infrações. Vale lembrar que:

“O Inhotim é um monumento à onipresença do dinheiro sujo do mercado de arte”, escreve Alex Cuadros. Em abril deste ano, Paz se comprometeu a transferir a posse de 20 obras expostas em seu museu, todas em seu nome, para o governo – é o equivalente a 100 milhões de dólares em impostos atrasados. Em contrapartida, convenceu o governo a mantê-las em Inhotim. Trata-se do “truque mais brilhante da carreira de Paz”, conclui o repórter: decidir como os impostos que nunca pagou devem ser gastos (LARA, 2018, s/p).

Vale lembrar que a modernização do território por meio da construção de infraestruturas turísticas, notadamente as de cunho cultural-artístico, tem caráter estruturante na reorganização produtiva do capitalismo financeirizado, segundo Harvey (2011, p. 26).

[...] O mercado de ações tem um caráter Ponzi, mesmo sem os Berneis Madoffs deste mundo precisarem organizá-los explicitamente assim. Os ricos apostaram alto em todo tipo de ativos, incluindo ações, propriedades, recursos, petróleo e outras mercadorias futuras, bem como o mercado de arte. Eles também investiram no capital cultural com o patrocínio de museus e todo o tipo de atividades culturais (tornando assim a chamada “indústria cultural” uma estratégia preferida para o desenvolvimento econômico urbano). Quando o Lehman Brothers quebrou, o Museu de Arte Moderna de Nova York perdeu um terço de sua receita de patrocínio.

Alinhando a modernização de territórios à construção de infraestruturas e estas à garantia da segurança e organização dos espaços (o que tem significado “higienização social”), a narrativa turística busca legitimar as suas próprias ações. “Associar uma viagem à tranquilidade é natural. É isso que se busca, que se deseja, para que a experiência seja memorável. Ele [o turista] privilegia destinos seguros, organizados e que possam lhe oferecer serviços de qualidade e experiências positivas” (BRASIL, 2018, p. 74). Nota-se aqui a correlação estabelecida entre o destino turístico e a segurança, garantida, nas entrelinhas, por investimentos em infraestrutura

adequada, “homogeneidade social”, bom desempenho dos serviços oferecidos. Este discurso condiz com políticas de incentivo e redução fiscal a setores hegemônicos sob o argumento da desburocratização e promoção do desenvolvimento local:

Em 2012, houve a desoneração da folha de pagamento do setor de hospedagem, com o objetivo de reduzir os custos de produção e exportação, gerar mais empregos e formalizar a mão-de-obra no setor, por meio da eliminação da contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Nacional (INSS), de 20%, substituída pela alíquota de 2% sobre o faturamento das empresas.

A reforma da legislação trabalhista, por meio da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, que possibilitou o trabalho intermitente – uma demanda antiga do setor de turismo – e permitirá a geração de mais de 2 milhões de novos empregos no setor de alimentação fora do lar nos próximos cinco anos (BRASIL, 2018, p.76-77).

O turismo concorre como um dos setores de maior vitalidade da vertente neoliberal que se amplia em Nuestra América e no Mundo. A agenda neoliberal se anuncia, por exemplo, na desregulamentação das leis trabalhistas e nas promessas de privatização de aeroportos, ainda que a Associação Internacional de Tráfego Aéreo aponte para a ineficiência de tais medidas (FUCUCHIMA, 2018). As manifestações de entidades internacionais, quando contrárias à lógica capitalista, são ignoradas. Mesmo sendo entidades que passem longe de ter a revolução como meta.

E o tiro pode sair pela culatra. Essa racionalidade economicista, na qual o equilíbrio e o bom senso são sempre medidos em cifras, tem levado ao risco iminente de que infraestruturas e patrimônios de todas as ordens se percam em função do turismo operado nessa lógica (CEDENO, 2018).

Enfim, a apropriação da infraestrutura, e os discursos que a conduzem, apresentam-se como uma chave de entrada para compreender as relações de poder, e as determinações territoriais, que se constroem no e pelo turismo.

5.3 EDUCAÇÃO – O QUE SE ENSINA PELO E PARA O TURISMO?

Além de um elemento para compreender o jogo de relações que se estabelece no e pelo turismo, a educação me parece uma via fundamental para a instauração de uma práxis emancipatória. Se o ciclo industrial impôs, como bem observa De Masi (2000), uma

(re)organização própria da super-estrutura e das mediações de classe, também o ciclo de serviços o fará. E como o turismo, até então, compõe essa reorganização no tocante à educação?

Para geógrafo Rafael Straforini (2018) o papel da Educação é conduzir os sujeitos à compreensão das contradições sociais, sendo elas o combustível para a indignação e a ação transformadora da realidade. O papel do educador se dá, pois, num campo de batalha discursivo pelo qual a fragilidade do discurso hegemônico é explorada, assim como alternativas de sociedade obstruídas são apresentadas ao educando.

Como diz Straforini (2018), toda ação se dá em consonância a um sistema discursivo. Para este geógrafo, se há práticas hegemônicas, estas são possíveis graças à legitimação de um sistema discursivo por parte de agentes da super-estrutura, entre eles os religiosos, professores, jornalistas, artistas.

A pedagogia quilombola me pareceu, *a priori*, o caminho pelo qual seria possível estabelecer os diálogos por meio do turismo com os educandos. Isso porque guarda grande proximidade com os pressupostos da educação do campo, e em estudos anteriores já havia apontado a pertinência do turismo compor a grade curricular nesta modalidade de ensino (MELO, PINTO, 2013). A educação como veículo da memória (de vida, da luta e do patrimônio material e imaterial), e não como instrumento de instauração de uma cultura burguesa, como vem sendo o ensino formal, numa forte dependência financeira, de gestão e de diretrizes curriculares do Estado. Contudo, a realidade, como se verá em momento oportuno, é de que essa pedagogia não tem sido aplicada nas comunidades Kalunga, o que é uma realidade para grande parte dos quilombos.

Ao tratar da Educação, e dos sistemas de ensinos formais, penso também as Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil. Dentro e fora do país. Os “estudos de caso”, “trabalhos de campo”, “visitas técnicas”, enfim, toda uma gama de atividades que levam os educandos ao contato com sujeitos concretos, cresce mediada por agências sob o nicho de turismo pedagógico. Ao que devo acrescentar que independente de ser organizada ou não por uma agência especializada, esse tipo de turismo aumenta em proporção ao interesse do conhecimento empírico direto. É dizer, não é possível (ou pertinente, desde a compreensão aqui exposta) diferenciar turismo de visitas técnicas/trabalhos de campo como recurso pedagógico fora da economia do turismo. Simplesmente porque está inserido nesta economia e assim deve ser tratado. Ou seja, tais

deslocamentos devem considerar os tratados internacionais sobre tais encontros entre visitados e visitantes.

Apostar nessa ferramenta didático-pedagógica contribui, ainda, para que a sempre presente sazonalidade seja amenizada. E isso não me parece oportuno apenas do ponto de vista econômico, antes, interessa do ponto de vista do reposicionamento da educação pelo/para o turismo. É dizer, com um fluxo mais perene toda CPTur pode se fortalecer e estabelecer outras relações trabalhistas, por exemplo, agindo sobre a conhecida precarização dos empregos no setor. E as cooperações educacionais nacionais são apenas uma faceta disso.

Crescem os intercâmbios e as possibilidades de cooperação entre instituições brasileiras e estrangeiras. Cada vez mais autores brasileiros são lidos em países próximos linguística e geopoliticamente ao Brasil. Entretanto, há que se questionar a natureza dessas cooperações.

A vivência em Moçambique, mencionada em outros momentos, reclama por exemplo, por reflexões acerca das parcerias institucionais com fins de pesquisa, ensino e extensão que envolvem pesquisadores brasileiros. Até que ponto não realizamos essa cooperação sul-sul no caminho errado, reproduzindo um neocolonialismo/subimperialismo? Que imagem de Brasil, de turismo, de juventude, de desenvolvimento, de modernidade exportamos e reforçamos em nossas práticas pedagógicas fora do Brasil? E para ficar no concreto, veja-se, a título de ilustração, o referencial teórico dos cursos e/ou disciplinas de turismo de Moçambique; vastamente ocupado por referências brasileiras; e não as mais críticas, antes, as mais hegemônicas.

Se a Educação se apresenta como uma via de emancipação social, ela também pode abrigar uma face perversa, de reforço dos regimes de (in)visibilidade hegemônicos e que fundamentam discursos e práticas racistas, sectárias, homofóbicas etc. Uma outra pedagogia, para lembrar Miguel Arroyo (2017), precisa ser construída e aplicada para que o turismo se fortaleça enquanto prática a favor das diversidades territoriais, culturais e existenciais.

Construir outra pedagogia no e pelo turismo é, fundamentalmente, construir outro turismo. É dizer, sem a construção de um corpo teórico que mensure a abrangência e influência deste fenômeno social multiescalar e multidimensional na vida contemporânea, será impossível pautá-lo como componente pedagógico, direto ou transdisciplinar, nos currículos dos ensinos médios e fundamentais, o que me parece imprescindível, na exata medida em que foi o caminho para tratar e expor as contradições de classe sintetizadas sob a apresentação da questão da

cidadania, quando esta então passou a ser incorporada nos currículos de quase todos os cursos em diferentes momentos da formação cidadã.

Em Havana, por exemplo, é recorrente ver turmas dos primeiros anos do ensino básico passeando pelas ruas com *professorxs*. E nestas ruas encontram, além das mensagens/lemas que balizam o país, também a ocupação do espaço público como componente pedagógico. Cruzam com a diversidade existencial. São chamadas, tais crianças, a conviver e a pensar sobre as múltiplas formas de ser e existir. As expressões religiosas são notáveis. Diferente do Brasil, onde avança uma onda conservadora que cada dia mais obriga que expressões existenciais resistam em silêncio e fora da cena pública. Um passeio com uma turma pela Avenida Paulista, em São Paulo, por exemplo, deve levantar a questão de por que as expressões religiosas são tão poucas e se limitam basicamente ao cristianismo?; ou ainda por que a população LGBT vive com receio de agressões físicas (o que tem levado ao crescimento de uma rede de serviços especializado, o que apesar de ser comemorado, eu vejo como grande retrocesso)? Mesmo em Moçambique, país africano, as religiosidades não-cristãs são cada vez mais motivo de tabu. Na contramão do crescimento do turismo religioso e dos compromissos pressupostos do turismo com a diversidade existencial, há um silenciamento sobre tais questões. Como pensar outro turismo, como pensar uma teorização para o turismo, como pensar práticas pedagógicas que envolvem o turismo se temas tão importantes para o conjunto da sociedade e para a CPTur estão simplesmente sendo escamoteados, criminalizados, marginalizados?

Os roteiros literários e identitários, como os que têm crescido no Brasil e no mundo, tal como o realizado sob a supervisão da professora Adriana Carvalho Silva na cidade do Rio de Janeiro para conhecer a história da população negra escravizada e levada para lá, ou o roteiro em Mafalala, em Maputo, para conhecer a história da comunidade, têm grande potenciais de visibilizar e valorizar histórias, sujeitos e lugares. Contudo, não podem se distanciarem das dinâmicas de autodeterminação territorial dos sujeitos, sob o risco de reduzir histórias, sujeitos e lugares à atrativos turísticos destituídos de potencialidade transformadora, como no caso da experiência do roteiro organizado e conduzido por uma agência de viagens – cuja funcionária é contratada esporadicamente em função da demanda e mal remunerada, ou seja, de forma precarizada, e sem nenhuma ligação com a comunidade, propiciando concentração da renda gerada que não é reinvestida em infraestruturas ou economia locais, e com um diálogo/imagem exteriorizado da vida naquela localidade.

A discussão se a educação é para ou pelo turismo resta, dessa forma, superada. Se o turismo como componente curricular for trabalhado na perspectiva de um fenômeno social multiescalar e multidimensional, tais coisas se fundem na unidade dialética. Do mesmo modo que ensinar para o turismo ou pelo turismo sob o imperativo da racionalidade empreendedora, amplamente aceita e utilizada nos cursos de graduação em turismo no Brasil, reduz a questão aos propósitos e dinâmicas de mercado. Para que alguém não confunda, propositalmente ou não, esclareço: falo da racionalidade empreendedora como o produto acabado da metanarrativa capitalista, como a instrumentalização perversa do eu no capitalismo cognitivo.

5.4 QUESTÃO AMBIENTAL – QUAL A NATUREZA DA SUSTENTABILIDADE TURÍSTICA?

Em 2011 já me preocupava a intrínseca relação turismo-natureza (MELO, 2011), e buscava pensar essa imbricação desde suas implicações sociais mais amplas, e não apenas como expressões fenomênicas assentadas em alguma medida num vago conceito de desenvolvimento sustentável. Naquela oportunidade embora tenha esboçado alguns apontamentos, não aprofundi as análises.

Passados quatro anos, durante a abertura da VII Semana de Turismo da Universidade Estadual de Goiás, realizada em setembro de 2015, Eguimar Felício Chaveiro chamou a atenção para a necessidade de uma epistemologia do turismo pautada no trabalho. Parece, assim, que os esforços para uma reflexão do fenômeno turístico assentada na totalidade, embora encontre (poucos) lugares na academia, não têm avançado em grandes medidas. Essa ausência do que Chaveiro nomeou de “necessidade de uma epistemologia do turismo pautada no trabalho” é um indício de que as pesquisas sobre o vínculo turismo-natureza não têm considerado a dimensão da degradação ambiental, e sua respectiva crise ecológica.

Mendonça, desde sua tese de doutorado (2004), tem sistematicamente, junto com outras pesquisas ligadas ao Centro de Estudos da Geografia do Trabalho – CEGET, demonstrado que o capital na organização social capitalista (e aqui a distinção entre capital e capitalismo feita por Mészáros (2011a) tem de ser considerada) se reproduz fundamentalmente a partir da degradação ambiental e da precarização do trabalho. O que se agrava quando a queda da taxa de lucros cai,

como apontara Marx e que Alves diz ser a questão central para compreender a retração de DH nesse momento de crise.

Como, então, ter em mente que o turismo só pode ocorrer em condições de manutenção do ambiente e ao mesmo tempo desconsiderar a degradação ambiental inerente ao desenvolvimento do capitalismo? Parece que é necessário estabelecer algumas mediações para que seja possível esclarecer o que ocorre nesse processo de alienação/escamoteamento dessa realidade.

A natureza tem um apelo inegável para os viajantes. E o mercado turístico sabe disso. Não é à toa que paralelamente a uma onda de preservação/conservação da natureza que cresce, sobretudo, a partir de meados dos anos 60, ganhe importância o segmento denominado ecoturismo.

Esta modalidade de turismo, que também recebe denominações como turismo de natureza, turismo no meio ambiente, turismo verde, turismo de baixo impacto, turismo sustentável, e guarda relações ainda com o turismo rural, o turismo no espaço rural, dentre outros, trabalha com atividades ligadas aos “recursos naturais” e propaga a conservação destes. Conseqüentemente, o turismo é vendido como um discurso/prática de desenvolvimento mais harmonizado com a questão ambiental, mesmo que muitas vezes nessa disputa discursiva termine por construir/reforçar racionalidades que sustentam seus concorrentes, como mostrou Marques (2018).

Por essa razão, uma das funções das Unidades de Conservação em todo mundo é o turismo (DIEGUES, 2008). Essa forma reificada de pensar a natureza, que Diegues (2008) chamou de o mito da natureza intocada, não é capaz de estabelecer os nexos escalares entre as expressões fenomênicas do turismo e o próprio fenômeno turístico em sua completude (totalidade). Ao proceder assim, deixa-se de ter em conta que se o capitalismo é inexoravelmente destruidor da natureza, o turismo, por prescindir dela para se realizar, bem como a própria vida humana, não pode ser compatível e entoar um discurso que legitima e atualiza a reprodução deste modelo de sociedade, algo muito próximo do que se tem classificado como capitalismo verde, ou em termos mais propositivos, desenvolvimento sustentável. Sobre a apropriação do discurso/vontade de preservação/conservação pelo capitalismo Leff (2001) já demonstrou suas incompatibilidades e historicidade.

O descompasso é tamanho que, numa roda de conversa sobre desenvolvimento sustentável, o representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) defendeu a implantação e expansão de grandes trilhas turísticas ecológicas (corredores ecológicos com uso turísticos) em consonância com a atual política para o campo brasileiro, notoriamente degradante do ambiente e exploradora do trabalho, inclusive com utilização de trabalho escravizado. Além do que impacta negativamente da diversidade produtiva, outro compromisso turístico que se vincula à conservação e valorização cultural de modo mais amplo.

A própria monetarização dos bens comuns causaria espanto numa leitura mais atenta cujo parâmetro não fosse o valor de troca, a mercantilização generalizada e naturalizada da existência. Na África do Sul, em Moçambique, no Brasil e em diversos outros países se discute a rigidez na fiscalização da predação da fauna e da flora sob o argumento de que determinado animal ou determinada espécie da flora traz mais rendimentos vivo do que morto, descontado seu potencial valor no mercado ilegal. Gestores se animam e incentivam que as pesquisas se empenhem em demonstrar, em valores, esta compensação. O que se perde aqui é a possibilidade de construir outra racionalidade. Essa apreensão e intervenção apriorística, que é a marca mais forte do campo de saber turístico, repõe as categorias do real, como se a realidade (atual) fosse o limite das possibilidades humanas, como já disse Alfredo (2001).

Esse desequilíbrio entre discurso e prática tem contornos profundos. Ao passo que as entidades nacionais e internacionais se comprometem com a conservação ambiental, a CPTur, movendo-se dentro do escopo das contradições dessa metanarrativa capitalista, que lhe permite usar o que Freya Higgins Desbiolles (2018) chama de tinta verde, ajusta um marketing de apelo à sustentabilidade que absolve e se descola de suas práticas predatórias.

A Assembleia Geral das Nações Unidas declarou 2017 como o Ano Internacional do Turismo Sustentável. Atividades foram realizadas em todo o mundo para discutir a importância da promoção da sustentabilidade no turismo e de se realizar uma transformação no setor que contribua para o alcance de um futuro melhor.

Essa importante celebração ocorreu 50 anos após o Ano Internacional do Turismo – Passaporte para a Paz (1967) e quinze anos após o Ano Internacional do Ecoturismo (2002). Veio em um momento crítico para todos, uma vez que a comunidade global trabalha a nível regional, nacional e local, para contribuir com a consecução da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030. Diante disso, faz-se importante destacar a inter-relação do turismo com o enfrentamento às mudanças climáticas. As mudanças no clima do planeta têm se acelerado. Não só o setor de turismo pode contribuir para o agravamento da

situação, como a piora das condições pode impactar significativamente os destinos turísticos, com graves consequências para a visitação dos atrativos e a prestação dos serviços. Assim, é urgente que as políticas públicas de turismo se comprometam com uma agenda que busque sensibilizar os gestores, empreendedores e turistas para a redução e compensação das emissões de carbono na atmosfera, de modo a minimizar os impactos das mudanças climáticas.

Vale ressaltar que a sustentabilidade no turismo é entendida de forma ampla, de maneira a garantir a preservação não apenas dos recursos naturais, mas da cultura e da integridade das comunidades visitadas. Esses princípios permeiam os planos nacionais de turismo e o Programa de Regionalização do Turismo (BRASIL, 2018, p. 57-58).

Há uma abissal distância entre compromissos assumidos em documentos e discursos e as práticas. Uma separação tamanha que mesmo os turistas não se importam com quanto ganha um garçom em determinado empreendimento, quais os fornecedores de tal estabelecimento, a que grupo econômico pertence determinada cadeia de hotéis ou de equipamentos de lazer etc. Isso faz com que esses mesmos agentes fiquem a vontade para fazer e cobrar que se façam propagandas internacionais do potencial para a prática do ecoturismo no Brasil, mas não se manifestem sobre a privatização da água pelo agronegócio, que inclusive contamina os corpos d'água, quando não os elimina definitivamente, deixando famílias, e até comunidades inteiras, sem acesso à água (bem imprescindível à vida), mesmo tendo sido atingidas pela construção de barragens de hidrelétricas, por exemplo.

Ao vender a modernização como único caminho possível, e eivar ela de aspectos humanos, sintetizados num desenvolvimento nunca debatido publicamente, a metanarrativa capitalista se utiliza o turismo como um mecanismo de atualização e legitimação dessa venda. Com isso consagra uma separação de dimensões inseparáveis. A modernização dos territórios é simplesmente desconectada das suas principais consequências, das quais insisto na diminuição da diversidade produtiva, nos rebatimentos para a saúde (DW, 2018) e na degradação ambiental (CARNEIRO, 2018) com merecido destaque para o uso das águas (VEGA, BONFIM, 2018).

Para Coriolano (2006, p. 35):

[...] As classes de menor poder aquisitivo dos países avançados descobrem o turismo social e as populações das regiões de expansão do capitalismo descobrem formas de captar essa demanda. Assim, há indícios de que o turismo se estenda cada vez mais para áreas nunca antes previstas como, por exemplo, favelas, terras indígenas, acampamentos dos sem-terra, lugares excluídos do modelo global, denotando uma força de inércia e de inclusão em contraposição à exclusão. Existem vários casos de espaços segregados que passaram a vender arranjos produtivos para o turismo, tendo surgido no Nordeste e no Norte do

Brasil o chamado turismo solidário, participativo, comunitário, de inclusão, mostrando a dinâmica dessa atividade e a possibilidade de turistas para todos os segmentos e gostos. O turismo vem se expandindo pelo espaço geográfico de uma forma muito rápida, tendo o ambiente como matéria prima, reproduzindo essa contradição intrínseca à produção capitalista, referente a (in)sustentabilidade social e ambiental.

Sendo assim, seja entendendo o todo como natureza, inclusive o próprio homem (como a natureza que tem consciência de si mesma), seja numa reificação dela, melhor dizendo, na perpetuação do mito da natureza intocada baseado na dicotomia homem-natureza, há uma contradição insuperável entre turismo e capitalismo. E só numa perspectiva alienada, que não entenda, inclusive, o turismo como componente territorial, como elemento de construção da subjetividade dos sujeitos, é que se pode falar da relação turismo-natureza por meio do ecoturismo, de práticas turísticas “sustentáveis”, como se fossem passíveis de serem harmoniosas.

Não por acaso o turismo rural tem como um dos seus principais *slogans* o contato com a natureza, com o ar puro, com o desligamento do frenesi urbano dos grandes centros. As pessoas estão se sentindo excluídas do seu tempo de vida. Vivem para trabalhar. A mobilidade urbana não é pensada a partir da funcionalidade para estas pessoas, por exemplo. Contudo, o turismo tem se prestado ao papel de ser o momento de descanso e recuperação das forças laborais dessas pessoas. Está na hora de vincularmos causa e efeito. Qual a relação de se gastar uma média de 4 horas diárias no trânsito numa cidade como São Paulo com a expropriação e expulsão dos camponeses de seus territórios; com a não efetivação da Reforma Agrária e outras reformas; com o etnocídio dos indígenas, entre outras questões? Se o Estado, com sua incorporação do preceito cristão fundador, é o principal agente na consolidação do Super-eu coletivo, carece que estabeleça outras coordenadas para a sociedade.

5.5 ALIMENTAÇÃO – COMER É UM ATO POLÍTICO!

Nos textos oficiais, a alimentação aparece em articulação com as diretrizes da atividade turística:

Os empreendimentos e profissionais do turismo, apoiados pelos órgãos públicos, devem zelar por segurança, prevenção de acidentes, condições sanitárias e higiene dos alimentos daqueles que recorram a seus serviços. Deverão, ainda, se

preocupar com a existência de sistemas de seguros e de assistência adequados (BRASIL, 2018, p. 72).

O “zelo” pela alimentação dos turistas reverbera-se, na prática, no monopólio da comercialização de produtos alimentícios pelas redes de supermercado. De acordo com o estudo de uma ONG britânica, Oxfam, “os supermercados ficam com uma quantidade cada vez maior do dinheiro que seus consumidores gastam em suas lojas - em alguns casos, esse valor chega a 50%, enquanto a parcela que fica com trabalhadores e produtores rurais pode ser menos de 5%” (UOL, 2018). O estudo revela o aumento significativo (mais de 50%) dos preços dos produtos brasileiros nos mercados europeus e americanos desde 1990, sem que isso atinja positivamente o pequeno produtor, que responde pela produção majoritária de alimentos. Esses dados costuram a relação entre o turismo, a alimentação e a exploração do trabalho.

Ocorre via alimentação a ameaça à segurança e soberania alimentar dos povos, seja pela imposição dos transgênicos, o envenenamento em massa da população, a diminuição da diversidade produtiva. As opções de consumo da parcela mais pobre da população expressam essa redução da diversidade produtiva. Aqui também as identidades locais se apresentam ameaçadas, haja vista que a alimentação é notadamente um ato cultural, elo de afirmação e transmissão de saberes geracionais.

Outro processo que reitera a alimentação como um componente-chave na leitura das determinações territoriais diz respeito à crescente fusão agricultura-indústria farmacológica, cujos resultados apontam para uma vida medicalizada e sob domínio da geopolítica internacional (AMAZONIA, 2018).

É diante desse cenário, e a partir de leituras que compartilham dessa perspectiva crítica da relação entre turismo e alimentação, que experiências sociais concretas vêm sendo gestadas por sujeitos e movimentos sociais que disputam esses territórios, seus saberes e sabores, a exemplo dos produtores de Chocolate Premium, no assentamento Terra Vista, no sul da Bahia (ARACITY, 2018).

A geopolítica dos alimentos e do turismo se encontra no campo. E o lugar do campo numa sociedade moderna, que insiste em pejorativar o rural e enobrecer o urbano, não poderia ser outro: o do descaso. Sem uma mídia independente que noticie o avanço dos interesses do capital transnacional em territórios ocupados por camponeses e populações tradicionais, a população fica refém dessa separação/alienação entre consumo e processo produtivo. Enquanto os defensores do

agronegócio se organizam para ter acesso à comida saudável (CASTILHO, 2018), a população fica à mercê de uma alimentação restrita, cada dia mais envenenada e transgênica (FLECK, 2018), inclusive em hábitos já considerados culturais, como a cerveja (MORITI NETO, 2018). E como não querem perder vendas, as empresas optam por esconderem as informações de seus produtos (SWI, 2016), pois sabem que um traço crescente nesse capitalismo cognitivo, apesar do esforço empresarial no sentido oposto, é o consumo de produtos e serviços balizados pelos posicionamentos das empresas (MELO, 2018). E não é raro que empresas que se gabem de seu comprometimento social, como a Starbucks, sejam flagradas ligadas a cadeias produtivas que cometem crimes de diversas ordens (PENHA, 2018).

Contra o crescimento das feiras gastronômicas, populares ou de luxo, que são o principal atrativo turístico em determinadas localidades, e que completam o acervo de atrações de eventos e equipamentos em outras, crescem as notícias do domínio das grandes cadeias de alimentos e de supermercados sobre a autodeterminação produtiva dos camponeses no mundo todo. Esse controle está diretamente ligado aos dois lados de uma única moeda: o crescimento mundial da obesidade e da desnutrição (JACOBS, RICHTEL, 2017).

O exército de vendas diretas da Nestlé faz parte de uma mudança mais ampla na estratégia das indústrias alimentícias, que inclui a entrega de junk food e bebidas açucaradas consumidas no Ocidente até os rincões mais isolados da América Latina, África e Ásia. Enquanto suas vendas caem nos países mais ricos, as multinacionais do gênero alimentício, como Nestlé, PepsiCo e General Mills, aumentam sua presença de forma acintosa nos países em desenvolvimento, comercializando seus produtos tão ostensivamente que chegam a transtornar os hábitos alimentares tradicionais do Brasil, Gana e Índia.

O New York Times analisou os registros de empresas, estudos epidemiológicos e relatórios governamentais, assim como realizou entrevistas com vários nutricionistas e especialistas em saúde do mundo todo que revelam uma mudança radical na maneira como os alimentos são produzidos, distribuídos e anunciados em grande parte do mundo. Isso, segundo especialistas em saúde pública, está contribuindo para uma nova epidemia de diabetes e problemas cardíacos; doenças crônicas associadas às elevadas taxas de obesidade de regiões que há apenas uma década lutavam para combater a fome e a desnutrição.

A nova realidade pode ser compreendida com um único e incontestável fato: no mundo todo, o número de obesos superou o de indivíduos com baixo peso. Simultaneamente, *a disponibilidade crescente de alimentos altamente calóricos e pobres em nutrientes está gerando um novo tipo de desnutrição, caracterizada por um número cada vez maior de pessoas com sobrepeso que, ao mesmo tempo, tem uma nutrição precária.*

“A história vigente é que este é o melhor dos mundos possíveis: alimentos baratos e amplamente disponíveis. Se você não analisa a questão a fundo, faz

sentido”, afirmou Anthony Winson, que estuda política econômica de nutrição na Universidade de Guelph, em Ontário. Um olhar mais cuidadoso, entretanto, revela uma história muito diferente, conclui. *“Para deixar claro: a forma como estamos nos alimentando está nos matando”*.

O problema se refere tanto à economia quanto à nutrição. *À medida que as multinacionais avançam nos países em desenvolvimento, elas alteram a agricultura local, estimulando agricultores a trocar as culturas de subsistência por commodities mais rentáveis, como cana-de-açúcar, milho e soja: a base de muitos produtos alimentícios industrializados.*

É um ecossistema econômico que atrai lojas familiares, grandes varejistas, fabricantes e distribuidores de alimentos e pequenos vendedores como da Silva. *Em lugares tão distantes como a China, África do Sul e Colômbia, o crescente poder das grandes empresas de alimentos também se traduz em influência política, o que impede que autoridades em saúde pública consigam taxar refrigerantes ou criar leis destinadas a restringir os impactos dos alimentos processados na saúde.*

“Em uma época em que o crescimento ocorre de forma mais moderada nas economias estabelecidas, acredito que a postura mais enérgica no mercado emergente irá prevalecer”, afirmou recentemente o diretor-executivo da Nestlé a investidores. Os mercados em desenvolvimento hoje são responsáveis por 42% das vendas da empresa.

Para algumas empresas do ramo, isso significa mirar especificamente no público jovem, como Ahmet Bozer, presidente da Coca-Cola, descreveu a investidores em 2014. “Metade da população mundial não tomou uma Coca nos últimos 30 dias”, disse. “Há 600 milhões de adolescentes que não tomaram uma Coca na última semana. Então temos uma enorme oportunidade” (JACOBS, RICHTEL, 2017, s/p., grifo nosso).

A força política aliada à força econômica faz destas empresas agentes de rupturas culturais amplas, que começam pela alimentação e terminam em monopólios. Desde a compra de empresas concorrentes, passando pelo reordenamento de dietas de uma localidade inteira, tais empresas têm condições de traçarem suas táticas de mercado em médio prazo. Isso faz, por exemplo, com que grande parte dos estabelecimentos em Moçambique tenha opções de refrigerantes da Coca-Cola mais baratos que água. Se juntar a isso o discurso/realidade sanitaria que incide sobre grande parte dos países de Nuestra América, África e Ásia estarão dadas as condições para uma reconfiguração da cadeia produtiva agrícola.

Registro, por exemplo, que em Inhambane, em 2016, a produção da associação agrícola campesina mais produtiva era toda orientada em função do consumo de um resort. É dizer, enquanto o hospede destes estabelecimentos têm acesso a sucos de frutas naturais, verduras e legumes, à diversidade de produtos alimentares nos estabelecimentos que atendem a população local e turistas com menor poder aquisitivo diminui. Nessa altura era difícil encontrar suco

natural de frutas nos estabelecimentos do núcleo urbano de Inhambane. Ao passo que o consumo de refrigerantes e produtos industrializados cresce a olhos nus.

5.6 TERRITÓRIO – A EFETIVAÇÃO DA EXISTÊNCIA CAPTURADA

O território, em suas dimensões materiais e imateriais, é a efetivação de modos particulares de apropriação do espaço. Daí porque é possível que se tenham diferentes territórios e territorialidades em um determinado espaço. Como o próximo tópico é para tratar das peculiaridades da relação que o turismo estabelece com essa diversidade existencial (que necessariamente decanta em territórios e territorialidades – ainda que reconheça de antemão que este é um exercício ingrato, mas espero que didático), aqui não tratarei dessa diversidade. Apenas quero chamar a atenção para o fato de que o marketing turístico se apropria e/ou produz e vende territórios como se fossem inabitados, mesmo quando apelam para as belezas e encantos de modos de vidas comunitários, como no caso já referido do Airbnb.

O esforço demandado até o momento é o de refletir como o turismo se entranha no tecido social. À medida que se articula e se computa para a economia do turismo, senão todas, boa parte das dimensões da existência – alimentação, religião, deslocamento, hospedagem, entretenimento/lazer, consumo de produtos e serviços em geral –, há que se pensar como os territórios têm sido (re)organizados frente às novas demandas desdobradas do avanço turístico. O sentido de tais transformações é o que se questiona, diante da tríade turismo-desenvolvimento-modernidade.

No Brasil a modernização do território significou a implantação de signos urbanos e a desvalorização e o descaso com o rural, notadamente com os moradores do campo. E isso tem o outro lado, que retomarei na sequência. Os que primeiro pagaram com seus territórios o preço da colonização e depois da modernização (com fortes cores neocoloniais) foram as populações tradicionais. E essa não é uma especificidade brasileira, motivo pelo qual a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) garante o direito de propriedade destas populações, bem como a consulta prévia para ações que atinjam tais territórios.

Na construção de Brasília, por exemplo, celebrada como um marco da arquitetura moderna, que ironicamente tem prédios desenhados por um comunista, e no desenvolvimento das cidades satélites, os territórios quilombolas existentes foram ignorados. E os resistentes agora correm o risco de perderem seu território para condomínios de luxo (FELLETT, 2018), a expressão mais bem-acabada de uma vida turistificada nessa lógica hegemônica. Isso depois de seus antepassados ajudarem com as próprias mãos a erguerem a capital.

Até a construção de Brasília, a comunidade vivia relativamente isolada do mundo exterior. A maioria das famílias se dedicava à agricultura, a criação de gado e à produção de marmelada, comercializada em Luziânia, cidade criada a partir de Santa Luzia.

Os principais eventos no calendário do povoado eram as festas religiosas, como as folias de Reis e do Divino do Espírito Santo.

Com a inauguração da capital, em 1960, a rotina da comunidade começou a mudar.

Manoel Neres diz que, por um lado, os moradores "passaram a ter mais acesso a elementos da vida moderna, como energia e telefone". A transferência da capital facilitou a venda de alimentos cultivados na comunidade e gerou empregos para vários quilombolas.

Por outro lado, o povoado passou a lidar com problemas antes inexistentes, como violência armada e tráfico de drogas. E a comunidade começou a perder terras (FELLETT, 2018, s/p., grifo meu).

Mas o que o turismo tem a ver com isso, com esse passado? Tudo! Como antes, ainda hoje a CPTur cala diante do extermínio dos territórios. Hora está envolvida diretamente, hora se pronuncia pelo seu conveniente silêncio. Um levantamento no quadro de eventos de grande parte dos municípios brasileiros, felizmente ou infelizmente, mostrará que, sobretudo, nos municípios menores os festejos estão ligados à religiosidade (cristã). Como no caso em tela, quantos territórios foram e são destruídos no curso dessa modernização? Quantas festas? Quantos saberes culinários? Quanta diversidade ambiental, uma vez que tais comunidades se harmonizam com o meio ambiente de modo metabólico, sendo para muitas um todo expresso em suas cosmogonias? O turismo, mesmo nessa leitura economicista que prevalece, perde com a destruição de territórios.

Compreender a modernização dos territórios a partir de seus signos tecnológicos numa ligação imediata com o urbano, tem se mostrado criminoso. Uma das narrativas mais potentes dessa metanarrativa capitalista. Quem quer ser atrasado? Quem não quer ser moderno, desenvolvido? A modernização é um bem que a sociedade faz para si mesma e, portanto, para

tais sujeitos, mesmo quando eles não conseguem entender. Repito: a vida dos que resistem a essa lógica é reduzida a ônus do desenvolvimento.

Quando o senhor Manoel Neres, na citação acima, fala que os moradores do quilombo tiveram acesso a vida moderna, ele está reproduzindo um entendimento acadêmico. Veja o que disse De Masi (2000, p.91), na alvorada desse milênio, respondendo se a pobreza urbana é pior que a pobreza rural.

Não. Porque na cidade existe televisão – nas favelas brasileiras a maioria dos barracos tem uma. É verdade que assistem só às novelas. Mas é melhor parar com essa nossa atitude esnobe. O morador da favela que assiste a uma série americana descobre que existe um mundo feito de luxos bem diferente do dele. Confronta-se com isso e fica com raiva: é o início da tomada de consciência, que não pode brotar se não houver confronto, se o pobre não puder se comparar com o rico. E além disso nem tudo é seriado americano. A novela Terra Nostra, de enorme sucesso no Brasil, propôs um modelo de vida solidária, bem diferente daquele da série americana, repleta de sexo, competição e violência.

Defender que os sujeitos sejam expropriados de seus territórios e rumem para os centros urbanos para de lá se comprazerem em ver antigas formas de comunhão comunitárias sendo reproduzidas em novelas é incoerente e, objetivamente, desonesto. E por quê? Porque à medida que se retiram as condições de autodeterminação dos sujeitos e os colocam numa situação de vulnerabilidade se compromete sua capacidade de reprodução social. A realidade das periferias dos grandes centros é incontestável. Questionar qual a lógica do sujeito ter que se favelizar para ter acesso à tecnologia é um próximo passo. Não seguirei esse caminho, apenas digo que esse entendimento tácito de que o urbano é o locus da modernidade é a chave dessa porteira que de infrações cometidas contra estas comunidades.

Quando salientei que o posicionamento do representante do ICMBio durante a roda de conversa sobre desenvolvimento sustentável no FICA é antagônico com os pressupostos turísticos, o digo em razão de que, além da degradação ambiental e precarização do trabalho, o agronegócio é agente ativo na expropriação dos territórios das populações tradicionais (PRAGER, MILHORANCE, 2018). E o Estado é cúmplice dessa barbárie (MILANEZ, 2018).

Longe das manchetes, essa realidade não entra na contabilidade da modernização dos territórios. E eis que diante disso surge um retorno ao campo. Uma torção mercantilista e reificada na reapropriação do campo e dos signos/valores rurais. O que, claro, desdobra na disputa por territórios ocupados. Mas o discurso é mais ou menos o seguinte: “Todo mundo quer

morar nos centros urbanos. Os serviços estão nos centros urbanos. Camponeses, vão para os centros urbanos, deixem a produção agrícola para o moderno agronegócio”. E de repente, quando a saturação se impõe, aparece a solução: “O seu centro urbano está impondo uma rotina estressante? Você mal conhece o vizinho? Você perde horas no trânsito? Você já não tem contato com áreas verdes e seguras? Venha para os condomínios verdes (horizontalizados ou verticalizados), afastados a uma distância suficiente para garantir isolamento e acesso fácil, com infraestruturas garantidas pelo Estado”.

Cresce notavelmente a oferta dessas residências, permanentes ou de fim de semana/temporada, no litoral e nos cinturões verdes dos grandes centros urbanos. Ocorre que o processo de expropriação e expulsão das comunidades rurais, felizmente, ainda não se completou. Há resistências. E aí o turismo começa a agir ativamente. Se até então peca por não cobrar do Estado e da sociedade que se cumpram os seus pressupostos, agora passa a determinar a lógica da disputa. É o que acontece, por exemplo, com o quilombo que está numa área turística em Santa Catarina, cuja espera por demarcação de seu território se arrasta por anos (num roteiro recorrente para tais populações). “Enquanto isso, ameaçados pela especulação imobiliária, hostilizados pela população branca e vítimas de violência policial, os descendentes quilombolas foram se favelizando em torno do território que lhes pertence por direito” (ZANOTTO, 2018, s/p.).

O turismo não é uma face mais humana da modernização dos territórios? É legítimo indagar se o turismo tem potencial de contribuir nas táticas de autodeterminação territorial e de constituição de concepções de mundo. Na terceira parte cito um conjunto de ações turísticas que compreendo que se constroem nessa perspectiva. Contudo, chamo atenção aqui para o fato de que os mesmos territórios que se turistificam, também são eliminados sob a mesma narrativa da modernização, às vezes inclusive pela própria CPTur (REPORTERBRASIL, 2018).

Mesmo quando não há a desterritorialização das comunidades, o turismo impacta nas determinações territoriais locais. O turismo religioso (exemplo da Festa do Divino Pai Eterno, Trindade-GO), o turismo das grandes festas (Carnaval, Vila Mix), o etnoturismo (SHPCCK), o ecoturismo, entre outras modalidades, produz especificidades territoriais e acabam por impor transformações às comunidades locais.

O que ocorre no território indígena Karajá, no município de Aruanã, ilustra as implicações territoriais desse turismo implementado à revelia da história e das especificidades

culturais dos territórios tradicionais. À margem do Rio Araguaia, um dos principais destinos turísticos do estado de Goiás, as transformações nas habitações e no habitar dos Karajá desnudam como esse processo determina as condições materiais e imateriais da existência (CHAVEIRO, 2014). Povos cuja oralidade aponta o Rio Araguaia como casa originária, e cuja pesca se firmou historicamente como importante atividade da garantia da segurança e soberania alimentar, hoje se inserem de forma precária no mercado turístico, aderindo à lógica da mercantilização e folclorização de sua cultura.

Em verdade, a dinâmica de cidades inteiras tem sido comprometida por um turismo que incentiva a guerra dos lugares, que faz da foto/registro em determinado local a essencialidade da experiência turística, em detrimento da convivência, do conhecer os autóctones, a cultura local, que se apresenta em souvenirs cada vez mais padronizados. A lista das cidades nas quais autóctones se manifestam contrários ao recebimento de tantos turistas ou mesmo estão cansados da atividade é grande e crescente. Muito em função do entendimento de que quanto mais, melhor. Os cruzeiros atualmente, junto com a expansiva economia de compartilhamento (que segundo Slee (2017) também se monopoliza), são centrais para compreender essa superpopulação de turistas em um restrito, apesar de crescente, número de lugares. São o suporte para tanto.

Outra face é que o não incentivo à dispersão, às viagens mais localizadas, leva ao ideário do ser turista fora do meu território. Como há uma propensão de que numa viagem de longa distância o sujeito consuma mais, motivado pela possibilidade de não voltar ou mesmo pelo caráter episódico da visita, são essas viagens que são incentivadas pela CPTur, que trata o turismo doméstico e localizado como um subproduto dessa lógica. Ocorre que essa narrativa turística ao ser interiorizada é também a atualização, o reforço e a legitimação da metanarrativa capitalista. É dizer, constitui sujeitos que são valorados e aprendem a se valorar segundo sua capacidade de consumo. Depois disso vem a fusão: não é só o consumo. É onde e o que se consome para ser moderno. E os territórios são reconfigurados. Paisagens, símbolos, marcas. Primeiro uma homogeneização necessária para a estética moderna. Depois uma valorização de aspectos locais, incorporados à lógica da oligopolização e/ou da acumulação. Surgem sujeitos com novas demandas.

5.7 IDENTIDADES EXISTENCIAIS – NÃO SEJA UM TURISTA. SEJA UM TURISTA ÚNICO

No meio do caminho turístico tinha uma pedra. O próprio turista. As contradições que carregamos, somadas as contradições constitutivas da metanarrativa capitalista, têm dado margem a comportamentos e reações as mais diversas. Chama atenção o afastamento intencional de uma parte dos viajantes da figura cada vez mais pejorativa do turista, esse sujeito que estabelece relações efêmeras com as localidades, centradas numa mediação mercantilista na qual impera o valor de troca. O mercado já captou essa tendência e busca, em seu discurso, aplinar a euforia de sujeitos que não querem ser confundidos com mero turistas.

Chama atenção, igualmente, a hegemonia de um mercado, que ainda tem muito a crescer e se territorializar em milhares de localidades, centrado justamente na figura desse sujeito turista. O incentivo de que num único cruzeiro se conheça 3, 4 ou (por que não?) 7 países. Visitas rápidas. Algumas horas. Compre o que te chamar mais atenção. Não pechinche. Contribua para as manchetes destas localidades nos veículos especializados, que por sua vez alimentam o desejo de outros também irem, que por sua vez pressiona e cria as condições de demanda para a expansão de uma economia do compartilhamento. Contribua com a inflação turística. Contribua com a gentrificação dos centros turísticos para que mais uma porção de serviços e produtos turísticos possa ser ofertada. Compre as listas dos 100 lugares que você deve conhecer antes de morrer; os 10 melhores pôr-do-sol do mundo; os restaurantes e hotéis mais exóticos etc. Faça parte do pequeno (percentualmente) grande (quantitativamente) número de pessoas que faz todos os anos ao menos uma viagem internacional. Gaste muito, assim você ajudará a economia local (oligopolizada e comandada cada vez por menos empresas).

Tais convites ressoam de modo particular, apesar de seu caráter e objetivo genérico. Dependem do grupo social, étnico, político, estético, ético etc. ao qual o turista está filiado. Em verdade, da soma disso tudo. Dois grandes grupos se constituem. Os não turistas e os turistas. Mas ninguém quer só mais um na multidão. E para isso existe a segmentação turística. Segmentações que muitas vezes se penetram, se fundem, dialogam. Raramente são excludentes. Antes, quanto mais, melhor, lembra? Então, é mais lucrativo ter parcelas do espaço reservadas a determinadas práticas (quem não se lembra da celeuma internacional que jovens da periferia de grandes centros urbanos, cujo epicentro foi São Paulo, causaram ao quererem dar rolezinhos nos

shoppings da burguesia?). Assim é possível, reforçando a ideia multiculturalista liberal, que todo mundo possa conviver em harmonia (geograficamente, ou apenas visualmente, em alguns casos, isolados).

Quanto mais turistas e não turistas em uma mesma cidade, maior os equipamentos para atender as demandas, segmentadas, de ambos os grupos. Para alguns, o simples fato de viajar/consumir em determinado local, lhe conferirá um status pelo qual vale a pena pagar. Não é isso que acontece quando, tendo outras opções, um sujeito paga muito mais que o valor médio de mercado por um determinado produto ou serviço mesmo quando há correspondente de outra marca/empresa por um preço mais acessível? Um mesmo produto/serviço, com as mesmas especificações, tem uma variação de preço notável em função de sua localidade. Ou seja, nada tem a ver com o custo de produção. Antes, tem a ver com taxas de lucro e de determinações sociais. É a construção do que Milton Santos chamou de circuito inferior e circuito superior da economia. Com mais cores do que esse branco e preto, claro.

O inconsciente coletivo, disputado por esses convites, que por sua vez são determinados por condições objetivas, responde com o enfraquecimento do que Eric Fromm chamou de ética humanista. Sem estes parâmetros humanistas, a vontade de não ser mais um na multidão, seja tomando um café sobretaxado na Starbucks (que para amenizar a consciência dos mais sensíveis não se cansa de apresentar sua responsabilidade socioambiental em pequenas medidas que pretendem mudar tudo, para deixar tudo como está) ou um chopp igualmente sobretaxado no OutBack, seja deixando sua marca (amarrando uma fitinha, escrevendo o nome, gravando sua imagem no souvenir) por onde passa, é incorporada à experiência turística acriticamente.

Um conjunto de tecnologias se desenvolve para que esse momento seja possível. Daí o porquê das propagandas de celulares (esses equipamentos cada vez mais abrangentes que ocupam sem deixar a desejar o lugar de notebooks, agendas eletrônicas, câmeras etc. – e levam à hiperconectividade) apostarem na performance de suas câmeras filmadoras e fotográficas como diferenciais competitivos. Daí porque o uso das ferramentas de cheking. É o inscrever-se no lugar. O tornar a experiência singular. Mas existe uma diferença entre você tomar um café, depois de fotografá-lo, claro, com sua própria imagem (Figura 42), e você tirar uma selfie, por exemplo, num local destinado à memória de uma atrocidade humanitária (Figura43 e 44). Ambas

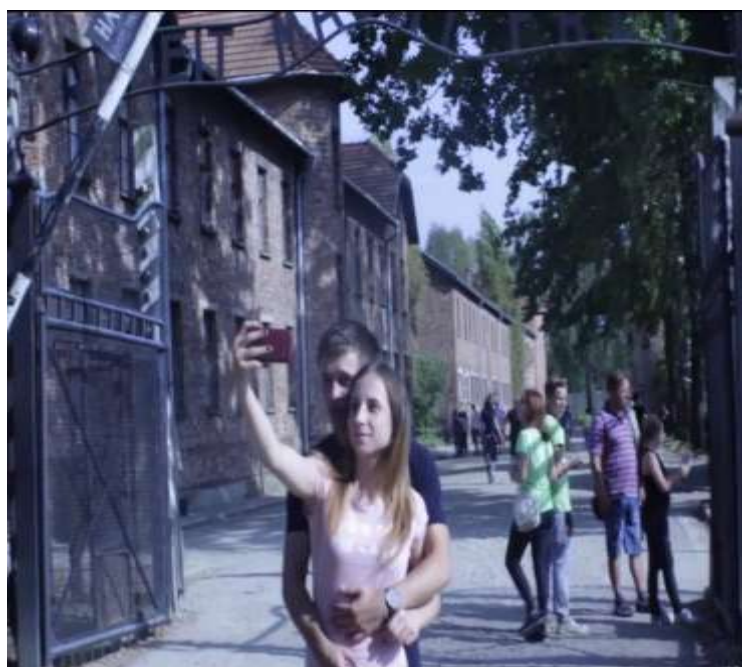
as situações estão conectadas com um mesmo fenômeno, mas expressam autorizações e mediações completamente distintas.

FIGURA 42: CAFÉ COM A FOTO DO CONSUMIDOR.



Fonte: Acervo particular (2018).

FIGURA 43: CASAL DE NAMORADOS TIRA SELF EM FRENTE AO MUSEU EM AUSCHWITZ.



Fonte: CARTACAPITAL, 2018.

FIGURA 44: PESSOA TIRA UMA SELF COM A ESTÁTUA DE HITLER EM FRENTE À REPRODUÇÃO DO CAMPO DE CONCENTRAÇÃO DE AUSCHWITZ.

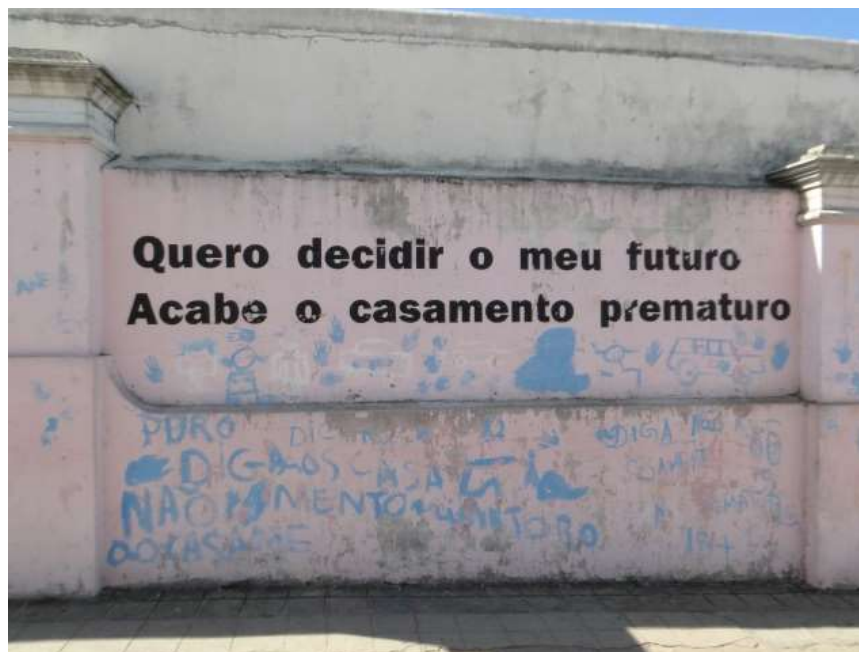


Fonte: CARTACAPITAL, 2018.

A intenção não é instaurar um regime de patrulhamento. É compreender como as formas de ser e estar no mundo autorizam a construção e o fortalecimento de parâmetros universais. Uma padronização, um nivelamento destas diferentes formas de existir? De jeito nenhum! De jeito nenhum desde que respeite à dignidade humana. E de que essa tenha a condições de ser livremente expressa. A questão é complexa e os desafios são profundos. Não me deterei. Só não convém resumir a reflexão a dois argumentos frequentemente mobilizados na retirada de direitos humanos: a religião e a cultura.

Sobre a primeira versarei no próximo tópico. Sobre a segunda, não é mais possível deixar que o multiculturalismo liberal crie uma cortina de fumaça que impeça o avanço de diálogos fundamentais para a humanidade, vista a partir de direitos universais – como os Estados-nação soberanos admitem e subscrevem. Por exemplo, não é possível deixar de debater a subjulgação de jovens que pedem para terem o direito de decidirem sobre seu futuro, em Moçambique (Figura 45), ou sobre a questão da diversidade sexual em Moçambique ou em Cuba.

FIGURA 45: REAÇÃO À CULTURA DO CASAMENTO PREMATURO EM MOÇAMBIQUE.



Fonte: Trabalho de Campo em Inhambane, 2016.

Sem que os sujeitos tenham liberdade para autodeterminar seus caminhos, seus sentidos de vida, suas concepções de mundo, não será possível nem falar, seria e honestamente, em segmentação turística, que pressupõe escolhas.

O turismo, a despeito de ser uma prática que em regra serve à legitimação do sujeito referencial moderno – homem, branco, abastado, heterossexual, cristão –, abriga em alguns casos um componente de resistência e visibilidade da diversidade existencial. É o que se vê, por exemplo, no Museu dos Pretos Novos (RJ), onde funda-se uma memória dos sujeitos escravizados que não resistiram às viagens nos navios negreiros, cujos corpos eram dispostos numa vala, junto a restos de comida e utensílios domésticos. O museu compõe um roteiro afroturístico que vem sendo promovido junto a estudantes da rede básica de ensino e das universidades. A título de exemplificação, cita-se ainda o Porto de embarque de sujeitos escravizados na ilha de Moçambique e o Museu do Holocausto na Alemanha.

Entretanto, não raro os eventos turísticos que comportam situações de afirmação de práticas sectárias pautadas em narrativas racistas, homofóbicas, xenófobas, ditas modernas e de cunho desenvolvimentista que impõem o sujeito referencial. O vídeo com expressões machistas de brasileiros à uma mulher russa que viralizou durante a Copa do Mundo (2018) expressa essa

realidade, cujos agressores receberam uma tímida punição por parte dos organizadores do evento. Gestos e falas racistas se potencializaram, pois, no Mundial.

O caso merece destaque. Não só porque se trata de uma das maiores vitrines mundiais. Mas porque é sintomático da profundidade com a qual esse ideário de sujeito referencial se inscreve nos sujeitos e se amalgama com outras narrativas. As mulheres russas foram insultadas duplamente. De um lado, homens brasileiros brancos (não negros, no limite) que as faziam repetir frases e palavras chulas e as assediavam. De outro, homens russos que as recriminavam por se relacionarem com brasileiros. E aí a coisa fica ainda mais grave, pois na ânsia de “colocar os brasileiros em seu devido lugar” (de cidadão de terceiro mundo permanentemente topando com a encruzilhada, como diz o Planet Hemp em uma de suas músicas), os russos os desumanizaram. Se elas eram culpadas por se envolverem com cidadãos de terceiro mundo e pôr em perigo o país com a possibilidade de se infectarem e retransmitirem o vírus da aids para os russos, eles eram macacos que não deveriam mexer com as mulheres dos russos, que não deviam ter saído de seu país de terceiro mundo com suas doenças para sujarem a paisagem local. É expressivo que ao buscar desumanizar os brasileiros, os russos os tenham tratado como macacos. Mas essa relação não é óbvia e nem aparece no ressentimento dos brasileiros, que por sua vez reproduzem essa face do racismo em larga escala por aqui. É imperioso lembrar que foi sobre esse caso que o então ministro do turismo disse se tratar de uma bobeira.

Se por um lado as propagandas turísticas reforçam na maioria dos casos o sujeito referencial, por outro lado são também desenvolvidas narrativas de valorização das culturas locais, da diversidade cultural, da inclusão social, ainda que essas questões sejam postas isoladamente, ou seja, dissociadas das contradições sociais que as preenchem de sentido.

Não raro ocorre a transmutação de especificidades existenciais em nicho turístico, reforçando a metanarrativa capitalista. É o caso do *Morgan's Inspiration Island* (Ilha da Inspiração de Morgan), localizado em San Antonio, no Texas (EUA). O parque é direcionado às pessoas com deficiência (PCD), porém as foto-propaganda do empreendimento reforçam, senão a ditadura do corpo perfeito, outra dimensão do sujeito referencial: sujeitos brancos (ISPIRING LIFE, 2017); ou da recente ação da cia aérea Azul sobre o câncer de mama, que pintou uma de suas aeronaves de rosa e colheu assinatura de algumas mulheres que sofreram com a doença. Trata-se de cobrir lugares vazios no mercado. A representatividade é essencial. As pessoas

portadoras de deficiência têm direito de ir a um parque de diversões, claro. As pessoas que sofrem com determinada doença querem que a população saiba da existência dela, se sensibilize e se previna, além de apoiar quem sofre com ela. No entanto, algo aí fica de fora. Como ficam as portadoras de deficiência sem condições de ter se quer acesso a uma cadeira de rodas, como é comum no Brasil? Como ficam as mulheres acometidas por uma diversidade de doenças no país todo e que, não obstante, sofrem no mercado de trabalhado ganhando menos que os homens para desenvolverem as mesmas funções? Não vi nenhuma campanha dessa envergadura quando aprovaram a reforma trabalhista, que atinge diretamente as mulheres. Também não me recordo da Azul ou qualquer outra grande representante da CPTur ter se manifestado sobre as declarações do então candidato a presidente, hoje eleito, sobre as mulheres terem mesmo que ganhar menos que os homens. Ou ainda, talvez mais pertinente, uma ampla campanha da CPTur de equalização de gênero, salarial e de postos gerenciais. O discurso subjacente é: “Eu converso com você, mulher abstrata/genérica (aqui representando o sujeito não referencial), mas não com você, mulher concreta/real.

Esse tipo de “esquizofrenia discursiva”, ou seja, a produção de um discurso descolado da realidade e, portanto, das contradições sociais, é recorrente inclusive nos materiais de divulgação do MTur. Basta dizer que durante a Copa o país vendeu sua pluralidade cultural aos estrangeiros, sem que isso tenha significado uma mudança de fato no trato com esses sujeitos. No entanto, importa aqui apontar essa “aceitação consumista” do outro, por nos parecer ser elemento central da sociedade capitalista contemporânea, como mostra a Figura 46.

FIGURA 46: VALORIZAÇÃO DA CULTURA LOCAL EM MATERIAL DO MTUR.

Campanha Passaporte Verde

Descrição

Iniciativa em parceria com PNUMA voltada a promover a sensibilizar os torcedores e o trade turístico para a importância da sustentabilidade no turismo. Foi desenvolvida nova marca global da campanha para a Copa 2014 e a mesma foi reformulada com base em ferramentas digitais interativas – Portal, Facebook e Aplicativo. Foram desenvolvidos em parceria com as cidades -sede 80 Roteiros Sustentáveis Passaporte Verde. A Campanha será permanente.

Benefícios

- Campanha terá continuidade no Brasil, com rebatimento nos Jogos Olímpicos 2016.
- Campanha terá maior institucionalização na Política de Turismo, sob coordenação do Ministério do Turismo
- Roteiros Passaporte Verde se consolidam como oferta nas políticas locais de turismo
- Jornadas de Sustentabilidade voltadas a sensibilizar os Trades Turísticos Locais para a adoção voluntária de práticas de sustentabilidade terão continuidade em escala nacional.

EU CUIDO DO MEU DESTINO

EU CURTO A CULTURA LOCAL

EU VOU DE BIKE

PASSAPORTE VERDE

Fonte: Balanço final das ações para a Copa do Mundo Fifa Brasil 2014 (6º balanço) disponível no site do Ministério do Esporte.

Quando o Estado promove turisticamente a cultura local e dá a entender que não só respeita, como também valoriza as diversas expressões culturais nacionais, deixa subentendido que há uma igualdade de condições e prerrogativas que assistem essa mesma diversidade cultural. No entanto, o que vemos é que o Estado não é laico, que toma partido e dificulta, por exemplo, a realização de celebrações religiosas do Candomblé e da Umbanda, como no caso do Rio de Janeiro onde a Justiça Federal daquele estado acredita que Candomblé e Umbanda não são religiões. Vale lembrar que a cidade do Rio de Janeiro é o principal “atrativo turístico” do país, turismo que usa as famosas “baianas” e seus tabuleiros em campanhas de *marketing* frisando justamente a diversidade cultural brasileira. E o que é que possibilita esta convivência “pacífica” no âmbito do consumismo cotidiano? Justamente o transformar o outro em algo que não um equivalente ao outro cristão, mas um outro exótico, possível de ser consumido no fazer turístico ou em elementos culturais já incorporados ao cotidiano, como a gastronomia, hábitos festivos etc. Esse tratamento exótico dado a este que não pertence à sociedade geral, ou, como disse Luciano (no primeiro capítulo), esse não neo-europeu, é perfeitamente conciliável com o capitalismo contemporâneo que pauta novas formas de ser e de estar no mundo.

Na contramão a isso, iniciativas que tentam furar os regimes de invisibilidade ou violência a que estão submetidos todos os sujeitos que destoam do referencial. Os avanços se dão,

sobretudo, no comércio de bens e serviços direcionados, a exemplo dos brinquedos educativos, dos pacotes turísticos e dos grandes eventos identitários. E insisto: para que não operem apenas com o valor de troca, com a mercadoria como substância constitutiva dos significados das ações, estas ações precisam compor outras narrativas.

No que tange, portanto, à relação entre turismo e diversidades existenciais, percebe-se um duplo movimento: de um lado, a imposição de um modelo de indivíduo e sociedade (masculina, branca, abastada, heterossexual, cristã), por outro lado, a valorização discursiva da tradição à medida que essa se transmuta em um atrativo turístico.

Essa relação, no Brasil, ganhou uma mediação importante nos últimos tempos. Com o crescimento da bancada evangélica, que agora tem um representante na presidência da república, a diversidade existencial passa a ter um único parâmetro religioso: o evangelho deste grupo. A crescente perseguição à população LGBT, negra, camponesa, jovem, idosa e trabalhadora agora é abertamente apoiada pelo chefe do executivo nacional. Saiu da boca dele que as pessoas terão que escolher entre ter direitos ou ter empregos. Espero que a tabela do capítulo II tenha evidenciado como essa bancada quer legalizar a criminalização da existência destes sujeitos sociais coletivos. O agravante é a exportação dessa nova cruzada contra o Estado para países da África e das Américas.

O mote religioso tem incentivado a construção de uma cadeia comercial. Livrarias, vestuários, shows, festas, alimentação (Figuras 47 e 48). Conceber a síntese de um discurso intolerante com a diversidade existencial e sua face comercial como simplesmente mais um nicho turístico é um equívoco grave.

FIGURA 47: ESPETÁCULO ARTÍSTICO GOSPEL



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

FIGURA 48: ACARAJÉ PENTECOSTAL



Fonte: Acervo de imagens do Google, 2018.

Se a CPTur tem a mínima pretensão de efetivar seus compromissos assumidos em documentos nacionais e internacionais, não pode se calar diante do avanço de tal barbaridade. Caso opte por silenciar, estará confirmando o que tem sido demonstrado por pesquisas: que a modernização do território via turismo não tem como parâmetro a segurança territorial e a

dignidade dos sujeitos e sim estabelecer meios de acumulação descompromissados com os sujeitos envolvidos.

5.8 RELIGIÃO

A crise existencial, o solapamento ético, a obsolescência dos referenciais modernos, assim como as condições materiais que decretam a falência de projetos de vida – desemprego estrutural, a precarização do trabalho, a violência sistêmica – atingem o sujeito contemporâneo e o conduz à busca de sentido no plano espiritual. Essa subjetividade ameaçada (GUATTARI e ROLNIK, 2005) recebe abrigo, entre outros locais, nas igrejas (neo)pentecostais. O efeito terapêutico se realiza a partir de narrativas que operam o rompimento simbólico deste sujeito fragilizado à sua condição de classe, apelando a um discurso esvaziado das contradições sociais, que são fundamentais à compreensão dos problemas que, paradoxalmente, conduzem esses sujeitos às igrejas. O inverso do que ocorre nos movimentos sociais, que convidam os sujeitos a se reconhecerem sujeitos históricos e de direitos. Se, de um lado, o resultado é um imobilismo prático-político, do outro é exatamente a luta por direitos e a possibilidade real de uma outra sociedade, o horizonte desnudado aos sujeitos.

Se situar a religião no campo da batalha das ideias e, portanto, como instrumento de legitimação do que há pouco discutia – a ideia do sujeito referencial –, verá como a religião se coloca como um canal de propagação dos sistemas discursivos necessários à manutenção da ordem econômica e social hegemônica. No Brasil, isso significa dizer que as igrejas, sobretudo as neopentecostais, estabelecem uma aliança com os setores da burguesia nacional. Como evidenciado anteriormente, o aumento da bancada evangélica no Congresso atesta o pacto entre a igreja e setores conservadores para a consolidação de projetos nacionais antipopulares, antidemocráticos e inconstitucionais.

Um exemplo da relação conflituosa entre religião e turismo foi quando um prefeito evangélico (Crivella) se opôs à patrimonialização de um dos mais conhecidos locais de atratividade do turismo ligado à cultura negra na cidade do Rio de Janeiro: o quilombo Pedra do Sal. Sem contar os frequentes ataques às religiões de matriz africana: “Este ano, só no Rio de

Janeiro, [...], foram contabilizados, até o final de setembro, pelo menos 79 ataques contra terreiros ou adeptos de religiões de matriz africana” (CARTACAPITAL, 2017, s/p.).

Há que se pontuar também exemplos positivos da tolerância religiosa. Menciona-se aqui o casamento entre um italiano e uma moçambicana, de filiações religiosas distintas, presenciado no ano de 2016 em Moçambique.

A relação entre turismo e religião é um termômetro, diante do exposto, da própria natureza da atividade turística, possibilitando acessar o que ela veicula enquanto valores, imagens, sujeitos e relações legitimadas e/ou combatidas.

5.9 SÍNTESE DA ARTICULAÇÃO ENTRE TURISTIFICAÇÃO E EXCLUSÃO DAS EXISTÊNCIAS.

QUADRO 3: NOTÍCIAS SOBRE CONFLITOS TURÍSTICOS

Manchete	Destaque	N.
PRIVATIZAÇÃO/DEGRADAÇÃO DE BENS COMUNS		
Indústria do turismo despeja indígenas da “Costa do Descobrimento”	As praias do litoral sul da Bahia, vivem uma contradição: enquanto atrações turísticas encenam história do contato entre indígenas e Portugueses em 1500, essa mesma indústria desaloja aldeias inteiras	1
Roubaram a praia do Vidigal	Construção do hotel Sheraton, em 1968, dificultou acesso de moradores e criou segregação do espaço. Prefeitura diz que não há projeto para democratizar entrada de não hóspedes, feita hoje por 141 degraus	2
Em Angra, uma aula sobre praias privatizadas	Em 2016, assim que começou sua dissertação sobre as praias privatizadas em Angra, Irene participou de um movimento com entidades da sociedade civil, para pôr abaixo um muro construído por um ente privado, obstruindo o acesso à praia da Bica	3
Negrão, o dono da praia	Empresário e ex-piloto de automobilismo, o paulista Alexandre Negrão age em Paraty, no Rio de Janeiro, como o dono de um pedaço. A praia do Gragoatá, no Saco de	4

	Mamanguá, abriga sua mansão, sete bangalôs, um heliponto e uma história de desprezo aos órgãos ambientais em níveis estadual e federal.	
Condomínio Laranjeiras: segregação, ameaça e processos em Paraty	Em meio a um pedaço deslumbrante da Mata Atlântica no litoral fluminense, um enclave de segurança máxima e luxo superlativo vive sob tensão com seu entorno na cidade de Paraty.	5
TURISMOFOBIA		
Cidades europeias saturadas de turistas se unem contra o Airbnb	Grupo quer que a empresa compartilhe os dados de clientes, o que pode levá-la a perder receitas	6
Aos poucos, Europa está se cansando do turismo	Berlim, Veneza, Amsterdã, Roma: moradores veem qualidade de vida ser reduzida com o crescente fluxo de turistas	7
Alta do turismo expulsa cubanos de Havana	Com a abertura da economia, cada vez mais edifícios do centro histórico da capital são transformados em restaurantes e pensões e expulsam moradores	8
Entre o despovoamento e o turismo de massa, Veneza pede socorro	O verão de 2017 decreta o ponto de não retorno na antes amistosa relação de moradores e visitantes	9
Tensão contra turistas cresce na Europa	Críticas aos impactos do turismo em massa têm ganhado as ruas, culminando em protestos em cidades europeias. Diversas prefeituras sofrem pressão popular e tomaram medidas para controlar o comportamento dos visitantes.	10
Por que Amsterdã está adotando medidas contra o turismo	Cidade diminuiu possibilidade de alugar imóveis por AirBnb e está restringindo lojas que vendem queijo gourmet e comida com Nutella	11
Veneza, uma cidade que naufraga com seus turistas	Cidade italiana está ameaçada de perder o título de patrimônio da humanidade por causa de cruzeiros	12
Turismofobia em Barcelona: grupos radicais agora atacam turistas	Pelo menos sete hotéis de Barcelona sofreram atentados este ano. País Basco também convoca manifestação	13
¿Cuántos turistas caben en España?	El tope de plazas impuesto en Baleares abre el debate sobre la sostenibilidad de un sector que representa el 11% del PIB español	14
Turismo em excesso – parte 2: cidades podem perder 'patrimônio'	Geralmente o overtourism ataca primeiro as cidades menores, com infraestrutura limitada para seus moradores, mas que são invadidas por turistas apressados em determinadas épocas do ano	15
30 destinos onde turistas	Por conta de turismo exacerbado ou falta de noção dos	16

não são bem vistos	turistas, muitos destinos (até muito populares), estão ficando cansados da atitude e das consequências dessa prática	
Amsterdã se rebela contra o turismo em massa	Após relatório indicar que cidade está virando uma selva à noite, prefeitura adota medidas para controlar turistas, como fechamento de ruas e cobrança imediata de multas por distúrbios públicos.	17
“Lisboa disneyficada”. Jornal britânico “The Telegraph” dá alternativas	"Será que o excesso de turismo está a levar a que Lisboa se transforme na próxima Veneza"? A pergunta é do jornal britânico "The Telegraph", que dá um conjunto de alternativas à capital portuguesa.	18
VIOLÊNCIA E COMPORTAMENTOS INDEVIDOS		
Estátua de Hitler é removida de museu após polêmica com selfies	Em fotos compartilhadas por redes sociais, pessoas posam com a estátua do líder nazista, que ficava em frente a uma imagem de um dos portões do campo de concentração de Auschwitz.	19
Selfies em Auschwitz, Charlottesville e o avanço da banalidade do mal	Como no caso do cartaz antissemita em hotel na Suíça, a disseminação do horror está relacionada a atos cotidianos	20
Detenidos tres turistas por violar a una joven de 19 años en un hotel de Lloret de Mar	La presunta agresión sexual se cometió en el hostel donde se alojaban víctima y agresores	21
Quênia culpa turismo gay por encontro sexual entre leões machos	Diretor do organismo de censura afirma que os animais copiaram “comportamentos de casais do mesmo sexo”	22
Lloret cerrará la discoteca en la que murió un turista de una paliza	Detenidos tres jóvenes de origen checheno por la agresión a un turista italiano de 22 años	23
Dos personas agreden al conductor de un autobús en Ibiza	Una pareja de jóvenes ha agredido a un conductor de autobús en la estación de Sant Antoni, en Ibiza. Los agresores, que eran turistas, querían entrar en el vehículo, que era de carácter privado, con un billete de transporte público, según informa la agencia ATLAS	24
O dilema do turismo na favela: “Se é errado visitar porque é perigoso, seria errado morar lá, certo?”	A espanhola María Esperanza Jiménez Ruiz, de 67 anos, foi morta pela Polícia Militar quando visitava a favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, nesta segunda-feira e muitas das reações nas redes são as mesmas: “Rocinha não é lugar de turismo, pelo amor de Deus”, reclamou um leitor do EL PAÍS nas redes sociais	25
Violência afeta turismo em	Turistas estrangeiros subindo e descendo as vielas das	26

favelas do Rio	favelas já fizeram parte da rotina das comunidades. Mas, desde que a violência voltou a se impor, os passeios turísticos nessas regiões vêm perdendo clientela.	
México atravessa o momento mais sangrento de sua história	A violência cresceu também em polos turísticos do país. A Baixa Califórnia Sul, região conhecida como Pérola do Pacífico, registrou um crescimento espantoso no número de homicídios nos últimos cinco anos: dos 35 casos de 2012 para 560 em 2017. Outra joia paradisíaca, Cancún, passou de 86 homicídios em 2016 para 220 em 2017.	27
9 ocasiões em que o turismo de massa nos fez perder a fé na humanidade	Brigas na Fontana di Trevi por uma 'selfie', caos e destruição em fazendas para conseguir uma foto perfeita ou a apropriação de espaços arqueológicos para lazer e refeições. Estes são alguns dos 'hits' dos viajantes em férias pelo mundo.	28
Atentado de Barcelona fez vítimas de ao menos 18 nacionalidades	Segundo Itamaraty, não há informações sobre brasileiros entre as vítimas. Sem distinguir mortos ou feridos, autoridades dizem que foram atingidos cidadãos da Argentina, China, Cuba, Peru e Venezuela, entre outros.	29
Foto de casal gay se beijando gera polêmica em um dos pontos turísticos mais importantes do Brasil	A foto foi deliberadamente colocada ali por Pedro Lotti (na foto abaixo), o gerente de 29 anos da empresa que gere o serviço de fotografias, FTG-Fotográfica. Ao descrever as reclamações, muitas vezes tóxicas, que recebe diariamente, ele deixou claro que não tem a intenção de removê-la	30
Empresária celebra escravidão em aniversário "top" para a filha	Debutante se vestiu de sinhá e jovens negros foram fantasiados de escravos. Cenas causaram revolta nas redes e OAB do Pará pedirá providências	31
ENGAJAMENTO NA CPTUR		
Ao negar hospedagem para neo-nazistas, Airbnb prova que é a mais engajada das startups	Quando as marcas se posicionam em campanhas e manifestos, muitas vezes questionamos a honestidade por trás do discurso. Estariam realmente colocando o que dizem em prática ou estão apenas surfando no momento?	32
Mas elas seguram bem o guarda-chuva, não?	A F-1 abriu mão das 'grid girls', essas garotas que estavam lá somente para serem vistas	33
Politização dá o tom no carnaval do Rio de Janeiro	Sete das 13 escolas do Grupo Especial carioca escolheram enredos de cunho político-social. Desfiles começam às 21h15 do domingo 11	34
Brasil faz um de seus carnavais mais politizados	Celebrações em todo o país ridicularizaram líderes políticos locais e mundiais, se voltaram contra violência, corrupção e intolerância - e desafiaram limites. Ápice foi "Brasil	35

	monstruoso" pintado no Sambódromo.	
Au Brésil, le carnaval se revolte contre la classe politique	L'école de samba Paraíso de Tuiuti lui rendra hommage, malgré lui, avec un char à l'effigie de Dracula, personnage auquel le président est régulièrement associé dans l'imaginaire collectif brésilien, en raison de sa politique d'austérité sélective et de leur troublante ressemblance physique.	36
A folia politizada	Denúncias contra a miséria, a corrupção e a crise política e moral entram no enredo das escolas de samba e dão o tom da maior festa popular do Brasil neste ano	37
EMPREGO, RENDA E MERCANTILIZAÇÃO		
Compromissos pelo trabalho decente no setor de turismo e hospitalidade serão lançados	Os dois instrumentos têm por finalidade a observância de normas e acordos trabalhistas, e a promoção da segurança, da saúde, da inclusão laboral e da qualificação do trabalhador	38
Airbnb movimentada 3 vezes mais a economia no Brasil que hotéis	Pesquisa da Fipe calculou que a plataforma gerou R\$ 2,5 bi para a economia brasileira	39
Temos que regular o turismo antes que seja tarde demais	Neste 2018, teremos mais de 3 milhões de turistas por dia dando voltas pelo mundo. Um fenômeno massivo que não tem precedente na história da humanidade. E, como de costume, é desencadeado por uma só visão: a do dinheiro.	40
PATRIMONIALIZAÇÃO, VALORIZAÇÃO CULTURAL		
Quilombo dos Palmares é reconhecido patrimônio cultural do Mercosul	Para o Iphan, o título dá mais visibilidade à área e favorece	41
Tours entre casitas de madeira y zinc	Tres jóvenes mozambiqueños transforman una de las zonas más deprimidas de Maputo gracias al turismo	42
Velocidade, Transformação e Preservação	O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) notificou a prefeitura de São Paulo por ter executado uma obra de reforma no viaduto Santa Ifigênia sem pedir autorização ao órgão, segundo noticiou um dos telejornais da Rede Globo.	43
Goiás ganhará um caminho inspirado no de Santiago de Compostela	Previsto para ser inaugurado em março, o Caminho de Cora Coralina foi traçado com base em relatos de viagens realizadas desde o século 18	44

Vendedores de mate na praia agora são patrimônio do Rio, diz Paes	Eles terão alvará e passam a ser 'Patrimônio Cultural e Imaterial da Cidade'. Venda de bebida em galão foi proibida em 2009, mas população reclamou.	45
A rotina dos vendedores de mate nas praias do Rio, sob calor de 40° e com 50 kg nas costas	Quem passou por alguma praia do Rio de Janeiro no verão provavelmente ouviu o grito: "Ó o Mate! Ó o limão! Limonada, Mate!" ou alguma outra das muitas variações existentes. Por trás dos gritos estão homens de todas as idades, vestidos num uniforme laranja com dois galões nos ombros e um saco do famoso biscoito de polvilho Globo nas mãos.	46
Artesanato e história são destaques do Circuito Quilombola Paulista	Roteiro turístico é oportunidade única para vivenciar o modo de vida no campo e aprofundar nossas tradições e raízes culturais	47
Como o turismo étnico dá protagonismo ao patrimônio negro	Turismo étnico-afro ou afroturismo tem sua base em comunidades como quilombos e valoriza tradição, visão de mundo e cotidiano de grupos historicamente marginalizados	48
Quilombo resiste à violência em área turística da Ilha de Santa Catarina	Atraso em laudo antropológico ameaça sobrevivência dos remanescentes do Quilombo Vidal Martins, que chegaram a ser registrados como brancos e com sobrenome diferente para não ter acesso à terra...	49
ALIMENTAÇÃO		
O Controle Mundial da Alimentação.	Muitas pessoas não percebem que a maioria dos alimentos industrializados disponíveis no mercado, sejam eles em supermercados ou em cadeias de fast-food, todos vêm das mesmas e poucas companhias.	50
São Paulo recebe a 3ª Feira Nacional da Reforma Agrária em maio	Produção camponesa de assentamentos e acampamentos de todo o país estarão no Parque da Água Branca	51
A feira nacional da reforma agrária	Entre os dias 22/10 e 25/10, mais de 800 agricultoras(es) de 23 estados mais o Distrito Federal estarão presentes na 1ª Feira Nacional da Reforma Agrária no Parque da Água Branca, em São Paulo.	52
Feira nacional da reforma agrária	Entre os dias 4 e 7 de maio, acontece no Parque da Água Branca em São Paulo a 2ª Feira Nacional da Reforma Agrária.	53
Festival da reforma agrária	Tratar a memória, a cultura, a terra como coisa viva, bicho inquieto - assim faz o Sem Terra quando ocupa, quando	54

	canta, quando luta e quando versa. Sua memória pessoal e a nossa memória coletiva. Quando escreve, quando canta e quando dança ele mostra que a história pode - e deve - ser contada a partir de momentos que sacodem a alma da gente sem os heroísmos de gelo, mas com a grandeza da vida.	
Licores, doces e frutas poderão ser encontrados na Feira da Reforma Agrária	Conheça duas produtoras de assentamentos de Goiás e Mato Grosso do Sul que vão expor na Feira em São Paulo	55

Fonte: Matérias em sites da internet. Links das reportagens em no anexo 01.

Ressalto a relação esquizofrênica e expropriatória que a CPTur estabelece com os sujeitos e os territórios. Ao mesmo tempo que vende espetáculos da chegada dos portugueses ao país e a relação com a população indígena, encenada pelos sobreviventes desse que foi um dos maiores extermínios da história nacional, expropria seus territórios para construção de hotéis. Essa lógica opera cotidianamente. Basta lembrar das baianas e seus tabuleiros, vendidos turisticamente como atrativo turístico que demonstra a diversidade cultural (racial, gastronômica etc.) do povo brasileiro e suas heranças africanas, ao mesmo tempo que foram impedidas de venderem seus produtos nas proximidades dos estádios de futebol durante a Copa do Mundo por exigência de redes internacionais de *fast food*. Ou do povo carioca, vendido nos panfletos e propagandas turísticas como amistoso, musical, especialmente sambista, diverso socialmente, e que foram escondidos nos morros por meio de muros para higienização sociovisual durante os megaeventos esportivos sediados na cidade. Entre tantos outros exemplos que infelizmente inundam o cotidiano nacional e internacional.

A CPTur age hora diretamente, hora indiretamente (silenciando) para a privatização dos bens comuns, contrariando tanto os dispositivos nacionais quanto internacionais que regulam a atividade e, assim, ferindo o suposto comprometimento com os DH no tocante à sustentabilidade ambiental e social.

É importante atentar para que, acossados pelas dinâmicas de expropriação territorial da CPTur, os sujeitos envolvidos com esse rechaço ao turismo, que se tem convencido chamar turismofobia, hora agem diretamente como agressores, hora são diretamente agredidos. É digno de nota que essa lógica de gentrificação tem vitimado sujeitos inclusive em países cujo Estado tem um controle maior das operações comerciais do que nas democracias liberais-capitalistas, como é o caso cubano.

Os sujeitos vão pouco a pouco sendo acometidos pela letargia e naturalização dessa metanarrativa. Reagem aos processos de gentrificação em suas cidades mas, participam de ofensas públicas à grupos inteiros, como no caso das *selfies* com Hitler (que o põe como atrativo turístico, apagando a perseguição nazista, notadamente aos judeus, e com isso naturalizando o neonazismo), ou no caso dos “jovens turistas que estupraram a garota turista”⁴⁴ (e com isso reforçam o machismo candente), ou, ainda, no caso do diretor queniano que criminaliza publicamente o “turismo gay” e, com isso, toda a diversidade sexual.

Por mais bem-intencionadas que sejam as ações “engajadas” da CPTur, quando operadoras do reforço e legitimação da forma hegemônica de estruturação do turismo terminam por minar as condições objetivas dos sujeitos de autodeterminarem seus territórios. São importantes no âmbito da representatividade, são impotentes no âmbito das condições objetivas.

⁴⁴ O adjetivo turista nessa e em outras matérias, bem como em livros acadêmicos, é sintomático dessa turistificação da existência em curso.

PARTE III – Determinações territoriais – Como ficam os territórios turistificados?

A turistificação das existências, bem como a modernização dos territórios, pode ser observada em diferentes dimensões e escalas, como procurei mostrar anteriormente. Em verdade, a experiência turística cada dia mais é expressão de uma vida moderna, ou em vias de. A sua percepção não é parcelar, ocorre no concreto do cotidiano. Muitas vezes sem as mediações necessárias para compreensão de como se articulam. Por isso, também as relações de exclusão não compõem a percepção da experiência turística. Impera uma narrativa reificadora.

Romper com a alienação da narrativa turística, que (in)forma o sujeito de modo parcial e contribui para sua serialização, para sua fragmentação, é condição para que a experiência turística componha uma metanarrativa emancipatória. Sem que as diferentes narrativas que compõem uma metanarrativa social respeitem e valorizem as diferentes formas de ser e estar no mundo, de existir, as territorialidades, e, portanto, os territórios, ficam em xeque.

A (in)segurança territorial é o desdobramento das determinações territoriais do projeto de país em curso. O Estado, como mediação de classe, é constituído por representações de diferentes projetos de sociedade. Ocorre que, numa perspectiva de classe, assumindo por tanto a leitura de território proposta por Fabrini (2011), um deles se hegemoniza e subjuga o(s) outro(s), sobredeterminando os territórios e as existências. Hegemoniza-se e se fortalece, nas condições atuais, em função de um capitalismo de monopólio generalizado cujos interesses são vinculados à expansão ampliada desse capital transnacional. Os Estados passam então a operar as condições para que novas áreas sejam inseridas nessa dinâmica, ao mesmo tempo em que, sob pressão popular, buscam garantir alguma segurança social aos sujeitos nacionais.

O turismo desponta como um dos mecanismos para a reprodução ampliada do capital. Tanto diretamente, por meio da expansão de empregos precarizados e da movimentação turística internacional, importante fonte de divisas para muitos países, quanto indiretamente, à medida que se consorcia com e representa a narrativa da modernização de territórios, atualizando e legitimando-a.

O turismo quando isolado dessa disputa pela efetiva participação dos sujeitos na trama democrática cumpre um papel de atualizar e legitimar um modelo de desenvolvimento

modernizante que exclui existências e territórios, na medida em que estes não possam, sem causar prejuízo à expansão deste projeto capitalista, ser turistificados e inseridos na lógica do valor de troca e da acumulação. E mesmo quando inseridos nessa lógica, ao atrapalharem as intenções e necessidades para expansão dessa acumulação ampliada, tais territórios são expropriados.

As vivências nas comunidades do SHPCK e nas diferentes regiões de Moçambique permitiram alinhar de forma mais sistematizada essa relação prático-discursiva que o Estado estabelece entre turismo e modernização/desenvolvimento.

6 TURISMO E DETERMINAÇÕES TERRITORIAIS NO SHPCK

As Populações Tradicionais têm, no Brasil, a prerrogativa Constitucional de autodeterminação territorial. Frente ao aumento no número de ocorrências de atividades turísticas nestes territórios, estou seguro de que há um efeito nestes sujeitos para além da simpatia ou antipatia pela atividade em si e pelo turista. Busco, portanto, entender em que medida o Estado nacional tem assegurado essa capacidade de autodeterminação territorial e como essa (in)segurança tem alicerçado a inserção do turismo nestes territórios.

Esta condição Constitucional das Populações Tradicionais contrasta veementemente com a realidade da segurança de seus territórios. O que é uma verdade ainda mais dolorosa para os indígenas nacionais, como demonstra o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) (2015) e o próprio Ministério Público Federal (MPF) (2016). Vale dizer que os indígenas têm, em tese Constitucional, o Direito Originário aos seus territórios tradicionais. Assim, bastaria, se se cumprisse a Constituição Federal, um relatório de ordem técnica, e não político-administrativa, para que se demarcassem os territórios indígenas (MPF, 2016).

A realidade do SHPCK dá a exata dimensão da situação dos territórios destas populações, inclusive os que estão inseridos no circuito turístico, como nesse caso. O Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga situa-se na microrregião administrativa Chapada dos Veadeiros, na porção nordeste do estado de Goiás e compõe a macrorregião norte. O território das comunidades Kalunga, cuja extensão é de 253.000 ha segundo Baiocchi (2013), está administrativamente assentado em 3 municípios da microrregião, a saber, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás.

Vale registra que o território é tão extenso e tem comunidades tão afastadas que algumas delas parte dos Kalunga já não conhece, como a de Saco (II), no Vão do Moleque. Nos trabalhos de campo, perguntei sobre a localização exata desta comunidade e poucas pessoas, mesmo entre os adultos, conhecem; alguns nem mesmo sabiam de sua existência, confundindo com a Comunidade de Saco Grande, no Vão das Almas, próximo a Tinguizal e outras comunidades que ficam no município de Monte Alegre. O fato de que nomeiam de maneiras distintas um mesmo local também influencia. Todavia, esse é um primeiro indício de que há, em processo, uma dissolução do reconhecimento da totalidade do território por seus habitantes. E deixa ainda outra importante questão: os limites do território e das territorialidades, ao que voltarei mais a frente.

Os festejos das Comunidades são, historicamente, elemento de aproximação e interação entre as diversas comunidades do território, e celebram sua relação com a terra e com o trabalho. O calendário de tais festas já é conhecido por muitos no estado e mesmo fora do estado. E isso tem feito com que o número de turistas presentes a cada ano cresça.

Não obstante, apesar do artigo 180 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) dizer que “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico”, não é isso que se verifica nas visitas ao território Kalunga.

Embora o discurso do turismo esteja presente na formação escolar das crianças e jovens das comunidades, como mostrarei na sequência, bem como no discurso das universidades que desenvolvem pesquisas e ações com as comunidades, do poder público, e inclusive da iniciativa privada, a não efetividade do Estado no que se refere à infraestrutura das estradas, ao abastecimento de água e luz, ao saneamento básico e coleta de lixo, entre outros, demonstra de forma inequívoca que o turismo não está colocado como um elemento que fortaleça a capacidade de autodeterminação territorial desses sujeitos.

Mais do que isso: o discurso que o Estado, sobretudo por meio das políticas públicas e da educação formal, insere no território é um discurso que enaltece uma cidadania a ser alcançada, mas muito pouco efetivada nas comunidades. Isso resulta no fato de que práticas cotidianas, mas com significado simbólico ímpar, são afetadas por esse discurso. Como exposto anteriormente, o Estado se constitui a partir da fusão do discurso cristão com o discurso liberal (do qual é representante na sociedade capitalista) e postula um sujeito referencial, reafirmado e legitimado por seus discursos e práticas – o outro-cidadão. Ocorre que além da impossibilidade desse outro abarcar a diversidade de sujeitos, como espero ter evidenciado, há ainda uma questão particularmente preocupante quando observamos territórios quilombolas: essa figura, como explicado por Nascimento (2003), é branca. Isso quer dizer que toda a estruturação social em torno desse outro-cidadão legitima e atualiza esta branquitude, inclusive, no que diz respeito à estética. Pudemos presenciar em duas comemorações do Dia da Consciência Negra, em duas comunidades Kalunga distintas, a forte influência da estética branca. O que ficou ainda mais notável num desfile de beleza negra realizado. Em si o formato do desfile, retomando as passarelas de modas, o linguajar, as músicas, todo o aparato utilizado para construir e vender a

estética da moda, já enseja um debate. No entanto, o que demanda mais atenção é o fato de jovens acreditarem que precisam alisar os cabelos, precisam usar roupas como as da televisão etc.

Essa preocupação não é moralista. Como Bento (2016) prova, essa cultura branca termina por minar a autoimagem que a população negra tem de si. Isso é ainda mais complicado num cenário onde um número crescente de jovens tem deixado as Comunidades para estudarem e/ou trabalharem fora do território Kalunga. E é com esse estigma da cor, como diria Hélio Santos (2002), que tais jovens vão lidar fora do território. Assim como lidam quando turistas entram, para fazer o que quer que seja.

Falar em políticas de diversidade é abordar algo que vai além da variedade de aparências, histórias e culturas. Tratam-se de valores atribuídos aos diferentes grupos que constituem a “variedade”, gerando estigma, estereótipo, preconceito e discriminação, ou seja, estamos falando de julgamento de valor.

O diverso, o diferente, é definido a partir da comparação com o que é considerado referência ou universal. Tudo que se afasta desta referência, ou “modelo”, pode ser considerado inapropriado.

Recentemente, uma jovem negra, relatou as dificuldades encontradas para conseguir um posto de trabalho qualificado, a despeito do seu currículo e experiência. *Fluente em três idiomas, pós-graduada na área de negócios e com experiência em cargo de chefia, ouviu da consultora de RH que o seu perfil nas redes profissionais era “muito descolado” (cabelo crespo e roupa colorida) e que roupas mais sóbrias combinadas com o cabelo alisado poderiam ser mais apropriadas.*

Realmente é cômico. E trágico pelo estrago que provoca na vida de tantas pessoas (BENTO, 2016, s/p., grifo nosso).

Posto isso, vale mencionar como o turismo pode, concomitantemente, reforçar uma tendência de padronização de modos sofrimentos e ser veículo da busca de experiências extraordinárias, experiências que tirem os sujeitos de uma massificação de modos de existir.

Parece ocorrer com as narrativas de queixa e com os discursos de sofrimento algo parecido com o que testemunham os viajantes de grandes cidades mundo afora, atentos apenas às novidades de consumo, ou seja, que elas estão ficando cada vez mais parecidas entre si, com os mesmos produtos, as mesmas marcas, as mesmas atrações turísticas, o mesmo tipo de paisagem urbana (DUNKER, 2015, p. 33).

Nesse particular, o turismo em áreas naturais, o turismo rural, e todas as especificidades de práticas turísticas que prometem um diferencial em comparação com as experiências padronizadas, sobretudo urbanas, ganha notoriedade. O território Kalunga tem paisagens deveras

encantadoras. E mesmo os costumes, as construções, as danças, as práticas agrícolas, tem se revelado alvo de interesse dos turistas que buscam o território e suas comunidades.

O turismo pode, de fato, ser uma ponte, um lugar de encontro e estranhamento (reconhecimento) com o outro. Mas para tanto é preciso que o turista tenha o que Florestan Fernandes chamou de olhar refinado. Se o turista, e o turismo, se inserem em territórios de Populações Tradicionais partindo de e reforçando os estereótipos do sujeito referencial, ele só pode impingir dor e sofrimento. E nem sempre de forma aberta. Silva (2001) pensando a relação entre pobreza, violência e crime com o que chama de “impactos sociais do turismo sem responsabilidade”, relata como o fluxo de turistas numa comunidade de pescadores em Santa Catarina levou jovens a roubarem e a usarem drogas.

[Entrevistado] Agora tá difícil, os rapazes, um bando de guri pequeno ainda, querem só saber de drogas, comprar tênis da moda, andar feito os guris filhos de turista. Aí, quando não têm, vão roubar, uma vergonha, uma tristeza.

[Para Silva] estes passaram a usar drogas, roubar para comprar roupas, sapatos, ou seja, é criada uma necessidade de consumo que se torna um imperativo para eles, uma vez que sentem vergonha de ser vistos apenas como um grupo de nativos manezinhos [como são conhecidos os moradores de Florianópolis] (SILVA, 2001, p.190).

Tais efeitos do turismo têm sido atribuídos a um mau planejamento. Discordo! O planejamento do turismo (considerados seus objetivos economicistas) tem se efetivado com relativo sucesso. O problema é que suas premissas e seus propósitos são os mesmos do Estado e da sociedade burguesa. Assim, em que pese formas ditas alternativas de turismo buscarem menor impacto, maior inclusão etc., o principal não é posto para o debate e nem desconstruído: os limites desse modelo de organização social.

Num território que sofre com toda sorte de ausência do Estado e que seus residentes, essencialmente uma população negra, está submetida a imposições materiais e imateriais de uma busca pelo embranquecimento e enriquecimento, sua cultura e seus valores só podem ser turistificados a partir de uma exotização do outro, e não do reconhecimento efetivo desse outro enquanto tal. Por isso já disse que o turismo precisa estar atrelado, por exemplo, à educação do campo, esta pensada como uma plataforma de emancipação social cujo referente são os valores e os princípios de cada comunidade (MELO, PINTO, 2011). Por isso o trabalho da Ledoc, e outros poucos agentes, no território e com os Kalunga tem sido tão bem recebido e reconhecido pelos representantes das comunidades e pelas Associações locais, pois se pauta numa perspectiva

didático-pedagógica de Paulo Freire, assentada nos pressupostos da busca pela emancipação social. A aproximação dos movimentos sociais tem sido igualmente importante, notadamente para a juventude.

Refletir a partir desse ponto de vista com a juventude Kalunga se revela um caminho para tratar o turismo como componente que reforce seus territórios e suas territorialidades, ao mesmo tempo em que evidencie como este fenômeno social tem concorrido para legitimar e atualizar as formas de reprodução ampliada do capital e de sua sociabilidade em seu curso economicista, negando as diferenças entre os sujeitos, ou se apropriando destas diferenças como recurso turístico, e não como efetivo reconhecimento e valorização da existência.

Num trabalho coletivo, expus o porquê trabalhar com a juventude é estratégico para pensar uma construção coletiva teleológica que negue essa essencialidade burguesa (MOURA, MELO, MISNEROVICS, 2015). A brutalidade de demanda por mão de obra no Centro Oeste, um dos principais polos de expansão do agronegócio brasileiro, e uma das regiões com maiores índices de libertação de trabalhadores em situação análogas ao trabalho escravizado, além de uma das principais regiões de conflitos por terra com Populações Tradicionais, notadamente indígenas, se vale de uma população jovem cujas expectativas de se inserir nesse mundo da modernização e do desenvolvimento a torna refém de trabalhos degradantes, que lhe sugam toda sua força física e vigor laboral, devolvendo-lhes ao campo em condições já bastante deterioradas, ou mesmo impossibilitada de prosseguir com a reprodução social. Por isso que a população na faixa etária acima de quarenta anos cresceu desde 1991 no campo e a população até 39 diminuiu, com notável destaque para a população até 29 anos.

Caso isso não fosse aterrador em si, há ainda outro dado que demanda igual atenção no tocante a necessária saída da população jovem das comunidades Kalunga em busca de oportunidades nos centros urbanos. Em 2014 o Brasil foi responsável por mais de 10% dos homicídios no mundo, num total de 59.627 (SANSÃO, 20016). Os mais atingidos por essa violência são, como mostrei na primeira parte, negros e pobres. A condição socioeconômica tem relevância, mas de acordo com o levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, no qual se pauta a matéria de Sansão, isso explica apenas 20% dos casos. Ser negro no Brasil é crime. Dito de forma mais precisa, o negro no Brasil é criminalizado apenas por ser negro.

Enquanto o número de homicídios entre não negros sofreu uma queda de 14,6% entre 2004 e 2014, a taxa de assassinatos de negros e pardos cresceu 18,2%, no mesmo período. Isso significa que, para cada não negro vítima de homicídio no país, 2,4 negros, em média, são assassinados. No estado de Alagoas, o contraste é especialmente gritante: para cada não negro assassinado, 10,6 negros são vítimas de homicídio (SANSÃO, 2016, s/p).

Para o técnico de planejamento e pesquisas do Ipea, Daniel Cerqueira, há no Brasil um racismo institucionalizado que mata. Para Cerqueira apud Sansão (2016, s/p.)

A questão socioeconômica explica apenas 20% da letalidade entre negros e não negros. Pegamos os dados do Censo Demográfico do IBGE e colocamos as características socioeconômicas, inclusive o local de residência. Mesmo levando em consideração dados como o bairro de residência da vítima, o grau de escolaridade e o estado civil, só o fato de ser negra aumenta em 21% a chance de sofrer homicídio. Então, [o que] estamos falando é que existe uma hipótese que não pode ser rejeitada: a do racismo que mata.

Outro dado que reforça a pertinência de tratar do turismo vinculado a uma educação emancipatória é o de que negros com maior nível escolar tem uma probabilidade menor de ser assassinado no Brasil. É claro que é um dado que está relacionado a outras variáveis, mas que diz do papel da educação nos processos de construção de condições materiais e imateriais na sociedade atual.

Outro elemento destacado no relatório é o de que, quanto maior o nível de escolaridade de uma pessoa, menores as chances de ela ser vítima de homicídio. O pico de homicídios para os homens ocorre aos 21 anos de idade, segundo o Ipea, e a probabilidade de um indivíduo que possui menos do que oito anos de estudo ser assassinado é 5,4 vezes maior do que a de um indivíduo que tem grau de instrução mais elevado.

No estudo “Redução da Idade de Imputabilidade Penal, Educação e Criminalidade”, publicado em setembro de 2015, Daniel Cerqueira e o também técnico de planejamento e pesquisa do Ipea, Danilo Santa Cruz Coelho, mostraram, com base em microdados do Censo demográfico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2010 e do SIM (Sistema de Informações sobre Mortalidade), que “as chances de um indivíduo com até sete anos de estudo sofrer homicídio no Brasil são 15,9 vezes maiores do que as de alguém que ingressou no ensino superior, o que demonstra que a educação é um verdadeiro escudo contra os homicídios” (SANSÃO, 2016, s/p.).

Todavia, é fato conhecido que a educação formal é um dos meios de formação de concepção de mundo do Estado. Portanto, é importante reivindicar e lutar por educação nos territórios das Populações Tradicionais, bem como para o conjunto da sociedade, mas uma educação emancipatória, uma educação que ajude a consolidar concepções de mundo totalizantes, que fortaleçam laços comunitários, estéticas, territórios, e não uma educação padronizada como a

que é oferecida hoje para as comunidades Kalunga. Segundo representante da Secretaria Estadual de Educação e Cultura – SEDUCE, nem sequer os parâmetros da Educação Quilombola têm sido seguidos nas escolas, dentro e fora do território, frequentadas por crianças e jovens Kalunga. Ao passo que já o agronegócio, por exemplo, mobiliza um grande número de instituições de ensino e de empresas que operam na popularização de sua visão de mundo, inclusive se valendo de táticas que perpassam a CPTur (CHÃ, 2016).

Diante das características da modernização dos territórios, exposta na primeira parte, e da estruturação e ação da CPTur, exposta na segunda, vincular turismo e educação, tendo em tela a juventude, passa por compreender quais estratégias estão em curso nas disputas por esse território. Se a CPTur estabelece conflitos diretamente, também sofre com eles. Mesmo aparecendo em discursos oficiais que exaltam seu potencial econômico de geração de emprego e renda, de vetor de desenvolvimento local, de atividade que conserva a natureza etc., o turismo não é prioridade nas ações do Estado para o campo.

Antes de retomar as dimensões da turistificação e repensá-las à luz das entrevistas e dos questionários, exponho alguns dos conflitos que atingem diretamente o SHPCK derivados do projeto de modernização dos territórios efetivado pelo agronegócio, ou, em melhores letras, do capital transnacional.

6.1 MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO X SHPCK – NEGAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE EXISTÊNCIA

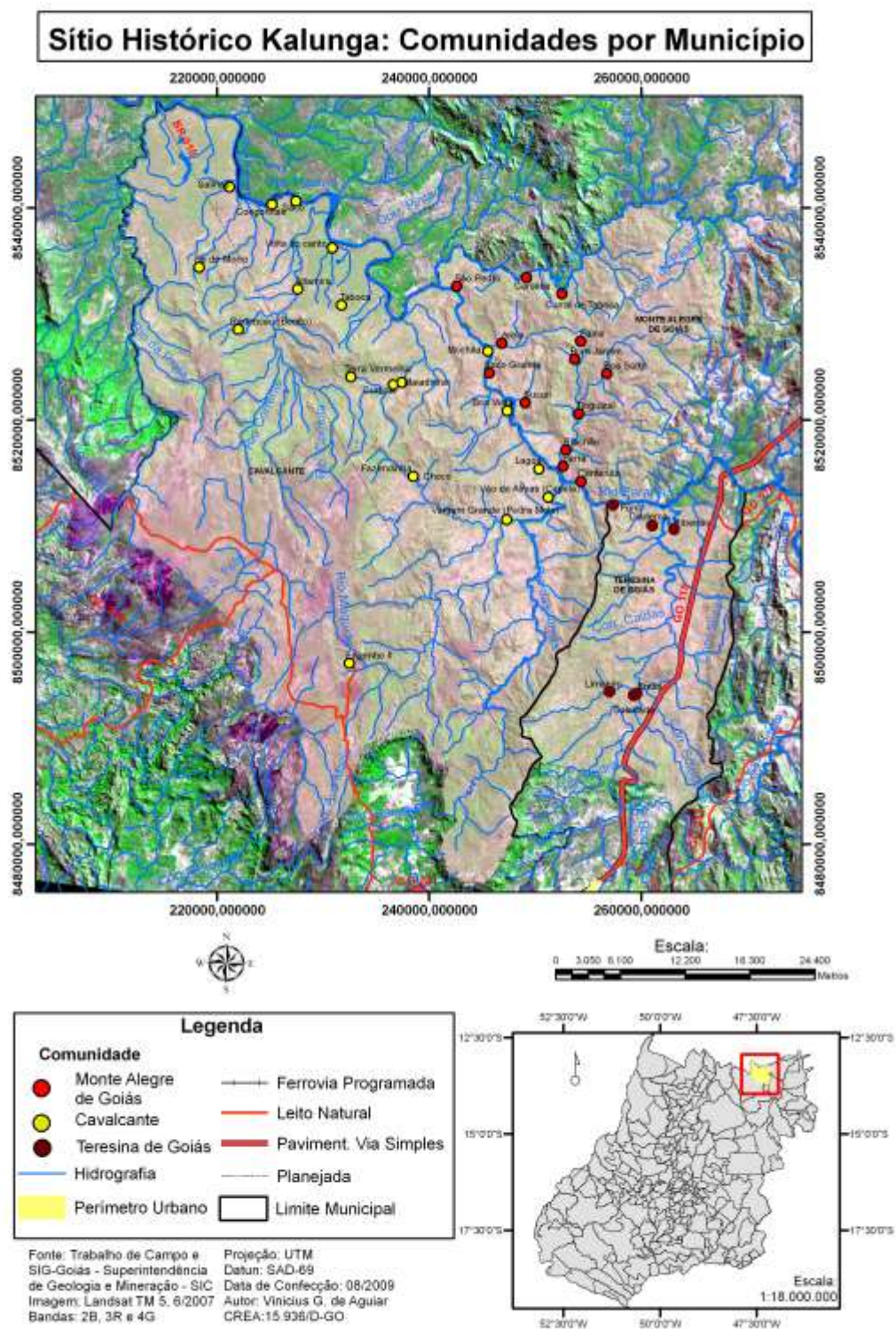
Os diálogos com pesquisadores que estudam o território Kalunga e as idas ao campo evidenciam a possibilidade de enxergar ali a síntese do atual momento do país. Isso porque a região Centro Oeste assiste a uma expansão veloz do *agrohidronegócio* (MENDONÇA, 2015), cujos principais rebatimentos para os sujeitos que residem, sobretudo, no campo, são a precarização do trabalho e a degradação ambiental. No entanto, temos clareza de que essa onda expansiva no Centro Oeste compõe um cenário mais amplo, o qual é balizado pelo projeto de país brasileiro, que se pretende desenvolvimentista e moderno.

Harvey (2011) já apontou como esse projeto de sociedade, desenvolvimentista e moderno, em sua lógica de expansão infinita expropria e explora, notadamente nos países em

desenvolvimento, os sujeitos que residem no campo. E com as Populações Tradicionais, em que pesem as garantias Constitucionais brasileiras, o cenário não é diferente, como Baiocchi (2013) já alertava na década de 1980 sobre a realidade Kalunga. E insisto nessas garantias, essencialmente a da autodeterminação territorial, justamente para demonstrar os limites do projeto de país em curso. É dizer, refletir sobre a inserção do turismo nos territórios das Populações Tradicionais, a partir de uma perspectiva totalizante, pressupõe reconhecer que o conceito de desenvolvimento e modernização da sociedade brasileira, e mais amplamente da sociedade capitalista, está em xeque. O território Kalunga está numa região disputada pelo capital transnacional representado pelo agronegócio (Figura 49). Por quanto tempo, por exemplo, o Estado irá impedir que se reassentem os Kalunga, como Dona Procópio⁴⁵ já alertou? Segundo ela, mais de uma vez entidades representativas do Estado estiveram em sua Comunidade para dialogar sobre uma possível construção de Barragens para Usinas Hidrelétricas. E se levarmos em conta que há algumas dezenas de lavras de exploração mineral que coincidem com a área do território Kalunga, como se vê nas Figuras 50 e 51, não é forçoso imaginar que num futuro breve novos conflitos estão por vir.

⁴⁵ Dona Procópio, como é conhecida, é uma representante dos Kalunga. Auxiliou no processo de demarcação do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, e até hoje é muito procurada por pesquisadores e por agentes do Estado para falar sobre o território Kalunga e suas Comunidades. Entre suas muitas representações, é uma das que carregam as letras da sussa, dança tradicional dos Kalunga.

FIGURA 49: SÍTIO HISTÓRICO KALUNGA



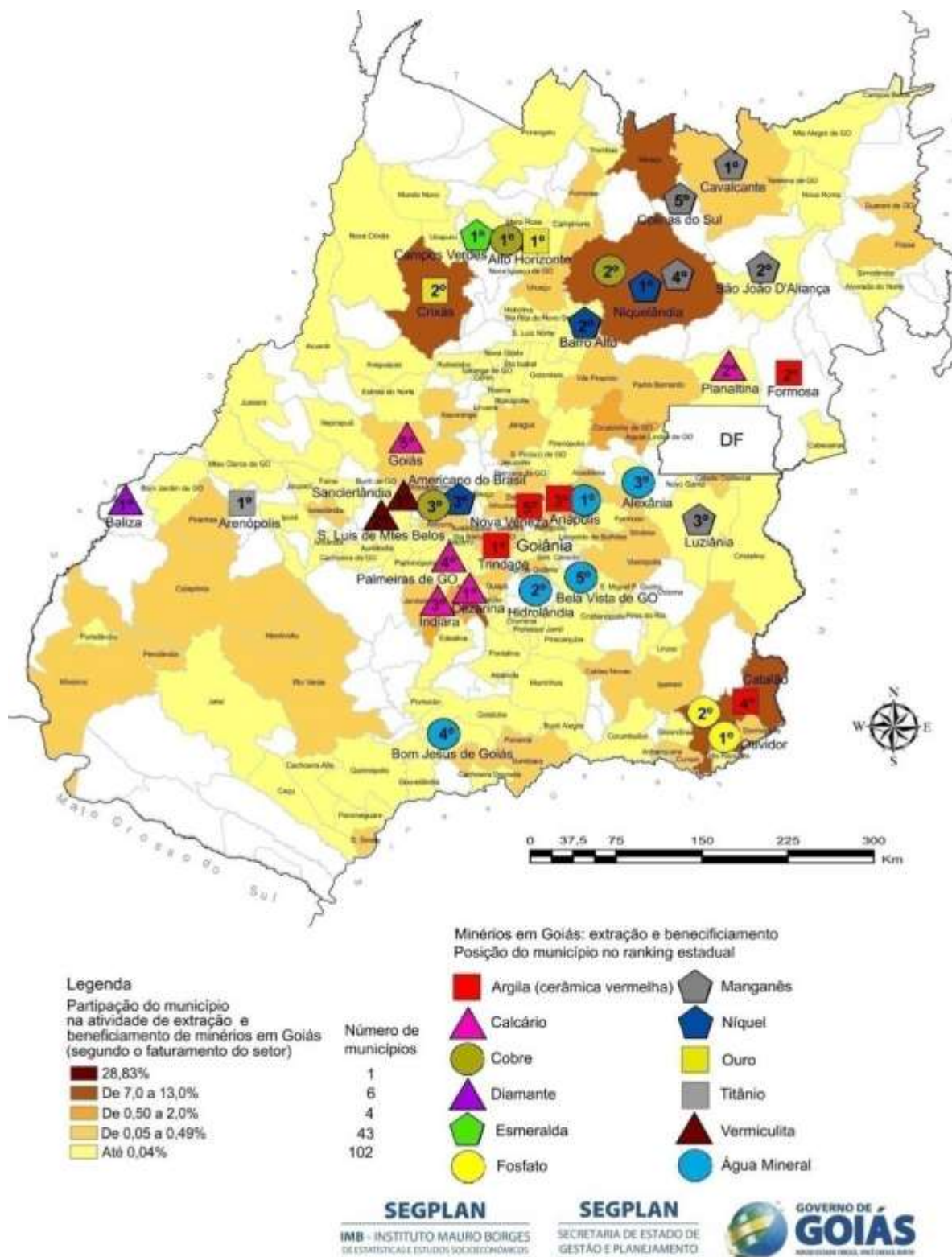
Fonte: Aguiar (2009).

FIGURA 50: ESPACIALIZAÇÃO DA MINERAÇÃO NO ESTADO DE GOIÁS – 2014.



Fonte: SIEG e DNPM, 2014. Elaboração: Gonçalves, 2016.

FIGURA 51: MINÉRIOS EM GOIÁS – EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO. POSIÇÃO POR MUNICÍPIO.



Fonte: SIEG e DNPM, 2014. Elaboração: Gonçalves, 2016.

Leonor, conhecido como Nono, morador do território que foi vereador no município de Cavalcante, concorda com Dona Procópio.

Mas a gente hoje, como liderança Kalunga, preocupa muito com território. Sempre fazemos as cobranças. Aqui muitas pessoas ainda não aceitam que aqui foi reconhecido como decreto Kalunga. Tem muita gente que não aceita, fica botando gosto ruim, ficam falando: “não, esse decreto já acabou, não existe mais” e perseguindo nossos irmãos.

Eu acompanhei o pessoal da Polícia Federal, o pessoal da SEPPIR, SEMIRA, Palmares, Ouvidoria Agrária, o INCRA e vários órgãos que estiveram lá no Vão do Moleque fazendo vistoria. Nós acompanhamos, sempre estamos juntos. Quando é assim, normalmente, se precisa ter qualquer tipo de manifestação estamos juntos também. Nunca abandonamos. Já teve e sempre terá esse tipo de conflito entre os fazendeiros e os Kalungas que não aceitam que esse território foi marcado. Eles sempre inventando que acabou, que esse decreto já venceu, direto chega um e outro inventando isso, que isso aí não vai dar em nada.

A própria expansão do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros é motivo de preocupação. Embora o território tenha um nível de conservação ambiental superior ao do seu entorno, as unidades de conservação têm se revertido em um difícil diálogo para grande parte das populações tradicionais (PIMENTEL, RIBEIRO, 2016). Atentos às contradições, o agronegócio se colocou contra a expansão do parque, dizendo-se preocupados com os pequenos produtores que seriam afetados. O que revela que as relações conflituosas têm diversas facetas e não se apresentam sempre de forma tão óbvia.

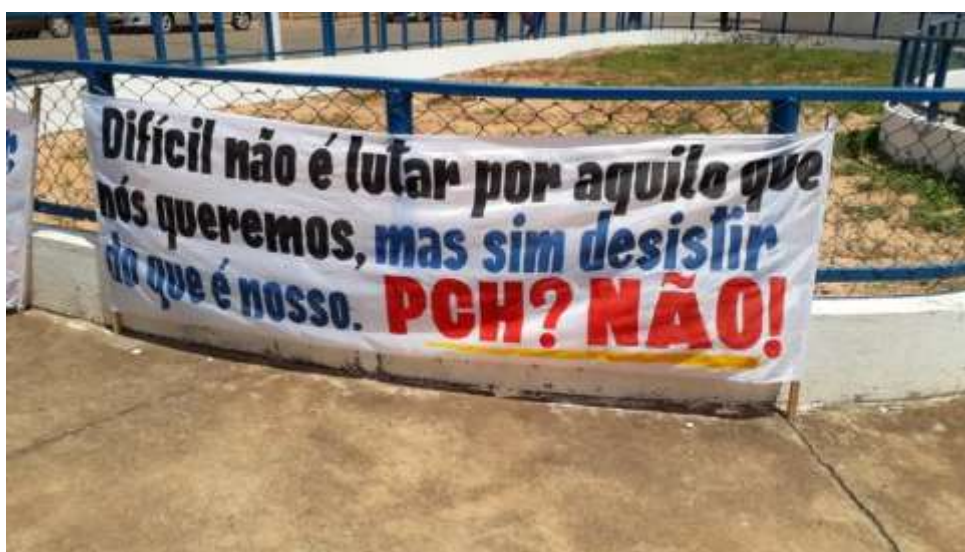
Os kalunga têm, em função de sua população, grande força política. Algumas lideranças compreendem isso. Vilmar, atual presidente da Associação Quilombo Kalunga – AQK, a associação mãe, como é conhecida, diz que “O território kalunga tem condição de eleger um prefeito, um vice-prefeito e vários vereadores, pois nós somos mais de 60% do eleitorado no município de Cavalcante”, por exemplo. Apesar disso, não têm conseguido amplo apoio do poder público e estão constantemente na mira de empresas que querem empreender no quilombo. Uma das recentes ações de resistência foi a manifestação durante uma audiência de conciliação com uma destas empresas, que pretende construir uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) no território, como mostram as Figuras 51 e 52.

FIGURA 51: MOBILIZAÇÃO DURANTE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TRATAR DA INTENÇÃO DE INSTAÇÃO DE PCH NO SHPCK.



Fonte: Arquivo pessoal de Vilmar, 2018.

FIGURA 52: FAIXA CONTRA A CONSTRUÇÃO DE PCH NO SHPCK.



Fonte: Arquivo pessoal Vilmar, 2018.

Os advogados da AQK se referiram ao artigo 215 e 216 para salvaguardarem não só a condição da autodeterminação territorial quilombola, como também a especificidade do SHPCK por ser um sítio histórico. O entendimento mais recente do judiciário está expresso na Ação Civil Pública assinada pelo Juiz Federal Eduardo Luiz Rocha Cubas em 07 de Junho de 2018, na qual determina que a DNPM indefira todos os requerimentos para pesquisa ou lavra no SHPCK bem como anule todas as portarias de concessão de lavra incidentes neste quilombo.

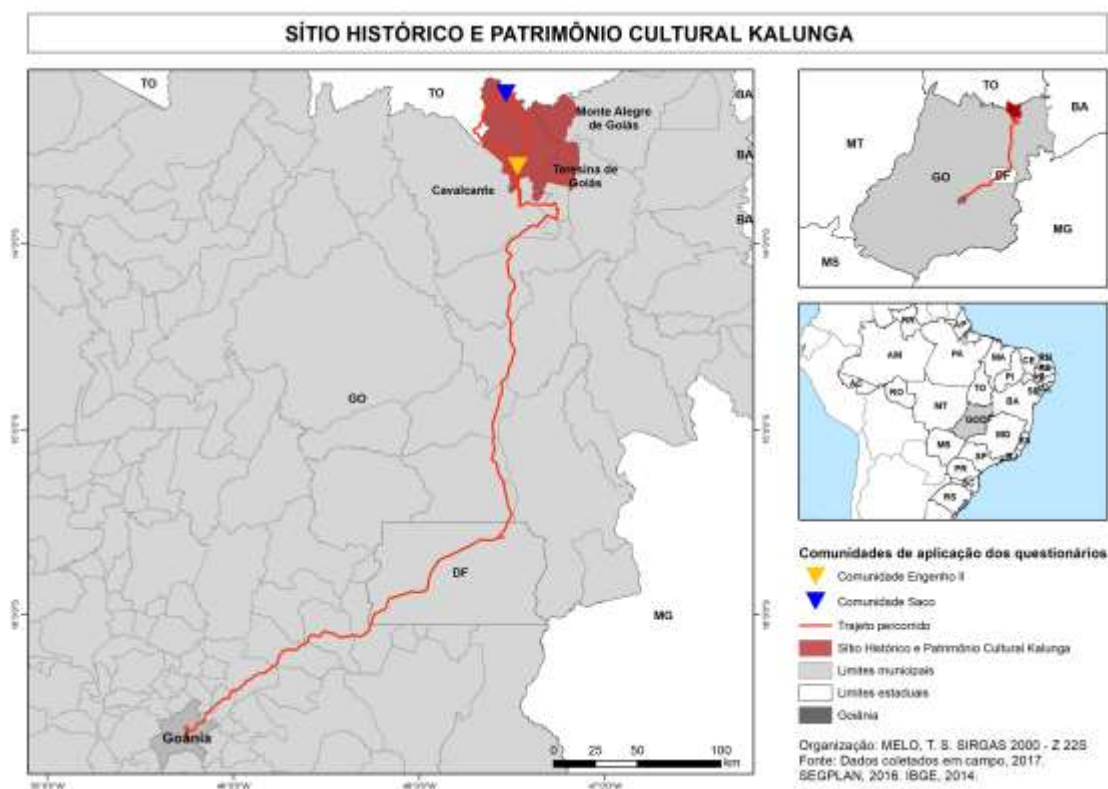
Estas e outras constantes intenções/ameaças de intervenção no território a revelia dos desejos das comunidades marcam o cotidiano, o que é agravado por disputas no plano do constrangimento e da ilegalidade, como o assédio sexual de crianças e jovens do território e as intimidações por parte de interessados na área. Neste cenário que o turismo desponta como gerador de emprego e renda e se articula com tais dimensões, sendo visto por muitos, a exemplo dos gestores do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, como uma cadeia produtiva menos agressiva para a região e populações locais.

É um posicionamento que considera o imediato da situação e, particularmente, a questão ambiental. Frente aos impactos da mineração e do agronegócio, certamente é uma questão política fortalecer a cadeia produtiva do turismo. No entanto, o turismo também carrega seus conflitos, notadamente, como me esforcei para demonstrar, numa escala mais ampla, de formação de subjetividades. Tendo isso como pano de fundo e que passo às considerações que versam sobre o turismo nos territórios Kalunga.

6.2 TURISMO NO SHPCK.

Nestes quatro anos de pesquisa, tive como local de residência o município de Goiânia. O que implicou superar os mais de 600 km de estradas que separam este município do SHPCK, como se vê na Figura 53. Nestas idas e vindas, não pude deixar de questionar, à medida que ia conhecendo as comunidades e determinadas situações de isolamento, os sentidos da modernização, a força com a qual a juventude é atravessada por esse chamamento ao desenvolvimento, ao urbano, ao moderno.

FIGURA 53: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO SHPCK E DAS AREAS DE APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS.



Fonte: TM WORLD BORDERS, 2017; Organização Melo, 2018; Elaboração cartográfica Pôssas, 2018.

Os pontos marcados na comunidade foram dos trabalhos de campo para aplicação dos questionários. Apesar de ter passado por comunidades também em Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás, fiz o registro com gps apenas desta última etapa.

Depois de dois anos indo ao território, consolidei a ideia de que era preciso saber se e como jovens de localidades que têm acesso direto, e que não têm, aos turistas são afetados pela narrativa do turismo. Esse convite ao mundo moderno, a um mundo de viagens e experiências, ao mundo das letras, ocorre também por meio de representações visuais, por isso é cabível pressupor que o fato de ter acesso ou não aos turistas cotidianamente influencie desejos e comportamentos. A intenção era aplicar os questionários no mesmo trabalho de campo. No entanto, não foi possível.

No primeiro trabalho de campo para aplicação dos questionários, em janeiro de 2017, na comunidade de Engenho II, entreguei 70 questionários. Passei em todas as casas da comunidade e foram disponibilizados questionários de acordo com a indicação das próprias famílias de *quantxs*

jovens havia na casa. Obtive a devolução de 40. Dada à dinâmica do território, era inviável acompanhar o preenchimento de todos os questionários (mesmo que tenha sido apontada a dificuldade para o auto preenchimento no poucos que acompanhei, atendendo a pedidos), uma vez que a mobilidade dos jovens é grande, apesar de dificultada pelas distâncias do núcleo urbano e a falta de carros (os que os possuem chegam a cobrar R\$50,00 pela carona, mas a média é R\$35,00). Como o período chuvoso atrasou, cheguei no momento do plantio, o que também demandava a ida dos jovens para a roça, que dista muitos quilômetros do núcleo da comunidade, e por isso dificilmente alguém vai para trabalhar e volta no mesmo dia, sobretudo em momentos de plantio.

Por esse mesmo motivo, o período chuvoso, não fui até a comunidade de Saco nessa oportunidade, pois as chuvas se intensificaram e voltei para Goiânia. Baiocchi (2013) fala de uma cheia periódica no território a cada 10 anos aproximadamente. Poucos dias depois de retornar do território uma cheia destruiu muitas casas e afetou dezenas de famílias justamente na região pela qual teria que transitar. O trabalho em Saco (II) foi realizado em setembro de 2017.

Para dar conta de compreender melhor as transformações nessas comunidades fiz as análises dos dados e informações obtidos com a aplicação dos questionários e os sistematizei em gráficos que analisei à luz dos pressupostos teórico-metodológicos apresentados na primeira e na segunda parte, bem como com base nas informações das entrevistas com as lideranças.

Atento ao Estatuto da Juventude, apliquei o questionário com jovens de 15 a 29 anos nestas duas comunidades. Como as idas dependiam de uma serie de fatores logísticos, acabei indo em datas diferentes para as comunidades, como dito. E isso é relevante porque influenciou a participação da juventude. Foram ao todo 49 questionários respondidos. 40 na comunidade de Engenho II e 9 na comunidade de Saco (II). Estas foram escolhidas em função do grau de inserção do turismo. Na Comunidade de Engenho II o turismo está presente e sistematizado, contando com guias da Comunidade que tiveram cursos de capacitação, fluxo constante de visitação, atrativos, notadamente 3 cachoeiras, conhecidos nacionalmente. Na Comunidade de Saco (II), o acesso é complicado e demorado, e segundo residentes locais a presença de turista é insignificante.

Merece registro, como disse acima, o fato de que apesar de constar em mapas de diferentes pesquisas, a comunidade de Saco é pouco conhecida entre membros do quilombo,

muitos dos quais relataram nunca ter ido até ela. E mesmo entre quem mora na região, as respostas variaram no tocante ao nome da comunidade. Apareceram três nomes: Corrente, Fazenda Altamira e Saco II, que tiveram respectivamente 2, 3 e 4 indicações nos questionários.

Outra nota necessária é a de que, apesar dos questionários terem sido entregues para que fossem respondidos individual e sigilosamente, para que ninguém se constrangesse em dizer exatamente o que pensa, visto que não têm identificação, muitos acabaram preenchendo juntos ou mesmo pedindo minha ajuda para preencher, como se vê na Figura 54, o que pode comprometer as respostas, uma vez que há táticas de defesa não anunciada por todos os sujeitos, e no SHPCK não é diferente. A dificuldade de entendimento das questões também foi exposta por parte da juventude.

FIGURA 54: AUXÍLIO PARA RESPONDER O QUESTIONÁRIO.



Fonte: Trabalho de Campo em Saco (II), 2017.

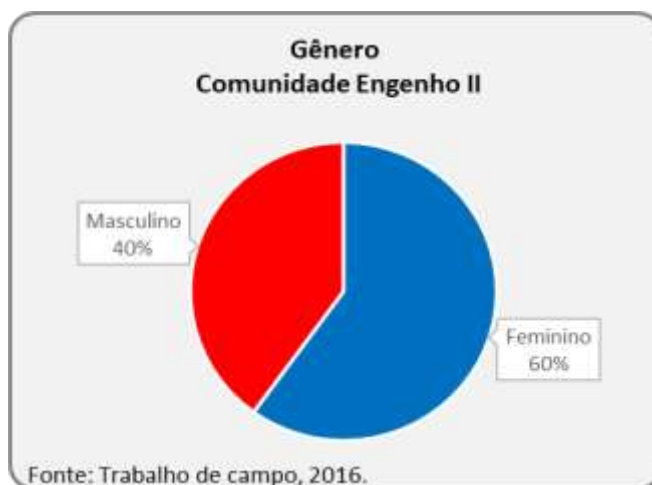
6.2.1 Perfil da juventude que respondeu os questionários

Foram aplicados questionários à juventude Kalunga das Comunidades Engenho II e Saco que se dispuseram a contribuir com a pesquisa. Para o enquadramento do conceito de juventude foi utilizado o critério adotado pelo IBGE, que abrange pessoas com idade de 15 a 29 anos. O trabalho de campo que englobou a aplicação de questionários ocorreu no ano de 2016 na

Comunidade Engenho 2 e no ano de 2017 na Comunidade Saco. A primeira parte destes questionários visou estabelecer o perfil deste jovem Kalunga nestas comunidades.

Na Comunidade Engenho II, 40 jovens responderam ao questionário, sendo 24 mulheres e 16 homens, o que corresponde a uma distribuição por gênero de 60% (feminino) e 40% (masculino), conforme o Gráfico 1.

GRÁFICO 1: GÊNERO DOS PARTICIPANTES – ENGENHO II



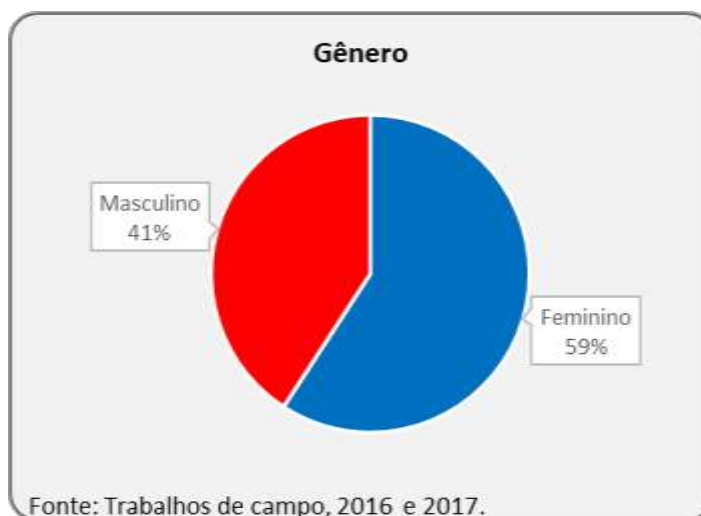
Já na comunidade Saco, cinco mulheres e quatro homens participaram da pesquisa, o que deixa a amostra por gênero com uma distribuição de 56% feminina e 44% masculina, o que é apresentado pelo Gráfico 2.

GRÁFICO 2: GÊNERO DOS PARTICIPANTES – SACO



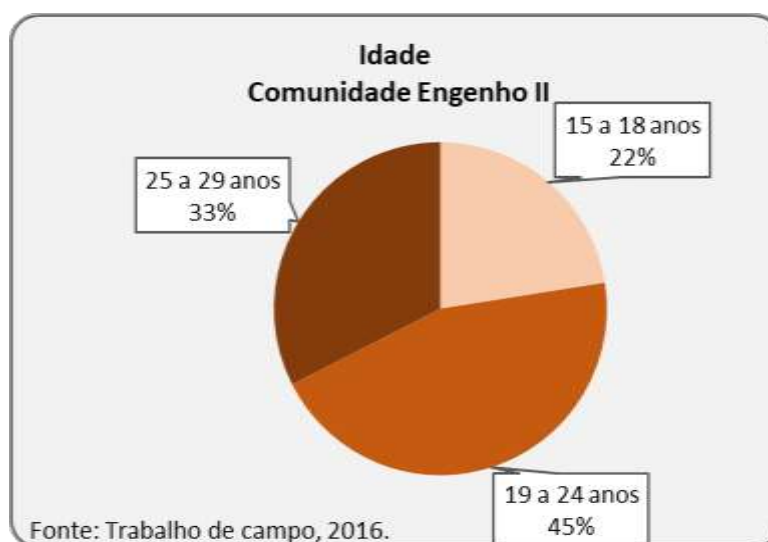
A amostra total, então, corresponde a 49 questionários, com a participação de 29 mulheres e 20 homens, finalizando com a participação na pesquisa de 59% de jovens do gênero feminino e 41% do gênero masculino, conforme Gráfico 3.

GRÁFICO 3: GÊNERO DOS PARTICIPANTES



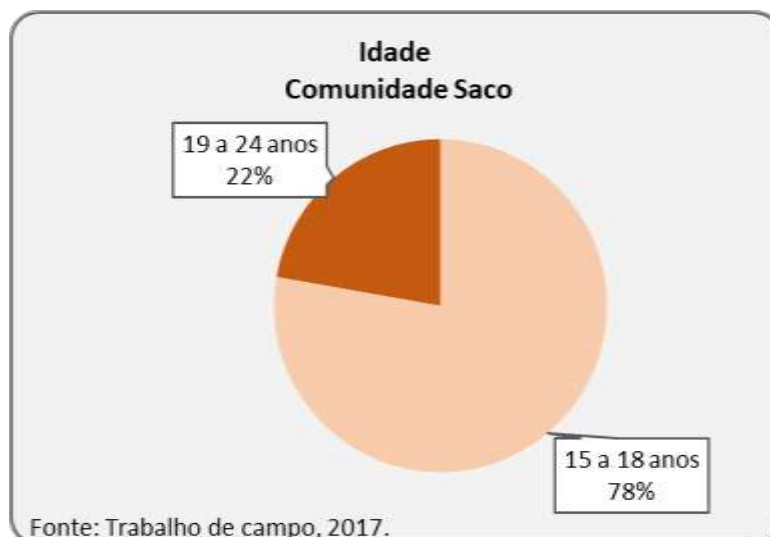
Na Comunidade Engenho II, nove participantes tinham idade entre 15 e 18 anos (22%), 18 tinham entre 19 e 24 anos (45%) e 13 jovens estavam entre os 25 e 29 anos (33%). Estes dados estão dispostos no Gráfico 4.

GRÁFICO 4: IDADE DOS PARTICIPANTES – ENGENHO II



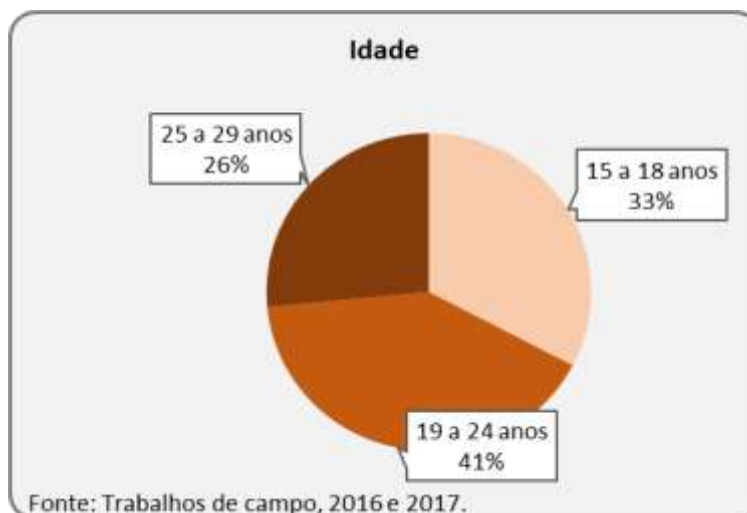
Na Comunidade Saco, foi constatada a participação de jovens somente nas duas primeiras faixas. Dos nove participantes, sete tinham idade entre 15 e 18 anos (22%), e dois tinham entre 19 e 24 anos (45%), conforme ilustrado pelo Gráfico 5.

GRÁFICO 5 – IDADE DOS PARTICIPANTES – SACO



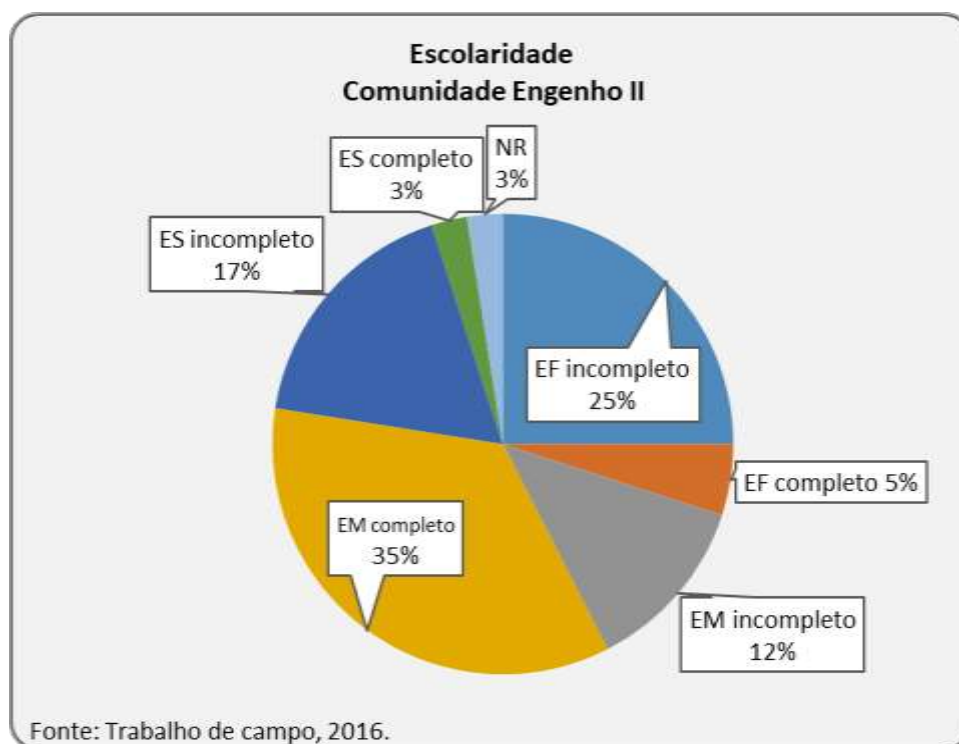
Sendo assim, o Gráfico 6 mostra o ajuste final das idades entre os participantes das duas comunidades, perfazendo um total de 16 jovens na faixa etária de 15 a 18 anos, o que corresponde a um percentual de 33% da amostra total. Os 20 jovens que estavam entre os 19 e 24 anos representam 41% do total, enquanto que os 13 jovens entre 25 e 29 anos, estes últimos todos da Comunidade Engenho II, equivalem a 26% da amostra.

GRÁFICO 6 – IDADE DOS PARTICIPANTES



A escolaridade foi um ponto abordado pela pesquisa de forma que cada jovem comunicasse seu grau de instrução formal através das seguintes opções: ensino fundamental incompleto (EF incompleto), ensino fundamental completo (EF completo), ensino médio incompleto (EM incompleto), ensino médio completo (EM completo), ensino superior incompleto (ES incompleto) e ensino superior completo (ES completo). A sigla NR corresponde a perguntas não respondidas pelo participante. É importante ressaltar que a pessoa informa a escolaridade que ela possui no momento, portanto, quando se informa que possui algum nível de ensino incompleto pode ser que no momento aquele nível esteja sendo cursado. O Gráfico 7 apresenta a escolaridade dos jovens da Comunidade Engenho II.

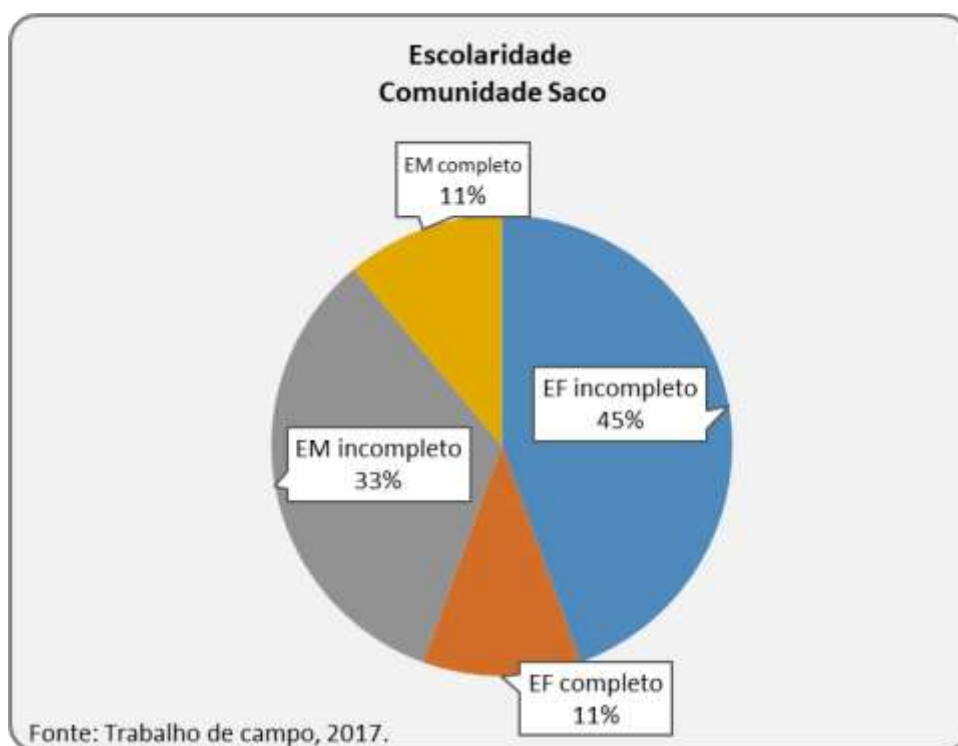
GRÁFICO 7 – IDADE DOS PARTICIPANTES



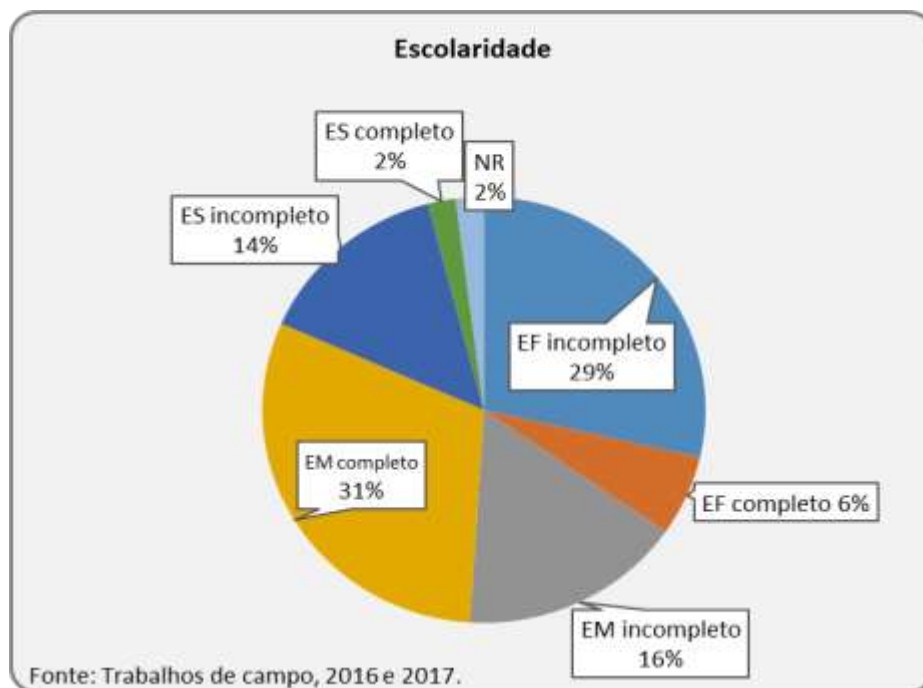
Na Comunidade Engenho II, apenas uma pessoa não informou sua escolaridade, o que corresponde a uma taxa de 3%. Dentre as outras 39 pessoas, 10 possuem o ensino fundamental incompleto (25%), duas concluíram o ensino fundamental (5%) e cinco não terminaram o ensino médio (12%). A maior incidência foi a de pessoas que possuem o ensino médio completo, num total de 14, correspondendo a 35% da amostra. Sete pessoas informaram possuir o ensino superior incompleto (17%) e uma pessoa concluiu o ensino superior (3%).

Na Comunidade Saco não apareceram participantes que já tenham frequentado o ensino superior. O Gráfico 8 aponta as respostas, que foram assim divididas: quatro pessoas com ensino fundamental incompleto, o que corresponde a 45%, ou seja, a maior parte da amostra desta comunidade. Uma pessoa possui o ensino fundamental completo e uma pessoa possui o ensino médio completo, sendo que cada uma destes níveis vai pontuar com 11% da amostra. Três pessoas, 33%, possuem o ensino médio incompleto nesta amostra.

GRÁFICO 8 – ESCOLARIDADE DOS PARTICIPANTES – SACO



Na totalização dos dados dos gráficos 7 e 8, o Gráfico 9 aponta que 29% dos jovens possuem o ensino fundamental incompleto e 6% o ensino fundamental completo. Quanto ao ensino médio, 16% não completaram o nível e 31% completaram. O ensino superior completo abrange 2% da amostra e este nível incompleto responde por 14%.

GRÁFICO 9 – ESCOLARIDADE DOS PARTICIPANTES

Portanto, o Gráfico 9 apresenta os seguintes valores: 14 pessoas com ensino fundamental incompleto, três com ensino fundamental completo, oito com ensino médio incompleto e o maior número foram de pessoas com ensino médio completo: 15. Sete pessoas ingressaram no ensino superior, mas não haviam concluído até o momento da pesquisa e uma pessoa já possuía o ensino superior completo. Uma pessoa não respondeu à questão sobre escolaridade.

Durante os trabalhos de campo da pesquisa foi possível perceber que muitos jovens não moram em tempo integral no Território Kalunga, na maior parte dos casos por questão de estudo e/ou trabalho. Portanto, este foi um ponto abrangido pelo questionário. O Gráfico 10 mostra que na Comunidade Engenho 2 a maior parte dos jovens participantes da pesquisa moram em tempo integral no Território, em um total de 32 pessoas, o que representa 80% do grupo, contra seis que não moram em tempo integral na comunidade, perfazendo 15% da amostra. Duas pessoas (5%) não responderam.

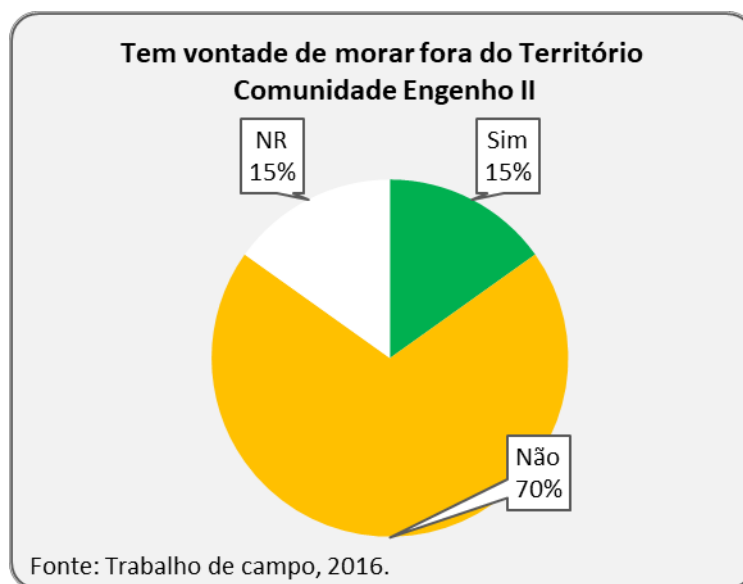
GRÁFICO 10 – MORADIA NO TERRITÓRIO – ENGENHO 2

Na Comunidade Saco, todos os nove jovens moram em tempo integral no território. O Gráfico 11 demonstra a totalização dos dados entre as duas comunidades estudadas. Duas pessoas não responderam, correspondendo a 4%. Seis jovens – da Comunidade Engenho II – não moram em tempo integral no Território, consistindo em 12% dos jovens pesquisados, contra 41 jovens que estão residindo em tempo integral no Território Kalunga e que representam 84% dos pesquisados.

GRÁFICO 11 – MORADIA NO TERRITÓRIO

O questionário abrangeu também uma pergunta para que os jovens têm vontade de morar fora do Território do quilombo. Na Comunidade Engenho II, 15% não responderam (cinco pessoas), outros 15% (cinco pessoas) afirmaram ter vontade de morar fora do Território. Mas 23 jovens, ou seja, a maioria dos jovens, correspondendo a 70% do grupo não tem vontade de sair para morar em outro local, conforme ilustrado pelo Gráfico 12.

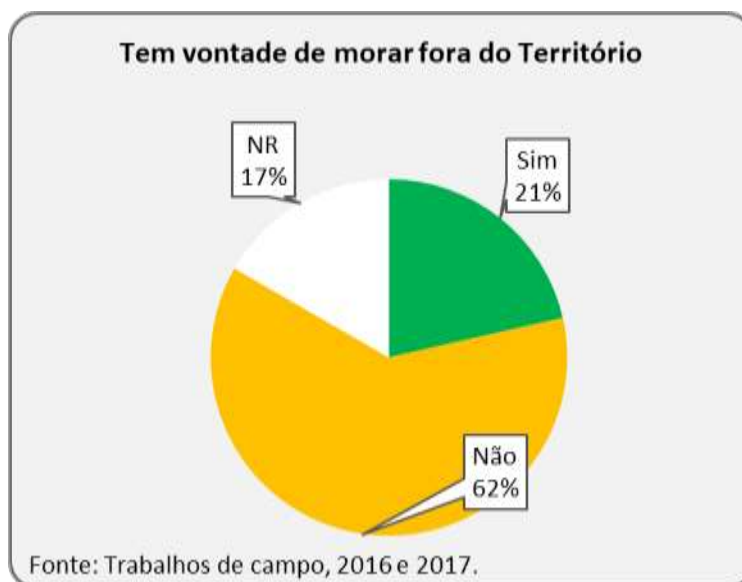
GRÁFICO 12 – VONTADE DE MORAR FORA – ENGENHO 2



Na Comunidade Saco, duas pessoas não responderam (22%), três disseram não ter vontade de morar fora (33%), e quatro tem vontade de morar fora do Território (45%), conforme demonstrado no Gráfico 13.

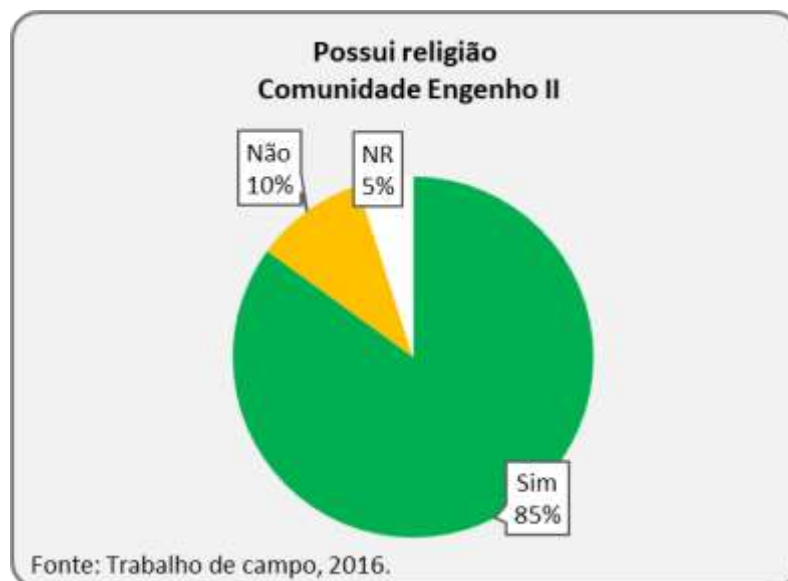
GRÁFICO 13 – VONTADE DE MORAR FORA – SACO

Totalizando os dados das duas comunidades, o Gráfico 14 aponta que 17% não responderam, o que corresponde a sete jovens. Enquanto isso, 21% tem vontade de morar fora do Território, somando nove pessoas e a maioria não tem vontade de morar fora: 62%, 26 jovens.

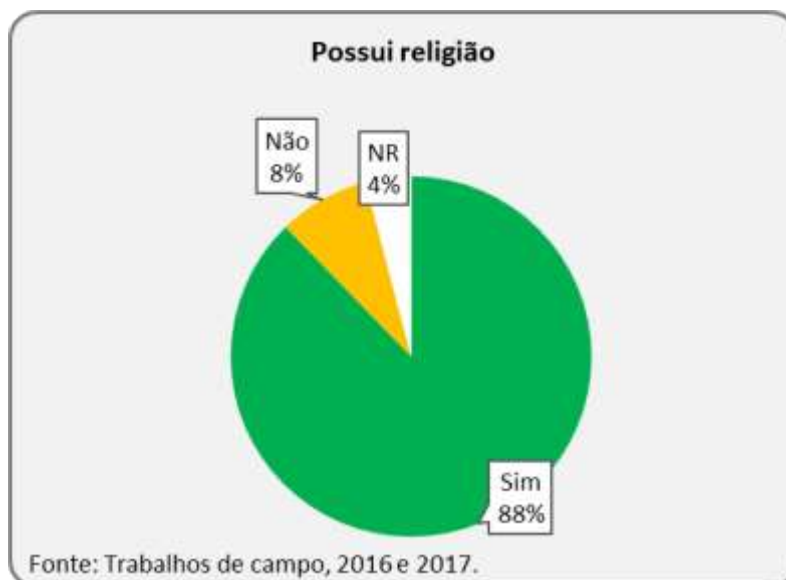
GRÁFICO 14 – VONTADE DE MORAR FORA

Sobre religião, a Comunidade Engenho II apresentou os seguintes dados, representados no Gráfico 15: 10% dos jovens não possuem religião, contra 85% que possuem religião e 5% que não responderam. Estes valores correspondem a quatro, 34 e dois jovens, respectivamente. Na Comunidade Saco, todos os jovens afirmaram possuir religião.

GRÁFICO 15 – RELIGIÃO – ENGENHO 2



Abordando a religiosidade, os dados das duas comunidades juntas são apresentados no Gráfico 16. Nesta finalização, 8% dos participantes não possuem religião (quatro jovens da Comunidade Engenho 2) e 88% dos jovens possuem religião, o que corresponde a 43 pessoas. As duas pessoas da Comunidade Engenho II que não responderam, somam 4% no gráfico.

GRÁFICO 16 – RELIGIÃO

Dentre os jovens da Comunidade Engenho II que afirmaram possuir religião, 31 são católicos e três são evangélicos, o que corresponde a 91% e 9%, respectivamente, conforme exibido no Gráfico 17. Juntando os dados das duas comunidades no Gráfico 18, por sua vez, finaliza-se o perfil dos jovens que possuem religião como sendo 93% católicos (40 pessoas) e 7% evangélicos (três pessoas).

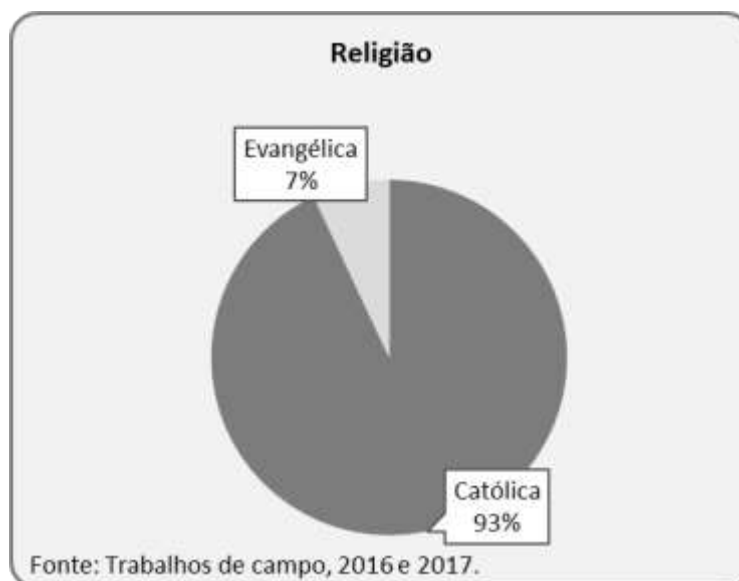
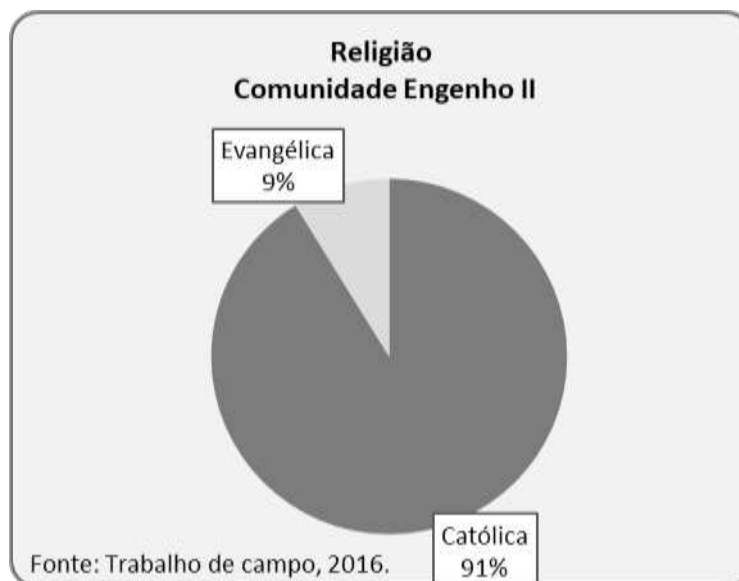
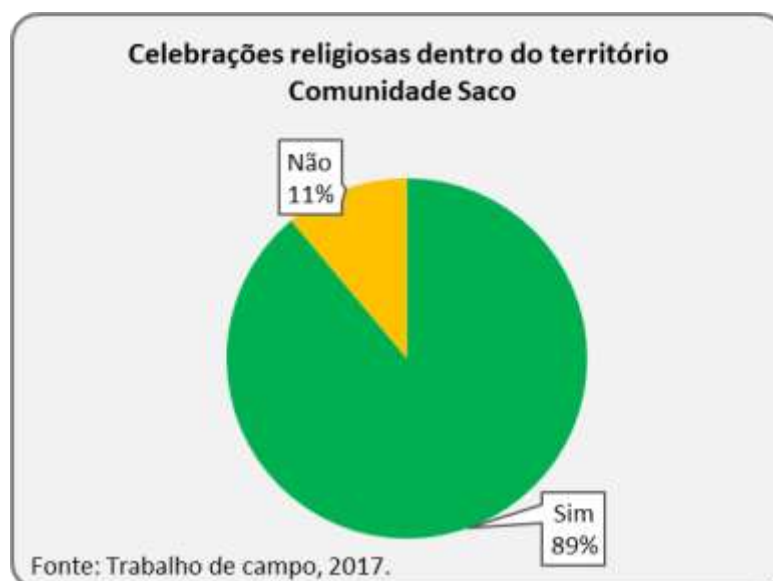
GRÁFICO 17 – RELIGIÃO ESPECÍFICA – ENGENHO II

GRÁFICO 18 – RELIGIÃO ESPECÍFICA

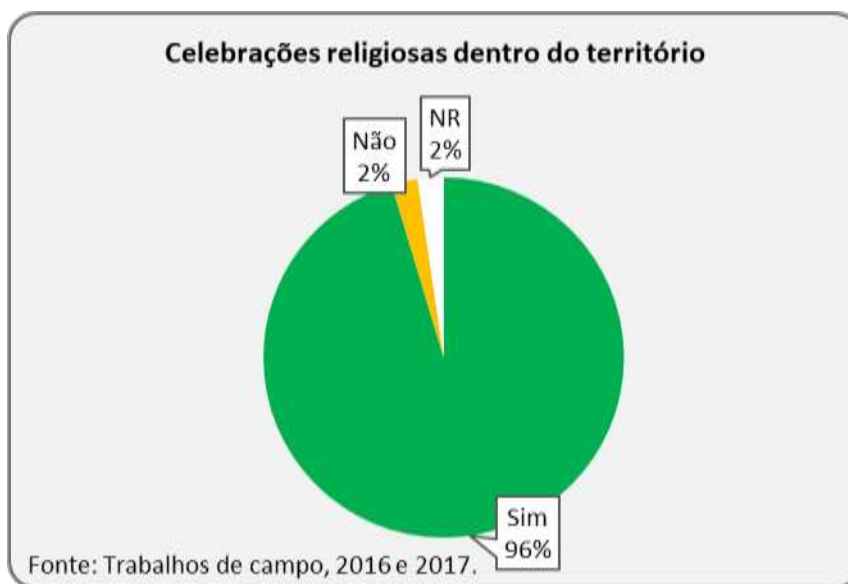
Ainda no tema religião, os questionários incluíram uma pergunta para saber se as celebrações religiosas das quais os jovens participam ocorrem dentro do território. No caso da Comunidade Engenho II, 97%, ou seja, 33 jovens responderam que sim e 3%, que corresponde a um jovem, não respondeu à questão. Estes dados estão expressados no Gráfico 19. Dentre os participantes da Comunidade Saco, oito jovens (89%) informaram que as celebrações religiosas que participam ocorrem dentro do Território e uma pessoa respondeu negativamente, correspondendo a 11%, o que está exibido no Gráfico 20.

GRÁFICO 19 – CELEBRAÇÕES RELIGIOSAS – ENGENHO II**GRÁFICO 20 – CELEBRAÇÕES RELIGIOSAS – SACO**

Com a juntada dos dados das comunidades, os jovens que possuem religião afirmaram que as celebrações religiosas das quais participam ocorrem 96% dentro do Território, e 2% ocorrem fora. Os outros 2% não responderam. Isto significa que as celebrações religiosas ocorrem dentro do Território Kalunga para 41 dos jovens que possuem religião. Um jovem informou por meio do questionário que a celebração religiosa que frequenta não ocorre no território, correspondendo a 2% da amostra. Houve também um jovem que não respondeu à

questão que correspondia a este assunto, perfazendo 2% da amostra sem resposta. Estes dados estão expostos no Gráfico 21.

GRÁFICO 21 – CELEBRAÇÕES RELIGIOSAS



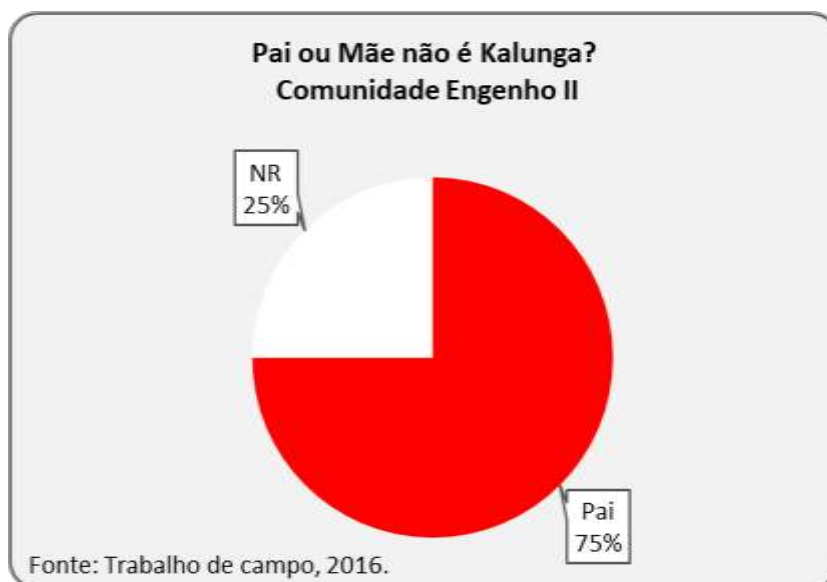
Na primeira parte do questionário, em que as perguntas são sobre o perfil dos jovens Kalunga das comunidades pesquisadas, foi proposta também uma questão para saber se o pai e a mãe do jovem são Kalunga ou somente um deles. Na comunidade Engenho II, 36 jovens são filhos de pai e mãe Kalunga (90%) e 4 jovens tem ou o pai ou a mãe Kalunga (10%). Estes dados aparecem no Gráfico 22.

GRÁFICO 22 – FAMÍLIA KALUNGA – ENGENHO II



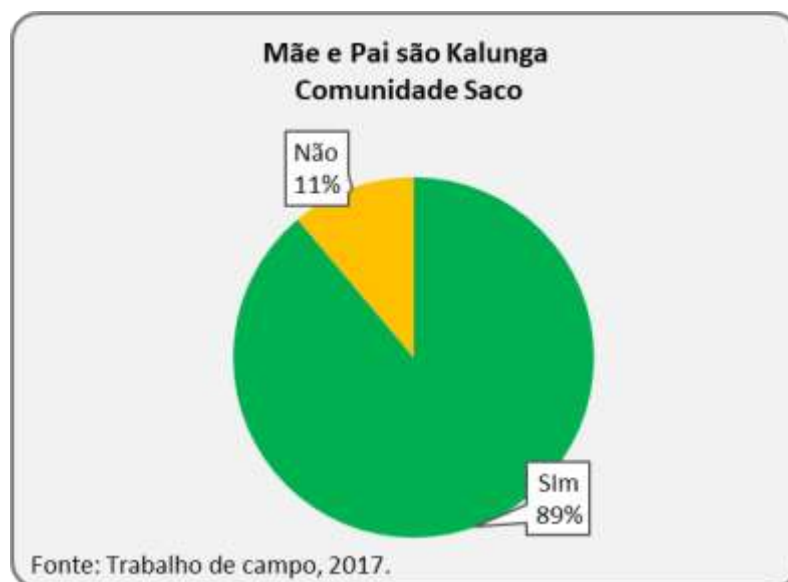
Para os quatro jovens que possuem ou o pai ou a mãe Kalunga, foi perguntado qual deles não é da comunidade. Na Comunidade Engenho II, três dos quatro jovens responderam que o pai não é Kalunga e um jovem não respondeu, conforme o Gráfico 23.

GRÁFICO 23 – PAI OU MÃE NÃO É KALUNGA – ENGENHO II



O Gráfico 24 liga-se à Comunidade Saco, em que 89% dos jovens são filhos de pai e mãe Kalunga (oito participantes) e 11%, ou seja, um jovem, afirmou que a mãe não é Kalunga.

GRÁFICO 24 – FAMÍLIA KALUNGA – SACO



Abarcando os dados das duas comunidades, tem-se que 90% dos jovens possuem pai e mãe Kalunga, somando 44 pessoas e 10% possuem ou o pai ou a mãe Kalunga, somando cinco pessoas, conforme o Gráfico 25. Por sua vez, o Gráfico 26 aponta que dentre estes cinco jovens, 60% possuem um pai que não é Kalunga (três jovens da Comunidade Engenho II), um jovem da Comunidade Saco possui mãe que não é Kalunga (20%) e um jovem não respondeu.

GRÁFICO 25 – FAMÍLIA KALUNGA

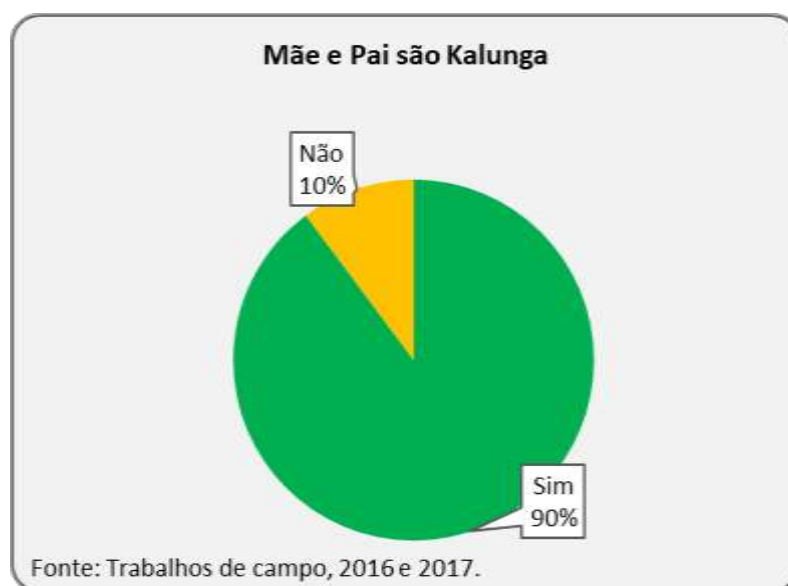
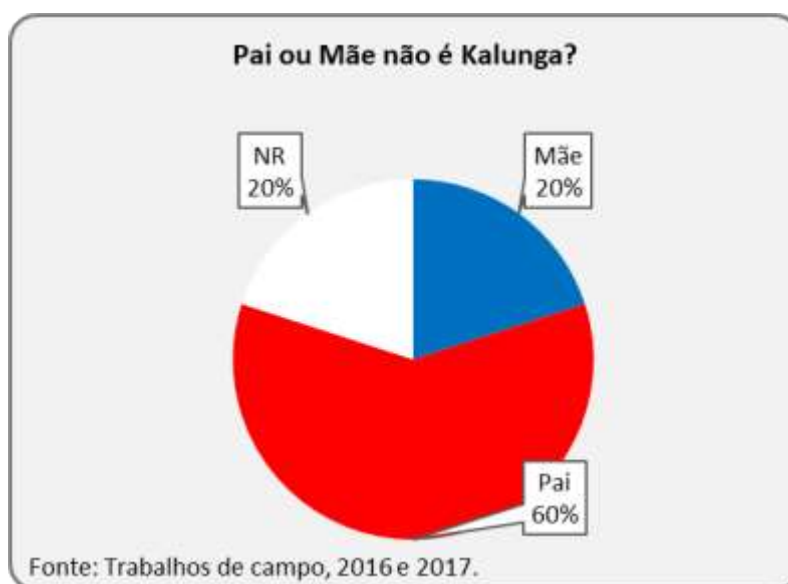


GRÁFICO 26 – PAI OU MÃE NÃO É KALUNGA



Entre os jovens da Comunidade Engenho II, atualmente 55% não trabalham, 40% trabalham e 5% não responderam, de acordo com os dados expressos no Gráfico 27. Estes percentuais correspondem a respectivamente a 22, 16 e duas pessoas. Dentre as pessoas que estão trabalhando, 94% exercem atividade dentro do território, ou seja, 15 jovens, sendo que apenas uma pessoa está trabalhando fora (Gráfico 28).

GRÁFICO 27 – TRABALHO – ENGENHO II

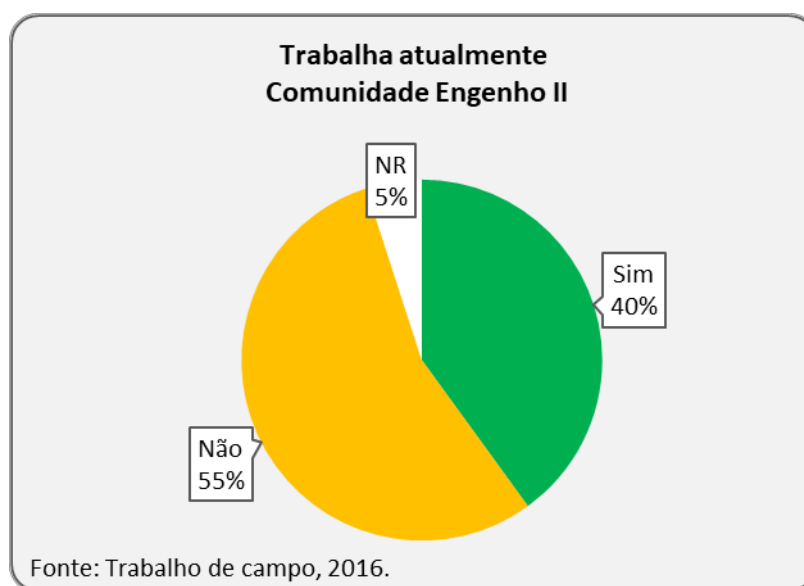


GRÁFICO 28 – TRABALHO NO TERRITÓRIO – ENGENHO II



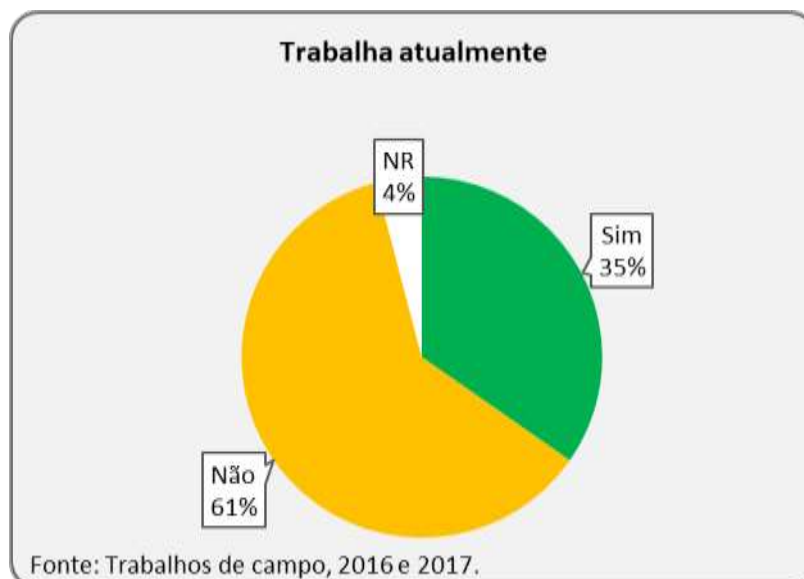
Já na Comunidade Saco, dentre os nove jovens que participaram da pesquisa, apenas um está trabalhando, o que corresponde a 11% dos entrevistados, sendo que os outros oito jovens (89%) não estão trabalhando, segundo os dados mostrados no Gráfico 29.

Ao somar os dados das duas comunidades, o Gráfico 30 expõe que 61% dos jovens não trabalham, 35% trabalham e 4% não responderam à pergunta. Isso significam, respectivamente, 30 jovens que não trabalham, 17 jovens que estão trabalhando e duas pessoas que não responderam.

GRÁFICO 29 – TRABALHO– SACO



GRÁFICO 30 – TRABALHO



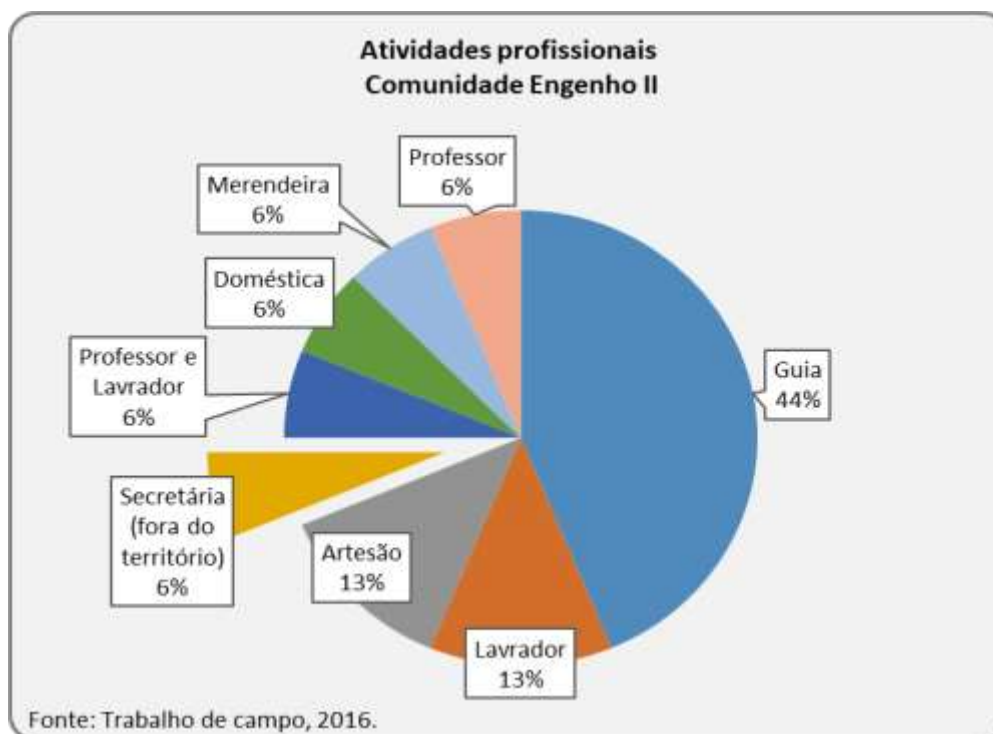
Dentre os que atualmente trabalham, só uma pessoa, que é da Comunidade Engenho II, trabalha fora do território, o que corresponde a um percentual de 6% de todos os participantes da pesquisa. Os outros 16 jovens que trabalham, exercem suas atividades dentro do Território Kalunga.

Isto corresponde a grande maioria dos jovens trabalhadores que participaram da pesquisa, somando 94% da amostra das duas comunidades, e é isto que está exposto no Gráfico 31.

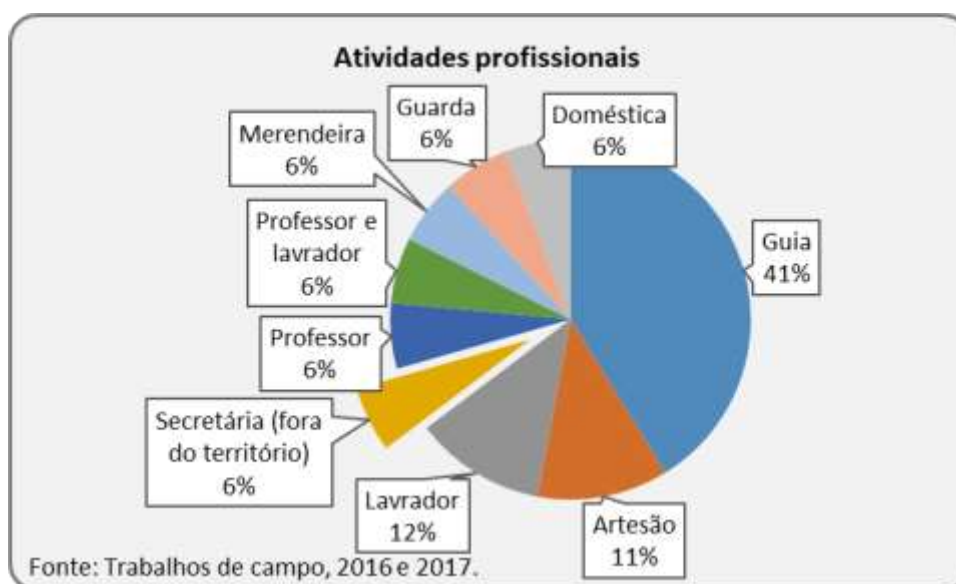
GRÁFICO 31 – TRABALHO NO TERRITÓRIO



Dos dezesseis jovens da Comunidade Engenho II que trabalham, uma pessoa (6%) trabalha fora do território exercendo a função de secretária. Dos quinze jovens que trabalham dentro do território, a maior parte exerce a função de guia, correspondendo a 44% do total de jovens e correspondendo a sete pessoas. Outras duas pessoas trabalham como artesãos (13%), mais duas como lavradores (13%). As outras profissões estão distribuídas em número de uma pessoa e correspondem a 6% cada: merendeira, doméstica, professor e um jovem que acumula a função de professor e lavrador, de acordo com o Gráfico 32.

GRÁFICO 32 – ATIVIDADES PROFISSIONAIS – ENGENHO II

Já o Gráfico 33 apresenta os dados dos jovens trabalhadores da Comunidade Engenho II e do jovem trabalhador da Comunidade Saco em somatório.

GRÁFICO 33 – ATIVIDADES PROFISSIONAIS

A segunda parte do questionário aplicado durante os trabalhos de campo da pesquisa se dedicou ao foco da pesquisa em relação ao turismo, e considerando que esta tem sido uma atividade crescente no Território Kalunga, procurou saber, por exemplo, se os jovens tiveram algum contato com conteúdo ligados ao turismo e à educação para o turismo durante sua trajetória escolar. Os Gráficos 34 e 35 mostram as respostas relativas às Comunidades.

GRÁFICO 34 – TURISMO NA ESCOLA – ENGENHO II

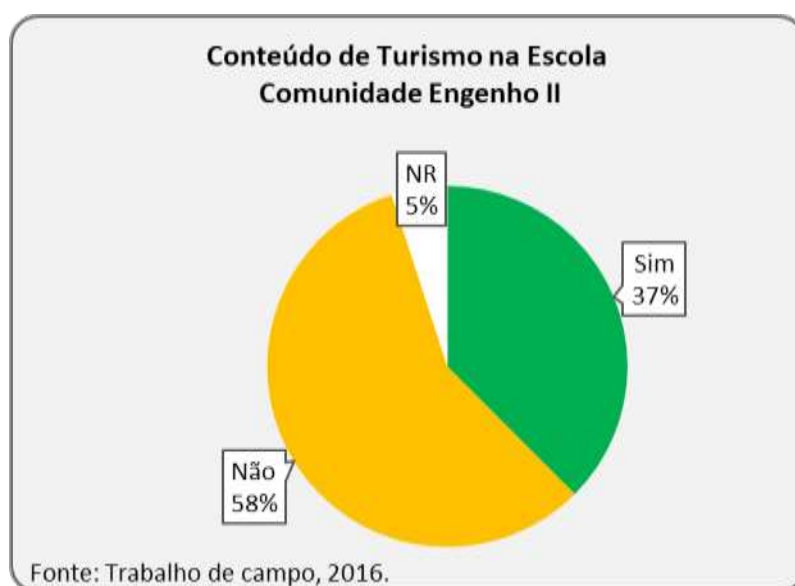
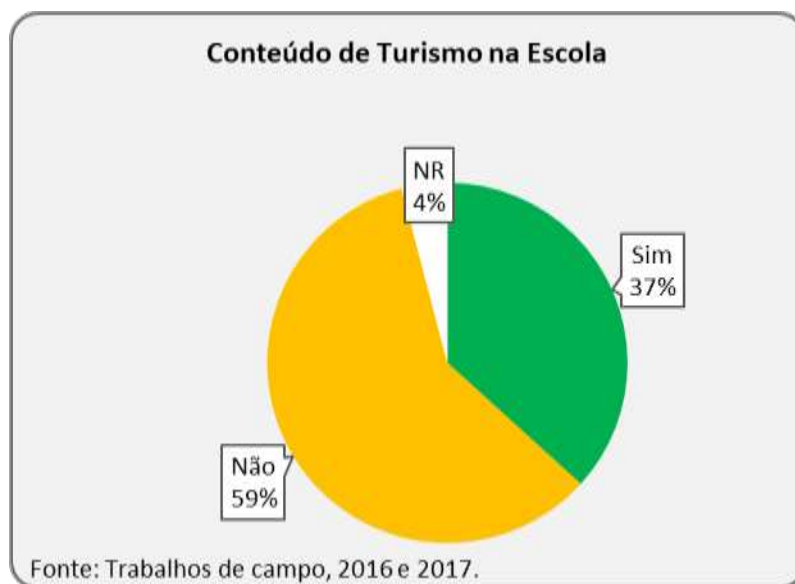


GRÁFICO 35 – TURISMO NA ESCOLA – SACO



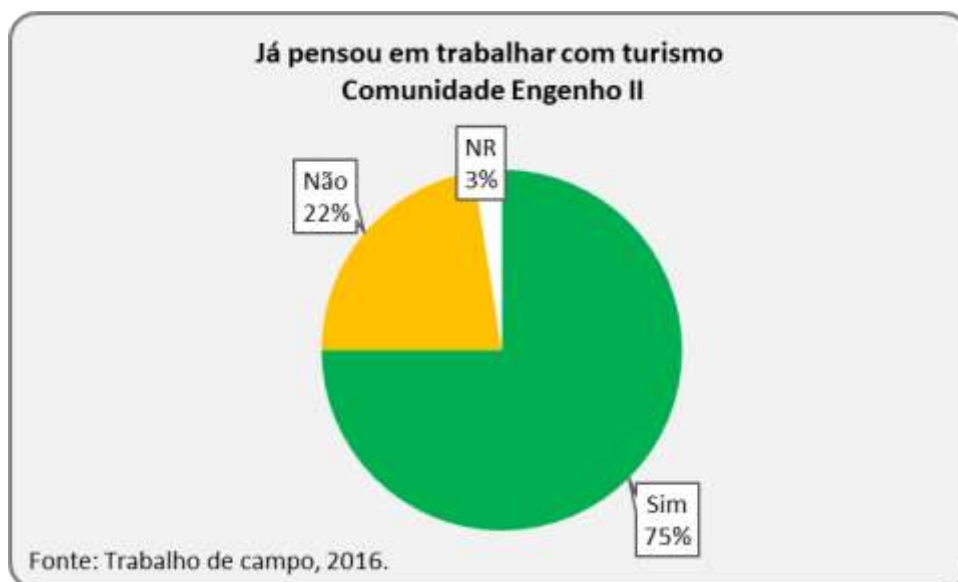
O Gráfico 36, relativo à Comunidade Engenho II, mostra que 58% - 23 jovens - não tiveram contato com algum tipo de conteúdo sobre turismo na escola, contra 37% - 15 jovens - que afirmaram que aprenderam sobre turismo na escola. Duas pessoas não responderam (5%). Na Comunidade Saco, a maior parte também não foi formada para o turismo na escola: seis jovens, que correspondem a 67% da amostra. Três jovens, 33% do grupo, aprenderam algum conteúdo sobre turismo na escola. Estes dados aparecem no Gráfico 37.

GRÁFICO 36 – TURISMO NA ESCOLA



Para pensar o conjunto de jovens das duas comunidades Kalunga, o Gráfico 36 traz os resultados sobre o aprendizado de conteúdos sobre turismo na escola. Duas pessoas (da Comunidade Engenho II) não responderam, o que significa 4% da amostra total. A maior parte da juventude – 59% - não recebe informações sobre turismo em sua formação escolar, conforme responderam 29 pessoas. Outras 18 pessoas aprenderam algo sobre turismo na escola, o correspondente a 37% da amostra total.

Buscou-se saber se os jovens já pensaram em trabalhar com turismo. Aqui é importante ressaltar que já há jovens que trabalham com turismo e que também participaram da pesquisa. O Gráfico 37 traz os dados sobre a Comunidade Engenho II, em que 75% respondeu que sim, 22% respondeu que não e 3% não respondeu. Esses percentuais correspondem a respectivamente, 30 jovens, nove jovens e um jovem.

GRÁFICO 37 – TRABALHO NA ÁREA DE TURISMO – ENGENHO II

O Gráfico 38, por sua vez, apresenta as respostas da Comunidade Saco, em que cinco jovens responderam negativamente à pergunta: “Já pensou em trabalhar com turismo?”, correspondendo a 56%. Ao mesmo tempo, quatro pessoas, 44%, responderam positivamente à mesma questão. Ao somar os dados das duas comunidades, o Gráfico 39, apresenta que 34 jovens (64%) já pensaram em trabalhar com turismo, enquanto 14 (29%) que não pensaram e um jovem (2%) não respondeu.

GRÁFICO 38 – TRABALHO NA ÁREA DE TURISMO – SACO

GRÁFICO 39 – TRABALHO NA ÁREA DE TURISMO

Ao responder que já pensaram em trabalhar com turismo, os jovens também responderam se esta vontade seria para exercer atividade de trabalho dentro ou fora do Território Kalunga, e por consequência, também fora das suas comunidades.

No caso da Comunidade Engenho II as respostas configuraram-se da seguinte maneira: dos 30 participantes, 29 jovens, o correspondente a 97%, pretendem trabalhar com turismo dentro do Território Kalunga e somente um jovem não respondeu, perfazendo 3% do grupo participante, conforme aponta o Gráfico 40.

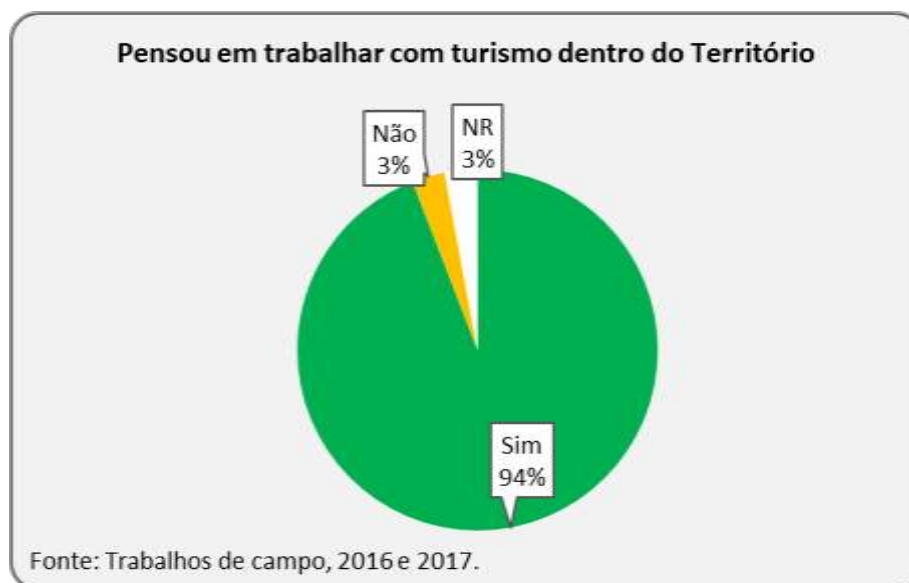
Quanto aos cinco jovens da Comunidade Saco que responderam positivamente ao interesse de trabalhar com turismo, quatro deles – correspondente a 75% - têm interesse em trabalhar dentro do Território Kalunga e um jovem – correspondente a 25% - pretende trabalhar fora do Território, como exhibe o Gráfico 41.

GRÁFICO 40 – TURISMO NO TERRITÓRIO – ENGENHO II**GRÁFICO 41 – TURISMO NO TERRITÓRIO – SACO**

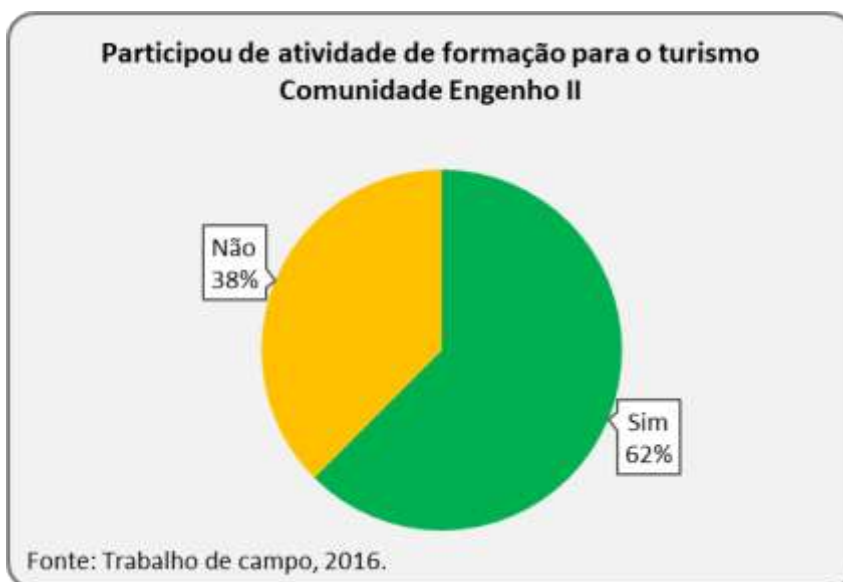
Somando os dados das duas comunidades, os 35 jovens que pretendem trabalhar com Turismo, a maior parte gostaria de exercer esta atividade dentro do Território Kalunga. Isto foi o que 94% dos participantes informaram nos questionários. Da amostra de 35 jovens, 33 deles desejam trabalhar com atividades turísticas dentro do Território. Um jovem respondeu que

gostaria de exercer o trabalho com turismo fora do Território, o que corresponde a 3% do grupo e um jovem não respondeu ao questionamento. O gráfico 42 ilustra esta situação.

GRÁFICO 42 – TURISMO NO TERRITÓRIO



Na questão que abordou a formação para o turismo, 62% dos jovens da Comunidade Engenho II afirmaram já ter participado de alguma atividade de formação para o turismo, enquanto que 38% não participaram. Estes valores correspondem a 25 jovens com alguma formação e 15 sem formação para o turismo, sendo que os dados estão expostos no Gráfico 43.

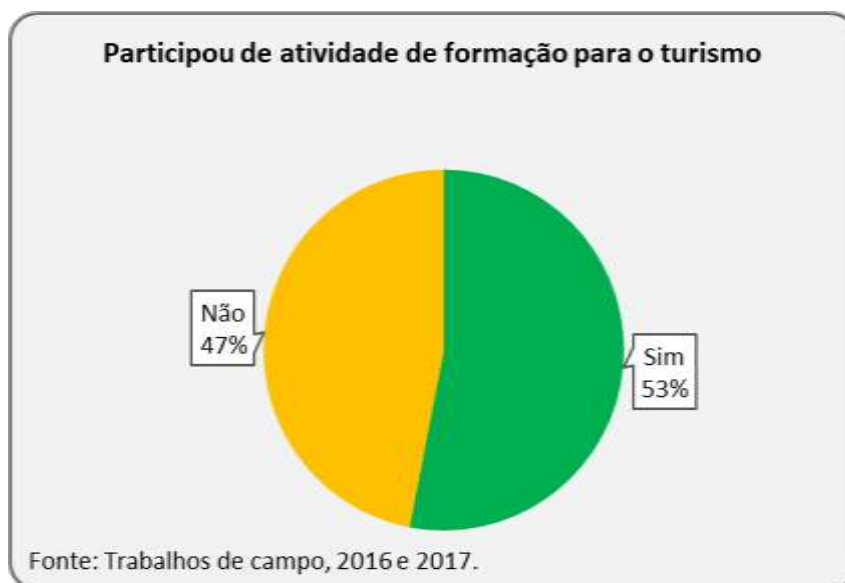
GRÁFICO 43 – FORMAÇÃO PARA O TURISMO – ENGENHO II

Nas respostas da mesma questão por parte dos jovens da Comunidade Saco, apenas um (11%) respondeu positivamente por ter participado de alguma formação, de acordo com a demonstração do Gráfico 44. Ou seja, os outros oito jovens participantes nunca participaram de alguma formação relacionada ao turismo.

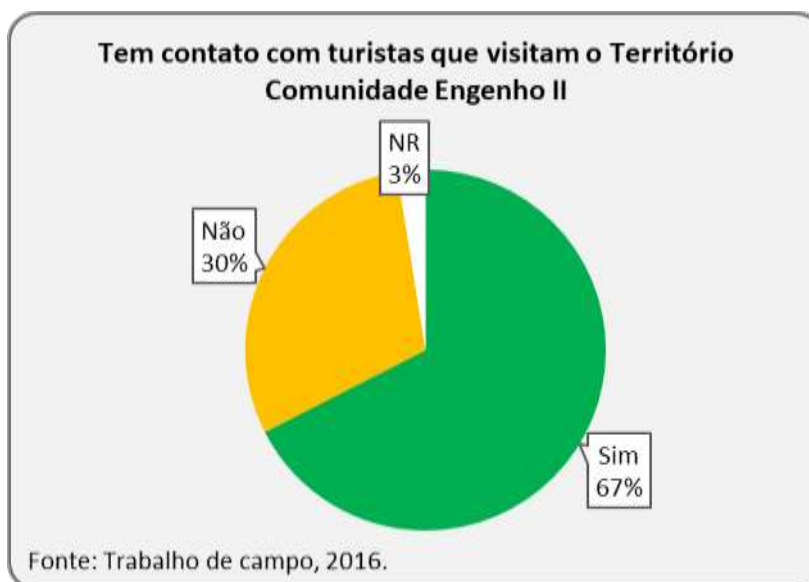
GRÁFICO 44 – FORMAÇÃO PARA O TURISMO – SACO

Devido à baixa incidência de formação para o turismo na Comunidade Saco, quando os dados são totalizados para as duas comunidades, tem-se que apenas 53% dos jovens já participaram de alguma formação, enquanto 47% não participaram. O Gráfico 45 exibe a situação destes, respectivamente, 26 e 23 jovens Kalunga.

GRÁFICO 45 – FORMAÇÃO PARA O TURISMO



Dentro da temática do turismo, o questionário também procurou saber dos jovens se eles possuem contato com turistas que visitam o Território. As respostas da Comunidade Engenho II, expostas no Gráfico 46, apontaram que 27 jovens têm contato com turistas (67%), 12 deles não tem contato (30%) e um participante (3%) não respondeu.

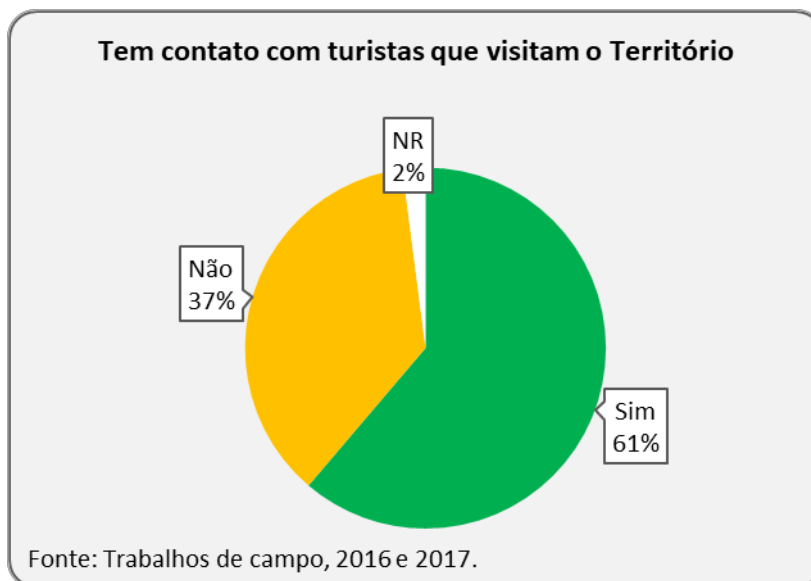
GRÁFICO 46 – CONTATO COM TURISTAS – ENGENHO II

No caso da Comunidade Saco, seis jovens, o que corresponde a 67% da amostra não tem contato com turistas, o que está demonstrado no Gráfico 47. Os outros três jovens afirmaram nos questionários que tem contato com turistas que visitam o Território Kalunga, o que corresponde a 33% dos jovens participantes da pesquisa na Comunidade Saco.

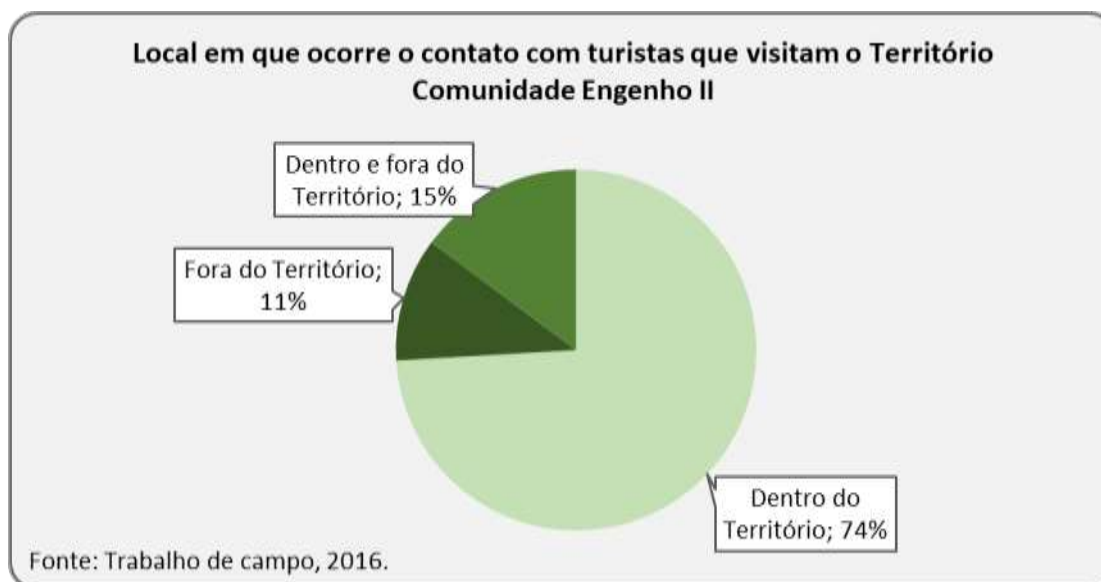
GRÁFICO 47 – CONTATO COM TURISTAS – SACO

No somatório dos dados da Comunidade Engenho II e da Comunidade Saco, tem-se 30 jovens, ou seja, 61%, tem contato com turistas. Ao passo que 18 jovens não fazem este contato, perfazendo 37% da amostra. Uma pessoa (2%) não respondeu. Estes dados estão exibidos no Gráfico 48.

GRÁFICO 48 – CONTATO COM TURISTAS



Os jovens da Comunidade Engenho II entram em contato com os turistas majoritariamente dentro do Território Kalunga, correspondendo a 74%, 11% afirmaram ter contato com turistas fora do Território e 15% informaram que o contato com turistas ocorre dentro e fora do Território. O Gráfico 49 ilustra as informações dadas por estes 23, três e quatro jovens, respectivamente.

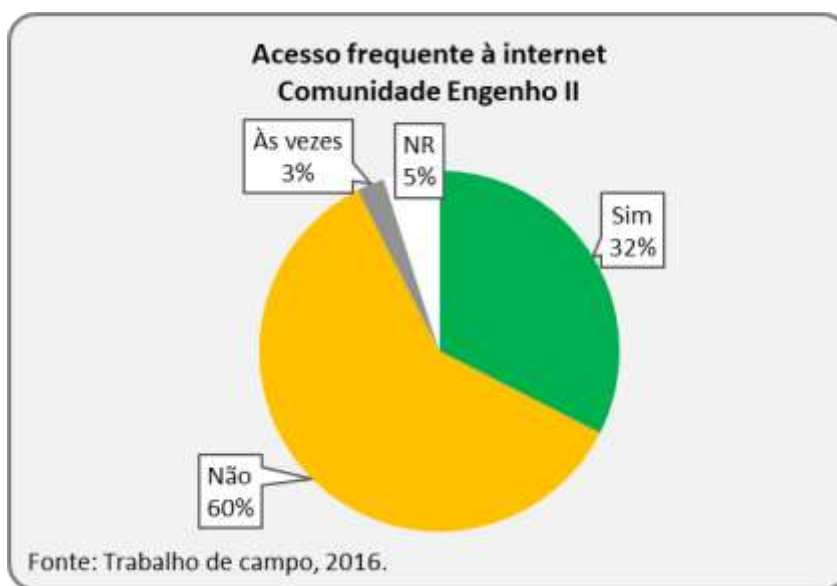
GRÁFICO 49 – LOCAL DE CONTATO COM TURISTAS – ENGENHO II

Os três jovens da Comunidade Saco que tem contato com turistas informaram que esta conexão ocorre dentro do Território. No somatório dos dados das comunidades, o Gráfico 50 exibe que 23 jovens têm contato dentro do Território (77%), três entram em contato fora do Território (10%) e quatro jovens estabelecem contato com turistas tanto dentro quanto fora do Território.

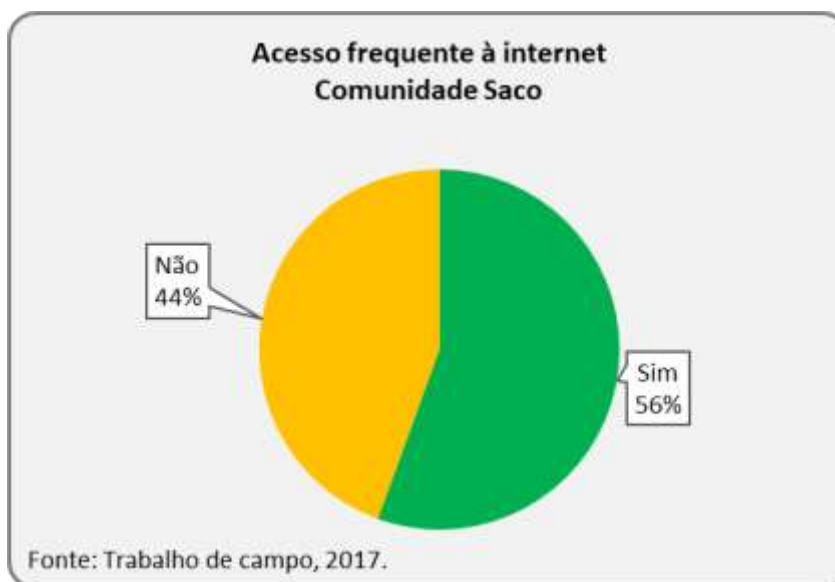
GRÁFICO 50 – LOCAL DE CONTATO COM TURISTAS

Por último, o questionário dedicou-se a saber se os jovens participantes têm acesso frequente à internet. O Gráfico 51 refere-se às respostas da Comunidade Engenho II, em que 13 jovens afirmaram ter acesso frequente (32%), enquanto 24 responderam negativamente (60%). Uma pessoa (3%) afirmou que às vezes tem acesso frequente e duas pessoas (5%) não responderam.

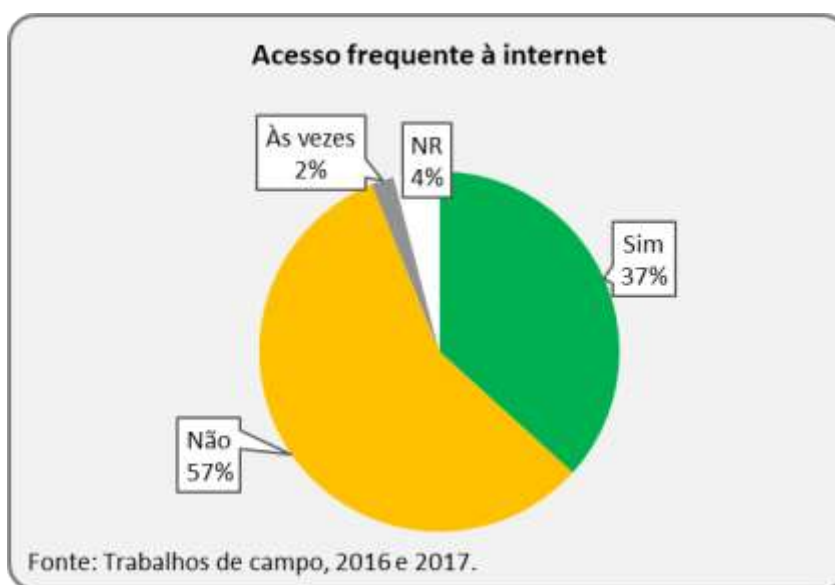
GRÁFICO 51 – ACESSO À INTERNET – ENGENHO II



Na Comunidade Saco cinco jovens (56%) tem acesso frequente à internet e quatro (44%) não tem, conforme demonstrado no Gráfico 52.

GRÁFICO 52 – ACESSO À INTERNET – SACO

O Gráfico 53 apresenta os dados das comunidades somados. Os números são: 18 jovens (37%) com acesso frequente à internet, 28 jovens sem acesso frequente (57%), um jovem que às vezes tem acesso frequente (2%) e dois jovens que não responderam (4%).

GRÁFICO 53 – ACESSO À INTERNET

6.2.2 Turistificação e exclusão no SHPCK

A mediação mais importante para lidar com a expansão do turismo por diferentes dimensões do cotidiano e em diferentes territórios – ao que parece cada vez mais improváveis, inclusive, é a educação. Isso porquê, seja a educação para o turismo, seja pelo turismo, sem que essa mediação traga este fenômeno social para a totalidade da concretude dos antagonismos de classe, ela opera uma naturalização destes antagonismos e contradições, legitimando e atualizando por meio da fusão com a narrativa da modernização de territórios, seja pela implementação de infraestruturas e tecnologias, seja pela geração de emprego e renda descolados da real situação destes empregos e renda, ou seja, suas determinações territoriais.

O número de educandas e educandos quilombolas é alto. Merece atenção o não emprego da Educação Quilombola, que é um direito destes sujeitos. A inserção de uma educação turística vinculada com a Educação Quilombola é um caminho possível para potencializar a reflexão e o tratamento desse fenômeno social sem romper com a cosmogonia peculiar desta população tradicional. Por isso as observações do Jorge, como prefere ser chamado, que é responsável pelas escolas dentro do território Kalunga são tão importantes.

A nossa regional de Campos Belos compõe as cidades de Monte Alegre, Divinópolis, Teresina e Cavalcante. As escolas Kalungas são cinco ao total e existem, se eu não me engano, mais doze extensões, tanto do Kalunga 1, que tem as extensões do lado de Cavalcante (Kalunga 1 é município de Cavalcante). E tem mais seis extensões, aqui do lado de monte Alegre. Nós temos o Kalunga 2 que tem três extensões, o Kalunga 4 tem uma extensão e o Kalunga 5 tem uma extensão. E nós temos na escola hoje no total do Kalunga 1 e 5 mais de seiscentos alunos já matriculados nessa região, nessas comunidades quilombolas.

O currículo é mínimo, é o que é exigido. Claro que existem as flexibilidades, mas o mínimo tem que ser aplicado. Eu acredito que o mínimo tem que ser adaptado às condições, à localidade. O currículo nosso, hoje, já vem estabelecido por bimestre. O primeiro bimestre aqui vai ser igual a Goiânia, a Anápolis ou outra cidade de Goiás. Então assim, o mínimo ele já é engessado, não tem como você flexibilizar o mínimo. O que a gente tenta fazer é adaptar nas condições da escola, pois o certo seria estar discutindo isso.

Os gráficos mostram que o número de jovens que teve contato com o turismo por meio da escola é próximo, percentualmente, nas duas comunidades. Todavia, o conteúdo do que foi passado diferencia-se. Em Saco, relatam direcionamentos para a sustentabilidade e o cuidado estético com o território. “Falamos sobre os pontos turísticos sustentáveis nas comunidades”.

“Sobre limpezas, para não jogar lixo nos rios e na escola etc.”. “Manter espaços limpos e ficar atento para proibir as depredações”; relatam jovens dessa comunidade.

Já em Engenho II o ecoturismo (ao que parece uma disciplina, pelo que dizem duas respostas) tem uma abordagem mais ampla. Quatro aspectos se destacam: a geração de renda, a maneira de lidar com os turistas e as cachoeiras como atrativos turísticos, nomeadamente a Santa Barbara, e o tratamento do lixo/conservação ambiental. “Foram apresentados como lidar com os turista e como eles devem ser tratados”; “Sobre o que é turismo. É a forma que se é conduzido de forma receptiva com os visitantes”; “Aula de ecoturismo onde falamos sobre o lixo nas estadas dos atrativos, a depredação do solo, pois aqui é arenoso se tirar plantas, pedras dos locais que passam podem até levar a erosões graves”; “Ir as cachoeiras”; “sobre a cachoeira Santa Barbara”; “o curso de guia”; “foi apresentado que o turismo traz renda para a comunidade”; são algumas das respostas em Engenho II.

A primeira coisa que chama atenção é o fato de que em Saco a redução (da percepção) do conteúdo leva a juventude a agir como monitores da garantia de condições de atratividade do território, não necessariamente a posturas de envolvimento nas atividades, como em Engenho II. Talvez essa redução se explique pela relação mais direta estabelecida com o turismo nesta comunidade, o que se verifica, ainda, na oferta de atividades de formação para trabalhar com turismo.

Em ambos os casos, no entanto, não olhar para o turismo como um fenômeno social multiescalar e multidimensional tem levado a não aproximação com seus preceitos básicos, e reposto exclusivamente a dimensão econômica, com o que se repõe, igualmente, a mediação do valor de troca, que termina por ordenar as posturas da juventude frente à vida.

Este é um assunto de Estado. A secretaria estadual de educação ao não se envolver com o tratamento de um tema central para o território (visto que os dividendos gerados com o pagamento da taxa de entrada na comunidade de Engenho II gera um percentual para a AQK que é revertido em ações para todas as comunidades do SHPCK) deixa de participar da elaboração e promoção de uma educação pelo/para o turismo com um conteúdo emancipatório. O posicionamento de classe do Estado há de ser (re)conhecido pelos sujeitos. As obrigações constitucionais não de ser cobradas pelos mesmos sujeitos munidos desse conhecimento.

Por exemplo, lá no Engenho 2 o turismo é muito forte. E a gente sempre conversa com os professores [*falando*] que podem estar inserindo, acrescentando dentro do currículo, dentro da matriz algo sobre o currículo. Então nós tínhamos uma disciplina que era turismo dentro do ensino médio, mas de acordo com algumas mudanças que tivemos na grade do ensino médio essa disciplina foi retirada. Mas a gente pretende que futuramente, com as discussões que haverão, a gente possa inserir novamente, principalmente onde há um acesso melhor para os turistas. O Engenho tem um acesso muito bom, é mais fácil, e muita gente de todo lugar do Brasil vai lá.

Não, a secretaria de educação com relação ao turismo, a gente não vê muito falar sobre essa discussão. Sobre essa questão do turismo a gente sabe que tem associação dos quilombolas. Eu acredito que eles devem estar discutindo, vendo a melhor forma para estar recebendo esses turistas e que seja uma coisa atrativa também. Agora sobre a secretaria de educação a gente não vê muita discussão sobre isso.

Os temas turísticos que mobilizam atenção nas aulas também encontram ressonância nas lideranças comunitárias. Para Damião, “Graças ao turismo todo mundo consegue comprar seu edredom, sua cama, sua televisão”. A realidade de empregabilidade da juventude em ambas as comunidades evidencia que nem todos estão inseridos nos ganhos econômicos do turismo. A distância não é o único elemento que determina esta participação, visto que mesmo em Engenho II onde 80% da juventude que respondeu o questionário reside em tempo integral no território, apenas 40% trabalham. É relevante que entre os que trabalham, 56,25% estejam empregados na CPTur. Todavia, 55% desta juventude não está empregada.

Para Sirilo, educação e turismo têm caminhado em conjunto, este impulsionando aquela, à medida que mantém a juventude no território e cria a demanda para que a educação formal seja fornecida dentro do SHPCK.

Na parte da educação melhorou bastante também, porque antes de ter o turismo aqui os jovens iam muito pra cidade pra estudar lá porque não tinha como sobreviver aqui, estudar e ganhar uns trocados aqui. Porque só trabalhar na roça não tem como ganhar dinheiro e aí estudavam até um certo tempo e aí tinham que parar e trabalhar na roça ou então tinha que sair pra fora. Hoje as pessoas trabalham na roça, estudam e ganham dinheiro aqui com o turismo. Até um certo tempo ninguém via menina aqui de 12 anos mais, porque iam tudo pra cidade trabalhar em troca de estudo. Lá elas estudavam, trabalhavam de doméstica pra ganhar só a escola, só o estudo, ganhavam roupa, calçado e poder estudar. Não tinha salário não. Hoje não, com o turismo aqui tem menina de 22 anos, 18, 20 anos, menina-moça aqui que nunca saiu pra estudar fora. Estão saindo agora pra fazer faculdade, né? Porque terminaram o ensino médio e aí está fazendo faculdade. Mas isso é graças ao turismo porque se não fosse o turismo estavam aí tudo pra cidade.

A educação formal tem um papel essencial na formação de sujeitos que estão passando por um processo de integração ao Estado, que ainda hoje é fortemente ausente. A possibilidade de formar sujeitos em diferentes disciplinas com um comprometimento de valorizar o quilombo, suas relações, suas culturas, seu tempo, se converte em mecanismos de autodeterminação territorial. É o que se depreende do relato de Vilmar, que em função de seu histórico educacional e aproximação com uma pedagogia emancipatória, se organizou com outras pessoas do quilombo para criar um comitê de ética do território que avalie as pesquisas desenvolvidas no SHPCK, exercendo, portanto, seu direito constitucional de autodeterminação territorial.

Meu nome é Vilmar Souza Costa. Tenho 35 anos, sou formado em licenciatura em educação no campo e estou fazendo especialização na UnB. Sou da comunidade Kalunga do Vão do Moleque. Vivi lá até meus 15 anos e aí vim pra cidade estudar e consegui terminar o ensino médio. E depois do ensino médio tive a oportunidade de ingressar nesse curso de licenciatura de educação do campo e me formei. E venho na luta participando das reuniões da associação tanto do quilombo kalunga quanto da KC. E na UnB o curso traz uma visão diferente pra gente, de valorizar a comunidade. Vivendo dentro da comunidade parece que a gente fica um pouco limitado. Por exemplo, lá na faculdade tivemos a oportunidade de estar buscando conhecer mais a nossa própria realidade enquanto comunidade. E por fim eu consegui aumentar minhas participações e em 2009 a gente criou um comitê gestor de educação no campo, que foi baseado numa experiência de um seminário que participamos no Mato Grosso - eu tive a oportunidade de ir e ficar cinco dias. Então ouvindo as falas e as experiências, ouvindo os colegas professores da região, achei por bem a gente trazer pro território kalunga um pouco disso. Aí eu reuni na época lá na universidade sete colegas: João, Belize, Vanderleia, Nuria, Ludmila, Reinaldo. E aí nós conversamos querendo criar o comitê gestor de educação no campo e foi daí que surgiu a ideia. Nós criamos e fizemos sete encontros e a UnB sempre nos apoiou através dos professores Rafael, Pasqueti, Molina, Jair. Então a gente fazia ação porque dentro do território não tinha nenhum apoio, e às vezes tinha gente solta, largada e precisando de um apoio.

Quem explica o papel e a importância do comitê é o próprio Vilmar.

Em Teresina a gente fez aquela reunião grande com presença de cinco universidades federais. O objetivo do comitê é acompanhar de perto o que está acontecendo dentro do território porque muitas pesquisas, assim como coloquei, ocorrem dentro do território, mas não levam em consideração nossas tradições. [Muitas pesquisas] levam informações passadas lá pra fora, tem um peso muito grande. E às vezes essa informação que tá indo lá pra Goiânia ou pra Brasília ou pra qualquer outro lugar do Brasil não é verdadeira pra comunidade. Então o que a gente quer é acompanhar o que realmente é ligado a comunidade. [Queremos] que a universidade que faz pesquisa e que está desenvolvendo projeto dentro da comunidade deixe alguma coisa pra comunidade como contrapartida. Contrapartida não é dinheiro, é um curso de formação pros professores, uma impressora pra uma escola, um armário, algumas coisas assim que às vezes nem está sendo usado. É esse tipo de contrapartida que nós queremos, é uma coisa

séria. E queremos que a comunidade seja mostrada, e que seja mostrada a verdade. É isso que a gente quer acompanhar. [Queremos] que o pesquisador que venha pro território procure as pessoas e não serei só eu, Vilmar, mas nós vamos sentar e analisar. Porque quem sabe o que é bom pra nós somos nós e não um pesquisador que vem de lá e diz que aqui vai ser feito "isso".

Emergem o papel das associações para o território. Reconhecer as funções de cada uma das associações facilita o diálogo, externo e interno. Quanto mais a juventude (re)conhece a importância e legitimidade das associações, maior o alcance das ações. Sirilo explica brevemente sobre a associação mãe (AQQ) e as filhas (municipais).

Vou começar pela associação do quilombo (AQQ). O papel dela é buscar harmonia, buscar recurso, né? Buscar recurso pro quilombo. Buscar os direitos, tanto faz na segurança como na educação e na saúde.

A municipal responde pela parte do que diz respeito ao município dentro do sítio histórico em busca de educação, saúde, segurança e também a harmonia, no sentido de manter o povo unido, bem como de manter as tradições.

As associações entram, organizadamente, na reivindicação por melhores infraestruturas para o território. E se a educação é importante, inclusive, para o turismo, cuidar da infraestrutura das escolas é prioritário. Mesmo porque, de acordo com Vilmar, a realidade das escolas do território é expressão da realidade do projeto educacional do Estado nacional, o que no campo é ainda mais marcante.

Tem escola nossa que nem cadeira tem, tem escola sucateada, tem escola como lá em Vão de Almas que a professora Josina que fez com dinheiro dela. Não sei se já pagaram, mas até pouco tempo atrás não tinha pago, mas disse que ia pagar. Ela fez do bolso dela porque não aguentava mais ver os meninos na chuva, no sol. Isso são coisas que acontecem aqui em Cavalcante.

Olhar para as infraestruturas convoca outro tema, os signos modernos/urbanos. Numa reflexão de 2008 (MELO, FOGAÇA, THOMAZ) já me chamava atenção a pouca visibilidade que as bioconstruções têm no cotidiano. De lá para cá, ações ministeriais buscaram potencializar esse tipo de construção, mas pouco se caminhou. Fogaça (2006) em sua dissertação de mestrado já indicava que a troca dos materiais utilizados nas construções por populações tradicionais tem um forte vínculo com os signos da modernização/urbanização, e que esta dinâmica é potencializada pelo turismo. Ocorre que as bioconstruções, para além do valor reduzido frente às construções de alvenaria, harmonizam-se melhor com o espaço rural e são atrativas em si para quem mora no urbano, motivo pelo qual estabelecem um interesse turístico.

As reformas e novas construções em Engenho II ocorrem num ritmo muito mais acelerado do que nas demais comunidades que visitei. Muito em função da dinâmica econômica estabelecida, certamente. E igualmente influenciadas pelo reconhecimento de que tais construções respondem melhor aos novos desejos estéticos da comunidade – a parte que pode pagar por isso. Vale registrar que as construções são inflacionadas pelas cobranças dos caminhões que levam os materiais para a comunidade.

O aparecimento de cercas e muros indica que esta estética constitui-se, pouco a pouco, de outras narrativas muito mais fortes nas cidades do que no campo. O que não quer dizer, de modo algum, que produtos e serviços tidos como urbanos não devam chegar aos territórios das Populações Tradicionais. Muito pelo contrário. Parabólicas, internet, telefones, luz, saneamento básico, asfalto (onde e se as comunidades julgarem pertinente), hospitais, escolas, teatros, cinemas, ginásios de esportes etc. são direitos constitucionais. Trata-se, isso sim, de desvincular produtos e serviços que garantem a dignidade com o ideário construído que conecta automática e indissociavelmente urbanização-modernização/desenvolvimento, como expus na primeira parte.

Ironicamente as bioconstruções, outrora marcas das territorializações de Populações Tradicionais, têm sido apropriadas por segmentos turísticos que cobram caro pela experiência de se hospedar em tais infraestruturas. Apostam nelas, também, por serem ambientalmente menos impactantes (MELO, FOGAÇA, THOMAZ, 2008). Por ser a dimensão ambiental fundante dos pressupostos e compromissos turísticos, cabem alguns apontamentos a respeito.

Atualmente o fluxo turístico tem como principal atração a cachoeira Santa Barbara. As Figuras 55, 56 e 57 revelam sua beleza. Não é à toa que a cachoeira Santa Bárbara é um dos destinos mais procurados por ecoturistas do Brasil e do exterior e tem no site de gerenciamento de destinos TripAdvisor conceito de excelência e empolgantes relatos. Uma das queixas, no entanto, é o exíguo tempo da experiência, restrito a uma hora para cada guia, que pode levar de 1 a 8 pessoas.

FIGURA 55: PRIMEIRO POÇO DA CACHOEIRA SANTA BÁRBARA.



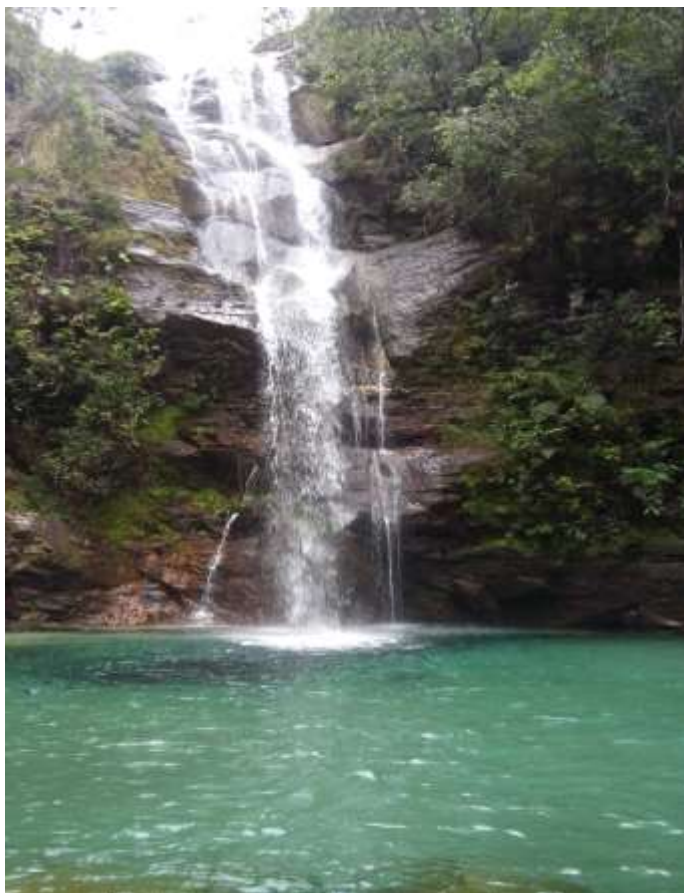
Fonte: Trabalho de campo Janeiro de 2016.

FIGURA 56: SEGUNDO POÇO DA CACHOEIRA SANTA BÁRBARA.



Fonte: Trabalho de campo Janeiro de 2016.

FIGURA 57: SEGUNDA QUEDA DA CACHOEIRA SANTA BÁRBARA.



Fonte: Trabalho de campo em janeiro de 2016.

Ocorre que a comunidade abriga outras cinco cachoeiras. Duas muito visitadas por quem vai até lá para conhecer a Santa Barbara, a Candaru (Figura 58) e a Capivara (Figuras 59, 60). Outras três, porém, quase nunca são anunciadas, a Bom Jesus (Figura 61), a Camundonga (Figura 62) e a Ave Maria (Figura 63). No tempo que passei acompanhando o trabalho no Posto de Informação Turística – PIT, onde se reúnem os guias/condutores para sorteio da ordem que serão realizadas as conduções, foram raras as vezes que se falou destas últimas três.

FIGURA 58: CACHOEIRA CANDARU.



Fonte: Trabalho de Campo em Setembro de 2017.

FIGURA 59: POÇO DE BANHO DA CACHOEIRA CAPIVARA.



Fonte: Trabalho de Campo em Setembro de 2017

FIGURA 60: CACHOEIRA CAPIVARA.



Fonte: Trabalho de Campo em Setembro de 2017.

FIGURA 61: CACHOEIRA CAMUNDANGA.



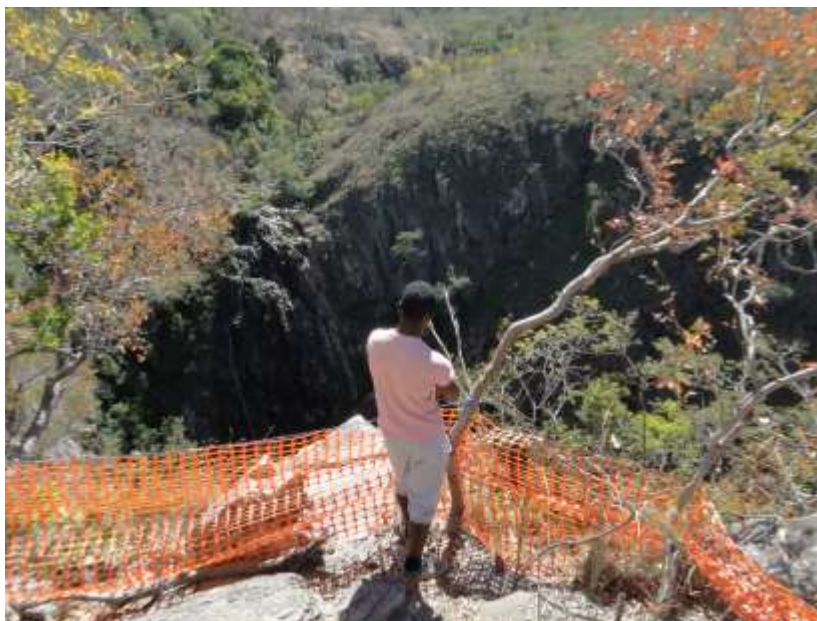
Fonte: Trabalho de Campo em Setembro de 2017

FIGURA 62: CACHOEIRA BOM JESUS.



Fonte: Trabalho de Campo em Setembro de 2017

FIGURA 63: CACHOEIRA AVE MARIA.



Fonte: Trabalho de Campo em Setembro de 2017

Apesar de não oferecerem outra beleza, que não a da imagem idílica e bastante utilizada na indústria do marketing da água azul de diferentes tonalidades (a depender da hora do dia e da época do ano, em função das chuvas), as demais, com exceção da Ave Maria (que até o momento

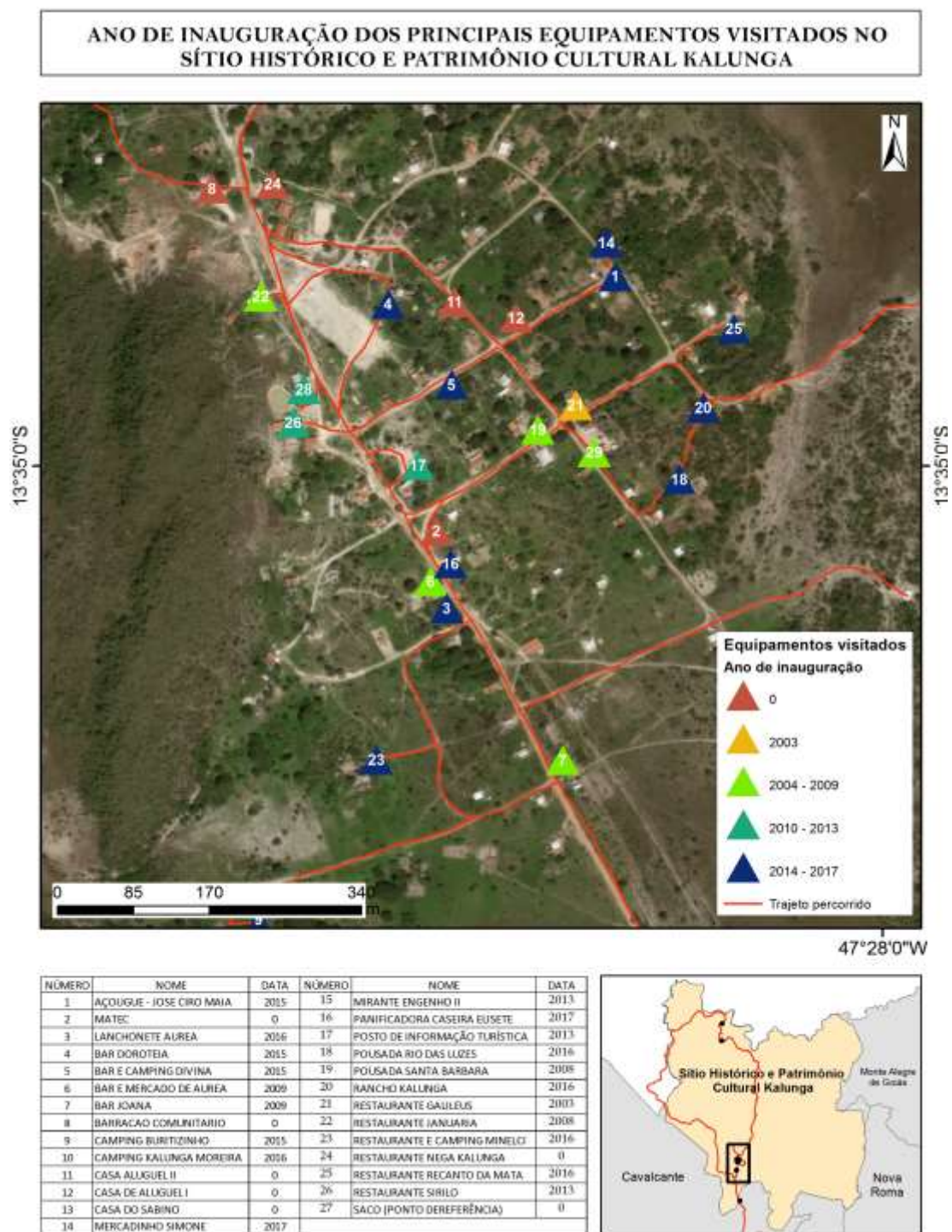
é apenas para contemplação), têm boas condições de balneabilidade e de momentos de descontração e interação com o ambiente.

Todavia, considero um mau caminho que a simples atratividade paisagística seja o nexo mediador da inserção do turismo no território Kalunga. Isso porque se a comunidade não tiver condições de compreender que esse turista que chega não precisa ser uma referência para sua organização, em nenhum aspecto, é razoável esperar que ocorra o que Silva (2001) detectou em Santa Catarina. Lourença e outros membros de Engenho II já relatam uma substancial mudança nas relações comunitárias depois do ingresso do turismo. As complicações vão desde as relações comerciais que se estabelecem, até a inflação de preços dos produtos comercializados dentro da Comunidade, como nos bares, na venda de gasolina por quem consegue estocar etc.

Obviamente existem inúmeros aspectos positivos com a geração de renda por meio do turismo. A construção de infraestruturas talvez seja o mais imediatamente percebido na paisagem. A Figura 64 mostra os equipamentos que compõem a CPTur na comunidade de Engenho e seu aumento significativo ao longo dos últimos anos. Hoje a comunidade tem 6 restaurantes e mais 6 equipamentos de restauro que atendem os turistas. Isso sem contar os equipamentos que se apresentam exclusivamente como meios de hospedagem, mas que também servem refeições.

Outras infraestruturas e produtos também atraem os olhares de turistas, como as que representam a cultura local (Figuras 65, 66, 67), valorizam as lideranças (Figuras 68, 69), e, inclusive, inserem o SHPCK no circuito internacional das imagens turísticas (Figuras 70, 71, 72).

FIGURA 64: ESPACIALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS POR ANO DE INAUGURAÇÃO.



Fonte: TM World Borders, 2017; IBGE, 2013. Organização Melo, 2018. Elaboração cartográfica Póssas,

FIGURA 65: PAREDE COM REPRESENTAÇÃO DE CENAS DO COTIDIANO NO SHPCK.



Fonte: Trabalho de Campo em Setembro de 2017.

FIGURA 66: ARTESANATOS E PRODUTOS KALUNGA NO PONTO DE VENDA.



Fonte: Trabalho de Campo em Setembro de 2017.

FIGURA 67: ARTESANATO COM REFERÊNCIAS À CULTURA KALUNGA.



Fonte: Trabalho de Campo em Setembro de 2017.

FIGURA 68: DESENHO DE DUAS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS.



Fonte: Trabalho de Campo em Setembro de 2017

FIGURA 69: DESENHO DE TRÊS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS.



Fonte: Trabalho de Campo em Setembro de 2017.

FIGURA 70: PINTURA INSPIRADA NO PINTOR ROMERO BRITO NO SHPCK.



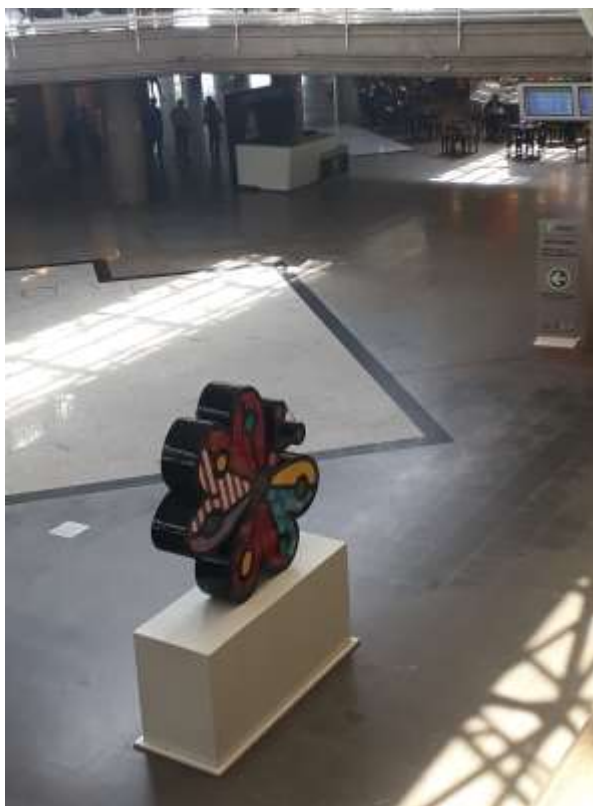
Fonte: Trabalho de Campo em Setembro de 2017

FIGURA 71: MONUMENTO INSPIRADO NO PINTOR ROMERO BRITO EM BERLIM, ALEMANHA.



Fonte: Acervo pessoal de Ferreira, 2015.

FIGURA 72: MONUMENTO INSPIRADO NO PINTOR ROMERO BRITO NO AEROPORTO DE BRASÍLIA.



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

A dinâmica econômica turística impulsiona uma série de transformações e entrelaçamentos. Não se perder em meio aos dados mais visíveis que coadunam com as narrativas hegemônicas é o desafio posto. Os conflitos se consubstanciam e revelam nas práticas cotidianas. As compras de galinhas, verduras, legumes etc. que abastecem os restaurantes, bem como a própria indicação destes para turistas (que reservam sua refeição na ida para as cachoeiras por R\$ 35,00 para comerem a vontade) que fica a cargo dos guias, reforça laços parentais ou de amizade e acaba criando disputas. Os relatos de que se torna cada vez mais difícil encontrar ajuda para a lida na roça, pois agora todos querem, ao menos, uma diária equivalente à dos guias, ou seja, R\$70,00, indica que há um estranhamento nas relações, via uma mediação econômica.

Por não haver uma grande estrutura de hospedagem, quem não tem como construir infraestrutura própria, adapta sua casa. O uso de infraestruturas construídas pelo Estado para fins turísticos é um dos pontos de divergência na comunidade. Não gera grandes conflitos, mas divide opiniões.

Alojamento pra turista aqui nós também ainda estamos precários, ainda não tem locais adequados. Mas ainda estamos começando, até porque o turismo está começando a desenvolver agora aqui. Tá chegando bastante, mas a gente ainda não está também com recurso suficiente e o que ganha do turismo por enquanto é pra sobreviver. Projeto a gente ainda não tem, a associação ainda não correu atrás de um projeto que possa ter um recurso grande pelo Ministério do Turismo pra fazer uma boa pousada, uma ou umas pra melhorar o acampamento aqui. A associação é fraca, não tem recurso financeiro. Esse dinheirinho que entra aí do turismo está dando pras "demandinhas" internas da associação e da comunidade, mas pra fazer uma aplicação grande ainda não dá. E o sonho nosso mesmo é de conseguir um recurso que seja pra uma coisa bem equipada, diversificada

O aumento no número e na melhora das infraestruturas têm dois traços marcantes. Estão fortemente concentradas na comunidade de Engenho II e estabelecem relação direta com a permanência do turista no território. Outras infraestruturas, que inclusive facilitariam o acesso de turistas a outras localidades, têm padecido com o descaso do Estado, como diz Sirilo.

Precisa muito de melhorias pras estradas. Eu já começo logo pelas estradas... O turista reclama muito, quebra muito carro. É claro que a estrada não é boa. Pelos atrativos que nós temos aqui e pela distância daqui pra cidade, na verdade a estrada teria que ser melhor.

A condição das estradas, como se confere nas Figuras 73 e 74, dificulta a circulação. Por isso, outras vozes e lideranças da comunidade concordam com Sirilo, como a Lourença e o Leonor.

As estradas também estão péssimas, precárias. Antes parece que a estrada era melhor. E água agora eles vão arrumar com esse dinheiro que entra da comunidade, vai arrumar a água pra nós aqui. Agora a energia não tem jeito, pois tem que ser a Celg mesmo e isso aí a gente não dá jeito. Tem que ser o governo mesmo que tem que melhorar... E falta muita energia aqui para nós! E parece que eles não tem boa vontade de quando faltar o pessoal da Celg vir arrumar. Parece que fazem descaso, pois a gente liga e eles não vem arrumar a energia para nós quando falta, mas é assim mesmo, vivendo está bom... (LOURENÇA).

Infelizmente eu sou a oposição do prefeito e nessa gestão a gente não conseguiu praticamente fazer nada lá na região. Até tem uma emendas que nós corremos atrás para fazer pontes no território, na comunidade Vão do Moleque... Consegui uma emenda com o deputado Pedro Chaves, que tem sempre ajudado, é um deputado federal que teve essa emenda de 265mil reais, mas que está travada porque o prefeito não está dando importância porque fomos nós, vereador, que conseguimos através do deputado. Então é complicada essa situação. Nesta gestão praticamente não conseguimos fazer nada lá para a comunidade porque quem executa é o prefeito, não é o vereador (LEONOR).

FIGURA 73: ESTRADAS NAS COMUNIDADES DE MONTE ALEGRE DE GOIÁS.



Fonte: Campo 2015 – Comunidades de Monte Alegre

FIGURA 74: ESTRADAS NAS COMUNIDADES DE MONTE ALEGRE



Fonte: Campo 2015 – Comunidades de Monte Alegre.

FIGURA 75: MADEIRA COMPRADA PARA INFRAESTRUTURA SE DETERIORANDO PELO NÃO USO



Fonte: Trabalho de Campo 2015 – comunidades de Monte Alegre.

As madeiras compradas para construção de uma ponte em uma comunidade na região de Monte Alegre de Goiás dão a exata medida do mau uso do dinheiro público: de um lado o gasto realizado que apodrece, do outro a falta de investimentos capazes de começar e finalizar obras em tempo hábil. Esse descompromisso do Estado em cumprir com suas funções constitucionais, também impacta os sujeitos no que se refere ao lixo.

Não melhorou [*a infraestrutura*], né? Porque eu acho assim: com o desenvolvimento vem mais lixo que antes não tinha. Esse desenvolvimento tem hoje, mas [*antes*] também não tinha lixo, você andava por aí e não via lixo. Hoje por onde você anda você vê sacolinha, vê garrafa pet, vê coisas descartáveis que usam e jogam. Nem todos tem consciência de juntar o lixo. E a prefeitura também não coleta, dizem que era pra coletar uma vez por semana e às vezes

está vindo uma vez por mês. Aí colocaram as lixeiras, a associação colocou as lixeiras. O pessoal amontoa o lixo lá e aí cachorro esparrama o lixo, a prefeitura não vem pegar... (LOURENÇA)

Até quero falar sobre o lixo aqui também, pois a gente se preocupa muito com o lixo aqui na comunidade. A gente junta, vai juntando o lixo, mas às vezes demora o caminhão vir buscar. Era pra vir duas vezes por semana e às vezes leva 15 dias, um mês sem vir. A gente tem que cobrar pra vir buscar e quando vem buscar já espalhou tudo, tá tudo espalhado na rua e aí tem que tornar a juntar o lixo. A associação conseguiu umas lixeiras e colocou em alguns lugares, mas foi pouca, ainda não é o suficiente. [Quanto a] isso a gente fica bastante decepcionado quando vê o lixo espalhado na rua, pois não é por que a gente quer, é porque a gente tem dificuldade em transportar ele daqui pra cidade, que é onde tem o lixão. Aqui na comunidade nós ainda não temos um lugar pra depósito de lixo porque pra todo lado escoa pra cachoeira. Os lugares que tem pra colocar lixo, cai tudo pras cachoeiras e nós não queremos isso (SIRILO).

A falta de água, luz e saneamento completam o quadro de violação de Direitos Humanos que emoldura o crescente fluxo de turistas no SHPCK. As visitas estão desarticuladas do enfrentamento destas violações, quando me parece que a tática mais interessante era exatamente a oposta, vincular o crescimento das atividades no território com os compromissos tanto da CPTur, da qual entendo que o Estado é componente, como dito na segunda parte, como do Estado particularmente. As Figuras 76 e 77 revelam o cotidiano sem serviços fundamentais.

A gente tem como objetivo arrumar a água, melhorar o saneamento daqui [Engenho II], fazer alguns banheiros públicos. Isto foi o que o público decidiu. Terminadas estas obras a gente vai fazer assembleia de novo e o pessoal vai decidir o que é pra fazer com o dinheiro que entra” (DAMIÃO).

O território kalunga é um território grande e você deve ter ouvido falar que são 260 mil hectares e ocupa área desses três municípios: Teresina, Cavalcante e Monte alegre, sendo em Cavalcante a maior parte, em torno de 184 mil hectares, depois vem Monte Alegre e depois vem Teresina. Então assim, a parte do município de Cavalcante hoje ainda se encontra mais de 90% sem energia elétrica, sem água encanada. Não temos política pública no território ou temos muito pouca. Mas assim a gente tá lutando.” (VILMAR).

Outra questão: banheiro. Nós não temos banheiro. Só pra você ter uma noção que é: a comunidade do Vão do Moleque que tem mais de 400 famílias e não tem banheiro. Você tem que ir pro mato, todo mundo vai pro mato fazer necessidades. Isso é pra você imaginar porque o que acontece é isso, está desta forma e eu estou colocando só o Vão do Moleque com o tanto de família que tem. Tá chovendo? Tem que ir pro mato. Você entendeu? Isso aí é assim: o território do quilombo kalunga é o maior território do Brasil e está a 320 km de Brasília. Eu acho que é uma coisa que o governo tinha que olhar mais ainda, pois uma ação dentro do território kalunga seria necessária. Eu fico imaginando assim: se nós aqui a 320 km está desse jeito quem está lá longe no Maranhão, como está? (VILMAR).

FIGURA 76: LOUÇAS SENDO LAVADAS EM ÁGUA CORRENTE POR FALTA DE INFRAESTRUTURA I



Fonte: Trabalho de Campo 2016 – Comunidades de Cavalcante.

FIGURA 77: LOUÇAS SENDO LAVADAS EM ÁGUA CORRENTE POR FALTA DE INFRAESTRUTURA II



Fonte: Trabalho de Campo 2016 – Comunidades de Cavalcante.

As condições infraestruturais foram a principal causa de desagrado no cotidiano vivido no SHPCK juventude. Deixar de lado motivações como a falta de trabalho, que parece, no caso de Saco, estabelecer um forte vínculo com a vontade de sair do território, seria um equívoco. No

entanto, julgo que estão intimamente relacionadas. Para que não seja preciso que os jovens saiam por esses motivos, o presidente da AQK conta qual o sonho coletivo das comunidades do SHPCK.

O sonho nosso é que a comunidade não viva de cesta básica, nós queremos trabalhar e ter nossos próprios alimentos sem precisar de trazer as coisas de fora. Nós precisamos das cestas? Precisamos, mas é porque nós não temos as ferramentas, nós precisamos de apoio na agricultura familiar. O camarada vai pra roça, mas sem nenhum acompanhamento técnico, mas o dia que a gente tiver isso seremos felizes, assim como quando a gente tiver escola, escola técnica, posto de saúde, água encanada. Quando tivermos tudo isso estaremos bem realizados e vamos lutar pra isso (VILMAR).

A realidade imposta aos sujeitos na ausência do Estado sublinha o projeto de sociedade que trata os espaços rurais como reserva de valor para a reprodução ampliada do capital. A juventude kalunga se mostra resistente e em sua maioria pretende continuar no território. A comunicação, em seu conteúdo e formato, é a dimensão capaz de integrar as diferentes comunidades do SHPCK, para que o sonho de se autodeterminar seja garantido pelo Estado.

Uma ferramenta que hoje seria muito importante dentro do território seria uma rádio comunitária. Se nós tivéssemos uma rádio comunitária abrangendo o território seria ótimo, pois através dela estaríamos informando e recebendo informação também de dentro do território. Assim seria fácil você fazer hoje uma reunião lá no Vão de Almas ou em Monte Alegre no Riachão, fazendo um chamado via rádio pois as pessoas gostam de rádio, assistem rádio. A gente poderia usar a rádio pra falar que tal dia vai ter uma reunião com o MDA ou com a Universidade pra tratar disso ou daquilo. Ou pra avisar que vai ter vacinação, que o pessoal vai estar em tais ou em tais pontos. Seria uma coisa muito importante. Hoje temos muitas áreas isoladas, o território kalunga tem áreas isoladas (VILMAR).

Nós precisamos da rádio comunitária, precisamos de acesso aos meios de comunicação, não só à rádio comunitária, mas hoje tem celular e poderia ter sinal de celular no território todo e não tem sinal em todo o território, mas precisa (VILMAR).

A falta de comunicação dificulta que se compartilhem e se construam coletivamente sonhos. E dificulta também o diálogo sobre os rebatimentos da legitimação do sujeito referencial da modernidade com os quais estes sujeitos se enfrentarem fora do SHPCK. E aqui duas dimensões se cruzam quase que antagonicamente na comunidade de Engenho II, comunicação e religião. Ao passo que cresce o número de convertidos e monopoliza o único meio de comunicação de massa que atinge toda a comunidade (Figura 78), a igreja Assembleia de Deus costura, como mostrado na primeira parte da pesquisa, uma narrativa na qual a diversidade existencial é negada e cujos rebatimentos para a população negra, como quilombolas, são

sentidos imediatamente. O crescimento de convertidos, segundo o pastor, é acelerado. Por isso, sem parar com os cultos, durante o ano de 2017 se construiu ao redor do antigo templo, um maior (Figura 79). A infraestrutura ao redor do tempo é igualmente é chamativa. Ampla e cercada, faz desse modelo de construção o símbolo da prosperidade que a própria igreja advoga em sua teologia.

FIGURA 78: IGREJA COM MEGAFONE EM DESTAQUE.



Fonte: Trabalho de campo em janeiro de 2016.

FIGURA 79: AMPLIAÇÃO DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS EM ENGENHO II.



Fonte: Trabalho de Campo 2017.

FIGURA 80: VISTA GERAL DO TERRENO DA CASA DO PASTOR, DA CANTINA PARA OS FIEIS E DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS.



Fonte: Trabalho de campo em janeiro de 2016.

Segundo o pastor, o megafone alcança um raio de quatro quilômetros e é por onde ele transmite toda tarde seu programa religioso. É dizer, é a única ferramenta de comunicação massiva comunitária utilizada para evangelizar os moradores. E isso já tem desdobramentos no território. Há relatos de que um dos senhores responsáveis pelo festejo da Comunidade adoeceu e ficou de cama. Seu filho, agora evangélico, teria dito ao pai que ele estava adoecido e de cama porque insiste em lidar com coisas pecaminosas (no caso, o tradicional festejo da Comunidade), que é preciso que ele se converta à Assembleia de Deus.

Esse caso não tira qualquer sombra de dúvidas sobre os apontamentos da primeira parte da pesquisa? É possível pensar numa educação e numa transformação social emancipatórias constituídas a partir de uma adesão pela fé, que fica suscetível a mudar de posição diante de discursos mais enérgicos e convincentes (além de toda a estrutura da qual se vale, como é o caso da Assembleia de Deus em Engenho II, que ocupa o terreno com a construção padronizada com uma estética exógena ao território, o que não deixa de ser ao mesmo tempo símbolo de poder – construir no território é caro, pois demanda fretes das lojas de construção – e marca de diferenciação social)?

Isso não quer dizer que antes de problematizar sobre as religiões em geral, suas explicações transcendentais, que se adaptam muito bem com o discurso multiculturalista liberal, não seja preciso garantir o exercício pleno e em condições de igualdades de todas as expressões religiosas. Ocorre, como dito no segundo capítulo e comprovado pelo relato dos Kalunga, que as religiões não ocupam o mesmo lugar na sociedade.

Eu não sou contra nenhuma religião, mas a gente percebe que essa questão religiosa dentro do território, assim como a nossa questão cultural estão fragmentando e eu não sei até que ponto isso é bom pra comunidade kalunga. A gente percebe que há muitos interesses religiosos dentro do território. Eu não sou contra quem é crente ou quem não é, mas a nossa cultura hoje ela é católica. Nós temos nosso costume de festas de reis, Santo Antônio, Nossa Senhora d'Abadia, Nossa Senhora das Neves, São Sebastião... Isso tudo é nossa cultura, faz parte do que nós gostamos de fazer... Promessas, fazer novena... Tudo isso nós fazemos dentro do território e nós somos felizes. Eu não tenho nada contra religião, mas até que ponto é boa essa entrada de uma nova religião dentro do território? Como vai ser o conflito? Isso que nós queremos ver, o que vai ser feito. A gente pensa no melhor pra comunidade, que a nossa cultura seja mantida, pois ela é histórica, centenária e nós a queremos porque ela é nossa, é nossa cultura (VILMAR).

O crescimento dessa igreja na comunidade ainda é restrito entre os jovens. Dos 40 que responderam o questionário, apenas 3 se dizem evangélicos. No entanto, o público da igreja, segundo os próprios moradores, tem aumentado. Já em Saco não há convertidos.

Um desejo está posto para ambas as comunidades: a vontade de parte da juventude viver fora do território. Bem como o fato de que no Engenho II já há parte desta população residindo em outras localidades. Ao sair, se deparam com a crueldade derivada dessa universalização do sujeito referencial e a negação da diversidade existencial. Apostar numa educação que reflita a diversidade existencial e prepare os sujeitos para lidar com e interferir na crescente narrativa de intolerância que os atinge de modo cumulativo.

Eu acho que deveria ser mais discutido [o conteúdo de História da África e do negro], mas não só os sobre quilombolas, os Kalungas, mas também as comunidades ribeirinhas, os indígenas... Então assim, eu acho que poderia ser mais discutido pra gente pensar numa proposta melhor pra essas comunidades porque a gente sabe da realidade deles... O acesso aqui é complicado, então teria que se repensar um pouco essa questão, discutir mais o assunto (JORGE).

E os jovens também quando vinham pra cidade deparavam muito com a questão do racismo e do preconceito. E a gente percebia que nossos professores, assim como nós mesmos, estavam/estávamos muito despreparados pra estar lidando com isso e até preparando nossos jovens pra quando vir pra cidade grande saber lidar com essa questão que a gente sabe que existe. Agora há pouco, três dias atrás, uma jovem nossa foi espancada ali no zero hora pelo dono do zero hora. Ele espancou ela bastante e queria matar ela com revólver por causa de preconceito e racismo. Isso tudo é coisa que a gente tem que saber lidar (VILMAR).

Que o turismo seja visto como uma benção de Deus (Figura 81), parece desdobramento de séculos de sincretismo. Que Deus seja visto com naturalidade, dentro do SHPCK, como articulador da desumanização de sujeitos que há séculos se reproduzem socialmente e interagem harmoniosamente com o berço das águas, me soa como o tipo de alienação perversa que necessariamente deriva do multiculturalismo liberal do qual se alimenta a narrativa turística hegemônica.

Eu quero fazer uma consideração. Agradecer primeiramente a Deus por estar nos dando essas oportunidades, por ter nos dado essa oportunidade do turismo ter chegado aqui e há de dar certo tanto pra nós quanto pras futuras gerações. E que não seja só pra nós, mas pra todas as comunidades aqui, que (o turismo) chegue nas outras comunidades também, porque eles também precisam do desenvolvimento lá (SIRILO)

FIGURA 81: CAIXA D'ÁGUA COM REFERÊNCIA À DEUS E AO TURISMO.



Fonte: Trabalho de campo em janeiro de 2016.

A cosmovisão desta população tem mudado. O que merece registro é um debate sem relativismos é a forma abrupta e por vezes intolerante que se processa. Não são sujeitos mumificados e apartados do tempo histórico. Todavia, têm premissas e garantias legais à sua autodeterminação territorial. Assim porque não me parece, como quer Mota (2016), que esteja se forjando um protestantismo Kalunga no SHPCK. Antes, está se processando a inserção sistematizada, e não espontânea e gradual, de uma narrativa que é contrária aos objetivos coletivos do SHPCK, notadamente por sua condição de população tradicional e negra. Se a abertura de templos fosse submetida à votação geral, pois interessa ao coletivo, e esclarecidos os

termos dessa teologia da prosperidade capitalista que sustenta tais igrejas, há indícios, nas entrevistas com as lideranças, de que não seria aceita.

Essa intromissão num território que dispõe de preceitos legais para sua autodeterminação conta com a fragilidade na comunicação geral entre as comunidades, bem como uma fragilidade que acomete todos os sujeitos colocados em situação de vulnerabilidade, como explica Pochmamm⁴⁶. Ao converter a tradição em pecado, em marca do atraso, e a aceitação dessa teologia como o meio para alcançar a felicidade pessoal e o desenvolvimento coletivo, essa narrativa não faz outra coisa se não atualizar o espírito do capitalismo, inclusive evocando seu sujeito referencial, como mostrei a partir dos projetos apoiados pela bancada evangélica.

A modernização vendida por todos os meios e em todos os lugares se impõe como a verdade da vida, como o sentido único da existência. E o ônus desse desenvolvimento modernizante passa a ser relativizado e negociado. E o Brasil tem vendido a sua versão peculiar dessa história para o mundo. Fabrini e Marcos (2010) já evidenciaram isso para o caso cubano. Na sequência mostro essa relação a partir de Moçambique.

⁴⁶ Na palestra já citada.

7 COOPERAÇÃO SUL-SUL ENTRE BRASIL E MOÇAMBIQUE: DA (IN)SEGURANÇA TERRITORIAL À ALTERIDADE CONSTRUÍDA PELA SOBERANIA POPULAR⁴⁷

A cooperação Sul-Sul é a modalidade de cooperação técnica que busca inverter a lógica Norte-Sul, na qual os países ditos desenvolvidos auxiliam os demais países a atingirem o tão propalado desenvolvimento. Os países do hemisfério Sul passam a colaborar entre si, reconhecendo os diferentes patamares de desenvolvimento. O objetivo principal é descentralizar as ações para que os países se desenvolvam sem depender exclusivamente da cooperação Norte-Sul, notadamente pautada na exploração. A cooperação Sul-Sul esteve na pauta central da política externa brasileira na virada do século 21 (UNFPA, 2017).

As relações bilaterais entre Brasil e Moçambique atualmente estão assentadas nos termos da referida cooperação. Após a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo ocorre uma série de direcionamentos da política brasileira em relação à África. Nota-se uma mudança na postura do Itamaraty para com os países daquele continente por meio de um crescimento significativo no orçamento destinado a cooperação.

Os dados da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), analisados por Barriviera (2016) demonstram que no período de 2000 a 2014, houve a ampliação da execução financeira de 807 milhões de reais em 2000 para 5 bilhões em 2014. O auge das execuções financeiras foi em 2010, quando atingiu o montante de 19,5 bilhões. No que se refere aos projetos e atividades isoladas, para o mesmo período, as ações saltam de 4 em 2000 para 161 em 2014, tendo também o pico de 253 em 2010, coincidindo com o auge do montante de execução financeira.

Neste contexto a política externa do governo Lula foi marcada pelo estreitamento das relações ‘terceiro-mundistas’ (cooperação Sul-Sul), mas claro, sem romper relações com os países do Norte. Em nível institucional, durante o mandato do presidente Lula – que visitou a África diversas vezes – criou-se três divisões dentro do Itamaraty para tratar destes assuntos, junto a criação de vários postos diplomáticos em países da região e até mesmo, em alguns casos, houve perdão de dívidas destes (LECHINI, 2008; ROSSI, 2015; VISENTINI, 2013).

A agricultura é a principal modalidade pela qual o Brasil coopera. Utilizando os dados da ABC, Abreu (2013) mostra como a maior parte da cooperação brasileira é destinada a

⁴⁷ Uma versão das ideias expostas nesse capítulo foi aceita para publicação na revista da Anpege em coautoria com OLIVEIRA, A.R. e BARBOSA JUNIOR, R. C. (2018).

agricultura, que conta com 19% de seu orçamento total. Ao verificar a parte do orçamento destinado especificamente a cooperação Sul-Sul Brasil-África, Barriviera (2016) demonstra que esse percentual é ainda maior com 33,35%. Todavia, dentre este amplo termo ‘agricultura’, há uma diversidade de ações que tem sido desempenhada que vão desde transferência tecnológica em parcerias público-privadas até a formulação de políticas públicas ancoradas nos pressupostos da segurança alimentar como o Programa Mundial de Alimentação – Moçambique (PMA) e o Programa de Aquisição de Alimentos África (PAA África), como demonstrado por Milhorange (2013).

Por meio da cooperação internacional centralmente consubstanciada no setor primário, o Brasil está ‘exportando’, um modelo ancorado nas contradições internas representadas nas relações entre o agronegócio e o campesinato que remete a disputa entre modelos distintos de desenvolvimento para o campo brasileiro. Como salienta Costa Vaz (2015), existem ‘dimensões duais’ da política agrícola brasileira em sua projeção na cooperação agrícola dentro do seu projeto de internacionalização em desenvolvimento, a qual Milhorange (2013), que também reconhece essa dualidade, aborda como a transferência de ‘inovação’ na agricultura e políticas públicas alimentares respectivamente.

A relação entre os dois modelos agrícolas de desenvolvimento no processo de cooperação agrícola é muitas vezes tão estreita que se torna de difícil distinção. Um exemplo disso pode ser observado no caso do PAA África em Moçambique, considerando que “essa iniciativa foi ainda associada à melhoria da infraestrutura de transporte (rodovias no Corredor de Nacala)” (MILHORANCE, 2013, p. 16). Um outro ponto que corrobora essa argumentação é a centralidade que se deu a transferência de inovação para a Embrapa Moçambique, aquela que teve primazia em desenvolver a soja adaptada ao ácido solo do Cerrado, convertendo-o na grande fronteira internacional de *commodities* agrícolas (MAGALHÃES, 2008). É importante lembrar que a pesquisa pública foi essencial neste processo no Cerrado brasileiro da mesma forma que está sendo no Savana moçambicana.

Neste contexto, as relações bilaterais entre Brasil e Moçambique se intensificaram sobremaneira nas últimas décadas nos termos da cooperação Sul-Sul, ainda que tais relações remontem ao século passado, antes mesmo dos países do Sul pensarem nesta cooperação. Moçambique foi um dos principais destinatários das ações da política internacional do Brasil no

continente africano, visando respaldar o papel do país como ator político e diplomático, mas também econômico, via internacionalização de empresas brasileiras (CALMON, 2012). Um dos fatores que explica isso é o fato de Moçambique ser um país lusófono, não só da proximidade linguística, que retoma a identidade e cultura comum, mas também pelas similaridades destes países resultantes de ter sido colonizado pela mesma metrópole. Dentro do estreitamento de laços com o continente africano houve um segundo recorte de intensificação das relações com os ‘PALOPS’, isto é, os países africanos de língua portuguesa como a Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné Equatorial (VISENTINI, 2013).

Como consequência imediata deste conjunto de iniciativas, o Brasil se constitui atualmente numa das principais referências de desenvolvimento para o Estado e parte da população moçambicana. Interroga-se qual o sentido último, bem como as implicações no processo de consolidação, desse modelo de desenvolvimento. Esse questionamento baliza uma agenda de pesquisa, que será sumariamente apresentada neste texto, em alguns aspectos que consideramos centrais e primordiais.

Tal agenda circunscrita ao projeto de pesquisa e cooperação internacional coordenado e executado no âmbito da Universidade Federal de Goiás, Brasil e da Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique. O projeto intitulado ‘Sementes crioulas, quintais agroecológicos e cooperação popular: troca de saberes e experiências de economia criativa do cerrado brasileiro e das savanas em Inhambane/Moçambique’⁴⁸ consagra alguns dos objetivos da cooperação Sul-Sul.

Em função deste projeto algumas missões de investigação foram realizadas, tanto por pesquisadores brasileiros em terras moçambicanas, quanto o inverso. Pesquisas de graduação, mestrado e doutorado têm sido estruturadas. Dentre essas missões, destacam-se o estágio de doutoramento (com duração de quatro meses) e a missão científica (com duração de 15 dias) realizados por dois autores do presente texto. Essas incursões empíricas em Moçambique, permitiram a compreensão de alguns eixos de reflexão para a discussão proposta, tendo como centralidade dois aspectos: i) o turismo, e especificamente o turismo rural, tem sido apresentado no discurso público e privado, brasileiro e moçambicano, como possibilidade de emprego e renda, e ganha importância em investimentos; e ii) a reafirmação do Brasil como ‘porta-voz’ de um modelo de desenvolvimento ancorado nos mesmos ditames imperialistas, historicamente

⁴⁸ Edital: CAPES/AULP/049/2014.

consagrados na relação Norte-Sul, ou seja, o protagonismo do Estado brasileiro tem sido propagado na perspectiva imperialista (ou sub-imperialista) de permitir às empresas brasileiras a territorialização e ampliação da acumulação em territórios africanos, a exemplo de Moçambique.

Os artigos do Código Mundial de Ética do Turismo (CMET) guardam aproximações com os objetivos da cooperação Sul-Sul. Aceitando que o CMET é, ou deveria ser, o substrato teórico-conceitual para a cadeia produtiva do turismo, refletir sobre as potencialidades do turismo como componente de fortalecimento de territórios implica problematizar os efeitos das ações do Brasil em Moçambique, para compreender se os termos da cooperação Sul-Sul e do CMET têm sido considerados. Deste modo, a transposição de um modelo de desenvolvimento brasileiro consubstanciado na produção de *commodities* minerais e agrícolas, ao invés de impulsionar e fortalecer a cadeia produtiva do turismo, pode acarretar efeitos deletérios, sobretudo, nos territórios das populações camponesas que estão sendo fortemente impactados pelas alterações nas paisagens naturais convertidas em monoculturas agrícolas e/ou ‘montanhas’ de rejeitos produzidas pela mineração. Territórios da diversidade e da vida, são transformados em territórios homogêneos e objetos de múltiplas formas de espoliação.

O objetivo deste texto é apresentar a aproximação de questões que subsidiem um entendimento do Turismo como fenômeno social, rompendo com as leituras economicistas e apriorísticas hegemonicamente apresentadas, ao mesmo tempo em que permite pensá-lo como elemento da autodeterminação territorial das comunidades, o que inverte a lógica mercantilista da turistificação de territórios, modos de vida, bens comuns, monumentos etc., mesmo sob o argumento corriqueiramente utilizado de geração de emprego e renda.

Estudar o turismo como um fenômeno social prescinde do desvelamento e assimilação de sua multiescalaridade e multidimensionalidade. Para não incorrer em abstrações generalizantes que pouco auxiliariam nas análises acerca das ações do Brasil em Moçambique, toma-se como parâmetro a soberania popular, premissa Constitucional brasileira e noção conceitual amplamente utilizada por movimentos sociais, notadamente os ligados à Via Campesina. A utilização desse referencial teórico-prático possibilita problematizar o conceito de desenvolvimento em curso no Brasil e exportado para Moçambique. De forma mais precisa, questiona-se o projeto de país brasileiro em curso, que tem sido apresentado como modelo para a sociedade moçambicana, entendendo que seus principais determinantes, como o conceito de desenvolvimento que

compõem a metanarrativa capitalista contemporânea, são antagônicos aos interesses da maior parte das populações desses dois países.

A revisão bibliográfica, dados e informações de origem secundária e empírica (fotografias, entrevistas, questionários e observações *in loco*) oriundos de pesquisa de campo nos dois países, embasam as análises ora apresentadas.

O texto está estruturado em três partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte são apresentados os pressupostos teórico-metodológicos da questão do desenvolvimento e os seus desdobramentos para as populações que compõem a classe trabalhadora no Brasil, e a partir deste embasamento, na segunda parte, são demonstradas as armadilhas inerentes a transposição do modelo de desenvolvimento propagado no Brasil para Moçambique. Na terceira, são delineados os desafios para a construção de diferentes formas de resistências e a agenda propositiva para o turismo respaldada na soberania popular.

7.1 FAZER É DIFÍCIL. DESENVOLVIMENTO E A (IN)SEGURANÇA TERRITORIAL DOS SUJEITOS NO BRASIL

A *soberania popular* é prerrogativa Constitucional no Brasil (Art. 14 da CF de 1988). Não obstante, é cotidianamente afrontada. Aprofundar sobre as dinâmicas que criam as condições de harmonização social (FROMM, 1947) que permitem a não consecução desse poder soberano fugiria do escopo da proposta em tela. Assim, partiremos das evidências de que os interesses populares têm sido sistematicamente vilipendiados, consubstanciados no entendimento dos movimentos sociais organizados na Via Campesina de que a soberania popular é garantida por organização e emancipação social, como se confere no site desta organização.

A mobilização em busca da emancipação social logrou importantes avanços no Brasil, notadamente a partir de 2003, quando movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores e outras formas de organização da sociedade civil conquistaram maior espaço na disputa pelas ações do Estado. Conquanto os governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (2003 a 2016) tenham se estruturado sob a égide da conciliação de classes, com alguma distribuição de renda e implementação de políticas sociais, tais governos protagonizaram conquistas sociais e econômicas que colocaram o país em destaque no cenário internacional.

Os mercados institucionais de compras da produção camponesa (a exemplo do PAA⁴⁹ e PNAE⁵⁰), a valorização do poder de compra do salário mínimo, a retirada de milhões de pessoas da miséria, a retirada do país do Mapa da Fome das Nações Unidas (MDS, 2014), a ampliação e qualificação do sistema educacional, com destaque para o ensino técnico e superior público, são algumas das ações governamentais que explicam o reconhecimento internacional. Todavia, estas ações se conformaram tendo como a contrapartida os ganhos recordes de bancos privados, de empresas do agronegócio, bem como do fortalecimento de partidos políticos e setores da mídia hegemônica historicamente decisivos nos rumos do país, entre outros.

Tais concessões aos menos favorecidos não só foram insuficientes do ponto de vista da equalização social entre as classes, leia-se distribuição de renda e terra que possibilitasse a transformação estrutural da sociedade brasileira, como terminaram por desagradar os setores que saíram fortalecidos e articularam a ruptura democrática que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, dando lugar ao governo de Michel Temer. A correlação de forças que já era desfavorável perdeu o seu condão popular. Os retrocessos são exponenciais, frutos de exigências da agenda econômica e social dos grupos que se articularam para barrar o que viam como transformações sociais que inviabilizavam ou comprometiam a consolidação de um projeto neoliberal de desenvolvimento nacional.

A crise estrutural que passou a assolar o mundo no período pós-2008, reestruturou profundamente a ordem econômica mundial, e os países importadores das *commodities*, principalmente a China, arrefeceram a sua capacidade produtiva, e por conseguinte, colocaram em xeque o modelo conciliatório vigente no Brasil. Já não era mais possível oferecer vultuosos recursos financeiros para setores hegemônicos do capital – como as corporações do agronegócio – e a manutenção de políticas sociais de cunho territorial, como por exemplo a demarcação de

⁴⁹ Criado no ano de 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é amparado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho do mesmo ano e possui como finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção (BRASIL, 2015).

⁵⁰ O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um dos programas mais antigos que o governo brasileiro dispõe sobre alimentação escolar e de Segurança Alimentar Nutricional (SAN), com criação em 1955. É considerado um dos mais abrangentes do mundo no que diz respeito ao atendimento escolar e alimentação saudável Com a [Lei nº 11.947, de 16/6/2009](#), 30% do valor repassado PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades (BRASIL, 2012).

Territórios Quilombolas e Terras Indígenas. Estes que tanto incomodavam setores do agronegócio brasileiro, representados pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).⁵¹

A FPA se constitui como um dos flancos de atuação das corporações do agronegócio no Brasil. Conforme Fernandes (2008), o agronegócio caracteriza a atual dinâmica do capitalismo no campo brasileiro, se manifestando pelo seu caráter hegemônico na condução da agricultura, em contraposição ao modelo de desenvolvimento pautado na agricultura familiar ou camponesa: “[...] a diferença estrutural desses modelos são as classes sociais que produzem diferentes relações e territórios” (FERNANDES, 2017 não paginado).

O papel do agronegócio nesse imbróglio político-partidário pode ser visualizado, entre muitas outras coisas, pelas delações premiadas dos irmãos Batista, donos da J&F, grupo que capitaneou o maior esquema de corrupção já descoberto no país, que conta, comprovadamente, com compra de congressistas, influência nas operações da Polícia Federal, coação de funcionários públicos, dentre outras práticas nada republicanas, conforme pode ser verificado em inúmeros veículos da mídia nacional, entre elas os jornais ‘O Globo’, ‘Estadão’, ‘Folha de São Paulo’, ‘El País Brasil’, ‘Brasil de Fato’, ‘Carta Capital’, ‘Repórter Brasil’, dentre outros.

A JBS,⁵² empresa do grupo J&F,⁵³ é hoje a maior produtora de proteína animal do mundo conforme pode ser evidenciado no *Atlas da Carne*, publicado em 2016.⁵⁴ Com destacada relevância internacional foi parar na berlinda por ter tido práticas insalubres denunciadas em investigação da Polícia Federal, em operação designada como ‘Carne Fraca.’⁵⁵ Esse caso é emblemático por muitas razões, das quais sobressai o fato de que uma de suas marcas mais famosas, a Friboi, era vendida como sinônimo de qualidade, tendo como garoto propaganda de suas campanhas publicitárias um dos atores mais prestigiados do maior grupo midiático do país,

⁵¹ Segundo dados de sua página oficial em 2016, era composta por 198 deputados (38,6% do total) e 22 senadores (27,2% do total) (FPA, 2017).

⁵² Sigla oriunda do nome do seu fundador, José Batista Sobrinho.

⁵³ É o nome da *holding* que controla o Grupo JBS. Segundo consta o “J” é uma alusão ao primeiro nome – José - do fundador do grupo e “F” é uma alusão ao primeiro nome de sua esposa: Flora.

⁵⁴ “O maior processador global de carne hoje em dia também é uma empresa brasileira, a JBS/Friboi, e isto corresponde à política de desenvolvimento do governo. Por meio de sua estratégia dos ‘campeões nacionais’, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) concedeu créditos e investimentos diretos no valor de mais de R\$ 12 bilhões à JBS e atualmente detém 24,6% das suas ações [...]” (FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL, 2016).

que tem empenhado grandes esforços para propagandear o agronegócio como a síntese da modernidade e do desenvolvimento brasileiro.

Caso ao agronegócio fosse imputada somente a chancela de corruptor do Estado nacional, seria o caso de comparar com outros segmentos da sociedade nesse quesito. Ocorre, porém, que o agronegócio responde por feitos ainda mais comprometedores, como por exemplo a submissão da vida humana a inúmeros riscos, em função do uso indiscriminado de veneno na agricultura. Para Folgado (2016), o agronegócio é o principal agente do estado de exceção no qual vive o país, isso a partir do uso de agrotóxicos altamente contaminantes, muitos dos quais proibidos em outros países.

Diversas pesquisas têm demonstrado os efeitos negativos do agronegócio para a vida humana e para o conjunto da natureza, das quais se destacam o livro organizado por Sousa e Folgado (2016) e os relatórios organizados por Canuto, Luz e Andrade (2016) e por Carneiro et al. (2015). Para elucidar esse caráter perverso, senão bárbaro que ilustra a outra face da modernidade do agronegócio, basta avaliar os dados sobre a escalada da violência no campo no ano em 2017: “[...] referente à face mais trágica da questão agrária brasileira, o ano 2017 já entrou para a história. Não bastasse o alarme criado com os dados de 2016, os assassinatos de lideranças rurais, camponeses e índios tendem a bater recordes. Até 24 de maio de 2017 foram assassinadas 37 pessoas [...]” (MITIDIERO JÚNIOR, 2017, s/p.).

Desconsiderando todas as comprovações do seu entrelaçamento com os níveis da barbárie social que assola o país, e que tem crescido após a ruptura democrática (RBA, 2017), o agronegócio se vende e é vendido como a ‘vitrine’ do desenvolvimento nacional. Confundindo propositalmente agricultura empresarial (agronegócio) com agricultura camponesa, o discurso hegemônico nega as contradições de distintos projetos para a sociedade e o campo brasileiro. O principal grupo midiático nacional veicula atualmente uma campanha publicitária⁵⁶ que assevera que ‘Agro é tech; Agro é pop; Agro é tudo’ (CASTILHO, 2017, s/p.). As belas imagens e o serviço de desinformação cotidiano da mídia hegemônica se somam para consolidar esse mito.

⁵⁵ Maiores detalhes da operação podem ser obtidos no sítio eletrônico da Polícia Federal brasileira: <<http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2017/03/pf-desarticula-esquema-criminoso-envolvendo-agentes-publicos-e-empresarios>>. Acesso em 14 de julho de 2017.

⁵⁶ Neste *link* <<https://www.youtube.com/watch?v=VENm5PbXhZ0>> é possível verificar a centralidade da campanha publicitária da Rede Globo de Televisão para positivar a imagem do agronegócio brasileiro. Acesso em 14 de julho de 2017.

A despeito da alta inversão de recursos públicos (BARBOSA JR, COCA, 2015) o agronegócio utiliza práticas explicitamente desumanas em seu processo produtivo, que ficam escamoteadas nessa publicidade ufanista, que de patriótica e verdadeira pouco tem. A utilização de trabalho análogo à escravidão (CANUTO, LUZ, ANDRADE, 2016) o intenso uso de agrotóxicos com as altas taxas de contaminação dos bens comuns, como a águas, solos, subsolos, ar e, inclusive, o leite materno (CARNEIRO et al., 2015) são evidências incontestes da necessidade de redirecionamento dessas inversões e de uma inspeção mais eficaz por parte do Estado.

Assim, argumentamos que o agronegócio não é a síntese da modernidade, mas sim a síntese dos interesses do capital transnacional para a sociedade brasileira. A mineração, empreendimentos hidrelétricos e megaeventos são outros grandes componentes das ações multifacetadas desses interesses no Brasil e no mundo (JENNINGS et al., 2014; LAUERMAN; DAVIDSON, 2013; MENDONÇA, 2004; ZUCARELLI, 2015). A agenda capitaneada pelo Brasil no continente africano coloca o país como vetor dos interesses das corporações internacionais que vêm na produção/extração de *commodities* um mecanismo de reprodução ampliada do capital. É um projeto que não possui compromisso com a vida e a sustentabilidade, como dizem as propagandas do agronegócio brasileiro.

É imprescindível compreender que na etapa atual da acumulação capitalista, a produção de *commodities* de origem agrícola e mineral tem se territorializado na América Latina e na África em busca das potencialidades oferecidas pelos recursos naturais que compõem os seus territórios. Harvey (2004) apoiado em Luxemburgo (1968) desenvolve o conceito de acumulação por espoliação para explicar os dois processos que estariam ‘organicamente vinculados’: i) a obtenção da mais-valia pela alienação dos camponeses e trabalhadores dos meios de produção e ii) as relações entre os capitalistas e os modos de produção não-capitalistas, que começam a surgir no cenário internacional. Para a reprodução ampliada do capital, na escala internacional, as estratégias utilizadas podem ganhar múltiplas características que perpassam a fraude, a opressão, a pilhagem etc.

Por um lado, as sucessivas crises do capital internacional, notadamente a última que se estende desde 2008, por outro lado, as crises alimentares e energéticas têm desencadeado uma ‘corrida desenfreada’ por territórios, onde haja abundância de terras para o cultivo de alimentos e

formas alternativas de energia (BORRAS JR; FRANCO, 2012; SAUER; LEITE, 2012). Observa-se assim que a territorialização do capital no espaço agrário tem se constituído em importante estratégia para permitir a manutenção da reprodução ampliada, e por conseguinte, a recuperação econômica de corporações internacionais, que pela diversificação dos seus capitais, tem estendido os seus tentáculos no desenvolvimento do agronegócio em países da América Latina, Caribe e África Subsaariana (CLEMENTS; FERNANDES, 2013).

No momento histórico em que os Direitos Humanos se consagram como importante baliza para evitar uma série de crimes e barbaridades cometidas no passado, no Brasil segmentos inteiros da sociedade pagam o preço de não serem ‘sujeitos do desenvolvimento.’ As populações tradicionais (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2015) e o campesinato (CANUTO; LUZ; ANDRADE, 2016), particularmente, pagam o preço com seus territórios e suas vidas por serem enxergados pelo agronegócio como obstáculos ao desenvolvimento nacional. Olhar para as disputas territoriais permite vislumbrar de modo mais contundente a perversidade do conteúdo deste ‘desenvolvimento.’

Se, por um lado, a expropriação territorial e exploração dos sujeitos que vivem no campo é característica comum da dinâmica de reprodução do capitalismo, segundo Harvey (2011), por outro, é de se esperar que o Estado, entendido justamente como mediador dos conflitos de classe (SANTOS, 2006), aja para, no mínimo, conter o avanço da barbárie; o que não ocorre no Brasil. E sem garantir segurança territorial para os diversos sujeitos, o Estado inviabiliza suas existências (MELO, 2016), confirmando a tese de Lênin (2007) sobre a função do Estado burguês.

Reconhecendo as complexidades e especificidades da reprodução capitalista em cada país, fica evidente, em todo caso, que falar de desenvolvimento nacional desconsiderando as (sobre)determinações das dinâmicas dessa reprodução é um equívoco. As implicações resultantes para pensar o turismo como componente territorial que confirma ou nega esse projeto de desenvolvimento modernizante, portanto, prescindem de uma reflexão sobre essas determinações, para que se possa considerar a autodeterminação territorial parâmetro para tal diálogo. Esta, por sua vez, é condição para construir e manter a emancipação social e a soberania popular.

Desta feita, até que ponto as ações do Brasil em Moçambique contribuem para que as populações tenham seu direito ao território assegurado, em consonância com o que indicam os

termos da cooperação Sul-Sul e do Código Mundial de Ética do Turismo? Falar em (in)segurança territorial é fundamental, sobretudo, quando estão em tela, por um lado, um dos maiores países do globo com mais de 200 milhões de habitantes e uma das mais altas taxas de concentração de terra e renda, e, por outro, um país cuja população é essencialmente rural e uma forma de ocupação apartada de grandes projetos de urbanização e infraestrutura.

O território é condição para a vida e para a conservação dos bens comuns. Assegurar, formal e precariamente, a vida sem assegurar a capacidade de autodeterminação territorial dos sujeitos desagua, impreterivelmente, em violência, em suas múltiplas dimensões.

7.2 FALAR É FÁCIL. UM PROJETO COM CORES NEOCOLONIAIS PARA MOÇAMBIQUE

Partimos da premissa que no âmago da cooperação Sul-Sul estabelecida entre Brasil e Moçambique está presente uma complexa rede de atuação neocolonialista. Neste sentido, concordamos com Fernandes (2013) que reitera a força explicativa do conceito de imperialismo. Harvey (2004) demonstrou que os países com excedentes de capital procuram cada vez mais regiões mundiais com escassez de capital para investimentos. E para fazer circular (bem como ampliar a acumulação) deste capital com maior agilidade foi preciso conectar os governos com as corporações e criar agências multilaterais como a Organização Mundial do Comércio para agilizar a circulação. Estas sempre foram características do imperialismo que somadas ao poderio militar colonizaram e dominam vários países. Todavia, hoje esse processo ocorre pelo mercado e circulação da produção, o que fez surgir uma nova geopolítica, que Amin (2012), tem chamado no imperialismo contemporâneo, e Pfrimer e Barbosa Jr (2017), de neo-agro-colonialismo, da mesma forma que Moyo, Yeros e Jha (2012) apontam em seus estudos ao pesquisar a corrida imperialista para a África para uso dos seus recursos como a terra.

Aceitando que propósito do Estado brasileiro em Moçambique é o de consolidar os termos da cooperação Sul-Sul, bem como de que os pesquisadores preocupados com o turismo tomam como referência o Código Mundial de Ética do Turismo (OMT, 1999), torna-se relevante pautar alguns aspectos centrais para a compreensão dos efeitos da transposição do modelo de desenvolvimento brasileiro para Moçambique.

O Brasil busca relação econômica com Moçambique desde o período em que aquele país se afirma como nação independente em 1975. Contudo, essa presença se intensifica sobremaneira no início do século 21 com a ascensão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, conforme pode ser constatado na extensa pesquisa jornalística realizada por Rossi (2015). Os documentos utilizados pela autora demonstram que é possível falar de um projeto de país, pois os objetivos pouco variaram de lá para cá, mesmo durante os governos petistas, ao contrário do que era de se esperar, dado seu apelo popular. Lula, inclusive, usou sua influência para facilitar acordos cujas experiências brasileiras apontavam que seriam prejudiciais para a população moçambicana, como são os casos da operação da mineradora Vale, cujos crimes ambientais e sociais no Brasil são internacionalmente conhecidos,⁵⁷ e do Programa de Cooperação Tripartite para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical de Moçambique – ProSavana, cujo modelo foi inspirado no Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – Prodecer, que teve resultados negativos para as populações e os bens comuns daquele bioma (PESSÔA, 1988).

Tanto as ações da Vale quanto do ProSavana são destinadas à região do Corredor de Nacala, que abrange três províncias (Niassa, Nampula e Zambézia) ao norte Moçambique e também atravessa o Sul do vizinho país do Malawi (vide Figura 01). Conforme o estudo de Frei (2017), o projeto Corredor de Nacala, compreende duas grandes frentes logísticas concatenadas: a ramal portuária (no Oceano Índico) e a ramal ferroviária, que visa integrar e escoar as explorações minerárias da Vale, bem como da modernização agrícola desencadeada pelo ProSavana. Assim, é emblemático analisar os desdobramentos para as comunidades que residem nestes territórios, bem como para o conjunto da população moçambicana.

Na página oficial moçambicana do ProSavana (2015 não paginado) lê-se que uma de suas missões é “melhorar e modernizar a agricultura com vista a um aumento da produtividade e produção, e diversificação da produção agrícola.” Com isso dois aspectos ficam latentes: o primeiro é que existe uma confiança de que o modelo exportado pelo Brasil é moderno; e o segundo é que com ele é possível diversificar a produção. Entendendo que o agronegócio é o modelo exportado, parece incoerente pensar em modernização, tendo em vista seus

⁵⁷ O blog das atingidas e atingidos pela Vale é um esforço de centralizar denúncias e notícias das ações da empresa em diversos países. Muitas matérias são republicadas a partir de fontes internacionais. Vide <<https://atingidospelavale.wordpress.com/>>. Acesso em 14 de julho de 2017.

desdobramentos no Brasil, dentre os quais está, inclusive, a diminuição da diversidade produtiva, uma vez que desterritorializa quem efetivamente produz comida.

Em um sentido geral, buscou-se implementar na Savana africana um modelo de desenvolvimento agrícola do agronegócio que se baseia em uma integrada matriz logística, pesquisa pública e outros arranjos jurídicos-institucionais que visam dar condições para a implementação da monocultura agroexportadora. Este projeto baseia-se em grande medida na experiência do Cerrado brasileiro, que passou recentemente pelo mesmo curso tornando-se um complexo estratégico do agronegócio (PFRIMER; BARBOSA JR, 2016). Em termos de programa o que ocorre naquele país toma forma a partir do Prodecer que contou também com a presença do Japão. O projeto de apoio técnico para o desenvolvimento da inovação agrícola em Moçambique se estruturou em 2010, e contou com a Embrapa e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e também com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) (JICA; ABC; GOVERNMENT OF MOZAMBIQUE, 2009; MOURÃO, 2011), dessa forma tratou-se de uma cooperação trilateral.

Será que em Moçambique as relações materiais e imateriais se consolidarão como no Brasil? É uma indagação legítima e relevante, já que em tese o Estado moçambicano foi estruturado em bases socialistas desde a sua independência em 1975. Cabe avaliar se este Estado tem se precavido para que as práticas consolidadas no Brasil não se manifestem naquele país, tais como o aumento da concentração fundiária, a expropriação de camponeses, a territorialização dos monocultivos, a degradação ambiental etc. Acompanhar as (re)ações que se efetivam no Corredor de Nacala, dada sua importância estratégica dentro da parceria bilateral entre os dois países, permite encontrar elementos que suportem tal avaliação.

Para operacionalizar a mina de Moatize I, a Vale investiu numa linha férrea no Corredor de Nacala que liga a região oeste, onde se situa a mina, à região leste, onde está localizado o porto de Nacala, que é utilizado para escoar os minérios para os principais mercados consumidores do mundo (vide Figura 82). De acordo com a licitação ganha pela empresa, ela investirá oito bilhões de dólares no empreendimento (VALE, 2017). E a questão é como ou até que ponto esse investimento e os lucros gerados a partir dele compensam (ou chegam) às comunidades atingidas.

FIGURA 82: CORREDOR DE NACALA.

Fonte: UNAC e GRAIN (2015).

O que dizem os sujeitos impactados pelas ações no Corredor de Nacala? Em 2013 uma carta aberta aos presidentes dos três países que operacionalizam o ProSavana expôs o posicionamento das populações que ali residem. Não obstante, as pesquisas científicas demonstrarem a subjugação dos interesses populares nacionais às (sobre)determinações da reprodução ampliada do capital (FREI, 2017), é fundamental dar ressonância às reivindicações/denúncias que têm sido protagonizadas pela sociedade organizada em Moçambique. Para o autor, para além da consistência teórico-metodológica, dar visibilidade à essas ações é manter o compromisso ético-político com os sujeitos envolvidos no processo de pesquisa. As comunidades afetadas pela expropriação e/ou espoliação do trabalho, precisam ser ouvidas e não invisibilizadas conforme os interesses das corporações internacionais. Na carta supramencionada, define-se um entrelaçamento entre os objetivos do ProSavana com o discurso e as práticas do Estado moçambicano.

A estratégia de entrada e implementação do ProSavana assenta-se e fundamenta-se na necessidade, justificadamente, prioritária de combate à pobreza e no imperativo nacional e humano de promoção do desenvolvimento económico, social e cultural do nosso País.

Aliás, estes têm sido os principais argumentos usados pelo Governo de Moçambique para justificar a sua opção pela política de atracção de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e conseqüente implantação de

grandes investimentos de mineração, hidrocarbonetos, plantações de monoculturas florestais e agronegócios destinados a produção de commodities (VIOMUNDO, 2013 não paginado).

O discurso de combate a fome foi usado no passado no Brasil como registra Pessoa (1988) e volta a ser usado, conforme pode ser observado nas campanhas publicitárias do agronegócio anteriormente mencionadas. Nada de novo. A própria população moçambicana reconhece a importância da premência do combate à fome e à miséria, mas com a garantia da soberania popular. Conforme vimos, não foi o agronegócio o responsável pela retirada do Brasil do mapa da fome, mas sim as políticas públicas de cunho social, como o Programa Bolsa Família, o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Alimentação e Escolar e a valorização real do salário mínimo. Também não é o agronegócio que garante a oferta de alimentos na mesa dos brasileiros, como pode ser evidenciado nos dados obtidos pelo Censo Agropecuário do IBGE de 2006, e reiterado na minuciosa análise comparativa da responsabilidade produtiva do agronegócio e da agricultura camponesa no Brasil, empreendida por Mitidiero Júnior, Barbosa e Héric de Sá (2017).

Atentos às ameaças representadas por este modelo produtivo de desenvolvimento do campo, as comunidades organizadas salientam na carta:

Nós, camponeses e camponesas, famílias das comunidades do Corredor de Nacala, organizações religiosas e da sociedade civil moçambicanas, reconhecendo a importância e urgência do combate à miséria e da promoção do desenvolvimento soberano e sustentado, julgamos oportuno e crucial expressar as nossas preocupações e propostas em relação ao Programa ProSavana (VIOMUNDO, 2013, s/p.).

Coincidentemente um dos motivos centrais que geram preocupação nos moçambicanos são os mesmos que a nós brasileiros: a falta de regulação por parte do Estado. Na verdade, observa-se em Moçambique o mesmo desenho institucional estabelecido no Brasil para viabilizar e operacionalizar o Prodecer. Da mesma forma como no Brasil o Prodecer redefiniu o papel da agricultura brasileira (e suas corporações) na geopolítica internacional de produção de commodities (INOCÊNCIO, 2010), o ProSavana tem sido estruturado para territorializar em Moçambique as corporações do agronegócio e suprir as demandas de matérias-primas dos países importadores como Japão e China (este último já presente no país com extensas fazendas de produção de arroz, conforme foi observado na Missão Científica realizada em 2016).

Depois de vários debates ao nível das comunidades dos Distritos abrangidos por este programa, com autoridades governamentais

moçambicanas, representações diplomáticas do Brasil e Japão e suas respectivas agências de cooperação internacional (Agência Brasileira de Cooperação-ABC e Agência de Cooperação Internacional do Japão-JICA), constatamos haver muitas discrepâncias e contradição nas insuficientes informações e documentos disponíveis, indícios e evidências que confirmam a existência de vícios de concepção do programa; irregularidades no suposto processo de consulta e participação pública; sérias e iminentes ameaças de usurpação de terras dos camponeses e remoção forçada das comunidades das áreas que ocupam actualmente (VIOMUNDO, 2013, s/p.).

Depois de relembrar seu passado de luta armada pela libertação nacional, a população relembra ao seu então presidente quem produz a comida do país, bem como a importância da autodeterminação territorial para a reprodução social daquela nação.

Senhor Presidente Guebuza, mais de 80% da população moçambicana tem na agricultura familiar o seu meio de vivência, respondendo pela produção de mais de 90% da alimentação do País.⁵⁸

O ProSavana constitui um instrumento para criação de condições ótimas para entrada no País de corporações transnacionais, as quais irão, inevitavelmente, alienar a autonomia das famílias camponesas e desestruturar os sistemas de produção camponesa, podendo provocar o surgimento de famílias sem terra e aumento da insegurança alimentar, ou seja, a perda das maiores conquistas da nossa Independência Nacional (VIOMUNDO, 2013, s/p.).

A população moçambicana, representada pelas entidades e movimentos sociais que assinam a carta, demonstram plena convicção de que ignorar o uso de práticas já conhecidas no Brasil acarretará desfecho similar. Ter em tela os conflitos territoriais é salutar porque, além de tudo, convoca os envolvidos a considerarem questões que têm sido amplamente ignoradas, como o sentimento de pertencimento e as relações sociais. A territorialidade, como a projeção do sujeito em seu território, não é passível de ser simplesmente transferida, muito menos em condições subumanas, como as que têm sido propagadas, por exemplo, pela Vale.

Em seu projeto de modernização e expansão da linha férrea supracitada, milhares de famílias foram reassentadas. Muitas têm expressado descontentamentos profundos com as condições em que foram reassentadas, para além de todo o trauma de terem sido retiradas de seus locais de moradia.

⁵⁸ No Brasil, também é a agricultura camponesa quem produz mais de 70% da alimentação consumida e emprega mais de 74% da oferta de mão-de-obra no campo, conforme demonstram os dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006).

Nas imagens que seguem algumas destas condições são expostas. Não obstante a carta cujos fragmentos foram mencionados, grande parte das famílias se dizem ignoradas pela Vale e suas subsidiárias e sem voz para expor ao resto do país e ao mundo o que está acontecendo. Em diversos encontros as famílias demonstraram tristeza e indignação com a situação, e se mostram aficionadas a compartilhar suas histórias e condições, pois têm plena consciência de que seus direitos fundamentais estão sendo negados. Neste sentido é importante reforçar que as injustiças não são somente observadas pelos investigadores, mas declarada pelos sujeitos, e que essas são gritantes. Esta análise não tem objetivo de substituir a voz dos afetados, mas sim reverberá-las.

FIGURA 83: LINHA DE ALTA TENSÃO.



Fonte: Pesquisa de campo. Nov./2016.

FIGURA 84: RACHADURA PROVOCADA PELA CIRCULAÇÃO DOS TRENS.



Fonte: Pesquisa de campo. Nov./2016.

Na Figura 83 é possível visualizar as famílias reunidas para receber um grupo de pesquisadores, demonstrando a condição degradante das novas casas que lhes foram oferecidas pela Vale. A empresa reassentou as famílias embaixo de uma linha de transmissão de energia de alta tensão. Com o solo arenoso, atrelado à baixa fertilidade e difícil acesso à água, muitas famílias reassentadas têm que percorrer muitos quilômetros para poderem cultivar suas machambas.⁵⁹

O intenso tráfego diário de locomotivas de trens carregadas com os minérios da Vale além de afetar a qualidade de vida com a poluição sonora, tem comprometido as estruturas das habitações nas quais as famílias foram reassentadas, conforme pode ser visualizado nas rachaduras ilustradas na Figura 84.

A Vale cercou muitas áreas lindeiras às linhas férreas, conforme pode ser visualizado na Figura 85. Contudo, como algumas delas são propícias ao cultivo agrícola, muitas famílias têm adentrado essas áreas (Figura 86), considerando que o local no qual foram reassentadas são longínquos e/ou inapropriados, o que aliado à ausência de assistência técnica, inviabiliza a reprodução social. É importante destacar que o distanciamento dos camponeses de suas

⁵⁹ Nome característico das plantações/roças das famílias camponesas em Moçambique que podem ser organizadas tanto individualmente quanto em agrupamentos comunitários (MENDONÇA; OLIVEIRA; GONÇALVES, 2016).

machambas, compromete sua cosmovisão, considerando que estes espaços de cultivo, não somente garantem as condições materiais que asseguram a vida, mas também permitem a construção cotidiana de saberes e fazeres.

A negação do território se dá, também, nos elementos simbólicos. A Vale tem disponibilizado casas de alvenaria que não correspondem às habitações geralmente utilizadas pelo campesinato moçambicano, como se observa na Figura 87. Não que a transformação não possa ocorrer, mas quando é uma imposição, rompe com o direito à cultura e à autodeterminação territorial.

A Vale tem enfrentado além da contestação das famílias, manifestações de funcionários e ex-funcionários. Para enfrentar essas ações, conta com o aparato armado do Estado moçambicano, conforme analisado por Rossi (2015) ao investigar as intervenções da Força de Intervenção Rápida (FIR) – na repressão de manifestações grevistas e/ou das comunidades atingidas pela mineração. Essa interrupção ao direito de reivindicar sua soberania configura em uma ruptura com os princípios socialistas que supostamente norteiam o país. Quando os interesses do Estado se comprometem com a garantia de ações que restringem e o mesmo negam a soberania popular, não podemos falar de um desenvolvimento social, quiçá de crescimento econômico.

FIGURA 85: ÁREA DE OBRAS DA LINHA FÉRREA CERCADA.



Fonte: Pesquisa de campo. Nov./2016.

FIGURA 86: O PLANTIO POR DETRÁS DAS CERCAS DA VALE.



Fonte: Pesquisa de campo. Nov./2016.

FIGURA 87: A NEGAÇÃO DO DIREITO AO TERRITÓRIO.



Fonte: Pesquisa de campo. Nov./2016.

FIGURA 88: O SENTIDO DA VIDA É O MOTOR DA RESISTÊNCIA.



Fonte: Pesquisa de campo. Nov./2016.

Considerar que a cosmovisão camponesa ultrapassa a materialidade econômica visualizada na produção agrícola é fundamental para compreender as múltiplas formas de resiliências e (re)existências que têm sido construídas pelas comunidades afetadas pela Vale. A vida não é uma equação com variáveis definidas e controladas pelos interesses de mercado. Ainda que as dinâmicas de reprodução do capitalismo atinjam também a subjetividade, com mecanismos de captura e harmonização cada vez mais refinados, a metanarrativa capitalista não encerra os sentidos da vida em cifras. E enquanto houver sentido na vida, haverá sentido na luta pelo território. O tecido social que dá concretude ao território é prenhe de afetividade e alegria, como se observa na Figura 88, com o grupo de mulheres que após uma reunião para tratar dos diversos problemas no reassentamento feito pela Vale, demonstram uma felicidade que dá sentido prático à luta pela emancipação social. É possível ser feliz fora das estreitezas capitalistas.

Moçambique é um país complexo com dezenas de línguas locais, uma cultura dinâmica e porosa, com paisagens que atraem pessoas do mundo todo e um Estado-governo formalmente socialista, cuja legitimidade começa a ser questionada abertamente por cada vez mais residentes. Esses elementos podem ser bastante conflituosos entre si, em um momento, bem como podem compor tramas e estratégias de ações locais, regionais e nacionais, em outro. Em todo caso, um aspecto parece evidente, apostar num modelo de desenvolvimento centrado no agronegócio, ou mais precisamente, nos interesses do capital transnacional, descontenta os afetados diretamente e mina a soberania popular, cuja referência, dado a diversidade cultural existente, podem ser os preceitos Constitucionais de países que reconhecem suas raízes e criam condições para seu fortalecimento, como Bolívia, por exemplo. Este país, que também sofre com o avanço do capital agrário brasileiro (URIESTE, 2012), recentemente adotou constituição plurinacional que emprega conceitos linguísticos indígenas de buen vivir (viver bem) e Pachamama (mãe terra), reafirmando a identidade boliviana e os direitos sobre seus recursos naturais (ZIMMERER, 2015).

Negar as diversas formas de existências é antagônico a querer apostar no turismo como elemento do desenvolvimento; ou pelo menos deveria ser.

PARTE IV – Turismo, autodeterminação territorial e emancipação social

As transformações sociais contemporâneas têm dois fortes componentes. Por um lado, criam meios para que a qualidade de vida seja cada dia melhor, notadamente à medida que fornece as condições para que os seres humanos se liberem de trabalhos penosos. Por outro, concentra os bons empregos e com eles a renda nas mãos de um número cada vez menos expressivo numa sociedade que cresce rapidamente.

Sendo os serviços o grande propulsor dessa nova etapa da história humana, cabem algumas reflexões a respeito do turismo, que desponta como articulador objetivo e subjetivo desse momento histórico. Por que mesmo num cenário de crise no qual o turismo segue crescendo os empregos na CPTur se precarizam? Por que a CPTur não está decisivamente comprometida com a melhoria da qualidade do emprego e da renda? Até quando fecharemos os olhos para as mortes e as violações de Direitos Humanos para que se realizem as edições dos megaeventos e os megaprojetos? Será concebível que a CPTur comercialize com empresas autuadas em suas cadeias produtivas por exploração trabalhista, por violação dos Direitos Humanos, por degradação ambiental, por privatização dos bens comuns, por expropriação territorial?

A visibilidade crescente desse fenômeno social, que por isso mesmo constitui um importante campo de saber, leva movimentos sociais, militantes e toda ordem de sujeitos que se insurgem contra o atual estado de coisas a apostar numa outra práxis turística, capaz de se somar aos esforços por emancipação social e soberania popular.

Procurei aproximar algumas das iniciativas que me chamaram mais atenção no curso da pesquisa, trazendo-as para amarrações teóricas respaldadas anteriormente. Na sequência, como desdobramento, e reconhecendo os inúmeros limites e fragilidades do que se apresenta nesse momento, proponho uma agenda de pesquisa comprometida com autodeterminação territorial dos sujeitos, o que implica inicialmente reconhecer a diversidade existencial e garantir a sua segurança territorial.

8 TURISMO, SOBERANIA POPULAR E AUTODETERMINAÇÃO TERRITORIAL: POR UMA PRÁXIS TURÍSTICA EMANCIPATÓRIA

A precarização dos postos de trabalho no setor de serviços é uma realidade (NUNES, 2011). Essa condição de precariedade, sobretudo num país com a desigualdade social como a do Brasil, faz com que tais postos sejam procurados e ocupados como “última alternativa”. Claro, que esta não é a realidade para todos, como de resto também não é a realidade para quem ganha dinheiro com sexo. No entanto, negar a influência das condições objetivas nas determinações trabalhistas é como querer tapar o sol com a peneira.

No Brasil não é raro quem opte por uma ocupação na CPTur como um bico temporário, particularmente como garçone/garçom. E isso não deve assustar em função das refinadas teorias acerca da complexidade da fidelização dos clientes, da qualidade total no atendimento ou da capacitação para o bem servir. Ao se estabelecer tacitamente a naturalização destas condições, revigora-se a lei de que “o cliente tem sempre razão” e de que quem presta o serviço está ali “ao seu dispor”, ou, no caso, à disposição de quem paga. Submetidos as condições de que “isso é o que tem para o momento”, os sujeitos suportam o que é preciso até que tenham condições melhores ou, nos piores casos, não consigam mais suportar as humilhações, pressões, mal remuneração etc. Daí o porquê das redes *fast food*, por exemplo, bem como grande parte dos equipamentos de restauro que lançam mão desse expediente de exploração, terem uma alta rotatividade em seu quadro de funcionários. Com a experiência de quem foi funcionário da rede *Mc Donald's*, garçom em diferentes hotéis, bares, restaurantes e buffets poucas foram as pessoas que conheci que fizeram carreira na área, além de que, no tocante aos buffets e bares, eram essencialmente trabalhadoras e trabalhadores que tinham outras ocupações e estavam complementando renda. Se não há motivação para construir uma carreira, por que haverão de reivindicar algo?, é mais suportar e tocar em frente até que algo melhor apareça – essa foi a resposta que obtive quando tentei organizar um grupo de funcionários em um hotel de Santa Catarina, na praia de Mariscal, que estavam sofrendo com assédio moral do gerente. E a condição de vulnerabilidade é, portanto, necessária para que a exploração se efetive.

Se num cenário de desemprego estrutural o aumento da oferta de empregos na CPTur destoa positivamente, me parece obvio que uma práxis emancipatória que não tenha compromisso apenas com os bonitos discursos sustentáveis, moralistas e modernizantes forme

profissionais que pressionem por melhores condições trabalhistas e por uma redução na jornada de trabalho.

Ao invés de apoiar o desmonte do Estado e da legislação trabalhista, a CPTur prestará um significativo aporte social ao advogar a renda universal como a melhor maneira de potencializar o turismo como direito humano universal. Antes que me acusem de um idealismo comunista, digo que esta é uma discussão liberal, não comunista. A Europa já começa a implementar experiências de renda básica universal em seu território e a ideia se espalha pelo mundo (VEGA, 2018; ROQUE, 2018).

Com renda e educação, soa mais realista termos sujeitos modernos, viajados e lidos, que respeitem os diferentes territórios, as diferentes existências. Mas este é um horizonte distante ainda. Ao alcance dos pés, das mãos e da imaginação está uma sociedade repleta de contradições. Lidar com estas contradições é a melhor maneira do turismo encontrar seu espaço na luta política cotidiana. Os mecanismos de controle social, por exemplo, podem ser decisivos para o controle popular das inversões cada dia maiores nessa área. A inserção das produções artesanais derivadas de programas de transferência de renda nos circuitos turísticos regionais também é uma boa alternativa. Entre inúmeras outras formas de tratar as contradições, revelando-a, amenizando-a e buscando superá-la.

Duas contradições têm suscitado uma cadeia de ações que julgo serem potencialmente fortes na batalha das ideias contemporâneas. Elas sintetizam as contradições fundamentais do nosso tempo. A alimentação e a busca por experiências “reais”. Separo, portanto, um conjunto de ações que se enquadram em cada uma destas categorias meramente como recurso didático, mas que, ao fim e ao cabo, se interpenetram, como tentarei mostrar.

Misnerovicz (2017) buscou salientar como a alimentação é uma síntese das contradições de classe e expõe mais fortemente os limites de distintos projetos de sociedade numa dimensão imediata da reprodução social, física e simbólica. Mesmo numa vida tipicamente urbana desligada dos aspectos culturais da alimentação, os sujeitos começam a se dar conta de que passam por um processo sistemático de envenenamento e de precarização de sua alimentação cotidiana. E respondem mudando seus hábitos de consumo. Por isso crescem os mercados de produtos orgânicos, por exemplo.

O MST há muito tempo está alerta para o turismo como um componente do diálogo com o conjunto da sociedade. Cledson Mendes (2009), então coordenador nacional do movimento, já apontava para a tendência de crescimento da pauta do turismo nas reflexões

dos movimentos sociais, muito embora também frisasse que demandaria tempo, por uma série de questões que não colocam o turismo como uma prioridade na pauta destes movimentos. Desde esse diálogo com essa e outras lideranças do MST fiquei atento para o fato de que na contramão dessa não priorização, as ações que aproximam o movimento do turismo crescem rapidamente. A alimentação tem nisto papel central.

Já nos trabalhos de base o diálogo com as famílias é de que a luta pela terra está diretamente conectada a construção de outro modelo de organização social, que passa por outro projeto para o campo e para a cidade, e, portanto, rebate diretamente na alimentação. A agroecologia é apresentada como uma forma de interação metabólica que está além da matriz produtiva, ainda que passe pela transformação desta. As relações com o meio, o sentido do comer, do plantar, do que se planta, do como se planta, vão constituindo a experiência de transição entre maneiras antagônicas de perceber e viver a realidade. Claro que não de um dia para outro e não sem uma transição que requer formação, tempo, experiência prática e teórica e a visualização de resultados.

Esta orientação estabelece a comunicação nas diferentes escalas organizativas do movimento e começou a ser impulsionada com a comercialização direta em feiras, dentro e fora dos espaços do movimento, e em eventos culturais. As visitas regulares organizadas por escolas e universidades aos acampamentos e assentamentos, as pamonhadas, as feiras de comercialização, as festas religiosas vão dando forma a essa interação cada dia mais dinâmica e mais potente entre sociedade e Sem Terras.

O ápice dessa estruturação é a Feira Nacional da Reforma Agrária. Em sua terceira edição, sempre respondeu por uma média de público digna dos grandes eventos sediados na capital do turismo de eventos brasileira, a cidade de São Paulo. O evento teve lugar nas três edições no Parque da Água Branca, importante espaço de eventos em São Paulo. Mas antes de chegar até a capital paulista, a organização para tanto é que importa.

Com uma agroindústria forte e produzindo uma boa diversidade de produtos in natura e beneficiados, o movimento poderia ficar restrito as feiras regionais e estaduais, que também acontecem, algumas há muitos anos. Apostar numa feira nacional na capital econômica do país é expor publicamente a competência do campesinato brasileiro para se organizar, produzir e resistir, bem como a necessidade da efetivação de uma reforma agrária e da superação do modelo hegemônico para o campo brasileiro – calcado no discurso na modernização, nunca é demais repetir.

Para formar politicamente os sujeitos e esta formação humanista ser a mediação dessas atividades turísticas nos diferentes eventos organizados pelo movimento, o MST em seu VI Encontro Nacional, ocorrido em Brasília em 2014 – ele mesmo um grande evento com mais de 15 mil pessoas, decidiu, apoiado por um grupo de docentes de diferentes instituições de ensino nacionais e internacionais, que a partir daquele ano seriam organizadas as Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária (Jura). Voltar a pautar a questão agrária amplamente na educação brasileira exigia diferentes táticas. E novamente o turismo despontou no debate. Não só porque a própria organização do evento compõe a CPTur, como já mencionei, mas principalmente em função de que as visitas aos espaços organizados pelo movimento, bem como os eventos abertos a sociedade e/ou realizados fora dos espaços das universidades têm tido relevante papel nessas cinco edições da Jura.

A Jura tem propiciado ampliar o conhecimento sobre o movimento, sua organicidade, suas bandeiras, seus princípios em diferentes cursos em todo o país e no exterior. Ao mesmo tempo que educandas e educandos conhecem o movimento teórica e praticamente, como na Figura 89, a militância do movimento mostra suas práticas, seus conhecimentos e também se forma nas atividades da Jura, como na Figura 90.

FIGURA 89: JUVENTUDE DO MST EM MÍSTICA DE ABERTURA DA IV JURA NA UFG.



Fonte: acervo pessoal, 2017.

FIGURA 90: JUVENTUDE PARTICIPANDO DO ESPAÇO DE FORMAÇÃO DA IV JURA NA UFG.



Fonte: Acervo pessoal, 2017.

FIGURA 91: ACAMPADXS EM MÍSTICA PARA RECEBER VISITANTES DA UNIVERSIDADE.



Fonte: Acervo pessoal, 2017.

FIGURA 92: TROCA DE EXPERIÊNCIA SOBRE A VIDA NO ACAMPAMENTO.



Fonte: Acervo pessoal, 2017.

FIGURA 93: COORDENADOR DO MST E DISCENTES DA UFG EM RODA DE CONVERSA COM FUNCIONÁRIAS TERCEIRIZADAS DURANTE A I JURA.



Fonte: Acervo pessoal, 2014.

Conhecer a organicidade e os princípios contribui para desmistificar a imagem social que o discurso hegemônico constrói para os movimentos sociais. No entanto, a diversidade produtiva e a qualidade dos alimentos tem sido ao longo dos anos a grande força de diálogo do MST com a sociedade. E estas experiências permitem potencializar isso. Com acampamentos e assentamentos fortalecidos e produtivos, o movimento tem logrado manter feiras da reforma agrária em todo o país. E essa soma é o que possibilita a feira nacional.

Essa demanda por alimentos saudáveis e saúde atinge, inclusive, quem incoerentemente legitima o agronegócio; por isso fazendeiros passam a plantar orgânicos (MIWA, 2018). O MST já é o maior produtor de alimentos orgânicos do Brasil (CARTACAMPINAS, 2017). Todavia, isolados por uma forte trincheira midiática, a realidade não chega à população. E estas táticas de (re)conhecimento direto com as feiras organizadas pelo próprio movimento, nos eventos acadêmicos, a participação em feiras de produtores e a ida da população aos espaços organizados pelo MST tem contribuído para romper esse isolamento.

Além da diversidade produtiva e da qualidade dos alimentos, o movimento está atento às demandas contemporâneas. Assim, os remédios homeopáticos, as comidas vegetarianas, as cervejas artesanais e puro malte, os artesanatos e os distintos movimentos artísticos têm lugar garantido nos eventos do MST, como mostra a Figura 94. A gente não quer só comida, a gente quer comida diversão e arte, diria o poeta.

FIGURA 94: UM POUCO DA DIVERSIDADE NOS EVENTOS DO MST.



Fonte:

O complemento às feiras veio com a inauguração de uma rede de comercialização direta. Os Armazéns do Campo já compõem o rol de atrativos culturais da cidade de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (figura 95). Assim como nos espaços organizativos e nos eventos, também nos armazéns as palavras de ordem, a diversidade produtiva, a exaltação e homenagem de personagens-símbolos da luta por transformação social são a marca dos Armazéns, como se vê nas imagens do Armazém de São Paulo (Figura 96).

FIGURA 95: DIVULGAÇÃO DOS ARMAZÉNS DO CAMPO.



Fonte:

FIGURA 96: PALAVRAS DE ORDEM, EXALTAÇÃO DA CULTURA POPULAR E DIVERSIDADE PRODUTIVA NO ARMAZÉM DO CAMPO.



Fonte: Acervo pessoal, 2017.

As lojas têm sido lugares de encontros, eventos artísticos e literários, e recebem o apoio de personalidades. Esta é uma tática há muito utilizada pelo MST para combater a criminalização que operada pela grande mídia e parte do Estado. Antigamente eram vídeos de artistas e intelectuais nacionais e internacionais, hoje com as feiras são os depoimentos ao vivo e a própria presença destas pessoas que corroboram a legitimidade da luta e dos caminhos seguidos pelo movimento. E a diversidade destes artistas também é importante para a ressonância popular, que tem interesses e afinidades bastante diversificados. Exponentes das antigas gerações, novos artistas, artistas de destaque nos grandes veículos midiáticos, políticos e valorização da diversidade existencial dão forma ao leque de apoiadores do MST nestes eventos, como mostra a Figura 97.

FIGURA 97: O LEQUE DE APOIO AO MST



Fonte: Acervo pessoal, 2017.

Sendo a Feira Nacional da Reforma Agrária o principal estandarte atualmente de toda a cadeia organizativa do MST, as demais ações se reforçam com ela. As estruturas em memória de quem constrói a luta no dia a dia, muitas vezes pagando com a vida, são pontos de visita e mediação importantes nessa batalha das ideias. O memorial do massacre de Eldorado dos Carajás e o pequeno museu construído ali mesmo na curva do S (Figura 98), onde anualmente a juventude paralisa a rodovia em memória de quem foi teve a vida ceifada por lutar por uma sociedade mais justa, e o museu em homenagem ao francês Henri Burin Des

Roziers, conhecido como Frei Henri, que dedicou a vida no Brasil à causa dos mais pobres, são apenas alguns exemplos das infraestruturas que o movimento erige e mantém nesse diálogo e nessa disputa por narrativas, mobilizando equipamentos e serviços inerentes à CPTur.

FIGURA 98: MEMORIAIS DO MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJÁS E MANIFESTAÇÃO ANUAL NA CURVA DO S.



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

FIGURA 99: MEMORIAL EM HOMENAGEM AO FREI HENRI EM ACAMPAMENTO NO PARÁ.



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

A produção diversa e saudável se faz presente nos diferentes espaços e está associada as palavras de ordem que são os princípios do movimento. Assim, ela comparece na feira nacional, como se vê na Figura 100, mas também nos acampamentos, assentamentos, feiras e eventos regionais e estaduais. E a comercialização dessa produção é veiculada de modo a reforçar os princípios do MST mesmo quando não vincula imagetivamente uma coisa à outra, como mostra a Figura 101. E esse não vínculo é uma das táticas de inserção para se sobrepôr à associação negativa que parte da sociedade foi induzida a ter a respeito do movimento.

FIGURA 100: DIVERSIDADE PRODUTIVA NA FEIRA NACIONAL DA REFORMA AGRÁRIA.



Fonte: Acervo pessoal, 2017.

FIGURA 101: DIVULGAÇÃO DE PRODUTOS DA REFORMA AGRÁRIA.



Fonte: Acervo de imagens do google sobre comercialização de produtos da reforma agrária, 2018.

Esse contato social a partir da alimentação tem dado tanto resultado que num caso recente de tentativa de despejo de 450 famílias acampadas há mais de 20 anos no acampamento Quilombo Campo Grande, em Minas Gerais (que pela própria temporalidade

denuncia a morosidade e o descompromisso do Estado com a questão), o movimento e apoiadorxs utilizaram como bandeira de resistência e chamado popular o café Guaií, como se confere na Figura 102 e na citação de matéria divulgada pelo jornal Brasil de Fato (2018, s/p.).

Nesta edição, o programa traz como destaque o caso do acampamento Quilombo Campo Grande, que produz o café orgânico e agroecológico Guaií. No início de novembro, a justiça aprovou uma liminar de despejo das cerca de 450 famílias que ocupam o local há mais de 20 anos. Os acampados vivem na área da usina falida Ariadnópolis, da Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo (CAPIA), que encerrou suas atividades em 1996, apesar de ainda ter dívidas trabalhistas.

FIGURA 102: CAFÉ GUAÍÍ COMO SÍMBOLO DA RESISTÊNCIA CAMPONESA.



Fonte: Jornal Brasil de Fato, 2018.

A carta de agradecimento do MST (2018, s/p) após a decisão de suspensão do despejo revela que essa relação com os comerciantes, e conseqüentemente com o conjunto da população (uma vez que é ela quem consome), é eficaz na reversão do estigma que a grande

mídia, falando em nome dos interesses da metanarrativa capitalista, colocou nos movimentos sociais, notadamente no MST.

Agradecemos a todos e todas! Em especial ao povo de Campo do Meio, aos comerciantes e vereadores: sem vocês não seria possível nossa vitória! Vamos juntos resistir e mostrar como as sementes que plantamos em Campo do Meio, geraram frutos fortes que precisam de muitas mãos para colher.

Seguimos atentos, sabendo que essa foi mais uma etapa rumo à conquista. Sabendo da força que temos juntos seguimos mais confiantes. Essa decisão comprova a legitimidade do Projeto de Reforma Agrária Popular. Seguimos cantando e plantando resistência até a vitória definitiva.

A aposta do MST em estabelecer um diálogo direto com a sociedade remonta ao final da década de 1990, quando é lançado um projeto de agenciamento de visitas aos assentamentos no Rio Grande do Sul, cujo ápice foi durante o Fórum Social Mundial (SOUZA, 2001). E desde esse momento, todas as ações do movimento eram revertidas em tentativas de reforçar a criminalização e a deslegitimação desta organização popular. Seguindo o tom pejorativo de Souza, a matéria da seção de Economia da revista *Isto É Dinheiro* (ISTOEDINHEIRO, 2003) trata o movimento como uma empresa capitalista e conclui que ao utilizar sua estrutura para consolidar suas táticas de reprodução ampliada do capital termina por perder seus militantes após o assentamento das famílias, pois estes se convertem, bem como o próprio MST, em capitalistas. No entanto, apesar das acrobacias discursivas e da falta de honestidade da reportagem, o que deu e dá até hoje margem para o receio de tratar diretamente com o Turismo (essa forma hegemonicamente mercantil de relação com o outro e com o espaço), já se vislumbrava o potencial da atividade na aproximação social direta com a sociedade.

Cachaça e turismo. O MST S/A, que já assentou 350 mil famílias em todo o País, também diversificou suas atividades e descobriu novos nichos de mercado. Um exemplo é a destilaria Paladar, que produz cachaça na Bahia. ?Queremos exportá-la para a Alemanha e a Itália?⁶⁰, disse Júlio César Campos, 36 anos, coordenador do setor de produção do MST baiano. Outro é a agência de turismo rural Turismo Solidário, também conhecida como MSTur, conduzida por Miguel Stédile, filho do líder da organização, o que já aponta um certo ar de empresa familiar na corporação. O foco da MSTur consiste em organizar visitas a assentamentos, onde são oferecidos churrascos e chimarrão aos visitantes. ?Durante o último Fórum Social de Porto Alegre, levamos mais de 2 mil turistas, a maioria estrangeiros, aos assentamentos?, revelou Stédile à *DINHEIRO*. Lá, eles conhecem produtos sem agrotóxicos, que são até exportados para vários países sob as marcas Sabor do Campo e Terra & Frutos, entre outras (GRIFO NO ORIGINAL).

A MSTur acabou não prosperando. As experiências envolvidas com o (re)conhecimento da organicidade do movimento não pararam, apesar disso. O próprio

⁶⁰ Os erros ortográficos estão no original.

Estágio Interdisciplinar de Vivência – EIV, que vicejou em muitos estados do país, já foi apontado como uma modalidade de turismo capaz de fortalecer os processos educativos e os sentidos da luta pela terra (OLIVEIRA, MELO, 2011). E atualmente, com a expansão do diálogo e comercialização direta com a sociedade, os Eiv's têm plenas condições de cumprir esta função, pois há um aumento da busca por experiências “reais”. O tema é complexo e tem muitas imbricações. De momento é suficiente dizer que há a busca por experiências que se distanciem do chamado turismo de massa, como também uma abertura e o sentimento de necessidade, desdobrado de uma educação que demonstra a limitação e alienação (a ruptura metabólica, como dizia Marx) do modo de vida contemporâneo, do (re)conhecimento da cadeia produtiva agrícola e dos modos de vida ligados a ela, inclusive de suas dinâmicas de atualização, já que não se tratam de sujeitos estanques e mumificados, e não devem ser assim tratados.

Mesmo diante de um intenso ataque midiático que visa deslegitimar e criminalizar o movimento, as táticas (turísticas) encontradas pelo MST, que vão desde fazer dos Armazéns do Campo equipamentos culturais até a junção do que há de mais potente no resultado da organicidade do movimento (sua diversidade produtiva e de *produtorxs*⁶¹) com figuras públicas formadoras de opinião (artistas, representantes *políticxs*, intelectuais, jornalistas) em eventos bem organizados que mesclam gastronomia, apresentações artísticas, artesanato, livros, espaços para crianças (cirandas), espaços formativos, começam a vencer essa blindagem midiática e, por meio essencialmente da alimentação, a atrair simpatizantes dispostos a mudar seus hábitos de consumo, a lógica do consumo e conectar isto com um projeto de sociedade.

Outras importantes iniciativas estão em curso e merecem destaque, como o Mercado da Terra em Moçambique, o movimento mundial *Slow Food*, o coletivo Pisa, coordenado pelo arquiteto e professor da Universidade de São Paulo, Renato Cymbalista, entre tantos outros. O que confere às iniciativas do MST uma musculatura capaz de rearticular narrativas e reposicionar os peões no intrincado xadrez das contradições de classe é sua estrutura e organicidade, que interage com as pessoas desde o trabalho de base, passando por acampamentos e assentamentos, até chegar em feiras e eventos nacionais, com destaque para a Escola Nacional Florestan Fernandes, que atua como espaço internacional de formação socialista/comunista, alinhando as diferentes dimensões e escalas em uma metanarrativa

⁶¹ A publicidade com os diversos perfis de mulheres e homens e faixas etárias que compõem o movimento não é ocasional nem destituído de profundo significado político.

emancipatória, recolocando sua importância e negando que o fim da história seja a organização social e o modo de produção capitalista.

Passado o óbvio, há uma enormidade de tarefas a serem vencidas nessa nova seara de aproximação com o político, com esse conteúdo próprio da experiência humana (emancipatória / democrática – no sentido de Labica), atualmente tragada pela narrativa turística, e reificada nos termos da metanarrativa capitalista. Se o homem é um ser político e como pretendia Rousseau (2006) a legislação tem sobretudo a função de garantir a igualdade e a liberdade, a experiência turística não pode se furtar a partir daí e pressionar para que isso se cumpra, sobretudo, no particular a esta experiência.

Subestimar a força da experiência turística, deixada à deriva nas disputas narrativas e de constituição de sentidos/concepções de mundo, de repor as categorias do real, dessa metanarrativa capitalista, mesmo quando nutrida das melhores intenções, tem se revelado um grande equívoco, seja no Brasil, com o turismo em favela sendo organizado por uma lógica estranha aos laços comunitários (estes mesmos na falta de mediações e condições objetivas de fortalecimentos, reféns das sobredeterminações exteriores), seja em Cuba, onde se assiste uma reorganização de determinados territórios e de relações mediadas essencialmente pelo turismo e pelo valor de troca, seja em Moçambique, onde a privatização de praias é defendida abertamente pelos maiores expoentes do Estado e está vinculada a uma lógica de modernização dos territórios que fortalece a expansão do agronegócio nestas terras, com todas as contradições postas aos pressupostos turísticos.

Uma agenda coletiva de pesquisas e ações pode ser o começo para que os diferentes sujeitos envolvidos com a experiência turística tenham condições de pensar internacional e estruturalmente seus projetos e ações e agir a partir das tramas locais que se estão postas. Um breve vislumbre acerca dessa agenda é o meu próximo e derradeiro passo neste momento.

9 AGIR É NECESSÁRIO! CONSTRUINDO UMA AGENDA DE PESQUISA PARA O TURISMO COMPROMETIDA COM A EMANCIPAÇÃO SOCIAL

O turismo tem sido bastante estudado na perspectiva geográfica (CORIOLANO, 2006; CRUZ, 2001; PORTUGUES, 2001). Tais pesquisas têm influenciado os estudos moçambicanos sobre este fenômeno social, como é possível conferir no livro organizado por Zacarias e Azevedo (2015). Estes intercâmbios analíticos são salutares e prescindem de aprofundamento, pelos ganhos recíprocos que trazem, ao oxigenar as análises em ambos os países.

Espera-se, entretanto, que a absorção de informações transformadas em conhecimento reconheça a disputa de poder dentro dos diferentes campos de saberes, como já evidenciou Bourdieu (2004). O turismo, como campo de saber, tem sido marcado por análises teóricas e empíricas apriorísticas, como definiu Alfredo (2001).

Sem qualquer motivação à rivalidade desnecessária e excludente, entendemos que a aceitação deste formato analítico tem ocorrido por não considerar a totalidade, ou seja, não contemplar uma leitura totalizante acerca do turismo como fenômeno social. A totalidade como categoria do método histórico dialético (CARVALHO, 2007) permite a aproximação de diferentes abordagens e aspectos desse fenômeno sem incorrer, por um lado, num reducionismo que restringe as comparações e impede de alcançar os traços gerais do fenômeno estudado, o que, de acordo com Fromm (1947), é o objetivo desse tipo de pesquisa científica, por outro, numa abstração sem qualquer materialidade, desprovida de sentido histórico e crítico que permita aportar elementos para uma construção teórica e ação coletivas acerca do referido do processo.

Cientes de que a pesquisa consagra, em si, um posicionamento (ético-político) que não dá margem para a ainda advogada neutralidade, temos como embasamento o que Paulo Freire (2011) chamou de posição dos excluídos da terra e que Zizek (2011a) e Badiou (2012) chamam de posição proletária. Tal posição não é um comprometimento apriorístico que repõe as categorias do capitalismo e impede uma reflexão e ação comprometidas com o devir e com uma leitura teleológica, sem a qual a crítica ao modelo de organização social aparece como um problema desvinculado das questões impostas aos estudos de turismo.

Trazer o turismo para o campo da teoria social crítica não é fazer críticas limitadas a um ou outro aspecto do atual modelo de organização social no tocante a este fenômeno social, como é o traço hegemônico das pesquisas no Brasil (OURIQUES, 2005). Considerar o

turismo como elemento da autodeterminação territorial dos povos, inclusive no plano das políticas públicas, exige lembrar que só há autodeterminação territorial de diferentes sujeitos de um mesmo Estado-nação e de Estados-nações diferentes se houver soberania popular, o que não é possível dentro do capitalismo (KONDER, 2009; LENIN, 2007; MARX; ENGELS, 2007).

A obra de Konder (2009) importa, ainda, por trazer já na década de 1980 a necessidade de pesquisas sobre turismo (designado como lazer) e sobre os aspectos subjetivos do capitalismo para a ‘batalha das ideias.’ Um esforço tem sido realizado nesse sentido, como é o caso do livro *Marxismo e produção simbólica Periferia e periferias* organizado por Calheiros, Gonçalves e Mari (2013). Essas dimensões simbólicas, imateriais, subjetivas no processo de construção de concepções de mundo são decisivas para entender o que Lefebvre (1973) chamou de reprodução das relações de produção. Sem esse entendimento resta inviabilizado o esforço de compreender o turismo como componente da autodeterminação territorial, justamente por conta da premissa supracitada.

As experiências e diálogos com movimentos sociais no Brasil e em Moçambique, as vivências com populações tradicionais, notadamente com os Kalunga, e famílias acampadas e assentadas no Brasil, bem como famílias camponesas e famílias reassentadas pela Vale que perderam direito de acesso às machambas em Moçambique, subsidiam a agenda de pesquisa proposta. Conforme a primeira parte da pesquisa, a dinâmica que expropria seus territórios e ceifa suas vidas é a mesma que contamina os bens comuns e impõe (sobre)determinações para parcela significativa da população em ambos os países, e estendo também de forma tendencial à Cuba, que vão desde o processo inflacionário dos preços das terras e dos aluguéis, passando pela contaminação dos alimentos, chegando ao controle das informações que a maioria da população tem acesso (controle das mídias de massa sob concessão pública). Vale frisar que para além das experiências mencionadas, o CMET, A DUDH e os termos da cooperação Sul-Sul são enfáticos em salientar seus compromentimentos com a segurança territorial dos diferentes sujeitos, com os bens comuns e com o saber e as culturas locais, motivo pelo qual são o pano de fundo contra o qual deve ser lida a agenda que segue.

Sem a pretensão de que seja uma proposta definitiva e que abranja todos os aspectos relevantes para um debate crítico e qualificado acerca do turismo como fenômeno social, a agenda exposta resulta do interesse de desvelar dinâmicas e construir aproximações pouco correntes no campo de saber definido como Turismo no Brasil e que tem sido exportado, no

esteio da relação bilateral que comporta também as pesquisas científicas, para Moçambique e Cuba.

9.1 TURISMO COMO FENÔMENO SOCIAL: IMPLICAÇÕES PARA A AUTODETERMINAÇÃO TERRITORIAL

Hegemonicamente o turismo tem sido pensado e propagado como uma atividade econômica e um campo de estudo/saber detentor de grandes potencialidades como vetor de desenvolvimento local, a partir de sua capacidade de gerar emprego e renda. Mediações importantes ficam escamoteadas. Para desvelar tais mediações é imperioso indagar: quais as implicações para os territórios e as políticas públicas, se o turismo for compreendido como fenômeno social?

Se a economia do turismo é o principal argumento dos entusiastas dessa ‘indústria limpa’, é a partir dela que devem ser pensadas as questões do turismo. Todos os profissionais ligados a cadeia produtiva do turismo têm que ser tratados como tal. Todas as inversões públicas nesse vasto leque de atividades têm que ser entendidas como investimento em turismo, para o bem e para o mal. Assim, verificar-se-á, por exemplo, que o turismo responde por um número crescente de escândalos de desvios de verbas públicas no Brasil. Incidirá sobre tais formulações que o turismo consagra, em verdade, uma série de atividades já há muito realizadas pelos sujeitos, mas que ganham notoriedade e um estatuto próprio na metanarrativa capitalista.

O turismo é a sacralização, com uma coloração positiva, de um modo de sujeição contemporâneo. Na ponta do lápis, com rigor teórico-metodológico, praticamente todos os sujeitos inseridos na economia de mercado são turistas. Para a gestão e a teorização calcadas nesse postulado hegemônico sobre o que é turismo, apenas são turistas aqueles que gastam acima de X dólares por dia e/ou que viajam Y quilômetros para exercer suas atividades, entre outras definições que excluem sujeitos que cotidianamente movimentam a cadeia produtiva e a economia do turismo. Esse mesmo recorte incoerente e impreciso contribui para não entender como a mercantilização das relações é o substrato da turistificação amplamente comemorada e que penaliza sujeitos, localidades, regiões e países tidos como meros recursos/atrativos turísticos.

A cadeia produtiva do turismo é composta por um grande número de atividades que compõe o setor de serviços. Este setor tem ganhado primazia no processo de reestruturação produtiva do capital (ZIZEK, 2011a). O turismo passa, assim, a ser central em duas medidas para o capitalismo: por um lado, desempenha importante papel para a reprodução ampliada do capital; por outro, atualiza e legitima os termos da metanarrativa capitalista.

Na batalha das ideias é importante descolonizar as mentes, como já apontava Martins (1999). Entender que a negação das metanarrativas no século passado resultou no fortalecimento de uma única grande metanarrativa é condição para retomar um projeto coletivo de emancipação social consistente e popular (BADIOU, 2012; ZIZEK, 2011b). Como contraposição ao comunismo, entendido aqui como a principal metanarrativa emancipatória dos séculos 19 e 20, o capitalismo apresentou uma série de pautas civilizatórias que negavam a necessidade de superar o atual modelo de organização social. Assim, emergiu no seio dessas contradições de classe ganhos que, retirando justamente a mediação de classe, foram importantes do ponto de vista humanitário e, concomitantemente, foram sendo incorporados e assimilados por essa grande metanarrativa capitalista. As expressões mais fortes dessa dinâmica são as narrativas dos Direitos Humanos, do desenvolvimento sustentável e dos direitos específicos de segmentos excluídos e/ou inferiorizados, como as populações tradicionais, população negra, mulheres, comunidade LGBT, dentre outros sujeitos.

A garantia destas conquistas é condição para pensarmos em autodeterminação territorial. Ocorre que, em verdade, a turistificação e a exclusão são faces articuladas da metanarrativa capitalista. À medida que legitima esse discurso multiculturalista liberal que propaga a ideia de que todos os sujeitos têm as mesmas condições de existência, a narrativa turística contribui para a fetichização da relação com o outro e com a natureza, escamoteando as conexões escalares e as (sobre)determinações capitalistas, e desse modo individualizando as lutas por direito ao território, e de forma mais ampla à própria vida.

Compreender as multiescalaridades e multidimensionalidades do fenômeno turístico, tanto no plano discursivo quanto no plano prático-empírico, possibilita não desconectá-lo da totalidade da dinâmica social e, conseqüentemente, inseri-lo como componente da afirmação, ou negação, da autodeterminação territorial dos sujeitos.

9.2 O TURISMO E O MULTICULTURALISMO LIBERAL

O multiculturalismo liberal, premissa da metanarrativa capitalista contemporânea, assegura igualmente dignidade aos diferentes segmentos da sociedade brasileira e moçambicana? Essa deve ser arguição das pesquisas que se apoiam na narrativa turística de indústria verde, de atividade com baixo impacto social e ambiental, de vetor de desenvolvimento sustentável e tudo o mais que é dito, por exemplo, no CMET e no discurso hegemônico das pesquisas sobre o tema.

Em suma, o multiculturalismo liberal propaga a ideia de que todas as formas de existências estão, ou podem ser, asseguradas no capitalismo. Essa ideia foi consistentemente analisada, e negada, por Fredric Jameson e Slavoj Žižek (1998), para os quais as dinâmicas da reprodução ampliada do capital prescindem dessa seguridade ao conjunto dos sujeitos. À medida que valora os modos de ser e estar (as existências) de modos distintos, sem deixar de mercantilizá-los e criar nichos de mercado, essas dinâmicas propiciam a ilusão de que é possível galgar a realização pessoal capitalista independente de sua sexualidade, seu gênero, sua cor de pele, o lugar onde vive entre outras dimensões da reprodução social.

9.3 A EDUCAÇÃO POPULAR PARA/PELO TURISMO

No mesmo passo em que a narrativa turística ganha holofotes internacionais e se entranha no cotidiano dos sujeitos por diferentes dimensões e escalas, o campo de saber que teoriza a respeito deste fenômeno social também ganha destaque. Sem aportar mediações críticas e definições mais rigorosas, este campo de saber seguirá norteado por uma perspectiva economicista.

Diferentes setores da economia, campos de saberes, práticas e discursos têm se aproximado do turismo, apropriando-se ou sendo apropriados. Disputar os sentidos dessa narrativa e a constituição de uma práxis turística emancipatória é a tarefa que cabe a quem busca deslindar os enigmas do capital tendo como lentes tal fenômeno.

Trazer para este campo do saber as diversas e importantes contribuições que versam sobre o turismo em diferentes campos do saber é um desafio posto. É um desafio que só pode ser superado à medida que se nomeia as representações desse fenômeno corretamente. Por

exemplo, notar que a turistificação da existência concorre para a expansão da economia de compartilhamento e vice-versa abre caminho para encampar o conteúdo político destas reflexões, como a flexibilização trabalhista, o desemprego estrutural, novas formas de subjetivação etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura de que na moderna sociedade de serviços alvoreceriam sujeitos mais viajados, mais lidos, com mais tempo livre que lidariam melhor com as diferenças existenciais, que se ocupariam com o próprio desenvolvimento pessoal e satisfação, que as jornadas de trabalho seriam reduzidas, que acabaria a fome em decorrência das tecnologias disponíveis, choca-se com a realidade do aumento do trabalho análogo a escravização, da jornada de trabalho, da flexibilização e retirada de direitos trabalhistas (chamada de modernização das leis trabalhistas), do desrespeito aos territórios de vida, da degradação ambiental.

O turismo se firma como central nessa reorganização produtiva. Os vultuosos volumes de dinheiro mobilizados na CPTur, motivo de alarde e de demonstração de seu potencial para ser vetor do desenvolvimento e da modernização, estão afastados dos compromissos assumidos por esta cadeia produtiva. A falta de uma definição rigorosa do que seja o turismo, que passe pela representação sindical, por conselhos representativos e pela educação popular, dificulta que os sujeitos cobrem da CPTur que assumam e cumpram com os compromissos estabelecidos no CMET, na DUDH, nos PNT's etc.

Os sujeitos, aturdidos por diferentes narrativas paralelas que desaguam no mar da reprodução ampliada do capital, interiorizam valores e desejos antagônicos, sobredeterminados pela metanarrativa capitalista. O mesmo sujeito que quer salvar os pets, vota em quem é a favor da caça; o religioso é intolerante com outras religiosidades; o homossexual é racista; o negro aposta no fortalecimento de estruturas de classe e raça, o funcionário público é a favor do desmonte do Estado etc. Determinados segmentos sociais são excluídos em bloco. As grandes identidades, no entanto, têm dificuldade de lidar com as sobreposições destes marcadores sociais. A narrativa turística reforça esse caminho ao também segmentar a realidade em nichos de mercado: produtos e serviços para negros, para a população LGBT, para mulheres. Fortalece-se a segmentação e fragiliza-se a organização popular (que por seu turno precisa aprender com a história que não pode desconsiderar as identidades).

No plano da narrativa o turismo é apresentado como vetor do desenvolvimento e da modernização. Na esfera da concretude cotidiana, concorre para a expropriação territorial, exploração e manutenção de estigmas sociais. Constrói-se uma práxis turística que revigora os principais traços da sociedade industrial, urbano-capitalista, que resta excludente e elitista, numa leitura geral. Mas as práticas turísticas têm impermeabilidade às críticas sociais.

Retirando-se os casos extremos, nos quais há alguma comoção coletiva e um certo consenso de que algo vai mal, as opções do dia a dia das viagens, dos itens de consumo, das relações comerciais com grandes grupos transnacionais que se valem de exploração e expropriação dos sujeitos no mundo todo, ficam a margem dos compromissos pessoais.

Claro que do ponto de vista imediato, é melhor que a pessoa compre uma lata de coca cola do vendedor ambulante ou do pequeno comerciante do que numa grande rede de *fast food*. Desconsiderarei a precarização e as sobredeterminações postas aí. Todavia, do ponto de vista do fortalecimento escalar de territórios, culturas, modos de vida, relação metabólica com a natureza, parece mais coerente que se optasse por um suco com frutos da época plantados localmente.

Não por um discurso romântico e idealista, mas pela realidade tal qual se apresenta. Ou seja, de um lado temos grandes grupos que dominam a cadeia alimentícia, exploram camponeses do mundo inteiro e determinam o que será produzido e consumido; com produtos ultraprocessados que têm levado ao aumento, concomitante, do número de obesos e do número de desnutridos. De outro, temos a CPTur que se diz comprometida com os territórios, com a cultura, com a diversidade existencial, mas que, incoerentemente, contribui para a expansão dessa lógica que opera não só na cadeia alimentar, haja visto que tais grupos transnacionais atuam também na indústria têxtil, na indústria de entretenimento e lazer, hospedagem etc. Em todas estas, determinando as condições da territorialização dos sujeitos, que não raro, quando não afetados diretamente, concordam tacitamente por imaginarem que isso resultará em desenvolvimento e modernização.

Muitos defendem o menor impacto direto na degradação ambiental por parte do turismo, sendo por isso, melhor que determinada comunidade, unidade de conservação, território, localidade, se valha desta cadeia do que, por exemplo, da mineração ou do agronegócio. Não há dúvidas em relação a isso. O que não se pode perder de vista é que o turismo quando dispositivo de atualização e legitimação da metanarrativa capitalista, não tem força para fazer frente aos carros-chefes dessa modernização desenvolvimentista. É dizer, mesmo onde os conflitos afloraram diretamente entre mineração e turismo, este ficou em segundo plano, como no caso de São Lourenço, em Minas Gerais. Um caso que é emblemático por muitos motivos. Porque o presidente da empresa tem defendido abertamente a privatização da água. Porque a CPTur se cala diante da degradação ambiental que atinge diretamente os “atrativos turísticos” do município. Porque é uma empresa cujos produtos se encontram em abundância nos empreendimentos ligados à CPTur – revelando uma

fragilidade/limite na lógica do boicote como resposta às empresas que descumprem compromissos sociais. Porque desvela o papel central que tem o Estado nessa mediação – via de regra, pendente para o lado da reprodução ampliada do capital.

Seja direta, seja indiretamente, a CPTur tem aportado energia nessa engrenagem que funde turistificação e exclusão. As vivências sistematizadas no Brasil, em Cuba e em Moçambique evidenciam que tais dimensões da modernização dos territórios ao se articularem atualizam e legitimam a metanarrativa capitalista, notadamente porque não há esforços para que sejam vistas a partir da totalidade, sendo, por isso, percebidas de forma fragmentada e não resultando na implicação dos sujeitos com suas determinações territoriais.

Os turistas que visitam o SHPCK não estão interessados tampouco comprometidos com a não presença do Estado nas comunidades do quilombo. Não querem saber as implicações na fragmentação social deste grupo desdobradas da presença das igrejas (neo)pentecostais. Não querem saber como a bancada evangélica está fazendo um remake das Cruzadas, tendo como alvo a diversidade existencial e como cavalo de troia o Estado. Justamente quem tem o papel de mediar as contradições na sociedade de classes.

As diferentes densidades do tecido de proteção social dos países condicionam os limites e as velocidades com as quais a narrativa turística consegue determinar os territórios. Seja em Cuba, seja em Moçambique, seja no Brasil (e as evidências e notícias indicam que é uma realidade para o mundo todo), a territorialização do turismo vem acoplada com profundos processos de exclusão. Os principais traços destes processos são a legitimação do sujeito referencial da modernidade, a imposição de obstáculos à autodeterminação territorial, a condescendência da CPTur com o aparelhamento turístico por parte de grupos e práticas intolerantes, o protagonismo do Estado na construção das facilidades para que o turismo avance sobre territórios.

No Brasil o Estado deixa de ser o mediador de conflitos para ser agente ativo na causa deles. Aparelhado pela bancada evangélica e pela bancada ruralista legisla a partir da leitura restrita de uma religião e tenta impor a moral cristã e o atual modelo de modernização ao próprio Estado e ao conjunto da sociedade. O Estado ao mesmo tempo em que diz que apostará no esporte e no lazer como meios para reverter o quadro de violência e garantir a segurança, passa por uma profunda “modernização” que reduz drasticamente o orçamento para investimentos sociais, flexibiliza os direitos trabalhistas e o combate ao trabalho escravizado – sob a tutela da mídia e do poder judiciário. Os movimentos sociais são criminalizados e perseguidos.

Sem segurança social e territorial, os sujeitos ficam refém de discursos confusos, vagos e sedutores com promessas de modernização e desenvolvimento. A diversidade existencial encontra empecilhos ao seu florescimento. O Estado e a CPTur, em tese compromissados com suas culturas, seus territórios, seus ambientes, fecham os olhos e fingem que não há nenhuma ligação entre a negação dessa diversidade existencial e a homogeneização cultural cuja organização se dá a partir do sujeito referencial.

Enquanto perdoa dívidas do agronegócio na ordem do trilhão de reais, o Estado nega as condições básicas para que as juventudes das populações tradicionais permaneçam em seus territórios. De modo geral, a juventude que reside no campo, atraída pela narrativa da modernidade, se lança em busca de um lugar ao sol nesse mundo moderno, e se depara com subempregos e com toda a estrutura social que lhe nega sua identidade existencial. A reprodução social no campo fica comprometida por um ideário de que o moderno é o urbano. No caso dos sujeitos não brancos e/ou mulheres é ainda pior.

O turismo joga com essa narrativa. Por um lado reforça as cores e os sentidos dessa modernização, por outro turistifica espaços “resistentes”. Territórios de populações tradicionais, favelas, áreas de conflito armado, unidades de conservação, países e cidades com apelo histórico-cultural. A teorização a respeito segue o mesmo caminho desse jogo dúbio.

Intenta-se resolver os conflitos com soluções pontuais. As ações produzem efeitos, inegavelmente. Algumas podem mesmo se expandir no tempo e no espaço de modo a construir fortes resistências. Todavia, propor uma práxis turística emancipatória passa inegociavelmente por aproximar a educação para/pelo turismo da reflexão mais ampla sobre educação. A ciência se fortalece como elemento da soberania popular e da autodeterminação territorial tanto quanto constrói uma práxis emancipatória. Sem que os cursos de graduação em turismo, bem como os técnicos que visam capacitar para o mercado (e é oportuno dizer que hoje não há muita diferença entre uma coisa e outra no Brasil – e a análise das referências bibliográficas do curso da ESHTI permite estender a leitura para Moçambique), construam com educandas e educandos uma reflexão a respeito do papel do turismo na reconfiguração social e mobilizem as teorias necessárias para visibilizar e assegurar a diversidade existencial em meio ao crescimento turístico, não formaremos sujeitos capazes de pensar o turismo estrategicamente como componente dos territórios. A metanarrativa capitalista está, hegemonicamente, subjugando reflexões e ações no âmbito do turismo!

As resistências e alternativas não podem ficar isoladas. Traçar uma ampla estratégia da inserção do turismo nas táticas de organização popular e construção da emancipação social é

o desafio posto e passa por constituir uma práxis turística emancipatória, na qual turismo não seja o reforço tácito/automático da metanarrativa capitalista. Essa viagem tem como destino a autodeterminação popular!

REFERÊNCIAS

ABREU, F. J. M. DE. A evolução da Cooperação Técnica Internacional no Brasil. **Mural Internacional**, v. 4, n. 2, p. 3–17, 2013

ABREU, T. **Feliciano, Takayama e maioria dos evangélicos votam a favor de Temer.** (2017) Disponível em <<https://noticias.gospelprime.com.br/feliciano-takayama-evangelicos-favor-temer/>> Acesso em 30/Nov/2018.

ABRAMOVAY, R. Do setor ao Território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. In: **Inter-relações entre as transformações demográficas e a agenda social.** Texto para discussão ipea. – São Paulo/Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

AGAMBEN, G. **Estado de exceção.** Tradução Iraci D. Poleti. – 2ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2004.

ALFONSIN, J. T. **Vida de um sem-terra vale R\$140 mil, diz Justiça gaúcha.** (11/Fev/2016) Disponível em <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/vidadeumsemterravaler140mildizjusticagaucha.htm>> Acesso em 15/Fev/2016.

ALFREDO, A. Geografia do Turismo. A crise ecológica como crítica objetiva do trabalho. O turismo como ilusão necessária. **Geusp Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 9, p. 37-62, 2001.

ALMEIDA, R.; ZANLORENSSI, G. **Qual o principal setor na composição do PIB dos municípios brasileiros.** Disponível em <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/01/10/Qual-o-principal-setor-na-composi%C3%A7%C3%A3o-do-PIB-dos-munic%C3%ADpios-brasileiros>> Acesso em 29/Nov/2018.

ALMEIDA, P. W. & PEREIRA, M. F. L. **Revisitando os efeitos da assinatura de um tratado internacional:** da obrigação de boa-fé à sujeição internacional do Estado. Revista de Direito GV. São Paulo. 9 (1) Jan.-Jun., pp. 171-198.

ALMEIDA, M. Em guerra contra a Nestlé. (2014). Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/em-guerra-contra-a-nestle-3372.html>> Acesso em 19/Nov/2018.

ALVES, M. H. M.; EVANSON, P. **Vivendo no fogo cruzado:** moradores de favelas, traficantes de drogas e violência policial no Rio de Janeiro. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

ALVES, G. **A longa depressão e a era da barbárie social I.** (2017) Disponível em <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/01/26/a-longa-depressao-do-seculo-21-e-a-era-da-barbarie-social-i/>> Acesso em 30/Nov/2018.

AMAZONIA. **EUA registram propriedade medicinal do jambu e impedem pesquisa da Universidade Federal do Amazonas.** (2018). Disponível em <<http://amazonia.org.br/2018/06/eua-registram-propriedade-medicinal-do-jambu-e-impedem-pesquisa-da-universidade-federal-do-amazonas/>> Acesso em 17/Nov/2018.

AMÍN, S. Globalización, financierización y emergencia del Sur globalizado. In: LEVITT, K. P. **De la gran transformación a la gran financierización**. Trad. Aina Bahr Valcárcel. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2016.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2019.

ARAUJO, C. A atuação do Estado neodesenvolvimentista na reorganização do capitalismo no campo brasileiro: o agronegócio como entrave da reforma agrária. In: Carvalho, E.; Ribas, L. O.; Benitez, C. (Org.). **A luta pela terra, água, florestas e o direito**. Goiânia: Kelps, 2017.

ARROYO, M. G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Editora Vozes Limitada, 2017.

ARRUDA, A. **“Deus mandou votar a favor de Temer” diz bancada evangélica**. (2017) Disponível em <<http://www.esquerdadiario.com.br/Deus-mandou-votar-a-favor-do-Temer-diz-a-bancada-evangelica>> Acesso em 30/Nov/2018.

BADIOU, A. **A hipótese comunista**. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2012.

BAIOCCHI, M. N. **Kalunga**: o povo da terra – 3ª ed. – Goiânia: Editora UFG, 2013.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. **O despertar do turismo**: um olhar crítico sobre os não-lugares. São Paulo: Aleph, 2001.

BARBOSA JR, R. C.; COCA, E. L. DE F. Conflitos entre o campesinato e o agronegócio no Brasil: os planos-safra 2015-2016. Eutopia: Revista de Desarrollo Económico Territorial, v. 8, p. 13–27, 2015.

BARROCAL, A. (2018) **Convicta de ser apenas “classe média”, a turma do 1º não se enxerga**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/1009/convicta-de-ser- apenas-classe-media-a-turma-do-1-nao-se-enxerga>> Acesso em 01/Ago/2018a.

BARRIVIERA, G. D. N. O Lugar da África na Política Externa Brasileira Após 2003. Conjuntura Austral: journal of the global south, v. 7, n. 36, p. 57–72, 2016.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadorias. Tradução Carlos Alberto Medeiros – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BENTO, C. **Presença negra nas empresas ainda é desafio**. (22/Mar/2016). Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/presenca-negra-nas-empresas-ainda-e-desafio>> Acesso em 23/Mar/2016.

BETIM, F. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/09/politica/1518183910_858999.html> Acesso em 11/Nov/2018.

BETTO, F. **Suicídio de jovens**. Disponível em <<http://www2.uol.com.br/debate/1114/colunas/colunas03.htm>> Acesso em 29/Nov/2018.

BOAL, A. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

BONIS, G. **“Bancada evangélica não discute só sexualidade, nem é intolerante”, diz deputado**. (2013) Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/politica/bancada-evangelica-nao-discute-so-sexualidade-nem-e-intolerante-diz-deputado>> Acesso em 30/Nov/2018.

BORGES, P. **Mãe perde guarda das filhas por “descender de escravos”**. (21/03/2016) Disponível em < <http://almapreta.com/realidade/mulher-negra-perde-guarda-das-filhas-por-ser-descendente-de-escravos/> > Acesso em 26/Fev/2016.

BORRAS JR, S.; FRANCO, J. Global Land Grabbing and Trajectories of Agrarian Change: A Preliminary Analysis. *Journal of Agrarian Change*, v. 12, n. 1, p. 34–59, 2012.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução Denice Barbara Catani. São Paulo: Ed. UNESP, 2004

BRANDÃO, C. R.. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. *Ruris*, Vol. 1 N. 1, pp. 37-64, 2007.

BRANT, D. **Brasil tem quase 2 escravos modernos a cada mil habitantes, diz ONG**. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/07/brasil-tem-quase-2-escravos-modernos-a-cada-mil-habitantes-diz-ong.shtml>> Acesso em 05/Ago/2018

BRASILDEFATO. **Artista Bela Gil reverte consulta pública da ANSIVA sobre agrotóxico**. (20/Fev/2016) Disponível em <<http://www.brasildefato.com.br/node/34264>> Acesso em 10/Mar/2016.

BRASILDEFATO. **Confira a edição de São Paulo e Sorocaba do Programa Brasil de Fato – 24/11/2018**. (2018). Disponível em < <https://www.brasildefato.com.br/2018/11/24/confira-a-edicao-de-sao-paulo-e-sorocaba-do-programa-brasil-de-fato-241118/>> Acesso em 30/Nov/2018a.

BRASILDEFATO. **Famílias produtoras do café Guaiú resistem ao avanço do capital em Campo do Meio (MG)**. (2018) Disponível em < <https://www.brasildefato.com.br/artes/2018/11/17/familias-produtoras-do-cape-guau-resistem-ao-avanco-do-capital-em-campo-do-meio-mg/index.html>> Acesso em 30/Nov/2018b.

BRASIL. **Constituição (1988)**: Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL: Guia das cidades. São Paulo: Empresa Brasileira de Com. e Produções, 2012.

BRASIL, **Índice de Competitividade do Turismo Nacional – Relatório 2015**. Brasília: MTur, 2015.

BRASIL. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022**: mais emprego e renda para o Brasil. Brasília: MTur, 2018.

BRUN, E. **Na política, mesmo os crentes precisam ser ateus.** (14/Mar/2016). Disponível em <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/14/opinion/1457966204_346156.html> Acesso em 15/Mar/2016.

CALAÇA, M. Territorialização do capital: biotecnologia, biodiversidade e seus impactos no Cerrado. *Revista Ateliê Geográfico*. Goiânia. Vol. 1 n. 9 – Fev 2010. P.06-23.

CALHEIROS, A.; GONÇALVES, A.; MARI, M. **Marxismo e produção simbólica: periferia e periferias.** São Paulo: Nankin, 2013.

CALMON, D. P. DE G. “Para cada problema africano, existe uma solução brasileira”? uma análise dos megaprojetos brasileiros em moçambique. *Revista Vernáculo*, v. 30, n. 2, p. 66, 2012.

CÂMARA. **Frente Parlamentar Evangélica.** (2015). Disponível em <<http://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53658>> Acesso em 30/Nov/2018.

CAMPOS, A. Movimento em estruturas “socioespaciais”: em busca dos sujeitos subalternos. In: Silva, C. A.; Campos, A. & Modesto, N. S. A. **Por uma geografia das existências: movimentos, ação social e produção.** Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

CANUTO, A.; LUZ, C. R. S.; ANDRADE, T. V. P. **Conflitos no campo – Brasil 2016.** Goiânia: CPT, 2016.

CARMO, P. S. **Sociologia e sociedade pós-industrial: uma introdução.** São Paulo: Paulus, 2007.

CARNEIRO. M. J. **Ruralidade: novas identidades em construção.** (1998). Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/zeze11.htm>> Acesso em 17/Jun/2018.

CARNEIRO, F. Entrevista. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/580520-o-discurso-da-modernizacao-levara-ao-desmonte-do-sistema-regulatorio-dos-agrotoxicos-entrevista-especial-com-fernando-carneiro>> Acesso em 17/Nov/2018.

CARNEIRO, F. F. **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.** Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARVALHO, E. A totalidade como categoria central na dialética marxista. **Outubro**. N. 15 / 1º Sem., 2007. p. 177-193.

CARVALHO, E.; RIBAS, L. O.; BENITEZ, C. (Org.). **A luta pela terra, água, florestas e o direito.** Goiânia: Kelps, 2017.

CASAGRANDE, V. **Um ano após cobrança de mala, passagem sobe 6% ao invés de cair como o prometido.** Disponível em <<https://todosabordo.blogosfera.uol.com.br/2018/06/01/1-ano-da-cobranca-de-bagagem-preco-passagem/#fotoNav=3>> Acesso em 14/Nov/2018.

CASANOVA, P. G. **As novas ciências e as humanidades**: da academia à política. Tradução Mouzar Benedito. São Paulo: BOITEMPO, 2006

CASTILHO, A. **Novo defensor dos agrotóxicos, Nizan Guanaes tem casa de campo com horta orgânica**. Disponível em <<https://deolhonosruralistas.com.br/2018/06/21/novo-defensor-dos-agrotoxicos-nizan-guanaes-tem-casa-de-campo-com-horta-organica/>> Acesso em 17/Nov/2018.

CASTILHO, A. L. **O partido da terra**: como os políticos conquistam o território brasileiro. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTILHO, A. L. **“Agro é pop”**: propaganda da Globo sobre cana tem imagens de escravos. 2017. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/deolhonosruralistas/2017/06/11/agro-e-pop-propaganda-da-globo-sobre-cana-tem-imagens-de-escravos/>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

CASTILHO, D. Os sentidos da modernização. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia. V. 30 n. 2 p.125-140, Jul-Dez 2010

_____. **Modernização territorial e redes técnicas em Goiás**. Goiânia: UFG, 2016.

CASTILHO, D.; CHAVEIRO, E. F. Por uma análise territorial do Cerrado. In: PELA, M.; CASTILHO, D. (Org.), **Cerrados**: perspectivas e olhares. Goiânia: Editora Vieira, 2010.

CARTACAMPINAS. **MST e agricultores familiares são os maiores produtores de alimentos orgânicos do Brasil**. (2017). Disponível em <<https://cartacampinas.com.br/2017/03/mst-e-agricultores-familiares-mst-mst-sao-os-maiores-produtores-de-alimentos-organicos-do-brasil/>> Acesso em 30/Nov/2018.

CEDEÑO, K. **Turistas em excesso – parte 2**. Disponível em <https://www.panrotas.com.br/mercado/destinos/2018/07/turistas-em-excesso--ndash-parte-2-cidades-podem-perder-status-de-patrimonio_157373.html> Acesso em 14/Nov/2018.

CERQUEIRA, D. ET AL. **Atlas da violência no Brasil 2017**. Rio de Janeiro: IEPA, FBSP, 2017.

CHÃ, A. M. J. **Agronegócio e indústria cultural**: estratégias das empresas para construção da hegemonia. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe. UNESP: São Paulo, 2016.

CHAVEIRO, E. F. Cerrado e território: conflitos socioespaciais na apropriação da Biodiversidade – os povos indígenas Karajás, Aruanã – GO. **Revista Ateliê Geográfico**. Goiânia. Vol. 1 n. 9 – Fev 2010. P.64-83

CHAVEIRO, E. F. Os povos indígenas Karajá de Aruanã-GO e os conflitos da apropriação do Cerrado: os múltiplos sentidos do etnoturismo. In: LIMA, I.B. **Etnodesenvolvimento e gestão territorial**: comunidades indígenas e quilombolas. Curitiba: CRV, 2014.

CHAVEIRO, E. F. O turismo na periferia do capitalismo – sequestro da paisagem. **Redel – Revista Granmense de Desenvolvimento Local**. Vol. 2 n. 3. Julio-septiembre, 2018.

CHAVEIRO, E. F.; CALAÇA, M. Por uma abordagem territorial do Cerrado goiano. In: **Geografia da e para a cooperação ao desenvolvimento territorial: experiências brasileiras e italianas**. SAQUET, M.; DANSERO, E.; CANDIOTTO, L. (ORGs). São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. **Relatório: Violência contra os Povos Indígenas no Brasil**. Brasília, 2015. Disponível em <<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=publicacoes&cid=30>> Acesso em 10/Março/2015.

CIMI. **Relatora da ONU pedirá uma investigação sobre violação dos direitos indígenas no Brasil**. (2016) Disponível em <<https://cimi.org.br/2016/03/relatora-da-onu-pedira-uma-investigacao-sobre-as-violacoes-dos-direitos-indigenas-no-brasil/>> Acesso em 16/Ago/2017.

CLAVAL, P. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia. Tradução de Nathalie Dessartre-Mendonça. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (ORG) **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: UFPR, 2002

CLEMENTS, E. A.; FERNANDES, B. M. Land Grabbing, Agribusiness and the Peasantry in Brazil and Mozambique. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 2, n. 1, p. 41–69, 2013.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatora da ONU pedirá uma investigação sobre violações dos direitos indígenas no Brasil**. (14/Mar/2016). Disponível em <<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/index.php?system=news&action=read&id=8615>> Acesso em 15/Mar/2016.

CORREA, J. M.; CORREA, W. K.; GERARDI, L. H. DE O. A problemática da definição do espaço rural e urbano. Mudanças no espaço rural e práticas institucionais: o exemplo da ilha de Santa Catarina. In: **Geografia**. Vol. 25 (1) – Rio Claro, 2001.

CORIOLOANO, L.N.M.T. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006

CORREA, R. L. Análise crítica de textos geográficos: breves notas. **GEO UERJ**. Rio de Janeiro: UERJ. N.14. p.7-18, 2º semestre 2003.

COSTA VAZ, A. International Drivers of Brazilian Agricultural Cooperation in Africa in the Post-2008 Economic Crisis. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 58, n. 1, p. 164–190, 2015.

CRESSRJ. **CAPES afirma: método dialético-materialista não é científico/exclusiva com Ivanete Boschetti**. (2014) Disponível em: <<http://www.cressrj.org.br/site/noticias/capes-afirma-que-metodo-dialetico-materialista-nao-e-cientifico-entrevista-exclusiva-com-ivanete-boschetti/>> Acesso em 20/Ago/2014.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Rocca, 2001.

CUNHA, C. P. da; ROQUE, A. Um estudo sobre o papel estratégico dos recursos humanos e das lideranças para o sucesso dos empreendimentos do turismo no meio rural. In: **Anais do IV Congresso Brasileiro de Turismo Rural**. Piracicaba: FEALQ, 2003.

DE MASI, D. **O ócio criativo**. Entrevista a Maria Serena Palieri. Trad. Léa Manzi. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DCM. **Casa grande e senzala**: para brasileiros, construtoras de Portugal incluem “área de serviço” aos imóveis. Disponível em <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/casa-grande-e-senzala-para-brasileiros-construtoras-de-portugal-incluem-area-de-servico-aos-imoveis-por-jean-wyllys/>> Acesso em 11/Nov/2018.

DESBIOLLES, F. H. **A dualidade do turismo**. Palestra durante a mesa de abertura do Seminário Internacional Turismo e Direitos num Mapa de Contradições. Sesc: São Paulo, 2018.

DIEGUES, A. C. S. **O mito da natureza intocada**. 6ª ed. ampliada. São Paulo: Nupaub-USP/CEC, 2008.

DUNKER, C. I. L. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **A geografia imaginária e a segregação real**. (2014) Disponível em <<http://blogdaboitempo.com.br/2014/12/03/a-geografia-imaginaria-e-a-segregacao-real/>> Acessado em 26/03/2016.

DW. **As sequelas dos agrotóxicos para os trabalhadores rurais**. Disponível em <<https://www.dw.com/pt-br/as-sequelas-dos-agrot%C3%B3xicos-para-trabalhadores-rurais/a-44487180>> Acesso em 17/Nov/2018.

EL PAÍS. **“Marx e Hegel” e outros 11 pontos polêmicos do pedido de prisão preventiva de Lula**. (13/Mar/2016) Disponível em <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/11/politica/1457653658_976504.html> Acesso em 15/Mar/2016.

EPOCA. **Mudanças nas regras do trabalho escravo se juntam a outras benesses concedidas à bancada ruralista**. (2017). Disponível em <<http://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2017/10/mudanca-nas-regras-do-trabalho-escravo-se-junta-outras-benesses-concedidas-bancada-ruralista.html>> Acesso em: 10/Dez/2018.

ESPN. **Ministro do Turismo diz que casos de assédio na Rússia são bobagem, não morreu ninguém**. Disponível em <http://www.espn.com.br/futebol/artigo/_id/4467355/ministro-do-turismo-diz-que-casos-de-assedio-na-russia-sao-bobagens-nao-morreu-ninguem> Acesso em 14/Nov/2018.

EXTRA. **Crime e preconceito**: mães e filhos de santo são expulsos da favela por traficantes evangélicos. (07/Set/2013) Disponível em <<http://extra.globo.com/casos-de-policia/crime-preconceito-maes-filhos-de-santo-sao-expulsos-de-favelas-por-trafficantes-evangelicos-9868829.html>> Acesso em 10/Mar/2016.

FABRINI, J. E. Território, classe e movimentos sociais no campo. **ANPEGE**, Curitiba. vol.7 n.7. p. 97-112, 2011.

_____; MARCOS, V. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2010.

FELLET, J. **A história do quilombo que ajudou a erguer Brasília e teme perder terras para condomínios de luxo**. Disponível em <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/a-historia-do-quilombo-que-ajudou-a-erguer-brasilia-e-teme-perder-terras-para-condominios-de-luxo,23a2979fb9aac3dc8575c309dba4fe77le9dfqw6.html>> Acesso em 17/Nov/2018.

FERNANDES, F. Apresentação. In: LENIN, V.I. **O Estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. Tradução revista Aristides Lobo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERNANDES, F. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular, co-edição Editora Perseu Abramo, 2017.

FERREIRA, R. R; PIOVESAN, F.; ROSTON, A. (*et al*). **Trabalho escravo**: condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Fazenda Brasil Verde. Brasília: Conatrae, 2017.

FJP, PNUD, IPEA. **Desenvolvimento Humano para além das médias**. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170510_desenvolvimento_humano_para_alem_das_medias.pdf> Acesso em 10/Dez/2017.

FLECK, G. **Produzimos algo que deixou de ser alimento, virou commodity e agroenergia**. Disponível em <<https://www.sul21.com.br/entrevistas-2/2018/06/produzimos-algo-que-deixou-de-ser-alimento-virou-commodity-e-agroenergia/>> Acesso em 17/Nov/2018.

FOGAÇA, I. F. **Estudos das transformações da estrutura física do bairro da Serra no município de Iporanga/SP em decorrência da atividade turística**. UNIVALI: Balneário Camboriú, 193 f., 2006.

FOLGADO, C. A. Agrotóxicos e o estado de exceção: a suspensão da legislação de agrotóxicos em atenção aos interesses do agronegócio. In: Souza, M. M. O. & Folgado, C. A. (Org.), **Agrotóxicos**: violações socioambientais e direitos humanos no Brasil. (pp. 255-283) Anápolis: UEG, 2012.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Sudão do Sul permite estupro como pagamento a soldados, afirma ONU**. (11/Mar2016) Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/03/1748780-sudao-do-sul-permite-violacoes-como-pagamento-a-soldados-afirma-onu.shtml>> Acesso em 15/Mar/2016.

FRANCO, F.C. de O.; FEITOSA, M. L. P. de A. M. Desenvolvimento e direitos humanos. Marcas de inconstitucionalidade no processo de Belo Monte. **Revista Direito GV**. São Paulo: 9 (1). p. 093-114 – Jan-Jun 2013.

FREI, V. V. M. **No país do mano muça, eu sou carvão**: implicações socioterritoriais dos megaprojetos de mineração nas comunidades locais da província de Nampula. [s.l.] Universidade Federal de Goiás, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREUD, S. **O mal-estar na civilização**. Tradução Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Penguin Classics/ Companhia das Letras, 2011.

FROMM, E. **Análise do homem**. Tradução Octavio Alves Velho. São Paulo: Círculo do Livro S/A, S/D (1947).

FUCUCHIMA, L. **Privatizações dos aeroportos elevaram custos sem ganhar eficiência**. Disponível em <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,privatizacoes-de-aeroportos-elevaram-custos-sem-ganhar-eficiencia-diz-associacao,70002350689>> Acesso em 14/Nov/2018.

G1. **Menina vítima de intolerância religiosa diz que vai ser difícil esquecer pedrada**. (16/Jun/2015) Disponível em < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/menina-vitima-de-intolerancia-religiosa-diz-que-vai-ser-dificil-esquecer-pedrada.html> > Acesso em 10/Fev/2016.

G1. **CVC anuncia acordos para compra de empresas de turismo na Argentina por US\$ 20 milhões**. (2018) Disponível em <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/09/05/cvc-anuncia-acordos-para-compra-de-empresas-de-turismo-na-argentina.ghtml>> Acesso em 28/Nov/2018.

GARCIA, M. F. **A luta pela terra sob o enfoque de gênero**: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. Tese de Doutorado. Presidente Prudente: UNESP, 2004.

GLOBO ESPORTE. **Pesquisa**: Fla tem a maior torcida, mas Corinthians encurta distância. (27/Ago/2014). Disponível em <<http://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/2014/08/Pesquisaflatemmaiorforcidamascorinthiansencurtadistancia.html>> Acesso em 10/Mar/2016.

GOMES, F.S. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GÓMEZ, J. R. M. Desenvolvimento em (des)construção: provocações e questões sobre desenvolvimento e geografia. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (ORGS). **Geografia agrária**: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

GOMES, P. C. C. Um lugar para a geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. In: MENDONÇA, F. A.; LOWEN-SHR, C. L.; SILVA, M. (ORGS). **Espaço e tempo**: complexidade e desafios do pensar geográfico. Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e de Antonina (ADEMADAN), 2009.

GOUSSINSKY, E. **Portugal**: imóveis ganham quarto de empregada para agradar brasileiros. (2018). Disponível em <<https://noticias.r7.com/internacional/portugal-imoveis-ganham-quarto-de-empregada-para-agradar-brasileiros-28032018>> Acesso em 11/Nov/2018.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do desejo**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

G1. **Cresce o número de moradores de rua em São Paulo e Rio de Janeiro**. Disponível em <<http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2017/07/cresce-o-numero-de-moradores-de-rua-em-sao-paulo-e-no-rio-de-janeiro.html>> Acesso em 13/08/2017.

HARNECKER, M. **Ideias para a luta: doze artigos para o debate militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Tradução João Alexandre Peschanski. – São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

_____. A liberdade da cidade. In: MARICATO, E. [et al.]. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013 (Tinta Vermelha).

HARVEY, D. Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. In: HARVEY, D. [et al.]; **Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas**. Tradução João Alexandre Pechanski [et al.]. São Paulo: Boitempo / Carta Maior, 2012.

HONÓRIO, K. **A ordem internacional perpetua a exclusão dos 99%. Até quando?** (20/02/2016) Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/blogdogrri/naoeporacasoconstruimosativamentemundo>> Acesso em 10/Março/2016.

IASI, M. L. A rebelião, a cidade e a consciência. In: MARICATO, E. [et al.]. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013 (Tinta Vermelha).

INOCÊNCIO, M. E. **O PRODECER e as Tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado**. [s.l.] Universidade Federal de Goiás, 2010.

ISTOEDINHEIRO. **A máquina empresarial do MST**. (2003) Disponível em <<https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20030806/maquina-empresarial-mst/19262>> Acesso em 03/Dez/2018.

JACOBS, A.; RICHTEL, M. **Como a grande indústria viciou o Brasil em junk food**. Disponível em <<https://www.nytimes.com/2017/09/16/health/brasil-junk-food.html>> Acesso em 17/Nov/2018.

JENNINGS, A. ET AL (ORG). **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

JICA; ABC; GOVERNMENT OF MOZAMBIQUE. Memorandum de Entendimento Sobre a Cooperação Triangular Para o Desenvolvimento da Agricultura das Savanas Tropicais em Moçambique, Maputo, Mozambique: Japan International Cooperation Agency, Agência Brasileira de Cooperação and Government of Mozambique. [s.l.: s.n.]. 2009.

JIMENEZ, C. BETIN, F. “**Anti-marxista**” indicado por **Olavo de Carvalho** será ministro da **Educação**. (2018) Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/22/politica/1542910509_576428.html?%3Fid_externo_rsoc=FB_BR_CM&fbclid=IwAR1Oovkb7uZh116U2U3YwSK2zAtyjXr2IMjHFRHKf496ozqkc9puJFgQR0> Acesso em 30/Nov/2018.

KAFKA, F. **O veredicto / na colônia penal**. 4ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

KEHL, M. R. Melancolia e criação. In: FREUD, S. **Luto e melancolia**. Tradução Marilene Carone. São Paulo: Casac Naify, 2011.

KONDER, L. **O marxismo na batalha das ideias**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KONDER, L. **O futuro da filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LABICA, g. **Democracia e revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LANCE. **ONG denuncia morte de operários em obras da copa da Rússia**. Disponível em <<https://www.terra.com.br/esportes/lance/ong-denuncia-morte-de-operarios-e-exploracao-em-obras-da-copa-da-russia,b3fbd453d160f324409c33de538fdb7e98nwkf8.html>> Acesso em 15/Nov/2018.

LARA, B. **Crimes de Bernardo Paz, do Inhotim**. Disponível em <<https://theintercept.com/2018/06/08/crimes-bernardo-paz-do-inhotim/>> Acesso em 14/Nov/2018.

LAUERMANN, J.; DAVIDSON, M. Negotiating Particularity in Neoliberalism Studies: Tracing Development Strategies Across Neoliberal Urban Governance Projects. **Antipode**, v. 45, n. 5, p. 1277–1297, 2013.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**: município e o regime representativo no Brasil. 7ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

LECHINI, G. Brasil na África ou a África no Brasil? A construção da política africana pelo Itamaraty. 2008. Disponível em: <<http://www.cebri.org/midia/documentos/318.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEFEBVRE, H. **Reprodução**: as relações de produção. 1 ed. Porto: Publicações Escorpião, 1973, 115 p

_____. **Marxismo**. Tradução Willian Lagos. Porto Alegre, RS: L&PM, 2009.

_____. **Sociologia de Marx**. Trad. Carlos Roberto Alves Dias. 2 Ed. Forense-Universitária: Rio de Janeiro, 1979.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2006.

LENIN, V.I. **O Estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. Tradução revista Aristides Lobo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LIMA, E. N. Novas ruralidades, novas identidades. Onde? In: Moreira, R. J. (Org.), **Identidades sociais – ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

LOWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Munchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. Tradução. Juarez Guimarães, Suzanne Felicie Léwy. 5ª ed. São Paulo: Busca Vida, 1987.

LUCIANO, G. J. S. **O Brasil mantém os indígenas como segmento anexado**. (15/Fev/2016) Disponível em <http://acritica.uol.com.br/amazonia/Brasil-indigenas-antropologo-Gersem-Baniwa_0_1522647734.html> Acesso em 16/Fev/2016.

LUKÁCS, G. **Ontologia do Ser Social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

MARQUES, N.R. **Os discursos concorrentes de desenvolvimento na Chapada dos Veadeiros**: turismo e mineração em Cavalcante – GO. Dissertação de mestrado. Centro de Excelência em Turismo. 96 ps. Brasília: UNB, 2018.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Coleção: Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1974.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro primeiro: o processo de produção do capital. Vol. 1. 3ª ed. Tradução Reginaldo Sant'anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. **Para a questão judaica**. Trad. José Barata-Moura. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MAGALHÃES, B. P. **Política Externa do Brasil em Agricultura**: o papel da Embrapa na cooperação técnica. Brasília: UnB, 2008.

MARTINS, J. S. **O poder do atraso**: ensaio de sociologia da história lenta. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MATTELART, A. A era da informação: gênese de uma denominação descontrolada. **Famecos**, n. 15, 2001.

MELO, L. **Aumenta número de brasileiros que compram ou boicotam uma marca por posicionamentos sociais ou políticos**. Disponível em <<https://epoca.globo.com/aumenta-numero-de-brasileiros-que-compram-ou-boicotam-uma-marca-por-posicionamentos-sociais-ou-politicos-23223783?fbclid=IwAR2YLYo59QX5alUchbMqQhdHIyw2vqIf35CWQbRmcMrJCZm1R84jOuQ56nE>> Acesso em 17/Nov/2018.

MELO NETO, F. P. **Criatividade em eventos**. 5 ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013

MELO, T. S. **Turismo e(m) assentamentos de reforma agrária**: uma leitura dos anais do congresso brasileiro de turismo rural. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UNESP, Rio Claro, SP, 2012.

MELO, T.S. Turismo na sociedade de consumidores: o discurso sobre turismo em assentamentos de reforma agrária como elemento de harmonização social. **Anais**. IX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Goiânia: ANPEGE, 2011.

MELO, T. S.; PINTO, M. P. A. As novas dinâmicas no campo brasileiro: uma reflexão paradigmática sobre turismo no espaço rural e educação do campo. In: **Anais**. X Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Campinas: Unicamp, 2013.

MELO, T. S.; SOUZA, J. G. Turismo e reforma agrária: primeiras aproximações teórico-críticas. **AGRÁRIA**. São Paulo. n. 14 p. 121-139, 2011.

MELO, T. S. ; FOGAÇA, I. F. ; THOMAZ, R. C. . A Bioconstrução e o Turismo no meio rural. In: Encontro Nacional de Geógrafos, 2008, São Paulo. **Anais** do XV ENG - Encontro Nacional de Geógrafos: O Espaço não pára por uma AGB em Movimento. São Paulo: AGB, 2008. v. 1. p. 1-15.

MELO, T. S. O Estado como agente inviabilizador da diversidade territorial e dos sujeitos: um olhar para as populações tradicionais. **Espaço e tempo midiáticos**, v. 1, n. 1, p. 189–207, 2016.

MENDES, Cledson. **MST e turismo**. [06 de Junho de 2009]. Entrevistador: Thiago Sebastiano de Melo. Rosana. Arquivo digital (25 min).

MENDIVELSO, J. C.; RIVAS, D. S. Institucionalización del turismo internacional en la zona cafetera del departamento de Quindío, Colombia (2000-2010): aspectos político-económicos, actores centrales y mercado laboral. **Cuadernos de Geografía**. Revista Colombiana de Geografía. Vol. 20, n.1, 2011 – p. 65-84.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura do capital e do trabalho no capital do Sudoeste goiano**. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UNESP, Presidente Prudente, SP, 2004.

_____. (Org.) **Agroecologia**: práticas e saberes. 2.ª ed. Catalão: Gráfica Modelo, 2012.

_____. As transformações espaciais no campo e os conflitos pelo acesso a terra e a água: as novas territorialidades do agrohidronegócio em Goiás. **Revista Pegada**. Vol. 16, n. especial; p.3-15 / Maio, 2015

MENDONÇA, M. R.; THOMAZ JUNIOR, A. A modernização da agricultura nas áreas de Cerrado em Goiás (Brasil) e os impactos sobre o trabalho. **Investigaciones Geograficas**, Boletín del Instituto de Geografía. UNAM. n. 55, pp. 97-121, 2004.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sergio Lessa. 1.ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. **A crise estrutural do capital**. Tradução Francisco Raul Cornejo, *et al.* 2.ed. rev. e ampliada – São Paulo: Boitempo, 2011b.

MILANEZ, F. Disponível em < <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-estado-a-justica-a-pistolagem-e-aqueles-que-devem-morrer>> Acesso em 18/Nov/2018.

MILHORANCE, C. A política de cooperação do Brasil com a África Sub-saariana no setor rural: Transferência e inovação na difusão de políticas públicas. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, n. 2, p. 5–22, 2013.

MILNER, J.C. **A obra clara**: Lacan, a ciência, a filosofia. Tradução Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **6ª Câmara de coordenação e revisão – populações indígenas e comunidades tradicionais**. Brasília, 2016. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/Atuao_MPF_demarcacao_conflitos.pdf> (07/Março/2016) Acesso em 10/Março/2016

MISNEROVICZ, J. V. **A territorialização do capital e os novos sujeitos da questão agrária brasileira na contemporaneidade**. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG. 166 f., 2016.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. Violência no Brasil em tempos de golpe. **Boletim Dataluta** (nera). nº 114, 2017.

MITIDIERO JUNIOR, M. A.; BARBOSA, H. J. N. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do censo agropecuário 2006, feliz aniversário campesinato. In: **Anais do XXII Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Sergipe: UFS, 2016.

MITIDIERO JUNIOR, M. A.; BARBOSA, H. J. N.; HÉRICK DE SÁ, T. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006. **Revista Pegada**. vol. 18 n.3 set/dez, p. 7-77, 2017

MIWA, J. **Fazendeiros investem em agricultura orgânica após adoecerem com uso de agrotóxicos**. (2018). Disponível em < <http://thegreenestpost.com/fazendeiros-investem-em-agricultura-organica-apos-adoecerem-com-uso-de-agrotoxicos/>> Acesso em 30/Nov/2018.

MORTI NETO. Disponível em < <https://www.brasildefato.com.br/2018/07/02/transgenicos-no-brasil-x-mexico-da-cerveja-todo-mundo-perde/>> Acesso em 17/Nov/2018.

MOTA, J. Disponível em < <https://exame.abril.com.br/brasil/novo-ministerio-nao-veio-para-fortalecer-combate-a-corrupcao/>> Acesso em 10/Nov/2018.

MOTA, R. D. **O protestantismo na territorialidade e na identidade territorial da comunidade quilombola Kalunga – Goiás**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais, Goiânia, GO, UFG, 2016.

MOURA, C. Prefácio. In: SILVA, M. J. **Racismo a brasileira**: raízes históricas – um novo nível de reflexão sobre a história social do Brasil. 4ª ed. Ver. Amp. e atualizada. – São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

MOURA, L.H.G.; MELO, T.S.; MISNEROVICS, J.V. Unidade camponesa: resistência e processos de luta em Goiás. In: BAICHMAN, A. [et al.]. Lutas, experiências e debates na América Latina : **Anais** das IV Jornadas Internacionais de Problemas Latino-Americanos. edición bilingüe. - Longchamps: Imago Mundi; Foz do Iguacu : Universidade Federal da Integração Latino-Americana, 2015.

MOURÃO, J. **Programa de Cooperação Triangular Para O Desenvolvimento Agrícola Das Savanas Tropicais de Moçambique (ProSAVANA-JBM)**. Brasília: Divisão de Cooperação Triangular e Programas Sociais, Japan International Cooperation Agency Brazil, 2011.

MOYO, S.; YEROS, P.; JHA, P. Imperialism and primitive accumulation: notes on the new scramble for Africa. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 1, n. 2, p. 181–203, 2012.

MST. **Relatório mostra que 10 empresas dominam 75% do mercado mundial de sementes.** (21/Jul/2015) Disponível em <<http://www.mst.org.br/2015/07/21/relatoriomostraque10empresasdominam75domercadomundialdesementes.html>> Acesso em 10/Fev/2016.

MST. **Suspensão o despejo do Acampamento Quilombo Campo Grande.** (2018) Disponível em <<http://www.mst.org.br/2018/12/01/suspensao-o-despejo-do-acampamento-quilombo-campo-grande.html>> Acesso em 01/Dez/2018.

MUNANGA, K. As ambiguidades do racismo à brasileira. In: KON, N. M.; SILVA, M. L.; ABUD, C. C. (ORG) **O racismo e o negro no Brasil**: questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017.

_____. (2003) **Diversidade, identidade, etnicidade e cidadania.** Disponível em <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Palestra-Kabengele-DIVERSIDADEEtnicidade-Identidade-e-Cidadania.pdf>> Acesso em 29/Nov/2018.

NASCIMENTO, E. L. **O sortilégio da cor**: identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Summus, 2003.

_____. **O tempo dos povos africanos.** Brasília: IPEAFRO/MEC, 2007.

NEGRI, A.; COCCO, G. **Global**: biopoder e luta em uma América Latina globalizada. Rio de Janeiro: Record, 2005.

NETTO, J. P. Lenin e a instrumentalidade do Estado. In: LENIN, V.I. **O Estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. Tradução revista Aristides Lobo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

NUCCI, G. **Só pensa que é “mera injúria” quem nunca sofreu na pele.** (29/Fev/2016) Disponível em < <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/02/racismo-so-pensa-que-e-mera-injuria-quem-nunca-sofreu-na-pele.html>> Acesso em 10/Mar/2016.

NUNES, J. H. **A seu dispor: sociologia do trabalho em serviços.** (ORG). Goiânia: Ed PUC Goiás, 2011.

OARQUIVO. **Nestlé e o escândalo das águas de São Lourenço – parte I.** (2012). Disponível em <<http://www.oarquivo.com.br/extraordinario/simbolos-e-objetos/3958-triquetra.html>> Acesso em 30/Nov/2018.

OLIVEIRA, A. U. Entrevista com o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Entrevistador: Thiago Sebastiano de Melo. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, 11(2): 116-133, jul./dez. 2013.

OLIVEIRA, C. **O chiste, a mais-valia e o mais-gozar: ou o capitalismo como piada.** Disponível em < <https://www.yumpu.com/pt/document/view/14912809/o-chiste-a-mais-valia-e-o-mais-de-gozar-pepsic>> Acesso em 05/Mar/2016

OLIVEIRA, P. S. Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas. In: OLIVEIRA, P. S (Org). **Metodologia das ciências humanas.** São Paulo: Hucitec/Unesp, 1998.

OLIVEIRA, A. U. **A geografia e os movimentos sociais.** São Paulo: USP (digitado), 2007.

OLIVEIRA, R. F.; MELO, T. S. O Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV) como mecanismo de fortalecimento educativo e das lutas pela reforma agrária no Brasil. In: V Simpósio Internacional e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2011, Belém-PA. **Anais do V Simpósio Internacional e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária.** Belém: Açaí, 2011. v. 1

OMT. (1999) **Código mundial de ética para o turismo.** Disponível em < https://ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/brazil_0.pdf> Acesso em 16/Fev/2018.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** (1948). Disponível em <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>> Acesso em 17/Nov/2018.

OTONI, I. **Para Justiça Federal, cultos afro-brasileiros não são religiões. MPF recorre da decisão.** (17/Maio/2014) Disponível em <<http://www.revistaforum.com.br/2014/05/17/para-justica-federal-umbanda-e-candomble-nao-sao-religoes/>> Acesso em 17/Fev/2016.

OURIQUES, H. R. **A produção do turismo: fetichismo e dependência.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2005.

OXFAM. **A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras.** (2017) Disponível em <<https://www.oxfam.org.br/o-que-fazemos/campanha-contra-as-desigualdades>> Acesso em 15/Dez/2017.

PAKMAN, E.T. Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à história do pensamento turístico. **Anais do XI Seminário da ANPTUR - 2014.** Disponível em

<http://www.anptur.org.br/novo_portal/anais_anptur/anais_2014/arquivos/DFP/DFP1/034.pdf
> Acesso em 25/Mar/2016.

PAULA, A. T. 2018a <<http://www.albasud.org/noticia/1039/un-panorama-sobre-la-precarizaci-n-del-trabajo-tur-stico-en-brasil>>

_____. 2018b <<http://www.albasud.org/noticia/es/1048/la-reforma-laboral-llega-a-brasil-con-perspectivas-de-agravar-la-precariedad-del-trabajo-en-el-turismo>>

PAULA, A. H. B. **Cadeia produtiva do turismo**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2015.

PEET, R. Imaginários de desenvolvimento. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (ORGS). **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PELLICER, L. “**A Renda básica seria a maior conquista do capitalismo**”. (2017). Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/23/economia/1490287072_800265.html> Acesso em 11/Nov/2018.

PENHA, D. Disponível em <<https://reporterbrasil.org.br/2018/08/fazenda-de-cafe-certificada-pela-starbucks-e-flagrada-com-trabalho-escravo/>> Acesso em 17/Nov/2018.

PESSOA, V. L. S. **Ação do Estado e as transformações agrárias no Cerrado das zonas de Paracatu e alto Paranaíba/ MG**. Dissertação de mestrado. UNESP: Rio Claro. 237 f, 1988.

PERES, U.T. Uma ferida a sangrar-lhe a alma. In: FREUD, S. **Luto e melancolia**. Tradução Marilene Carone. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

PIRES, ASSOCIADOS. **Turismo – mais desenvolvimento, mais emprego, mais sustentabilidade**. Disponível em <https://storageportalpanrotas.blob.core.windows.net/portal-panrotas-statics/support-news/pdf/turismo_maisdesenvolvimento-maisemprego-maissustentabilidade.pdf> Acesso em 10/Nov/2018.

PFRIMER, M. H.; BARBOSA JR, R. C. Neo-Agro-Colonialism, Control over Life, and Imposed Spatio-Temporalities. *Contexto Internacional*, v. 39, n. 1, p. 9–33, 2017.

PIRES, E. L. S. As lógicas espaciais e territoriais do desenvolvimento: delineamento preliminar dos aspectos históricos, teóricos e metodológicos. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (ORGS). **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PORTUGUES, A. P. **Consumo e espaço: turismo, lazer e outros temas**. São Paulo: Rocca, 2001.

PRAGER, A. MILHORANCE, F. Disponível em <<https://theintercept.com/2018/03/22/agronegocio-expulsar-comunidades-tradicionais-cerrado/>> Acesso em 18/Nov/2018.

PRAGMATISTO POLÍTICO. **As cidades que odeiam seres humanos.** (209/Fev/2016) Disponível em <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/02/ascidadesqueodeiamsereshumanos.html>> Acesso em 8/Mar/2016.

PRAGMATISMO POLÍTICO. **8 Mil juristas e advogados divulgam manifesto contra o golpe.** Disponível em <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/04/8-mil-juristas-e-advogados-divulgam-manifesto-contra-o-golpe.html>> Acesso em 27/Ju/2018.

PROSAVANA. **Sobre o programa:** O que é o ProSavana. 2015. Disponível em: <<http://www.prosavana.gov.mz/o-que-e-o-prosavana/?lang=pt-pt>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

Ramos, V. Disponível em <<https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2018/08/latam-demite-1-3-mil-trabalhadores-e-anuncia-terceirizacao-de-servicos>> Acesso em 10/Nov/2018.

RBA - REDE BRASIL ATUAL. **Contag avalia um ano de Temer:** “Governo do capital e latifúndio”. 2017. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2017/05/contag-avalia-um-ano-de-temer-governo-do-capital-e-latifundio>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

REPORTERBRASIL. Disponível em <<https://reporterbrasil.org.br/2018/01/industria-do-turismo-despeja-indigenas-da-costa-do-descobrimento/>> Acesso em 18/Nov/2018.

REUTERS. **Cidade de Karl Marx vende nota de 0 euro para marcar seu aniversário.** Disponível em <<https://g1.globo.com/economia/noticia/cidade-de-karl-marx-vende-notas-de-0-euro-para-marcas-seu-aniversario.ghtml>> Acesso em 14/Nov/2018.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROQUE, T. **Por causa de robôs ideia de renda básica ganha mais adeptos.** (2018) Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/02/por-causa-de-robos-ideia-de-renda-basica-universal-ganha-mais-adeptos.shtml>> Acesso em 30/Nov/2018.

ROSSI, A. **Moçambique, o Brasil é aqui.** Rio de Janeiro: Record, 2015.

ROUSSEAU, J.J. **O contrato social ou Princípios do direito político.** Trad. Ciro Mioranza. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

SACCONI, R. **Curso de turismo virou graduação em 1971.** (2014) Disponível em <<https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,curso-de-turismo-virou-graduacao-em-1971,9884,0.htm>> Acesso em 29/Nov/2018.

Safatle, V. **Lacan.** São Paulo: PubliFolha, 2007.

SAFATLE, V. **Amar uma ideia.** In: HARVEY, D. [et al.]; **Occupy:** movimentos de protestos que tomaram as ruas. Tradução João Alexandre Pechanski [et al.]. São Paulo: Boitempo / Carta Maior, 2012.

SAKAMOTO, L. **“Péssimo exemplo para as crianças” é um técnico machista.** Disponível em < <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2018/07/02/pessimo-exemplo-para-as-criancas-e-um-tecnico-de-futebol-machista/>> Acesso em 14/Nov/2018.

_____. **Em nome da segurança pública, Temer decreta morte do Ministério da Cultura.** Disponível em <<https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2018/06/14/em-nome-da-seguranca-publica-temer-decreta-morte-do-ministerio-da-cultura/>> Acesso em 04/Ago/2018.

SANSÃO, _____ Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/150921_nt_diest_14_imputabilidade_penal.pdf> Acessado em 30/Mar/2016.

SANTIAGO, H. **Bolsonaro é eleito presidente. Veja as propostas para o turismo.** (2018). Disponível em <https://www.panrotas.com.br/mercado/economia-e-politica/2018/10/bolsonaro-e-eleito-presidente-veja-propostas-para-turismo_159916.html> Acesso em 13/Nov/2018.

SANTIAGO, T. **Justiça condena Villa Mix a pagar indenização a ex-funcionária por ter de restringir entrada de negros.** (2017). Disponível em < <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/justica-condena-villa-mix-a-pagar-indenizacao-a-ex-funcionaria-por-ter-de-restringir-entrada-de-negros.ghtml> > Acesso em 14/Nov/2018.

SANTOS, D. M. **Globalização do capital e os Estados nacionais.** São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

SANTOS, M. **O Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países em desenvolvimento.** Trad. Mirna T. R. Viana. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, H. **Hélio Santos.** (11/Nov/2002) Disponível em <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/497/entrevistados/helio_santos_2002.htm>Acesso em 16/Mar/2016.

_____. **Negro não é problema é solução.** (2003) Disponível em < <http://webneguinha.blogspot.com/2004/10/hlio-santos-na-caros-amigos.html> > Acesso em 14/Nov/2018.

SANTOS, M. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. In: **Terra Livre.** São Paulo, AGB. n. 09, Jul-Dez 1991.

SANTOS, M. SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006

SARDINHA, E. **Bancada evangélica tem direito a vetar ministro da educação, diz deputado.** (2018) Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/bancada-evangelica-tem-direito-a-vetar-ministro-da-educacao-diz-deputado/?fbclid=IwAR2Wa53b_R1mEhDCuTbviqIkG44QeEWLYaxsJ7oWMx7r7hZjK8bVry3OaTI> Acesso em 30/Nov/2018.

SAUER, S.; LEITE, S. P. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 50, n. 3, p. 503–524, 2012.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. – São Paulo: Cengage Learning. 2010.

SHALDERS, A. MACHADO, L. FRANCO, L. **Copa da Rússia chegou e Brasil ainda não terminou 41 obras de 2014**. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44472647>> Acesso em 15/Nov/2018.

SILVA, Y. F. Pobreza, violência e crime – conflitos e impactos sociais do turismo sem responsabilidade social. In: BANDUCCI JR., A.; BARRETO, M. **Turismo e identidade local**: uma visão antropológica. Campinas: Papyrus, 2001 (Coleção Turismo).

SILVA, M. J. **Racismo a brasileira**: raízes históricas – um novo nível de reflexão sobre a história social do Brasil. 4ª ed. Ver. Amp. e atualizada. – São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

SLEE, T. **Uberização**: a nova onda do trabalho precarizados. Trad. João Peres. São Paulo: Editora Elefante, 2017

SOLLA, X. M. S. Espacios disidentes em los procesos de ordenación territorial. *Revista PEGADA*, Vol. 4. N. 2, 2003.

_____. Los turismos de interior en galicia. balance y perspectivas. **POLÍGONOS**. *Revista de Geografía*, nº 23, 2012 - p.213-234.

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C. C.; GALPAIN, C. J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: Martins, J. S., **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SOUZA, C. A. **Turistas do MSTur visitam assentamentos de sem-terra**. (2001) Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u14352.shtml>> Acesso em 01/Dez/2018.

SOUZA, J. G. **Questão de método**: a homogeneização do território paulista. Tese de livre docência. Universidade Estadual Paulista. Jaboticabal: UNESP, 2008.

_____. Limites do Território. *Revista Agrária (USP)*. São Paulo, nos 10/11, pp. 99-130, 2009.

_____. A questão indígena: acumulação por espoliação e monopolização do território (a economia política do agronegócio). **Prima Facie**, João Pessoa, v.12, n.22, ano12, Jan-Jun, 2013. p.1-42

SOUZA, C. A. **Turistas do MSTur visitam assentamentos de sem-terra**. (2001) Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u14352.shtml>> Acesso em 01/Dez/2018.

STOPPINO, M. Poder. In: **Dicionário de política**. BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (ORG). Tradução Varriale, C.C. *et all.* 5ª ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004

STRAFORINI, Rafael. O ensino de Geografia como prática espacial de significação. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 93, p. 175-195, 2018.

SUZUKI, J.C. Território, modo de vida e patrimônio cultural em sociedades tradicionais brasileiras. **Espaço & Geografia**, Vol. 16, n. 2, 2013, p. 627-640.

SWI. (2016). Disponível em <https://www.swissinfo.ch/por/etiquetagem_nestl%C3%A9-%C3%A9-multada-no-brasil-por-n%C3%A3o-informar-presen%C3%A7a-de-transg%C3%AAnicos/41990246> Acesso em 17/Nov/2018.

THOMAZ JÚNIOR, A. Intemperismo do trabalho e as disputas territoriais contemporâneas. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 307-329, out. 2011. SOUZA, C. A. **Turistas do MSTur visitam assentamentos de sem-terra**. (2001) Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u14352.shtml>> Acesso em 01/Dez/2018.

THOMAZ JÚNIOR. A. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Campo-Território** – revista de geografia agrária. vol. 5, n. 10, 2010 – p.92-122.

TREVISAN, C. **Bancada evangélica cresce 63% na Câmara**. (1999). Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc01029907.htm>> Acesso em 29/Nov/2018.

UNFPA. **Cooperação Sul-Sul**. 2017. Disponível em: <<http://www.unfpa.org.br/novo/index.php/1556-cooperacao-sul-sul-e-prioridade-do-unfpa>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

UOL. **Brasil já teve 1500 línguas indígenas; hoje tem 181**. (25/Mar/2016). Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/ciencia/ultimas-noticias/redacao/2016/03/25/brasil-ja-teve-1500-linguas-indigenas-hoje-tem-181.htm>> Acesso em 27/Mar/2016.

UOL. (2014) Disponível em <<https://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/03/19/denuncias-apontam-12-mil-mortes-na-preparacao-para-a-copa-no-qatar.htm>> Acesso em 10/Nov/2018.

UOL. (2014) Disponível em <<https://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/03/29/obras-da-copa-no-brasil-ja-matam-4-vezes-mais-que-na-africa-do-sul.htm>> Acesso em 14/Nov/2018.

URIOSTE, M. Concentration and “foreignisation” of land in Bolivia. *Canadian Journal of Development Studies*, v. 33, n. 4, p. 439–457, 2012.

URRY, J. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. Trad. Carlos Eugênio Marcondes Moura. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 2001.

VALE. **Vale no Mundo: A Vale em Moçambique**. 2017. Disponível em: <mundo.intranetvale.com.br/PT/Unidade/Content/Moçambique>. Acesso em: 14 jul. 2017.

VEGA, (2018) Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/15/economia/1529054985_121637.html Acesso em 30/Nov/2018.

VEGA, G. C.; BONFIM, J. Disponível em < <https://diplomatie.org.br/cerrado-berco-das-aguas-na-rota-devastadora-do-capital/>> Acesso em 17/Nov/2018.

VIOMUNDO. **ProSavana**: Brasil banca usurpação de terras em Moçambique - “Carta Aberta das organizações de Moçambique frente ao ProSavana!” 2013. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/prosavana.html>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

VISENTINI, P. **O Brasil reencontra o caminho africano**. In: Sul-Sul, A África e as potências emergentes: nova partilha ou cooperação. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013. p. 81–152.

WAGNER, A. **As ocorrências de trabalho escravo relativizam a visão triunfalista da chamada “modernização da agricultura”**. In: Canuto, A.; Luz, C. R. S.; Andrade, T. V. P. (Orgs.). **Conflitos no campo – Brasil 2016** (pp. 134-141). Goiânia: CTP, 2016.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. Revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice remissivo Antônio Flavio Pierucci – São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

YAHOO. **Carrefour iniciará em breve testes com o novo sistema “Scan & Go” no Brasil**. Disponível em < <https://br.financas.yahoo.com/noticias/carrefour-inciar%C3%A1-em-breve-testes-125900815.html>> Acesso em 08/Nov/2018

ZANLORENSSI, G.; ALMEIDA, R. (2017). Disponível em <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/09/17/G%C3%AAnero-idade-e-cor-os-candidatos-a-deputado-por-partido>> Acesso em 13/Nov/2018.

ZANOTTO, J. Disponível em <<https://jornalistaslivres.org/quilombo-resiste-a-violencia-em-florianopolis/?fbclid=IwAR1NIy7sW9b7dsT76KpbfrREmGMHTOnhzebR2NAFxFH2CPPu13s0qrzdM8M>> Acesso em 18/Nov/2018.

ZIMMERER, K. S. Environmental governance through “Speaking Like an Indigenous State” and respatializing resources: Ethical livelihood concepts in Bolivia as versatility or verisimilitude? **Geoforum**, v. 64, p. 314–324, 2015.

ZIZEK, S. Multiculturalismo o la logica cultural del capitalismo multinacional. In: Jameson, Fredric y Žižek, Slavoj: **Estudios Culturales. Reflexiones sobre el multiculturalismo**. Buenos Aires, Paidós, 1998, pp. 137-188.

_____. **Em defesa das causas perdidas**. Tradução Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. Tradução Maria Beatriz de Medina. – São Paulo: Boitempo, 2011b.

_____. **Slavoj Zizek e a novidade do comunismo.** (28/Maio/2011) Entrevista realizada por Miguel Conde. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2011/05/28/slavoj-zizek-a-novidadedo-comunismo-382949.asp>> Acesso em 01/Jun/2011c.

_____. **O ano em que sonhamos perigosamente.** Tradução Rogério Bertoni. São Paulo: Boitempo, 2012a.

_____. O violento silêncio de um novo começo. In: HARVEY, D. [et al.]; **Occupy:** movimentos de protestos que tomaram as ruas. Tradução João Alexandre Pechanski [et al.]. São Paulo: Boitempo / Carta Maior, 2012b.

_____. **A revolta da burguesia assalariada.** (2012c) Disponível em <<https://blogdaboitempo.com.br/2012/01/27/a-revolta-da-burguesia-assalariada/>> Acesso em 11/Nov/2018.

_____. Problemas no Paraíso. In: MARICATO, E. [et al.]. **Cidades Rebeldes:** Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013 (Tinta Vermelha).

_____. **Acontecimiento.** Tradução Raquel Vicedo. Madri: Sexto Piso, 2014.

_____. **O absoluto frágil, ou Por que vale a pena lutar pelo legado cristão?.** Tradução Rogério Bertoni. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **A necessidade de atravessar a fantasia.** (02/Mar/2016) Disponível em <<http://lavrpalavra.com/2016/02/03/a-necessidade-de-atravesar-a-fantasia/>> Acesso em 6/Mar/2016.

_____. Disponível em < <https://blogdaboitempo.com.br/2018/05/04/zizek-a-Atualidade-de-marx/>> Acesso em 11/Nov/2018.

ZUCARELLI, M. C. A construção de usinas hidrelétricas e as disputas assimétricas para usos diversos dos espaços ambientais. **Latitude**, v. 9, n. 1, p. 07–28, 2015.

ANEXO 1: Links das matérias sobre turistificação da existência

Links das matérias	
1	http://reporterbrasil.org.br/2018/01/industria-do-turismo-despeja-indigenas-da-costa-do-descobrimento/
2	https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/05/politica/1512495045_509990.html?id_externo_rsoc=FB_BR_CM
3	https://apublica.org/colecaoparticular/2017/11/em-angra-uma-aula-sobre-as-praias-privatizadas/
4	https://apublica.org/colecaoparticular/2017/11/negrao-o-dono-da-praia/
5	https://apublica.org/colecaoparticular/2017/11/condominio-laranjeiras-segregacao-ameaca-e-processos-em-paraty/
6	https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/28/economia/1517154558_107147.html
7	https://www.cartacapital.com.br/internacional/aos-poucos-europa-esta-se-cansando-do-turismo
8	https://www.cartacapital.com.br/internacional/alta-do-turismo-expulsa-cubanos-de-havana
9	https://www.cartacapital.com.br/revista/964/entre-o-despovoamento-e-o-turismo-de-massa-veneza-pede-socorro
10	http://www.dw.com/pt-br/tens%C3%A3o-contratistas-cresce-na-europa/g-40133202
11	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/10/13/Por-que-Amsterd%C3%A3-est%C3%A1-adoptando-medidas-contratista
12	https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/20/internacional/1511176425_437516.html
13	https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/02/internacional/1501697974_820761.html
14	https://elpais.com/politica/2017/08/13/actualidad/1502641744_067637.html?id_externo_rsoc=FB_CM
15	https://www.panrotas.com.br/mercado/destinos/2018/07/turistas-em-excesso--ndash-parte-2-cidades-podem-perder-status-de-patrimonio_157373.html
16	https://www.vix.com/pt/buzz/post/530399/30-destinos-onde-turistas-nao-sao-bem-vistos?fbclid=IwAR3gDZ8mPA--Pq6VJ81hqfFf9VKA0q29FpN7NpdRGO-XXpeAg9r8m3ZLATY
17	https://www.dw.com/pt-br/amsterd%C3%A3-se-rebela-contratista-em-massa/a-45010262?fbclid=IwAR3aNNmQyofbkPOGWAZxwALLIoRzOzYQbBV5eAd2KWtX78xjzXmC15q-imo
18	https://observador.pt/2018/09/20/lisboa-disneyficada-jornal-britanico-the-telegraph-da-alternativas/?fbclid=IwAR2Ea5zljGSMU92qNaPQk7z64jJXGeFQXhsAjI9dFub7j01CFz5HAsVZrQ

- 19 http://www.bbc.com/portuguese/internacional-41953767?ocid=socialflow_facebook
- 20 <https://www.cartacapital.com.br/cultura/selfies-em-auschwitz-charlottesville-e-o-avanco-da-banalidade-do-mal>
- 21 https://elpais.com/ccaa/2017/08/17/catalunya/1502962157_436755.html?id_externo_rsoc=FB_CM
- 22 https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/10/internacional/1510319149_490602.html?id_externo_rsoc=FB_BR_CM
- 23 https://elpais.com/ccaa/2017/08/14/catalunya/1502710887_247076.html?id_externo_rsoc=FB_CM
- 24 https://elpais.com/elpais/2017/08/15/videos/1502811917_123648.html?id_externo_rsoc=FB_CM
- 25 https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/24/politica/1508882019_228345.html?id_externo_rsoc=FB_BR_CM
- 26 <https://extra.globo.com/casos-de-policia/guerra-do-rio/violencia-afeta-turismo-em-favelas-do-rio-21825217.html>
- 27 https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/21/internacional/1516560052_678394.html?%3Fid_externo_rsoc=FB_BR_CM
- 28 https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/19/album/1534713001_469473.html
- 29 https://g1.globo.com/mundo/noticia/atentado-de-barcelona-fez-vitimas-de-ao-menos-18-nacionalidades.ghtml?utm_source=facebook&utm_medium=share-bar-desktop&utm_campaign=share-bar
- 30 https://theintercept.com/2018/07/30/foto-de-casal-gay-se-beijando-gera-polemica-em-um-dos-pontos-turisticos-mais-importantes-do-brasil/?fbclid=IwAR1OdL6iDeBsHHusCdPPFPv1EF5XjUsgxWafW5xL71k3F4bxzx6Ib9_xVA
- 31 https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/16/politica/1521234891_106346.html
- 32 <http://www.b9.com.br/77267/ao-negar-hospedagem-para-neo-nazistas-airbnb-prova-que-e-a-mais-engajada-das-startups/>
- 33 https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/12/deportes/1518465445_957873.html
- 34 <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/politizacao-da-o-tom-no-carnaval-do-rio>
- 35 <http://www.dw.com/pt-br/brasil-faz-um-de-seus-carnavais-mais-politizados/a-42569307>
- 36 <https://www.autresbresils.net/Au-Bresil-le-carnaval-se-revolte-contre-la-classe-politique>
- 37 <https://istoe.com.br/a-fofia-politizada/>
- 38 <http://www.brasil.gov.br/governo/2014/05/compromissos-pelo-trabalho-decente-no-setor-de-turismo-e-hospitalidade-serao-lancados>
- 39 <https://exame.abril.com.br/negocios/airbnb-movimenta-3-vezes-mais-a-economia-no-brasil-que-hoteis/>
- 40 <https://www.cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FMae-Terra%2FTemos-que-regular-o-turismo-antes-que-seja-tarde-demais%2F3%2F39114>

- 41 <http://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2017-11/regiao-do-quilombo-dos-palmares-se-tornara-patrimonio-cultural-do-mercosul/>
- 42 https://elpais.com/elpais/2017/10/13/africa_no_es_un_pais/1507894859_230476.html?id_externo_rsoc=whatsapp
- 43 <https://raquelrolnik.wordpress.com/2017/12/05/velocidade-transformacao-e-preservacao/>
- 44 http://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/01/07/interna_cidadesdf,651812/goias-ganhara-um-caminho-inspirado-no-de-santiago-de-compostela.shtml
- 45 <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/03/vendedores-de-mate-na-praia-agora-sao-patrimonio-do-rio-diz-paes.html>
- 46 <https://www.bbc.com/portuguese/geral-42643527>
- 47 <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/artesanato-historia-quilombos-circuito-quilombola-paulista/>
- 48 <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/10/15/Como-o-turismo-%C3%A9tnico-d%C3%A1-protagonismo-ao-patrim%C3%B4nio-negro?fbclid=IwAR1XgLGtp8tJYtNBY0VB09ExHDqNSD0MnJ9aO0P6vj-jkNk0Sgwaw-6T0C4>
- 49 <https://jornalistaslivres.org/quilombo-resiste-a-violencia-em-florianopolis/?fbclid=IwAR1NIy7sW9b7dsT76KpbfrREmGMHTOnhzebR2NAFxFH2CPPu13s0qrzdM8M>
- 50 <http://forum.antinovaordemmundial.com/Topico-o-controle-mundial-da-alimenta%C3%A7%C3%A3o?pid=172304>
- 51 <http://www.mst.org.br/2018/04/20/sao-paulo-recebe-a-3a-feira-nacional-da-reforma-agraria-em-maio.html>
- 52 <http://www.mst.org.br/feira-reforma-agraria/>
- 53 <http://www.mst.org.br/II-feira-nacional-da-reforma-agraria/>
- 54 <http://www.mst.org.br/festival-da-reforma-agraria/>
- 55 <http://www.mst.org.br/2018/04/23/licores-doces-e-frutas-poderao-ser-encontrados-na-feira-da-reforma-agraria.html>